ANDRÉ LOPES FERREIRA

A UNIDADE POLÍTICA DAS ESQUERDAS NO URUGUAI: DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS À FRENTE AMPLA (1958-1973)

Assis
2011

ANDRÉ LOPES FERREIRA

A UNIDADE POLÍTICA DAS ESQUERDAS NO URUGUAI: DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS À FRENTE AMPLA (1958-1973)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: José Luis Bendicho Beired

Assis
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Ferreira, André Lopes
F383u A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973) / André Lopes Ferreira. Assis, 2011
430 f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: José Luis Bendicho Beired

1. Uruguai – História – Séc XX. 2. Partidos políticos. 3. Coalizão. 4. Comunismo. 5. Socialismo. 6. Democracia Cristã. Título.

CDD 320.9
989.506

ANDRÉ LOPES FERREIRA

A UNIDADE POLÍTICA DAS ESQUERDAS NO URUGUAI: DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS À FRENTE AMPLA (1958-1973)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: José Luis Bendicho Beired

Data de aprovação: 25/02/2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired – UNESP / Assis

Membros: Prof. Dr. Áureo Busetto – UNESP / Assis

Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa – UNESP / Assis

Prof. Dr. José Rilla – UdelaR / Uruguai

Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado – USP / São Paulo

Assis
2011

Para Angélica dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho devo agradecer uma série de pessoas e instituições que direta ou indiretamente me apoiaram ao longo de vários anos.

Agradeço meu orientador, o Profº José Luis B. Beired, que vem me acompanhado desde a graduação. Com ele tenho aprendido não apenas sobre História da América como também a respeito da prática da pesquisa.

Agradeço à CAPES que financiou integralmente minha investigação, inclusive com a outorga de uma bolsa PDEE, me permitindo pesquisar junto à Universidad de la República no Uruguai durante o segundo semestre de 2008.

Em Montevidéu, tive o privilégio de ser co-orientado pelo Profº José Rilla, profundo conhecedor da história política uruguaia e que me recebeu muito bem na Facultad de Ciencias Sociales da UdelaR. Nas reuniões que tivemos recebi preciosas indicações bibliográficas, contatos para entrevistas, referências de arquivos enfim. O Profº Rilla sempre tornou mais simples minha tarefa, uma vez que ao chegar à cidade não conhecia praticamente ninguém.

Também gostaria de agradecer à Fundación Vivian Trías nas pessoas de seu presidente, José Enrique Díaz, e dos professores Gabriel Quirici e Federico Alves. Todos eles me abriram as portas da instituição dando-me acesso irrestrito a seu arquivo, onde pude consultar toda a coleção do semanário *Marcha*.

Na Facultad de Humanidades recebi o auxilio da Profº Cecilia Robilotti, do Archivo de Propaganda Política. Encontrei ali um importante material que foi incluído no trabalho.

Em novembro de 2009, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, fiz um estágio de pesquisa na Universidad Nacional de General Sarmiento, na Argentina. Com a acolhida e supervisão pelo Profº Ernesto Bohoslavsky, consultei inúmeros órgãos de imprensa e procurei avaliar como o surgimento e atuação da Frente Ampla repercutiu naquele país. Igualmente, em Buenos Aires, discuti meu trabalho com a Profº Mariana Iglesias, pesquisadora de história do Uruguai da Universidad Nacional de San Martín. Sou grato a ambos.

Na Universidade de São Paulo participei do grupo de estudos “Cultura e política nas Américas: circulação de idéias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)”. Durante quatro anos, sempre com a calorosa recepção da

Profº Maria Ligia Coelho Prado, partilhei um ambiente de intercâmbio e aprendizado e recebi muitas contribuições dos colegas de vários lugares

Não poderiam ficar de fora destes agradecimentos meus amigos de todas as horas. Quando ainda escrevia o projeto de pesquisa troquei muitas idéias com o César Doriguello e continuo trocando. Ao Luiz Antonio Albertti agradeço por falarmos de História e tantas coisas mais. Agradeço ainda a Camila Kohori, Daniele Martins, Jorge Romanello, Andréa Helena de Fazio, Ronaldo Amaral, Carlos Gustavo Nóbrega, Iván Braida, Amilcar Brun, Iuri Cavlak, Dárcio Chaves, Raphael, Érica e Ana. Devido ao cansaço e confusão do final de tese peço desculpas aos que não incluí nesta lista. Meus agradecimentos a todos.

Finalmente, agradeço minha família por entender as muitas ausências ao longo desse caminho. O apoio dos mais próximos sempre me deu forças para continuar. Tenho uma imensa dívida de gratidão para com minha esposa e companheira Angélica, sem a sua paciência e generosidade não poderia ter concluído o presente trabalho.

BATUCADA MONSTRUO DEL F.A.

NECESITAMOS INSTRUMENTISTAS DE BATUCADA
CON INSTRUMENTOS (FUNDAMENTALMENTE REDOBLANTES)
Llamar al 29 51 06 desde las 11 horas o al 59 54 14
de 12:15 a 13 horas

¡¡SALIMOS EL 24!!

(Semanário *Marcha*, novembro de 1971)

FERREIRA, André Lopes. *A unidade política das esquerdas no Uruguai:* das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 2011. 430 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, 2011.

Resumo:

A Frente Ampla (FA), fundada em 1971 como coalizão de partidos de esquerda e grupos políticos progressistas, encerrou com pelo menos uma década de discussões e tentativas de aproximação entre os partidos minoritários no Uruguai. Além disso, a nova força pôs fim ao histórico predomínio político-eleitoral dos partidos Nacional (Blanco) e Colorado. Desde meados dos anos 50, PCU (Partido Comunista do Uruguai) e PS (Partido Socialista) debatiam a questão da unidade, não chegando, porém, a nenhum acordo efetivo. A partir de 1962, experiências de unificação foram feitas por um e outro partido, mas nunca englobando todas as esquerdas. Mais tarde, no curso de 1968, a Democracia-Cristã (PDC) sugeriu criar uma grande aliança de oposição ao governo autoritário de Jorge Pacheco Areco, bem como uma alternativa democrática à luta armada dos Tupamaros, contudo, tal iniciativa não teve resultados imediatos. Após muitas polêmicas e extensas negociações durante 1970, comunistas, democrata cristãos, socialistas e setores desprendidos dos partidos majoritários, se uniram formando a Frente Ampla, culminando um longo processo de exigências, concessões e aprendizado político.

Palavras-chave: Uruguai; partidos políticos; esquerdas; coalizão; Frente Ampla.

FERREIRA, André Lopes. *The political unit of the left parties in Uruguay:* from the first experiences to Frente Ampla (1958-1973). 2011, 430 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, 2011.

Abstract:

The *Frente Ampla* (FA), established in 1971 as a coalition of the left parties and the progressive political parties, ended with, at least, one decade of discussions and approaching attempts between the minority parties in Uruguay. Besides, the new power put an end to the historical political-electoral predominance of the parties *Nacional* (Blanco) and *Colorado*. Since the fifties, PCU (Uruguay´s Communist Party) and PS (Socialist Party) debated the unit issue, however, not coming to an agreement. Since 1962, experiences of unification were made by one and another party, but never joining all the left parties. Later on, in 1968, the Christian-Democracy (PDC) suggested forming a great opposition alliance to the authoritarian government of Jorge Pacheco Areco, as well as a democratic alternative to the armed conflict of Tupamaros, nevertheless such initiative didn´t have the immediate results. After a lot of controverse and extensive negotiations during 1970, communists, christian democrats, socialists and detached sections of the majority parties, got together forming the *Frente Ampla*, culminating in a long process of requirements, concessions and political learning.

Key-words: Uruguay; political parties; left parties; coalition; *Frente Ampla.*

ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Archivo de Propaganda Política
APR – Alianza Popular Revolucionaria
CIOSL – Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres
CLAEH – Centro Latinoamericano de Economía Humana
CGTU – Confederación General del Trabajo del Uruguay
CNG – Consejo Nacional de Gobierno
CNT – Convención Nacional de Trabajadores
CSU – Confederación Sindical del Uruguay
CTU – Central de Trabajadores del Uruguay
FA – Frente Amplio
FIdeL – Frente Izquierda de Liberación
FORU – Federación Obrera Regional Uruguaya
FREJULI – Frente Justicialista de Liberación
FSM – Federación Sindical Mundial
IUES – Instituto Uruguayo de Educación Sindical
MBPP – Movimiento Blanco Popular y Progresista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MI 26 de Marzo – Movimiento de Independientes 26 de Marzo
MRO – Movimiento Revolucionario Oriental
PCU – Partido Comunista del Uruguay
PDC – Partido Demócrata Cristiano
POR-T – Partido Obrero Revolucionario - Trotskista
PRT – Partido Revolucionario de los Trabajadores
PS – Partido Socialista
UdelaR – Universidad de la República
UGT – Unión General de Trabajadores,
UP – Unidad Popular
UNP – Unión Nacional y Popular
USU – Unión Sindical Uruguaya

SUMÁRIO

Introdução.....p. 12
Capítulo I. A formação política uruguaia.....p. 26
1. O sistema partidário uruguaio.....p. 26
2. A história partidária no Uruguai: política na longa duração.....p. 31
3. A modernização do sistema partidário: permanência versus ruptura.....p. 34
4. Relação entre partidos, Estado e sociedade no Uruguai.....p. 38
5. O bipartidarismo: forma e conteúdo do sistema de partidos no Uruguai.....p. 42
6. *Partidos tradicionais* e *partidos de idéias*: uma crítica conceitual.....p. 46
7. As esquerdas e a vitória do Partido Nacional em 1958.....p. 50
Capítulo II. As eleições de 1962: as esquerdas em busca da unidade.....p. 56
1. A unidade política no debate das esquerdas: antecedentes imediatos.....p. 56
2. Diálogos e desacordos: as eleições de 1962.....p. 68
2.1. O Partido Socialista e a experiência da *Unión Popular*.....p. 62
2.2. O Partido Comunista e a experiência da FIdeL – *Frente Izquierda de Liberación*.....p. 91
3. Um passo atrás: as esquerdas divididas e o resultado das eleições.....p. 109
Capítulo III. As eleições de 1966: os movimentos social e sindical em busca da unidade.....p. 121
1. Entre a CEPAL e a Aliança para o Progresso: crise econômica e planificação no Uruguai.....p. 122
2. A experiência de unificação nos movimentos social e sindical: a criação da CNT e o *Congreso del Pueblo*.....p. 128
3. As esquerdas nas eleições de 1966: reforma constitucional e unidade política.....p. 157
Capítulo IV. A democracia ameaçada e o surgimento da Frente Ampla.....p. 183
1. Crise e radicalização política.....p. 184
2. O grande e difícil concerto das esquerdas.....p. 195
3. 1970: o início de um ano decisivo.....p. 221
4. A construção do entendimento: unidade e mobilização.....p. 235
Capítulo V. A Frente Ampla e as eleições de 1971.....p. 256
1. As bases programáticas e o regulamento interno: exigências e concessões..p. 256
2. A Frente Ampla em busca de seus candidatos.....p. 275

3. Entre a unidade e a diversidade: a Frente Ampla e seus sublemas.....p. 282
4. A Frente Ampla ganha as ruas: a campanha eleitoral.....p. 292
4.1. Artigas e o artiguismo no discurso eleitoral da Frente Ampla.....p. 301
4.2. Mobilização e apoio: os Comitês de Base e outras adesões.....p. 314
5. A Frente Ampla e os Tupamaros.....p. 325
6. A Frente Ampla vai às urnas.....p. 333
Capítulo VI. A Frente Ampla após sua primeira eleição: a breve trajetória até o golpe de Estado de 1973.....p. 353
1. Reorganizar e lutar: do I Congresso dos Comitês de Base à assinatura do *Compromisso político*.....p. 353
2. Violência contra violência: o *Estado de Guerra Interna* e o aumento do protagonismo militar.....p. 362
3. A *Lei de Segurança do Estado* e a consolidação do protagonismo militar.....p. 373
4. *De fevereiro a junho*: a Frente Ampla entre dois caminhos.....p. 384
5. *O fim do princípio*: a Frente Ampla e o golpe civil-militar.....p. 395
Considerações finais.....p. 406
Referências.....p. 415

INTRODUÇÃO

Em 24 de novembro de 1971, há menos de um ano de sua fundação, a Frente Ampla – FA, aliança de partidos e grupos de esquerda encerrava com um enorme comício os preparativos para as eleições nacionais uruguaias do final daquele mês.

Na Avenida Diagonal Agraciada, tradicional palco de manifestações políticas de Montevidéu, aglomerava-se uma multidão vinda de todas as partes da capital e também do interior para assistir o último ato de campanha. Diante da militância frenteamplista e de um grande número de simpatizantes discursou o General Liber Seregni, candidato à presidência da República pela FA[1].

Do ponto de vista eleitoral, guardadas as proporções entre os vários partidos, a estréia da Frente Ampla naquela disputa pode ser considerada um novo fenômeno devido ao número de votos recebidos pela coalizão. Em um sistema político bipartidário, no qual historicamente predominaram as duas siglas "tradicionais", quais sejam os partidos Colorado e Blanco, a FA obteve a terceira votação nacional (18,3% dos sufrágios) e ficou posicionada em segundo lugar em Montevidéu (30,1% do eleitorado), fato bastante significativo se levarmos em conta que, já na época, metade da população uruguaia vivia nesta cidade. (NAHUM et. al., 1998, p. 70-81)

Embora saísse derrotada da eleição para o Executivo, a FA conseguiu eleger cinco senadores e dezoito deputados, algo também inédito para os partidos de esquerda. Todavia, a principal conseqüência do desempenho frenteamplista nessa ocasião foi se constituir como a terceira força política do país, o que pela primeira vez colocava em cheque um longevo bipartidarismo.

O surgimento da Frente Ampla, porém, não pode ser entendido sem considerarmos o histórico de debates e polêmicas que precedeu sua criação. Nesse sentido, ao me propor a estudar o processo formativo da FA, tive necessariamente que considerá-lo no âmbito de um objeto maior, isto é, a unidade política das esquerdas no Uruguai, a qual não começa com essa experiência em 1971, mas tem nela um de seus principais capítulos.

---

[1] CAETANO, Gerardo (Coord.). Discurso de Seregni pronunciado en el acto final de la campaña electoral, el 23 de noviembre de 1971. In: Colección Liber Seregni, Tomo I. *La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971*. Montevideo: Taurus, 2005, p. 269-276.

O caminho que levou à unidade foi marcado por avanços, retrocessos e um aprendizado político de pelo menos uma década. Defendida pelos comunistas desde meados dos anos 50, a unificação foi parte da agenda tanto do PCU – *Partido Comunista del Uruguay* quanto do Partido Socialista, que à sua maneira também preconizava a constituição de uma frente político-partidária para combater a hegemonia de blancos e colorados.

Durante a campanha para as eleições de 1962, uma acalorada discussão entre PCU e PS mobilizou os meios de esquerda, envolvendo ainda outros segmentos políticos menos circunscritos, como, por exemplo, o grupo de jornalistas e intelectuais que escrevia no semanário *Marcha*. As tentativas de acordo acabaram fracassando e resultaram na criação de duas coalizões: a FIdeL – *Frente Izquierda de Liberación*, capitaneada pelos comunistas, e a *Unión Popular*, que tinha o Partido Socialista como principal força. Os resultados dessa eleição ficaram muito aquém do que os dois partidos esperavam, mas principalmente o PS sofreu danos, com a perda da pequena representação parlamentar e o início de uma profunda crise.

Cabe destacar que forças e atores extrapartidários contribuíram igualmente para a aproximação das esquerdas nos anos seguintes. De perfil independente e combativo, o movimento sindical uruguaio, surgido ainda no final do séc. XIX, finalmente unificou-se com a *Convención Nacional de Trabajadores* – CNT, consolidada entre 64 e 66. Tal episódio teve conseqüências inegáveis para o entendimento entre os partidos minoritários e a criação da Frente Ampla algum tempo depois. O programa de reivindicações da CNT foi retomado na plataforma da FA quase integralmente, trazendo assim uma grande quantidade de trabalhadores para sua área de influência.

Em 1965, por sua vez, o sindicalismo, juntamente com movimentos sociais organizados realizaram o *Congreso del Pueblo*, cujo objetivo foi discutir a estagnação econômica vivida pelo país e apontar saídas; muitas de suas deliberações também foram incorporadas pela Frente Ampla posteriormente.

O debate em torno da unidade ganhou força quando, a partir de 1968, vieram à tona os primeiros capítulos de uma escalada autoritária iniciada pelo governo do presidente Jorge Pacheco Areco. A adoção das *Medidas Prontas de Seguridad*, que suspendiam garantias e direitos individuais básicos, abriu caminho não somente para a repressão dos movimentos políticos e sociais de oposição, como também

permitiu ao Executivo implementar políticas de extrema liberalização econômica, atingindo principalmente os setores assalariados já golpeados pela crise.

Concomitantemente, grupos armados de extrema-esquerda mobilizavam mais e mais adeptos realizando ações imediatamente respondidas pelas forças policiais. Essa polarização, traduzida no abuso das leis, na proscrição de partidos e organizações políticas e no aumento da violência de lado a lado, levou o PDC – *Partido Demócrata Cristiano* a conclamar, em meados de 68, a formação de uma grande força oposicionista como saída legal para a grave situação.

Destarte, defendendo posições ideológicas diferentes, mas convergindo quanto à necessidade de unificarem-se no plano eleitoral, o Partido Democrata Cristão, o Partido Comunista do Uruguai, o Partido Socialista, bem como vários grupos progressistas egressos dos partidos majoritários, travaram longas discussões desde junho de 1968 até o fim de 1970 em busca de uma fórmula que permitisse a coligação entre todos. Ao final desse período, superando dificuldades de diversas naturezas, acertaram os termos para a constituição da Frente Ampla, formalizada em fevereiro de 1971.

UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Avaliando o que se produziu sobre a unificação das esquerdas e a Frente Ampla, teremos o ensejo de sublinhar algumas diferenças fundamentais entre essa literatura e o presente trabalho.

Ao situar a FA como objeto de pesquisa, vê-se que mesmo no Uruguai o número de trabalhos é escasso, existindo uma notável lacuna quanto ao tema. É verdade que a chegada da coalizão à presidência da República em 2005 aumentou o interesse geral e acadêmico pela matéria; contudo, o que se produziu foram investigações pontuais acerca da aliança[2], centradas geralmente em sua atuação

[2] MOREIRA, Constanza. *Final de juego.* Del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004; GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. *La era* progresista. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004; GACÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. De las ideas a las políticas: programas partidarios, agendas de gobierno y políticas públicas en el Uruguay contemporáneo (1985-2005). *Iberoamericana. Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*. Stockholm, vol. XXXIV, n. 1-2, 2004, p. 91-122; SILVA, Fabricio Pereira da. Esquerda uruguaia no poder: a trajetória

entre o fim da ditadura militar em 1985 e a vitória de Tabaré Vázquez nas eleições do ano de 2004. Esse vazio historiográfico não deixa de chamar a atenção; isto é, por que os primeiros anos da trajetória *frentista*, ou *frenteamplista*, não são privilegiados nas análises?[3] Assim, embora sempre mencionado nos vários livros, o processo de fundação do grupo não foi alvo de estudos dos historiadores.

O que existe em abundância na literatura especializada uruguaia são pesquisas a respeito do sistema de partidos, e nessas obras a Frente Ampla surge como mais um componente do conjunto[4]. Um traço comum à maioria desses trabalhos é a visão panorâmica que eles oferecem, havendo poucos estudos sobre os partidos considerados individualmente. Em suma, quando aparecem, os partidos políticos estão geralmente subordinados a outros interesses no interior das pesquisas, quase nunca sendo o escopo da investigação.

Ao final de um excelente balanço bibliográfico sobre os partidos políticos uruguaios, José Rilla e Gerardo Caetano arrolam uma lista com mais de 250 trabalhos entre livros e artigos, mas que após um rápido exame comprova-se o que afirmei anteriormente: diante desse total são reduzidas as histórias estritamente "partidárias". (CAETANO; RILLA, 1992, p. 97-119) A escassa produção acadêmica sobre a história dos partidos no Uruguai não deixa de ser um contrassenso, uma vez que se trata de uma sociedade cuja trajetória foi profundamente marcada por essas organizações.

Não desconsidero o sistema partidário como um todo – seria contraproducente fazê-lo –, mas minha opção metodológica foi examinar a Frente Ampla como unidade analítica sem isolá-la da malha de relações que a constituiu como sujeito político. De qualquer modo, o eixo de minha pesquisa repousa sobre o processo de unificação das esquerdas e a FA e não no sistema de partidos. Segundo Giovanni Sartori, "[...] embora não se possa dizer que um partido produz

---

da Frente Ampla e seus dois primeiros anos de governo. *Observador On-line*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 6, jun. 2007.

[3] Tratando-se do ensino de história nos níveis *primário* e *secundário*, conquanto esse período – incluindo a ditadura – seja estudado desde os anos 80, ficou restrito às pesquisas acadêmicas. Apenas em 2009 temas como o surgimento da Frente Ampla, o golpe de 1973 e a violação de direitos humanos foram incluídos no currículo da 6ª série. IBARRA, Marialaura. La historia reciente llega a la escuela. *El país*, Montevideo, 4 set. 2008, Nacional, p. A6.

[4] Como alguns exemplos de uma lista de trabalhos bastante longa posso citar: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et. al. *Los partidos políticos uruguayos en tiempo de cambio*. Montevideo: FCU, 1999; GONZÁLEZ, Luis Eduardo. *Estructuras políticas y democracia en* Uruguay. Montevideo: FCU, 1993; CAETANO, Gerardo et. al. *De la tradición a la crisis.* Pasado y presente de nuestro sistema de partidos. Montevideo: CLAEH; EBO, 1991; CAETANO, Gerardo et. al. *Partidos y electores:* centralidad y cambios. Montevideo: CLAEH; EBO, 1992.

um “sistema de partidos”, pode-se afirmar que cada partido pode ser visto (de dentro, ou estudado isoladamente) como um “sistema” [...]”. (1982, p. 65)

O que Sartori quer dizer, obviamente, é que um partido funciona como um pequeno sistema político na medida em que em seu interior existem diferentes tendências, gerações e, lógico, disputa por hegemonia, e no caso da Frente Ampla essa abordagem é imprescindível. Por se tratar de uma coalizão partidária, as tensões e diferenças internas que em um partido comum são implícitas e de difícil percepção, aparecem na FA já em sua “epiderme” política, ou seja, é nítida a existência de grupos distintos que por razões contingenciais se uniram ao redor de uma plataforma comum.

Nesse mesmo sentido, considero que é impossível estudar um partido ou, em meu caso, uma aliança de partidos, sem considerar a relação com o meio em que ela se constituiu política e historicamente. Indo além, na verdade, pode-se usar o mesmo raciocínio para qualquer outro objeto de pesquisa em História. Um objeto tem existência efetiva no interior de um conjunto de relações, isto é, ele só pode ser constituído relacionalmente. Sobre isso, afirma Pierre Bourdieu: “[...] Os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo.” (2002, p. 178)

Daí que o objeto desse trabalho deve ser abordado de duas maneiras: em primeiro lugar temos que dar atenção às relações internas que caracterizaram a Frente Ampla e, depois, considerar como a organização tratou com seu entorno político. Internamente, a análise passa pelo processo que levou à fundação da FA e sua atuação até o golpe de 1973. O importante aqui é notar como se posicionaram comunistas, socialistas, democrata-cristãos e seus outros membros diante de questões como a formulação das bases programáticas, a disputa pela hegemonia interna, a condução do grupo, entre outros aspectos. Externamente, o foco da análise se desloca para o relacionamento da coalizão com os demais agentes do campo político uruguaio: os partidos majoritários, o Executivo, o Exército e, bem como, o seu delicado vínculo com a guerrilha tupamara, que estava ao mesmo tempo “integrada” e excluída do grupo.

Voltando a discutir a produção acadêmica sobre a Frente Ampla, reitero que o seu processo de formação aparece apenas secundariamente em trabalhos mais amplos, não existindo uma análise histórica detida do assunto.

Embora se mencione as tentativas anteriores de coligação entre as esquerdas (ZUBILLAGA, 1991, p. 76-77), elas não são estudadas como experiências relevantes para a conformação da FA em 1971. Tampouco seu surgimento é mostrado sob a perspectiva da busca pela unidade, exatamente o viés que adotei nos capítulos II e III ao retomar os debates dos partidos minoritários nas eleições de 1962 e 1966.

É possível encontrar autores que pretendem apontar diferenças entre a Frente Ampla e as tentativas de unidade política já levadas a cabo; entretanto, essas diferenças nunca são avaliadas a fundo e, principalmente, não se busca explicar por que as experiências precedentes de unificação fracassaram. (NAHUM, et. al., 1998, p. 73) Alega-se, por exemplo, que a FA foi concebida sem a exclusão de qualquer força, mas sem apontar a razão pela qual isso não havia sido conseguido anteriormente, o que procurei fazer em minha argumentação.

Outra constante é o modo como a coalizão é apresentada, a saber, a grande novidade eleitoral do ano de 1971. De maneira geral, a historiografia e a Ciência Política uruguaias entendem o surgimento do grupo como sendo algo efetivamente inédito no campo político: um *partido antitradicional* diante de velhas forças acostumadas ao poder. (QUEIROLO, 1999, p. 106)

Nesse aspecto pode-se citar o historiador Juan José Arteaga, segundo o qual em 71 “[...] la novedad política de mayor duración ha sido la creación del Frente Amplio (FA), coalición de partidos políticos provenientes de la izquierda tradicional y de desprendimientos de los partidos tradicionales. [...]”. (2000, p. 290) Como mais um exemplo desse padrão interpretativo temos o cientista político Luis Costa Bonino, para quem “El Frente Amplio constituye la principal novedad en la oferta electoral del año 1971. Con un programa que, en líneas generales, recoge las reivindicaciones políticas tradicionales de los partidos de la izquierda […]”. (1995, p. 211)

Ao tomar a aliança sob o signo do novo, esses trabalhos acabam obliterando o que foram seus bastidores políticos. O exame das intervenções de cada um dos atores envolvidos na constituição da Frente Ampla permite demonstrar que ela não é algo dado, e que antes de sua formalização, em fevereiro de 1971, havia diferentes projetos de unidade que coexistiam e se enfrentavam no Uruguai. O que pretendo dizer é que a FA, contrariando a forma como tem sido mostrado pela literatura, não foi o ponto de partida de um projeto alternativo ao bipartidarismo, mas seu ponto de chegada; portanto, é necessário perfazer o itinerário de seu processo fundacional.

Acredito que a Frente Ampla não possui uma história oficial, isto é, algo como uma cartilha que se ofereça aos recém incorporados com uma representação estruturada do passado e das idéias da organização. Da mesma maneira, ela não tem a seu serviço o que poderíamos chamar de *historiadores orgânicos*, adaptação do conceito gramisciano feita por Michael Pollak. (1992, p. 6-7) Em contrapartida, o fim da ditadura propiciou o surgimento de trabalhos de integrantes da FA como os de Miguel Aguirre Bayley, que no contexto da transição à democracia publicou um relato documentado muito difundido à época: *El Frente Amplio. Historia y documentos*[5]. Além desse título, Aguirre Bayley também escreveu *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971. Historia y documentos*[6], ambos com várias edições.

Esses livros não são, é claro, textos analíticos ou acadêmicos. Apresentando uma narrativa factual e naturalmente comprometida com seu lugar de produção, enquadram-se muito mais como testemunhos, mas nem por isso deixam de ter valor. Seu principal aporte é a reprodução de documentos e um grande número de dados certamente relevantes.

Em 1995 Marta Harnecker editou *Forjando la esperanza*[7], conjunto de depoimentos de protagonistas da FA acerca da trajetória da organização. Cobrindo desde antes do surgimento da aliança até meados dos anos 90, inclusive o período de resistência à ditadura, a proposta desse trabalho não é analítica, e deixa que os próprios personagens apresentem suas versões; trata-se muito mais de uma fonte, e é nessa condição que o utilizo.

Recentemente, o historiador australiano Stephen Gregory publicou *Intellectuals and left politics in Uruguay, 1958-2006. Frustrated dialogue* (2009), pesquisa centrada na intelectualidade uruguaia e sua relação com as esquerdas. O autor analisa o debate intelectual no país com especial atenção ao grupo de colaboradores do semanário *Marcha*, mostrando como importantes figuras do mundo acadêmico e das letras se transformaram em interlocutores das esquerdas, inclusive engajando-se na aproximação dessas forças. O período pós-ditatorial também é analisado no livro, embora aqui, o engajamento intelectual ceda lugar à

---

[5] AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio.* Historia y documentos. Montevideo: EBO, 1985.
[6] AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971. Historia y documentos. Montevideo: Ediciones Cauce, 2005.
[7] HARNECKER, Marta. *Forjando la esperanza*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1995. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsdl/cgi-bin/library?e=d-000-00---0martah--00-0-0--0prompt-10---4------0-1l--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&cl=CL2.1&d=HASH018e52bcceeb69dfbe325053&gt=1>. Acesso em: 14 abr. 2008.

dispersão, indicando uma nova realidade política. Gregory não faz uma história dos debates partidários sobre a questão da unidade, propósito que tento alcançar, de forma que considero meu trabalho e o seu como sendo diferentes e complementares.

A HIPÓTESE DE TRABALHO

A hipótese central desta pesquisa é que o surgimento da Frente Ampla foi possível devido à presença de fatores que não estiveram presentes nas tentativas anteriores de unificação das esquerdas. Dentre esses fatores, os de maior relevância são, por um lado, a agudização da crise econômica uruguaia, refletida no desgaste político-institucional e na irrupção da violência política e, por outro, em um plano mais específico, o papel jogado pela Democracia Cristã como promotora e mediadora da negociação entre as diversas forças que vieram a ingressar na FA.

Há ainda uma hipótese subsidiária que diz respeito à criação da Frente Ampla como estratégia bifronte das esquerdas, entendida tanto como uma resposta à política autoritária do governo de Jorge Pacheco Areco quanto uma alternativa à via revolucionária adotada pela guerrilha urbana[8].

Quando em 1962 e 1966 os partidos Comunista e Socialista ensaiaram as primeiras aproximações – sempre com muita resistência por parte do PS –, ainda havia no Uruguai, apesar da crise econômica, um marco de convivência política, de liberdade e tolerância. Excetuando algumas ocasiões quando o governo do Partido Nacional (Blanco) decretou Medidas de Segurança para coibir greves, não se constatam perseguições abertas a opositores ou à imprensa. Ademais, o grupo que deu origem aos Tupamaros, o *Coordinador*, se encontrava em um estágio embrionário e as organizações de extrema direita sequer existiam.

Nesse ínterim, as esquerdas procuraram construir alianças com vistas às eleições, sempre tendo como meta o aumento de sua representação legislativa e a ampliação do eleitorado, o qual raramente ultrapassava os dez por cento dos votantes inscritos. Conquanto tenha havido rumores golpistas nesse período, antes

[8] Devo essa última hipótese em particular a uma sugestão de trabalho feita pelo Profº José Rilla.

de 1968 o fechamento institucional não era tido como uma ameaça iminente, e o que orientou a prática dos partidos minoritários foi, antes de tudo, a conquista de posições no campo político. Bem assim, em 1962, quando viu frustrada sua proposta de unidade devido à recusa dos socialistas, o PCU afirmou que no *dia seguinte às eleições* novamente convidaria o outro partido para integrar uma fórmula juntos[9]; em outras palavras, sempre havia no horizonte uma próxima disputa e a possibilidade de concertar acordos para o amanhã.

Esse quadro muda radicalmente com o acionar da guerrilha urbana e a subida ao poder de Pacheco Areco. Se antes se tratava de conquistar o campo político, pouco a pouco a preocupação central – das esquerdas e de alguns setores dos partidos majoritários – passou a ser a própria manutenção desse campo; quer dizer, surge um consenso, tácito em princípio e depois mais explicito, de que o espaço de disputas, tal qual se conhecia, estava ele mesmo em risco. É nesse momento que diálogos antes impensáveis ou improváveis, como, por exemplo, entre democrata cristãos e marxistas, tornam-se reais.

A Frente Ampla, seguindo com esse raciocínio, é o resultado não apenas da ação de grupos que por sua origem ideológica já defendiam a política de frentes, caso do PCU e do PS; mas também da diligência de partidos e setores que não tinham as alianças como parte de seu discurso ou programas, mas que impelidos pela conjuntura, se viram na obrigação de buscar coincidências entre si e, onde estas não existiam, criá-las.

Finalmente, há que se explicar como uma força desafiante conseguiu, em sua primeira disputa, ser a terceira opção mais votada nacionalmente e a segunda no Departamento de Montevideo, ultrapassando inclusive o Partido Blanco no maior centro eleitoral do Uruguai. Em um sistema partidário avesso às mudanças e conformado em torno às duas legendas históricas, o surgimento da FA e seu desempenho é de fato intrigante.

As propostas da coalizão eram, sem dúvida, progressistas e retomavam idéias clássicas da esquerda sem, no entanto, advogar o socialismo como meta. Defendiam, é claro, uma transformação político-econômica, mas sempre dentro dos limites já consagrados pelo *fazer política* no país. Além disso, não propunham nenhum tipo de ruptura com a ordem democrática, apoiando, ao contrário, a defesa

[9] La unidad se pone en marcha. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 4 jul. 1962.

incondicional da Constituição e do Estado de direito. Pode-se cogitar que o relativo sucesso da Frente Ampla se deve a que suas bases programáticas e projetos de governo contemplavam os elementos mais caros da cultura política uruguaia, inscrevendo-se em um terreno já conhecido e legitimado.

ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO E AS FONTES

O recorte que serve de base para essa pesquisa abarca um período de aproximadamente quinze anos (1958-1973). Nesse interregno é possível reconhecer determinadas mudanças no campo político – em sua dinâmica e agentes –, havendo sensíveis movimentações e realinhamentos dos diversos atores envolvidos na disputa pelo poder.

Do ponto de vista metodológico, o que procurei foi estabelecer uma unidade temporal analítica, o que para o historiador é parte constitutiva de seu objeto de investigação, isto é, não apenas orienta a busca e análise das fontes como incide diretamente sobre a constituição do objeto.

Parte-se da eleição de 1958, a qual sinalizou um fato transcendente na história política do país: a rotação no poder após quase um século de governos de um mesmo partido, o Colorado. O triunfo dos blancos, ainda que de maneira tímida, sugeria que outras forças pudessem da mesma forma alcançar a vitória nas urnas. Foi também nesse escrutínio que se passou a perceber mais claramente a existência de um eleitorado flutuante, e que, portanto, já não votava de acordo com velhas e enraizadas fidelidades. Isso criou para as esquerdas a expectativa de lutar por esses sufrágios unindo forças e tentando romper com a histórica resistência às suas propostas.

A outra baliza cronológica é dada pelo golpe civil-militar de 1973. Abriu-se aí um período de exceção que jogou por terra todos os partidos, obrigando-os à clandestinidade. Uma fratura institucional que marcou o eclipse da longa democracia uruguaia. Conquanto a Frente Ampla não tenha deixado de atuar nos anos da ditadura clandestinamente, esse é um contexto muito distinto e que requer outro tipo de abordagem.

Dentro do período estudado, privilegiam-se, sobretudo, os cenários eleitorais, isto é, 1962, 1966 e 1971, o que não quer dizer que a política das conjunturas intereleitorais não tenha sido levada em conta. As eleições, na verdade, apresentam um "pulsar político" diferente se comparadas aos momentos intermediários, caracterizados por disputas mais comezinhas. Tais ocasiões são especiais no sentido de que nelas culminam processos de aproximação e distanciamento políticos ocorridos nos períodos intereleitorais.

O fato de a Frente Ampla ser precedida por outras experiências unitárias, me refiro à FIdeL e à Unión Popular, ambas criadas em 1962, não implica em dizer que ela seja uma *continuação* daquelas tentativas, em grande medida frustradas. Se tomarmos o surgimento da FA como o resultado de um processo político, há que se evitar a todo custo conceber sua história a partir do que poderíamos chamar de *ilusão linear*[10].

O estudo das alianças políticas anteriores não se justifica porque elas supostamente *anteciparam* a futura coalizão; pelo contrário, há nesse particular diferenças substanciais. O que se firmou em 1971 é quantitativa e qualitativamente distinto do que as esquerdas levaram a cabo no princípio dos anos 60, quer dizer, a Frente Ampla não estava *prenunciada* na Unión Popular ou na Fidel.

Em contrapartida, é plausível que as tentativas parciais de unidade iniciadas em 62 tenham contribuído em outros sentidos para a constituição da FA. O acúmulo de experiência nas negociações tornou mais maleáveis os vários discursos políticos ao longo dos anos. Além disso, não me pareceu razoável propor um estudo da unificação das esquerdas começando pela própria FA, isto é, ignorando que desde a metade dos anos 50 já se vinha debatendo uma possível frente partidária no Uruguai.

Por lidar com um grande número de partidos e organizações políticas, tentei mostrar como cada um desses sujeitos se posicionou ante as principais questões do período, destacando, obviamente, o tema da unidade. Essa tarefa foi mais simples quando somente comunistas e socialistas debatiam a matéria, a exemplo de 62 e

[10] Emprego livremente essa idéia como adaptação do conceito de *ilusão biográfica* de Pierre Bourdieu. Discutindo a escrita de biografias e autobiografias, Bourdieu chama a atenção para o que denominou *ilusão biográfica;* distorção metodológica que induz o autor a tomar a vida do biografado – e acredito que o raciocínio valha para qualquer objeto de pesquisa – como sendo dotada de aparentes linearidade e coerência, fazendo crer que as atitudes e decisões tomadas pelo indivíduo na velhice, por exemplo, já estivessem dadas ou inscritas durante sua juventude, ou mesmo o inverso, reforçando a idéia de que nessa trajetória de vida há um sentido ou lógica implícitos. (BOURDIEU, 1998, p. 183-191)

66. Mais tarde, como outras forças tomassem parte nas discussões, notadamente a Democracia-Cristã, o número de variáveis aumentou sensivelmente. Já nas vésperas da fundação da FA, além dos partidos minoritários, quais sejam o PCU o PS e o PDC, também opinaram os setores dissidentes de blancos e colorados dispostos a ingressar na aliança, além de grupos sem filiação partidária.

Essa abundância de posições, que acompanhei fundamentalmente através da imprensa e de depoimentos, também não é uniforme. No caso dos partidos constituídos, que possuíam seus próprios órgãos de propaganda, foi possível perceber mais detalhes e nuances. Em se tratando de grupos menores, geralmente extratos dos partidos majoritários, suas opiniões sempre apareciam em periódicos de terceiros, e às vezes só como menções já submetidas a um filtro prévio.

Ocorre também que um mesmo partido ou grupo nem sempre se utilizava dos mesmos veículos. O Partido Socialista, por exemplo, possuiu diferentes jornais ao longo do período estudado, publicou *El Sol* nos anos 1960 e *El Oriental* na década de 1970. A Democracia-Cristã editou primeiramente *Flecha* e depois *Ahora*. Dentre os muitos títulos, o de maior circulação e cujo formato mais se aproximava de um órgão da grande imprensa era *El* Popular, diário do Partido Comunista, com seções de política nacional e internacional, cultura, um caderno de esportes etc.

Em notícias, reportagens e principalmente editoriais, pude retomar o caminho de certas discussões e polêmicas e, na medida do possível, confrontar idéias e programas. Essas publicações, eminentemente partidárias, eram tribunas para o discurso oficial de seus mantenedores; dizendo de outra forma, o que vinha a público em *EL Popular* era a posição do comunismo uruguaio, não exigindo questionamentos maiores nesse quesito.

Não se pode dizer o mesmo no caso do semanário *Marcha*, uma das fontes mais ricas às quais tive acesso. Sua existência como espaço para o livre debate político e intelectual era uma exceção no Uruguai. Por hora, basta dizer que em um país no qual a imprensa foi partidária desde seu surgimento, e em que os maiores jornais eram propriedade dos grandes partidos, *Marcha* recolhia a opinião de todos aqueles que, com vínculos partidários ou não, observavam criticamente a secular hegemonia blanco-colorada. De fato, era um caso excepcional de independência jornalística.

No contexto das primeiras tentativas de ajuste entre as esquerdas, opiniões a favor e contra a unidade reverberaram nas páginas do semanário. Por outro lado,

quando o projeto da frente oposicionista se tornou premente, a partir de 1968, *Marcha* não apenas abriu espaço para essa discussão como se converteu em um franco incentivador do entendimento entre as várias correntes; em suma, tornou-se um ator no processo de criação da Frente Ampla.

Documentos dos partidos e grupos também foram utilizados no trabalho, sobretudo os da própria FA. Seu acordo político, plataforma eleitoral, regulamento interno etc., permitiram sondar como os partícipes desse arranjo tão abrangente se comportaram, o que exigiram e no que cederam. A consulta do material de propaganda eleitoral, como panfletos e volantes, certamente enriqueceu a abordagem, pois revelou uma política mais direta e simples, diferente das longas resoluções de congressos ou análises políticas da imprensa.

Ainda quanto às fontes, realizei inúmeras entrevistas com protagonistas das principais forças da Frente Ampla. Esses depoimentos são a amostra de uma dimensão da política não revelada pela documentação partidária ou os jornais, pois trazem ao pesquisador a experiência do vivido, em que pesem todas as mediações e ressignificações da memória que devem ser consideradas. A bem da verdade, as empreguei como fontes complementares e, como quaisquer outros documentos, foram submetidas à critica interna e externa.

É importante salientar que tomei esses testemunhos entre outubro e dezembro de 2008, quer dizer, durante o primeiro mandato presidencial da FA. É provável que se a aliança não estivesse no poder, algumas de minhas perguntas tivessem respostas diferentes. Quando falavam, os entrevistados o faziam tendo em perspectiva que o difícil pacto de 1971, passando pela ditadura, a redemocratização e várias eleições perdidas, havia finalmente se desdobrado na conquista do Executivo nacional; de alguma forma isso reorganiza ou reorienta o passado.

Devo lembrar ainda que alguns dos depoentes ocupavam cargos eletivos pela Frente Ampla quando os consultei, o que não é um detalhe menor. Esses são os caos de Alberto Couriel e Carlos Baráibar, na época senadores; também Wilfredo Penco era Ministro da Corte eleitoral. Ao utilizar suas entrevistas, sempre tive em mente o lugar do qual falavam, procurando avaliar até onde seus pontos de vista a respeito da gênese da FA estavam comprometidos com suas posições atuais.

OS CAPÍTULOS

O primeiro capítulo do texto consiste em uma introdução à formação política uruguaia. Em linhas gerais, faço um apanhado dos principais temas que nortearam o *fazer política* nos séculos XIX e XX. Talvez esse capítulo não se justificasse em uma tese defendida no Uruguai, onde esses temas são há muito conhecidos, porém, em um programa de pós-graduação brasileiro, entendo que sua elaboração situa melhor meu objeto de pesquisa ao demonstrar em que tipo de formação e cultura políticas as esquerdas se unificaram.

No capítulo dois apresento os antecedentes imediatos da discussão sobre a unidade entre os partidos Comunista e Socialista. Trato também das eleições de 1962, primeira ocasião em que ambos fizeram alianças político-eleitorais com outros grupos, inclusive oriundos dos partidos majoritários.

No terceiro capítulo discorro sobre o processo de unificação sindical com o surgimento da *CNT* e a realização do *Congreso del Pueblo*, experiências emblemáticas para a formação da FA anos mais tarde. Analiso igualmente o comportamento de comunistas e socialistas nas eleições de 1966, bem como sua nova tentativa de unificarem-se eleitoralmente.

No capítulo quatro abordo o paulatino desgaste dos marcos democráticos no Uruguai, contexto no qual a Democracia-Cristã tomou a iniciativa de convocar uma frente de oposição dando início às tratativas que levaram à Frente Ampla. Essa parte do texto abarca as negociações até o início de 1971, quando a coalizão se formalizou.

O quinto capítulo cobre a atuação da FA como força política já constituída, a elaboração de suas bases programáticas e regulamentos, seus debates internos e as estratégias adotadas na campanha eleitoral de 1971, disputa de estréia da organização.

Por fim, no capítulo seis apresento o breve período que vai das eleições até o golpe de junho de 73, cerca de um ano e meio, no qual a aliança oposicionista se envolveu nos acirrados debates sobre a violência armada e a irrupção dos militares no cenário político.

CAPÍTULO I. A FORMAÇÃO POLÍTICA URUGUAIA

Trato no presente capítulo da formação política uruguaia, como ênfase em seu sistema partidário. Os partidos Blanco (Nacional) e Colorado, criados na primeira metade do séc. XIX, estabeleceram-se prematuramente como condutores do Estado e se tornaram atores praticamente inquestionáveis em face de outras forças político-sociais. A importância que as duas siglas adquiriram ao longo do tempo fez do Uruguai um país centrado na atuação desses grupos e, desde o princípio do séc. XX, com o batllismo, uma sociedade acostumada a soluções de corte institucional.

O bipartidarismo uruguaio, cujo desenvolvimento foi marcado mais por continuidades que por rupturas, apresentou durante muito tempo enorme resistência ao aparecimento de organizações desafiantes. Embora houvesse outras legendas em atividade, como os partidos Comunista e Socialista, seu espaço sempre foi reduzido ante o predomínio banco-colorado.

Com a vitória do Partido Nacional em 1958, impulsionada entre outras coisas pelo apoio de um eleitorado flutuante que começava a surgir, abriu-se às esquerdas a perspectiva de também lutar por esses votos. De diferentes maneiras, a unidade política foi o método proposto para enfrentar os partidos majoritários e a idéia de constituir uma terceira força entrou definitivamente na pauta de comunistas e socialistas.

1. O sistema partidário uruguaio

Abordar o universo partidário no Uruguai é lidar com um fenômeno de média ou mesmo longa duração[1]. O surgimento dos partidos políticos naquele país se deu

[1] René Rémond nega com propriedade que o universo do político tenha uma natureza meramente imediatista e atual, e defende que a história política se inscreve em diferentes temporalidades, inclusive a média e a longa: [...] Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa

logo após a independência e a constituição do Estado nacional, na década de 1830. Isoladamente esse fato não constituiria algo excepcional, já que em outras partes da região as agremiações políticas surgiram também nessa época ou mesmo anteriormente. A especificidade do caso uruguaio, porém, reside na longevidade e centralidade desses partidos, que desde sua criação lançaram profundas raízes no modo de se fazer e viver a política.

Em um pequeno país recém independente e escassamente povoado[2], esses partidos se converteram nos principais protagonistas da esfera pública, não existindo outras instituições ou grupos que rivalizassem com eles na condução dos destinos do Estado. Esse protagonismo é talvez a marca mais perceptível da formação política uruguaia, uma vez que aquelas mesmas siglas continuam ativas até a atualidade, rompendo a barreira do tempo e demonstrando, apesar de muitas vicissitudes, que ainda são importantes para a condução do processo político.

A longevidade dos partidos uruguaios se destaca não apenas em âmbito regional, mas em um cenário muito mais amplo. Segundo um estudo comparativo de Mariana Sotelo Rico (1999, p. 138), ao ordenarmos os sistemas partidários de acordo com a idade dos mais longevos e relevantes partidos políticos em exercício, o sistema uruguaio situa-se como o terceiro mais antigo dentre as democracias ocidentais, sendo que em primeiro e segundo lugares figuram os Estados Unidos e a Inglaterra, respectivamente[3]. Os partidos Colorado e Nacional, fundados em 1836, contam hoje com mais de 170 anos de história.

Um sistema político na maior parte do tempo estável conferiu ao Uruguai caracteres que fizeram do país uma exceção regional no séc. XX, sobretudo se atentarmos para a instabilidade intermitente da maioria das sociedades sul-americanas durante esse período. Assim, em meio a um cenário no qual vários

---

duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração. [...] (RÉMOND, 2003, p. 34-35)

[2] Na década de 1830, logo após o processo de independência, a população do Uruguai contava apenas com cerca de 74.000 habitantes. (ARTEAGA, 2000, p. 66)

[3] Sotelo Rico utiliza ainda outros critérios para classificar a longevidade dos sistemas partidários. Em se tratando do mais velho partido com a maior votação nas últimas eleições (até 1998) o Uruguai e seu Partido Colorado ficaram com a segunda posição, atrás dos EUA e seguido pela Colômbia. Já no caso de organizar a lista pela idade média dos dois partidos mais votados nas últimas eleições (até 1998) o país ficou em primeiro lugar, seguido por EUA e Colômbia. (SOTELO RICO, 1999, p. 139-140)

países se viam às voltas com turbulências políticas e sociais, os uruguaios gozaram até meados dos anos 60 de uma longa estabilidade democrática. De acordo com Luis Costa Bonino:

> El Uruguay se distinguió en su historia política del siglo veinte, por su cultura de negociación y compromiso, por el apego de la sociedad a las ideas del liberalismo político, por la prescindencia y la marginación de la Iglesia Católica y del Ejército en los asuntos del Estado, **sobre todo, por la centralidad de unos partidos que parecían abarcar todos los espacios de la vida política uruguaya**. Estos y otros factores colaboraron para dar al país un marco pacífico y democrático de convivencia y para marcar, con trazos fuertes, sus peculiaridades en el ámbito regional. [...] (COSTA BONINO, 1995, p. 3, grifo meu)

Para o cientista político, a estruturação do sistema partidário ultrapassou em muito suas funções ordinárias, sendo que os dois *partidos tradicionais*, conhecidos também como *lemas* ou *divisas*, desempenharam um papel decisivo na própria formação da nacionalidade no país.

Após o processo de independência, a jovem *nação* carecia de referenciais político-simbólicos comuns à escassa população. Ademais, os ícones da independência, isto é, aqueles que posteriormente foram transformados nos *heróis da pátria*, na maioria das vezes lutaram além-fronteiras, sendo difícil e questionável estabelecer uma relação direta entre espaço geográfico e o que poderíamos chamar de sentimento nacional.

Soma-se a tudo isso o fato do Uruguai ter recebido grandes levas de imigrantes europeus a partir de meados do séc. XIX, o que tornou a *construção* da nacionalidade uma tarefa ainda mais complexa em vista dessa diversidade sócio-cultural. Em um contexto de *ausência identitária* o surgimento e consolidação dos partidos Colorado e Blanco seria fundamental.

> Los uruguayos, desde esos orígenes inciertos, siempre vivieron en una especie de crisis de identidad permanente. La condición suplementaria de ser un país de inmigrantes, de "europeos exiliados", no mejoró las cosas. **En esas circunstancias, la pertenencia a uno de los dos grandes grupos político-comunitarios fue vital para obtener una identidad. Los partidos tradicionales uruguayos fueron las "raíces de los desarraigados"**. "Patrias subjetivas" supletorias de un sentimiento nacional esquivo y difícil. (COSTA BONINO, 1995, p. 94, grifo meu)

Costa Bonino defende que no princípio os *partidos tradicionais* não se apresentaram simplesmente como organizações políticas associativas, mas grupos de *natureza comunal*. Seriam, dessa maneira, espécies de *tribos*, nas quais o

pertencimento político dos indivíduos se dava dentro de uma dinâmica *quase familiar*. A forte vinculação entre partidos e partidários – ou caudilhos e seus seguidores – era um profundo traço da política uruguaia. Assim, mudar de *coletividade* no séc. XIX acarretava enormes conseqüências a quem o fizesse. (COSTA BONINO, 1995, p. 94)

Outros pesquisadores também assinalam o envolvimento dos partidos na formação do Estado Nação uruguaio, como o fazem María del Rosario Beisso e José Luis Castagnola. Para eles, a coetaneidade entre o surgimento dos partidos políticos e o desenvolvimento do Estado nacional engendrou uma relação repleta de significados, inclusive de natureza épica. (ROSARIO BEISSO; CASTAGNOLA, 1987, p. 11) Nessa mesma direção temos o livro *Uruguay. Partidos políticos y sistema electoral* (1988), de Aldo Solari:

> […] Los grupos que fueron verdaderamente actores en el país lo fueron a través de los partidos, más allá de ellos no parece haber habido, como ocurre generalmente, una consciencia nacional. Ya porque ésta no existió o porque fue muy débil, los partidos desempeñaron la función que a ella le hubiera tocado. En ese sentido, fueron naciones o el equivalente funcional de naciones. (SOLARI, 1988, p. 16)

Cumprindo um papel apenas político-eleitoral ou desempenhando também funções extra-partidárias, o fato é que desde seu surgimento ambos os partidos foram centrais na configuração da vida e cultura política na Banda Oriental.

Gerardo Caetano e José Rilla escrevem que um dos legados do séc. XIX para o sistema partidário uruguaio foi o estabelecimento do que chamam *tradicionalismo político*. Podemos entender esse *tradicionalismo* como a inépcia ou resistência à inovação apresentada pelo sistema, o qual durante muitos anos não conseguiu superar determinados limites conformados em torno dos partidos Colorado e Blanco; sobretudo no que diz respeito ao surgimento de novos sujeitos políticos com capacidade real de competição. “[...] Aquellos partidos del siglo XIX, tal vez de masas pero no de masas electoras, lograron superar la embestida que desde su interior o el exterior pretendió quebrar el bipartidismo básico. […] (CAETANO; RILLA, 1991, p. 10)

Referir-se a colorados e blancos como partidos talvez não seja a escolha mais adequada quando tratamos da história do séc. XIX; pelo menos se o que tivermos em mente for a competição política através das disputas eleitorais. Nas palavras citadas de Caetano e Rilla, esses grupos formavam partidos de massa,

mas não de massas eleitoras. Diante de um Estado que ainda não tinha se consolidado definitivamente e que tampouco detinha o monopólio da violência, o caminho preferencial de blancos e colorados ao longo do período não fora o das urnas, mas o das armas. Apenas no princípio do séc. XX o recurso às guerras foi posto de lado. (CAETANO; RILLA, 1991, p. 13)

Embora o sistema político tenha se modernizado com o fim das guerras civis, os mesmos autores defendem que os dois partidos herdaram dos velhos bandos armados um estilo de fazer política. Tal estilo estaria ancorado no *tradicionalismo*, já aludido anteriormente, e em elementos chave como a relação desses partidos com o Estado e a sociedade. (1991, p. 13)

No caso do Partido Colorado, por exemplo, no princípio do séc. XX já havia 40 anos que seus representantes governavam o país. Essa posse prolongada do Poder Executivo dotou os colorados de certas vantagens em relação a seus opositores blancos, como a formação de uma estável burocracia e o domínio do exército, instrumentos que foram utilizados para consolidar seu domínio político. (CAETANO; RILLA, 1991, p. 13)

É difícil estabelecer uma linha divisória entre o que seria a base social e territorial de um e de outro grupo, justamente pela semelhança que se constata em suas origens[4]. Já do ponto de vista programático, é possível que apenas na virada do século tenha ocorrido uma diferenciação político-ideológica mais efetiva entre eles, principalmente com o advento do *batllismo* como corrente política.

José Batlle y Ordóñez, presidente da República pelo Partido Colorado entre 1903 e 1907 e depois no período de 1911 e 1915, promoveu o que a historiografia convencionou chamar de *primeiro impulso reformista*, adotando políticas de signo modernizador, urbano e industrial. (FREGA, 2007, p. 31) O predomínio batllista entre os colorados, bem como as realizações de seus dois governos, acabou dotando o partido de um eleitorado com perfil mais citadino, concentrado em Montevidéu.

[4] Diversas instancias problemáticas contribuyeron a dar perfil a las distintas opciones partidarias. Así por ejemplo, la enconada lucha por la tierra, mientras persistió, alimentó una dinámica de premios y castigos por el accionar político y un estilo de confrontación predominantemente bélico y rural. Las guerras civiles, al confundir la lucha por la tierra con la lucha por divisas, le dieron a ésta un contenido épico que nutrirá su carácter de "tradicional". Agreguemos que, como es sabido, una cierta hegemonía "blanca" en la campaña significo una acotación ambiental que podría explicar el acento más conservador y la dirección mas regionalizada. Es obvio que lo completamente opuesto no pertenece al Partido Colorado, que si bien se apostó en la ciudad-puerto, tuvo orígenes no menos rurales y tal vez más genuinamente caudillescos que su adversario. […] (CAETANO; RILLA, 1991, p. 10-11)

Contudo, deve-se ressaltar que os blancos também contavam com base eleitoral urbana, predominando, entretanto, nas regiões interioranas. (CAETANO; RILLA, 1991, p. 10-11)

2. A história partidária no Uruguai: política na longa duração

Voltando ao tema da longa duração, colorados e blancos seguiram como protagonistas inquestionáveis da política uruguaia desde suas origens passando por quase todo o séc. XX. O historiador Gerardo Caetano, ao explicar a dinâmica do sistema partidário, chama a atenção para uma tendência à *continuidade* que marcou a formação do país, sustentando o que se poderia denominar *tradição continuativa*, embora ressalte, é claro, que isso não implica em um sistema imutável.

> Constituye ya un lugar común la referencia al carácter estructurado y básicamente estable de la política uruguaya, así como el señalamiento de su fuerte proclividad a la permanencia y la continuidad. Desde muy temprano, aun antes de su plena configuración moderna, en nuestro sistema político se manifestaron trabas visibles para la irrupción de fenómenos demasiado innovadores (sobre todo en clave drástica y rupturista), facilitándose en cambio la supervivencia continuada de formas, estructuras y agentes de la vida política. […] (CAETANO, 1995, p. 104)

Desse modo, podemos afirmar que na base da cultura política uruguaia há elementos de grande sobrevida e estabilidade, símbolos e instituições cujas origens remontam, na maioria das vezes, ao segundo quartel do séc. XIX, período de formação do Estado nacional e do surgimento das famílias políticas blanca e colorada.

É possível pensar de maneira geral que a história política uruguaia foi, pelo menos na maior parte do tempo, a história da atuação de seus partidos. Com isso não se está menosprezando o papel jogado por outros sujeitos políticos, que certamente existiram e tiveram sua importância; mas o fato é que o protagonismo partidário se tornou uma marca daquele país e, invariavelmente, nas mais diversas análises encontram-se menções a ele. Na opinião de Romeo Pérez Antón, sob a ótica jurídico-institucional,

> En perspectiva de largo plazo, el fenómeno que resalta en la historia política uruguaya consiste en los partidos: en su temprana y masiva

> aparición, en su estabilidad, en su aptitud gobernante, en su responsabilidad democrática, en las tareas parapolíticas que suelen asumir. No sugerimos su idealización, sino la hondura de su inserción y el múltiple alcance de su eficacia. En cada uno de eses ejes, acercaron y se equivocaron, ganaron y perdieron, hicieron y deshicieron; pero ninguno les ha sido ajeno. Han tenido mérito y demérito, aunque el "*balance"* los favorece porque como veremos han protagonizado la saga de la poliarquía uruguaya, que no peca de estéril o refleja. Los partidos no han sido inocentes pero tampoco recalcitrantes. (PÉREZ ANTÓN, 2004, p. 375)

O vigor dos partidos Blanco e Colorado está diretamente ligado à capacidade que ambas as agremiações demonstraram de se adaptar às novas demandas político-sociais sem com isso abrir mão de sua história pregressa. As duas coletividades se julgavam herdeiras de certo quinhão da memória e da história uruguaias, mas não permaneceram estanques ao longo do tempo, e por isso mesmo sobreviveram a uma sociedade que se transformou profundamente. (FREGA, 2007, passim)

Ante o processo de modernização vivido pela América Latina nas primeiras décadas do séc. XX, na maioria dos países da região as velhas siglas foram superadas por novas organizações político-partidárias. Isso ocorreu em grande parte pelo fato de que os antigos partidos não lograram acompanhar as mudanças sócio-econômicas e, consequentemente, não puderam se apresentar como representantes delas e de suas demandas.

No caso uruguaio temos o contrário. Os dois principais partidos, tão ancestrais quanto o Estado, se adaptaram paulatinamente à nova conjuntura e se converteram, com a universalização do sufrágio, em verdadeiras organizações eleitorais de massa, conseguindo assim legitimar-se ante a cidadania. (CAETANO; RILLA, 1991, p. 23) Mas como esses partidos conseguiram se ajustar às demandas emergentes e adquirir o respaldo necessário para sobreviver?

Sem dúvida, foi o batllismo o principal movimento de modernização política surgido na época. Essa renovação, ao contrario do que ocorreu em outros países, foi gestada no interior de um dos partidos majoritários e não fora ou contra eles. Assim, ao incorporar pautas tipicamente modernas, os batllistas obrigaram a oposição blanca a também se reformular para essa realidade, aproximando-a de um novo centro dinâmico. Esse processo é interpretado por Caetano e Rilla como um sinal de *permanência* e *fortalecimento* do *tradicionalismo político* (1991, p. 23), já

que seus principais motores foram as próprias antigas legendas e não as recentes ofertas políticas que surgiam no Uruguai daquele contexto.

Justamente por ter incorporado as necessidades desses novos setores urbanos, assim como trazido a oposição para o âmbito do Estado[5], o batllismo promoveu a consolidação das instituições político-democráticas no país, ou seja, por meio do acionar do Estado criou um forte vinculo com os cidadãos, ou melhor, ampliou a própria noção de cidadania. De acordo com Francisco Panizza, isso marcou o surgimento de uma *identidade cidadã* no Uruguai, "[...] Por así decirlo el estado no apareció como el "estado de las clases dominantes", sino como un centro institucional de alianzas y compromisos. […]" (PANIZZA, 1990, p. 35)

Em princípios do séc. XX a sociedade uruguaia conheceu profundas mudanças políticas e econômicas. No campo político, as tradicionais oligarquias de origem rural foram paulatinamente substituídas por setores mais diligentes, sobretudo os vinculados à vida da capital. Na economia, os investimentos no segmento industrial e de serviços transformavam aos poucos o aspecto do país, propiciando o surgimento de uma classe trabalhadora na acepção moderna do termo, isto é, com mão de obra assalariada e contornos marcadamente urbanos.

Francisco Panizza recorda que o liberalismo na América Latina, geralmente uma bandeira de setores oligárquicos rurais e urbanos, adquiriu sob o batllismo uma conotação menos elitista, "[...] y se trasformó en el principio articulatorio de un discurso de reforma social que impulsó la integración de los sectores populares al sistema político". (1990, p. 199) Porém, o autor ressalva que se o batllismo deu lugar a um liberalismo diverso daquele observado em outras partes, ele também se afastava de postulados da teoria liberal clássica, defendendo a *intervenção estatal* na economia e fomentando uma *legislação protecionista*.

Em síntese, mesmo diante de grandes transformações sociais e econômicas, somadas à integração das massas à política pelo voto, aqueles mesmos partidos desenvolveram a capacidade de se transformar junto com a sociedade garantindo-

[5] [...] lo que caracterizó el batllismo como una verdadera hegemonía fue su capacidad para incorporar otras fuerzas políticas y sociales a las esferas institucionales y modalidades discursivas que comandaba. **Políticamente esta incorporación, que comprendió por igual a sectores conservadores de los partidos tradicionales, se basó en el desarrollo de formas de representación políticas que integraron gobierno y oposición dentro del Estado y aún del partido gobernante**. En lo social significó una estrategia que tentó mejorar la condición económica de los sectores populares protegiéndolos de los efectos del mercado pero en lo posible, sin con ello lesionar los intereses de otros sectores sociales. […] (PANIZZA, 1990, p. 199, grifo meu)

se como representantes da população e condutores da vida pública por um longo período.

3. A modernização do sistema partidário: permanência versus ruptura

A conformação do moderno sistema de partidos no Uruguai se deu, acredito, através de um processo que apresenta duas frentes: a primeira é de natureza jurídica, isto é, a criação ou mesmo a adaptação de leis que estabeleceram um espaço de disputa aceito por todos como legítimo. Essa faceta foi importante porque instituiu o que poderíamos entender como as regras do jogo político que pautam a atuação dos concorrentes. Em segundo lugar, outras mudanças ocorreram no seio dos próprios partidos, os quais não apenas aceitaram as novas regras como também se renovaram internamente atualizando seus programas.

Gerardo Caetano e José Rilla (1991, p. 20-21) entendem que essa modernização aconteceu entre 1910 e 1934[6]. Alguns dos dispositivos jurídico-políticos criados nesse interregno tiveram efeito até o final do séc. XX, sendo que artifícios como o *duplo voto simultâneo* e a apresentação de *listas múltiplas* aos cargos executivos só acabaram com um reforma eleitoral levada a plebiscito em 1996[7].

Uma das maiores peculiaridades do universo eleitoral uruguaio foi o *doble voto simultaneo*. Utilizado pela primeira vez nas eleições de 1910, ele permitia que o eleitor sufragasse concomitantemente por um partido e no interior desse partido por uma lista. (COSTA BONINO, 1995, p. 97) Dessa forma, primeiro votava-se em um

[6] Os dois historiadores justificam esse recorte mostrando que ele sinaliza importantes eventos na história político-partidária do Uruguai. Dessa forma, 1910 marca a ultima tentativa blanca de tomada do poder pelas armas, prática usual no século anterior; no mesmo ano José Batlle y Ordóñez lança candidatura e é eleito para um segundo mandato, enquanto o Partido Socialista ingressa formalmente nas disputas eleitorais do país. Por sua vez, 1934 dá lugar à eleição de Gabriel Terra pela Assembléia Constituinte; também nesse ano é sancionada uma nova Constituição, assim como uma série de mudanças nos dispositivos eleitorais que culminaram na *lei de lemas*. (CAETANO; RILLA, 1991, p. 20-21)

[7] Por ocasião dessa reforma uma emenda constitucional acabou com as múltiplas candidaturas, estabelecendo que cada partido apresentasse apenas uma fórmula para concorrer à presidência e vice-presidência. A reforma também instituiu a realização de um segundo turno conhecido como *balotaje* caso a fórmula mais votada não conseguisse a maioria absoluta dos sufrágios. A primeira eleição que se realizou sob as novas regras aconteceu em 1999. (PÉREZ ANTÓN, 2004, p. 384)

lema – designação utilizada para se referir aos partidos Blanco e Colorado – e só então no *sublema* do candidato escolhido. Para os efeitos do escrutínio elegia-se o candidato mais votado do partido mais votado.

Na verdade, o *duplo voto simultâneo* resolvia a questão das disputas entre as correntes de um mesmo lema, pois permitia que várias chapas pudessem concorrer entre si e com as chapas do lema opositor; no entanto, trazia à tona que colorados e blancos possuíam setores internos antagônicos, os quais na prática funcionavam como partidos dentro dos partidos.

Luis Costa Bonino acredita que a existência dos *sublemas* e sua consagração pelo *duplo voto simultâneo* não atingiu o cerne das identidades partidárias já bastante arraigadas. Exatamente porque os partidos apresentavam diversas *ofertas eleitorais*, os votantes não precisavam se dirigir ao partido opositor para encontrar opções diferentes, pois já as tinham todas dentro de suas próprias coletividades. A mudança de partido continuava desnecessária, ou melhor, improvável, e as escolhas do eleitor acabavam por acontecer dentro do próprio lema. “[...] La identidad política comunitaria y la identidad política individual no serían nunca opuestas, sino complementarias. (COSTA BONINO, 1995, p. 97)

Para explicar a longevidade do protagonismo blanco-colorado e a tendência à estabilidade apresentada pelo sistema partidário, Caetano e Rilla apontam a existência do que denominaram *recursos homeostáticos*, elementos presentes no interior do sistema e da própria sociedade que contribuiriam para a manutenção das estruturas fundamentais na relação entre partidos e eleitorado. (1991, p. 35)

Como visto, o próprio sistema eleitoral ajudou a fortalecer o *tradicionalismo* político no país, notadamente por meio de dispositivos como o *voto duplo simultâneo*. Entretanto, o aparato jurídico-eleitoral não foi o único fator a reforçar esse estado de coisas. Junto com ele “[…] actuaron otros como el clientelismo, el carácter continuamente homogéneo del elenco político, la capacidad de adaptación y mutación de la doble tradicionalidad dominante, el policlasismo de los partidos, etc. […]” (CAETANO; RILLA, 1991, p. 35)

Os recursos homeostáticos atuariam também como barreiras ao surgimento de atores político-partidários desafiantes e com reais chances de competição. Embora grupos como a Unión Cívica e o Partido Socialista, bem como o Partido Comunista, apresentassem candidaturas e concorressem nos pleitos regularmente,

as votações desses partidos não chegavam a colocar em risco as posições dominantes da política nacional.

Aventa-se ainda outra hipótese acerca da *continuidade* do sistema partidário. Para os autores, não houve até o fim dos anos 50 desafios externos suficientemente poderosos que colocassem em xeque suas estruturas. Seguindo essa argumentação, podemos reconhecer quatro fatores que atuaram preservando o desenho institucional: os próprios *recursos homeostáticos*, a ausência de desafios sérios originados fora do sistema, o potencial estabilizador do tradicionalismo blanco-colorado e o alto nível de legitimidade do universo político ante a cidadania. (1991, p. 37-38)

Estou de acordo sobre ausência de desafios externos ao sistema de partidos, assim como em relação às outras variáveis elencadas. Porém, como próprios historiadores advertem, a partir do final dos anos 50 uma série de transformações e crises mudará esse cenário. Há efetivamente na década de 60 uma perda de legitimidade dos partidos políticos junto à sociedade e, nesse sentido, um dos sinais mais evidentes seja talvez o aparecimento da guerrilha urbana. Quando surgem, os Tupamaros são o indício de que pelo menos uma parcela dos uruguaios, por pequena que fosse, já não acreditava nos meios consagrados de disputa política e não viam nos partidos um canal de participação ainda válida.

A modernização do sistema partidário não significou uma abertura do mesmo a novos competidores e ofertas políticas. Embora um grande contingente tenha sido integrado a ele com a implementação do voto universal masculino, as principais candidaturas, sem desconsiderar o surgimento das novas siglas, continuavam a pertencer aos partidos históricos. A disposição de colorados e blancos de se manter como sujeitos atuantes e quase exclusivos na política uruguaia, acabou gerando na literatura especializada um conceito muito usual entre os cientistas políticos e historiadores daquele país: o *partidocentrismo* ou *partidocracia*.

Romeo Pérez Antón, José Rilla e Gerardo Caetano publicaram conjuntamente em 1987 um artigo muito citado para a compreensão desse fenômeno. Em *La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos*, os três autores discutem uma série de hipóteses quanto ao protagonismo partidário. “[...] En efecto, esa centralidad de los partidos uruguayos como actores políticos dominantes constituye una línea de larga duración de nuestra historia y una clave configuradora de nuestra política. […]” (1987, p. 41)

No artigo, defendem a tese de que a *centralidade dos partidos* na condução da política nacional é também uma peculiaridade que diferencia o Uruguai dos países do entorno. Dessa maneira, além das legendas oitocentistas terem sobrevivido às transformações sócio-econômicas de princípios do séc. XX, elas também conseguiram manter seu papel central, panorama que, segundo eles, não se repetiu nas diferentes repúblicas latino-americanas, já que na maioria dos casos outros atores políticos também participaram dos processos decisórios. (CAETANO; RILLA; PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 42)

O *partidocentrismo* pode ser entendido como a exclusividade das organizações partidárias no que diz respeito à condução dos assuntos de Estado. Contudo, a preponderância blanco-colorada não deve ser tomada como algo dado, e sim, como parte de um conjunto de características que integravam o sistema simbólico dominante daquela sociedade[8]. Outro elemento chave que se consolidou no Uruguai foi uma forte tradição eleitoral, isto é, os índices de comparecimento às urnas eram bastante altos, o que se pode reputar como um indicador da importância dos partidos. (CAETANO; RILLA; PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 42-43)

É possível que a fragmentação interna dos partidos políticos uruguaios, a qual resultou em inúmeros sublemas, seja ela mesma um resultado dessa tendência à continuidade aludida anteriormente. Como foi esclarecido, os sublemas se apresentavam ao abrigo das duas grandes divisas como partes de uma espécie de *federação de partidos*, o que nos leva a questionar porque esses setores nunca rompiam em definitivo com suas matrizes. Em outras palavras, já que tinham posições divergentes, porque não fundavam novos partidos?

Em resumo, é inegável que havia uma inclinação à inércia no sistema de partidos. Entretanto, como terei oportunidade de expor em outra parte desse trabalho, também podem ser observadas rupturas e transformações, que a despeito de não serem prevalecentes na dinâmica do sistema devem ser consideradas como partes do mesmo.

[8] La relevancia de los partidos en la política se vincula claramente con otras peculiaridades de la sociedad uruguaya: una estratificación social que revela históricamente bajos niveles de tensiones interclasísticas, un Estado tradicionalmente inclusivo y relativamente autónomo, un elenco político con fuertes índices de adensamiento grupal y persistencia, una cultura política mesocrática y fuertemente referida a la postulación de una "república de ciudadanos", entre otros rasgos no menos relevantes. […] (CAETANO; RILLA; PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 42)

4. Relação entre partidos, Estado e sociedade no Uruguai

A importância dos partidos políticos, bem como sua proeminência entre os uruguaios, é resultante, entre outras coisas, do papel de mediação social assumido por essas organizações. Assim, sobretudo por meio de práticas clientelistas, sociedade e Estado foram permanentemente postos em contato através das máquinas partidárias[9].

A relação prolongada dos partidos Blanco e Colorado com o poder tornaram as fronteiras entre Estado e partidos políticos muito tênues. No caso dos colorados, por exemplo, temos uma situação ímpar, já que por inacreditáveis 93 anos consecutivos esse grupo esteve à frente do governo do país.

Como é sabido, nas economias de corte liberal o mercado desempenha um papel central no âmbito das relações produtivas e da circulação de bens e capital. De acordo com os princípios do liberalismo econômico, o mercado tende a se auto-regular, prescindindo assim das ações do Estado e, teoricamente, seriam apenas a iniciativa e os agentes econômicos privados que atuariam nesse espaço. Todavia, o que se constata na América Latina a partir dos anos 30 é uma crescente intervenção dos governos nas economias nacionais, processo impulsionado pela *industrialização por substituição de importações*.

Dentro desse quadro, o Estado uruguaio chegou a controlar um grande número de serviços e atividades econômicas, abrangendo as telecomunicações, o fornecimento de água e luz, o refino e distribuição de combustíveis, ferrovias, portos etc. (PANIZZA, 1990, p. 63-64) Além de toda essa lista, o governo intervinha também em outros setores. Fixava o valor da moeda nacional, estabelecia preços dos bens de consumo de primeira necessidade bem como os dos aluguéis urbanos,

[9] […] Para grupos sociales que carecen de organización y cuyo poder de regateo en la sociedad es muy escaso, su número es la única influencia de la que pueden disponer a través de los partidos políticos. Esto ocurre con los sectores importantes de las clases medias, pero también con sectores de las clases bajas que se vuelcan sobre los partidos políticos tradicionales. Los grupos marginales que carecen de la intrusión y de la organización necesarias para acceder a los servicios del Estado, lo hacen sobre todo a través de los partidos políticos. De las funciones que estos cumplen hay dos fundamentales que interesan a los efectos de ese estudio. Por un lado, procurar empleos públicos y secundariamente, también privados; por otro lado mediar para que algunos servicios del Estado (Caja de Jubilaciones, Asistencia Pública, etc.) que funcionan muy deficientemente en términos impersonales, lo hagan adecuadamente en beneficio de los recomendados. (SOLARI, 1988, p. 28-29)

administrava a maioria dos fundos de pensão e segurança social e exercia importante papel nas negociações salariais da iniciativa privada através dos *Conselhos de salários*.

A imbricação entre Estado e sociedade ocorreu de tal modo que nos faz compreender o porquê do alto grau de institucionalização política, ou seja, em um país com elevada intervenção do Estado na economia, forçosamente teria de haver instituições estáveis, isto é, suficientemente duradouras para suportar essa dinâmica. É possível discutir algumas teorias a esse respeito.

María del Rosario Beisso e José Luis Castagnola escrevem que nas sociedades modernas os indivíduos se integram aderindo a vários *grupos*, *categorias*, *organizações sociais e políticas* simultaneamente e que essas adesões são feitas de modo a gerar o menor nível de tensão possível entre elas. (1987, p. 10) Pensando nas várias modalidades/possibilidades de adesão e integração social no Uruguai, os autores lançam a hipótese de que "[...] las lealtades político-partidarias constituyen un eje dominante – en relación con otras adhesiones, lealtades y pertenencias – en el proceso de conformación de identidades sociales de los uruguayos". (1987, p. 10) Pode-se traduzir essa conjectura na seguinte pergunta: por que a lealdade dos cidadãos para com os partidos, isto é, as identidades partidárias, se consolidaram de maneira tão profunda e estável? Para responder a essa questão são lembrados alguns aspectos da formação político-social do país:

O primeiro deles, como já foi discutido, seria a *coetaneidade* entre a formação do Estado nacional e dos partidos políticos. Para a população, a história de suas duas principais legendas se confundiria com o surgimento do Uruguai como país independente, o que fez com esses partidos se revestissem perante o imaginário coletivo de uma roupagem *épica* muito marcante. A dupla de pesquisadores também entende que os partidos foram os *mediadores básicos* na incorporação dos principais grupos sociais à *cidadania política*, o que aconteceu prematuramente se comparado com os outros países latino-americanos. Por fim, a *institucionalidade* teria uma *relevância simbólica* profunda, isto é, a existência de um sistema democrático e de instituições estáveis na maior parte do tempo teria gerado um alto grau de legitimidade. (ROSARIO BEISSO; CASTAGNOLA, 1987, p. 11-12)

Assim, existiria um *eixo de articulação dominante* no caso das identidades sociais uruguaias, qual seja o universo político-partidário, de maneira que "[...] **al ser interpelado en tanto "ciudadano" el sujeto tiende a estructurar su identidad**

tomando como referencia, fundamentalmente, su participación en la "esfera pública". […]" (1987, p. 14, grifo no original)

A conformação dessas identidades sociais em torno do fenômeno político-partidário passou por muitos canais, e um deles foi a afirmação/preservação e o enquadramento da história dos partidos e de suas principais figuras. José Rilla estudou o tema detidamente em *La actualidad del pasado. Usos de la historia en la política de partidos del Uruguay (1942-1972)*. No livro, discutiu como os partidos políticos, inclusive a Frente Ampla, mobilizaram a história nacional e as próprias histórias como estratégia de atuação.

> […] Los partidos interpretaron, tradujeron, reelaboraron la historia de la que fueron partícipes; efectuaron operaciones de memoria e historia capaces de ejercer un rol de integración y control, tanto hacia adentro, en la definición de una identidad política, como hacia afuera, para dotar de densidad histórica al sistema de partidos en su conjunto. (RILLA, 2008, p. 30-31)

Além do símbolo maior da história pátria, isto é, Artigas, personagem que transcende as diferenças político-partidárias, os partidos constantemente lançaram mão de figuras vinculadas à atuação de cada um deles. Na opinião de Francisco Panizza, o apelo a esses nomes foi na verdade uma estratégia que visava suprir a ausência de ideologias e programas políticos realmente claros e distintivos[10]. Desenvolvendo essa tese, é como se diante de propostas um tanto vagas e, porque não dizer, bastante parecidas, as lideranças colorada e blanca tivessem que recorrer a *imagens* que não estavam propriamente ligadas às idéias ou ideais políticos, mas sim às suas histórias.

No caso do Partido Colorado, marcadamente durante o governo de Luis Batlle Berrez nos anos 50, as tentativas de demarcar território frente ao Partido Nacional e afirmar sua identidade se fizeram por meio de um personagem muito adequado: José Batlle y Ordóñez e sua herança política. (PANIZZA, 1990, p. 93) Os colorados se esforçaram por associar seu passado com a história do próprio Executivo uruguaio, e seus mais de 90 anos de governos ininterruptos jogavam a favor desse esforço. José Rilla assinala como se construiu uma narrativa histórica na qual a

[10] Al nivel de los partidos como tales, la falta de programas o ideologías comunes lo suficientemente específicos como para ser la base de una identidad común llevó a que tradiciones, símbolos y personajes históricos juzgaran un papel fundamental en los procesos de identificación partidaria: "Rivera y Oribe", "La Defensa y el Cerrito", "Quinteros y Paysandú", "Batlle y Saravia" nombres y eventos de un pasado más o menos distantes eran invocados continuamente en los discursos políticos como reafirmación de pertenencias y lealtades. (PANIZZA, 1990, p. 92)

longa permanência à frente do poder era concebida como a prova de que *a razão* estava do lado do partido. (2008, p. 253-254)

No caso do Partido Nacional a constituição de um relato histórico também foi a via preferencial adotada. A diferença básica é o *lugar* a partir do qual se forjava esse relato, pois, se os colorados o haviam criado desde o espaço do governo e do poder, os blancos forçosamente teriam de fazê-lo como oposição. O nacionalismo acabou se conformando como a força opositora por excelência e é a partir daí que sua identidade se consolidou.

Com relação às figuras históricas reverenciadas entre os blancos, podemos dizer que havia unanimidades e pontos de discórdia, uma vez que também eles, a exemplo dos colorados, apresentavam divisões internas. Manuel Oribe, por exemplo, segundo presidente uruguaio (1835-1838) e fundador do Partido Blanco, era celebrado por todos os setores como o iniciador de uma longa *tradição*.

O mesmo não se pode dizer de Luis Alberto de Herrera, uma das figuras de maior peso da política uruguaia na primeira metade do séc. XX. Um importante setor do Partido Nacional, o *herrerismo*, gravitou em torno do político e disputou terreno com outros segmentos não menos importantes da legenda. Herrera, um dos principais *caudilhos* blancos[11], atravessou décadas de atividade política no centro da vida nacional, falecendo justamente em 1959, ano em que seu partido retornava ao poder depois de quase um século de governos colorados.

Se o que se tinha em vista era a nacionalidade, Artigas se apresentava como o símbolo ideal, porém, em se tratando das identidades partidárias, outras figuras deveriam ser mobilizadas para reforçar as diferenças entre colorados e blancos.

Outra característica que marcou a relação dos partidos Blanco e Colorado com a sociedade civil foi o inegável policlassismo de suas bases eleitorais. Praticando uma ampla convocatória, era como se os conflitos sócio-econômicos fossem *transferidos* para seu interior evitando maiores tensões. (CAETANO; RILLA, 1991, p. 25-26) Por outro lado, apesar desse caráter policlassista, havia o predomínio de um projeto social hegemônico, que em última instância promovia a manutenção do *status quo*. O battlismo, por exemplo, advogava a *coesão* e o

[11] […] en el mismo nivel que Oribe, el viejo caudillo era tratado como prócer en vida. Ejemplo de ello es la celebración pública de su cumpleaños, las citas a su pensamiento, fragmentado y descontextualizado como suele ocurrir con los próceres, la asociación de cada evento partidario con su figura (y sus figuras: las fotos de Herrera, Herrera montonero, Herrera escritor, historiador, Herrera con Lamas, con Roxlo… ilustraban casi todas las ediciones de *El Debate*). […] (RILLA, 2008, p. 346-347)

entendimento entre os grupos sociais (GARCÉ; YAFFÉ, 2004b, p. 97), mas a presença de diferentes segmentos ou classes nos dois partidos majoritários não significa que não houvesse atrito entre elas.

De qualquer maneira, ainda que existissem tensões interclassistas, e elas certamente existiram, a rigor não podemos caracterizar o Uruguai como um país eminentemente conflitivo. Pelo contrário, parece mais razoável pensá-lo nos termos de uma sociedade de consensos[12], raciocínio que só pode ser aplicado, é claro, até o princípio dos anos 60, quando uma série de fatores levou ao esgotamento desse modelo baseado no compromisso e no respeito mútuo.

5. O bipartidarismo: forma e conteúdo do sistema de partidos no Uruguai

A literatura acerca do sistema partidário uruguaio apresenta diversas opiniões a respeito da natureza desse sistema. O debate em torno da existência ou não de um bipartidarismo no país gerou diversas interpretações, desde as que o defendem ou o negam até posições intermediárias, como teremos a oportunidade de discutir. Como muitos desses trabalhos não foram feitos por historiadores, mas no ramo da Sociologia e Ciência Política, é possível notar certa tendência em classificar o caso uruguaio de acordo com tipologias clássicas dessas áreas do conhecimento.

Alfredo Errandonea é um dos que refletiu sobre o assunto e, ao contrario de outros estudiosos, não acredita que o bipartidarismo tenha acabado com o surgimento da Frente Ampla em 1971. Para ele, o ingresso da FA nas disputas eleitorais foi o início de um processo que culminou nas eleições de 1994, ocasião na qual o eleitorado do país se apresentou às urnas dividido em três partes bastante equilibradas percentualmente. (1994, p. 9)

O autor também discorda que o Uruguai tenha sido um país estritamente bipartidarista. Parece aceitar, entretanto, que houve um bipartidarismo *flexível* e

[12] [...] desde comienzos del siglo y merced a los influjos del llamado "primer batllismo", la sociedad uruguaya comenzó a autorrepresentarse en términos de "país de clases medias". Desde el Estado y desde los partidos, desde la política en suma, se tendió a la construcción de un "orden social" caracterizado por la "hiperintegración" y la "amortiguación", cimentándose la vigencia de un imaginario social articulado en torno a los valores del consenso y de la seguridad. Esa configuración de "país de clases medias", producto antes que nada de un proceso de construcción política y cultural, se insertó además en una estructura social sin demasiadas tensiones interclasísticas y con un perfil de "país de cercanías" (al decir de Real de Azúa)". (CAETANO, 1995, p. 110)

imperfeito, mas que nunca se apresentou sob um formato rígido, já que algumas das precondições teóricas para sua observância não existiram[13], fala inclusive em *pseudobipartidismo*. (ERRANDONEA, 1994, p. 42)

Ainda para reforçar o argumento de que o Uruguai não viveu, *stricto sensu*, sob um regime bipartidarista, Errandonea chama a atenção para o fato de que nenhum dos grandes partidos conseguiu, quando no poder, encaminhar decisões políticas mais amplas isoladamente, sempre tendo que lançar mão de acordos com a oposição ou parte dela. Sua resistência à tese do bipartidarismo o leva a questionar a própria organização interna desses grupos, constatando que são, na verdade, variados partidos – nesse caso sublemas – que se abrigam à sombra das duas grandes divisas. (1994, p. 33)

Dessa maneira, no momento das disputas, cada partido uniria seus sublemas buscando aparentar coesão. Para tanto, evocaria *fatos históricos* e também *símbolos* inscritos no imaginário político nacional. O autor só acredita na existência da dicotomia blancos/colorados no âmbito simbólico, ou seja, a oposição que para alguns é efetivamente jurídico-política, manifestando-se concretamente nas duas siglas tradicionais, é para Errandonea apenas o confronto de *imaginários* de caráter *afetivo* e não o enfrentamento de duas forças realmente coesas. Dessa forma, os diversos sublemas reivindicariam sua filiação às tradições blanca e colorada somente como parte de estratégias eleitorais, esperando utilizar a seu favor as heranças políticas reconhecidas socialmente. (ERRANDONEA, 1994, p. 33)

Aldo Solari sustenta uma posição parecida. Para o sociólogo, a diversidade de sublemas ficaria camuflada pelo que chamou de *bipartidarismo aparente*, já que no fundo haveria um sistema de *partidos múltiplos*, os quais somente no ato eleitoral apresentar-se-iam unidos. “[…] Cada una de esas fracciones como se dice en el

[13] Se o *bipartidarismo* uruguaio foi *flexível* e *imperfeito*, supõe-se que, para o autor, exista um modelo perfeito:
La primera y más externa característica del bipartidismo es que dos partidos acumulan aproximadamente el 90% de los votos o más, con capacidad de alternancia en el poder. Esta es la característica que ha llevado, a primera vista, a la ubicación del sistema de partidos uruguayo en el tipo bipartidista; porque efectivamente, en buen número de elecciones desde el funcionamiento razonable y confiable del sistema electoral, los partidos tradicionales acumularon más del 90% de los votos. Pero este dato histórico se ha exagerado: de las 21 elecciones realizadas desde febrero de 1925, sólo en siete el voto no tradicional fue inferior al 10%, en las 14 restantes fue superior a esa cifra y ella se salpican en todas las series (noviembre de 1925, 1931, 1933, 1934, 1942, 1946, 1950, 1954, 1958, 1966, 1971, 1984, 1989 y 1994); y en siete de ellas, la cifra superó al 20% […]. Es cierto que en muchos de esos casos, sectores provenientes de los “partidos tradicionales” votaron fuera del lema; pero en que ello no ocurra también radica la consistencia del bipartidismo. (ERRANDONEA, 1994, p. 26-27)

lenguaje político, o de esos grandes grupos está a menudo, en la vida política diaria, más separado de otras fracciones del mismo partido, que de algunas del partido adversario.” (SOLARI, 1988, p. 16)

Caetano, Rilla e Pérez Antón, ao tomar parte nesse longo debate, defendem a existência de um *bipartidarismo eleitoral* e um *multipartidarismo cotidiano*, de modo que o sistema de partidos não funcionasse continuamente sob a mesma dinâmica, variando de acordo com a conjuntura política em questão (1987, p. 51). Julgo essa como uma das posições mais plausíveis, já que, apesar dos partidos serem uma unidade analítica importante para meu estudo, a definição do sistema que compõem não pode repousar somente neles próprios.

A explicação para a natureza desse sistema não está nos partidos como tais, mas na relação que eles estabelecem entre si e também com seu entorno: a militância, o eleitorado, seus quadros, a legislação etc. Na minha opinião, se os partidos majoritários uruguaios não foram atores estanques, isto é, se eles se transformaram ao longo do tempo, não é possível enquadrá-los definitivamente sob esse ou aquele modelo ou designá-los segundo essa ou aquela terminologia. Penso que um sistema assim só se torna inteligível se deixarmos de observá-lo em repouso e passarmos a considerá-lo em seu ininterrupto movimento, no qual seus componentes adotam e abandonam estratégias, redimensionam posições etc.

Quanto aos sistemas partidários, Giovanni Sartori, autor notável pelas complexas classificações que elaborou, afirma o seguinte:

> [...] os partidos só constituem um “sistema” quando são partes (no plural); e um sistema partidário é precisamente o *sistema* de interações resultante da competição interpartidária. Isto é, o sistema em questão apóia-se na relação que os partidos mantêm entre si, na maneira pela qual cada partido é uma função (no sentido matemático) dos outros partidos e a eles reage competitivamente ou não. (SARTORI, 1982, p. 65)

Se um sistema partidário é, como afirma Sartori, o resultado da *interação* entre suas partes, não podemos imaginá-lo como algo inflexível. Se cada disputa ou polêmica parlamentar, cada eleição ou plebiscito comporta certo número de variáveis, traduzidas em diferentes alianças e alinhamentos político-partidários, se torna difícil estabelecer uma classificação que tenha validade temporal indeterminada. No caso uruguaio essa dinâmica é patente, pois dependendo do período em questão temos um determinado comportamento dos partidos políticos e, portanto, uma conformação diferente do sistema que os integra.

Estando o sistema de partidos organizado já sob sua forma moderna, isto é, a partir da década de 1910, Solari divide os *períodos eleitorais* em três fases distintas, ainda que, segundo ele próprio, sua classificação não inviabiliza outras possíveis divisões, inclusive aquelas feitas a partir de outros critérios. (1988, p. 49)

Assim, teríamos uma primeira etapa que se inicia em 1916 e termina com a eleição de Gabriel Terra em 1931, caracterizada pelo equilíbrio entre os dois principais partidos. Em seguida, a fase que compreende o período entre 1932 e 1954, de notório predomínio do Partido Colorado. Finalmente, um último estágio começado com o triunfo dos nacionalistas nas eleições de 58. (SOLARI, 1988, p. 49)

Aldo Solari apresenta uma série de diferenças entre as dinâmicas internas dos partidos Colorado e Nacional durante todo esse tempo, bem como aponta as mudanças no comportamento de seus votantes, deixando evidente que as duas organizações não conduziram os processos eleitorais da mesma maneira.

Quanto à participação da cidadania nas eleições, o autor lembra que a primeira fase (1916-1931) foi marcada por um alto comparecimento às urnas, sendo muito baixo o abstencionismo. Já no período intermediário (1932-1954) há um considerável aumento nas abstenções e, por fim, a última etapa (1958 em diante) se distingue pelo retorno dos cidadãos aos atos eleitorais, mesmo que não fosse com os mesmos níveis observados na primeira fase.

A conduta dos vários segmentos internos dos dois partidos também não é homogênea, apresentando significativas transformações ao longo do tempo[14]. Sobre a organização e a *disciplina* eleitoral do Partido Colorado, afirma Solari: "[…] Es importante considerar que el Partido Colorado funciona, en conjunto, por lo menos desde el punto de vista electoral, como una colectividad, de una manera más satisfactoria que el Partido Nacional. [...]" (1988, p. 50-51) Em 1942, por exemplo, enquanto os colorados se apresentaram às eleições sob o mesmo lema, os blancos o fizeram divididos em dois lemas autônomos: o Partido Nacional e o Partido

[14] [...] en el primer periodo y en el segundo, hasta 1954 inclusive, las grandes discrepancias que existen dentro de cada uno de los partidos tradicionales, conducen en el Partido Blanco, muy corrientemente, a la escisión, mientras que en el Partido Colorado se ventilan siempre dentro del lema. En el Partido Nacional, cuando hay grandes conflictos, hay siempre una fracción que termina yéndose y votando fuera del lema; como en el caso del Partido Radical Blanco le hace perder la elección al Partido. En cambio, aunque dentro del Partido Colorado hay discrepancias aparentemente tan intensas como dentro del Partido Nacional, cuando llega el momento de las elecciones los colorados siempre votan – salvo alguna excepción muy especial – bajo el lema Partido Colorado. (SOLARI, 1988, p. 50-51)

Nacional Independiente. Contudo, a partir de 1958 passou-se a observar fenômeno inverso: blancos votando no mesmo lema e colorados se fracionando.

6. *Partidos tradicionais* e *partidos de idéias*: uma crítica conceitual

Toda vez que lidamos com uma área de investigação ou com objetos de pesquisa que já possuem uma historiografia consolidada, enfrentamos um sem número de definições, conceitos e classificações que podem se tornar verdadeiros obstáculos epistemológicos, em outras palavras, nos deparamos com idéias que já foram naturalizadas.

Gostaria a partir de agora chamar a atenção para uma dicotomia muito presente na literatura especializada uruguaia que divide as organizações políticas do país entre *partidos tradicionais* (P. Blanco e P. Colorado) e *partidos de idéias* (PS, PCU e PDC).

É preciso antes reconhecer que todo partido comporta ou defende determinadas idéias, podendo variar, no entanto, a coerência desse corpo doutrinário e a fidelidade que seus quadros, simpatizantes e eleitores devotam a ele. Apenas por isso já me parece impróprio denominar somente alguns membros do campo político como *partidos de idéias*. Depois, ao chamá-los assim, fica a impressão de que os partidos restantes, os que então não são de idéias, por assim dizer, estão destituídos de qualquer horizonte ideológico.

Ora, todos os partidos têm um ideário ainda que superficial e estabelecer se o partido o segue ou não, ou se tal ideário é coerente, constitui a tarefa do investigador. Quanto aos partidos políticos uruguaios, Aldo Solari escreve que houve um período no qual a divisão de brancos e colorados teve um *conteúdo ideológico* muito explícito – frisando que tal divisão acontecia muito mais dentro dos partidos que entre eles. Notadamente, no principio do séc. XX, a fração do coloradismo liderada por Batlle y Ordóñez lutou pela nacionalização de serviços essenciais, a autonomia administrativa, contra a hegemonia do capital estrangeiro, enfim, medidas que certamente denotavam alguma orientação ideológica. (SOLARI, 1988, p. 65)

O reconhecimento de que os *partidos tradicionais* possuíram em um ou outro momento um *conteúdo ideológico* melhor definido, já inviabilizaria classificar os demais partidos do sistema, ou seja, os que poderíamos chamar de não tradicionais, como *partidos de idéias*, pois, como argumentei anteriormente, penso que as *idéias* todos os partidos as têm. No trabalho de Solari, mesmo que o autor reconheça uma dada ideologia em certo momento da história dos colorados, não ultrapassa a barreira conceitual que estou questionando e continua a se referir ao grupo como sendo um *partido tradicional*.

O adjetivo *tradicional*, aqui aplicado à política, admite um teor semântico que tende a naturalizar o objeto, nesse caso um partido. Ademais, o termo *tradicional*, quando utilizado nesse meio, muitas vezes remete à idéia de conservador, o que não parece certo em se tratando do Partido Colorado, sobretudo se a fase considerada for o *primeiro batllismo*.

Sob o comando de José Batlle y Ordóñez todo um setor do partido advogou um ideário claramente reformista, em contraposição às estruturas político-culturais do séc. XIX. Segundo Marcos Alves de Souza, a *ideologia batllista*, *cosmopolita* e a*nticlerical*, se chocava com a cultura tradicional atingindo e transformando a sociedade. (SOUZA, 2003, p. 128)

Conquanto Batlle não tenha posto em prática todo seu programa, já que muitos dos projetos não foram concretizados, é inegável o avanço político-social de seus dois governos em diversas áreas[15]. Por seu caráter reformista, o batllismo atraiu contra si uma tenaz reação de setores políticos conservadores, principalmente da União Cívica – composta pela elite católica –, de segmentos do Partido Nacional e do próprio Partido Colorado. (SOUZA, 1993, p. 129-130)

De qualquer forma, o coloradismo, que certamente possuía frações conservadoras, mas que não representavam a totalidade de seu pessoal continua sendo designado pela literatura especializada como um *partido tradicional*. O mesmo se passa com os blancos, que a despeito de defenderem um projeto político menos

[15] El programa de transformaciones impulsado por Batlle y Ordóñez suponía la utilización del aparato estatal para la promoción de un modelo de desarrollo urbano industrial. Partía de la idea de que siendo el Uruguay un país nuevo, sería posible superar los conflictos sociales que la implantación del capitalismo había generado en el Viejo Mundo, y promovía la universalización del acceso a servicios como la salud y la educación. El mayor impulso reformista fue desplegado en su segunda administración, especialmente entre los años 1911-1913. La importancia histórica de este proceso resulta notable, al comprobarse que aún en etapas posteriores, de claro signo conservador tal ampliación no se revirtió fundamentalmente. […] (FREGA, 1997, p. 31)

arrojado, também não podem ser tratados univocamente. O Partido Nacional contou, em várias ocasiões, com setores mais progressistas, inclusive participando de alianças com os colorados.

A terminologia adotada em um trabalho de pesquisa deve cumprir um papel muito simples em seu propósito central, mas de difícil execução por seu autor, qual seja delimitar o máximo possível os objetos estudados. Contudo, em algumas situações, tomar uma nomenclatura já consagrada acaba naturalizando o objeto, gerando assim diferentes efeitos de conhecimento no âmbito da investigação.

O substantivo *tradição*, do qual deriva o adjetivo *tradicional*, tem sua origem etimológica no termo latino *traditionis*, cujo significado primeiro é transmissão ou a ação de dar ou entregar algo[16]. Sendo o espanhol uma língua neolatina, a palavra *tradición* tem a mesma raiz nesse idioma e está analogicamente vinculada ao termo *transmición*[17].

Ainda que reivindiquem uma ligação com o passado, e é legítimo que o façam, os partidos Colorado e Nacional não são, é claro, as mesmas facções armadas surgidas na década de 1830, pois se modernizaram e adaptaram-se a um novo acionar político. Assim, cabe perguntar o que realmente lhes foi *transmitido* por aqueles grupos oitocentistas.

Para Luis Eduardo González, é *apropriado* designar esses partidos como *tradicionais* por sua *antiguidade* na história uruguaia. (GONZÁLEZ, 1999, p. 9) Nesse mesmo sentido, Inés Cuadro Cawen observa que essa denominação, utilizada como um contraponto aos *partidos de idéias* ou *classe*, "[...] surge historiográficamente por el peso que se ha dado a la tradición – ese conjunto de sentimientos y valores que provienen del pasado – como factor identitário y aglutinador. (CUADRO CAWEN, 2007, p. 329)

Estamos, como já foi sublinhado, diante de um processo político que se inscreve e desenvolve na média ou mesmo na longa duração e no qual evidentemente há inúmeras continuidades. Todavia, não podemos esquecer que também existem rupturas e transformações, isto é, que os *sujeitos políticos* não permaneceram imutáveis.

---

[16] Verbete *traditionis*. In: SARAIVA, F. R. S. *Novíssimo dicionário latino-português*. 11ª ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000, p. 1213.
[17] Verbete *transmición*. In: CASARES, J. *Diccionario ideológico de la lengua española.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1957, p. 536.

A idéia de tradição que cerca ambos os partidos, e da qual os mesmos não desejam se desvencilhar, cumpre, sobretudo, uma função identitária cujo objetivo é zelar pela imagem da organização e lhe dar coesão interna, mostrando tanto para seus membros como para os adversários que ela possui uma história pregressa. A reivindicação desse passado por blancos e colorados pode ser entendida como um investimento simbólico desses grupos em si mesmos. (POLLAK, 1992, p. 6-7)

Esses partidos são efetivamente herdeiros daqueles *bandos* que atuaram no Uruguai durante o séc. XIX. Mas acredito que sob essa aparente constância há uma série de interrupções, pois ao mesmo tempo em que reclamam para si o legado de seus predecessores, blancos e colorados selecionam o que exatamente constituirá esse espólio, operando assim o que Michael Pollak chama de *enquadramento da memória*. (POLLAK, 1992, p. 6)

Foi através de um processo lento e gradual que os *bandos* deixaram de lado as armas e elegeram as urnas como forma de dirimir seus conflitos. Para Alfredo Errandonea, é difícil sustentar que durante todo o tempo esses grupos foram partidos políticos na *acepção moderna* do termo, e que a *identidade* dos mesmos, revestida dessa *continuidade*, vá muito além do universo simbólico e emocional. (ERRANONEA, 1994, p. 26)

De fato, não é possível tratar colorados e blancos como partidos políticos desde suas origens. O autor acerta ao assinalar que a *continuidade* entre aquelas *coletividades* e os partidos do Uruguai moderno só pode ser constatada no conjunto de símbolos cultivados por cada um deles, pois não parece factível que estejam informados pelo mesmo *fazer política* do séc. XIX, e nem poderia ser assim.

Quando tomamos esses partidos por *tradicionais* estamos estabelecendo, mesmo sem dar conta, certa linearidade em suas trajetórias e acabamos adotando uma perspectiva que os torna homogêneos. Ora, se blancos e colorados não estiveram isolados do contexto nacional e internacional, mas integrados a ele – principalmente após a modernização do sistema político – é de se supor que se transformaram ao longo do tempo, sofrendo impactos de diversas naturezas e passando por inflexões internas. Por isso mesmo não se justifica caracterizá-los como *partidos tradicionais*, a não ser pelo fato de que ambos surgiram imediatamente após a independência e são os mais antigos no exercício da política.

Pierre Bourdieu é taxativo ao comentar os problemas decorrentes da adoção de objetos de pesquisa já dados como naturais e legítimos. O autor nos lembra que

a *palavra* é o meio através do qual o cientista social fala e pensa o mundo: [...] A linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção. [...] (BOURDIEU, 2002, p. 39)

Apoiando-me no raciocínio de Bourdieu, penso que a díade *partidos tradicionais* / *partidos de idéias* constitui uma pré-construção conceitual, uma noção que naturaliza os partidos dividindo-os em dois grupos e homogeneizando-os. Ao aceitar essa classificação supomos que o Partido Nacional e Partido Colorado são semelhantes porque *tradicionais* e reitero que o adjetivo *tradicional*, do ponto de vista heurístico, não explica satisfatoriamente o que são esses partidos. Assim como os comunistas, socialistas e democrata-cristãos, por não serem *tradicionais*, ou por terem *idéias*, compõem o outro grupo.

Essa conceituação situa o par *tradicionais* / *de idéias* como termos antitéticos, e, portanto, excludentes, quando na verdade, ao passamos da linguagem que pretende explicar esses partidos à realidade concreta de suas trajetórias, notamos que, por exemplo, o ideário batllista está mais próximo de certas concepções políticas dos *partidos de idéias* do que das posições do Partido Nacional, que teoricamente deveria compor junto com os colorados um subsistema de afinidades.

Ciente de que quaisquer conceitos padecem de limitações em sua função explicativa, isto é, que nunca darão conta da totalidade/complexidade dos objetos que dão a conhecer, adotei como alternativa designar tais partidos como majoritários e minoritários.

Esses conceitos, em princípio, se referem à força eleitoral das organizações políticas, quer dizer, não são substancialistas, pois não pretendem revelar os postulados político-ideológicos de blancos, colorados, comunistas etc. Há que se frisar, no entanto, que ao me referir aos partidos minoritários no âmbito dessa pesquisa, estarei tratando, é lógico, com setores de esquerda, termo aqui empregado em seu sentido mais ordinário e que designa aqueles grupos que tem no *igualitarismo* um de seus eixos discursivos (BOBBIO, 1995, p. 95-110), e que na presente investigação abarca desde o comunismo até a Democracia-Cristã.

7. As esquerdas e a vitória do Partido Nacional em 1958

O fim do predomínio colorado à frente do Poder Executivo tem origens que ultrapassam o universo político-partidário, estando ligado a uma profunda transformação do país, principalmente no campo econômico.

O fato de o Partido Colorado ter permanecido no poder por tanto tempo – lembrando que muitas vezes com o apoio de setores da oposição – se deve também à habilidade que seus políticos demonstraram de satisfazer demandas sociais a partir de posições de Estado. O *primeiro batllismo* criou uma rede de proteção social amparada num modelo econômico que teve seu último ciclo de crescimento sustentável no período seguinte ao pós-guerra. O massivo apoio popular aos colorados baseava-se na manutenção desse modelo, o qual foi mantido com êxito durante o período *neobatllista* entrando em declínio em meados da década de 50. (BUQUET, 2004, p. 153)

Henry Finch, autor de uma das principais obras de historia econômica do Uruguai, entende que o desgaste do modelo de industrialização somado à estagnação da pecuária, apressou uma crise que já se anunciava. Além disso, os anos 50 marcaram o fim das condições externas que vinham permitindo o crescimento econômico, como os preços elevados dos produtos exportáveis e o acúmulo de moeda estrangeira durante os anos da II Guerra Mundial. (FINCH, 2005, p. 244)

Agravando-se ano a ano, essa crise teve consequências significativas para os dois partidos majoritários e para o sistema político como um todo[18]. Sua irrupção parecia trazer à tona contradições acumuladas ao longo do tempo e que eram escamoteadas de maneira a dar sobrevida ao modelo de desenvolvimento. A piora da situação mostrava que o sistema partidário e a distribuição de recursos através da política de partidos tornavam-se cada vez mais anacrônicos.

O eleitorado, como não poderia deixar de ser, mostrou-se sensível à crise econômica traduzida no fim de muitos empregos, no aumento do custo de vida e na perda do padrão de consumo ao qual grande parte da população estava

[18] […] En síntesis: el tradicional esquema batllista creado para reducir los conflictos sociales durante el período de crecimiento de las exportaciones, terminó siendo utilizado – y desvirtuado – por la élite política para mantener el status del sistema en medio del deterioro de la situación económica. Lo que antes fue una ideología de innovación y reforma se convirtió en una doctrina de parálisis social. (FINCH, 2005, p. 37)

acostumada. Pode-se dizer que as eleições de 1958 são as primeiras que se realizam em plena crise, já que o pleito anterior, o de 1955, aconteceu ainda em um ambiente econômico favorável ao Partido Colorado, que mais uma vez foi reconduzido ao poder. (BUQUET, 2004, p. 153)

Também é preciso salientar que o Partido Nacional havia passado por importantes mudanças internas, às quais se devem parte relevante da vitória sobre os colorados naquelas eleições. Os blancos reunificaram o partido que estava dividido desde os anos 30 e um de seus principais setores, o herrerismo, firmou um pacto eleitoral com a *Liga Federal de Acción Ruralista*, organização com forte enraizamento nas zonas rurais e que trouxe um grande número de votantes para o lema. Tudo isso pesou no escrutínio.

A alternância do poder era o sintoma de que algo lentamente mudava no interior da sociedade. O bipartidarismo continuava de pé, mas o eleitorado, sinalizando as mudanças, expressara nas urnas o fim de um longo predomínio e, ao mesmo tempo, o limiar daquilo que se convencionou chamar de *Uruguay batllista*.

A vitória do Partido Nacional representou algo mais que a conquista da presidência há tanto sonhada pelos blancos. Houve um expressivo número de eleitores colorados que, desiludidos com a recessão dos últimos anos, fizera o que até então parecia impossível: votaram em candidaturas do nacionalismo.

A perda de votos pelos governistas indica que a estagnação econômica fora um dos motivos dessa fuga de sufrágios, porém, isoladamente a crise não explica tudo. A partir dessas eleições, passa a existir de maneira mais pronunciada o que se pode chamar de *eleitorado flutuante*[19], e cujas escolhas pareciam não mais responder à lógica das fidelidades partidárias tão comuns até então. Em uma perspectiva de média duração a vitória do Partido Nacional representou sem dúvida uma inflexão na história política do Uruguai.

As eleições de 1958 levantaram expectativas para que outros partidos, me refiro aqui aos minoritários, também vislumbrassem a conquista do poder como algo possível. Para as esquerdas, o triunfo dos blancos sugeria que o sistema partidário não era absolutamente *imóvel* e que se um grande número de colorados havia

[19] Em 1954 os colorados superaram os blancos pra mais de cento e trinta mil votos; já em 1958 o quadro se inverteu, com o Partido Nacional vencendo as eleições por aproximadamente cento e vinte mil sufrágios. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/pagina.php?PagId=269&CatId=83&SubCatId=124>>. Acesso em: 31 dez. 2010.

rompido as *barreiras do lema* para votar em candidaturas do Partido Nacional, esperava-se que também pudessem apoiar propostas realmente transformadoras em um futuro próximo. (NAHUM et al., 1998, p. 17)

A partir de março de 1959, a crise econômica herdada pelos novos mandatários foi enfrentada com medidas diametralmente opostas àquelas praticadas durante o período neobatllista. Se a tônica do governo de Luiz Batlle Berrez, líder da Lista 15 do Partido Colorado, fora o intenso dirigismo estatal, os blancos adotaram a extrema liberalização da economia promovendo reformas e se aproximando do Fundo Monetário Internacional, organismo do qual adotaram várias políticas[20].

A estratégia escolhida pelo Partido Nacional teve na verdade pouca eficácia sobre economia. A implementação das reformas defendidas pelos blancos parecia esbarrar em um sistema político moroso e sem aptidão para a mudança, isto é, havia um claro descompasso entre o que era proposto e decidido em âmbito parlamentar e sua efetiva realização. (FINCH, 2005, p. 36)

Nos círculos progressistas a vitória blanca foi vista com ceticismo, uma vez que se julgava que os problemas nacionais só seriam resolvidos mediante uma ampla reforma no próprio sistema político-eleitoral e a simples troca de siglas não seria capaz de solucioná-los. A partir das páginas de *Marcha*, um reduto do pensamento crítico e independente no país, Carlos Quijano e um sem número de personalidades do mundo intelectual e político uruguaio criticavam os partidos majoritários e sua virtual hegemonia política.

Ante o resultado das eleições Quijano escrevia com descrença o editorial *El ciclo se ha cerrado*:

> Todo nuestro régimen electoral reposa sobre una monstruosa ficción. Sobre una mentira. Son los pilares de ella el doble voto simultáneo y la ley de lemas. En las vísperas del comicio dijimos: nadie podrá gobernar; nadie será capaz de gobernar. Los vencedores – lo mismo hubiera ocurrido de haberle correspondido el triunfo a los hoy vencidos – van al poder sin plan y sin programa. No es todo. Los vencedores son varios. Y esos varios no marchan de consumo. […][21]

[20] [...] En 1958 el Partido Nacional obtuvo su primera victoria electoral sobre la base de la insatisfacción del sector rural, especialmente los pequeños productores, frente a la complejidad y las distorsiones de la política batllista, más que nada en lo referente al sistema de contralor de cambios, a la existencia de tipos de cambios múltiples y a los subsidios otorgados a la industria y al consumo. La Reforma Monetaria y Cambiaria de 1959, programada con la asistencia del Fondo Monetario Internacional, estaba destinada a desmantelar ese complejo sistema y a redistribuir la renta contemplando a los sectores exportadores. […] (FINCH, 2005, p. 36)

[21] El ciclo se ha cerrado. *Marcha*, Montevideo, p. 1 e 4, 5 dez. 1958.

Não apenas Carlos Quijano como toda a esquerda uruguaia criticavam tenazmente a *lei de lemas* e o *duplo voto simultâneo*, entendidos naquele contexto como instrumentos criados por blancos e colorados para garantir a repartição do poder entre os dois grupos. Ao longo dos anos 60 até o surgimento da Frente Ampla – que só foi possível devido ao manejo da lei de lemas – o tema da reforma do sistema político-eleitoral tornou-se uma constante no discurso dos partidos minoritários.

Entretanto, se as críticas ao antigo sistema de poder eram um ponto de convergência entre as esquerdas, as estratégias para enfrentá-lo mostravam as muitas diferenças existentes. A percepção de que era necessário unir forças para fazer frente aos partidos majoritários podia ser percebida em vários setores progressistas, porém, chegar a uma fórmula comum colocava a descoberto velhos antagonismos.

Pouco antes das eleições de novembro de 58, Sergio Deus, contumaz articulista de *Marcha*, atacava o monopólio dos dois grandes partidos e defendia um modelo de unidade política para contorná-lo. Note-se que a fórmula preconizada excluía o Partido Comunista:

> […] Todos los trabajadores, todos los estudiantes, todos los universitarios que no han sido captados – para decirlo con palabras de Frugoni – por la "superstición de la divisa o la golilla partidaria" **deberán agruparse en un frente único de izquierda – en el cual no deberá participar el P. Comunista – capaz de luchar electoralmente contra el tradicionalismo criollo**.
> Si no es posible – y la experiencia parece demostrarlo – que exista en nuestro país un único partido de izquierda que aúne a todos los sectores de voluntad y pensamiento avanzados, ha de ser posible, en cambio que las distintas fuerzas que forman las hasta hoy desunidas filas de la izquierda, se integran – **con exclusión del P. Comunista, repito** – en un gran movimiento nacional antitradicionalista.[22] (Grifo meu)

A postura avessa à participação do comunismo faz-nos supor que o autor do texto era simpático ao Partido Socialista, contudo, *Marcha* também apresentava posições contrárias às de Sergio Deus, quer dizer, favoráveis à presença dos comunistas na ambicionada *frente de esquerdas*. É o caso, por exemplo, de Niko Schwarz, que na condição de membro do PCU sustentava uma postura mais aberta ao diálogo com outros setores, inclusive o socialismo.

[22] DEUS, Sergio. Más allá de noviembre. *Marcha*, Montevideo, p. 3, 17 out. 1958.

> […] **Es urgente plasmar la unión de las fuerzas de izquierda, sin exclusiones**.
> Esta unión – **y en primer término la de los partidos de izquierda, comunista y socialista, en nuestro medio** – se convertiría en un poderoso polo de atracción para millares de ciudadanos que en esta hora están inquietos. […] La unión de los núcleos de izquierda es el cauce natural al que deberán converger esas fuerzas. Ello obraría como un imán en el particular sobre la juventud, que busca un rumbo nuevo.[23] (Grifo meu)

Essa força unitária, segundo Schwarz, poderia captar o apoio daqueles eleitores favoráveis a uma *mudança progressista* nos destinos do país. O semanário não costumava publicar escritos de integrantes do PCU em suas seções, pois o Partido Comunista possuía um jornal próprio, *El Popular*, sendo por isso bastante difícil encontrar opiniões de seus quadros em outros órgãos de imprensa na época.

Dentro de uma postura independente, isto é, não partidária, sobretudo através dos editoriais de Carlos Quijano, *Marcha* passou a defender a criação de uma *frente de esquerdas* mesmo antes das eleições, ainda que parecesse impossível vencer os partidos majoritários já naquela oportunidade[24]. Quijano, que era blanco desde sua juventude e que dentro do Partido Nacional criara no fim da década de 20 o sublema *Agrupación Demócrata Social*, se afastou do partido ainda em 58, ato seguido de uma adesão genérica ao socialismo sem contudo afiliar-se ao PS.

Na verdade, como o próprio Quijano afirmou no editorial em que rompeu com o nacionalismo, a obra de Marx sempre fora uma referência importante em seu pensamento[25]. De qualquer forma, a partir de seu afastamento do Partido Nacional, o tema da unidade das esquerdas ocupou cada vez mais espaço nas páginas de *Marcha*, em textos de sua autoria ou de terceiros.

---

[23] SCHWARZ, Niko. La unión de las izquierdas. *Marcha*, Montevideo, p. 3, 19 dez. 1958.
[24] QUIJANO, Carlos. Noviembre, es un punto de partida. *Marcha*, Montevideo, p. 1 e 4, 17 out. 1958.
[25] Algunos se han extrañado y al parecer hasta se han horrorizado, frente a la perspectiva de que podamos votar con otros partidos. El socialismo, para ser precisos. Esta es otra historia que contaremos otro día. Pero digamos desde ya, que no comprendemos ni el horror ni la extrañeza. **Muchos puntos de contacto tenemos con el socialismo, nunca los hemos negado y para quien nos haya leído, en todos estos años, las comunes aspiraciones que siempre han existido, no pueden ser desconocidas**.
Más aún, y esto asimismo va a título exclusivamente personal, si alguna formación tenemos, ella no es otra que la marxista. A todo lo largo de nuestra vida, Marx nos ha ayudado a pensar. Nutrió en la época de las primeras y dilatadas lecturas, nuestra mocedad. Renán decía que el vino de la iglesia dejaba para siempre el aroma en su vaso. A Marx, una vez conocido no se le puede olvidar. Marca e impregna. Volvemos siempre a él, para refutarlo, para contradecirlo, para negarlo; pero también para confirmarlo y confirmarnos. QUIJANO, Carlos. A rienda corta. *Marcha*, Montevideo, p. 1 e 4, 22 ago. 1958. (Grifo meu)

CAPÍTULO II. AS ELEIÇÕES DE 1962: AS ESQUERDAS EM BUSCA DA UNIDADE

As eleições de 1962 marcaram no Uruguai a primeira experiência efetiva de alianças envolvendo as forças de esquerda. Como veremos, as negociações para a criação de uma frente partidária entre os setores progressistas não alcançaram seu objetivo central, de modo que comunistas e socialistas foram às urnas naquele ano cada qual integrando uma coalizão diferente.

O Partido Comunista formou junto com pequenos grupos a FIdeL – *Frente Izquierda de Liberación*, obtendo ao redor de quarenta mil votos, quase cinco mil a mais que em 58. O Partido Socialista coligou-se com um desprendimento do Partido Blanco, a Lista 41, o que resultou num grande decréscimo eleitoral, apenas 27.041 sufrágios, aproximadamente dez mil a menos em comparação ao pleito anterior. (ERRANDONEA, 1994, p. 88-89)

Para as esquerdas, fossem contra ou a favor, o tema central daquela campanha foi o da *unidade sem exclusões*, principal bandeira do comunismo. O PS, alegando que o eleitorado uruguaio era fundamentalmente conservador e temendo que a presença do PCU em uma possível aliança afastasse os votantes mais tradicionais, resistiu a todas as tentativas de aproximação do outro grupo, preferindo realizar acordos à sua direita.

Em um cenário de total liberdade política, os partidos minoritários entendiam a unidade como uma tática, mas não uma urgência. Nesse ínterim, as diferenças de concepção, sobretudo no caso do socialismo, vieram antes e falaram mais alto que a necessidade de unificar-se, e talvez por isso a organização não estivesse disposta a ceder mais que o preciso em nome de um entendimento completo com os comunistas.

Trato a seguir do desenvolvimento desse processo, mostrando como se deram os debates, as composições políticas e analisando os argumentos mobilizados de lado a lado. Bem assim, retrocedo alguns evidenciando como o assunto já era objeto de polêmicas antes mesmo de 1962.

1. A unidade política nos debates das esquerdas: antecedentes imediatos

Se é verdade que em 1962 as esquerdas concorreram ao poder pela primeira vez coligadas com outras forças políticas, deve-se mencionar que os esforços no sentido de unificar esses setores datam pelo menos de meados dos anos 50. É possível constatar que ao longo de um determinado período houve diversas tentativas do Partido Comunista de firmar acordos com os socialistas, que sempre declinaram desses convites justificando de várias maneiras sua resistência às alianças com o PCU. (RILLA, 2008, p. 446-447)

Rodney Arismendi, que foi eleito Secretário Geral do PCU no XVI Congresso do partido em 1955, apresentou nessa oportunidade um informe cujo teor era claramente direcionado à política de frentes[1], desdobramento de uma orientação do Movimento Comunista Internacional inaugurada ainda nos anos 30 pelo Comintern. (DASSÚ, 1985, passim) O Partido Comunista do Uruguai, como tantos outros PCs latinoamericanos, encontrava-se nos anos 50 alinhado às diretrizes políticas da União Soviética, ou seja, defendia a convivência pacífica e o empenho em uma revolução que seria fundamentalmente democrática naquela etapa. (LÖWY, 2003, p. 40) Ainda que pareça desnecessário, nunca será demais aludir que matrizes teóricas críticas ao dogmatismo soviético também tiveram lugar nos círculos de esquerda na América Latina – às vezes, porém, restritas ao mundo acadêmico. Mesmo entre aqueles que se definiam como marxistas-leninistas, houve quem atacasse duramente certo esquematismo então em voga[2].

---

[1] Un gran descontento recorre el país. La mayoría indiscutible de nuestro pueblo aspira a un cambio en la situación económico-social. **Maduran en nuestra patria las condiciones para la organización del Frente Democrático de Liberación Nacional**. La cuestión consiste en saber cómo nuestro Partido une a la clase obrera y a las masas populares, encabeza su lucha reivindicativa y facilita su pasaje a las posiciones revolucionarias, es decir, cómo organiza el gran movimiento de liberación contra el imperialismo yanqui y la oligarquía vendepatria que oprimen a nuestro pueblo.
La tarea central del Partido en estas condiciones, es hallar las vías concretas para unir a estas grandes masas, aún dispersas, y encauzarlas por los distintos senderos de su propia lucha, hacia el gran caudal del Frente Democrático de Liberación Nacional. (Grifo meu) Informe del Comité Nacional al XVI Congreso del Partido Comunista. Comisión Nacional de Propaganda. Montevideo, setiembre de 1955. In: ARISMENDI, Rodney. *La construcción de la unidad de la izquierda*. Montevideo: Fundación Rodney Arismendi, 1999, p. 20.

[2] Representante dessa vertente pode-se citar em relação ao Brasil o caso de Caio Prado Jr. Intérprete da história e economia nacionais de reconhecida importância para o PCB, Prado Jr. lança em 1966 *A revolução brasileira*, obra na qual rompe em definitivo com a perspectiva etapista dominante no partido. PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. Também crítico desse modelo interpretativo, sobretudo do suposto passado feudal nas colônias espanholas, está o historiador argentino Sergio Bagú, que nos anos 50 já sustentava a existência de um *capitalismo colonial* na América. (MALERBA, 2009, p. 41)

Em 1956 Arismendi tornou públicas duas cartas de sua autoria enviadas ao Partido Socialista. Na verdade, tais cartas podem ser entendidas como convites políticos e seu intuito principal já havia sido adiantado no XVI Congresso do PCU no ano anterior. De acordo com os comunistas, mesmo que o PS não possuísse *influência profunda* no interior da classe operária, o partido liderado por Emílio Frugoni contava com alguma *irradiação* entre determinados segmentos populares e médios da sociedade.

Segundo o discurso do Partido Comunista, um fim comum, o socialismo, e um inimigo comum, o imperialismo, faziam com que a unidade entre as duas forças políticas fosse não só desejável como possível. Em carta datada de abril de 1956 Arismendi escrevia:

> La experiencia histórica enseña que la clase obrera es la fuerza social llamada a conducir a las masas populares a la conquista de una nueva sociedad. **Del mismo modo, la experiencia histórica enseña que el poder de la clase obrera es mayor cuanto más poderosa y fuerte es la unidad del proletariado, la unidad sindical y la acción común de los Partidos Comunista y Socialista**.[3] (Grifo meu)

O exame da *Primeira carta ao Partido Socialista* deixa claro que a intenção do PCU nesse momento era estritamente organizar ações reivindicativas entre ambos os grupos, fosse por meio dos sindicatos a eles vinculados ou mesmo através da luta parlamentar coordenada[4]. Não há no documento qualquer alusão a um possível pacto eleitoral com vistas ao pleito que se realizaria em 1958.

Como a primeira carta-convite foi rechaçada[5] pelo Partido Socialista, uma segunda tentativa, em outubro de 56, reiterou o chamado em favor da unidade e ações comuns. O texto era um conjunto de respostas pontuais à negativa do PS, no qual são esclarecidos tema por tema os possíveis motivos que de acordo com os socialistas inviabilizavam a coordenação dos dois partidos.

Com a segunda carta o Partido Comunista reacendeu antigas, porém, vivas polêmicas entre as siglas. A recusa dos socialistas à proposta do PCU parecia se basear em uma série de razões históricas e coetâneas a respeito das divergências

[3] Primera carta al Partido Socialista. 25 abr. 1956. In: ARISMENDI, Rodney. op. cit. p. 21-25.
[4] Ibidem., p. 25.
[5] Acusando o recebimento da nota de recusa do Partido Socialista o Comitê Central do PCU comentava: Nuestro Comité Ejecutivo lamenta el carácter negativo de vuestra respuesta. Pero atribuimos tanta significación al entendimiento de comunistas y socialistas, que nos permitimos insistir ante Uds. con la esperanza de que el dialogo emprendido contribuirá a absorber diferencias en bien de la causa histórica de la liberación nacional y social de nuestro pueblo. Segunda carta al Partido Socialista. 02 out. 1956. In: ARISMENDI, Rodney. op. cit., p. 26-36.

entre os grupos, destacando-se a adesão do Partido Comunista ao marxismo-leninismo como única teoria para a ação revolucionaria[6]. Havia ainda a avaliação de que os comunistas só propuseram a aliança ao PS em observância às resoluções do XX Congresso do PCUS de 1956, além dessa aproximação ser entendida como uma *manobra* para enfraquecer a disciplina interna do Partido Socialista.

Dentre os motivos que os socialistas alegavam como impedimentos a um acordo interpartidário, era claramente equivocada a acusação de que o PCU apenas acatava ordens soviéticas. Desde setembro de 1955, com a realização do XVI Congresso do Partido Comunista do Uruguai, Rodney Arismendi já indicava ao Comitê Central a premência de uma aliança com o PS.

A má acolhida do chamado do PCU entre os socialistas tinha raízes bastante profundas, que remontavam na verdade ao princípio dos anos 20, quando uma grande parcela do Partido Socialista – à revelia de um setor minoritário – fundou o Partido Comunista do Uruguai. O rompimento que deu origem ao PCU criou antagonismos e desconfianças que se arrastaram por décadas, sendo "superadas" somente em 1971, quando socialistas e comunistas se encontraram na formação da Frente Ampla.

A criação do PCU está diretamente ligada aos desdobramentos da Revolução Russa de 1917 e a posterior organização da III Internacional Comunista. (CHERONI, 1984, p. 5-6) Diante dos acontecimentos desencadeados pela Revolução de Outubro passam a existir no interior do Partido Socialista duas tendências opostas, tendo como pomo de discórdia a adesão ou não à III Internacional. Destarte, *reconstructores* e *internacionalistas* rivalizaram pela condução do PS em uma disputa que culminou com sua transformação em Partido Comunista no ano de 1921. Posteriormente, o Partido Socialista foi "refundado" por Emílio Frugoni[7] e o setor que se mostrara descontente com o fim da antiga sigla.

---

[6] Desde el punto de vista de los principios y fundamentos teóricos el Partido Socialista anota su vinculación, muy mediada, con el marxismo, tal como se suponía que había sido enunciado por sus fundadores: Marx y Engels. **Esa adhesión será muy lata, llegando a sostener que el socialismo no es solo el marxismo, que hay cosas en las cuales se separan del marxismo**. En cambio, el Partido Comunista postulará una adhesión incondicional con los principios del marxismo en la interpretación leninista y posteriormente (hasta 1956) stalinista. (CHERONI, 1984, p. 8, grifo meu)

[7] Emílio Frugoni (1880-1969). Fundador do Partido Socialista em 1910 e eleito para a Câmara de Representantes neste mesmo ano. Além de dirigente político foi advogado e professor universitário. Autor de numerosos trabalhos esteve à frente do PS até meados dos anos 50. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 63) Frugoni fazia parte do grupo dos *reconstructores*, que defendiam um maior esclarecimento e cautela com relação ao ingresso do partido na III Internacional. Além disso, desconfiava do

Do ponto de vista do posicionamento político, o reorganizado Partido Socialista pautou-se pelo que genericamente poderíamos chamar de linha reformista, ainda que, para alguns autores, não seja fácil precisar o significado exato do termo *reformismo* para o PS. Alción Cheroni lembra que no campo da economia houve uma estranha adesão ao liberalismo econômico, inexplicável do ponto de vista do marxismo, a qual refletia a condenação do partido ao protecionismo batllista. (CHERONI, 1984, p. 8)

Em um dos trabalhos da série *Historia de la izquierda uruguaya*, Fernando López D'Alessandro se utiliza de uma declaração do partido de maio de 1921 – logo após sua refundação – tentando delinear o papel do reformismo na plataforma socialista. Nesse texto, ao mesmo tempo em que as reformas eram mostradas como algo útil para *intensificar* e *ordenar* a luta de classes, afirmava-se que elas não bastavam por si próprias e que embora se pudesse avançar sem o emprego da violência não se devia descartar a *insurreição* em última instância. (LÓPEZ D'ALESSANDRO, 1992, p. 227-228)

Foi ao longo da década de 1950 que o Partido Socialista gradativamente abandonou esse viés reformista assumindo posturas mais à esquerda no espectro político uruguaio. Tal viragem deve-se em grande parte à renovação dos velhos quadros dirigentes e ao despontar político e intelectual de Vivian Trias[8], que com suas obras acabou se tornando uma espécie de ideólogo do PS[9].

José Enrique Díaz, Secretário Geral do Partido Socialista na ocasião do surgimento da FA, ingressou no PS em 1953 vindo do movimento estudantil universitário. Díaz acompanhou de perto a substituição das lideranças históricas do

---

dogmatismo e da validade das teses internacionalistas para a realidade uruguaia. (LÓPEZ D'ALESSANDRO, 1992, p. 197)

[8] Vivian Trías (1922-1980). Além de sua atividade partidária, Trías é conhecido principalmente por seus trabalhos de história e política. Dos vários temas que abordou destacam-se suas análises do imperialismo na América latina e terceiro mundo. Foi deputado pelo Partido Socialista em três oportunidades. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 66).

[9] Desde mediados de los años cincuenta los partidos de izquierda habían sufrido importantes cambios. Dentro del socialismo se produjo el abandono paulatino de la línea política que, bajo el liderazgo de Emilio Frugoni, había primado hasta el momento. El pro-occidentalismo que el socialismo uruguayo había desplegado a lo largo del siglo fue sustituido por posturas fuertemente antiimperialistas y nacionalistas, el rechazo a las estrategias de corte reformista y una política de radicalización marxista. La influencia de la Revolución Cubana fortaleció estas tendencias. **Obedeciendo a los cambios operados, aparecieron en el partido nuevos liderazgos. Vivian Trías – profesor, ensayista y diputado en 1958 –, ocupó un rol preponderante que lo llevó a convertirse en su Secretario General**. (NAHUM et al., 1998, p. 17-18, grifo meu)

partido e chega mesmo a falar em um *processo refundacional*[10] dado o alcance das transformações provocadas.

A mudança de nomes nos quadros dirigentes do Partido Socialista surtiu um realinhamento ideológico no grupo, afastando-o dos referenciais políticos social-democratas que haviam pautado sua atuação até aquele momento. O anti-imperialismo passa a fazer parte do discurso do PS como peça chave e, embora haja uma franca aproximação com o marxismo, são contundentes as críticas do partido ao sistema soviético. Também surge no ideário socialista o conceito de *terceiromundismo*[11], fruto de um contexto mais amplo marcado pelo advento da Revolução Chinesa e das lutas anticolonialistas na África e Ásia.

> […] Y este es un aspecto importante de esa nueva programática socialista, porque al apoyar los movimientos nacionalistas revolucionarios de los países del Tercer Mundo, de los países coloniales, el Partido Socialista uruguayo marcará su distancia ya definitiva, es decir, su rompimiento, con lo que ese Congreso denominará, el colonialismo de la socialdemocracia; la ruptura clave será con el partido socialista francés, una de las fuerzas políticas responsables de la represión contra el pueblo argelino. Este será un período de construcción novedosa en el campo de los principios, fundamentalmente por lo que importa esa relación con los Movimientos tercermundistas y por la relación teórico-práctica con los movimientos nacionalistas revolucionarios, de corte no socialista. […] (CHERONI, 1984, p. 17-18)

A despeito de todas as mudanças pelas quais passou o Partido Socialista, certa herança deixada pela geração de Emílio Frugoni continuou a ser levada adiante pelos novos dirigentes da organização. Do espólio frugonista a parte que mais sobreviveu no PS seja talvez o rechaço sistemático ao Partido Comunista, que

---

[10] DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (58 min).

[11] Da extensa obra de Vivian Trías há alguns títulos especialmente dedicados ao tema do imperialismo e sua relação com o terceiro mundo. Sobre o terceiromundismo destaco o livro *La rebelión de las orillas*, coletânea de textos recolhidos de diversos jornais e revistas com os quais o autor contribuía. O trabalho que dá nome ao livro foi publicado em 1956 em *El Sol*, órgão porta voz do PS. Nesse volume encontram-se artigos sobre Paz Estenssoro, Patrice Lumumba e Nasser, entre outros assuntos. Transcrevo a seguir um trecho no qual podemos notar um dos eixos do pensamento de Trías, o antagonismo centro-periferia, muito usual no discurso do Partido Socialista desde então:
El impacto imperialista finisecular es un factor decisivo en el alumbramiento del mundo moderno. Un mundo donde la historia discurre en dos planos distintos y ofrece significados diferentes para los pueblos, según el plano en que vivan. **Hay un centro, escenarios de los procesos históricos medulares y radicado en las metrópolis imperialistas. Ellas monopolizan la iniciativa, hacen la historia. Pero no pueden subsistir sin una extensa periferia – sus dilatadas orillas – donde la historia no se hace, sino que se padece**. Donde los acontecimientos tienen el carácter de resonancias, de reflejos, de epifenómenos de aquellos procesos vertebrales de los centros de iniciativa. […] (Grifo meu) TRÍAS, Vivian. *La rebelión de las orillas*. Montevideo: EBO, 1989, p. 15.

à maneira de um atavismo foi transmitido às lideranças que conduziram o grupo desde então.

O Partido Comunista, por sua vez, sofreu transformações internas a partir de seu XVI Congresso de 1955, quando o dirigente histórico Eugenio Gómez foi afastado e substituído por Arismendi. O partido não saiu incólume da avalanche iniciada em 1956 com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. As implicações desse episódio também o forçaram a uma revisão de suas práticas, resultando em duras críticas à antiga direção encarnada por Gómez[12]. A troca de nomes no primeiro escalão do PCU não representou, contudo, qualquer afastamento em relação à linha política defendida por Moscou. O movimento comunista no Uruguai continuou seguindo fielmente os postulados do marxismo soviético

Como veremos, a exemplo da recusa aos convites feitos em 56, o Partido Socialista, por razões que irei expor, também declinou das alianças propostas pelo PCU para as eleições de 1962. Já em 1966, embora tenha havido negociações no sentido de uma plataforma comum para o pleito daquele ano, igualmente não se chegou a nenhum acordo.

Contraditoriamente, a busca pela unidade nas esquerdas uruguaias resultou muitas vezes em um afastamento ainda maior de seus integrantes, o que torna a posterior criação da Frente Ampla, bem como sua longevidade política, um fenômeno ainda mais instigante para a pesquisa histórica.

2. Diálogos e desacordos: as eleições de 1962

Os principais atores políticos da esquerda em 1962 continuavam sendo os partidos Comunista e Socialista. Se tomarmos a tipologia empregada pela maioria dos autores no Uruguai, a qual já tivemos a oportunidade de discutir, além do PCU e do PS veremos que também fazia parte do conjunto dos *partidos de idéias* –

[12] El Partido Comunista en los años cincuenta había sufrido el impacto de los cambios ocurridos en la Unión Soviética a nivel interno y de su política internacional. La "*desestalinización*" y la emergencia de la llamada "*coexistencia pacífica*" fueron los más relevantes. La repercusión interna de tales hechos se manifestó, entre otras cosas, en la remoción del Secretario General del Partido Comunista Uruguayo, Eugenio Gómez, acusado de promover una línea "*socialdemócrata*" que había aislado al partido de su medio. (NAHUM et al., 1998, p. 18-19)

considerado por Pérez Antón como um *subsistema*[13] – o *Partido Demócrata Cristiano*, antiga *Unión Cívica*, que reforçava as fileiras do pequeno eleitorado dos partidos minoritários.

A prédica de que era necessário lutar contra o predomínio dos partidos Blanco e Colorado era compartilhada por vários pequenos grupos, partidários ou não, e sob a alcunha de *política criolla* eram atacadas as práticas dos setores dominantes, então responsabilizados pela crise econômica que sofria o país.

As idéias de *transformação*, tão marcantes nos anos 60, parecem ter atuado no seio dos próprios partidos minoritários, que ao contrário de blancos e colorados – defensores da *adesão emocional* ao lema – abandonaram suas velhas siglas e o número de suas listas de votação. (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 23) Naquelas eleições a velha *Unión Cívica* se converteu em PDC, o PCU encabeçou a *Frente Izquierda de Liberación* - FIdeL e o Partido Socialista passou a integrar a *Unión Popular*.

A transformação da *Unión Cívica* em *Partido Demócrata Cristiano* e finalmente seu realinhamento à esquerda no campo político coroou uma longa trajetória. Surgida no ano de 1911 em meio às tão comuns polêmicas entre *católicos* e *anticlericais* do primeiro batllismo (ARTEAGA, 2000, p. 131-135), a organização, francamente conservadora e confessional, se aproximou nos anos 30 do pensamento de Jacques Maritain, fato que a tornou um partido mais *secularizado* e independente da Igreja Católica[14].

Satisfatoriamente coesa do ponto de vista da unidade partidária e dirigência política, a *Unión Cívica* só enfrentou conflitos internos a partir do final dos anos 50, quando uma geração de integrantes mais jovens começou a almejar mudanças na forma de atuação do grupo. A Revolução Cubana e seus desdobramentos na

[13] Romeo Pérez Antón concebe o sistema político uruguaio como sendo composto por duas partes ou *subsistemas*, formados de um lado pelos *partidos tradicionais* e do outro pelos *partidos de idéias*: […] **el sistema de los partidos podría dividirse en dos subsistemas, compuestos respectivamente por las dos colectividades tradicionales y por los grupos más ideológicos**. El primero canaliza la mayor parte de las demandas y capta en mayor cuantía los apoyos, y si bien parece responsable de la homeostasis del sistema requiere el estímulo de otro subsistema a fin de no relegar tanto algunas demandas que la presión de éstas se acumule críticamente. (PÉREZ ANTÓN, 1984, p. 65, grifo meu)

[14] La Unión Cívica en la década de los '30 asume esta filosofía "maritainiana" y comienza entonces a subrayar su carácter de partido político independiente de la Iglesia y aconfesional, en el sentido de que no se requería la confesión cristiana. Para incorporarse a la Unión Cívica; bastaba adherir a su programa de principios. Eso no quiere decir, por supuesto, que la Unión Cívica haya variado su composición notablemente; se mantuvo como un partido formado casi únicamente por católicos. Pero de alguna manera, animada por la convicción de la autonomía de lo temporal, la acción de la Unión Cívica se hizo más heterogénea, pasó a ser más equilibrada en el sentido de que incluía preocupaciones en el espectro de la problemática nacional. […] (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 16)

América Latina, bem como as reformas sofridas pela Igreja Católica com o Concílio Vaticano II incidiram diretamente sobre o partido. Entre 63 e 66, com a incorporação do *Movimiento Social Cristiano* – do qual fazia parte Juan Pablo Terra, futuro presidente do PDC – e o triunfo interno de membros da *Juventud Demócrata Cristiana*, os principais postos da organização passaram para o comando dessa nova geração, caracterizada por posições políticas mais progressistas. (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 27-29)

Como a renovação política do PDC e seus quadros dirigentes se completassem apenas por volta de 67, nas eleições de 1962 o partido concorreu ainda com uma plataforma eleitoral elaborada basicamente sob as diretrizes da Unión Cívica, embora já se apresentando como *Partido Demócrata Cristiano*. O fraco desempenho eleitoral alcançado nessa ocasião, 3,8% dos votos em Montevidéu, apresentava um decréscimo de pouco mais de um ponto em relação ao pleito de 1958, quando a *Unión Cívica* obteve o apoio de 4,9% do eleitorado na capital do país[15].

Em 1962 o PDC não afluiu a nenhuma das duas coalizões formadas pelos partidos minoritários. Tanto a *Unión Popular* quanto FIdeL apresentaram-se às eleições presidenciais daquele ano com propostas que tornavam impraticáveis quaisquer tentativas de aproximação com o PDC, ainda muito marcado pela herança política da vetusta Unión Cívica[16].

Em uma proclamação da Junta Nacional Provisória do PDC publicada por *Marcha* no mês de abril, o recém fundado partido marcava sua posição defendendo o que chamava de *democracia integral*, rejeitando a uma só vez os excessos do capitalismo e do comunismo e criticando também a inoperância dos partidos Colorado e Blanco diante da crise que penalizava o Uruguai:

> Quienes rechazan las soluciones de un capitalismo injusto, responsable de la desconformidad social imperante, del crudo

[15] Dados da evolução eleitoral em eleições nacionais na cidade de Montevidéu. Disponível em: <http://www.fcs.edu.uy/pri/archivos/Elecciones_Presidenciales/Evolucion_MVD_Interior_1942-2004.xls>. Acesso em: 4 mar. 2009.

[16] Desde seu surgimento formal em 1962, o PDC se distanciou aos poucos dos postulados da *Unión Cívica*, transformação ocorrida em meio a acirradas disputas internas. A renovação dos quadros dirigentes contribuiu diretamente para essa transformação ideológica do grupo: En 1967 se produce, además, en la Junta Nacional, que es el órgano ejecutivo de mayor jerarquía en el partido, una renovación de componentes, que fija la apertura de una nueva etapa en la evolución del Partido Demócrata Cristiano, en la medida en que el núcleo que había prevalecido en la fundación del PDC pasa a ser minoría e ingresa a la Junta Nacional un contingente de gente muy joven, comprometida con el dinamismo de renovación dominante entre 1963 y 1966. A partir de 1967, el proyecto originario del Partido Demócrata Cristiano es sobrepasado. (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 30)

> materialismo de la hora, y tampoco quieren convertir a América en un experimento del materialismo marxista, – como recientes ejemplos lo demuestran – deben estrechar filas en torno a la Democracia Cristiana.
> El dilema es cada vez más: o un materialismo marxista que suprime las libertades públicas, esclaviza al hombre y destruye las relaciones fraternas, o la Democracia Cristiana, que postula las libertades de todos, defiende los sagrados derechos del ser humano y construye un mundo de justicia y de paz, sin odio y sin violencias.[17]

O desenrolar político fez com que o mesmo PDC, tão preocupado com o *avanço marxista* no início dos anos 60, integrasse quase dez anos mais tarde a aliança de todas as forças de oposição aos partidos Blanco e Colorado, incluindo o PCU. Contudo, apesar de compor com socialistas e comunistas o *subsistema* dos partidos minoritários, naquele instante a Democracia Cristã tinha como único ponto de contato com as esquerdas sua tenaz oposição ao bipartidarismo, estando ainda longe das concepções desenvolvimentistas e mesmo marxistas das quais se aproximou mais tarde.

O debate em torno da unidade dos partidos minoritários foi indubitavelmente o eixo das discussões das esquerdas em 1962. Em fevereiro, um texto de *El Sol*, órgão porta-voz do Partido Socialista, firmava a posição que o grupo manteve durante todo o ano. Em *Unidad sin exclusiones, un mito*[18], atacava-se a proposta de frente política do PCU como sendo fruto de um *superotimismo*. De forma direta, *El Sol* acusava a existência de duas estratégias unitárias: “La nuestra, el movimiento nacional y popular, adecuado a nuestra realidad, y entroncado con el proceso histórico uruguayo, es la que aglutinará a los más amplios sectores populares.”[19]; depois, apresentava-se a dos comunistas, a qual constituiria uma *trava objetiva* a um pujante *movimento de massas*.

Conforme a continuação da matéria, a exclusão do comunismo da frente de esquerdas devia-se a uma questão tática, qual seja a atração de *setores populares* dos grandes partidos – tendencialmente anticomunistas segundo raciocínio implícito no texto. Aprofundando o argumento *El Sol* defendia:

> Nosotros sostenemos que no existen aún condiciones reales en nuestras masas populares para que, rompiendo con las direcciones

[17] Partido Demócrata Cristiano. A La ciudadanía de la república. *Marcha*, Montevideo, p. 18, 13 abr. 1962.
[18] Em várias oportunidades o PCU apresentaria sua proposta de frente política nas páginas de *El Popular*: Unión sin exclusiones y no fragmentación. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 2 jan. 1962; La unión de izquierdas, su fuerza, y los principios. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 12 fev. 1962.
[19] Unidad sin exclusiones, un mito. *El Sol*, Montevideo, p. 7, 23 fev. 1962.

> oligárquicas de los partidos tradicionales que hasta hoy las han encauzado, se integren a un frente con los comunistas. Esta es una realidad que nadie podrá destruir, en las actuales circunstancias. **No se ayuda a esos grandes sectores a romper con los viejos cauces introduciendo en la estrategia un factor de dispersión y no de unión (los comunistas) hoy por hoy**.[20] (Grifo meu)

Tomado como *fator de dispersão* no interior dos *grandes setores*, o PCU também era acusado de promover o sectarismo no movimento operário. Para os socialistas, o lento processo de unificação dos sindicatos iniciado em meados dos anos 50 havia retroagido nos últimos anos, isso em função das posturas *divisionistas* e dos propósitos *hegemônicos* e *polarizantes* do comunismo, como, por exemplo, a imposição de dirigentes sindicais.

Ao negar qualquer validade à *estratégia integracionista* do PCU, o Partido Socialista, é claro, apresentava-se como única alternativa possível. Construído como um silogismo o discurso do PS concluía:

> […] Resumiendo: la estrategia que nosotros prestigiamos de la que se autoexcluyen los comunistas, procura atraer en un sólido frente revolucionario, a los más amplios sectores populares, facilitando su radicalización y entronque con un vasto y atrayente movimiento nacional y popular; la de los comunistas congela el proceso de radicalización, no alterando la actual relación de fuerzas al ahuyentar a las corrientes populares de los grandes partidos que son las que, precisamente, tenemos que ganar para realizar nuestra Revolución.[21]

Em um depoimento ao autor, José Enrique Díaz reiterou o porquê da exclusão dos comunistas da frente liderada pelo PS, a *Unión Popular*:

> […] En el Partido Socialista pensábamos, en los Congresos de 57, 59 donde empezamos a elaborar la línea del frente nacional y popular como herramienta para cubrir una determinada etapa del proceso hacia el socialismo, lo que nosotros llamábamos la fase nacional liberadora, que había que ter un frente tratando de atraer a los sectores del Partido Nacional, del Partido Colorado, del Partido Demócrata-Cristiano ¡progresistas! **Esa era la idea, que si nos uníamos con los comunistas íbamos hacer que esos grupos no vinieron ¡El país no estaba preparado, no es que fuéramos anticomunistas! como los comunistas nos decían, sino que lucíamos que tácticamente no era el momento de hacer una alianza**. Y empezamos a trabajar esa idea, con blancos y colorados, y también con demo-cristianos de izquierda. Y entonces los comunistas dijeron: bueno, no quieren, hacemos nosotros un frente ¡y hacen su frente! y consiguen también algún colorado, algún blanco, algún católico que se incorporan al FIdeL. […][22] (Grifo meu)

---

[20] Ibidem.
[21] Ibidem.
[22] DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (58 min).

Em vários outros artigos de *El Sol* o Partido Socialista repetiu a tese de que a presença comunista na frente de esquerdas teria o efeito de dispersar os setores mais progressistas dos partidos Colorado e Blanco, parcela que necessariamente deveria ser atraída e integrar a *Frente Nacional e* Popular[23].

Diante das reiteradas negativas do PS para a formação de uma aliança comunista-socialista o PCU abandonou sua postura inicial, abertamente *integracionista*, e adotou uma posição mais crítica em relação à resistência do outro partido. Na prática, foi como se os comunistas quisessem tornar público que todas as possibilidades de dialogo haviam sido esgotadas e que a partir daquele momento não se fariam mais responsáveis por uma possível derrota nas eleições vindouras ou um retrocesso na situação das forças de esquerda como um todo.

Em 1º de abril, um editorial de *El Popular*, diário oficial do PCU, fazia uma avaliação bastante negativa do estado das negociações até ali.

> La resolución sobre política nacional del reciente [XXXIII] Congreso del Partido Socialista reitera la idea de constituir un frente excluyendo el Partido Comunista. La resolución no dice expresamente, pero cuando su punto II "autoriza al CEN a continuar las tratativas iniciadas con distintos grupos políticos dentro de los límites fijados por el XXXII Congreso…", quiere significar lo que más arriba expresamos.
> **Con esta resolución el Partido Socialista contrae una pesada responsabilidad, y retrotrae la situación al estado imperante con anterioridad a 1958**. [24] (Grifo meu)

Esse texto teve para o Partido Comunista o efeito de um *lavar de mãos* político, isto é, sua publicação procurava eximir o partido de qualquer ônus diante de um eventual fracasso das esquerdas na disputa eleitoral de novembro. Assim, a *pesada responsabilidade* era toda imputada aos socialistas, que erroneamente se

---

[23] Los comunistas han levantado una bandera que es simpática pero irreal: "la unidad sin exclusiones". Irreal decimos nosotros, puesto que la unidad sin exclusiones que propone el P. Comunista es, en la práctica, la unidad socialista-comunista y nada más. Ellos fundamentan que esta unidad socialista-comunista seria un polo de atracción para las fuerzas antiimperialistas. Nosotros vemos que sería un polo negativo y que congelaría el proceso. **Supongamos por un instante que los socialistas aceptáramos, por razones tácticas, el frente que proponemos los comunistas. ¿Qué pasaría? Pues que los grupos que hoy aceptan formar el frente nacional y popular no se plegarían. Y esto no suponemos. Lo dicen abiertamente esos grupos**. […]
Es decir, que al aceptar nuestro partido la formación de una alianza con los comunistas, estaría de hecho frenando es desarrollo de un amplio frente que incluye a numerosos grupos y que incluirá a muchos más en un futuro inmediato. COPELMAYER, Roberto. Frente nacional y popular. Una estrategia para el poder. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 9 fev. 1962. (Grifo meu)

[24] Pesada responsabilidad. *El Popular*, Montevideo, p. 3. 1 abr. 1962.

negavam a concretizar uma aliança e aprofundar "[...] el proceso de unidad de la clase obrera y el pueblo, factor fundamental de la realidad uruguaya. […]"[25]

Acredito que a postura decididamente aberta do PCU em relação às tratativas com Partido Socialista deve ser examinada com muita cautela. É verdade que os convites à unidade política *sem exclusões* partiam exclusivamente dos comunistas, principais interessados na questão, e isso desde as primeiras cartas[26] ao PS em 1956. Por outro lado, a ambição de criar a *frente de esquerdas* tem de ser entendida dentro dos propósitos mais amplos da organização, isto é, compor uma aliança com os socialistas ou quaisquer outros setores políticos fazia parte de uma estratégia de longo prazo, cujo objetivo, não há dúvida, era conduzir o Uruguai à revolução sob vanguarda do partido.

Ainda criticando a exclusão do PCU por parte dos socialistas o editorial de *El Popular* redarguia:

> En particular, no puede quedar fuera de este frente la clase obrera, sino que está llamada a desempeñar en él un papel de primer plano. **Y ello supone la participación obligada de su partido, el que encarna sus intereses inmediatos y del futuro, el P. Comunista**. (Si se quisiera controvertir esta **verdad marxista**, cuando menos debe reconocerse que la orientación del P. Comunista es seguida por un muy numeroso y calificado sector del proletariado uruguayo).[27] (Grifo meu)

Colocando-se indiscutivelmente como o *partido da classe operária*, fato deduzido de uma *verdade marxista*, o PCU deixava interdito o papel que ocuparia em uma possível frente. Parece crível que o Partido Comunista dificilmente integraria uma coalizão da qual não tivesse a condução política. Para utilizar um termo da época, *vanguardizar* as massas trabalhadoras era um ponto chave para todas as esquerdas, comunistas ou não.

2.1. O Partido Socialista e a experiência da *Unión Popular*

[25] Ibidem.
[26] Primera carta al Partido Socialista. 25 abr. 1956; Segunda carta al Partido Socialista. 2 out. 1956. In: ARISMENDI, Rodney. *La construcción*… op. cit., p. 21-36.
[27] Pesada responsabilidad. op. cit.

A aliança política levada a cabo pelos socialistas em 1962 se chamou provisoriamente *Frente* ou *Unión Nacional y Popular*[28]. O nome definitivo, *Unión Popular*, foi adotado apenas mais tarde, já que o Partido Blanco, amparado pela lei eleitoral em vigor, impugnou a utilização do termo *nacional* pelo PS, defendendo que o mesmo era um patrimônio político exclusivo da legenda, também conhecida como Partido Nacional. (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 29)

Após seu XXXIII Congresso, o Partido Socialista formalizou a disposição de criar uma frente partidária com a exclusão do comunismo, tarefa que deveria ser realizada concomitantemente à luta por uma reforma constitucional de teor progressista: "[…] el partido debe proseguir con los dos objetivos de lucha que se ha dado en los últimos tiempos: la Reforma Nacional y Popular de la Constitución y la creación del movimiento que podría llevar el mismo nombre."[29]

Em entrevista concedida ao semanário *Marcha*, Vivian Trias, na época Secretário Geral do PS, sustentava que a frente liderada por seu partido serviria como instrumento para a *libertação nacional*, sinalizando uma nova etapa na atuação dos socialistas no Uruguai[30]. Para Trías, um dos objetivos fundamentais do movimento era recolher as *tradições positivas* dos partidos Colorado e Blanco, resgatando-as dos líderes políticos que as haviam deturpado e traído. Preconizava igualmente um *reencontro com o artiguismo*, retomando o *fio condutor* do programa político frustrado do prócer uruguaio. Note-se que a idéia de contar com a tradição progressista dos partidos majoritários estará presente mais tarde no discurso dos fundadores da Frente Ampla.

Vivian Trías, autor de numerosos trabalhos de história, amparava-se no estudo do passado e também em uma análise da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos para legitimar o projeto do Partido Socialista. Segundo ele,

> La fórmula de vertebrar al Partido en un movimiento más amplio, responde, por otra parte, a los hechos de la historia. Desde La segunda guerra mundial, en efecto, no ha triunfado ninguna revolución colonial que fuera protagonizada por un solo partido, con toda su inevitable carga de sectarismo y dogmatismo, sino que han resultado victoriosos, amplios movimientos de masas. Esta "popularización" de la lucha por la liberación nacional, deriva de la

[28] As primeiras menções do Partido Socialista à aliança política em formação referiam-se à mesma como *Frente Nacional y Popular*, sendo também chamada posteriormente de *Unión Nacional y Popular*. Estrategia para el poder. Frente Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, 16 fev. 1962; TRÍAS, Vivian. La Unión Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 13 e 16, 18 mai. 1962.
[29] Frente Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 30 mar. 1962.
[30] Trías: "A la búsqueda de la mejor tradición". *Marcha*, Montevideo, p. 32, 30 mar. 1962.

> peculiar situación social de los países subdesarrollados, donde la clase obrera constituye apenas una minoría. Se impone, entonces, el nacimiento de fuerzas que reúnan, junto a la clase obrera, a las clases medias de la ciudad y el campo, explotadas por el imperialismo y la oligarquía.[31]

A perspectiva de que a *classe operária* não poderia protagonizar a revolução no Uruguai, dada sua condição de minoria social, não era obviamente compartilhada pelo PCU, cujo esquema interpretativo reputava a centralidade indiscutível dos trabalhadores na luta pelo socialismo[32]. Em outros pontos, contudo, suas declarações se aproximavam bastante dos postulados defendidos pelo Partido Comunista. Aliás, a comparação dos discursos do PS e do PCU no ano de 1962 deixa claro que as distancias ideológicas entre ambos os grupos eram em muitos casos insignificantes, como por exemplo, em relação à necessidade de uma *etapa nacional* da revolução. Nas palavras de Trías:

> Consideramos que en el frente debe haber un partido marxista, como el nuestro. **Por ahora todas las fuerzas nos disponemos a luchar en común por la etapa de la revolución nacional**, pero nosotros no renunciamos a nuestras metas finalistas y no perdemos de vista una lección muy importante: la historia enseña que si la revolución nacional no se orienta hacia una revolución socialista, se frustra. Allí están los ejemplos de México, Bolivia y la sacrificada Guatemala, para demostrarlo.[33] (Grifo meu)

A necessidade de um partido marxista conduzindo o processo, a concepção etapista, a visão teleológica na qual as *metas finalistas* são o objetivo último a ser alcançado, enfim, socialistas e comunistas partilhavam uma cultura política comum, que se consubstanciava não apenas em um vocabulário, mas constituía o que Pierre

---

[31] Ibidem.

[32] De acordo com o Partido Comunista os socialistas uruguaios minimizavam o papel do proletariado urbano no processo revolucionário, o que era entendido como uma apreciação equivocada da realidade nacional e regional. Em resposta à entrevista de Trías *El Popular* afirmava:
Pero examinemos nuestra próxima realidad. El proletariado en América Latina se caracteriza no solo por su antigüedad, sino también por su concentración en muchas grandes empresas. Un sector considerable del proletariado uruguayo está concentrado en empresas de más de 500 obreros. En la mayor parte de los países de América del Sur, el proletariado se encuentra en primer término en las industrias y en las grades capitales y centros urbanos (a diferencia de la América Central, donde el proletariado es fundamentalmente agrícola, y es explotado en las grandes plantaciones imperialistas). En el Uruguay sobre cerca de 300.000 obreros industriales, del transporte y la construcción, más de 200.000 se concentran en Montevideo, con una población vecina al millón de habitantes. En el Gran Buenos Aires, hay más de un millón de obreros, sobre una población total de 7 millones aproximadamente. En Chile existe proletariado concentrado en Santiago y en los centros mineros esparcidos a lo largo del país. San Pablo es un enorme centro industrial.
La realidad objetiva de nuestros países destaca pues, la importante gravitación y la concentración del proletariado, cuyo papel en la revolución, por ende, en modo alguno puede ser minimizado. Pesada responsabilidad. op. cit.

[33] Trías: “A la búsqueda de la mejor tradición”. op. cit.

Bourdieu chamou de *princípios de di-visão*, isto é, uma *representação do mundo social* semelhante. (BOURDIEU, 2002, p. 164-165) Em contrapartida, apesar de em tese lutarem por um mesmo objetivo, a construção do socialismo, as coincidências ideológicas existentes sucumbiam diante de desacordos programáticos, que na ocasião foram suficientes para afastar os dois partidos.

Vivian Trias insistia que a exclusão do PCU da frente de esquerdas se tratava de uma questão *tática*, e não de *anticomunismo*, sustentando inclusive que o ingresso do outro partido no movimento era possível, desde que cumpridas certas condições. Nesse quesito era preciso que houvesse mudanças na *estrutura interna* do Partido Comunista e que também se alterasse a atitude das demais forças de esquerda em relação a ele[34].

Na prática, as condições aventadas pelo Secretário Geral do PS impossibilitavam a inclusão dos comunistas na *Frente Nacional y Popular*; resultando antes de tudo em um artifício retórico que amenizava a inflexibilidade de seu partido ante a hipótese de dividir com o rival um mesmo espaço político. Como era de se esperar, o Partido Comunista recebeu como um acinte as declarações de Trías, dizendo que sequer responderia sobre mudar suas estruturas, e acrescentava que *numerosas forças* já haviam se pronunciado a favor da *unidade sem exclusões*[35].

Mesmo sem a presença dos comunistas a frente eleitoral em gestação não chegava a ser uma unanimidade dentro do Partido Socialista. Enquanto para os novos dirigentes a criação da *Frente Nacional y Popular* era concebida como uma equação política promissora, a velha guarda do partido, representada por Emilio Frugoni, via com grandes reservas o envolvimento do PS com grupos dos quais se conhecia muito pouco, ou mesmo nada. Nas palavras do líder histórico:

> Desconocemos el capital electoral de los otros grupos. Nuestro Partido Socialista no es una sorpresa: no ignoramos nuestro caudal de votos, creceremos en algunos departamentos. Pero de los demás grupos nada se sabe, y por un error de cálculo, otros podrían llevar la parte del león. Me temo que perderemos nuestro Senador.[36]

Dando mostras se seu desacordo quanto aos rumos tomados pelas novas lideranças, Frugoni ainda se preocupava com o abandono do velho lema pelo qual o partido sempre fora conhecido, já que ao tomar parte na coalizão o grupo

[34] Ibidem.
[35] Pesada responsabilidad. op. cit.
[36] Frugoni: “No creo”. *Marcha*, Montevideo, p. 32, 30 mar. 1962.

forçosamente teria que abrir mão de sua antiga sigla como *Partido Socialista*, deixando confuso o eleitorado: "[...] No olvidemos que hay un importante sector de ciudadanos que vota al Partido por pura simpatía, y que no va a encontrar nuestro lema esta vez para expresarse en las urnas."[37]

Os prognósticos e o temor de Emilio Frugoni, na verdade frutos de décadas de experiência política e condução partidária, acabaram se confirmando após as eleições. A baixíssima votação da *Unión Popular*, como veremos, resultou na perda da representação legislativa do grupo e no início de um período de duro ostracismo parlamentar na história do PS.

Em meio à aceitação da maioria por um lado e a resistência de alguns personagens por outro, a iniciativa do Partido Socialista recebeu no inicio de março um importante apoio com a declaração firmada por centenas de personalidades independentes publicada em *Marcha*[38]. Em um rápido balanço da conjuntura política do país naquele momento, o texto apontava como única alternativa a criação de uma *nova força política* que fizesse frente ao esgotamento dos *partidos tradicionais*.

Assinada também por Carlos Quijano e Julio Castro, diretor do semanário e seu editor de política, a declaração representa muito bem a posição de *Marcha* quanto à situação nacional e os grandes temas políticos internacionais decorrentes da Guerra Fria.

> […] Esa nueva fuerza política, deberá aglutinar a los partidos o grupos – hoy separados por diferencias no sustanciales – sobre un programa de contenido popular y nacional, de orientación definidamente progresista y antimperialista. Tanto en su integración cuanto en su contenido ideológico y en su acción concreta, **deberá ser absolutamente independiente de toda potencia o fuerza integrante de los bloques poderosos del mundo actual** para adecuarse a las modalidades y características de nuestro país y en su proyección latinoamericana.[39] (Grifo meu)

A diretriz de não se alinhar a nenhum dos grandes blocos político-ideológicos da Guerra Fria deve-se àquilo que no Uruguai se chamou comumente de *terceirismo*[40], corrente de idéias presente também em outros países e defendida por

---

[37] Ibidem.
[38] Una declaración. Ante la grave situación del país. *Marcha*, Montevideo, p. 15, 23 mar. 1962.
[39] Ibidem.
[40] Principalmente nos círculos progressistas através de várias publicações, a idéia de uma terceira posição alternativa à polarização capitalismo/comunismo tomava corpo. Nas palavras de Carmen de Sierra: Surgirá así, tanto en *Cuadernos Americanos* como en *Marcha* desde el fin de La guerra y comienzo de La Guerra Fría lo que se ha llamado "Tercera Posición", que según plantea Arturo Ardao en el semanario [Marcha], es una actitud especifica frente a la política internacional, para evitar una nueva conflagración mundial; pero también para preservar las autonomías regionales y nacionales en

Marcha desde pelo menos o final dos anos 40. (VIOR, 2003, p. 83) Todavia, apesar da postura independente do semanário, a adesão de alguns de seus principais nomes à *Unión Popular* constituía um fato inegável: ao apoiar a coalizão apoiava-se também um partido marxista, o que acabava implicando uma tomada de posição do grupo no cenário político de então.

Arturo Ardao, filósofo e professor universitário, figura das mais respeitadas no país, foi colaborador de *Marcha* de primeira hora e junto com Carlos Quijano e Julio Castro é considerado um dos *fundadores* do periódico. (ACOSTA, 2003, p.124-125) Dentre aqueles que constituíam o *Grupo de Marcha*, núcleo dos intelectuais mais velhos e próximos a Quijano, Ardao foi a voz discordante quando se publicou a declaração de apoio e, além de não firmar o documento, enviou uma *Carta política a Quijano y Castro*[41] na qual expunha seus motivos. Em termos absolutamente respeitosos não concordava com a tese do esgotamento absoluto dos *partidos tradicionais* e tinha dúvidas quanto à efetividade de um acordo entre o PS e o setor de Enrique Erro desprendido do Partido Nacional, a Lista 41, segmentos políticos muito distintos segundo sua opinião.

Algumas semanas depois, Julio Castro respondeu à carta de Ardao reafirmando as idéias centrais da declaração. Castro retomava a tese do esgotamento do bipartidarismo e salientava a importância do Partido Socialista no movimento unitário, reconhecendo como positiva a atitude do partido em abandonar o patrimônio de seu lema em benefício de um projeto de renovação para o país: "[...] Si otros grupos hacen lo mismo, bienvenidos ellos. Una plataforma sobre bases muy concretas deberá dar definición y unidad al conjunto que resulte."[42]

Ainda no semanário *Marcha*, o jovem Eduardo Galeano se perguntava: *¿El Partido Socialista nace de nuevo?*[43] Avaliando a intenção do partido de formar uma aliança eleitoral com outros setores o articulista escrevia que "[...] Por primera vez en

---

un mundo armamentista y peligrosamente agresivo. Ardao, como Quijano, la defiende porque la "Tercera Posición" por ser "utópica o teórica del punto de vista de las realidades internacionales de la hora, no deja por eso de constituir la aspiración íntima y cierta de millones de seres que se resisten a ser súbditos espirituales de Stalin o Truman" (Ardao, "La tercera posición"). Es decir que esta postura significaba una afirmación de dignidad, la reivindicación de una relativa independencia y resistencia no solo al imperialismo y al colonialismo, sino también al "colonialismo mental", padre de todos los otros colonialismos. (SIERRA, 2003, p. 63)

[41] ARDAO, Arturo. Carta política a Quijano y Castro. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 6 abr. 1962.

[42] CASTRO, Julio. En respuesta a la carta de Ardao. Por qué firmé la declaración. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 27 abr. 1962.

[43] GALEANO, Eduardo. ¿El Partido Socialista nace de nuevo? *Marcha*, Montevideo, p. 32, 30 mar. 1962.

la historia de este país, un partido de izquierda se lanza a una coalición con otras fuerzas, haciendo a un lado su propio lema en las elecciones."[44] Em seu artigo também comentava os *rumores* de que a lista de candidatos da coalizão à Câmara dos Deputados poderia ser *encabeçada* por Enrique Erro, que a despeito de ser blanco vinha fazendo forte oposição ao governo, o que de fato acabou acontecendo.

Após a realização do XXXIII Congresso do Partido Socialista e da declaração de apoio dos independentes em *Marcha*, o PS voltou a polemizar com o Partido Comunista. A bem da verdade, essas discussões foram bastante monocórdias, girando em torno dos mesmos argumentos que eram explorados à exaustão de lado a lado. Ante o ataque do PCU, que acusava os socialistas de deixarem de fora da aliança o *partido dos operários* – e logo o próprio operariado –, o PS respondeu que também era um *partido de ideologia marxista*, possuindo igualmente apoio em meio às massas trabalhadoras[45].

Da mesma forma, reiterava que no Uruguai era impossível levar a cabo uma revolução *quimicamente pura*, isto é, protagonizada apenas pelas esquerdas, como *aconselham* certas *receitas*. A revolução teria de se fazer envolvendo as *forças reais* do país, ainda que fossem *contraditórias* num primeiro momento[46]. As afirmações do Partido Socialista a esse respeito pareciam estar calcadas em critérios mais táticos que ideológicos, ou seja, uma vez estabelecida a finalidade principal dessa etapa do processo, a *libertação nacional*, não importava quais forças estivessem envolvidas, desde que comprometidas com o mesmo objetivo.

Ao lado dos socialistas, a Lista 41 egressa do Partido Nacional foi uma das principais forças da *Unión Popular*. Liderada por Enrique Erro, político de tradição herrerista, o grupo vinha se indispondo com outros setores das fileiras blancas desde a morte de Luis Alberto de Herrera, em 1959. Erro considerava que Benito Nardone, líder ruralista que triunfara junto ao partido nas eleições de 58, havia traído o ideário e o patrimônio do herrerismo. (NAHUM, et. al., p. 17, 1998)

Em 27 de abril, o grupo fez uma assembléia decidindo que nas eleições vindouras não votaria em qualquer lista na qual figurasse Nardone ou seus subordinados políticos: "[...] Exigimos no se admita a Nardone. *Repetimos: traidor de* Herrera, *en el lema Partido Nacional*. De lo contrario será el Sr. Nardone quien por

[44] Ibidem.
[45] ARAKELIÁN, Garabeb. La izquierda nacional y la realidad. *El Sol*, Montevideo, p. 7, 30 mar. 1962.
[46] Ibidem.

intermedio del Directorio expulsa a los Herreristas del Partido Nacional."[47] Tal declaração funcionou como um ultimato, já que inevitavelmente o Diretório Nacional teria de expulsar Nardone ou a própria Lista 41 abandonaria o lema.

Essa advertência representava certo perigo eleitoral em vista das eleições que se aproximavam. Enrique Erro, que na ocasião ocupava uma cadeira como Deputado pelo Partido Nacional, havia recebido uma boa votação no pleito anterior, em 1958. Ao acusar o governo nacionalista de trair o herrerismo o setor perguntava: "¿Se atreverá el Directorio a ser el sepulturero del sublema Luis Alberto de Herrera?"[48]. A Lista 41 se colocava como sendo herdeira da tradição e das idéias herreristas[49], mostrando mais uma vez a força que as identidades políticas ainda mantinham no Uruguai.

A decisão da cúpula nacionalista não foi a esperada por Erro, o qual deixou com o lema configurando assim uma relevante perda para a legenda. O argumento do grupo era o de que para se manter fiel ao *herrerismo* teria de se abdicar do partido, não havendo qualquer outra saída[50]. Em um pronunciamento à cidadania, acusava-se o Partido Nacional e a Liga Nacional de Ação Ruralista de Benito Nardone de deturpar o legado de Herrera, o que era inaceitável[51].

Após a cisão de Enrique Erro e sua lista com o Partido Blanco, a *Unión Nacional y Popular*, em breve simplesmente *Unión Popular*, ganhou força e contornos, ainda que não muito precisos do ponto de vista de sua composição política.

---

[47] Bomba de tiempo. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 11 mai. 1962.
[48] Ibidem.
[49] Referindo-se ao ultimato enviado ao Diretório do Partido Nacional a Lista 41 afirmava: Esta grave y necesaria decisión de la Concentración Popular Herrerista más poderosa y numerosa de todo el País, ha sido tomada con plena conciencia de sus razones, **con responsabilidad y por imperio de su lealtad a la memoria de Herrera y a su línea política nacional y popular**. Bien sabe el Directorio, que nuestra Concentración Popular es la de mayor arraigo popular y que sólo responde a los intereses populares. La fuerza y conducta de la línea 41, los viejos servidores y luchadores Herreristas que la componen, fogueando sin renuncios durante décadas junto a Herrera, obligan moralmente al Directorio a tomar posición definida frente a tan unánime decisión. […]. Bomba de tiempo. op. cit. (Grifo meu)
[50] **La corrupción de las camarillas dirigentes nos ha conducido a una trágica disyuntiva: o proseguimos bajo el Lema Partido Nacional y traicionamos a Herrera y a lo mejor de nuestras convicciones y tradiciones nacionalistas, o somos fieles a Herrera y a la línea popular y nacional, y entonteces nos es imposible continuar en el Lema Partido Nacional, hoy carcomido hasta la medula por una gravilla de fulleros políticos**. Esta terrible alternativa: o con el alma de Herrera o con la explotación del nombre de Herrera; o con Herrera o con el Lema, es responsabilidad exclusiva de los actuales dirigentes. La historia y nosotros no les daremos cuartel, pues han consumado la mayor apostasía de que el país tenga memoria. Fragmentos de una declaración de la ex-Lista 41 del P. Nacional. *El Sol*, Montevideo, p. 9 e 12, 6 jul. 1962. (Grifo meu)
[51] De la lista 41 a la ciudadanía. *El Sol*, Montevideo, p. 6, 18 mai. 1962.

Na mesma edição de *El Sol* em que se publicara a declaração de rompimento da Lista 41, Vivian Trías escrevia uma longa análise[52] da situação política e econômica uruguaia e do papel da frente eleitoral ora em gestação. No mais claro raciocínio dialético Trías defendia que para a derrubada da *estrutura política* em vigor – referindo-se ao secular bipartidarismo e à lei de lemas, verdadeiras travas à transformação do sistema –, dever-se-iam cumprir duas condições fundamentais: primeiramente que o *subdesenvolvimento*, entendido por ele como forma de dominação, tivesse esgotado suas possibilidades de satisfazer as necessidades básicas da população e, depois, que surgisse um autêntico *movimento de massas* capaz de se opor e lutar contra as *classes dominantes* e sua política de privilégios.

Para o então Secretário Geral do Partido Socialista a primeira condição já estava presente, fato inegável diante da longa crise econômica instaurada. Quanto à condição restante, ou seja, o surgimento e a canalização de um movimento de massas, Trías era taxativo: “La segunda puede concretarse en la Unión Nacional y Popular y nada más que la Unión Nacional y Popular”.[53] Avaliando a estagnação da economia no país:

> La crisis económica que padece el Uruguay no es una peripecia más del ciclo, no es una mera fase depresiva, una coyuntura desfavorable. Es, por el contrario, una crisis profunda y estructural. Sus causas reales y hondas son el subdesarrollo y la dependencia del imperialismo. **El subdesarrollo no es ausencia total de desarrollo económico, sino limitación y deformación del desarrollo económico**.[54] (Grifo no original)

Baseando-se nas idéias de *subdesenvolvimento* e *dependência*, bem como na relação direta desses termos com o avanço do *imperialismo* na região, o autor negava à crise econômica uruguaia qualquer natureza episódica ou conjuntural, concebendo-a, ao contrário, como o resultado de um longo processo de *exploração, atraso* e *submissão* das oligarquias locais ao capital internacional.

O vocabulário e a argumentação de Vivian Trias no trecho supracitado e em vários outros de seus trabalhos colocavam-no em uma posição próxima às idéias da CEPAL, cujos teóricos, desde o início dos anos 50, vinham oferecendo interpretações segundo as quais o *subdesenvolvimento* era na verdade uma condição econômica comum à maioria dos países periféricos. (RODRÍGUEZ, 1981,

---

[52] TRÍAS, Vivian. La Unión Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 13 e 16, 18 mai. 1962.
[53] Ibidem.
[54] Ibidem.

p. 37) Embora não se possa, é claro, definir Trías como um *cepalino*, há inúmeros pontos de aproximação entre seu pensamento e os postulados da CEPAL que, muito difundidos à época, eram utilizados inclusive por autores de outras correntes teóricas[55].

A avaliação da situação econômica nacional levou Trías a diagnosticar o que em sua opinião seriam os três maiores entraves ao pleno desenvolvimento das forças produtivas: a estrutura fundiária, o sistema mercantil e bancário nacional e estrangeiro e o monopólio do setor industrial pelo capital externo.[56]

O diagnóstico desses empecilhos aos quais Vivian Trías chamou de *trinca rígida e implacável* não era, obviamente, privativo do autor ou do Partido Socialista. Na época, outros agentes políticos, notadamente os de esquerda, também teciam duras críticas ao sistema financeiro e de propriedade da terra[57], indicando-nos que a avaliação de Trías dialogava com um repertório maior de idéias e projetos que se fazia presente no Uruguai de então. Ainda em suas palavras,

> La constelación del latifundio se expresa en cifras que no nos cansaremos de repetir. Unas 500 familias acaparan cerca del 50% de la tierra explotable. Estas mismas familias se asocian al capital extranjero para controlar el 3,6% de las empresas industriales que abarcan el 74% del capital invertido en la industria. Constituyen el capital dominante de 14 bancos que, junto a dos bancos extranjeros, acaparan el 67% de todo el capital invertido en la banca privada: son

[55] O *cepalismo desenvolvimentista* fez um grande número de adeptos no Uruguai desde o final dos anos 50, de forma que a *linguajem* da instituição se encontrava difusa nos meios político e acadêmico. A melhor expressão do impacto das idéias gestadas pela CEPAL no país foi a criação, em 1960, da CIDE (Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico), cujo objetivo era planificar e coordenar os projetos de investimento do Estado. (FINCH, 2005, p. 258; GARCÉ, 2002, p.48). Voltarei a discutir a importância da CIDE e do desenvolvimentismo no Uruguai no próximo capítulo.

[56] TRÍAS, Vivian. La Unión Nacional y Popular. op. cit.

[57] Entre janeiro e maio de 1961, por exemplo, Carlos Quijano publicou em *Marcha* uma série de artigos cujo tema central era a reforma agrária no Uruguai. Ao longo dos vários textos, Quijano, que havia estudado economia e ciência política na França nos anos 20, defendia também que o estancamento da produção pecuária no país devia-se a um problema estrutural cujo centro era a questão da terra. Defensor da reforma agrária, porém crítico dos esquemas grosseiros, apontava que o incremento produtivo e em consequência o desenvolvimento econômico não seriam promovidos apenas com uma distribuição mais equitativa das terras, de forma que a reforma agrária não se reduzia simplesmente à repartição de propriedades. Em densas análises, indicava que a pequena propriedade não era *economicamente mais útil* que a grande, e que a criação de *novos proprietários* por si só não resolveria qualquer problema, pois não solucionava o atraso técnico reinante no campo e na indústria nacionais. Segundo Quijano:

[…] No tiene derecho a la tierra el que no la trabaja. Tampoco el que la trabaja mal. Hay que castigar sin piedad, ni respiro, a la improductividad y a la baja productividad. El propietario de la tierra tiene deberes y responsabilidades mayores que el propietario de otras clases de bienes. Estos pueden crearse o aumentarse por la voluntad de los hombres; aquella, no. QUIJANO, Carlos. La tierra y su explotación. 21/04/1961. In: *La reforma agraria en el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca de Marcha; Nuevo Mundo, 1986, p. 116.

> los principales inversores, junto al inversor foráneo, en el gran comercio de importación y exportación, etc.[58]

Dentro dessa lógica, o imperialismo isoladamente não seria capaz de manter o país subdesenvolvido. O que havia era uma associação indébita entre o *investidor externo* e a *oligarquía* local, cujo resultado, em sua opinião, era uma *estrutura de atraso* que convinha aos interesses desses setores e que "[...] explota en su provecho cuantiosas riquezas naturales, que mantiene inexplotadas otras por que no les conviene explotarlas, que mantiene a la tierra en un nivel bajo de rendimiento porque así cuadra a sus intereses. […]"[59].

A interpretação de Trías quanto à realidade econômica uruguaia, como já assinalei, se aproximava de outros pontos de vista presentes no campo das esquerdas. Sintomaticamente, quando em 1971 a Frente Ampla fez conhecer suas bases programáticas, estavam presentes no documento várias das medidas preconizadas por Vivian Trías e o Partido Socialista – mas não só por eles –, como a reforma agrária, a nacionalização do sistema bancário e dos principais ramos do comércio exterior além do controle estatal de setores chave da indústria, como, por exemplo, os frigoríficos[60].

Nas páginas de *El Popular* e *El Sol*, as réplicas e tréplicas que marcaram a longa polêmica entre PC e PS durante 1962 parecem revelar diferentes posturas. Trías, na condição de ideólogo do Partido Socialista, insistia em proposições que, segundo ele, estavam calcadas na realidade nacional e não em fórmulas e teorias, e o fazia ao mesmo tempo em que acusava os comunistas de serem sectários em suas posições.

Enquanto o PCU reiterava que por sua *ideologia* e *composição numérica* era o *partido do proletariado*[61], tomando a classe operária como algo dado

---

[58] TRÍAS, Vivian. La Unión Nacional y Popular. op. cit.
[59] Ibidem.
[60] Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio. Historia y documentos*. Montevideo: EBO, 1985, p. 89-95.
[61] Embora reconhecesse a importância dos socialistas no âmbito das forças de esquerda, o PCU resguardava para si próprio a titularidade de *partido do proletariado*. Em um editorial de *El popular* alegava:
"El Sol" al contestar nuestras críticas y a las de otros sectores, afirma que es falso sostener que la exclusión de los comunistas implica la exclusión de la clase obrera, ya que no es el único "Partido de los obreros" y que incluso una gran parte de los obreros actúan en nuestro país "en función de los partidos tradicionales". **Sin embargo, si el Partido Comunista es el partido del proletariado, no es SOLO por su composición numérica (la inmensa mayoría de Partido está constituida por obreros y es el proletariado la fuente permanente de la multiplicación de sus filas) sino también por su IDEOLOGÍA. […] el Partido Comunista es el único que se proclama y actúa, - constituye la base de su Programa y de su actividad – desde las posiciones del marxismo-**

objetivamente, os socialistas, menos rígidos do ponto de vista ideológico, chegavam mesmo a questionar a efetividade das classes trabalhadoras uruguaias como esteio das esquerdas, apontando, ao contrário, um *evidente isolamento* entre essas classes e os ditos partidos *ideológicos*.

> Medio siglo de sacrificada lucha ha rendido el siguiente magro resultado: el P.S. es apenas algo más del 3 por ciento del electorado y el P.C. apenas algo más que dos por ciento.
> Esto es un hecho.
> **Cuando desde "El Popular" se afirma que excluir al P.C. es excluir a la clase obrera, se incurre en ciego sectarismo. La clase obrera en Uruguay, no es comunista ni socialista, es blanca y colorada**. […][62] (Grifo meu)

A apreciação do Partido Socialista quanto à natureza da *classe operária*, isto é, sua aparente reserva quanto às qualidades políticas desses setores, acabava por legitimar os acordos que o partido realizou para a criação da *Unión Popular*; alianças com grupos situados à sua direita, diga-se de passagem. (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 30) Justamente por acreditar ser impossível uma revolução *quimicamente pura*[63], ou seja, com a participação exclusiva da esquerda marxista somada à classe operária, os socialistas advogavam que a unidade política deveria ter por base as *grandes massas populares*, no fundo um conjunto mais heterogêneo e de difícil definição.

> Es verdad que el P.C. y el P.S. cuentan en sus filas con minorías esclarecidas de la clase obrera, con una vanguardia politizada y madura conciencia de clase para sí y en sí como le place citar a "El Popular". **Pero también es verdad que el único actor posible de la revolución anti-imperialista es el pueblo en su conjunto, son las grandes masas populares**. Ello no significa subestimar a "las vanguardias", ni desconocer su papel decisivo en un proceso de hondas transformaciones históricas. No por cierto; lo que queremos expresar, es que sin un vasto movimiento de masas no hay proceso revolucionario.[64] (Grifo meu)

---

leninismo, de la ideología del proletariado. Ello no va en desmedro del Partido Socialista, ya que hemos afirmado repetidas veces que comunistas y socialistas constituyen las fuerzas más organizadas, más importantes, más decisivas, de la izquierda uruguaya. ¿Una alianza sin la clase obrera? *El Popular*, Montevideo, p. 3, 9 abr. 1962. (Grifo meu)

[62] TRÍAS, Vivian. La Unión Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 16, 1 jun. 1962.

[63] [...] consideramos equivocada la concepción de quienes creen que la salida nacional se posibilitará mediante **una revolución de esas que podemos denominar químicamente pura**, con la intervención de todos los ingredientes que la experiencia realizada en otros lados aconseja. Consideramos que en nuestro país, en nuestro continente, no existen todos esos elementos que posibiliten la realización de **esa revolución que aconsejan las recetas**, sino que la misma debe realizarse por la fusión de fuerzas reales, aunque ellas sean contradictorias, pero estén interesadas en lograr la liberación nacional. […] ARAKELIÁN, Garabeb. La izquierda nacional y la realidad. *El* Sol, op. cit. (Grifo meu)

[64] TRÍAS, Vivian. La Unión Nacional y Popular. op. cit.

Ao postular que o *único ator possível* da revolução seriam as *massas populares*, sem definir claramente sua composição social, o PS se colocava em rota de colisão com uma das premissas maiores do Partido Comunista e do marxismo-leninismo: a preeminência da classe operária no processo revolucionário. O PCU não descartava a participação de outros setores político-sociais na frente de esquerdas, porém, tinha como algo indiscutível o papel central do proletariado e, é claro, de sua vanguarda – o próprio Partido Comunista. De acordo com essa proposição, "La renuncia al papel independiente y dirigente del proletariado, aunque se haga en "función de las masas" implica dejar a ellas, a merced de la ideología y dirección de otros sectores sociales."[65]

A atitude mais heterodoxa dos socialistas quanto à composição da frente de esquerdas, como já escrevi, estava baseada em uma diferente leitura da realidade do país. Nessa leitura o proletariado uruguaio não chegava a ser, devido às suas parcas dimensões, uma força determinante na etapa da revolução a se cumprir, realidade também compartilhada por outros países subdesenvolvidos[66]. Dessa forma, urgia ladear a classe operária os setores médios da cidade de do campo construindo assim um grande movimento popular, *anti-imperialista* e *antioligárquico*.

Na visão do Partido Comunista, a tática do PS *minimizava* a importância do proletariado[67] colocando-o a reboque de outras forças e interesses não comprometidos com as concepções marxistas. As discordâncias entre os dois grupos, porém, iam muito além desse ponto, atingindo questões propriamente ideológicas.

Uma das oposições mais sensíveis entre os partidos Comunista e Socialista no período diz respeito ao antagonismo que opunha o *internacionalismo socialista* de um lado e o *socialismo nacionalista* do outro. O PCU, diretamente vinculado à teoria do internacionalismo proletário, pedra de toque para todos os partidos alinhados à URSS, pautava sua atuação política em uma doutrina de valor universal, conforme a crença da época. Embora admitissem lutar ombro a ombro com setores não marxistas em determinada etapa da revolução, os comunistas não concebiam uma ideologia revolucionária que não fosse o marxismo-leninismo ou que colocasse em risco a *pureza* dessa ideologia.

---

[65] No toda contradicción es dialéctica. El papel independiente del proletariado. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 11 abr. 1962.
[66] Trías: "A la búsqueda de la mejor tradición". *Marcha*, op. cit.
[67] No toda contradicción es dialéctica. El papel independiente del proletariado. op. cit.

Já o Partido Socialista, em seu afã de construir a frente de esquerdas – dentro de certos limites e com a ausência dos comunistas –, acreditava na viabilidade de um socialismo *nacional*, o que permitia a incorporação de atores políticos alheios aos postulados históricos das esquerdas marxistas. Tratava-se então de resgatar os elementos progressistas da tradição blanca e colorada, sobretudo se aproximando de grupos saídos dos partidos majoritários, o que acabou acontecendo no caso da aliança com a Lista 41. (CHERONI, 1984, p. 21)

Condenando a abertura do Partido Socialista a elementos estranhos ao marxismo e sua *subestimação* da classe operária, o PCU criticava um editorial publicado em *El Sol*:

> **Pero se evidencia aún más la minimización del proletariado, cuando el editorialista, a pesar de denominarse marxista, habla de una "ideología de la izquierda nacional", que obviamente no es el marxismo, ya que en la "izquierda nacional" caben distintos sectores e ideologías**. Los marxistas pueden y deben coincidir en la etapa agraria y antiimperialista, e incluso después, con hombres y grupos no marxistas, a condición de que conserven la pureza ideológica, pero la creación de una "ideología de la izquierda nacional" ¿supone la inserción dentro del marxismo de concepciones no proletarias, de la pequeña burguesía o de la burguesía? **Es claro que tal marxismo dejaría de ser marxismo, pues en el terreno de las ideologías no caben tales hijos contra natura**…[68] (Grifo meu)

Como afirmei em outro momento, não obstante se mostrasse partidário da unidade e sempre tomasse a iniciativa de propor alianças aos socialistas, é improvável que o PCU aceitasse participar de uma empreitada política da qual não fosse o condutor principal, tampouco onde o marxismo-leninismo e a concepção do internacionalismo proletário não estivessem presentes e abrigados de ataques e tergiversações.

Conquanto defendessem a *unidade sem exclusões*, fórmula discursiva adotada desde o primeiro momento[69] e que lhes conferia uma aparência heterodoxa, era contra sua própria exclusão que lutavam os comunistas, uma vez que percebiam, está claro, que havia resistências à presença do partido em muitos meios políticos. Em uma eventual aliança naquele contexto, a rigidez ideológica do PCU impediria que seus dirigentes fizessem qualquer tipo de concessão a outros setores, o que era natural em se tratando de um partido dessa índole.

---

[68] Ibidem.
[69] Unión sin exclusiones y no fragmentación. *El Popular*, op. cit.; La unión de izquierdas, su fuerza, y los principios. *El Popular*, op. cit.

Seu parceiro preferencial para um acordo político, o bem menos dogmático PS, chegou a negociar e em alguma medida ceder a grupos mais conservadores. De fato, Enrique Erro só integraria a coalizão com o Partido Socialista sob a circunstância de que os comunistas não participassem dela. (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 28) Mais pragmático em sua atuação, o socialismo abdicava de determinados pontos para que a frente de esquerdas se tornasse possível. Inspirado pela idéia de uma *esquerda nacional*, isto é, dotada de características próprias e independentes de questões externas, o partido realizou associações políticas que, à luz do *internacionalismo proletário* do PCU, seriam impraticáveis.

Além do tipo do movimento político que desejavam levar adiante – mais nacional e peculiar no caso dos socialistas e internacionalista de acordo com a visão do PCU –, podem-se apontar outras questões que afastavam os dois principais protagonistas da esquerda naquele momento, com destaque para a *natureza da revolução* que pretendiam realizar; debate, aliás, que marcou todo o continente. (LÖWY, 2003, p. 9)

Como sabemos, nos anos 60 os comunistas uruguaios ainda eram partidários da teoria da revolução por etapas. Neste quesito em específico não havia desavenças entre PS e PCU, pois ambos os grupos concordavam que não seria possível uma conversão imediata do país ao socialismo, sendo necessária uma fase anterior de preparação. Apesar disso, era preciso definir qual seria o caráter político dessa etapa e justamente aí estava um dos pontos insolúveis do debate.

De acordo com Vivian Trías, havia que cumprir uma *etapa preparatória de transição*, a qual se prestaria a desenvolver as forças *econômico-sociais*, base para a construção do socialismo. Nesse ínterim, a *Unión Nacional y Popular* surgia para realizar essa tarefa[70]. Mas como se definiria a revolução nessa fase?

Os socialistas já não acreditavam que a *burguesia nacional* pudesse contribuir de nenhuma forma para a transformação da sociedade, pois essa classe teria esgotado sua capacidade de impulsionar mudanças sócio-econômicas significativas. (CHERONI, 1984, p. 21) Igualmente não concordavam que pudesse haver no Uruguai resquícios relevantes de feudalismo, dando ensejo para que Trías novamente criticasse o PCU, acusando o partido de aplicar mecanicamente ao país as formulações de Lênin a propósito da Revolução Russa de 1905.

[70] TRÍAS, Vivian. Para que los pobres voten por ellos mismos. La Unión Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 16, 8 jun. 1962.

> Esta concepción aplicada a la Rusia de 1905 – una realidad geográfica e histórica muy concreta – es evidentemente correcta. La realidad que esa revolución va a transformar es predominantemente feudal. Se trata de una revolución esencialmente anti-feudal y no antiimperialista (o anti-capitalista, puesto que el imperialismo es la etapa superior del capitalismo), aunque la inversión imperialista también forma parte de la realidad rusa en 1905.[71]

Após assegurar que o Partido Socialista não discordava de Lênin – atitude por sinal muito prudente – o autor atacava a interpretação comunista sobre os supostos vestígios de relações de produção feudais na pequena república platina: "[...] La realidad económico-social del Uruguay es esencialmente capitalista colonial. La primera fase de nuestra revolución no será primordialmente anti-feudal, sino anti-imperialista, anti-capitalista." [72]

Anti-imperialista e a*nti-capitalista*, assim os socialistas definiam a fase inicial da revolução uruguaia. Na intrincada disputa entre os dois partidos outros conceitos foram utilizados para analisar a realidade do país, como, por exemplo, o de *capitalismo colonial*, que parecia ser de uso exclusivo dos socialistas. Esse embate político-conceitual se arrastou com muita força até o final do ano[73], quando o fracasso eleitoral da *Unión Popular* e da FIdeL conduziu ao surgimento de outros temas de discussão.

Destarte, resolvido o caráter da luta política a ser empreendida, o PS alertava que nenhum dos *recursos clássicos* das revoluções burguesas deveria ser empregado e, a despeito de não ser prontamente socialista, formas econômicas que apontassem para a planificação deveriam estar presentes assinalando o futuro do processo revolucionário. Assim, na medida em que se fosse planificando a economia, seus traços capitalistas começariam a desaparecer.

> Entendemos que la primera etapa de la revolución uruguaya la protagonizarán las masas populares y que lo harán luchando por un programa anti-imperialista y anti-capitalista, aunque no definidamente socialista. Se trata de un programa económico-social para una fase

[71] Ibidem.
[72] Ibidem.
[73] O debate em torno do caráter da revolução no Uruguai ocupou um grande espaço nas matérias de *El popular* e *El Sol*. Respondendo às investidas do Partido Socialista o PCU se posicionou respondendo que não postulava uma etapa *democrático-burguesa* para a revolução, mas sim, *democrática, antiimperialista y agrária*. A grande profusão de conceitos e fórmulas revela a importância que esses partidos conferiam à dimensão teórica da política que praticavam e, é claro, que pretendiam realizar se conquistassem o poder. Diferencia de concepción, más que de nombre… *El Popular*, Montevideo, p. 3, 13 abr.1962; TRÍAS, Vivian. Revolución nacional y revolución nacionalista. *El Sol*, Montevideo, p. 10 e 11, 22 jun. 1962.

> transitiva de la revolución y por lo tanto no puede extrañar que postule formas económicas de transición hacia el socialismo.[74]

A incorporação formal do socialismo à *Unión Popular* se deu no início de julho, em meio às intermináveis polêmicas com o Partido Comunista e a pouco menos de cinco meses das eleições nacionais. Na ocasião, os vários grupos que concorreram à aliança se pronunciaram num tom de bastante otimismo ante a batalha eleitoral que esperava a frente política.

Em seu XIX Congresso Extraordinário, convocado especialmente para esse fim, o PS anunciou a *incorporação definitiva* do partido à *Unión Popular* apresentando a coalizão como um *fato histórico*. Expressava ainda sua confiança de que a nova força "[...] será el instrumento que posibilite la derrota de la oligarquía y del imperialismo, transformando revolucionariamente las estructuras económica, social y política del país."[75]

O comunicado de adesão da Lista 41 de Enrique Erro, por sua vez, se apoiava no discurso da fidelidade ao legado dos caudilhos históricos do Partido Nacional e uma emotiva convocatória em nome da tradição blanca. Afirmava-se que todos os esforços para evitar a *decomposição* do partido e sua *razão de ser* haviam sido *esgotados*, e que no velho lema permanecera apenas uma *camarilha*, à qual se dizia, "¡Quédense con la máscara, que nosotros nos llevamos la vida y la tradición!" Por fim, o setor declarava: "[...] La Lista 41 convoca a la ciudadanía entera del país, sin distinciones, a la nueva empresa salvadora, a la misión suprema, que nos exige en bien común de la República: ¡La Unión Nacional y Popular!"[76]

Sintomaticamente, ainda que convocasse toda a *cidadania* do país *sem distinções*, no mesmo documento o grupo deixava entrever suas origens mais conservadoras traduzidas em um latente anticomunismo.

> Claro está que en una Unión Nacional y Popular de orientales está excluída no solo la camarilla oligárquica que destroza la riqueza nacional y entrega la soberanía, sino también el Partido Comunista, que no es otra cosa que un apéndice de Moscú. No queremos ni cipayos de derecha, ni cipayos de izquierda. Sólo queremos patriotas orientales, cuyo único centro de preocupación fundamental sea el destino de nuestro Uruguay. ¡Queremos un nuevo camino fraterno para el país![77]

---

[74] TRÍAS, Vivian. Para que los pobres voten por ellos mismos. op. cit.
[75] Declaraciones políticas. *El Sol*, Montevideo, p. 9, 6 jul. 1962.
[76] Fragmentos de una declaración de la ex-Lista 41 del P. Nacional. *El Sol*, op. cit.
[77] Ibidem.

Outras organizações menores também fizeram seus comunicados de apoio à aliança, como foi o caso da *Frente de Avanzada Renovadora* e da *Agrupación Nuevas Bases*, que mesmo tendo expressão política menor que o Partido Socialista e a Lista 41 somaram esforços na experiência da *Unión Popular*[78].

Não resta dúvida que do ponto de vista das projeções e expectativas eleitorais a adesão de Enrique Erro era a que mais inspirava otimismo no interior da *Unión Popular*. Seu ingresso foi explorado pelos socialistas como uma maneira de mostrar o quão acertada era a plataforma da coalizão, já que fora capaz de atrair inclusive um grupo importante de um partido majoritário.

> La Lista 41 del diputado Erro fue la que obtuvo más votos en la elección última. El diputado Enrique Erro fue Ministro de Industrias y Trabajo. Si hubiera querido lo seguiría siendo, se hubiera llenado los bolsillos, defendería al gobierno y estaría contra el pueblo, tal como lo hace ahora el traidor que le sucedió. […] Todo lo contrario, lanzó un profundo anatema en una sesión memorable contra todo el directorio herrerista. […] ¿No podía Erro haber aprovechado a circunstancia y exigido cualquier cosa y seguir dentro del lema? Sin embargo prefirió el limpio camino de salir de un lema caduco, que ya no representa lo que en un tiempo pudo representar, y se unió a la UNP para recorrer por las sendas del pueblo.[79]

No momento em que Erro decidiu abandonar seu partido de origem e aderir à *Unión Popular* operou-se uma transferência de *capital político*[80], que naquele contexto podia ser entendido também como uma aposta/investimento do deputado em um novo empreendimento político-eleitoral. Prefiro o termo transferência à conversão devido ao fato de que a *qualidade* do capital em questão não se altera, isto é, a Lista 41 já fazia oposição ao governo mesmo estando dentro do Partido Blanco. Em outras palavras, sua saída da órbita do nacionalismo não converteu o discurso do grupo em seu essencial, apenas o deslocou para outro espaço.

O capital político de Enrique Erro, institucionalizado[81] pelo Partido Nacional, ao menos em tese renderia importantes dividendos para a *Unión Popular*. Ao deixar

---

[78] Declaraciones políticas. *El Sol*, op. cit.

[79] ARAKELIÁN, Garabeb. Erro y la Unión nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 2, 17 ago. 1962.

[80] Para o conceito de *capital político* ver: A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 163-207.

[81] Segundo Bourdieu: A delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em <<máquinas>> políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objetivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em rodas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos. A objetivação

as fileiras blancas para *aventurar-se* fora do abrigo e segurança de seu Lema, o político escolheu a coalizão para *depositar* o capital que acumulara no herrerismo. Como vinha de um ponto contrário do campo político, no qual era reconhecido por seus *créditos* individuais e notoriedade, seu ingresso na *frente de esquerdas*, situada em um ponto oposto, tinha como resultado a legitimação das propostas políticas da *Unión Popular*, já que mesmo alguém com a trajetória de Erro decidira corroborá-las com sua adesão.

Após a constituição legal da *Unión Popular* realizaram-se vários atos de propaganda eleitoral pela cidade de Montevidéu[82]. Uma vez concluído o pacto político que tornou possível a aliança, a questão primordial era se preparar ante a proximidade das eleições e conseguir o apoio da população nas urnas. A leitura das intervenções dos vários dirigentes do novo grupo nos permite reconhecer a emergência de um tema que foi muito recorrente no discurso da *Unión Popular* a partir daí: o *patriotismo*[83]. Fruto de um acordo entre atores políticos de origens e idéias bastante distintas, a coalizão encontrou na imagem do patriota, em contraposição às *oligarquias* e ao *imperialismo*, um elemento comum a todos e que permitia desenvolver sua campanha político-eleitoral.

Quanto às causas do surgimento da *Unión Popular*, o Partido Socialista fez uma espécie de avaliação na qual procurava interpretar as razões que naquele momento levaram à constituição da frente[84]. Para os socialistas, quatro fatores haviam contribuído para tanto: em primeiro lugar, apenas recentemente o Uruguai teria *nacionalizado* completamente as massas de imigrantes que afluíram ao país, criando assim uma consciência nacional importantíssima do ponto de vista político; depois, o aumento da presença imperialista tinha como resultado direto uma série de crises econômicas que desgastaram sobremaneira a velha estrutura política,

---

do capital político garante uma independência relativa perante a sanção eleitoral, substituindo a dominação direta sobre as pessoas e as estratégias de investimento pessoal (<<pagar com a sua pessoa>>), pela dominação imediata, a qual permite que se mantenham duradouramente os detentores dos postos mantendo os postos. [...] A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. Ibidem., p. 194.

[82] Magnifico acto de la Unión Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 8 e 9, 17 ago. 1962.

[83] **Movimiento Patriótico**. Se trata de construir un vasto movimiento anti-oligárquico, anti-imperialista, de raigambre nacional y popular, que abra al país nuevas perspectivas de recuperación y que postule y realice la transformación de las estructuras económicas y sociales. (Grifo no original)
A tales efectos hacen un llamado a todos los ciudadanos que estén dispuestos a contribuir con su voluntad a este movimiento patriótico. Los llaman a formar una poderosa fuerza popular, que constituya una verdadera alternativa para la dirección del gobierno. […] De la Unión Nacional y Popular. Llamamiento al pueblo uruguayo. *El Sol*, Montevideo, p. 16, 17 ago. 1962. (Grifo meu)

[84] LOUIS, Julio A. El nacimiento de la U.N.P. *El Sol*, Montevideo, p. 4, 27 ago. 1962.

aglutinando vários setores sociais em torno de saídas alternativas para tal situação. O PS apontava ainda a contribuição de diversos movimentos revolucionários como os de Cuba, China, Argélia e Iugoslávia, que enriqueciam a teoria marxista e ajudavam na interpretação da realidade local; e finalmente, salientava-se a importância do revisionismo histórico[85] nesse processo, já que a revisão do passado nacional não apenas produzia um novo conhecimento, mas propiciava a construção de uma teoria revolucionária adequada ao país e suas peculiaridades.

Além das controvérsias entre socialistas e comunistas, as quais fizeram longa carreira nas páginas de *El Sol* e *El Popular*, a coligação liderada pelo PS também se envolveu em uma polêmica com o semanário *Marcha* na figura de Carlos Quijano. Conquanto tivesse firmado o manifesto de apoio[86] à criação da *Unión Popular*, Quijano se questionava quanto ao futuro político e consistência da coalizão,

[85] O revisionismo histórico teve grande impulso no Uruguai a partir do final dos anos 50, mesmo havendo trabalhos nessa perspectiva um pouco anteriores. Em se tratando de um país no qual os partidos políticos desempenharam um papel central, tendo atingido um incrível nível de institucionalização e enraizamento social, não é de se estranhar que durante muito tempo a História e o ensino de História tenham sido partidarizados. (RILLA, 2008, p. 282-288)

É perfeitamente possível falar-se em uma historiografia blanca e outra colorada, sobretudo antes da profissionalização do *métier* de historiador com a criação da Facultad de Humanidades y Ciencias em 1945. Alvo de disputas entre blancos e colorados, a História foi escrita a partir de dois pontos de vista principais: o do governo e o da oposição e geralmente utilizada como forma de legitimar as posições do partido da vez ou do que aspirava ao poder. Para José Rilla, "Siempre será una tarea compleja determinar qué contribuye más o mejor a fundar una tradición partidaria, si el ejercicio del gobierno o el de la oposición. […]" (2008, p. 274)

Naturalmente, esse trabalho de revisão histórica privilegiou certos períodos e acontecimentos em detrimento de outros, dependendo dos objetivos de quem o realizava. Segundo Carlos Zubillaga, "Probablemente el logro mayor del *revisionismo* uruguayo estribó en la crítica a la interpretación de signo colorado y liberal que había hecho de la Guerra Grande un episodio de la lucha entre <<civilización y barbarie>>, al tiempo que había asentado la interpretación sobre la segunda mitad del siglo XIX en la tradición doctoral. Sin perjuicio de logros relevantes en este sentido, buena parte de la autoproclamada <<cruzada revisionista>> se concentró en minucias de reivindicación personalista, vinculadas a las posiciones posibles en el <<panteón patriótico>>, o a controversias simbólicas que evidenciaban acercamiento anacrónico al pasado. (ZUBILLAGA, 2002, p. 59)

Nesse contexto de intensa disputa pelo passado nacional, a vitória nacionalista de 1958 gerou um fato importante: os blancos, pela primeira vez depois de 97 anos na oposição, passaram a falar da perspectiva do poder governamental. Por outro lado, além das tradições blanca e colorada, os partidos minoritários também se esforçaram por produzir interpretações da história uruguaia, destacando-se aí os trabalhos de Vivian Trías:

El deterioro de las condiciones socio-económicas del país al agotarse las posibilidades que habían derivado de la Segunda Guerra Mundial y de la Guerra de Corea, dio cauce a un *revisionismo* vaciado en el molde de un *nacionalismo de izquierda*, cuyo exponente más calificado resultó Vivian Trías, dirigente del Partido Socialista, cuya producción enfatizó una visión global de la historia uruguaya hasta la crisis de 1930, a partir de correlacionar – desde la perspectiva del modelo marxista de desarrollo desigual – la adecuación de las estructuras productivas del país a los intereses hegemónicos de los imperialismos. Aunque ciertos desafíos interpretativos operaron como revulsivos de la *conciencia histórica*, por lo general resultaron tributarios de las urgencias de la militancia política, cuando no pecaron por transformar el relato historiográfico en un sucedáneo de exorcismo de complots ajenos. (ZUBILLAGA, 2002, p. 60)

[86] Una declaración. Ante la grave situación del país. *Marcha*, op. cit.

comparando-a inclusive com a FIdeL, e se perguntava se as duas experiências constituíam de fato novas forças políticas ou eram simplesmente acordos eleitorais, no que optava pela última alternativa[87].

No início de setembro, o diretor de *Marcha* publicou um longo editorial analisando a situação das esquerdas no cenário político. Sua avaliação, bastante negativa no conjunto, era pouco otimista quanto às reais possibilidades de vitória das duas alianças recém fundadas[88]. Ao preço de indispor-se com o socialismo, força que apoiava desde seu rompimento com o Partido Nacional em 58, Quijano criticou duramente a maneira como as negociações com outros grupos foram conduzidas.

> 1. Los tiempos exigen una nueva fuerza política. Los llamados partidos de izquierda han acuñado alianzas electorales. Supuestas alianzas, agregamos. En puridad de verdad, uno y otro partido, sin perder su personalidad, han procurado ganar algunos aliados. Esos dos partidos, subsisten con sus cuadros y sus programas.
> 2. Si en vez de procurar la creación de una nueva fuerza, se optó por la de forjar una alianza electoral, no comprendemos como, aquellos que se inclinaron por esa opción, no empezaron por constituir la alianza de socialistas y comunistas. […][89]

Encerrando sua diatribe, Quijano sugeria a constituição de uma nova força baseada na *refundação* de PCU e PS, lembrando que à exceção de Chile e Cuba, nos demais países da América Latina socialismo e comunismo nunca puderam se consolidar como opções decisivas prescindindo uma da outra, isto é, como partidos dotados de problemáticas e definições próprias e contrárias. Segundo ele, o *novo partido* devia ser de *inspiração puramente socialista* e ter *profundas* raízes *nacionais*, além disso, não podia expressar apenas uma *aliança eleitoral passageira* entre as duas siglas.[90]

Nada mais distante da realidade que a proposta de Carlos Quijano naquela ocasião. Embora tivessem abandonado suas antigas denominações para unirem-se a outras forças sob um novo lema, algo de fato inédito na política uruguaia (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 23), nenhum sinal parecia indicar que fosse

---

[87] Quijano chegara a conclusão que tanto a FIdeL qual a UNP eram muito mais acordos que forças políticas propriamente novas, salientando, porém, que o sentido que atribuía ao termo *aliança* não era, por acepção, *pejorativo*. QUIJANO, Carlos. ¿Acuerdo electoral o nueva fuerza? *Marcha*, Montevideo, p. 5 e 11, 31 ago. 1962.
[88] QUIJANO, Carlos. Diálogo de los sepultureros en torno a los sepulcros. *Marcha*, Montevideo, p. 5 e 8, 7 set. 1962.
[89] Ibidem.
[90] Ibidem.

possível PCU e PS se dissolverem para então *refundar* um novo partido conjuntamente.

Ainda que os comunistas defendessem a *unidade sem exclusões*, o partido não pretendia renunciar sua identidade e história para transformar-se em outra sigla; o mesmo valia para o Partido Socialista. Mesmo que o PCU já de vários anos sondasse os socialistas para uma possível aliança, a independência da organização jamais sofreria qualquer intromissão do outro grupo. Era uma coalizão de membros autônomos o que então se almejava e nada autoriza pensar o contrário.

O Partido Socialista respondeu ao editorial de *Marcha* defendendo-se das críticas de *movimento fechado* feitas por Quijano e reafirmando suas posições iniciais[91]. Para mostrar que a *Unión Popular* trilhava um caminho promissor, tornava-se público o apoio de personalidades que entravam na coalizão, ou seja, procurava-se tirar o máximo proveito possível de certas adesões, como as de Mario Benedetti[92] e Oscar Bruschera[93], figuras notáveis do meio artístico e acadêmico.

---

[91] Este movimiento no es cerrado. Estuvo, está y estará abierto para que se incorporen a él todos los valores, provenientes de distintas tendencias, que tengan conciencia de la urgencia que existe de salvar al país, transformando a la izquierda nacional en una verdadera alternativa de poder. Claro que a condición de que suscriban el programa, en el que se objetivan los propósitos políticos fundamentales y se dala razón de ser del movimiento. Siendo así. **¿Cómo puede reducirse la UNIÓN POPULAR a una alianza electoral sin perspectivas, "cojitranca", a la que se pretende dar la papeleta de defunción a poco de nacer?** Tal postura es inconcebible, ilógica, imaginada al margen de los hechos y de la realidad nacional. No tiene asidero alguno. No nos explicamos como un hombre tan inteligente [Carlos Quijano] puede sostenerla. […] En torno a una polémica. *El Sol*, Montevideo, p. 5 e 12, 22 set.1962. (Grifo meu)

[92] Mario Benedetti, escritor e poeta cuja apresentação é dispensável, foi entrevistado por *El Sol* devido a seu apoio à UNP. Perguntado se acreditava na possibilidade de uma *esquerda nacional* Benedetti afirmava: […] _ Probablemente el secreto de esa posibilidad está en la palabra "nacionales". Creo que hasta ahora nuestros partidos de izquierda han sido demasiado permeables a las incitaciones exteriores (el Partido Comunista, por su minuciosa fidelidad a la Unión Soviética; el Partido Socialista, por su conformación ideológica nítidamente europea) y esa ha sido una de las causas de su estancamiento electoral. Tengo la impresión de que, en ese sentido, ha habido últimamente un hábil golpe de timón en la política del Partido Socialista, que se ha vuelto más constructiva, más inteligentemente flexible, más atenta a las necesidades nacionales. En cuanto al Partido Comunista, es obvio que se basa su relativa fuerza en su dogmatismo (cambia su enfoque nacional solo cuando cambia el dogma), pero ello también lo ha vuelto en cierto modo insensible y ajeno a los contradictorios matices del carácter nacional. […] En apoyo de la Unión Nacional y Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 16, 27 ago. 1962.

[93] Oscar Bruschera é o que se pode definir como um *homem da acadêmica*. Professor universitário, historiador, analista político e assíduo articulista de *Marcha*, também foi uma das personalidades fundacionais da Frente Ampla, sendo eleito deputado da coalizão por Montevidéu em 1971. AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971. Historia y documentos*. Montevideo: Ediciones Cauce, 2005, p. 70. Bruschera publicou em meados dos anos 60 um pequeno livro sobre os *partidos tradicionais* uruguaios que será utilizado oportunamente: BRUSCHERA, Oscar. *Los partidos tradicionales en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones del Río de la Plata, 1966.

As posições de Carlos Quijano a respeito das alianças dos partidos minoritários não eram, no entanto, compartilhadas por todos do *Grupo de Marcha*[94]. Em um artigo, Sérgio Deus chamava a atenção para que não se confundisse as duas *coalizões eleitorais* e após apresentar as alternativas que se ofereciam, atestava que a aliança capitaneada pelos socialistas se tratava sim de uma nova força política e não de um mero *acordo eleitoral*[95].

O articulista fazia a defesa da *Unión Popular* ao mesmo tempo em que criticava a conformação da FIdeL pelos comunistas. Seu argumento era que não havia uma distinção clara entre o PCU e a coalizão da qual fazia parte, mesmo porque seus outros componentes seriam inexpressivos do ponto de vista político, gravitando em torno do elemento mais forte. Único dos integrantes que possuía imprensa própria, recursos financeiros além de uma militância ativa forjada segundo a coerência ideológica do grupo, Partido Comunista e FIdeL seriam uma só coisa com diferentes nomes[96].

Ainda nesse sentido, Sérgio Deus conjecturava que seria possível a um eleitor não socialista votar nas candidaturas da *Unión Popular*, contudo, o mesmo não se passava no caso da *Frente Izquierda de Liberación*, pois dificilmente alguém que não fosse comunista apoiaria a aliança. Finalmente, analisava as duas ofertas político-eleitorais contrapondo as idéias de *esquerda nacional* e *internacionalismo proletário*, tirando daí algumas conclusões:

> […] **La Unión Nacional y Popular en su denominación y en su propósito, es un movimiento de carácter nacional, y la expresión "nacional", al tiempo que limita, define y condiciona al movimiento, lo abre a nuevas incorporaciones**. El adoptar la denominación Unión Nacional y Popular ya está indicando un compromiso público: el de enarbolar de modo primordial la bandera del nacionalismo – que en estos países es, necesariamente, anti-imperialismo – lo que lleva en sí, aquí y ahora, la obligación de darle a todos nuestros problemas una dimensión continental. […] **El Frente de Izquierda, en cambio, tiene, aún a pesar suyo, otro contenido y está atado por otras limitaciones. La presencia preponderante y absorbente del P. Comunista, está, obvia y radicalmente,**

[94] *Marcha*, como já foi apontado, tinha como um de seus princípios editoriais a pluralidade, de modo que diferentes concepções políticas encontravam espaço no semanário. Quando me refiro ao *Grupo de Marcha*, portanto, não o faço tomando esse grupo como sendo algo coeso politicamente. Essa denominação talvez expresse mais uma forma que um conteúdo, um espaço comum por onde transitavam pontos de vista muitas vezes contrários. O próprio Quijano se questionava quanto ao peso político de *Marcha* na conjuntura das eleições de 1962, chegando à conclusão de que o grupo não era determinante ou, em suas palavras, "[...] ¿Qué es el grupo de MARCHA? Políticamente, cero.". QUIJANO, Carlos. Diálogo de los sepultureros en torno a los sepulcros. op. cit.

[95] DEUS, Sergio. Una primera aproximación. *Marcha*, Montevideo, p. 4, 24 ago. 1962.

[96] Ibidem.

> **apartándolo de toda concepción nacionalista**. La presencia del P. Comunista está, también, cerrando al Frente a todos aquellos que no comparten la actual ideología marxista-leninista.[97] (Grifos meus)

A linguagem ou o vocabulário político não são feitos de palavras sem intenção. Conceitos, enunciados e fórmulas discursivas, antes de serem meros reflexos de determinadas realidades procuram instituí-las, agindo sobre elas e atribuindo-lhes sentido. A insistência do Partido Socialista e dos demais integrantes da *Unión Popular* em autoidentificar-se como a *esquerda nacional*, tinha como objetivo mostrar ao eleitorado que a coalizão não tinha vínculos com a *outra* esquerda – *internacional* e por isso mesmo sujeita à interesses alheios ao país –, representada pelo comunismo. No proselitismo político marcar territórios é fundamental e é geralmente por meio da linguagem que isso é feito.

Os resultados das eleições de 1962 tanto para a *Unión Popular* quanto para a FIdeL serão discutidos ao final do capítulo. Após novembro, ambos os grupos realizaram uma avaliação de seus desempenhos eleitorais procurando apontar eventuais falhas e acertos. Essa *autocrítica* de comunistas e socialistas também será analisada mais adiante. Passemos agora ao exame da experiência do PCU e da *Frente Izquierda de Liberación*.

2.2. O Partido Comunista e a experiência da FIdeL – *Frente Izquierda de Liberación*

No âmbito das discussões sobre a unidade das esquerdas em 1962 o Partido Comunista teve como principais interlocutores os socialistas. O intrincado debate com o PS se estendeu até aproximadamente meados do ano, quando a direção do partido, ciente de que a aliança comunismo-socialismo seria impossível, decidiu tomar um caminho independente formando sua própria coalizão, a FIdeL.

Por ouro lado, em uma conjuntura mais ampla, o PCU opinava também a respeito das forças majoritárias, ou seja, os partidos Colorado e Nacional, fazendo analises e críticas à *política criolla*. É preciso assinalar que, embora não tivesse como meta declarada a aliança com extratos progressistas desses partidos –

[97] Ibidem.

objetivo explícito no caso do socialismo –, o Partido Comunista reconhecia neles a existência de *setores de esquerda* que se enfrentavam com os grupos *oligárquicos* ou, em outros termos, com o tradicionalismo.

No princípio de abril, quando os comunistas ainda julgavam possível a *unidade sem exclusões*, um editorial de *El Popular* comentava a possibilidade dessas alas suplantarem os setores *reacionários* e *conservadores* dos velhos lemas. O editorial era claro ao apontar que a existência de posições mais *radicais* e *esquerdistas* no seio dos partidos majoritários – nesse caso dos colorados – decorria de um fato objetivo: o descontentamento popular com a situação política e econômica do país. Porém, o simples existir dessa demanda social não significava que se daria a ela uma expressão política consequente[98].

Na realidade, a dinâmica interna do Partido Colorado e a Lei de Lemas tornavam muito difícil uma ascensão dos setores progressistas no interior dessa legenda. Em uma exposição um tanto sumária, o editorialista apresentava os três principais sublemas colorados, a Lista 14, a Lista 15 e os Independentes, avaliando que o único mais à esquerda, a Lista 15, ou *quincismo*, não seria capaz, em seu conjunto, de deslocar as alas direitistas do partido, pois também possuía políticos conservadores. Um indício da presença conservadora na Lista 15 era que Zelmar Michelini, ardoroso deputado batllista, decidira abandoná-la criando seu próprio sublema, a Lista 515[99], rapidamente convertido em Lista 99, já que não encontrava mais espaço para suas idéias e atuação junto ao grupo de Luis Batlle Berres.

Por outra parte, mesmo que os setores progressistas fossem maioria no Partido Colorado, o que não acontecia, os mecanismos da Lei de Lemas os obrigaria a negociar com as alas conservadoras pela repartição de votos e postos, inviabilizando assim uma possível virada à esquerda da sigla. Seguindo esse raciocínio, *El Popular* concluía que dentro dos limites dos velhos partidos era impossível operar qualquer renovação política e preconizava, é claro, a unidade de todas as forças oposicionistas.

> […] TODOS LOS PARTIDOS Y GRUPOS DE IZQUIERDA deben unirse para desplazar o por lo menos arrinconar, A TODOS LOS GRUPOS DE DERECHA. Porque derecha e izquierda hay en los dos partidos tradicionales, y a la izquierda pertenecen el Partido

[98] Un discurso de izquierda y un acuerdo de derecha. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 3 abr.1962.
[99] Ibidem.

> Comunista y el Partido Socialista. De ahí nuestro postulado: unidad sin exclusiones.[100]

Houve efetivamente entre os colorados setores ou, ao menos, personalidades mais à esquerda em suas posições políticas. Os grupos mais progressistas eram geralmente ligados à herança batllista e sempre tiveram destaque nas fileiras do coloradismo. Por conta das peculiaridades do sistema partidário no Uruguai, como já explicitei, o batllismo pôde desenvolver-se no seio do Partido Colorado confundindo-se e distanciando-se do mesmo e configurando, em certas ocasiões, uma relação bastante tensa com outros setores do partido.

Em 1962 despontou uma importante liderança no Partido Colorado, a de Zelmar Michelini. Mais tarde, Michelini teve seu nome indissociavelmente ligado à criação da Frente Ampla e a sua destacada atuação parlamentar pela coalizão. Perdeu a vida na luta contra a ditadura uruguaia em 1976, assassinado por agentes de repressão em Buenos Aires, cidade na qual viveu exilado após o golpe de Estado em seu país. (CAETANO, RILLA, 2005, p. 36)

Desde 1954 Zelmar Michelini ocupava uma cadeira de Deputado pela Lista 15. No início de sua carreira o jovem político foi muito marcado pela figura e liderança de Luis Batlle Berres, de quem era secretário político. Divergências com o *quincismo* o fizeram romper com o sublema, mas não com o Partido Colorado, levando-o a criar a *Lista 99 - Movimiento por el Gobierno del Pueblo* para concorrer às eleições de 1962. A criação do novo grupo lhe rendeu criticas tanto dos seus antigos correligionários de lista quanto do PCU, como veremos a seguir.

Quando em novembro, a menos de um mês das eleições, a possibilidade da *unidade sem exclusões* já estava mais que descartada, o Partido Comunista passou a criticar Michelini por ter permanecido no Partido Colorado, acusando-o de atuar como um instrumento de atração dos votos que possivelmente seriam destinados às esquerdas.

> Ante cada elección, suele aparecer algún nuevo agrupamiento político destinado a captar los votos de la izquierda, cuyo papel es actuar como un imán atrayente y efímero de los votos de la gente que mira hacia la izquierda. En esta elección, ese papel lo representa la Lista 99 que orienta el diputado Zelmar Michelini. […][101]

---

[100] Ibidem.
[101] La lista 99. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 10 nov. 1962.

Para o Partido Comunista a equação era muito simples: de nada adiantava tentar reformar os velhos lemas; não fosse porque tal renovação lhe parecia impossível, seria pelo fato de, em sua opinião, não haver saída política para o país excluindo os partidos minoritários[102].

A essa altura Michelini ainda acreditava em uma solução a partir de dentro do coloradismo, evitando assim o rompimento definitivo com o partido. Além disso, abandonar um lema partidário no Uruguai de então era quase um *suicídio político*. Aldo Solari, ao analisar as forças de esquerda logo após as eleições de 1962, descrevia a incrível estréia política da Lista 99, superando inclusive sublemas já consolidados entre o eleitorado[103]. Na opinião do sociólogo, Zelmar Michelini teria realizado uma grande manobra política ao abandonar a Lista 15 e abrir para si outro caminho dentro do próprio Partido Colorado.

> La importancia del fenómeno Michelini no se limita al número de votos. Tiene el interés de comprobar, además, que la disidencia dentro del lema en ciertas condiciones, es altamente remuneradora desde el punto de vista electoral, mientras que la disidencia que lleva fuera del lema sólo conduce al desastre. La primera regla puede tener excepciones; la segunda parece universal. […][104]

O próprio Zelmar Michelini, ao ingressar na Frente Ampla em 1971, deu uma entrevista na qual afirmava que nas eleições precedentes a Lista 99 tinha "[...] esperanzas de triunfar con el partido y luego gravitar sobre ese triunfo. […]"[105] Obviamente, ao conceder essa entrevista o político via o período anterior em perspectiva, procurando legitimar decisões presentes e passadas com suas afirmações.

---

[102] **En conclusión: inútil empeño es el de pretender renovar desde dentro la estructura caduca del Partido Colorado**, con cuyos otros sectores, por lo demás, Michelini ha concertado acuerdos en el interior del país que no sabemos hasta qué punto le atarán las manos, en el futuro. **La vía de la renovación verdadera la ha hallado nuestro pueblo, en esta elección y después de ella, junto al Frente Izquierda de Liberación, en cuyo seno han venido luchar también no pocos ciudadanos de extracción batllista**. […] Ibidem. (Grifo meu)

[103] […] El cúmulo de votos de la lista 99 es verdaderamente extraordinario. En Montevideo ha obtenido 5.000 votos más que la lista 51 de la U.B.D. que responde a las directivas del Sr. Fernández Crespo. Más de veinte años ha trabajado éste, para montar la maquinaria en que se basa la fuerza electoral de la lista 51. Que un disidente de un sector mayoritario que necesariamente tuve que limitar su propaganda a pocos meses, lo haya superado en número de votos es un hecho notable. Tanto o más peculiar todavía es que la lista 99 haya conquistado en el interior de la República unos 18.000 votos, donde la estructura del electorado es mucho más fija y el voto flotante es de una importancia considerablemente menor a la que tiene en Montevideo. […] SOLARI, Aldo. Réquiem para la izquierda. In: SOLARI, Aldo. *Uruguay.* Partidos políticos y sistema electoral. Montevideo: El libro libre; FUCCYT, 1988, p. 155-156.

[104] Ibidem, p. 156.

[105] Uruguay: El Frente viene marchando. *Revista Siete Días*, 21 dez. 1970. In: *Zelmar Michelini.* Artículos periodísticos y ensayos. Montevideo: Cámara de Senadores, 1991, p. 15.

Tão Logo fossem conhecidos os resultados das eleições, o PCU lamentou o grande número de votos recebidos por Michelini, pois interpretava o massivo apoio eleitoral à Lista 99 como resultado da ausência de uma *união total* das esquerdas, arranjo político que certamente atrairia todo esse contingente[106].

Definitivamente não era simples colocar em prática os planos do Partido Comunista. Essa dificuldade, diga-se de passagem, não se devia à falta de empenho dos dirigentes ou da militância do partido, os quais se mostraram desde o início profundamente envolvidos com o projeto da unidade sem exclusões. Ao contrário, o PCU parece ter lutado o tempo todo contra uma grande resistência à sua presença, isto é, fora de sua restrita área de influência os comunistas dificilmente conseguiam estabelecer contatos políticos ou ganhar eleitorado.

Em seu XVIII Congresso, o PCU aprovou a criação de um *lema acidental* para concorrer às eleições de novembro. Após o fracasso de todas as tentativas de aproximação com o Partido Socialista e outros setores, as resoluções desse congresso foram tomadas quase que por exclusão das possibilidades já experimentadas[107].

O discurso do Partido Comunista no contexto de criação da Frente Izquierda de Liberación parece um tanto alheio à realidade. A avaliação do partido, como aparece várias vezes em seu jornal, era de que a unidade das esquerdas, ao menos como tarefa, estava virtualmente assegurada, quando na verdade todas as discussões com os socialistas feitas até ali haviam redundado em fracasso.

> No hay duda de que la forja de la unidad es una tarea ya madura en la realidad nacional, de que la unidad política de la clase obrera y el pueblo tiene como sólidos cimientos largas luchas unitarias en materia social, vastas movilizaciones en derredor de puntos concretos, cuya causa ha convocado en su torno a hombres y mujeres de diversas tendencias y partidos, como la defensa de los derechos sindicales y democráticos, el repudio a las bandas fascistas, la solidaridad con Cuba, la defensa de la enseñanza pública y la Universidad.[108]

[106] La alta votación por Michelini, muestra que una parte importante de la masa del pueblo – al no existir una unión total de la izquierda – sufragó por aquél, porque apareció ante sus ojos como una solución de izquierda, y han de reclamarle el cumplimiento de sus compromisos y la unión de las fuerzas populares, fuera de la cual no puede haber una cabal ruta de avanzada. El gran poder de la unidad. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 27 nov. 1962.

[107] Llamado a formar los comités por unión de sectores de izquierda. Una resolución fundamental adoptada por el congreso. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 3 jul. 1962.

[108] La unidad se pone en marcha. op. cit.

Serge Berstein (2003, p. 61) chama a atenção para a distância que geralmente existe entre os discursos e programas políticos e a realidade social, argumentando que é no espaço entre uma e outra coisa que está situada a mediação política, usualmente assumida pelos partidos – mas não só por eles. Para Berstein, uma das tarefas do historiador é *perceber* e explicar tal distância, facilitando assim a compreensão dos processos políticos[109].

No que diz respeito ao discurso comunista sobre a unidade das forças de esquerda – o qual não se tratava de um programa –, os editoriais de *El Popular* pareciam estar baseados muito mais nos anseios do partido que na real disposição dessas forças. A *tarefa* de se constituir a unidade política poderia estar madura, isto é, urgia às esquerdas realizá-la, mas em que condições? Fora dos partidos de fato havia mobilizações sociais que pareciam confluir para um ponto comum, como sugeriam os avanços no campo sindical indicando sua iminente unificação[110]. No entanto, na esfera partidária nem tudo apontava para esse desfecho, e apesar do PCU desejar o contrário seus dirigentes bem sabiam disso, como fica patente em uma nota de Rodney Arismendi:

> Desgraciadamente el Partido Socialista tomó la responsabilidad de escoger sus aliados, excluyendo al Partido Comunista y a las izquierdas de Paysandú, Maldonado, el movimiento “26 de Octubre”, “Avanzar”, MRO, a los comités universitarios de izquierda, y a

[109] Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originam, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma das funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso. [...] (BERSTEIN, 2003, p. 61)

[110] Em setembro de 1995 a Fundación Vivian Trías, com sede em Montevidéu, realizou um fórum de debates intitulado *La fermental década de los* 50, cujo um dos temas discutidos foi *Luchas obreras en los 50 y la unidad sindical*. Para as exposições foram convidados lideranças sindicais importantes nos anos 50, e a tônica da maioria de suas falas é de que a unificação sindical uruguaia, ocorrida em meados da década de 60, foi fruto de um processo iniciado vários anos antes. Hugo Cores, dirigente estudantil e do sindicato bancário durante o período declarou:

Podríamos decir que desde 1956 a 1964, en estos 8 años fueron múltiples las instancias y circunstancias que impulsaron el proceso de acercamiento que culminó entre 1964 y 1966 con la formación de la CNT, sobre la base de un proceso muy discutido, muy pensado, muy reflexionado, con unos estatutos muy democráticos y con un programa que ya anticipaba un movimiento obrero que empezaba a superar una visión corporativa. Una visión puramente circunscripta en la rama de la industria en la que estaba, o sea un sindicalismo que empezaba a mirar al país y que se proponía habla de reforma agraria, de no someterse a las imposiciones del FMI, empezaba a plantear el tema de la banca al servicio del país, una reestructura de la banca, nacionalización de la banca. FUNDACIÓN VIVIA TRÍAS. *Luchas obreras en los 50 y la unidad sindical*. Cuadernos de la Fundación. Montevideo, nº 4, abr. 1999, p. 9.

> millares de personas de distintos partidos partidarios de la unidad sin exclusiones. La decisión de P. Socialista lleva no sólo a la división, sino a la polémica y al desgaste inútil de esfuerzos que debieran dedicarse a combatir juntos a la oligarquía y al imperialismo.[111]

A recusa do Partido Socialista em compor a frente de esquerdas junto ao PCU também levou este a dar mais atenção a outros setores, isto é, ante a impossibilidade de concretizar a aliança sem exclusões, o discurso dos comunistas passou a priorizar o apoio de blancos e colorados descontentes com suas legendas. Referindo-se ao acordo em gestação, intuía-se que a criação do novo lema apressaria o *desprendimento* dessas frações dos *partidos tradicionais* atraindo-as politicamente, o que aumentaria o caudal eleitoral da coalizão [112].

É natural que o partido se voltasse para esses setores já que seu projeto original não tivera êxito, mas mesmo assim o Partido Comunista não *fechou a porta* aos socialistas, revelando que a unidade PCU-PS era perseguida pelo partido quase como uma obrigação política.

> **Para luchar por la causa unitaria, el Partido Comunista no escatima esfuerzos ni cierra caminos. Por el contrario, los mantiene abiertos, y expresa su decisión de unirse con los socialistas y demás fuerzas de izquierda en cualquier momento y cuanto antes mejor**. Combatimos por la unidad, por que se haga ahora mismo; si no puede ser total, que se haga con los que son partidarios de ella; combatimos para que esta fuerza de los unitarios crezca; para que obtenga un triunfo electoral en noviembre, y que el poderío de los partidarios de la unidad se robustezca. **Y al día siguiente de las elecciones, estaremos planteándole una vez más al P. Socialista la unidad de izquierdas sin exclusiones, porque sabemos que no hay otro camino para cambiar de raíz las cosas de la República**.[113] (Grifo meu)

O futuro das esquerdas, como sugere o trecho citado, não estava fechado a novos acordos políticos, e após as eleições de novembro o PCU iria novamente propor aliança aos socialistas. No entanto, a atual conjuntura era de enfrentamento entre ambas as forças, afinal de contas, *Unión Popular* e FIdeL disputavam os mesmos votos, isto é, os do eleitorado de esquerda e das possíveis adesões de eleitores dos partidos majoritários.

Uma vez que a aproximação com os socialistas seria tentada de novo somente depois das eleições, o PCU partiu ao ataque tentando demonstrar

---

[111] ARISMENDI, Rodney. El P. Socialista se hace responsable de la división de la izquierda. *El Popular*, Montevideo, p. 6, 5 jul.1962.
[112] La unidad se pone en marcha. op. cit.
[113] Ibidem.

inconsistências ideológicas no programa da *Unión Popular*. De acordo com essa tática, os inimigos de hoje poderiam e deveriam ser os aliados de amanhã; um silogismo bastante estranho à primeira vista. Buscando o calcanhar de Aquiles na plataforma política da UP, os comunistas encontraram o tema do *terceirismo*, passando a apontá-lo como um exemplo das contradições engendradas pela coalizão de forças tão distintas como as da *Unión Popular*

Seria equivocado dizer que o *terceirismo* figurava apenas nas propostas da *Unión Popular*, ou que era de uso exclusivo da coalizão. Antes de existir no programa da UP o conceito já fazia parte do ideário do Partido Socialista, que desde sua *renovação política*, com a ascensão das novas lideranças, criticava tenazmente o alinhamento ideológico integral aos blocos capitalista ou socialista. Sem contar que a idéia de uma terceira posição, nacional e independente, também era defendida por outros grupos, como aquele vinculado ao semanário *Marcha*[114].

No item sete do programa da *Unión Popular* pode-se ler a respeito:

> **Política internacional independiente** de la estrategia político-militar de los grandes bloques actualmente en pugna. Defensa decidida de los principios de no-intervención y de auto-determinación de los pueblos, que se pretende desconocer en el caso de Cuba por haberse liberado ésta de los trusts imperialistas y haber realizado transcendentes reformas económico-sociales.[115] (Grifo no original)

Ao criticar o programa da *Unión Popular*, e por consequência o Partido Socialista, o PCU criava algo que poderíamos caracterizar como uma confusão semântica; a leitura das matérias publicadas durante mais essa polêmica entre os dois partidos deixa entrever que alguns termos podiam não ter o mesmo significado para ambos, como por exemplo os conceito de *imperialismo* e *anti-imperialismo*.

O Partido Comunista arrogava a si próprio e à FIdeL a única plataforma realmente antiimperialista em política internacional, pretendendo com isso, é claro, desqualificar as propostas da UP[116]. Do seu ponto de vista, porém, uma política

---

[114] Una declaración. Ante la grave situación del país. *Marcha*, Montevideo, p. 15, 23 mar. 1962.
[115] Este es el programa de la U.P. *El Sol*, Montevideo, p. 6, 16 nov.1962.
[116] **EL MANIFIESTO y la Plataforma del F.I. de L. plantea una línea clara, consecuentemente antimperialista en materia internacional**, que se dirige frontalmente a quebrar una orientación vergonzosa para la República […] **Es el único programa que en forma concreta, define una política exterior independiente, pacífica, antimperialista**: la denuncia de los pactos, tratados y convenios que nos sujetan a bloques militares, y también de los que en otros órdenes menoscaban nuestra soberanía; la desvinculación del Fondo Monetario Internacional, del Punto IV del Plan Truman, de la Alianza para el Progreso y otras formas de subyugamiento; el desarrollo de las relaciones comerciales y culturales con todos los pueblos del mundo; la defensa de los principios de autodeterminación y no intervención; la solidaridad con todos los pueblos del mundo que luchan por sacarse de encima las coyundas del colonialismo, **y lo que es punto esencial de definición, el**

externa independente seria aquela que repudiasse a ingerência imperialista – leia-se, norte-americana – nos assuntos internos dos demais países, com especial atenção a Cuba nesse particular. O partido obviamente não entendia como ingerência externa o aumento da influência soviética sobre os cubanos, e era justamente por isso que os socialistas não compartilhavam com o PCU sua idéia de imperialismo, pois defendiam, pelo menos em tese, um caminho político estritamente nacional, que passasse ao largo de Washington mais também de Moscou. Além disso, uma das principais forças da *Unión Popular*, a Lista 41, era claramente anticomunista[117] e, embora eu não conheça documentos que possam atestá-lo, é provável que o grupo condicionou sua entrada na aliança à garantia de que a mesma não se alinharia ideologicamente a quaisquer umas das grandes potências.

De acordo com o PCU, a contradição no programa da *Unión Popular* estava em que, apesar de defender *postulados justos* como a autodeterminação de Cuba, o texto preconizava ao mesmo tempo uma política internacional desvinculada dos *grandes blocos* em disputa, o que para o Partido Comunista constituía um erro de apreciação, pois a defesa de Cuba pressupunha o apoio ao bloco socialista.

> En vez de señalar como enemigo al imperialismo, que busca con viejas y nuevas formas seguir sometiendo a los pueblos y mantener un colonialismo que se desmorona; que constituye una tremenda amenaza para la paz; que explota sin piedad a los pueblos de América Latina; que quiere ahogar en sangre el ejemplo de Cuba, se lo reemplaza por esa confusa fórmula de los "dos bloques actualmente en pugna", **poniendo un signo de igualdad entre ese imperialismo y la comunidad de los países socialistas**.[118] (Grifo meu)

O Partido Socialista certamente não considerava como iguais os blocos capitalista e socialista como acusa o texto. Se bem que fosse menos dogmático que o PCU em termos político-ideológicos, tratava-se de um partido marxista, e isso basta para que não tenhamos que entrar no mérito dessa discussão. A questão era que o programa da *Unión Popular* não fora elaborado somente pelos socialistas, também pesando ali o ponto de vista dos outros grupos envolvidos; logo, é de se esperar que todos os partícipes tivessem que ceder em algum ponto. Na opinião dos comunistas o PS havia cedido demasiadamente para que a coalizão se tornasse possível, o que comprometia seu vigor e coerência ideológica.

---

pleno apoyo a la Revolución cubana. Un concepto "tercerista" en el programa de la U.P. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 5 out. 1962. (Grifo meu)

[117] Fragmentos de una declaración de la ex-Lista 41 del P. Nacional. *El Sol*, op. cit.

[118] Un concepto "tercerista" en el programa de la U.P. op. cit.

No mesmo editorial em que criticava o *terceirismo* da UP, datado de 5 de outubro de 62, o diário comunista aventava a possibilidade dos EUA atacarem Cuba, perguntando qual seria a atitude do Partido Socialista diante de tal hipótese. Apenas para situar melhor os acontecimentos, foi exatamente em outubro daquele ano, dias após a publicação desse editorial, que se desencadeou um dos momentos mais críticos da Guerra Fria, a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, fato que mobilizou não apenas as esquerdas como toda a opinião pública internacional[119].

> Estados Unidos prepara el ataque a Cuba. La URSS que ha dado toda clase de ayuda a Cuba, ha advertido a los imperialistas sobre las consecuencias de una agresión a Cuba. Ese ataque significaría la guerra. Los países socialistas, con la URSS al frente, constituyen el mejor escudo para Cuba.
> ¿Deben respaldar los pueblos latinoamericanos a Cuba, deben aplaudir la advertencia soviética o deben mantenerse neutrales? ¿Deben apoyar a la URSS, si se ve obligada a sostener a Cuba con la fuerza, en defensa del derecho de los pueblos a decidir sus destinos?[120]

As perguntas de *El Popular* eram na verdade dirigidas aos socialistas, pois dias antes o outro partido havia declarado apoio à URSS caso houvesse invasão americana à ilha de Cuba[121]. O Partido Comunista denunciava como grave contradição o fato de o PS apoiar os soviéticos no caso de agressão externa aos cubanos e ao mesmo tempo co-participar de uma coalizão que se declarava *independente* quanto à política internacional naquela conjuntura: "¿Cómo compaginar este planteamiento justo de "El Sol", [a defesa de Cuba] con el concepto tercerista ya quebrado por la vida, que trasunta en programa de la UP?"[122]

A crítica das supostas contradições entre as declarações dos socialistas e o programa da *Unión Popular* dava o ensejo para que o PCU arvorasse sua própria coerência ideológica, e era isso que o partido fazia ao encerrar aquele editorial: "Es que el programa no puede separarse de los sectores políticos sociales que integran

---

[119] Em um extenso trabalho de pesquisa Luiz Alberto Moniz Bandeira tratou das relações de Cuba e da Revolução Cubana com a América Latina, abarcando desde o início das pretensões norte-americanas sobre a ilha, ainda no séc. XIX, até meados dos anos 90 no séc. XX, quando o democrata Bill Clinton iniciara uma tímida reaproximação com Havana. Para a crise dos mísseis ver especialmente os capítulos XIII e XIV. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel.* A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

[120] Un concepto "tercerista" en el programa de la U.P. op. cit.

[121] Em um texto de *El Sol* reproduzido por *El Popular* o Partido Socialista afirmava: Si la clara, serena y enérgica advertencia del gobierno ruso no se tuviera en cuenta y la agresión se consumara, los pueblos de Latinoamérica se levantarían unánimemente contra la inhumanidad de los agresores. Y apoyarían, sin duda, a la URSS, en caso de que empleara su poderío, como lo anuncia, en defensa del pueblo cubano y a requerimiento de su gobierno contra la nueva intervención militar imperialista. Ibidem.

[122] Ibidem.

una fuerza política. Por eso, el F.I. de L., que es unidad de izquierda abierta y sin exclusiones, tiene un programa amplio, pero sin renunciamientos ideológicos".[123]

Como, no entanto, elaborar um programa que a uma só vez fosse *amplo* mas sem *renúncias ideológicas*? O raio de alcance desse programa não estaria limitado por sua matriz teórico-política? Essa tarefa sem dúvida não soava fácil, porém, era exatamente isso que o PCU dizia ter alcançado com a criação da FIdeL. Por outro lado, ao passarmos do discurso à realidade, vemos que tais afirmações do Partido Comunista eram muito mais uma maneira de fustigar os socialistas e a *Unión Popular* que algo verificável na prática, pois confluíram à FIdeL apenas aqueles setores que em última análise acataram as propostas do partido, o qual era indiscutivelmente o elemento mais forte da aliança.

A amplitude de um programa político, principalmente em se tratando de uma coalizão partidária, é diretamente proporcional às suas intenções, ou seja, aderem a esse programa os partidos ou grupos que se identificam com sua linha político-ideológica – desconsiderando, é claro, uma série de outras questões menos objetivas. A plataforma apresentada pela FIdeL em 1962 poderia ser ampla sob muitos aspectos, mas estava limitada pelas linhas gerais que pautavam a atuação do PCU e por aquilo que o partido projetava como adequado para a atual etapa da revolução no Uruguai.

Antes de tudo, e isso é elementar, a condição primeira para que qualquer grupo ou setor político ingressasse na *Frente Izquierda de Liberación* era aceitar a *unidade sem exclusões* – sem a exclusão do comunismo, reitero. O restante das disposições era uma consequência dessa aceitação. Tal qual afirmei em outra parte, a FIdeL, como aliança política, representava para o Partido Comunista o que foi possível reunir das esquerdas após a criação da *Unión Popular*, ou seja, a coalizão era o que restava logo que se descartaram todas as outras possibilidades. Assim, em seu XVIII Congresso o PCU já não falava simplesmente da unidade das esquerdas, mas da "[...] causa de la unión YA de todos los partidarios de la unidad sin exclusiones de las izquierdas […]"[124] ou, em outras palavras, da unidade de todos aqueles que não ingressaram na *Unión Popular*[125].

---

[123] Ibidem.

[124] Ecos de un acto memorable. El pueblo votó por la unidad ahora. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 6 jul. 1962.

[125] […] Cierto es que la dirección del Partido Socialista ha colocado un obstáculo, excluyendo a los comunistas y a otras fuerzas, dividiendo a la izquierda. **Pero los comunistas, que no renuncian a**

Nas intervenções desse congresso uma das palavras de ordem dos oradores era “UNIRNOS CON TODOS LOS GRUPOS EXCLUIDOS TRAS UM LEMA ACCIDENTAL”[126], o que demonstra que as lideranças comunistas já tinham ciência da realidade diante da qual deveriam agir.

A *Frente Izquierda de Liberación* estabeleceu-se formalmente em 15 de julho de 62, quando delegados e representantes de grupos com ou sem vínculos partidários assinaram sua ata de constituição. Como objetivos imediatos o documento ressaltava:

> 1º.) Integrar un frente político de izquierda, sobre la base de un programa de liberación nacional, de justicia social y de apoyo a la Revolución Cubana.
> 2º.) Apoyar un lema accidental en las próximas elecciones.
> 3º.) Mantener dicho frente abierto a todos los sectores de opinión que coincidiendo con sus enunciaciones programáticas, resolvieran incorporarse.[127]

Os signatários do acordo, com a exceção do Partido Comunista, possuíam pouca ou quase nenhuma representatividade política, sendo alguns oriundos de departamentos do interior do Uruguai. A ata de constituição da FIdeL foi firmada pelo *Comité de Intelectuales y Artistas*, pelo *Movimiento de Izquierda de Maldonado*, a *Agrupación batllista Avanzar* de Paysandú, o *Comité Unitario de Paysandú*, pelo *Partido Comunista*, pelo *Movimiento 26 de Octubre* e pelo *Comité Unidad de Izquierdas* de Salto[128]. Os representantes do *Movimiento Revolucionario Oriental* – MRO, com origem no Partido Nacional, participariam do ato apenas na condição de observadores, mas nos mês seguinte também formalizariam seu apoio e ingresso na FIdeL[129].

Do ponto de vista eleitoral – e era imprescindível fazer uma boa eleição –, a recém formada aliança política, apesar do manifesto otimismo de seus criadores,

---

una amplia unidad hoy y mañana, que siguen tendiendo su mano a los socialistas, llaman a los sectores unitarios a unirse ya hoy, inmediatamente, a formar el frente de izquierda […]. La responsable actitud patriótica de los comunistas. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 6 jul. 1962. (Grifo meu)

[126] Sin esperar más, levantaremos el frente de la unidad de las fuerzas de izquierda. *El Popular*, Montevideo, p. 2, 8 jul. 1962.

[127] El acta de constitución. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 16 jul. 1962.

[128] Ibidem.

[129] No princípio de agosto o MRO tomou parte na Frente Izquierda de Liberación, sendo que o fato mereceu um editorial de *El Popular*: La decisión que acaba de adoptar el Movimiento Revolucionario Oriental reviste señalada trascendencia política. Refuerza el frente de los partidarios de la unión sin exclusiones de las fuerzas de izquierda. Define la trayectoria de este núcleo político, nacido hace un año y meses al influjo de las nuevas corrientes que se van marcando en los partidos tradicionales y de la gloriosa revolución cubana. El MRO en el Frente Izquierda de Liberación. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 6 ago. 1962.

não inspirava grandes expectativas. Excetuando-se a votação que o Partido Comunista recebera em 1958[130], e com a qual pretendia contar novamente, os demais integrantes não pareciam potenciais captadores de votos. Além do PCU, o *Movimiento Revolucionario Oriental* de Ariel Collazo era possivelmente o grupo com maiores possibilidades de obter algum apoio nas urnas.

Entrevistado por *Marcha*, Collazo declarou que ingressara na FIdeL *recolhendo a experiência* de unidade das esquerdas em vários outros países da América Latina e que a *união total sem exclusões* era parte da *prédica* do MRO[131].

> Nosotros también tenemos discrepancias con el P. Comunista, pero esas diferencias debemos resolverlas dentro del campo de la izquierda y no fuera, como hacen los reaccionarios, que aunque discrepan, se unen.
> Demore más o demore menos, el Uruguay camina también aceleradamente hacia la unión total del pueblo contra la oligarquía, y muy pronto habrá de encontrar los cauces para lograrlo. Esa no es una esperanza, es una convicción.[132]

Dividindo seus esforços em dois fronts, o Partido Comunista amargou até novembro sua exclusão da *Unión Popular*, força com a qual disputaria o eleitorado de esquerda. Do outro lado – espaço político no qual também almejava angariar votos – defender-se-ia de ataques dos partidos majoritários que acusavam o PCU de não ser representante de interesses genuinamente nacionais, constituindo-se portanto em uma ameaça. O Partido Nacional, por meio do diário *El Pais*, detraia o comunismo por não ter "[...] carta natural de ciudadanía, cuyas raíces ideológicas hay que buscarlas fuera del predio común y familiar. […]"[133]. Na verdade, ao fazê-lo, os blancos se colocavam como legítimos integrantes da tradição política uruguaia, que naturalmente incluía seus velhos oponentes, os colorados.

Em face dessas acusações o Partido Comunista não pôde, é claro, negar sua natureza e propósitos *internacionalistas*; porém, nada impedia que também os comunistas tentassem articular suas teses políticas às *melhores tradições nacionais*, que segundo a leitura do PCU se *integravam* ao seu próprio labor político. Dessa forma, a resposta do partido foi elaborada invertendo-se as sentenças utilizadas por *El País*, de modo que se culpava os partidos majoritários por *vilipendiar as tradições*

---

[130] Nas eleições presidenciais de novembro de 1958 o Partido Comunista recebera 5,4% dos votos. http://www.fcs.edu.uy/pri/archivos/Elecciones_Presidenciales/Evolucion_MVD_Interior_1942-2004.xls>. Acesso em: 4 mai. 2009

[131] Ariel Collazo: "Cuba es el tema más importante". *Marcha*, Montevideo, p. 9 e 21, 14. Set. 1962.

[132] Ibidem.

[133] Lo patriótico: forjar hoy el frente de izquierdas. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 13 jul. 1962.

de Artigas e *ocultar* seu *regulamento de terras* de 1815, bem como por *atacar* os *princípios varelianos*, bases da democracia do país[134].

Após essa contra-argumentação, concluía:

> […] En contraste, nuestro Partido como se afirma en el informe del Comité Central al Congreso tiene en cuenta "las tradiciones nacionales que han conformado la psicología social de nuestro pueblo y que arrancan de la gesta artiguista, la historia política e intelectual caracterizada por el pensamiento democrático avanzado europeo y americano, por la laicidad, el principio civilista, el reformismo universitario, el comprobado amor a las libertades democráticas y el espíritu solidario y fraternal, expresión de un pueblo formado por el aluvión de la inmigración europea y el caudal de la austeridad gaucha, por la tradición sindical independiente de nuestro proletariado. **Esas tradiciones nacionales – las mejores – se integrarán según nuestra concepción en la vía que recorrerá el Uruguay hacia el socialismo**. Cabe solo repetir que ese carácter nacional y patriótico del Partido corresponde a su condición de clase, de partido del proletariado".[135] (Grifo meu)

O Partido Comunista, no entanto, não era o único a reivindicar as tradições políticas nacionais no âmbito do surgimento da FIdeL. Utilizo-me do termo *tradições* no plural justamente por ser tratar de um conjunto de referências sócio-históricas muito difuso entre os grupos que constituíram a coalizão com o PCU. O *Movimiento Batllista "26 de Octubre"*, por exemplo, declarou abandonar o Partido Colorado exatamente para "[...] Ratificar su adhesión a la doctrina batllista auténtica, de medular contenido socialista, tal como la expusieron Batlle y Ordóñez, Domingo Arena, Baltasar Brum y Julio César Grauert. […]"[136], personagens centrais na história dessa corrente política. A *doutrina batllista autêntica* à qual se refere o movimento *"26 de Octubre"*, certamente se transformava ao ser apropriada pelo grupo, que atribuía à mesma um *conteúdo socialista* que ela originalmente não possuiu.

Milton Vanger, em um dos trabalhos mais conhecidos a respeito do primeiro batllismo[137], *El país modelo*, discute a aproximação entre batllismo e socialismo mostrando que apesar de muito progressista para seu contexto o pensamento de

---

[134] Ibidem.
[135] Ibidem.
[136] Declaración del Movimiento Batllista "26 de Octubre". *El Popular*, Montevideo, p. 3. 10 jul. 1962.
[137] Na verdade os trabalhos de Vanger são dois: VANGER, Milton. *José Batlle y Ordóñez.* El creador de su época (1902-1907). Montevideo: EBO, 1992 e VANGER, Milton. *El país modelo.* José Batlle y Ordóñez (1907-1915). Montevideo: EBO / Editorial Arca, 1983; publicados originalmente em 1963 e 1980, respectivamente. Um tanto descritivos, os livros de Milton Vanger são uma sólida pesquisa do ponto de vista da documentação utilizada, sobretudo com a consulta de fontes da imprensa e dos arquivos do próprio *Don Pepe Batlle*.

José Batlle y Ordóñez não pode ser entendido como marxista. Alerta ainda que Batlle provavelmente não leu Marx ou outros marxistas e que teve uma formação intelectual diversa. (VANGER, 1983, p. 310) Marcos Alves de Souza vai além. Buscando as raízes da *cultura política do batllismo*, o autor fala de um repúdio de Batlle y Ordóñez ao socialismo, também o situando em outra matriz de pensamento: "[...] O idealismo de Batlle e seu rechaço às perspectivas socialistas parecem aproximá-lo da obra de José Enrique Rodó, cujo humanismo e desprezo ao utilitarismo americano podem ser vistos em *Ariel*, publicado em 1900. [...]" (SOUZA, 2003, p. 30)

Retomando a questão do *Movimiento Batllista "26 de Octubre"*, no fundo esse grupo adequava o batllismo à sua atual perspectiva em uma operação bastante semelhante ao que fazia o PCU em relação a Artigas. Da mesma forma que os comunistas priorizavam a *reforma agrária* na história artiguista, ressaltando sua face mais contestatória, os membros do *"26 de Octubre"* revalidavam o viés de transformação social do batllismo, fazendo uma leitura à esquerda do movimento.

As criticas de que o Partido Comunista não era uma força política autóctone não partiam apenas dos setores mais conservadores. Também o Partido Socialista, diligente em mostrar-se como representante da *esquerda nacional*, acusava o comunismo de ocupar-se com assuntos alheios ao país. Para defender-se, o PCU geralmente fazia uma contra-acusação, rotulando o PS como anticomunista.

> En la crónica que "El Sol" hiciera de los discursos pronunciados en el acto de proclamación de las candidaturas de la *Unión Popular*, se pone esta frase en labios de Vivian Trías, Secretario General del Partido Socialista: **"En la *Unión Popular* no esperamos la "revolución de los sputniks"… "…es la izquierda nacional, la izquierda uruguaya"**, lo que unido a los conceptos ideológicos sobre los que machaca la UP, significa que hay otra izquierda no nacional, no uruguaya, que confía en la "revolución de los sputniks".[138] (Grifo meu)

Para o PCU, a fala de Trías era mais um erro de interpretação da realidade, e mostrava que o Partido Socialista não conseguia pensar a revolução no Uruguai como parte de um *processo único* de passagem do capitalismo ao socialismo em marcha por todo o mundo. Ademais, argumentava-se que a URSS e suas vitórias –

[138] Lo que es nuestro, lo "ajeno", exclusiones y anticomunismo. *El Popular*, Montevideo, p. 3 e 4, 15 out. 1962.

políticas, econômicas, científicas e *técnicas*, incluídos os *sputniks* – tinham grande importância para a *revolução latinoamericana*[139].

Nas discussões em torno do que era *alheio* ou *nacional* travadas pela esquerda uruguaia a Revolução Cubana teve grande destaque[140]. Podemos adiantar, entretanto, que o triunfo de Fidel Castro em Cuba tinha diferentes significados para socialistas e comunistas, gerando uma disputa na qual os dois partidos procuravam fazer prevalecer sua interpretação. Contestando um editorial de *El Sol*, o PCU se indignava diante da acusação de que os comunistas cubanos não teriam participado de todo o processo revolucionário:

> El editorialista vuelve a exhibir naipes marcados en relación a Cuba. Sostiene – ¡otra vez! – que los comunistas participaron recién después en el proceso revolucionario, etc. Pues bien: para salir de dudas, ¿por qué no leen a Fidel Castro? **En el famoso discurso en que se declaró marxista-leninista, si el articulista de "El Sol" repasa esas hermosas paginas, encontrará una valoración de la lucha del PSP antes, durante y después de la revolución armada**, siendo cosa sabida que un mérito esencial de Fidel – el más grande marxista-leninista de Cuba, hoy – fue el de advertir la posibilidad de desarrollar con éxito la lucha armada para derrocar el batistato. […][141] (Grifo meu)

Redimindo historicamente o *Partido Socialista Popular* – PSP, isto é, inserindo-o no que já se tornara a épica da Revolução Cubana, os comunistas uruguaios aproveitavam ainda para, amparados no discurso de Fidel Castro, voltar ao tema da unidade das esquerdas e mostrar ao Partido Socialista outros *ensinamentos* do líder revolucionário, o qual segundo o PCU, "[...] se opuso siempre a la exclusión de los comunistas no solo después del triunfo de la revolución, sino ya antes. Y leyendo la Declaración de la Habana, verá como Fidel Castro propugna la unión de todas las fuerzas populares […]".[142]

Conquanto fosse o exemplo internacional mais evidente para as esquerdas uruguaias nesse momento – bem como para toda a América Latina –, Cuba não era o único caso discutido. O PCU, esperando demonstrar o erro cometido pelos socialistas ao excluir o partido de sua coalizão, apontava a esquerda chilena como modelo de unidade política.

---

[139] Ibidem.
[140] Todo o debate em torno da criação da frente de esquerdas em 1962 se dá em um clima de muito debate acerca da Revolução Cubana e a permanência de Cuba na OEA. La Revolución Cubana es invencible. Discurso de Fidel Castro. *El popular,* Montevideo, p. 1-2, 9 fev. 1962; Triunfo del pueblo uruguayo: Uruguay mantiene relaciones con Cuba. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 16 fev. 1962.
[141] Respuesta a "El Sol". *El Popular*, Montevideo, p. 3, 27 set.1962.
[142] Ibidem.

> El ejemplo de Chile es aleccionante. En marcha hacia una gran victoria en 1964, el FRAP [Frente de Ação Popular], en el que se agrupan el Partido Comunista, el Partido Socialista, el Partido Democrático Nacional y otras fracciones menores – en una elección parcial para elegir diputado por un distrito residencial de la capital chilena –, aumentó 15.000 votos, mientras en candidato gubernista perdió 18.000 sufragios respecto al año anterior. […][143]

Os comunistas faziam a leitura do processo político chileno ressaltando a convergência das esquerdas de maneira a confrontá-la com *divisionismo* fomentado pelo Partido Socialista no Uruguai. A utilização daquele exemplo pelo PCU era na verdade bastante superficial, já que se omitia toda uma série de desencontros entre comunistas e socialistas no Chile, isto é, apresentava-se a FRAP como algo livre de atritos entre seus componentes.

Tal qual o PCU, desde os anos 50 o Partido Comunista Chileno tinha como meta a *revolução de libertação nacional*, articulando a essa estratégia tarefas clássicas como a reforma agrária e a nacionalização de empresas vinculadas a interesses *imperialistas*. Outra questão central no discurso do PC chileno era a *transição pacífica* ao socialismo, o que pressupunha a construção de amplas alianças políticas com outros setores da esquerda e com a *burguesia nacional*. (AGGIO, 2002, p. 83-84) Ao contrário do que deixa entender o texto de *El* Popular, no Chile, comunistas e socialistas não mantinham posições coincidentes, e a FRAP, na verdade, era o resultado de duras negociações entre essas forças.

> No âmbito da esquerda, por sua vez, o início da década de 60 esteve marcado pela polêmica entre comunistas e socialistas frente às vias de acesso ao poder. No PC, prevalecia o caminho pacífico e a linha de alianças para o cumprimento da etapa de libertação nacional. [...] Já no PS, em virtude da Revolução Cubana, prevalecia um discurso que enfatizava a inevitabilidade da confrontação de classes e a proximidade da insurreição. Os socialistas rejeitavam a política de alianças do PC e pautavam-se pela crítica ao gradualismo, à ilusão frente à "democracia burguesa" e à legalidade institucional. [...] (AGGIO, 2002, p. 95-96)

Segundo Alberto Aggio, apesar de posicionar-se contra as *ilusões* da *democracia burguesa* e *legalidade institucional*, o Partido Socialista chileno acabou apoiando a FRAP em 1964, pois julgava possível uma vitória nas urnas com a candidatura de Salvador Allende. (2002, p. 96) O desempenho da coalizão, no entanto, ficou aquém do esperado e aquelas eleições foram vencidas por outra força que se então se consolidava: a Democracia-Cristã com Eduardo Frei.

---

[143] Apoyar al F.I.DEL. para hacer avanzar la unidad. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 5 set. 1962.

Ao se referir às experiências políticas internacionais, fosse Cuba ou o próprio Chile, os comunistas uruguaios tentavam legitimar sua atuação e ao mesmo tempo convencer os outros grupos, notadamente o Partido Socialista, de que a *unidade sem exclusões* era a única possibilidade para que os partidos minoritários rompessem a barreira dos dez por cento do eleitorado que tradicionalmente obtinham.

A aguerrida defesa de Cuba feita pelo Partido Comunista e a FIdeL também rendeu críticas à coalizão por parte de Sergio Deus. O articulista de *Marcha* acusava o grupo liderado pelo PCU de ser *frágil* em sua constituição, tendo como *elemento vinculante*, ou seja, seu fator de coesão interna, algo alheio ao país – a Revolução Cubana –, e que sua própria sigla, *FIDEL*, sugeria isso abertamente[144]. Em sua réplica à *Marcha*, o Partido Comunista lançou mão de um argumento já utilizado contra o PS, isto é, respondeu que o *processo* vivido pelo Uruguai não se *isolava* do que ocorria em outras partes e que integrava uma *revolução continental*. Além disso, para os comunistas, ter a Revolução Cubana como *elemento vinculante* dava ao movimento *coerência ideológica* ao invés de fragilizá-lo: "La adhesión sin cortapisas a la revolución cubana, contribuye, contrariamente a lo que sostiene Deus, a darle al Frente coherencia ideológica. Porque la actitud ante Cuba es definitoria. […]"[145]

As altercações entre o Partido Comunista e *Marcha* não se restringiram ao tema da Revolução Cubana. Em 27 de agosto de 62, no editorial *Sobre tres artículos del semanario Marcha*, *El Popular* comentava matérias assinadas por Carlos Quijano, López Silveira e o próprio Sergio Deus[146].

Em relação às declarações de Quijano não houve maiores polêmicas, já que no essencial o partido concordava com suas afirmações; quais sejam que a *experiência de governo* dos partidos majoritários estava *historicamente cumprida*, havendo a necessidade de se criar novas alternativas políticas para o país. Quanto ao texto de López Silveira, podemos dizer que houve uma meia concordância, dado

---

[144] [...] **El Frente de Liberación, en cambio, tiene un elemento aglutinante ajeno al país. El factor que ha provocado esa aglutinación es la Revolución Cubana, y la sigla con la cual busca distinguirse – "FIDEL" – nos está diciendo de quien son ideológicamente tributarios sus integrantes**. Esa circunstancia, de la ajenidad del elemento vinculante, hace que las bases del Frente de Liberación sean necesariamente frágiles. ¿Qué ocurrirá con el Frente el día, si llega en que la U.R.S.S. sacrifique la revolución cubana a otros intereses del llamado "internacionalismo proletario"? ¿Qué ocurrirá, también, con el Frente, el día, también si llega, en que Fidel Castro con la misma vehemencia con que se declaró marxista-leninista, crea necesario apartar al P. Comunista cubano del gobierno revolucionario? DEUS, Sergio. Una primera aproximación. *Marcha*, op. cit. (Grifo meu)

[145] Deus quiere dividir en vez de unir. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 28 ago. 1962.

[146] Sobre tres artículos del semanario Marcha. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 27 ago. 1962.

que o colaborador de *Marcha* escrevia que a esquerda havia parado na *metade do caminho*, referindo-se ao desencontro de suas duas principais forças, opinião compartilhada pelos comunistas. *El Popular*, contudo, reiterava que desde muito tempo o PCU vinha defendendo uma *aliança ampla*, desobrigando-se de qualquer culpa pela atual situação. Por fim, ao comentar o artigo de Sergio Deus[147], sugeria-se que por seu teor poderia ser publicado em *El Día*, diário do Partido Nacional. Além disso, lembrava-se o leitor que *não era a primeira vez* que o articulista utilizava as páginas de *Marcha* para estimular a *divisão das forças de esquerda*.

3. Um passo atrás: as esquerdas divididas e o resultado das eleições

Chegado novembro a situação de embate entre os partidos Comunista e Socialista continuava insolúvel. As expectativas eleitorais, tanto da *Unión Popular* quanto da FIdeL, se tomássemos apenas o discurso de *El Sol* e *El Popular*, pareciam ser as melhores. Naturalmente, ambos os jornais procuravam conservar a motivação da militância e também dos eleitores mais afastados do cotidiano político-partidário.

O Partido Socialista, ao referir-se às possibilidades de vitória da *Unión Popular*, parecia ser mais cauteloso. Afirmava que um triunfo já estava garantido nas eleições, pois independente dos resultados nas urnas a UP se constituiria como a *terceira força política da nação*[148].

> A tres meses de su nacimiento la *UNIÓN POPULAR* ya es una vigorosa fuerza política en todo el país. De una influencia masiva creciente, y, una perspectiva cierta, luminosa, triunfal. Su marcha hacia la conquista del poder político es un proceso incesante, pujante, incontenible, irreversible. **No importa que no alcance la mayoría, en las elecciones del domingo próximo. Alcanzará la mayoría absoluta en el correr de pocos anos**. […] Porque la *UNIÓN POPULAR* no se ha creado en función de las elecciones a realizarse el 25 de noviembre de 1962 sino para efectuar la revolución nacional en la República Oriental del Uruguay. […][149] (Grifo meu)

[147] DEUS, Sergio. Una primera aproximación. *Marcha*, op. cit.
[148] Con la Unión Popular. *El Sol*, Montevideo, p. 4, 22 nov. 1962.
[149] Ibidem.

Já o PCU, no domingo mesmo das eleições, publicou na primeira página de *El Popular* uma manchete aludindo ao poder da FIdeL e também se apresentando como a *terceira força política do país*[150]. "El Frente izquierda de liberación emerge de esta elección como una gran fuerza política, la tercera no solo en Montevideo, sino en todo el país. […]"[151].

Contrariando toda a expectativa criada nos círculos de esquerda, o desempenho eleitoral das duas coalizões não foi o esperado, gerando uma grande decepção. Novamente, os partidos majoritários triunfaram com cerca de 90% do eleitorado, e repetindo o resultado de 1958 o Partido Nacional venceu o coloradismo[152]. Dessa vez, porém, os blancos votaram divididos e o sublema vencedor, a *UBD – Unión Blanca Democrática* suplantou o herrero-ruralismo. Após décadas de marcante atuação na política uruguaia o herrerismo parecia finalmente sepultado. (NAHUM et al., 1998, p. 20)

Eleições de 1962 à presidência – Resultados por partido e fórmula mais votada

Partido Nacional	Daniel Fernández Crespo – Luis Gianattasio	Outros	Total do Lema
Votos	318.533	228.496	545.028
Partido Colorado	Luis Batlle Berres – Amílcar Vasconcellos	Outros	Total do Lema
Votos	277.259	263.972	521.231
FIdeL			Total do Lema
Votos			40.086
Unión Popular			Total do Lema
Votos			27.041
PDC			Total do Lema
Votos			35.703

ERRANDONEA, Alfredo. *El Sistema político uruguayo*. op. cit., p. 89.

[150] El gran poder de la unidad. *El Popular*, op. cit.
[151] Ibidem.
[152] Se confirmó nuevamente la hegemonía de las grandes colectividades partidarias, que lograron el apoyo de 90% del electorado. El Partido Nacional repitió su triunfo sobre el Partido Colorado, aunque por una diferencia de sufragios mucho menor que la de 1958 (de 100.000 votos se redujo a poco más de 23.000). esta vez el sublema victorioso no fue el eje herrero-ruralista como en las elecciones anteriores, sino la "Ubedoxia" (Daniel Fernández Crespo-Luis Gianattasio con 316.533 votos), lo que provocó la destrucción del *"mito"* del *ruralismo* (Alberto Arocena-Juan J. Gari, el *"Eje"*, con 227.205 votos).
El herrerismo – presente desde el año 1922 como fuerza organizadora dentro del Partido Nacional – dejó de ser por primera vez su mayoría, no por reducción de su caudal electoral, sino por la división en varias fracciones, lo que le costó perder el triunfo dentro del lema.
[…]
Dentro del Partido Colorado, la "15" (Luis Batlle Berres-Amílcar Vasconcellos) reclutó 277.259 votos frente a 167.085 de la *Unión Colorada y Batllista* (Oscar Gestido-Augusto Legani). Si se tiene en cuenta que la "99" (Zelmar Michelini-Renán Rodríguez) logró 76.510 sufragios, se puede afirmar el predominio de los lineamientos batllistas frente a los más conservadores de la Unión Colorada. (NAHUM et. al., 1988, p. 20-21)

Na ocasião, o sociólogo Aldo Solari comentava que a fraca votação recebida pelos partidos minoritários os *surpreendeu*, já que uma série de *fatores aparentes* indicava um desfecho melhor para essas forças[153]. De qualquer forma, embora o número de votos conseguidos pela FIdeL não fosse o esperado, a avaliação do Partido Comunista a respeito daquelas eleições não foi totalmente negativa. Antes mesmo dos resultados definitivos do escrutínio, amparado em dados ainda parciais, o PCU comemorava um aumento de mais de 50% em relação à sua votação de 1958[154].

A dirigência do partido tirava duas conclusões diante dos números dessa eleição: em primeiro lugar, que a *falta de uma unidade total* das forças progressistas gerara um fuga de votos para outros setores[155] que *esgrimiram bandeiras de esquerda*, numa referência indireta à Lista 99 de Zelmar Michelini[156]; depois, já sabedores da desastrosa votação da *Unión Popular*, os comunistas aproveitaram para refutar uma vez mais o argumento utilizado pelo PS ao deixá-los fora da aliança, isto é, que a presença do PCU na coalizão causaria *repúdio popular*. Para regozijo dos integrantes da FIdeL, o resultado final de pleito demonstrou justamente o contrário, ou seja, a opção que incluía o comunismo foi aquela que mais recebera adesões eleitorais[157].

Por várias vezes durante o correr do ano o Partido Comunista manifestou-se afirmando que a FIdeL transcendia às eleições de 62 e que se tratava de um projeto político mais amplo e duradouro. Assim, a conquista do poder era uma questão de tempo, pois o PCU imaginava que o grupo continuaria crescendo e que seria no futuro um ponto de convergência, dessa vez para todas as esquerdas.

> [...] Lo decisivo es el avance del F.I.de L. Lo decimos antes de la elección, lo refrendamos hoy. Lo más importante es que nuestro pueblo posea en su vanguardia a una poderosa fuerza de la izquierda unida, núcleo básico del futuro gran frente de todas las fuerzas populares. Mirando hacia el próximo futuro, este es el resultado capital de las elecciones uruguayas; este resultado se alcanzó a pesar de la polarización electoral manifestada entre los

[153] SOLARI, Aldo. Réquiem para la izquierda, op. cit., p. 163.
[154] Un balance primario. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 27 nov.1962.
[155] La división fue un hándicap que se otorgó a la reacción. Permitió que se canalizara hacia otros sectores (hacia la 99, incluso hacia la 15, y también hacia a sectores blancos antichicotacistas, en el afán de derrotar a Nardone), votos que debieron ir hacia la izquierda. La unidad hubiera multiplicado el caudal electoral de la izquierda. Pensamos, como consecuencia de lo que antecede, que mal puede hablarse ahora de una "izquierda congelada": lo que ha fracasado es la política de división. Un argumento más. *El Popular*, Montevideo, p. 3. 18 dez. 1962.
[156] Un balance primario. *El Popular*, op. cit.
[157] Ibidem.

> lemas tradicionales – expresada en cifras casi parejas de votación – que trituró a los restantes partidos minoritarios, pero que no pudo detener el avance del F.I. de L.[158]

Se tivéssemos que eleger uma palavra para definir todo o esforço do PCU naquele ano, sem dúvida seria o termo *unidade*. O partido começou e terminou seu trabalho político em 1962 insistindo na união total das esquerdas. O cálculo eleitoral desde o início defendido por seus dirigentes era que a coligação comunismo-socialismo não renderia a seus consortes apenas a soma dos sufrágios tradicionalmente obtidos por cada um deles, mas funcionaria como um *pólo de atração* para os eleitores de perfil mais progressista, principalmente aqueles que, desiludidos com as ofertas dos partidos majoritários, confiariam seus votos à esquerda. Como avaliação final de todo o processo *El Popular* ajuizava:

> Nuestro norte es la unidad de las fuerzas de izquierda, avanzadas, democráticas y antimperialistas. El avance electoral del F.I. de L. prueba que el pueblo aprobó esta política. Crecimos porque defendimos la unidad. En el transcurso de la batalla electoral enjuiciamos la política del Partido Socialista siempre desde el ángulo de la unidad, mostrando que había cometido el grave error de dividir a la izquierda, retrasando el proceso de la revolución uruguaya. **Sin duda, además, si el P. Socialista hubiera venido al cauce común, otras fuerzas se hubieron congregado bajo la bandera de la unidad**.[159] (Grifo meu)

De acordo com as estimativas do Partido Comunista, se a unidade sem exclusões tivesse de fato se concretizado, a simples adição dos votos alcançados por cada força isoladamente em 62 – sem contar os que porventura a coalizão receberia de outros setores – já teria garantido uma situação bastante favorável para as esquerdas. O PCU contabilizava como aproximadamente 70.000 os votos da FIdeL e da *Unión Popular*, o que no interior de uma única lista era suficiente para conquistar duas cadeiras no Senado, e não apenas uma como aconteceu, além de conseguir mais deputados e de sete a oito vereadores por Montevidéu[160]. *El Popular*

---

[158] Ibidem.
[159] Un argumento más. *El Popular*, op. cit.
[160] O partido estimava que também nos departamentos do interior tivesse sido possível eleger vereadores: Pero hay más: la unidad hubiera permitido conquistar cargos de ediles en varias Juntas Departamentales del interior del país, allí donde es mayor es retraso del movimiento de izquierda. Casi seguramente, la izquierda carecerá de representación en estos organismos. Mirando las cifras de la votación por departamento, se advierte que las fuerzas unidas de la izquierda hubieran alcanzado representación en Canelones, en Salto, en Río Negro, en Paysandú, en Colonia; y podrían incluso estar disputando una banca de edil en Maldonado y en Soriano. Ibidem.

alertava ainda que não fosse a divisão entre as esquerdas o Partido Socialista não teria perdido sua representação parlamentar como sucedera[161].

Para Aldo Solari, o pequeno incremento eleitoral que o Partido Comunista obteve no seio da FIdeL podia não ser resultado direto de sua participação nessa aliança política, pois "[...] ese crecimiento no es de tal magnitud como para que pueda atribuirse a la existencia misma de la coalición. […]"[162] O autor argumentava que em outras eleições, *atuando sozinho*, o PCU vinha ampliando seu eleitorado, e questionava se acréscimo de votos recebidos em 1962 podia ser atribuído a outros setores ou se o partido o receberia mesmo não participando da coalizão[163].

O desempenho do PCU nos pleitos anteriores é na verdade bastante mutável, apresentando variações no número de votos conquistados pelo partido. Obviamente, isso pediria uma análise específica de cada uma das eleições, o que não posso realizar aqui; porém, para simples conferência, podemos recuar vinte anos acompanhando a votação do Partido Comunista[164]. Em 1942: 14.330; 1946: 32.680; 1950: 19.026; 1954: 19.541; 1958: 35.478 e finalmente, em 1962: 40.086. (ERRANDONEA, 1994, p. 84-89)

O problema é que o trabalho de Solari não permite saber quais eleições estão sendo consideradas pelo autor, mas sua hipótese era bastante plausível uma vez que isoladamente o comunismo ampliou e muito seu eleitorado, como entre 1942 e 1946, quando mais que duplicou sua votação. Por outro lado, existe uma considerável queda entre 1946 e os pleitos de 1950 e 1954, recuperada mais tarde em 1958. Dessa forma, se em 1958 o PCU conseguiu sozinho quase 16.000 votos a mais que na eleição anterior, é possível que também sozinho pudesse alcançar os pouco mais de 4.000 votos que obteve integrando a FIdeL. Insisto, contudo, que cada eleição é um caso único, sendo difícil e desaconselhável separar os resultados eleitorais do contexto sócio-político que os gerou.

---

[161] Ibidem.
[162] SOLARI, Aldo. Réquiem para la izquierda, op. cit., p. 165-166.
[163] Ibidem, p. 166.
[164] No período de 1942 a 1962 o número total de votos apurados praticamente dobrou no Uruguai, passando de 574.703 em 42 para 1.171.020 em 62. (ERRANDONEA, 1994, p. 84-89) Isso nos obriga, naturalmente, a pensar a votação do Partido Comunista sobre o total dos sufrágios emitidos. Em termos percentuais temos os seguintes dados. Em 1942: 5,2%; 1946: 9,7%; 1950: 4,6%; 1954: 4,6%; 1958: 5,4% e em 1962: 6,7%. <http://www.fcs.edu.uy/pri/archivos/Elecciones_Presidenciales/Evolucion_MVD_Interior_1942-2004.xls>. Acesso em: 15 mai. 2009.

Comentando as eleições de 62, os historiadores Rosa Alonso Eloy e Carlos Demasi sustentam que o PCU não conseguiu *diferenciar-se claramente* dos demais elementos da FIdeL, parecendo para muitos apenas uma *mudança de imagem*. (1986, p. 30) Concordo com ambos, pois o fato de nenhum outro grupo importante ter acorrido à FIdeL deixava o Partido Comunista como única força com capacidade de decisão na aliança, ficando os outros integrantes quase como testemunhas da atuação dos comunistas.

É isso também o que pensa Pablo Mieres: "El FIDEL, entonces, incluyó en su fundación el aporte de pequeños grupos de origen blanco, batllista e independientes. Sin embargo, también desde su fundación, fue inocultable la aplastante hegemonía de los comunistas en dicha alianza […]" Ainda para o sociólogo, "El resultado electoral de la experiencia FIDEL puede considerarse exitoso, pues dio impulso a su continuidad estratégica. […]" (MIERES, 1994, p. 32) Tal *continuidade estratégica* realmente existiu, já que nas eleições de 1966 e também em 1971, ao ingressar na Frente Ampla, o Partido Comunista o faria como integrante dessa coalizão.

Poucos dias após as eleições, em 30 de novembro, o Partido Socialista fez seu primeiro pronunciamento sobre o resultado geral das votações e o desempenho da *Unión Popular* nas urnas. Diante do duro golpe representado pelo baixo número de votos recebido, 27.041 sufrágios, aproximadamente dez mil a menos que o conquistado pelo PS em 1958 (ERRANDONEA, 1994, p. 88-89), *El Sol* trazia a avaliação de um partido atabalhoado com os acontecimentos e que ainda não podia explicar os motivos que o levaram a um resultado eleitoral tão negativo.

> ¿Y los resultados electorales de la *UNIÓN POPULAR*, que contribuimos a forjar con el ambicioso propósito de que en estas mismas elecciones se transformara en la gran tercera fuerza política del país? **Es obvio, que aún estamos muy próximos al impacto de las urnas y ello no hace posible que podamos juzgar con hondura y serenidad las complejas causas determinantes de que tan transcendente objetivo político no fuera traducido en un hecho positivo para el destino del pueblo oriental**. Empero, haremos el análisis de tales hechos, pondremos en claro los errores cometidos y sacaremos las conclusiones correspondientes, en función de nuestro método marxista de autocrítica, investigación y valoración de los hechos.[165] (Grifo meu)

Tomando por base os resultados das últimas eleições, o partido refletia que seu fracasso decorria de uma conjuntura mais ampla, de *estagnação eleitoral da esquerda* no Uruguai, e que por isso mesmo atingia também o comunismo. Além

[165] Ante los resultados electorales. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 30 nov. 1962.

disso, atribuía o baixo apoio recebido pela *Unión Popular* a um *desajuste* entre as *condições objetivas* presentes no país e as *condições subjetivas* vividas pela população, que mesmo com a longa crise enfrentada seguia votando nos grandes partidos[166].

El Sol explicava que a renovação política operada no Partido Socialista – referindo-se à ascensão dos novos quadros dirigentes em meados dos anos 50 – foi acompanhada apenas pela militância, mas não pelo conjunto de seu eleitorado. Por isso, o *grande salto ideológico e estratégico* do partido ao integrar a *Unión Popular* não teve respaldo dos votantes, em boa medida ainda ligados à *velha orientação* socialista, aludindo à época em que Emilio Frugoni hegemonizava a organização[167].

Como parte de um processo de autocrítica, a direção do Partido Socialista decidiu realizar um Congresso Extraordinário ainda em dezembro, ocasião na qual discutiu os resultados eleitorais e os rumos imediatos que o grupo deveria tomar a partir dali[168]. Vivian Trías, que acabava de perder sua cadeira como deputado, escreveu uma série de matérias também com o intuito de avaliar a atuação do partido no período imediatamente anterior àquela votação. Para ele, o grupo não podia fechar-se sobre si mesmo esperando que a situação do país se deteriorasse

---

[166] El difícil camino de las urnas*. El Sol*, Montevideo, p. 4, 30 nov. 1962.

[167] Ya en 1958, con el predominio de las nuevas posiciones afianzadas en el XXXI Congreso Ordinario, sufrimos una pérdida apreciable de electores del viejo cuño, pérdida cubierta holgadamente con los nuevos aportes, atraídos por nuestra línea sindical pro-central única, por nuestra cada vez más firme línea internacional independiente y antimperialista y por los nuevos planteamientos en el plano nacional.

En 1962, tenemos la impresión avalada por nuestra experiencia en el Cerro y algunos lugares del Interior – esa vieja masa electora, partidaria de la vieja orientación, la perdimos irremediablemente – ya ni rastros del viejo socialismo quedaba, junto con una pérdida menor de un sector confundido por el "guajirismo mental" y el unitarismo verbal de los comunistas, estos últimos esforzados en una multimillonaria propaganda electoral competitiva con la UP, acción no exenta de maniobras sectarias, de calumnias, etc. Y de la que son cómplices los Collazo, Bonavita y compañía, que nada ayudan a la preconizada unidad sin exclusiones.

Y junto a todo ello, una incentivada campaña de la prensa y radios burguesas que como nunca atacó al socialismo y su nueva orientación. Ibidem.

[168] La dirección de Partido Socialista, una de las organizaciones políticas más afectadas por el resultado electoral, ha resuelto convocar un Congreso Extraordinario, que deberá comenzar el próximo 21 de diciembre y en el que sus miembros de todo el país, en medio de la más amplia democracia interna, enjuiciarán los acontecimientos, estudiarán los métodos de organización y tácticas de lucha seguidos y a seguir, concluyendo con la adopción de las directivas que hacen falta, para enfrentar, con mayor eficacia, a la reacción triunfante y dominante. Los tiempos que vendrán nos serán fáciles. Las libertades públicas y sindicales continuarán deteriorándose, a pesar de las interpretaciones superficiales con que se juzga el régimen político e institucional vigente y el mismo resultado electoral, por parte de la clase dirigente.

En tal virtud, ello hará que nuestra lucha sea más sacrificada, más noble; pero más ideal y hermosa todavía. Porque un Partido revolucionario como el nuestro podrá perder una batalla, pero jamás será derrotado por la oligarquía y el imperialismo mancomunados. […] Ante los resultados electorales. *El Sol*, op.cit.

dando-lhe a oportunidade para uma atuação mais contundente; pelo contrário, urgia reforçar ideologicamente seus quadros internos, mas ao mesmo tempo *construir o movimento de massas* para evitar o isolamento político experimentado nas recém cumpridas eleições[169].

Toda a análise de Trías parece apontar para uma só questão: o evidente isolamento das esquerdas traduzido na estagnação eleitoral observado nas eleições precedentes. Fazendo um apanhado dos postos legislativos obtidos por socialistas e comunistas desde 1938, Trías concluía que embora apresentassem melhores resultados eleitorais em certas oportunidades, os dois partidos nunca haviam ultrapassado um determinado limite:

> La izquierda, en su conjunto, ha progresado ideológicamente (y esto es especialmente cierto en el caso del P.S.), pero exhibe un inocultable estancamiento político que parece denunciar la tendencia a convertirse en sectas, cada vez más organizadas y militantes, pero aisladas de las masas populares.[170]

Os informes do XX Congresso Extraordinário do PS deixam claro como os dirigentes socialistas avaliaram a experiência da *Unión Popular*. Em nenhuma parte das resoluções se atribui o fracasso eleitoral da coalizão aos acordos políticos que foram realizados para concretizá-la, isto é, não se questiona se a associação com grupos tão distintos politicamente – inclusive à direita do Partido Socialista, com era o caso da Lista 41 – teria gerado uma imagem pouco coerente da aliança afastando os votantes.

Por outro lado, é possível que tal hipótese tenha sido cogitada e posta em debate durante os trabalhos do congresso, ainda que seu texto final não nos permita afirmá-lo. O fato é que os documentos partidários geralmente trazem uma visão asséptica e acabada de processos bastante complexos, tendendo a escamotear tensões inerentes a qualquer discussão política. É o que acontece no caso em questão, pois se tentava passar a imagem de um partido unido e livre de conflitos internos, mesmo em um dos momentos mais críticos de sua trajetória. Assim, a palavra final era

> 1.– que la concepción ideológica del Movimiento Nacional y Popular, nueva fuerza política que aglutinara los sectores populares detrás de un programa de Revolución Nacional SIGUE SIENDO correcta,

[169] TRÍAS, Vivian. La derrota de hoy nutre la victoria de mañana. *El Sol*, Montevideo, p. 5, 13 dez. 1962.
[170] Ibidem.

> aunque no se pudo concretar en forma óptima adecuada (de oportunidad, de integración, etc.).
> 2.– que sin perjuicio de los errores que se han cometido, incidieron factores exteriores y de carácter internos, que fueron ampliamente desarrollados en el Congreso, para que en estas elecciones no se obtuvieron los resultados esperados.[171]

Diante dessas considerações os dirigentes resolviam o seguinte: no plano da atuação política coletiva devia-se "1.– Ratificar la permanencia del Partido Socialista en la *UNIÓN POPULAR*."[172], e individualmente, atuando como força partidária autônoma, "2.– Desarrollar una posición propia como partido de la clase obrera, fortaleciéndonos organizativa e ideológicamente, sin perjuicio de mantener fielmente el programa común de la *UNIÓN POPULAR*."[173]

Se do ponto de vista de sua *concepção ideológica* a UP não foi avaliada como um erro tático do partido, "[...] considerándose que ella sigue siendo correcta para la aplicación del programa de la Revolución Nacional […]"[174], os socialistas pareciam atribuir seu refluxo eleitoral à questões de ordem prática, ou seja, o malogro nas últimas eleições não seria decorrente das alianças feitas pelo partido, mas de insuficiências de sua atuação como tal.

> […] se resolvió igualmente intensificar la acción del Partido Socialista, por cuenta separada, a fin de fortalecer y acrecentar inmediatamente su prestigio, como expresión política de la clase obrera y herramienta de las clases populares. **Esto es lógico, desde que es indudable ha sido nuestra organización la más perjudicada con los resultados electorales y ello impone el restablecimiento de posiciones perdidas, así como el avance hacia nuevos niveles de predicamento colectivo y la necesidad de volver a ocupar prontamente su lugar de vanguardia en las luchas de la izquierda nacional**.[175] (Grifo meu)

Para o *restabelecimento de posições perdidas*, o Congresso deliberava que novos *métodos de trabalho* deveriam ser criados com vistas a ampliar a base de apoio do grupo. Sugeria-se inclusive a abertura de um *instituto de estudos populares*, "[...] organismo paralelo al Partido, que sea centro de divulgación de su ideología y sus concepciones tácticas, procurando ganar la opinión de vastos sectores […]"[176]. O texto do Congresso também incumbia a militância de "Formar

[171] Resolución política del congreso. *El Sol*, Montevideo, p. 1, 27 dez. 1962.
[172] Ibidem.
[173] Ibidem.
[174] Hacia la revolución nacional. El Congreso del Partido. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 27 dez. 1962.
[175] Ibidem.
[176] Ibidem.

concepto en las clases económicamente débiles de los derechos que les han sido negados y que las alejan del usufructo de los adelantos de la técnica moderna."[177]

Em sua análise, Aldo Solari cogitava que o fracasso da *Unión Popular* e, logo, do Partido Socialista, pudesse estar ligado à forma como os vários membros da coalizão realizaram o *pacto* político que lhe dera origem; preocupando-se com a divisão dos cargos que virtualmente poderiam conquistar, não se emprenharam em algo fundamental, a *mobilização* do eleitorado[178].

Tomando como válida a hipótese de Solari, podemos afirmar que o Partido Socialista fez uma projeção eleitoral demasiado simples ao se envolver com outros setores, levando em conta somente a votação que esses segmentos vinham recebendo; isto é, dava como certo que as pessoas que votavam nesses grupos em separado, o fariam quando os mesmos se unissem sob um novo lema. Parece-me que o apelo político suscitado pela *Unión Popular* não foi simplesmente a somatória do capital que cada uma dessas forças possuía quando sozinhas, ou, em outros termos, o "todo político" no caso da UP não foi o resultado da adição de suas partes.

O autor também chamava a atenção para os votos que o socialismo perdera ao tomar parte na *Unión Popular*, raciocínio que estendia igualmente à Lista 41. Para ele, Enrique Erro foi o *exemplo inverso* de Michelini, pois, se permanecesse no Partido Nacional o candidato seguiria obtendo boas votações, mas ao abandonar o lema perdeu *absolutamente* seu *peso eleitoral*[179]. No tocante ao Partido Socialista,

> […] El otro factor está constituido por el hecho de que el Socialismo, parte esencial de la *Unión Popular*, perdió votos, tanto a su derecha como a su izquierda. Perdió votos a su izquierda, en parte porque al indicar un programa que en muchos aspectos tendía a parecerse considerablemente al del Partido Comunista y al de la alianza denominada Fidel, al insistir como muy a menudo hicieron sus líderes de que la separación con los comunistas era esencialmente una cuestión de táctica y no de principios, hicieron que muchos electores encontraran la razón por la cual no votar directamente más a la izquierda, es decir, hacia el Partido Comunista, utilizando las clasificaciones de izquierda y derecha corrientes. […][180]

Quanto aos votos que o PS supostamente perdera à sua direita, Aldo Solari explicava-os a partir da *base eleitoral* do partido, argumentando que seus votantes sempre foram *muito mais que a classe operaria*, englobando também segmentos de

---

[177] Ibidem.
[178] SOLARI, Aldo. Réquiem para la izquierda, op. cit., p. 165.
[179] Ibidem, p. 164.
[180] Ibidem.

classe média. Os valores políticos para esse eleitorado, de acordo com Solari, estavam frequentemente calcados nas idéias da *democracia liberal* e, em sua opinião, *transcendiam* aos valores explícitos no programa da *Unión Popular*. Assim, muitos *votantes socialistas* que se encaixavam nesse perfil teriam deixado de votar na sigla, ao passo que outros apoiariam o colorado Zelmar Michelini como uma alternativa mais próxima de suas expectativas.[181]

Ao término de 1962, a situação das esquerdas no Uruguai era muito diferente da que seus integrantes haviam projetado durante todo aquele ano, reinando um sentimento de grande *frustração* diante dos resultados eleitorais alcançados. "[...] Se veia claro que por incapacidad o por falta de confianza, no se había recorrido ninguna de las opciones posibles: ni se había formado un partido nuevo que incluyera a toda la izquierda, ni se concretó un acuerdo programático sin exclusiones. […]". (ALONSO ELOY; DEMASI, p. 30, 1986)

As avaliações do desempenho eleitoral para os dois grupos, como pude demonstrar, não eram as mesmas. Enquanto os comunistas atribuíam sua baixa votação à divisão das esquerdas em frentes distintas – seria diferente se a *unidade sem exclusões* tivesse se concretizado como queria o PCU? –, o Partido Socialista explicava o fracasso da *Unión Popular* devido à perda de velhos eleitores que não teriam acompanhado sua transformação ideológica bem como a seu isolamento em relação às massas populares.

Benjamín Nahum acredita que os resultados das eleições de 62 revelam, para além da grande inserção dos partidos majoritários na sociedade, que o Uruguai ainda era um *país moderado* naquela ocasião[182]. "[...] Las promesas de revolución manejadas por la izquierda no encontraban eco en un pueblo que prefería mantener el *status quo*, el compromiso, antes que las soluciones radicales y por lo tanto traumáticas." (NAHUM at. al., 1988, p. 21)

---

[181] Ibidem.

[182] Essa foi a mesma conclusão que na época chegou Aldo Solari: **En ese sentido, si algo demuestra esta elección es que el Uruguay es un país moderado**. Quizás, el error de la izquierda es haber ido demasiado lejos en un sentido, como quizás, el error del señor Nardone es haber ido demasiado lejos en otro sentido. El país ha votado masivamente sobre todo a los que le han ofrecido soluciones de continuidad y de moderación.
[…]
El resultado de la elección, es la consecuencia del compromiso en que vive la sociedad uruguaya actual. Por eso ha preferido las soluciones moderadas, de continuidad, y por qué no decirlo, de mediocridad. Ninguna fracción ha salido totalmente triunfante, ninguna puede gobernar por sí sola, ninguna está estrictamente conforme con el resultado, es una elección de derrotados más que de triunfadores. Ibidem, p. 175-176. (Grifo meu)

Em contrapartida, o período de 1962 a 1973 foi marcado pelo desmantelamento gradual dessa sociedade de compromisso, e a violência, de esquerda e de direita, passou a fazer parte do cotidiano dos uruguaios colocando à mostra as primeiras fraturas de uma cultura política de signo francamente democrático.

No campo das esquerdas, a criação de duas alianças políticas representava um passo atrás no velho projeto de romper o *bipartidarismo* e a hegemonia blanco-colorada. O caminho era longo e cheio de obstáculos, mas a direção parecia ser correta, pois ainda que não tivessem a mesma concepção de unidade, socialistas e comunistas sabiam que nenhuma força política desafiante conseguiria sozinha triunfar sobre o conjunto do sistema partidário estabelecido. Para os partidos minoritários[183], em minha opinião, a experiência daquelas eleições resultou em um aprendizado político que foi levado em conta no futuro, quando o PCU e o PS integraram a Frente Ampla.

[183] Apesar de não ter participado de nenhuma das experiências unitárias em 1962, é importante comentar o desempenho do recém "fundando" Partido Demócrata Cristiano naquelas eleições. O PDC sofreu uma pequena retração de seu eleitorado em comparação com as eleições de 1958, quando o grupo apresentou-se ainda como Unión Cívica, baixando de 37.625 para 35.703 votos, o que não significou uma perda importante. (NAHUM et. al., 1998, p. 21) Fazendo parte do subsistema dos partidos minoritários, o PDC ainda não havia completado a transição ideológica que o separou do velho partido católico e, embora se apresentasse como uma oferta eleitoral renovada, as marcas da Unión Cívica ainda se faziam presentes em seu discurso.

CAPÍTULO III. AS ELEIÇÕES DE 1966: OS MOVIMENTOS SOCIAL E SINDICAL EM BUSCA DA UNIDADE

A organização da Frente Ampla em 1971, como pretendo demonstrar, recolheu as mais diversas experiências acumuladas ao longo da década anterior ao seu surgimento. Do ponto de vista especificamente político, as alianças eleitorais feitas pelos partidos Socialista e Comunista em 1962 representaram um importante aprendizado para alguns dos criadores da FA. No entanto, outros fatores que transcendiam à esfera político-partidária também tiveram seu papel no processo formativo da coalizão, com destaque para o *Congreso del Pueblo*, realizado em 65, e a unificação sindical ocorrida entre 1964 e 1966.

A realização do *Congreso del Pueblo* pode ser tomada como um indicativo do grau de mobilização político-social no Uruguai de meados dos anos 60, bem como uma resposta dos movimentos social e sindical à crise econômica que vinha se aprofundando nos últimos anos. Com a participação de representantes de mais de setecentas organizações[1], esse evento teve grande significado na vida política do país, apresentando reivindicações e apontando os meios para atendê-las. No tocante ao movimento operário, a *Convención Nacional de Trabajadores* – CNT uniu as várias centrais existentes sob uma plataforma comum pondo fim à grande fragmentação entre os sindicatos.

Discuto a seguir as experiências de unificação do sindicalismo e dos movimentos populares, que sob o viés da planificação e das reformas estruturais elaboraram seus programas oferecendo alternativas à estagnação da economia. Trato igualmente do comportamento das esquerdas nas eleições de 1966, quando sem sucesso, uma vez mais os partidos Socialista e Comunista tentaram se aproximar. É importante lembrar que se em 62 foram as diferenças de visão entre PCU e PS – e principalmente a resistência desse último – que impediram um entendimento, agora, o projeto unitário ficou subordinado a questões julgadas mais importantes pelos dois partidos, com destaque para as disputas internas no socialismo e o debate acerca da reforma constitucional no qual se emprenhou o comunismo.

---

[1] SIRI, Ingdrid et. al. *El pueblo delibera*. El Congreso del Pueblo veinte años después. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1985, p. 9.

1. Entre a CEPAL e a Aliança para o Progresso: crise econômica e planificação no Uruguai

O segundo governo do Partido Nacional (1962-1966), embora não fosse um simples continuador da política herrero-ruralista iniciada em 58, não conseguiu apresentar melhores respostas para a crise econômica que existia no país havia quase uma década[2]. Se o *dirigismo* colorado tão criticado por seus opositores nacionalistas fracassara insistindo no modelo de substituição de importações e na intervenção governamental, as duas gestões blancas à frente do Estado, liberalizando a economia, reformando o sistema de câmbios e procurando intervir o quanto menos no mercado só fizeram aumentar a dívida externa do país e agravar a situação. (FINCH, 2005, p. 261)

A economia uruguaia, a exemplo do que ocorria em diversos outros países latinoamericanos[3], não oferecia alternativas para a melhora das condições de vida da população, sobretudo daqueles que, no campo ou nas cidades, dependiam de salários para sobreviver. Tal cenário, na verdade regional, criou instabilidades e muitas vezes transformações políticas e, como bem ressalta o historiador Tulio Halperin Donghi, os conflitos surgidos nesse período eram fruto não apenas das *mudanças do clima econômico*, mas também de fatores políticos, com destaque para a Revolução Cubana e a *exasperação* da Guerra Fria na América Latina. (HALPERIN DONGHI, 1975, p. 257-258)

---

[2] Quanto ao segundo governo blanco, "Los resultados de las elecciones nacionales de noviembre de 1962 implicaron un nuevo viraje en la política económica. Como vimos, si bien se mantuvo el Partido Nacional en el Gobierno, se produjo un desplazamiento del sector herrero-ruralista a favor de una corriente de base mayoritariamente urbana, la Unión Blanca Democrática (UBD). En forma inmediata el grupo triunfante se abocó a una dura crítica de la política económica desplegada por su antecesor – se refería a ella como la "*herencia terrible*" –, presentándole a sí mismo como factor de "*progreso*" y "*modernización*"". (NAHUM et. al., 1998, p. 126)

[3] Com a exceção do México e do Brasil, que segundo Tulio Halperin Donghi conheceram um curto período de crescimento econômico na segunda metade dos anos 50, "Por volta de 1960, os sinais de esgotamento das soluções inauguradas sob os sucessivos estímulos da crise da guerra (baseadas numa industrialização graças à qual a economia conseguira satisfazer grupos sociais diversos, cuja concordância fundamental tornava possível a afirmação de soluções políticas apoiadas por mais de um setor social) se tornam cada vez mais evidentes. Perdendo as esperanças de poder consolidar o frágil equilíbrio nascido das respostas dadas à crise de 1929, a América Latina dirigiu-se para um novo período de choques entre agrupamentos políticos, ligados ao aumento da tensão entre grupos sociais e econômicos. (HALPERIN DONGHI, 1975, p. 257)

O acirramento da Guerra Fria na região se deu na medida em que, por fatores internos aos vários países e também em decorrência da Revolução Cubana, o subcontinente se tornou uma região politicamente instável, passando a representar um risco para os EUA no complexo jogo de poder entre os blocos capitalista e socialista[4]. Nesse ínterim, a ascensão do democrata John Kennedy à Casa Branca em 1961 assinalou uma tácita mudança na atitude dos Estados Unidos frente aos países latinoamericanos, em direção a formas alternativas de atuação que não apenas a intervenção direta: [...] O eixo inicial da mudança de rumos proposta por Kennedy será a promoção de reformas econômicas e sociais, o que não significa o abandono das políticas preventivas e repressivas das administrações precedentes. [...] (AYERBE, 2002, p. 116)

O intuito dessas reformas era conter o avanço dos movimentos de esquerda na América Latina, principalmente o de grupos armados, uma vez que o caso cubano criara um formidável precedente de assalto ao poder por meio da *guerra de guerrilhas*, tática militar que dispensava grandes efetivos ou aparatos militares e inspirou organizações de extrema esquerda em toda parte[5]. Exatamente nesse contexto é lançada a *Aliança para o Progresso*, um amplo programa de desenvolvimento econômico para a região que passava a integrar a agenda da política externa norteamericana.

---

[4] A incidência da Revolução Cubana na América Latina é inegável, mas o intervencionismo norte-americano no contexto da Guerra Fria obviamente a precede, como, por exemplo, na invasão da Guatemala e a derrubada do governo Jacobo Arbenz em 1954. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 132-137) Segundo Luis Fernando Ayerbe, os Estados Unidos tiveram *peso relevante* na política interna de vários países da região, como Guatemala, Bolívia e Argentina; para ele: As modalidades de intervenção são diversas: contra-insurgência combinada com isolamento diplomático, graças ao alinhamento quase que incondicional dos países latinoamericanos nos fóruns internacionais (ONU) e interamericanos (OEA); pressões econômicas que exploram os problemas de balanço de pagamentos e as dificuldades de acesso a fontes de financiamento internacionais, e a posição privilegiada do país como mercado consumidor e fornecedor de produtos industriais e capitais. (AYERBE, 2001, p. 126-127)

[5] A Revolução Cubana, por muitos meios, adquire já no início dos anos 60 um caráter épico, o que na verdade criava uma imagem nem sempre clara do que foi a luta contra Fulgencio Batista. A difusão do exemplo cubano acontecia sobretudo por intermédio de alguns textos largamente publicados, notadamente *La guerra de guerrillas* (1960) de Che Guevara e *Revolução na revolução?* (1967) de Régis Debray. Esses, como outros trabalhos menos conhecidos, circulavam aos milhares pelas mãos de grupos de extrema esquerda nos vários países do continente. No tocante a Guevara temos ainda *Passagens da guerra revolucionária* (1963), além de artigos que Che publicava em revistas e jornais cubanos ou não. Em 1965 Régis Debray escreveu para *Les Temps Modernes* o texto *Le castrisme: la longue marche de L'Amerique Latine*, e no mesmo ano outro trabalho seu foi publicado em Cuba: *América Latina: algunos problemas de estrategia revolucionaria*. Ver: GUEVARA, E. *La guerra de guerrillas*. In: GUEVARA, E. *Obra revolucionaria*. México: Ediciones Era, 1979, p. 23-109 e GUEVARA, E. *Passagens da guerra revolucionária*. Ibidem., p. 113-282; DEBRAY, R. *Revolução na revolução?* Havana: Casa de las Américas, 1967 e DEBRAY, R. América Latina: algunos problemas de estrategia revolucionaria. Casa de las Américas, n. 31, julio-agosto 1965, La Habana, p. 5-34.

As propostas de apoio econômico capitaneadas pelos Estados Unidos estavam em certa medida afinadas com as diretrizes da CEPAL, principalmente no que diz respeito ao planejamento em médio e longo prazos. Assim, a idéia de que era preciso diagnosticar os problemas para depois resolvê-los, criando metas e estabelecendo prioridades, estava no centro das recomendações da *Aliança para o Progresso* aos países que se beneficiariam de seus programas[6].

No Uruguai, as iniciativas de planificação econômica surgiram formalmente um pouco antes do lançamento da *Aliança para o Progresso* em 1961. No início da década de 60, Juan Eduardo Azzini, então Ministro da Fazenda do primeiro governo blanco, decretou a criação da CIDE (Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico)[7], iniciativa que teve importantes desdobramentos posteriormente.

Embora essa comissão fosse a primeira iniciativa político-administrativa no sentido de diagnosticar a situação da economia nacional, o enfoque *estruturalista* já se fazia sentir no país representado pelo pensamento cepalino, notadamente no meio acadêmico. A recepção das idéias da CEPAL no Uruguai aconteceu primordialmente através da Facultad de Ciencias Económicas, surgindo aí, ainda nos anos 50, os primeiros trabalhos de investigação com uma abordagem teórica mais estrutural[8].

---

[6] Sobre o planejamento econômico: […] Para los planes contenidos en los préstamos de la *Alianza para el Progreso*, aquella era una forma de "disciplinar" la acción de los gobiernos beneficiarios (en razón de las crecientes, responsabilidades asumidas por estos), y de hacer explícita la necesidad de ciertas reformas que aparecían como imprescindibles para el desarrollo. En agosto de 1961 se celebró en Punta del Este una conferencia interamericana convocada a iniciativa de Estados Unidos. El mensaje del presidente norteamericano, John F. Kennedy, hacía directa alusión a la necesidad de los países "*en vías de desarrollo*" de una cuidadosa planificación nacional, estableciendo en forma ordenada metas, prioridades y programas de largo alcance. (NAHUM et. al., 1998, p. 127)

[7] Existe certa confusão quanto a data exata de criação da CIDE entre alguns autores. Benjamin Nahum escreve que a comissão foi criada em outubro de 1959. (NAHUM, et. al., 1998, p. 126) Henry Finch, em seu *La economía política del Uruguay contemporáneo*, situa o surgimento da CIDE sem maior precisão em 1960. (FINCH, 2005, p. 258) Adotei nessa pesquisa os dados do trabalho de Adolfo Garcé: *Ideas y competencia política en el Uruguay (1960-1973).* Revisando el "fracaso" de la CIDE. Além de ser o estudo mais recente sobre o assunto, traz um grande número de informações do período. Seu autor apresenta como data de criação da CIDE 27 de janeiro de 1960. (GARCÉ, 2002, p. 48)

[8] En 1954 y, en buena medida, como consecuencia del interés en la economía desatado por la CEPAL, se produjo una importante reforma del Plan de Estudios de la facultad. La carrera abandonó definitivamente el esquema "comercialista" que había heredado de su origen, y se orientó mucho más claramente hacia los problemas del desarrollo económico. […] La tarea del Instituto de Economía fue muy importante en la década previa a la institucionalización de la planificación en Uruguay. Allí se estudió el enfoque cepalino y se hicieron las primeras investigaciones sobre problemas estructurales del desarrollo económico en Uruguay. Desde ahí se irradió el enfoque desarrollista hacia las nuevas generaciones de estudiantes universitarios que integrarían, durante el primer lustro de la década del sesenta, los equipos técnicos que prepararon el Plan Nacional de Desarrollo, en el marco del fuerte impulso recibido desde la Alianza para el Progreso. (GARCÉ, 2002, p. 38-39)

Curiosamente, no plano político, a planificação no país se iniciou como obra de uma administração liberal, contradição que Adolfo Garcé aponta com muita propriedade: a CIDE foi "[…] un organismo planificador, inventado por Azzini, uno de los más conspicuos impulsores del giro hacia el mercado de la economía uruguaya durante la segunda mitad del siglo. […]" (2002, p. 48) O autor nos lembra, no entanto, que a pesar de ser crítico ao dirigismo e a favor da *liberalização da economia*, Azzini não podia ser considerado simplesmente um *neoliberal*, pelo menos não como entendemos esse termo atualmente. Além disso, segundo Garcé, Azzini não era *alheio* ao que chamou de *ambiente intelectual* da época, que no Uruguai fora profundamente marcado pelo *voluntarismo* e o *racionalismo*, sem mencionar que no contexto da Guerra Fria, liberalismo e planificação não eram termos necessariamente antitéticos[9].

Dessa maneira, em meio ao clima de renovação política que marcou o primeiro governo do Partido Nacional (1959-1963), e não livre de contradições em sua origem, foi concebida a CIDE. A leitura dos trabalhos de Adolfo Garcé e Henry Finch (2002; 2005) deixa entrever que a criação desse órgão, em que pese a intenção positiva de seus idealizadores, não parecia ter objetivos tão amplos quanto aqueles que veio a adquirir. Em princípio, criou-se a comissão para coordenar os investimentos do setor público, mas com o advento da *Aliança para o Progresso* e a necessidade de canalizar essa *ajuda externa* o projeto inicial passou por uma reformulação. (FINCH, 2005, p. 258)

Destarte, a iniciativa ministerial que fora posta em prática visando coordenar ações de Estado na área econômica era redimensionada em virtude da política externa norteamericana para a região. Em alguns de seus propósitos centrais a CIDE foi extremamente exitosa, já que criou uma considerável base de dados sobre um Uruguai que era desconhecido por sua própria elite dirigente; me refiro aqui a

[9] Nesse mesmo sentido Eric Hobsbawm explica que o período do pós-guerra propicia uma reformulação na dinâmica do capitalismo, impulsionado pelo temor de que as crises vividas pelo sistema na primeira metade do séc. XX pudessem se repetir. Em suas palavras: Em suma, por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. **Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como "socialista"**. Afinal, fora assim que a Grã-Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na "economia mista". Embora houvesse momentos em que velhas ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis ainda contassem, não eram mais absolutamente obrigatórias. [...] (HOBSBAWM, 1995, p. 267-268, grifo meu)

toda a burocracia político-administrativa, fosse ou não de carreira. (FINCH, 2005, p. 258)

De acordo com Benjamin Nahum,

> En Uruguay, en materia de datos estadísticos, casi todo estaba por hacer. El último censo de población databa de 1908. No se contaba con datos acerca de la productividad agropecuaria o industrial; el Estado desconocía el destino final de sus inversiones; se ignoraba el número de funcionarios públicos o las necesidades del sistema educativo. (NAHUM et. al., 1998, p. 127)

Mobilizando um grande número de recursos humanos, em sua maioria oriundos da *Universidad de la República* e tendo à frente Enrique Iglesias como secretário técnico, a CIDE conseguiu aproximar academia e Estado e romper um histórico distanciamento da universidade em relação aos governos e partidos. Sendo ele mesmo professor do Instituto de Economía, a entrada de Iglesias na comissão "[...] implicaba enviar a todas las partes involucradas un mensaje muy importante: *los planes que se realizaran no iban a ser patrimonio del gobierno sino del país, no iban a ser los planes del Partido Nacional sino los de la Nación*. […]" (GARCÉ, 2002, p. 51-52)

Buscando abarcar os principais setores da economia nacional a CIDE foi dividida em diferentes *grupos de trabalho*[10], os quais eram encarregados de gerar dados e diagnósticos além de apontar prioridades e alternativas para a ação do Estado e seus investimentos. Segmentos relevantes da atividade econômica e também áreas menos evidentes foram objetos de estudo da comissão, de forma que tanto os tradicionais setores agropecuário e industrial como os de moradia e turismo eram contemplados. Em 1965, como todos os grupos tivessem apresentado seus resultados, foi elaborado um relatório com a síntese de todo o esforço empregado até ali, o *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social* - PNDES, documento que sugeria ações de governo na área econômica para o período 1965-1974.

Para Adolfo Garcé, a CIDE surgiu como uma empreitada essencialmente pluralista, desde a seleção de seus técnicos até a redação do PNDES. Os resultados de seus trabalhos de investigação estavam permeados tanto por idéias cepalinas quanto pelas da Aliança para o Progresso, sem ter, no entanto,

[10] Em 1963 os grupos de trabalho da CIDE estavam divididos de acordo com os seguintes setores: Programación general; Cuentas nacionales; Demografía; Presupuesto por programa; Problemas monetarios y bancarios; Agropecuario; Industrial; Público (Finanzas públicas); Proyectos de inversión; Mano de obra/Previsión social; Energía; Transporte; Educación; Programación regional; Salud; Vivienda; Turismo – Telecomunicaciones; Marco Institucional e Externo. (GARCÉ, 2002, p. 58)

incorporado acriticamente nenhum desses elementos, isto é, sem apropriações automáticas. Garcé acredita na adaptação e mesmo na combinação das posições de Raul Prebisch pela CEPAL e dos interesses políticos alinhados aos EUA e seu programa de ajuda econômica, não existindo dessa maneira uma unidade *ideológica* evidente no PNDES. (2002, p. 63)

Assim, levando-se em conta o núcleo do documento, poder-se-ia notar a marca cepalina em algumas questões tais como a *ênfase na industrialização* e na *integração econômica*, o *diagnóstico estruturalista da inflação* e também quando se reclamava a *reforma agrária*. (GARCÉ, 2002, p. 63) Entretanto, um projeto que envolvera tantos pontos de vista e fora concebido sob o signo do ecletismo, necessariamente apresentava contradições internas:

> En definitiva, el PNDES es un poco menos coherente desde el punto de vista ideológico de lo que, en principio, podría suponerse. Algunas veces tiene un inconfundible aroma liberal, blanco, como si hubiera salido de la pluma del ministro Azzini: por ejemplo, cuando se critica el "proteccionismo indiscriminado" y se propone limitar la intervención del Estado. Otras veces, el PNDES parece mucho más dirigista, colorado, como si expresara las preferencias de [Luis] Faroppa: pienso en la defensa de ciertas industrias consideradas "estratégicas" como el azúcar y la siderurgia. […] (GARCÉ, 2002, p. 64)

Em graus distintos, as recomendações do PNDES passaram a integrar as agendas de governo dos que vieram a exercer o poder, sendo priorizadas algumas em detrimento de outras[11]. O Plano da CIDE também incidiu sobre as agendas político-eleitorais dos partidos majoritários, de forma que esses atores se apropriaram de seus resultados articulando-os a seus discursos de diversas formas. Resta dizer que o PNDES teve grande importância para as esquerdas; não para seus partidos isoladamente, mas sobretudo no caso dos movimentos progressistas social e sindical que confluíram para realização do *Congreso del Pueblo* em 1965 e também para a consolidação da CNT em 1966.

[11] Las reformas estructurales recomendadas por la CIDE también lograron un alto impacto en la agenda política. Si se revisan los mensajes anuales del PE [Poder Executivo] desde 1963 en adelante se verá hasta qué punto algunas de las recomendaciones de la CIDE pasaron a formar parte de las prioridades de los gobernantes. Entre ellas se destacan: reforma de la Administración Pública, crecimiento hacia fuera, reforma financiera, nueva política de vivienda, reforma educativa, reforma de la seguridad social, reforma tributaria, integración comercial y estabilización de precios. Estos temas constituyen los ejes programáticos de la agenda política del país durante el periodo considerado. (GARCÉ, 2002, p. 85)

2. A experiência de unificação nos movimentos social e sindical: a criação da CNT e o *Congreso del Pueblo*

Em agosto de 1964 o movimento sindical uruguaio encontrava-se em vias de unificar-se, processo que culminou dois anos mais tarde com o surgimento da *Convención Nacional de Trabajadores*, a CNT[12]. Nesse contexto, a central sindical ainda em formação tomou a iniciativa de convocar um *Congreso del Pueblo* para discutir com outros setores sociais seu programa de reivindicações[13].

Não pretendo fazer digressões sobre a história do movimento sindical uruguaio para além das necessidades desse trabalho, já que isso me obrigaria a retomar sua trajetória desde finais do séc. XIX[14]. É imprescindível, no entanto, discutir alguns traços básicos da atuação dos sindicatos no país a partir dos anos 40, período no qual esses órgãos de classe criaram um modelo de relações político-sociais com os outros setores que vigorou até o início da ditadura militar em 1973.

Segundo Jaime Yaffé, a pluralidade democrática e o crescimento econômico constatados no Uruguai no imediato pós-guerra propiciaram o estabelecimento de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado e aos partidos políticos, além disso, criou-se uma bem estruturada rede de negociações salariais. (YAFFÉ, 2004, p. 2) O espaço formal criado para abrigar essas negociações foram os *Consejos de Salarios*, órgãos nos quais se faziam representar os trabalhadores, empresários e o governo, e que se mostrou uma prática bem sucedida enquanto existiu[15]. Assim, a

---

[12] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros.* Cronología documentada (1964-1973). Montevideo: Monte Sexto, 1987, p. 32.

[13] La CNT lanza iniciativa. *El Popular*, Montevideo, 2 ago. 1964. In: SIRI, Ingdrid et. al. *El pueblo delibera,* op. cit. p. 14-15.

[14] A origem acentuadamente urbana da classe trabalhadora no Uruguai remonta ao final do séc. XIX e pode-se assinalar a existência de várias centrais de trabalhadores atuando a partir daí. De inspiração anarquista destaca-se a FORU – *Federación Obrera Regional Uruguaya*, que criada em 1905 teve forte atuação durante o primeiro *batllismo*. Nos anos 20, sob o impacto da Revolução Russa, surgiu outra central, a USU – *Unión Sindical Uruguaya*, com a presença de anarcosindicalistas e comunistas. Mediante o desaparecimento da USU surge em 1929 a CGTU – *Confederación General del Trabajo del Uruguay*, a primeira organização predominantemente comunista. (PORRINI BERACOCHEA, 2007, p. 287-292)

[15] Alain Touraine qualifica essa experiência como um [...] Tipo de ação em que o Uruguay, mais uma vez, estava bem à frente de outros países, pois em 1944 criaram-se os primeiros "conselhos de salários" neste país. Em cada setor da indústria ou do comércio, os conselhos reuniam três representantes do poder executivo, dois dos patrões e dois dos assalariados. Conservaram uma grande influência durante a década de cinqüenta e só a perderam quando a crise estrutural da economia reduziu, a partir do início dos anos sessenta, a capacidade de negociação da empresas. (TOURAINE, 1989, p. 323)

autonomia dos sindicatos com respeito aos demais atores sócio-políticos não significou seu isolamento, pelo contrário, os legitimou enquanto canais de negociação entre capital e trabalho[16].

Na verdade, desde os anos 40 setores do movimento sindical já preconizavam a criação de uma central única que aglutinasse todos os órgãos de classe do país, projeto sempre frustrado pela grande *heterogeneidade ideológica* do sindicalismo uruguaio[17]. Em 1942, por exemplo, como sinal do crescimento do operariado em termos numéricos e importância sócio-política, foi criada a UGT – *Unión General de Trabajadores*, com a presença de trabalhadores de diversas origens partidárias, incluindo comunistas, socialistas e blancos independentes. (RODRÍGUEZ et. al., 2006, p. 66)

Os esforços em prol da unidade sindical foram retomados na década de 50 em plena Guerra Fria. Nessa conjuntura, o sindicalismo se converteu em instrumento de acirradas disputas, como revelam os alinhamentos políticos das organizações sindicais existentes[18]. Dez anos após a criação da UGT, central filiada a FSM – *Federación Sindical Mundial*, de orientação comunista, surgiu em 1951 a CSU – *Confederación Sindical del Uruguay*, que, além de fazer parte da *Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres* – CIOSL, tinha alguns de seus dirigentes vinculados ao *Instituto Uruguayo de Educación Sindical* –

---

[16] Por outro lado, Jaime Yaffé adverte que o modelo de integração entre sindicatos, Estado e patronato não passou incólume ao agravamento da crise econômica e à polarização das disputas políticas que marcaram o país no final dos anos 60. Principalmente após 1968 o conjunto de mecanismos que até então haviam regulado as relações de trabalho bem como a legitimidade do movimento sindical foram aos poucos solapados. "[...] Desde entonces, la vinculación con la izquierda política sobrevivirá como la única vinculación del movimiento sindical con el sistema político. […]" (YAFFÉ, 2004, p. 3)

[17] A comienzos de los 40 se exploró un intento de central única de trabajadores, en el marco del resurgimiento sindical mencionado (urbano y en algunos casos rural). Las dificultades derivadas de la heterogeneidad ideológica del sindicalismo y de la compleja situación internacional durante la Segunda Guerra y luego la "guerra fría", generaron trabas a una central única, existiendo además de la Unión General de Trabajadores (UGT, creada en marzo de 1942), la coordinación del "Comité de Relaciones Sindicales" (1943), sindicatos de origen católico y "autónomos" en todo el período (todos de muy variado origen ideológico), y las muy decaídas en su fuerza, FORU y USU. A fines de los 40 el desencuentro entre las organizaciones parece haber sido mayor. Expresión de esto fue tal vez la formación de la Confederación Sindical del Uruguay (CSU) en 1951, de la cual poco se conoce (afiliada luego a la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL) y a la Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), y con predominio de la AFL-CIO (Federación Americana del Trabajo) de los EEUU). (PORRINI BERACOCHEA, 2002, p. 4)

[18] En la época de la guerra fría había en el Uruguay dos centrales sindicales: la UGT, controlada por el P. Comunista, y la CSU que intentaba nuclear a los sindicatos "occidentalistas". Sin embargo no todos los sindicatos aceptaban esta polarización, y había muchos que se autocalificaban de "autónomos". (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 50)

IUES, instituição mantida com recursos da Embaixada dos Estados Unidos. (PORRINI BERACOCHEA, 2002, p. 4; RODRÍGUEZ et. al., 2006, p. 71)

Enquanto centrais como a CSU se *inclinavam* ao que no Uruguai se chamou de *amarillismo* – sindicatos mais próximos aos interesses dos patrões que dos trabalhadores –, outras organizações como a *Unión Obrera Textil* continuavam a propor a unificação sindical[19]. É possível que o projeto de unidade sindical que mais esteve perto de concretizar-se nos anos 50 tenha partido da *Federación Autónoma de la Carne*, que por razões óbvias era um dos grêmios mais fortes do país. No ano de 1956 vários sindicatos atenderam à convocação dos operários da carne e após a constituição de uma *Comisión Coordinadora pro Central Única* tiveram início os debates sobre a unidade do movimento. (RODRÍGUEZ et. al., 2006, p. 69-70)

Dentre os muitos obstáculos enfrentados pela *Comisión Coordinadora* estavam questões sensíveis para as quais havia que se encontrar respostas, e que "[...] giraron en torno a la polémica sobre la validez de la existencia de dirigentes rentados, a la actuación de sindicalistas en las cuestiones políticas partidarias y a la afiliación de una nueva central única a las centrales obreras internacionales. […]" (RODRÍGUEZ et. al., 2006, p. 70) A saída da CSU da mesa coordenadora – precipitada pela invasão soviética à Hungria –, aliada a outras dificuldades, interrompeu mais uma vez o progresso dos diálogos e negociações.

O começo dos anos 60, período que deu lugar a tantas transformações político-sociais não só no Uruguai como em toda a América Latina, marcou o avanço definitivo do movimento sindical rumo à sua unificação[20].

> Las gestiones, las movilizaciones y las asambleas pro central única se intensificaron y contaron con la activa participación de los

[19] La Unión Obrera Textil propuso en 1955 trabajar en la perspectiva de la unificación sindical convocando a una reunión consultiva de gremios para responder a dos preguntas: 1) si era necesaria una central única y 2) cuáles podrían ser sus bases programáticas y estatutarias. Esta iniciativa de los textiles no tuvo éxito, fundamentalmente por la resistencia de la Unión General de Trabajadores. (RODRÍGUEZ et. al., 2006, p. 69)

[20] En los años 60 se crearon mecanismos de coordinación y unificación como la "Mesa Sindical Coordinadora de Entes Autónomos" y la "Confederación de Organismos de Funcionarios del Estado" (COFE), así como los Plenarios solidarios con gremios en huelga, que afianzaron la colaboración entre sindicalistas de diferentes tendencias. Importantes luchas se registraron entre 1960 y 1964, por derechos sindicales, contra la congelación de salarios, marchas por la tierra y fuentes de trabajo y por leyes laborales. Se endureció el clima político y social: en medio del conflicto en UTE en 1963 se aplicaron Medidas Prontas de Seguridad, también en 1965; en 1964 hubo rumores de golpe de Estado (en abril de ese año, en el cercano Brasil los militares derrocaron el gobierno, y en octubre ocurrió otro tanto en Bolivia). **Las mencionadas luchas contribuyeron as acercamiento entre las distintas tendencias sindicales, que se produjo en junio de 1964 al convocarse las primeras *convenciones de trabajadores*, de las que surgió la Convención Nacional de Trabajadores (CNT)**. (PORRINI BERACOCHEA, 2007, p. 295, grifo meu)

> trabajadores estatales, los sindicatos autónomos y las corrientes político-sindicales históricas (anarquistas, socialistas, comunistas). También se integraron a este esfuerzo unitario y profundamente solidario sindicalistas, hombres y mujeres, de orientación cristiana, quienes a partir de 1960 se nuclearon en el Movimiento Obrero de Acción Católica (MOAC) y la Acción Sindical Uruguaya (ASU). Entre 1959 y 1961 el proceso retomó impulso con la disolución de la UGT y la creación de la Central de Trabajadores del Uruguay (CTU). (RODRÍGUEZ et. al., 2006, p. 71-72)

O surgimento da *Central de Trabajadores del Uruguay* – CTU foi sem dúvida um enorme passo do ponto de vista do arranjo programático entre os grêmios, pois, se não conseguiu a unificação total dos sindicatos, contemplava em seus estatutos diferentes posições existentes no interior do movimento. Nas sessões constituintes que precederam sua criação foram debatidos temas controversos como a forma de votação de suas resoluções bem como a estrutura organizativa da central. (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 53)

Abrindo espaço para as mais diversas tendências, a CTU pode ser considerada um embrião daquilo que poucos anos mais tarde veio a ser a Convención Nacional de Trabajadores, perspectiva reforçada com o pluralismo assumido pela nova central quando da realização de seu primeiro congresso em 1963[21]. Rosa Alonso Eloy e Carlos Demasi acreditam ainda que o agravamento da crise econômica e os laços de solidariedade criados entre os trabalhadores, como também entre os vários sindicatos durante o período, contribuiriam para por fim à dispersão do movimento sindical uruguaio[22], sendo a criação da CNT um desdobramento lógico daquele processo.

> La necesidad de crear un nuevo organismo que institucionalizara los lazos solidarios establecidos al calor de las luchas gremiales, llevó a la convocatoria de una Convención Nacional de Trabajadores, abierta a todos los sindicatos que quisieran participar, fueran o no afiliados. A principios de septiembre de 1964 la CNT quedó constituida y desde ese momento centralizó las tareas de solidaridad sindical y actuó como una verdadera Central. En 1965 recibió

[21] En 1963 el primer congreso de la CTU reunió al conjunto de gremios industriales y de servicios, en calidad de integrantes de la Central de Trabajadores (metalúrgicos, textiles, comercio, cuero, portuarios, transporte y de los tambos), y como invitados fraternales a las organizaciones que nunca habían participado en esta central (UTE, magisterio, gráficos, bancarios, FUNSA, carne, prensa, ANCAP, cañeros de Artigas). Por primera vez participaron en reuniones de este tipo los trabajadores públicos de la administración central y de los entes autónomos. (RODRÍGUEZ, et. al., 2006, p. 73)

[22] Para os autores, […] A pesar de la política de "puertas abiertas" de la CTU, muchas organizaciones sindicales importantes no habían tomado posición respecto al programa y no se habían integrado a la Central. "La CTU, con ochenta y dos sindicatos afiliados, representaba el 27,8% de los sindicatos del país; la CSU y sus declaradas sesenta organizaciones afiliadas participaban de un 20,4% de los sindicatos, y los llamados "autónomos", que por esa fecha (1960-1962) eran 153 representaban el 51,8%". (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 54)

> reconocimiento oficial al asignársele tres lugares de los cuatro previstos para los obreros en el "Consejo Nacional de Acuerdo Social", creado ese año. […] (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 54)

De tal modo, a CNT, *organismo* criado em princípio para *coordenar* o movimento e as lutas sindicais no país, foi aos poucos se transformando na legítima e permanente representante dos trabalhadores, o que ocorreu ao mesmo tempo em que as centrais já existentes se dissolviam aderindo à convenção, no que eram acompanhadas pelos sindicatos independentes[23].

Durante o período 1964-1966, a atuação da *Convención Nacional de Trabajadores* se caracterizou pela busca de uma agenda que fosse aceita pelo conjunto dos movimentos sindical e social e refletisse suas demandas. Foi exatamente nesse contexto que se tomou a iniciativa de realizar o *Congreso del Pueblo*. (PORRINI BERACOCHEA, 2007, p. 295-296, grifo meu)

O *Congreso*, tal qual idealizado pela CNT, girava em torno de dois eixos principais: discutir um *programa de soluções* para a situação econômica do país e também um *plano de lutas* que permitisse colocá-lo em prática. Assim, iniciaram-se os preparativos que um ano depois resultaram na realização do evento. Nesse intervalo, os sindicatos agrupados na CNT promoveram uma série de paralisações, cujo objetivo, além das já tradicionais exigências dos trabalhadores, era também chamar a atenção para o congresso, mobilizando o maior número de pessoas e organizações possível[24].

Além do âmbito sindical, o *Congreso del Pueblo* também incidiu em outras esferas político-sociais. Os partidos minoritários, por exemplo, tomavam parte no evento na medida em que abriam seus órgãos de imprensa à divulgação das

---

[23] [...] En 1966 el segundo Congreso Ordinario de la CTU decidió disolver la organización, mientras la CNT completaba su organización como central sindical. **Se concretaba así el último paso del largo proceso de formación de un movimiento obrero unificado**. (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 54, grifo meu)

[24] Dentre as paralisações realizadas pela CNT destaca-se a de 6 de abril de 1965, que segundo os próprios sindicalistas atingiu cerca de meio milhão de trabalhadores em todo o país. Gerardo Cuesta, dirigente do sindicato dos metalúrgicos, declarava à *Marcha*: La realización del paro general del día 6 de abril comprendió medio millón de trabajadores a lo largo de toda la República. En una etapa superior de lucha participaron de esta jornada prácticamente los trabajadores de todas las actividades, incluso importantes sectores de comerciantes, de campesinos y también de otros sectores sociales. El paro general del 6. Los gremios opinan. *Marcha*, Montevideo, 9 abr. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 19. Como tarefas imediatas do movimento sindical Gerardo Cuesta apontava a mobilização de 1º de maio além da realização do Congreso del Pueblo. Outro dirigente, Gerardo Gatti, do sindicato dos gráficos, também menciona a cifra de meio milhão de pessoas na paralisação de 6 de abril. El paro general del 6. Los gremios opinan. Ibidem., p. 23. Infelizmente não disponho de outros dados para confrontar com as declarações de Custa e Gatti quanto ao número de trabalhadores envolvidos na referida paralisação.

sessões preparatórias que o antecederam. Além de tornar pública a preparação do congresso, o Partido Comunista, apenas para citar, avaliava como de *transcendência nacional* os temas tratados nas sessões[25]. Por sua vez, o Partido Socialista, que devido a motivos já evidenciados não aceitara aliar-se ao PCU em 1962, recebeu com entusiasmo a idéia de um encontro que propugnasse a unidade de diferentes segmentos sociais:

> El Partido Socialista entiende que el Congreso del Pueblo debe ser apoyado decididamente por todas las organizaciones obreras y populares.
> […]
> La unión en este esfuerzo común, de sectores que hasta ayer actuaban separadamente y, en muchos casos, sin ningún contacto, responde a una realidad que muchas veces hemos señalado.[26]

De algum modo, a realização do *Congreso del Pueblo* trazia em seu bojo uma das idéias que anos antes levara o Partido Socialista a se coligar com outros setores políticos, a *união nacional*[27]; embora sua natureza transcendesse à esfera estritamente partidária. Ademais, de acordo com o que se pode ler em *El Sol*, o partido acreditava que da mesma maneira que os sindicatos foram fortalecidos pelo programa da CNT, os movimentos sociais ganhariam organicidade com a realização de um ato daquela envergadura[28].

Também o semanário *Marcha* destacou a preparação do *Congreso del Pueblo* ao publicar artigos de Héctor Rodríguez, sindicalista que participara ativamente da criação da CNT. Rodríguez situava a realização do evento como o ápice de um processo iniciado ainda da década de 50, cujos protagonistas seriam os diversos sindicatos dentre os quais "[...] se consolidaba la idea de que era necesario enfrentar la crisis con un programa común y con el respaldo de un gran movimiento popular unificado. […]"[29] Tal qual a opinião do Partido Socialista, Hector Rodríguez acreditava que o congresso permitiria atrair e organizar setores e movimentos

---

[25] Temas de significación nacional fueron considerados ayer en la sesión preparatoria del Congreso del Pueblo, en la cual se acordó que este se lleve a cabo a mediados de julio, con un gran acto inaugural en el Palacio Peñarol. Se realizará en julio en Congreso del pueblo: vasto plan preparatorio. *El Popular*, Montevideo, 30 mai. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 41.
[26] El congreso del pueblo. *El Sol*, Montevideo, p. 2, 30 jul. 1965.
[27] El Congreso del Pueblo agrega, pues, a su carácter de reunión nacional, sin precedentes, para encarar los problemas de la crisis que afecta todos los aspectos del la vida del país, el carácter de un fuerte impulso hacia la unidad estable de las fuerzas populares que, con una nueva consciencia, conquistarán la verdadera independencia económica y política del Uruguay. El congreso del pueblo. *El Sol*, Ibidem.
[28] Los trabajos plenarios del Congreso del Pueblo. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 6 ago. 1965.
[29] RODRÍGUEZ, Héctor. Aquí y ahora: el Congreso del Pueblo. *Marcha*, Montevideo, 16 jul. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 52.

sociais situados para além dos sindicatos, mas que igual aos trabalhadores sofriam os efeitos da crise econômica[30].

Em outro texto publicado em *Marcha*, Rodríguez salientava a natureza pluralista do *Congreso del Pueblo*. Para ele, a despeito de contar com participantes de diferentes correntes político-ideológicas – muitas vezes contraditórias –, o que garantia o triunfo de sua realização era a coincidência de objetivos que movia os diversos atores nele envolvidos[31].

Por outro lado, aquilo que o sindicalista propalava como sendo uma das virtudes do movimento, isto é, sua diversidade de orientações, gerava um claro paradoxo: se o C*ongreso del Pueblo* abrigava representantes de todas as origens políticas, porque os partidos, fossem quais fossem, não foram convidados a participar do evento? Não seriam eles também representantes legítimos de importantes parcelas da sociedade? Em um país fortemente marcado pela atuação dos partidos políticos, sua ausência em qualquer movimento coletivo se fazia notar imediatamente. Para essa questão, o artigo sugeria algumas explicações:

> a) la iniciativa es de origen sindical y busca, por eso mismo, la participación de TODOS, sin distinción de partidos o ideologías;
> b) si la invitación dirigida a todos los partidos sólo era aceptada por algunos partidos, esto podía crear a muchos militantes (sindicales, estudiantiles, cooperativistas, etc.) la violencia de tener que actuar con otros partidos y contra el criterio de su propio partido;
> c) si todos los partidos aceptaban participar el Congreso, que aún no habría definido su propia razón de ser, podía convertirse en otro campo de Agramante sin llegar a definiciones.
> Dese ya, si el tema es solucionar la crisis el movimiento no va a rehuir el encuentro con los partidos ni con el Poder Político; pero es necesario que primero demuestre, en la práctica del propio trabajo empezado ayer, que hay un conjunto de soluciones uruguayas obligatorias para todos los partidos que no estén de espaldas al pueblo y a la nación.[32]

Rodríguez argumentava que a iniciativa do congresso partira dos sindicatos e que, portanto, não seria conveniente incluir aí quaisquer partidos políticos. Os partidos, por sua própria natureza, seriam defensores de interesses específicos e

---

[30] Ibidem., p. 53.

[31] **Y no porque se cuente con ninguna anticipada uniformidad política o ideológica de las delegaciones, sino antes bien porque se cuenta con su diversidad en lo político y en lo ideológico; pero se confía en su unidad, de propósitos para servir al pueblo y a la patria**. […] Justamente porque confían en lo que son, es que hay blancos y colorados, cristianos y marxistas, anarquistas y liberales que asumen la responsabilidad de elaborar un plan de lucha por un programa de soluciones a la crisis (esa crisis que asusta, enerva, desespera o aporrea cruelmente a tantos en este momento). RODRÍGUEZ, Héctor. Congreso del Pueblo. *Marcha*, Montevideo, 13 ago. 1965. Ibidem., p. 61. (Grifo meu)

[32] Ibidem., p. 62.

por isso mesmo divergentes, não sendo oportuna sua participação. Apesar disso, afirmava que o principal objetivo dos organizadores do movimento era *solucionar a crise* econômica de acordo com uma série de *soluções uruguaias*, ou seja, suprapartidárias. É claro que as soluções aventadas só poderiam constar do programa de partidos mais afinados com as reivindicações populares, em outras palavras, dos partidos de esquerda. Como veremos, apesar do tom apartidário que norteou a realização do *Congreso del Pueblo*, comunistas e socialistas estiveram presentes na cobertura do evento dando a ele grande espaço em seus órgãos de propaganda.

Dessa maneira, contando com um formidável nível de representação social[33], teve início o *Congreso del Pueblo*, realizando seus trabalhos nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1965. O acontecimento não passou despercebido pela grande imprensa e os diários *EL Día* e *El País*, vinculados a setores dos partidos Colorado e Blanco, respectivamente, também se ocuparam do fato.

Em um texto basicamente informativo e sem maiores pretensões, *El Día*, jornal representante da Lista 15 do coloradismo, noticiou a abertura do congresso[34]. De tendência mais conservadora, *El Pais* não poupou críticas ao evento, recriminando sua pretensa *neutralidade política* e acusando-o de defender postulados partidários[35]. O *Congreso del* Pueblo também rendeu altercações entre os dois maiores diários do Uruguai e, portanto, entre os partidos majoritários. Após *El Día* notificar o início das atividades, o jornal *quincista* foi atacado por *El País*, que o culpava de *difundir* o encontro ao invés de *denunciá-lo*. Além disso, outras acusações foram feitas, como, por exemplo, que em alguns sindicatos os *quincistas* estariam *enviando* delegações ao congresso, clara insinuação de que o Partido Colorado estava sendo *envolvido* pelo comunismo.

> "El Día" otrora tan celoso de no contribuir de ninguna manera al beneficio de esa tendencia totalitaria que está en conspiración

[33] 12 de agosto de 1965: Se inicia, auspiciado por la CNT, el Congreso del Pueblo. 707 organizaciones de fábricas o barrios, de pueblos o departamentos, sindicales, cooperativas, estudiantiles, profesionales, docentes, de trabajadores rurales y jubilados, participan representados por 1.376 delegados. FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 25.

[34] Congreso del Pueblo. Sesión desde ayer. *El Día*, Montevideo, 13 ago. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 85-87.

[35] Remover las estructuras. Quebrar el latifundio. Los trusts y consorcios internacionales del mundo capitalista, Reforma Agraria, Reforma Urbana. Estatización al máximo. **La declaración inicial de neutralidad política, se desvirtúa en parte al identificarse fácilmente estos postulados que se pretende atribuir al Congreso convocado, con los de un partido político**. Las soluciones. *El País*, Montevideo, 12 ago. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 206. (Grifo meu)

> permanente contra la democracia nacional, **difunde en sus páginas extensas notas informativas entusiastas, en contraste con militancia anticomunista de otras épocas**.[36] (Grifo meu)

Curiosamente, para atacar a Lista 15 – e por extensão todo o Partido Colorado – *El País* acabou tendo que elogiar o tradicional adversário político salientando sua *militância anticomunista de outras épocas*. Para defender-se, *El Día* passou à ofensiva negando ter dado publicidade ao congresso e também aludindo que o Partido Blanco cedera pessoal às fileiras comunistas.

> "El País" de ayer, se queja de que El Día haya dado información del llamado "Congreso del Pueblo" […]. **Y todavía pretende sacar la conclusión de que el Batllismo estaría siendo "copado por el comunismo"**.
> […]
> **En cuanto a lo demás, recuerde "El País" que informar no es compartir, ni menos apoyar**, como seguramente ha tenido oportunidad de entenderlo a lo largo de sus años de vida periodística. **Y no olvide que de sus tiendas, han salido "intelectuales", publicistas y hasta diputados adherentes al comunismo y al castrismo**.[37] (Grifo meu)

Ao entrar nos circuitos de discussão dos partidos majoritários, o *Congreso del Pueblo* era redimensionado em função daquilo que poderia render politicamente, convertendo-se em uma arma para quem melhor soubesse manejá-la. Para os partidos Blanco e Colorado, não se tratava apenas de criticar a realização do evento e seus vínculos com as esquerdas, mas também de admoestarem-se insinuando supostas relações do adversário com os participantes ou as idéias do congresso.

Entre as diversas polêmicas suscitadas pelo *Congreso del Pueblo*, houve uma série de denúncias veiculadas por *El País* nas quais o Partido Comunista era acusado de convidar quatro *altos dirigentes* soviéticos para *dirigir* e *supervisionar* a realização do encontro[38]. Como o Secretário geral do PC, Rodney Arismendi,

---

[36] ¿Copados por el comunismo? *El País*, Montevideo, 15 ago. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 207.

[37] Sobre el "Congreso del Pueblo". *El Día*, Montevideo, 16 ago. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 103-104.

[38] As denúncias foram feitas em uma carta aberta a *El País* e outros jornais assinada por Raúl Canti, trabalhador frigorífico do bairro do Cerro. Na forma de perguntas, Canti cobrava explicações do Primeiro Secretário do Partido Comunista Rodney Arismendi: 1.- ¿Por qué han sido invitados Mikhail Ivanovich Kolemikov, Ivan Maksimovich Vladichenko, Vladimir Nikitovich Ignatov y Georgiy Semenovich Tikhonov, todos ellos altos dirigentes del Partido Comunista de la Unión Soviética, para dirigir y supervisar el desarrollo de la organización permanente del "Congreso del Pueblo"? 2.- ¿Es que dichos dirigentes piensan en ayudar a financiar en "Congreso del Pueblo" de la misma manera que el Partido Comunista de la Unión Soviética subsidia el Partido Comunista en el Uruguay? 3.- Qué instrucciones emitieron los líderes rusos durante sus anteriores visitas, en febrero y marzo, respecto a los esfuerzos del Partido Comunista para adquirir un mayor control en materia laboral en el Uruguay?

tardasse em responder às acusações, o diário nacionalista aproveitou para capitalizar o fato sugerindo que os comunistas não tinham uma explicação satisfatória a dar e preferiam assim o silêncio[39]. Do outro lado, os organizadores do congresso, por meio de sua *Secretaria de Relações*, contestaram as denúncias dizendo que havia sido posta em marcha uma campanha de difamações, inclusive com a circulação de documentos falsos com o objetivo de vinculá-los ao Partido Comunista e seus postulados[40].

Entrementes a essas e outras controvérsias o congresso realizou suas sessões. As atividades eram feitas de acordo com uma separação prévia dos principais temas a serem estudados e debatidos, de modo que cada matéria ficava sob a responsabilidade de uma comissão[41]. Ao fazer a escolha de quais organizações se encarregariam por determinado assunto, se levava em consideração, além de outras coisas, seu ramo de atividade ou representação; assim, a *Comisión de Cultura*, por exemplo, fora integrada pela federação do magistério, professores universitários e a federação de estudantes.

Representando os mais variados segmentos, dezenas de oradores se pronunciaram após as comissões encerrarem os trabalhos; ao final dos três dias de atividades uma série de documentos começou a vir a público. O *Congreso del Pueblo* deu a conhecer seu posicionamento em relação à crise econômica na forma de um *programa de soluções*. Esse conjunto de medidas, nitidamente progressista, trazia subjacente a perspectiva de que os problemas enfrentados pelo Uruguai eram de ordem *estrutural*, requerendo portando medidas da mesma índole. Em sua *Mensaje al pueblo uruguayo*, primeiro comunicado veiculado após o congresso, temos uma boa síntese das deliberações tomadas naquele então:

> Reforma agraria integral. Nacionalización de la banca privada, del comercio exterior y de las industrias de exportación. Defensa y ampliación de las libertades públicas. Política exterior libre de

4.- Por qué fomenta la interferencia soviética en el movimiento laboral de nuestra democracia? Remitido. Carta abierta. *El País*, Montevideo, 5 set. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 209.

[39] Remitido. Rodney Arismendi no ha contestado. ¿Por qué? *El País*, Montevideo, 9 set. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 210-212.

[40] El Congreso del Pueblo emplaza a provocadores. *El Popular*, Montevideo, 12 set. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 216-218.

[41] Entre as principais comissões do *Congreso del Pueblo* podemos citar as seguintes: *Comisión de asuntos económicos; Comisión de Cultura; Comisión de defensa de las libertades públicas de la soberanía y auto-determinación de los pueblos; Comisión de legislación y previsión social* e a *Comisión de resolución e iniciativa* e a *Comisión de coordinación y movilización*, cobrindo a maioria das áreas consideradas de interesse nacional e estratégico pela organização do congresso. El pueblo delibera programa de actividades. *Época*, Montevideo, 14 ago. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 89-91.

> presiones imperialistas. Desarrollo de la educación pública, gratuita y laica. Eliminación de la composición política en los Directorios de los Entes comerciales, industriales, educacionales y de la previsión social del estado, dando representación a los directamente interesados. Moratoria de la deuda externa y suspensión de las remesas al exterior por concepto de ganancias de empresas extranjeras. Salario mínimo vital nacional y defensa del poder adquisitivo de salarios, jubilaciones, sueldos o remuneraciones, etc. Aumento adecuado a las jubilaciones y pensiones. Exigir el pago puntual de los salarios y cerrar el paso a toda congelación de los mismos. Obtener leyes de protección al trabajo, a la salud y al derecho a la organización. Leyes de protección al auténtico cooperativismo, en todas sus ramas. Leyes de protección a la salud del pueblo, a la vivienda higiénica y económica.[42]

A leitura do *Programa de soluciones a la crisis*[43] não deixa dúvidas de que o enfoque *estruturalista* presente naquele documento final era devedor das análises da CIDE, cujos trabalhos de investigação, em sua maior parte, já eram de conhecimento público. Contudo, é preciso enfatizar, como o faz Adolfo Garcé, que as resoluções do *Congreso del Pueblo* não são apenas uma *cópia* dessas idéias, havendo também *inovações conceituais*[44]. Alberto Couriel, um dos fundadores da CIDE e atualmente Senador pela Frente Ampla, revela seu ponto de vista em um depoimento:

> […] acá hubo una cosa que se llamó la CIDE, la Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico, y yo trabajaba ahí, soy fundador de la CIDE, ¿sabia? Entonces la CIDE hizo un diagnostico del Uruguay, un diagnostico global y sectorial, y hizo un proyecto de país, un programa, un programa de planificación, ¿cierto? Que venían fundamentalmente de la Alianza para el Progreso, la Alianza para el Progreso hablaba de la necesidad de oficinas de planificación, y ahí se hizo un programa. Entonces yo te diría que el programa del Congreso del Pueblo era el programa de la CIDE, pero con más estatizaciones, con más cambios de propiedad que el programa de la CIDE, ¿entiende? Era más radical que el programa de la CIDE, pero los elementos centrales se tomaban del programa de la CIDE. […][45]

---

[42] *Mensaje al pueblo uruguayo*. *Época*, Montevideo. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 108-112.

[43] Programa de soluciones a la crisis. *Época*, Montevideo. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p.113-123.

[44] En el programa del Congreso del Pueblo se evidencia con toda claridad la influencia de los expertos de la CIDE. **Sin embargo, no es una mea copia del PNDES**. Además de las previsibles diferencias retoricas pueden constatarse algunas importantes innovaciones conceptuales de gran significación. […] (GARCÉ, 2002, p. 87-88, grifo meu)

[45] COURIEL, Alberto. *Alberto Couriel*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (26 min).

Em uma apresentação na Fundação Vivian trás em 2007 Couriel reiterou esse enfoque: El centro del pensamiento de la CIDE son las ideas provenientes de la CEPAL. Cuando se analizaba el pensamiento de la CEPAL y se analizaban los trabajos de la CIDE, la CEPAL estaba presente. ¿Por qué digo esto vinculado a la CIDE? Porque, de alguna manera, el Congreso del Pueblo de 1965 aprovecha los trabajos de la CIDE. Partíamos de esos trabajos para hacer un programa que

Adolfo Garcé, também com base em uma entrevista a Couriel, acredita em uma *esquerdização* do *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social* pelo *Congreso del Pueblo*, abordagem da qual partilho. Destarte, onde a CIDE indicava a *necessidade* de crédito público e privado, sugerindo a criação de um Banco Central, o congreso advogava a *nacionalização do sistema bancário*. Na mesma direção, onde o PNDES defendia o estímulo e a *expansão das exportações*, o congresso propunha a *nacionalização do comércio exterior*. (GARCÉ, 2002, p. 88)

Ainda para Garcé, o *Congreso del Pueblo* pesou fortemente sobre o movimento sindical uruguaio, *facilitando* seu processo de unificação e contribuindo para o incremento programático dos sindicatos. O autor entende que no *Programa de soluciones a la crisis*, visto por ele como a *versão sindical* do plano da CIDE, estavam ausentes os *contrapesos liberais* que faziam parte do PNDES (2002, p. 88), o que segundo vejo, o aproximava ainda mais da visão dos grupos e partidos de esquerda.

Os resultados mais objetivos do *Congreso del Pueblo*, isto é, suas deliberações, abarcavam temas muito caros para comunistas e socialistas. Mesmo que não tenham participado formalmente dos trabalhos do congresso, os dois partidos minoritários viam representadas no *programa de soluções* várias de suas idéias, além de entenderem o evento como um passo adiante no caminho da *unidade*, conquanto não fosse no plano político-eleitoral[46].

No fundo, a maior parte das medidas preconizadas pelo documento final ia ao encontro do repertório clássico marxista, se bem que não propusessem rupturas

---

atendiese mucho más a los sectores populares, más estatista, más "de izquierda" que lo que planteaban las reformas estructurales de la CIDE de ese período. […] (COURIEL, 2007, mimeo)

[46] No jornal do Partido Socialista encontramos: Las deliberaciones, realizadas en comisiones y plenarios, permitieron a los participantes analizar los problemas del país, aprobar soluciones inmediatas y de fondo para los mismos, dar forma orgánica permanente a los vínculos que el congreso permitió crear entre las organizaciones que asistieron a él, **y sentar los criterios fundamentales del Plan de lucha para llevar adelante el programa unitario**. Las deliberaciones del Congreso del Pueblo. *El Sol*, Montevideo, p. 4-5, 20 ago. 1965. (Grifo meu)

Já em nome do PCU, Arismendi declarava sobre o congresso: Indudablemente que por su naturaleza y fines, el Congreso no hará pronunciamientos electorales pero del profundo proceso que lo gestó y seguramente de sus deliberaciones, a estar a lo que se conoce por las resoluciones de las organizaciones gremiales, se desprende una experiencia múltiple y enseñanzas esenciales; ante toda la gran lección de la unidad. **Es evidente que cuando el pueblo muestra una consciencia tan elevada, ello debe inspirar todo análisis de las posibilidades unitarias en el plano político, incluyendo naturalmente el electoral**. Es que junto a la unidad más amplia en el terreno gremial o en el más general de las luchas obreras y populares, la otra premisa para un gran cambio, es unir a todos los sectores políticos antimperialistas y avanzados. […] Reportaje a Rodney Arismendi acerca de los principales caminos de la unidad del pueblo uruguayo. *El Popular*, Montevideo, p. 10, 13 ago. 1965. (Grifo meu)

efetivamente revolucionárias. Assim, a atitude de PS e PCU diante das deliberações do movimento foi de total apoio, abrindo espaço em seus meios de imprensa e incentivando o prosseguimento das atividades através da *Asamblea Nacional Representativa*, órgão criado após a conclusão do evento e que se pretendia permanente[47]. Aliás, tal qual a denominação *Congreso del Pueblo*, título que acenava uma entidade paralela ou mesmo contraposta ao congresso uruguaio, o nome *Asamblea Nacional Representativa* parecia também querer questionar o Poder Legislativo do país.

De primeiro a 11 de agosto de 65, período que antecedeu a realização do *Congreso del Pueblo*, *El Popular* dedicou uma seção do jornal exclusivamente para tratar do assunto, além de numerosas matérias em outras partes do diário. Destaca-se também a publicação de sete editoriais[48] que se ocuparam do tema ao longo do mês, bem como uma extensa entrevista com Arismendi na qual o Secretário Geral do partido comentava a importância do congresso.

É difícil cotejar *El Popular* e *El Sol* do ponto de vista do espaço que ambas as publicações dedicaram ao movimento, sobretudo porque além de ser um projeto editorial bem mais modesto que o diário do PCU – em seu formato e quantidade de páginas –, *El Sol* era um semanário, o que não nos permite estabelecer uma comparação direta com o jornal do Partido Comunista. De qualquer forma, avaliando o espaço que cada um dos periódicos destinou ao evento, aparentemente o Partido Socialista concedeu-lhe menos destaque.

Quanto à real independência do *Congreso del Pueblo* em relação aos partidos políticos, em especial os de esquerda, não obstante o discurso fosse de que o encontro gozava de total autonomia, algumas matérias de *El Sol* revelam como apesar de não integrar qualquer comissão do evento, o Partido Socialista opinava sobre a relevância dos temas que julgava importante serem debatidos, como se quisesse ascender sobre o rumo das discussões. Esse era o caso do *problema da terra*, ou seja, a questão fundiária, considerada pela sigla como o *problema número*

[47] Temario de la Asamblea Representativa Nacional. *El Popular*, Montevideo, 21 ago. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 162-163; Comunicado de la Asamblea Nacional Representativa del Congreso del Pueblo. *El Popular*, Montevideo, 16 out. 1965. Ibidem., p. 182-183; Las deliberaciones del Congreso del Pueblo. *El Sol*, Montevideo, op.cit.

[48] Os editoriais de *El Popular* são os seguintes: Trascendencia del congreso del pueblo. p. 4, 4 ago. 1965; Con la vista hacia el futuro. p. 4, 14 ago. 1965; Enseñanzas a recoger en el plano político. p. 4, 16 ago. 1965; Una nueva “admirable alarma”. p. 4, 17 ago. 1965; Un congreso que agrupó a todo un pueblo. p. 4, 18 ago. 1965; Un programa que exige definirse. p. 4, 19 ago. 1965 e El F.I.DEL en la gran batalla de la unidad. p. 4, 30 ago. 1965.

um de qualquer programa transformador e progressista, “Por eso pensamos que debe estar como punto medular de la orden del día del Congreso del Pueblo”.[49]

Para os partidos minoritários, manter o clima de mobilização política suscitado pelo *Congreso del Pueblo* era primordial. Ainda que o movimento não tenha atingido a quantidade de pessoas arrogada por seus realizadores, era inegável que a visibilidade que conquistou não encontrava par na recente história do país. Para comunistas e socialistas, gravitar em torno do evento era uma questão estratégica já que o ano eleitoral se aproximava, e tanto um quanto o outro partido tentaram capitalizá-lo politicamente.

De acordo com o PCU, desde a criação da FIdeL em 1962, o tema da unidade havia avançado *nas mais diversas esferas*, fato que se substancializava com o “[...] Congreso del Pueblo, la unidad más amplia que se ha logrado establecer, y que constituye un inmenso aporte al anchuroso frente de las fuerzas populares. […]”[50]

Embora a todo instante sublinhasse a origem apartidária do congresso, o que confirmava o *amadurecimento* das classes populares em direção à unidade política, o partido inevitavelmente delineava *projeções* político-eleitorais para o movimento. Em outros termos, ainda que fosse impossível ao comunismo partidarizá-lo – devido à natureza do mesmo –, nada impedia que seus desdobramentos fossem apropriados pelo PCU ou qualquer outro grupo das esquerdas. Comentando uma entrevista de Luis Pedro Bonavita, Presidente da FIdeL, *El Popular* argumentava:

> Nadie ha dicho ni nadie puede creer que este Congreso pueda ser encasillado en un partido o en un frente […]; por su misma naturaleza, el Congreso no hizo pronunciamientos partidistas o electorales. **¿Pero quién puede dudar de su proyección política objetiva? ¿Quién puede negar que el análisis que realizó y el programa que adoptó es una viva confrontación de la política de las clases dominantes?** Y tan poco nadie puede dudar que mostrando la elevación de la consciencia del pueblo y su madurez y el reclamo de cambios profundos, **el Congreso estaba indicando la necesidad de fortalecer la unidad en el plano de la lucha política y electoral** […][51] (Grifo meu)

Em suma, avaliar a relação entre partidos políticos e *Congreso del Pueblo* não é uma tarefa simples. Posto que os mentores do evento decidiram pela não partidarização do mesmo, com vistas a ampliar o máximo possível seu alcance

[49] El Congreso del Pueblo y la lucha por la tierra. *El Sol*, Montevideo, p. 7, 13 ago.1965.
[50] El F.I.DEL. en la gran batalla de la unidad. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 30 ago. 1965.
[51] Ibidem.

político-social, resta considerar o posicionamento dos vários partidos. Como já frisei, blancos e colorados fustigariam o movimento por meio da imprensa, acusando-o de ser dirigido pelo comunismo e perturbar a ordem, ao passo que, socialistas e comunistas, por razões mais que evidentes, o apoiariam, inclusive sugerindo pautas de discussão e fazendo projeções eleitorais para seu futuro imediato.

Outra questão a ser levada em conta, é claro, diz respeito à participação de militantes de esquerda na organização e desenvolvimento do encontro. Está nítido que a ausência dos partidos políticos obviamente não impedia que seus integrantes estivessem ali presentes, contribuindo de diversas formas para o andamento dos debates. Ruben Obispo, que participou do *Congreso del Pueblo* representando os trabalhadores bancários de Paysandú, relata:

> […] Yo participé en el Congreso del Pueblo como delegado. **Yo creo que los partidos de izquierda, con sus errores, sus carencias jugaron un rol muy importante. Desde mi punto de vista fundamentalmente el PCU que tenía una concepción muy clara hacia adonde debería ser la posibilidad de que Uruguay pudiera tener esta formación, o sea de frente político**, mientras había otras concepciones de la guerrilla, de acciones del foquismo, de acciones fuertes para conmocionar y para (hacer quedar) dar conciencia, **pero me parece que los partidos de izquierda tradicional en ese entorno, y otros sectores, independientes, autónomos, otros gremios jugaron un rol muy importante, o sea, en sus concepciones, en sus líneas, en el aporte de sus militantes, en fijarse un objetivo claro, en profundizar en el programa**. Me parece que son semillas que se fueron sembrando […][52] (Grifo meu)

Uma vez que o tema da unidade era central no discurso dos partidos minoritários, era geralmente sob esse prisma que se reportavam ao evento, fazendo leituras que de ordinário adequavam ou aproximavam o *Congreso del Pueblo* de suas linhas de atuação. Referindo-se à conclusão dos trabalhos, em um editorial sugestivamente intitulado *Enseñanzas a recoger en el plano político*, o Partido Comunista se esmerava para estabelecer uma relação entre o congresso e a FIdeL, acenando que o surgimento de ambos fora animado pelas mesmas razões e circunstâncias sócio-políticas[53].

---

[52] OBISPO, Ruben. *Ruben Obispo*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).

[53] **Cualquiera comprende: el nacimiento y desarrollo del Frente Izquierda es inseparable del gran ascenso de las fuerzas obreras y populares, del proceso que forjó la Central Obrera y más tarde la Convención Nacional de Trabajadores, la acción común de obreros, funcionarios, estudiantes, jubilados, sectores de la enseñanza, etc., concertando su acción, hasta plasmarse en este magno movimiento del Congreso del Pueblo.** La creación del F.I. de L. es inseparable del

Ainda sobre o significado do movimento, o mesmo editorial afirmava que suas resoluções seriam apoiadas incondicionalmente e que seus *ensinamentos* não poderiam ser ignorados. Preocupado com a proximidade das eleições de 1966, o Partido Comunista entendia que era chegada a hora de transpor a unidade social alcançada no *Congreso del Pueblo* para o plano político, e dentro dessa lógica questionava: se nos planos *sindical* e *geral* "[...] hombres del pueblo de las más diversas corrientes políticas encuentran un lenguaje común, no es posible admitir luego que divisorias artificiales obscurezcan los intereses comunes de la inmensa mayoría del pueblo […].[54] Em outras palavras, as coincidências e mobilização propiciadas pelo congresso deveriam ser convertidas em uma alternativa eleitoral.

Muito menos intensas que em 62, durante 1965 também houve negociações entre PCU e PS com o intuito de criar uma aliança entre as duas forças, aproximação estimulada pelo sucesso obtido nos âmbitos social e sindical com a realização do *Congreso del Pueblo*. Diferentemente do que se passara nas eleições anteriores, nessa ocasião o Partido Socialista se mostrou aberto ao debate com o comunismo, vendo inclusive *com agrado* a iniciativa do outro grupo[55]. Como foi exposto no capítulo anterior, a experiência da Unión Popular trouxera grandes prejuízos ao PS e mesmo que isoladamente isso não explique a postura mais receptiva que agora o partido demonstrava, certamente tem que ser considerado.

Muito longe de admitir qualquer erro estratégico nas eleições passadas, o Partido Socialista prosseguia afirmando sua concepção de unidade política. Apesar de não aceitar integralmente as proposições da FIdeL, podemos computar essa abertura ao diálogo do socialismo como um passo importante, pois ao menos já se admitia a composição política com o PCU. Apenas para situar, lembremos que em 62 a exclusão dos comunistas era então um dos princípios da Unión Popular, não havendo qualquer solução intermediária.

---

fortalecimiento de la conciencia política de las masas, a través de las enseñanzas de la revolución cubana y de las luchas libradas por nuestro pueblo para defender las libertades democráticas y enfrentar al imperialismo. El éxito, la magnitud y la fuerza del Congreso del Pueblo están mostrando en la maduración de la conciencia de nuevos sectores, que es posible y necesario otro avance en la unidad de las fuerzas antimperialistas.[53]

[54] Ibidem.

[55] Em setembro de 1965, diante de um convite da FIdeL para que o Partido Socialista participasse de uma mesa redonda cujo tema de discussão seria a *unidade popular*, *El Sol* publicou uma nota em resposta aceitando de antemão o convite mas pedindo um adiamento na data do encontro para que a participação da sigla fosse referendada pelo próximo congresso do partido. Nota del Partido Socialista al Fidel. *El Sol*, Montevideo, p. 2, 17 set. 1965.

Pelo lado do Partido Comunista, Arismendi conjecturava como a unidade das esquerdas deveria se apresentar eleitoralmente no ano seguinte. Entre concorrer com o lema de um *partido* ou o lema de uma *frente*, não havia dúvidas: concorrer às eleições sob um lema partidário seria "[...] sectarizar de antemano toda la concepción del frente antimperialista y avanzado. La unidad en la lucha electoral supone un lema de Frente, un lema capaz de cobijar por definición a hombres de diversas tendencias."[56] Segundo esse raciocínio, a utilização de uma sigla já conhecida acabaria afastando os possíveis aderentes, já que inevitavelmente essas forças pareceriam estar submetendo-se a esse ou aquele partido, problema que não existiria no caso de se construir a aliança como uma frente. Nesse sentido, recomendava o Secretário Geral do PCU:

> [...] El lema de Frente puede ser un nuevo lema accidental o un lema permanente. La desventaja de inscribir un nuevo lema, es que supone una lista común; y ello cuando no existe un frente orgánico de todas aquellas fuerzas, ni está hecha siquiera la unidad de acción, sólo puede traer dificultades y crear escollos; **en cambio, recurrir a un lema permanente como es el "Frente Izquierda de Liberación" permite a través de los sub lemas reunir a toda una serie de tendencias de izquierda**; esos sub lemas, que son, en manos de las clases dominantes, una verdadera fuente de engaño, pueden y deben ser utilizados por las fuerzas populares mientras la ley de lemas exista, para poder reunir a extensos sectores en la batalla electoral.[57] (Grifo meu)

Como fica evidente após a leitura desse trecho, Arismendi se mostra aberto o suficiente para admitir a criação de um *lema acidental*, mas não sem enfatizar em seguida as vantagens de se utilizar um *lema permanente*, aquele já integrado pelo comunismo, é claro! No entanto, a defesa do uso da FIdeL como denominação política não era simplesmente uma tentativa de resguardar o Partido Comunista dos demais grupos da esquerda, mas implicava um cálculo jurídico preciso por parte de Arismendi e o PCU. De fato, do ponto de vista da disputa eleitoral, o emprego de um lema permanente trazia vantagens[58], e para o Partido Comunista ainda significava manter a fórmula sob a qual se apresentara em 1962.

---

[56] Enseñanzas a recoger en el plano político. *El Popular*, op. cit.
[57] Ibidem.
[58] Los partidos políticos uruguayos, desde el punto de vista del derecho electoral son considerados "lemas" y estos se clasificaban en dos categorías diferentes. Por un lado, los lemas que habían participado en la última elección y obtenían representación parlamentaria se convertían en "lemas permanentes", mientras que los lemas que no obtenían representación parlamentaria o no participaban en la elección anterior eran "lemas accidentales". La diferencia entre un lema accidental y un lema permanente no era menor, puesto que sólo los de carácter permanente poseían la facultad de admitir múltiples candidaturas tanto a cargos ejecutivos como legislativos, con la consiguiente

Para os dirigentes do Partido Socialista – em que pese sua quase inédita disposição em negociar com o PCU –, os termos do acordo que vinham sendo apresentados pelos comunistas não pareciam nada promissores. A sugestão de Rodney Arismendi para que a possível aliança mantivesse o lema da FIdeL não era compartilhada pela direção do PS, sendo interpretada como *prejudicial* ao partido.

> Pero, desde ya podemos decir que los planteamientos que se hacen desde los planos dirigentes del Partido Comunista y del F.I.de L., **no pueden ser tomados como un aporte a la unidad que proclaman, si siguen basándose en fórmulas que significan la mediatización del Partido Socialista**.
> Ya hemos explicado otras veces, y tendremos, por lo visto, que insistir próximamente sobre el punto, que **la integración del Partido Socialista como sublema del F.I.de L., tiene sólo la apariencia formal de la "unidad", pero es, en los hechos, una fórmula antiunitaria desde el momento que ocasiona, en este momento de la vida de nuestra organización, serios perjuicios al Partido**.[59]

Quando se observa o vocabulário utilizado para argumentar contra a adesão do grupo à FIdeL, podemos entender e avaliar melhor os receios dos socialistas. Ao ler que a *fórmula* proposta pelo PCU significaria a *mediatización*[60] do partido, vemos o quão delicada era a fase que se abrira em sua trajetória após o fracasso eleitoral de 62. O temor dos dirigentes do Partido Socialista não se devia apenas a uma perda de autonomia do grupo caso o pacto se concretizasse, mas sim, e antes de tudo, à enorme preocupação com a sobrevivência da sigla já muito fragilizada com as últimas eleições.

As alianças que o Partido Socialista fizera com a Lista 41 de Enrique Erro e outros setores menores acarretaram uma baixíssima votação e a perda da representação parlamentar do socialismo, o que o lançou em uma situação política marginal de acordo com os padrões uruguaios. Acredito que na perspectiva de seus

---

ventaja en la capacidad de acumulación de votos. (MIERES, 1999, p. 10) Há que se lembrar que a distinção entre lemas acidentais e permanentes foi extinta pela reforma constitucional de 1996.

[59] Aspectos de la unidad. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 20 ago. 1965.

[60] No contexto da política, o termo *mediatización* possui uma conotação muito específica, indicando a perda de autonomia de um sujeito em determinada situação. No *Diccionario ideológico de la lengua española* encontramos a seguinte definição para o verbete: "mediatizar. tr. Reducir un país o un príncipe a la dependencia de otro, sin privarle de su soberanía nominal." In: CASARES, J. *Diccionario ideológico de la lengua española.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1957, p. 694.
Já no dicionário da Real Academia Española temos o significado mais corrente do termo: "mediatizar: 1**.** tr. Intervenir dificultando o impidiendo la libertad de acción de una persona o institución en el ejercicio de sus actividades o funciones. 2**.** tr. Privar al Gobierno de un Estado de la autoridad suprema, que pasa a otro Estado, pero conservando aquel la soberanía nominal." In: Real Academia Española. *Diccionario de la Lengua Española*. 22 ed. Disponível em: <http://buscon.rae.es/draeI/SrvltConsulta?TIPO_BUS=3&LEMA=mediatizar>. Acesso em: 5 ago. 2009.

quadros dirigentes, as eleições de 66, muito além de mais uma disputa ordinária, se apresentava ao partido como a oportunidade para a recuperação não apenas do eleitorado perdido, mas, principalmente, de postos eletivos, reconduzindo a organização à *formalidade* política.

A questão que se colocava diante do PS dizia respeito à sua própria sobrevivência como ator político independente. Qual seria o melhor caminho a trilhar diante das opções que se apresentavam? Disputar sozinho as eleições seguintes comportava um determinado grau de risco, isto é, o mau desempenho da última campanha poderia se repetir; porém, na hipótese de se recuperar o terreno perdido, os méritos seriam apenas do partido. Por outro lado, uma aliança com o PCU garantia virtualmente certo caudal de votos, mas que forçosamente teriam de ser repartidos, afora que a autonomia da sigla seria reduzida de forma sensível em face dos acordos firmados.

É certo que o já combalido Partido Socialista temia sucumbir ainda mais ao participar de uma coalizão na qual a correlação de forças era visivelmente favorável ao comunismo; grupo mais organizado, com representação parlamentar e maior eleitorado, além de possuir uma militância melhor enquadrada ideologicamente. Fazer parte de uma empresa política cujo *sócio* parecia tão mais *forte* poderia, no limite, levar a uma diluição do socialismo. O questionamento à fórmula apresentada pelo PCU continuava da seguinte maneira:

> Pero queremos dejar firmemente establecido el concepto de que una fórmula de unidad que significa aportes realmente dispares de sus integrantes y que comporta sacrificio desigual y desmedro para una de las organizaciones participantes, no es, en substancia, una formula auténticamente unitaria, aunque se la proclame como tal.[61]

A acusação do PS de que a fórmula comunista não era *autenticamente unitária* parecia um tanto abstrata, pois partia do princípio de que a *desigualdade* de *contribuições* e *sacrifícios* com os quais cada um dos membros teria de arcar prejudicava o socialismo. Contudo, a contribuição política dos participantes, bem como seus sacrifícios, só poderiam ser iguais em um panorama no qual ambos fossem absolutamente equivalentes em termos políticos e eleitorais; cenário irreal no Uruguai de então.

Mas se os dois partidos julgavam importante o tema da unidade, no que então se diferenciavam suas propostas? Na opinião do Partido Socialista, a luta eleitoral

[61] Aspectos de la unidad. *El Sol*, op. cit.

era apenas uma das facetas da unidade política, restando ainda a *preparação e organização revolucionária* e o estabelecimento da *frente de massas*, o que já vinha acontecendo através do *Congreso del Pueblo*:

> Tan estrecho resulta limitar las inmensas posibilidades abiertas por el Congreso del Pueblo a la lucha electoral próxima y/o la reforma de la Constitución, como pretender embretar los problemas de la unidad política de las fuerzas de izquierda a **la incorporación de una de ellas a un determinado lema, optando por una falsa alternativa de "lema de partido" y "lema de frente"**.[62] (Grifo meu)

Obviamente, o Partido Comunista não considerava as eleições como o único objetivo da unidade política, tão pouco como *coisa isolada*[63]. A relutância do socialismo em aceitar um acordo nos termos do PCU, como já indiquei, devia-se ao temor do partido quanto à sua permanência no campo político; receio legítimo, diga-se de passagem. Após a realização de seu XXXV Congresso, o PS finalmente respondeu ao convite para ingressar na FIdeL. A réplica veio na forma de uma contraproposta, que estudada à luz das preocupações do grupo, revelava que agora, diferente do ocorrido em 1962, o partido não estava disposto a abrir mão do próprio lema em favor de outra denominação.

A contraproposta dos socialistas não encerrava nem o diálogo e nem as possibilidades de aliança com o PCU, porém, de acordo com as resoluções tomadas por sua máxima instância, a unidade política teria de ser feita sob outros moldes, que além de oferecer condições para a *ação unificada* das forças de esquerda permitiria "[...] que en esa unidad en el campo electoral, el Partido Socialista mantenga su indeclinable personalidad, su individualidad propia y su total independencia."[64] Em outras palavras, o XXXV Congresso do PS apenas ratificara aquilo que a dirigência do grupo já vinha sinalizando; naquele momento o tema da unidade estava subordinado a uma questão bem mais imperiosa: sobreviver politicamente.

Como o partido não aceitava abandonar sua legenda, mas continuo favorável à unificação eleitoral, propôs a acumulação de votos *lema a lema*, procurando beneficiar-se de uma possibilidade jurídica aberta pela constituição de 1952. No mais, para o início das negociações, exigia um *acordo programático* com a inclusão dos pontos de seu *programa da Revolução Nacional*, que se desenvolvessem outras

---

[62] La unidad y los caminos de la izquierda. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 27 ago. 65.
[63] Enseñanzas a recoger en el plano político. *El Popular*, op. cit.
[64] Se abre otra etapa. *El Sol*, Montevideo, p. 5, 1 out. 1965.

frentes de luta, destacando a *tradicional* e a *revolucionária* e que a *disputa eleitoral* não prejudicasse essas frentes ou impedisse o avanço de nenhum setor da esquerda[65]. E finalmente,

> En función de esas normas el Partido postula la unificación electoral de las izquierdas, sobre la base del programa de la Revolución Nacional y la acumulación lema a lema, permitida por el art. 79 inciso 2º de la Constitución, llamando públicamente, con tal fin, a las distintas fuerzas de la izquierda, especialmente las que componen el Frente Izquierda de Liberación.[66]

Se o comunismo estipulava condições para a unidade das esquerdas – que todos os participantes se agrupassem sob o lema da FIdeL –, o Partido Socialista também impunha regras que deveriam ser observadas. O PS condicionava seu apoio político à inclusão de todos os pontos de seu programa da *Revolução Nacional* na plataforma da nova força, não demonstrando qualquer intenção de ceder nesse quesito. Outra novidade era que os socialistas, nem um pouco inclinados a abandonar sua sigla, propunham uma configuração diferente para a aliança política, oposta àquela apresentada pelo PCU. Segundo essa fórmula, cada um dos partidos deveria permanecer tal como se encontrava com seu lema, efetuando-se apenas a somatória de seus votos para os efeitos eleitorais da coalizão. Tal manobra era permitida aos lemas que outrora tivessem pertencido a um mesmo partido, caso de comunistas e socialistas, porém, nunca havia sido realizada pelas esquerdas[67].

---

[65] Ibidem.

[66] Ibidem.

[67] Como exposto no 1º Capítulo, a legislação eleitoral no Uruguai foi elaborada e por vezes modificada por uma elite política dos partidos Colorado e Nacional. Por isso mesmo, visava contemplar as necessidades de ambos os partidos, além de dificultar ou mesmo impedir o surgimento de uma terceira força política capaz de romper com o bipartidarismo no país. A *brecha* legal encontrada pelo Partido Socialista em sua proposta foi criada na verdade para permitir que os partidos majoritários, especificamente o P. Nacional, pudesse acumular os votos de suas diferentes tendências.

Na Constituição uruguaia de 1952 podemos ler:

Artículo 79. La acumulación de votos por lema para cualquier cargo electivo, sólo puede hacerse en función de lemas permanentes, sin perjuicio de cumplirse en todo caso, para la elección de Representantes, con lo dispuesto en la primera parte del artículo 88.

La acumulación de votos queda sin embargo autorizada para fracciones que pertenecieron a un mismo Partido y que posteriormente adquirieron o emplearon un nuevo lema, y podrá efectuarse bajo el lema de una de ellas, o manteniendo cada uno su proprio lema, para las listas de Candidatos a Consejeros Nacionales, Senadores, Representantes, miembros de los Consejos y de las Juntas Departamentales y de los organismos electorales, conjunta o separadamente. En el caso de que las fracciones políticas a que se refiere esta cláusula acuerden hacer uso del derecho de acumulación que ella les concede, lo comunicarán por intermedio de sus autoridades nacionales a la Corte Electoral, o a los organismos electorales departamentales, según los casos, con treinta días de anticipación, por lo menos, a la fecha de la elección, estableciéndose, además, en las hojas de votación respectivas, el carácter acumulativo de las listas que hayan sido objeto del acuerdo.

Em um *chamamento à unidade*, o PS passou a utilizar o termo *Frente Político de la Revolución Nacional* para referir-se à sua proposta. Essa frente, concebida como instrumento político, seria o meio mais adequado para levar a cabo as várias etapas da *peculiar revolução* uruguaia: "[...] la nacional y popular liberadora y la específicamente socialista, fases que se dan en un proceso único e ininterrumpido, antimperialista y anticapitalista desde un comienzo."[68] No mesmo texto, o partido deixava claro que a *frente política*, por uma questão de princípio, não deveria incluir a *burguesia progressista*, tida pelos socialistas como parte de um conglomerado *imperialista-oligarca*, sendo incompatível sua participação no movimento.

Assim, a *unidade de ação* deveria se desenvolver em dois sentidos: primeiro, impulsionando a realização dos programas social e sindical, o que no âmbito do *movimento operário e popular* – cuja máxima expressão eram a *CNT* e o *Congreso del Pueblo* – seria uma maneira de *elevar* a consciência desses setores. Depois, atuando nas distintas *frentes de trabalho* organizando as massas e determinando as forças integrantes da *Frente Política da Revolução Nacional*.[69]

No que se referia especificamente ao plano eleitoral, o Partido Socialista chamava o conjunto das esquerdas para discutir os aspectos formais da unidade política; ao PCU, sugeria que cada partido mantivesse seu *próprio lema* e sua *própria lista* e, claro, conservasse cada qual seus candidatos. Dessa forma, as duas siglas poderiam acumular votos bastando para isso informar a Corte Eleitoral com antecedência[70].

Las personas vinculadas a fracciones que pertenecieron a un mismo Partido y que posteriormente adquirieron o emplearon un nuevo lema, podrán ser incluidas indistintamente en las listas de candidatos de esas fracciones a miembros de ambas Cámaras del Poder Legislativo, del Consejo Nacional de Gobierno, de los Consejos y las Juntas Departamentales, así como de cualquier órgano para cuya constitución o integración las leyes establezcan el procedimiento de elección por el Cuerpo Electoral. URUGUAY. Constitución (1952). *Constitución de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Secretaria del Consejo Nacional de Gobierno, jan. 1952, p. 18-19. (Grifo meu) Para uma análise das constituições uruguaias no séc. XX ver: CHASQUETTI, Daniel. El proceso constitucional en el Uruguay del siglo XX. In: *El Uruguay del siglo XX*. Tomo II: la política. Montevideo: EBO; ICP, 2004, p. 64-93.

Em um estudo sobre a lei de lemas publicado no início dos anos 70 o jurista Alberto Pérez Pérez comentava o artigo 79 da Constituição de 1952: […] Acumulación limitada a los lemas permanentes. – Salvo el caso excepcional de la acumulación de lemas con tronco común (pensada para el Partido Nacional y el Partido Nacional Independiente, **aunque podía también beneficiar al Socialismo y el Comunismo, y nunca usada en la práctica**), el artículo 79 consagraba un privilegio para los lemas permanentes […]. PÉREZ PÉREZ, Alberto. *La ley de lemas:* contenido, alcances, inconvenientes. Sugestiones para su reforma. Montevideo: FCU, 1971, p. 42. (Grifo meu)

[68] Llamamiento a la unidad del P. Socialista. *El Sol*, Montevideo, p. 2, 29 out. 1965.

[69] Ibidem.

[70] Ibidem.

O projeto socialista de integrar a unidade das esquerdas sem prescindir de seu lema não fez adeptos no Partido Comunista, e mesmo antes de ser formalizado pelo *chamamento à unidade* publicado em *El Sol*, o PCU já o havia refutado nos seguintes termos:

> [...] la fórmula de una conjunción sobre la base de lemas de partidos es una fórmula de restricción, no de amplitud. **El planteo de acumular votos bajo los lemas Partido Socialista – Partido Comunista dejaría automáticamente al margen a los que no son comunistas ni socialistas**, castraría la unidad cuando se trata de ensancharla. […][71] (Grifo meu)

Como se pode presumir, socialistas e comunistas não chegaram a um acordo sobre a unidade naquele ano e os parcos avanços nas negociações entre os dois grupos foram retomados em 1966. Embora toda a euforia suscitada pela convergência entre sindicatos e movimentos sociais não tivesse resultado na união política das esquerdas, o PS fez um balanço positivo das lutas travadas durante o período. No último número de *El Sol* de 1965, um editorial avaliava as dificuldades e progressos do *movimento operário-popular*, ressaltando a importância da consolidação da CNT e do próprio *Congreso del Pueblo*[72]*.*

Como tarefa para o futuro imediato, os socialistas planejavam tomar parte nas discussões em torno da unidade para a campanha eleitoral que ora se iniciava: “El año 1966 será un año clave para el pueblo uruguayo. Debe ser el año en el cual se sienten las bases para forjar la Unidad Popular, sin la cual, no conoceremos la victoria.”[73] Parte desse esforço se traduziu na constituição da *Mesa para la Unidad del Pueblo*, órgão coordenador do qual participaram PS, PCU e outros setores interessados em um acordo programático.

O *Congreso del Pueblo*, cujas idéias e significados tanto contribuíram para que mais tarde a Frente Ampla se tornasse possível[74], não demonstrou, quando de sua realização, vigor suficiente para converter-se em um alternativa político-eleitoral válida. Carlos Demasi e Rosa Alonso Eloy interpretam a realização daquele evento como uma espécie de desafio que as próprias circunstâncias sócio-políticas do país impunham ao até então estável sistema partidário. O evento propunha um *programa*

---

[71] El F.I.DEL. en la gran batalla de la unidad. *El Popular*, op. cit.
[72] Forjar la unidad popular. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 31 dez. 1965.
[73] Ibidem.
[74] Em momento oportuno demonstrarei como o *programa de soluções* do *Congreso del Pueblo*, bem como a experiência dele originada, incidiram na elaboração das *Bases Programáticas* da Frente Ampla.

nacional à *margem* dos partidos políticos, algo incomum no Uruguai: "[...] Si las fuerzas que proponían el programa lograban los medios adecuados para imponerla, los partidos políticos quedarían sin posibilidades de reacción por su desorganización y su falta de definiciones. […]" (1986, p. 57)

A respeito da possibilidade de que o congresso se tornasse uma força de natureza eleitoral os autores consideram:

> […] Si esos grupos encontraban la manera de articular electoralmente su posición, podría significar el fin del bipartidismo y el surgimiento de un "partido de trabajadores" en el Uruguay; si sólo actuaban como grupo de presión, la fuerza electoral de sus integrantes podría obligar a los partidos a plegarse a estas soluciones o correr el riesgo de sacrificar buena parte de su electorado. […] (ALONSO ELOY; DEMASI, 1986, p. 57)

O que se passou, no entanto, foi que o *Congreso del Pueblo* nem se transformou em uma ferramenta partidária e também não logrou atuar como grupo de pressão. Ao contrário, com o final de suas sessões, mesmo que se pretendesse tornar o movimento permanente, o clima de mobilização política inicial foi aos poucos se rarefazendo. Segundo José Rilla, embora o congresso tenha sido de grande relevância por suas dimensões e características, o motivo pelo qual não conseguiu se transformar em uma oferta política reside no fato de que naquele contexto seria muito difícil pensar em uma forma de intervenção/atuação exterior aos partidos já existentes, o que nos remete uma vez mais à questão do *partidocentrismo* uruguaio[75]. Aceitando a validade da hipótese partidocentrista, e acredito que ela tenha um importante valor heurístico para este trabalho, é certo houve outros determinantes para que o *Congreso del Pueblo* não ultrapassasse os marcos reivindicativos do sindicalismo uruguaio.

Partindo-se do princípio de que o evento surgiu por iniciativa dos sindicatos da CNT e de que em geral esses sindicatos eram politicamente autônomos, seria difícil pretender que uma multidão de trabalhadores afiliados, das mais diferentes origens político-partidárias, votasse nos mesmos candidatos e partidos. No mesmo sentido, como imaginar que uma central sindical tal como a CNT, que não por acaso levava o nome de *Convenção* – indicativo de sua pluralidade interna –, pudesse

[75] Tive oportunidade de discutir essa questão com o Profº José Rilla em outubro de 2008. Na realidade, a posição de Rilla e um grupo de autores que trabalham com o conceito de *partidocentrismo* é de que a política uruguaia é basicamente uma *política de* partidos e por isso mesmo tornar-se-ia difícil atuar ou propor alternativas fora dessas organizações. (CAETANO; RILLA; PÉREZ ANTÓN, 1987; CAETANO, 1995)

apoiar uma opção eleitoral em específico? Em suma, o conceito de *partidocentrismo* explica uma parte do problema, mas o faz a partir de fora, centrado nos partidos políticos. Penso, por outro lado, que o foco de análise possa ser deslocado dos partidos para o movimento sindical e o próprio *Congreso del Pueblo*, já que além dos componentes internos que dificultavam sua canalização para o campo político-eleitoral, parecia existir uma tácita vontade de não se envolver nos meios partidários.

Não resta dúvida de que as deliberações *Congreso del Pueblo* não se pretendiam apenas retóricas, e que existia por parte da CNT e de seus outros realizadores o desejo de atuar sobre a realidade transformando-a. É possível, contudo, que os esforços por tornar o movimento o mais independente possível do Estado e dos partidos, o tenham esterilizado politicamente; ou seja, por mais maduros que os movimentos sociais – especialmente o sindical – tenham se mostrado na busca de alternativas para a crise, não conseguiram naquela ocasião articular-se no campo político-eleitoral[76], em que pesem todas dificuldades que isso envolveria. Em uma *declaração especial* publicada ao fim do encontro, podemos notar esse paradoxo.

> El Congreso del Pueblo hace expresa constancia pública de que **el programa elaborado en su seno será llevado adelante en todos sus aspectos por los propios participantes** en el mismo a través de sus organizaciones y las que se dé el Congreso.
> El Congreso del Pueblo **ha aprobado un programa de soluciones con la misma independencia que sus organizaciones integrantes guardan celosamente respecto a los partidos políticos y al Estado** y llama a todas las organizaciones de cualquier carácter a trabajar seriamente por ese programa.[77] (Grifo meu)

Ora, como um programa de soluções notadamente progressista e que pressupunha transformações tão profundas poderia ser colocado em prática pelos *próprios participantes* do evento? Isso seria feito prescindindo dos partidos políticos? Demasi e Alonso Eloy chamam a atenção para o fato de que as ações propostas pelo *Congreso del Pueblo* são claramente delimitadas ao *âmbito sindical*, isto é, não ultrapassam o plano reivindicativo. (1986, p. 58) Isso fica evidente no documento

[76] Em seu trabalho clássico sobre a oligarquização no interior de movimentos teoricamente democráticos, Robert Michels dedicou especial atenção aos sindicatos. Obviamente referindo-se a um contexto muito específico – a Europa do início do séc. XX –, Michels põe acento na tendência do sindicalismo de entender a si próprio como movimento apartado da política partidária: De acordo com a doutrina sindicalista é fundamental que se transfira o centro de gravidade revolucionário do proletariado do partido político para o sindicato. Concebe-se o sindicato como um organismo politicamente neutro, que não adere a partido algum, mas que é socialista por inspiração e objetivo. (MICHELS, 1966, p. 117)

[77] Declaración especial. *Época*, Montevideo. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 150.

final do congresso, o qual depois de assinalar o caráter fundamentalmente estrutural da crise econômica uruguaia adjudicava que

> Para superar la crisis es necesario remover estas estructuras que traban el crecimiento de la producción, de la productividad, de la ocupación y del comercio exterior del país.
> **El pueblo impulsará y el Estado promoverá la trascendente tarea de efectuar los cambios necesarios en beneficio de la Sociedad, los que serán realizados por el pueblo organizado**.[78] (Grifo meu)

O texto indicava os meios para superar a estagnação, quais sejam a remoção das *estruturas que travavam o crescimento da produção* nacional. Em seguida, com uma assertiva pouco clara, afirmava que *impulsionado* pelo *povo* o *Estado* levaria adiante as reformas necessárias, como se o Estado, ele mesmo, estivesse alheio a quaisquer interesses sócio-econômicos e pudesse ser conduzido exclusivamente pela vontade popular.

As deliberações do *Congreso del Pueblo*, como frisado anteriormente, foram marcadas por concepções políticas originadas da experiência sindical, incluindo-se a idéia de Estado presente em vários de seus documentos. O *programa* do congresso, assim como a futura *declaração de princípios* da CNT, não podem ser definidos como socialistas, e por isso mesmo, a visão de Estado ai encontrada não corresponde, por exemplo, àquela do marxismo-leninismo, que concebe o aparelho estatal como instrumento de *dominação de classe*. (LACLAU, 1986, p. 27)

No Uruguai, a interpretação de Estado mais corrente no movimento sindical – de tantas possíveis – foi a herdada do *batllismo*, ou seja, a que o reputava como árbitro de conflitos além de protetor dos segmentos sociais mais frágeis ou, como se consagrou no jargão político uruguaio, a do Estado como *escudo de los débiles*[79].

---

[78] Programa de soluciones a la crisis. *Época*, Montevideo. op. cit.

[79] Após a derrota do último grande levante armado de sua história em 1904, o Estado uruguaio conseguiu enfim impor-se como detentor exclusivo do *monopólio da força*, e além desse papel assumiu ainda outras prerrogativas: Junto a esta función esencial, durante esta etapa el Estado uruguayo desarrolla otras tres funciones: productiva, reguladora y social. La *función productiva* – la participación directa del Estado en la generación de bienes y servicios – caracteriza muy especialmente la era del "*primer batllismo*" (1903-1916). Para el batllismo era necesario expandir la participación del Estado- empresario. Según sus propulsores, el intervencionismo estatal arrojaría numerosos beneficios en diversos planos. En el plano económico, la participación del Estado permitirá rebajar el precio, mejorar localidad de los servicios, incrementar los ingresos del Estado y, concomitantemente, rebajar los impuestos. **En el plano social, el Estado-empresario se justificaba fundamentalmente en términos de equidad: la intervención del Estado permitiría "*dotar a las clases sociales más numerosas y menos favorecidas de una suma de beneficios que, otra manera, serían únicamente accesibles a las acomodadas*"**. Finalmente, en el plano político, los batllistas argumentaron que las nacionalizaciones permitirán frenar el "*drenaje*" de oro al exterior y, por ende, la consolidación de la "*soberanía nacional*". (FILGUEIRA et. al., 2004, p. 179-180, grifo meu)

Dessa maneira, a concepção de Estado que permeava o *Congreso del Pueblo* o julgava muito mais como a expressão de uma soberania popular e nacional que necessariamente como representante de uma classe em específico[80].

Pouco tempo após o encerramento do congresso, em agosto de 65, Héctor Rodríguez escreveu um denso artigo em *Marcha* comentando os possíveis resultados políticos do mesmo, inclusive suas implicações eleitorais. Para Rodríguez, as deliberações do *Congreso del Pueblo* suscitavam divergências em torno das *formas* de luta que ele deveria assumir ou, em outras palavras, sua *tática*[81], resultando daí diferentes concepções de atuação política: "[...] 1) la que el movimiento elabora a partir de su experiencia viva; 2) la que ignora esa experiencia para servirse de no importa cuál esquema."[82] Não é preciso nenhum esforço interpretativo para concluir que a tática baseada na *experiência* era aquela já consagrada pelos sindicatos, ao passo que a segunda, pressupunha a *politização* do evento direcionando-o para objetivos eleitorais.

Héctor Rodríguez teve uma breve passagem pelo Partido Comunista do Uruguai, sendo deputado pela sigla entre 1947 e 1951. Expulso do partido por divergências com as lideranças, prosseguiu com sua atuação política no movimento sindical, atuando na *Unión General de Trabajadores*, *Central de Trabajadores del Uruguay* e na fundação da CNT. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 70) É evidente que a trajetória como sindicalista pesava em suas concepções políticas, e por isso mesmo via com muitas reservas qualquer pretensão eleitoral do *Congreso del Pueblo*. De acordo com sua visão tática, os movimentos nucleados pelo congresso deveriam se valer de suas experiências acumuladas, agindo por meio de *paralisações*, *greves* e *manifestações*, sempre dentro da institucionalidade. Todavia, se tivessem que *deliberar* acerca de posições políticas e eleitorais,

> **Por otro lado la deliberación resultaría reductora – solo podrían participar en el movimiento los que compartieran determinadas definiciones o aceptaran determinada fórmula electoral**. Es un hecho cierto que el movimiento popular, que ahora nació, no ha tenido participación ni pronunciamiento electoral, a pesar de que una gran parte de sus componentes votan en las elecciones por diversos partidos.[83] (Grifo meu)

[80] Devo também às conversas com o Profº José Rilla várias das conclusões apresentadas sobre esse assunto.
[81] RODRÍGUEZ, Héctor. Después del congreso. Acción del pueblo y campaña electoral. *Marcha*, Montevideo, 27 ago. 1965. In: SIRI, Ingdrid et. al., op. cit. p. 158-161.
[82] Ibidem., p. 160.
[83] Ibidem., p. 160-161.

Pode-se perceber no discurso de Rodríguez uma espécie de conflito entre participação eleitoral e atuação sindical, no qual a primazia é dessa última; o que não chegava a ser um boicote às eleições[84]. Não obstante considerasse a importância do voto, Héctor Rodríguez achava que seus efeitos eram *discutíveis* em face do sistema eleitoral que vigorava no país e ainda alertava que a *politização* do *Congreso del Pueblo* poderia resultar em uma *paralisação* do movimento[85].

A distância do congresso em relação à política partidária, assim como algumas passagens de seu *programa de soluções*, nos levam a crer que na perspectiva da CNT e dos demais responsáveis pelo evento, não era necessário conquistar posições de Estado para então promover as transformações almejadas pelo *povo*[86]. A já mencionada independência do sindicalismo uruguaio certamente ajuda a compreender seus posicionamentos bem como o conteúdo de suas propostas[87].

Em 1966, ao fim do processo de unificação sindical e consolidação da CNT, a nova central respaldou o *Congreso del Pueblo* adotando suas principais resoluções como forma de apoio ao movimento. No entanto, apesar dessa adesão, sinalizava-

---

[84] Quien quiera hacer campaña electoral, haga campaña electoral; pero que el movimiento agrupado en el Congreso del Pueblo antes, durante y después de la campaña electoral luche por los objetivos que ha propuesto su programa, con tesón y sin desmayos: sólo esto dará un carácter nuevo a la campaña electoral y determinará la mejor votación posible dentro del nivel de consciencia política existente en el momento mismo de las elecciones. Ibidem., p. 161.

[85] Ibidem.

[86] La idea que predomina es la de una "crisis de estructuras" que era necesario superar por medio del propio esfuerzo, sin esperar ningún milagro externo; pero sin perder de vista la equidad social en el sacrificio, repartiendo el peso de la tarea entre los sectores sociales. En este proyecto estaban claramente identificados los agentes dinamizadores: "El pueblo impulsará y el Estado promoverá la trascendente tarea de efectuar los cambios necesarios en beneficio de la sociedad, los que serán realizados por el pueblo organizado"; también aparecía identificada la herramienta principal de las transformaciones: la planificación. (DEMASI, 2007, em fase de elaboração)

[87] Comentando os poucos exemplos de *sindicalismo de classe* na América latina, Alain Touraine escreve: O caso mais antigo e mais original é o do Uruguai. No início do século, o sindicalismo deste país tinha uma orientação de classe e opunha-se à participação política. Mas o grande presidente *colorado*, Batlle y Ordóñez, durante uma greve importante dos ferroviários, interveio a favor dos grevistas, e até mesmo apoiou – desta vez sem sucesso – os operários do porto na sua luta contra as companhias. Batlle introduziu, desde 1907, leis favoráveis aos sindicatos que conquistaram, entre 1914 e1920, a proibição do trabalho noturno nas padarias, a jornada de oito horas, a proibição do trabalho de menores, um sistema de aposentadoria, licenças de maternidade, etc. Conjunto de medidas que fizeram do Uruguai uma democracia social única no continente e provavelmente até no mundo, modelo do qual se aproximaram, mais tarde, os regimes social-democratas da Escandinávia, Alemanha e Áustria. **O sindicalismo não foi incorporado ao *batllismo*, mas exerceu uma grande influência sobre este regime não apenas durante o governo do próprio Batlle, como também e novamente após 1947, durante o governo de Luiz Batlle R.**, (sic) sobrinho e herdeiro de Batlle y Ordóñez. **No Uruguai, a independência do sindicato – ao mesmo tempo que a importância das reformas que ele conquista – permite falar de um movimento operário**. (TOURAINE, 1989, p. 303-304, grifo meu)

se o intuito de elaborar brevemente um programa *especifico da classe operária*[88]. Em termos práticos, isso estabeleceu os marcos gerais para a atuação do movimento operário a partir dali, o qual depois de unificado teve uma participação ainda maior no cenário político nacional.

O congresso de unificação que formalizou a *Convención Nacional de Trabajadores* tomou ainda outras resoluções: "[...] El estatuto afirmó la garantía de la democracia sindical (derecho a la crítica y autocrítica), su independencia frente al Estado, patronos, partidos y sectas, y a la no afiliación a ninguna organización internacional. […]" (PORRINI BERANCOCHEA, 2007, p. 296) Estipulou-se igualmente, que seus dirigentes não poderiam ocupar cargos políticos, mas se lhes permitiu ter posições partidárias sem fins proselitistas.

Assim, o *Congresso de Unificação* da CNT aprovou três documentos que mais tarde vieram a público conjuntamente: sua declaração de princípios, o *programa de soluções* do *Congreso del Pueblo* e os recém criados estatutos da central sindical. Quanto ao *programa de soluções*, este foi publicado pela CNT com algumas mudanças, que apesar de não comprometerem seu teor são dignas de nota. Em primeiro lugar, embora fosse público de onde vinha o documento, o escrito recebeu o título de *Programa de la Convención Nacional de Trabajadores*[89], o que não obliterava sua origem já conhecida e reforçava a idéia de apoio irrestrito do movimento sindical. Depois, a CNT agregou a seu texto o excerto BIENESTAR Y SEGURIDAD SOCIAL, também uma das resoluções do *Congreso del Pueblo*, mas que originalmente não fazia parte do *Programa de soluciones a la crisis*. Finalmente, um tópico sobre educação[90] foi acrescentado, sem, no entanto, contradizer o que o já havia sido deliberado sobre essa matéria.

Em suma, quando examinamos em perspectiva a unificação das esquerdas uruguaias, a realização do *Congreso del Pueblo* bem como a unidade do movimento sindical com a CNT são experiências que não podem ser ignoradas. Como veremos,

---

[88] 1) El Congreso resuelve apoyar el programa del Congreso del pueblo, programa que unifica los intereses de los trabajadores, campesinos, cooperativistas, jubilados, estudiantes, profesionales, y compromete el esfuerzo de la CNT para lograr su realización. 2) **Sin perjuicio de este apoyo la CNT procederá a elaborar el programa específico de la clase obrera, programa que habrá de considerar su próximo congreso**. 3) La fisonomía propia de la CNT como expresión de la clase obrera uruguaya, y que habrá de reflejar dicho programa, está dada por la Declaración de Principios que el Congreso de Unificación Sindical resuelve aprobar. C.N.T. *Declaración* de *principios.* Programa y estatutos. Montevideo: Centro Estudiantes de Derecho; Biblioteca Sindical, 1967, p. 8. (Grifo meu)

[89] Ibidem., p. 17.

[90] Ibidem., p. 39.

as bases programáticas da Frente Ampla retomaram uma série de elementos presentes tanto no ideário do *congresso* quanto no da *Convención Nacional de Trabajadores*. De certa maneira, como declarou José Enrique Díaz em entrevista, a coalizão surgida em 1971 foi precedida por uma unidade *social* e *sindical* que já estava em marcha desde antes, sendo a FA mais um capítulo desse longo processo.

> […] Lo mismo pasó con la unidad, digamos, superior que se construyó en el 71. Nosotros, a fines de los años 50, producto de una serie de procesos importantes que hubo en el Uruguay, caso de la vitoria del Partido Nacional, la crisis del modelo batllista económico social, la terminación de la II Guerra Mundial, la Guerra Fría y las revoluciones en el tercer mundo, especialmente Revolución Boliviana, Guatemalteca, después Revolución Cubana, todo eso fue generando un clima de creciente efervescencia política y de cambio político. Por otro lado el movimiento social, otro hecho que yo también he señalado, producto de la necesidad de avanzar en conquistas también fueron buscando resolver sus problemas de unidad, de forma que yo también he afirmado, más allá de los grandes historiadores del Uruguay y de su historia reciente, de que también se puede decir, en una especie de ley tendencial de la historia social y política uruguaya, que ¡siempre lo social y lo sindical precedió a lo político, en lucha y en unidad! porque antes del Frente Amplio hubo CNT. Y la CNT, y la lucha por la unidad sindical, ayudó, empujó la unidad política. […][91]

3. As esquerdas nas eleições de 1966: reforma constitucional e unidade política

Ao acompanhar a atuação das esquerdas durante a campanha eleitoral de 1966, nota-se claramente que além da questão da unidade, tema constante entre os partidos minoritários, outra matéria mobilizou não apenas esses setores como todo o campo político no país: a reforma constitucional.

Entre 1958 e 1973, período abarcado por essa pesquisa, o Uruguai esteve sob a vigência de duas constituições: a de 1952 e também a carta de 1967, que foi levada a plebiscito junto com as eleições nacionais do ano anterior[92]. É conveniente discutir, ainda que parcialmente, as principais implicações da Constituição de 52

[91] DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (58 min).

[92] Ao longo de sua história o Uruguai promulgou sete constituições, a começar pela de 1830, primeira após sua independência, passando pelas cartas de 1918, 1934, 1942, 1952, 1967 e a atual Constituição proclamada em 1997. (CHASQUETTI, 2004, p. 83)

para a governabilidade, e porque ela foi reformada cerca de quinze anos depois em meio à conturbada década de 60.

A Constituição de 1952 deu forma a um antigo e polêmico projeto batllista, o Executivo *colegiado*. (VANGER, 1983, p. 196) Dentre as tantas marcas deixadas por José Batlle y Ordóñez na política e sociedade uruguaias, o colegiado foi aquela que mais incidiu na governança do país, não apenas por sua originalidade e efeitos políticos diretos, como também pela tendência em reforçar, por conveniência dos partidos majoritários, a co-participação de colorados e blancos no poder.

Na verdade, formas intermediarias de co-participação haviam sido implementadas por constituições anteriores. Em 1918, ficou aprovado que o Executivo seria comandado pelo Presidente da República e um Conselho Nacional de Administração também eleito, o qual deveria ser composto por membros dos dois partidos mais votados[93]. Esse arranjo institucional criou um *Poder Executivo bicéfalo* que perdurou até 1934, quando uma nova Constituição reformulou mais uma vez as formas de mando do sistema político. (CHASQUETTI, 2004, p. 72) Já no interregno que vai de 1934 a 1952, o Uruguai foi governado pelo Presidente atuando com seu respectivo Conselho de Ministros, lembrando que nesse intervalo houve ainda a Constituição de 42, que apesar de ter realizado ajustes na carta anterior manteve sua fórmula governativa.

No princípio dos anos 50, o batllismo, representado pelas listas 14 e 15 do Partido Colorado, voltou a reivindicar o Executivo *colegiado*, o que foi levado a cabo pelo presidente Andrés Martínez Trueba por meio de uma reforma constitucional tão logo iniciasse seu mandato. Embora fosse esse um projeto fundamentalmente batllista, um importante setor do Partido Nacional outrora anti-colegialista, o

[93] […] la nueva Constitución establecía un Poder Ejecutivo bicéfalo, con un Presidente de la República (reivindicación riverista) y un Consejo Nacional de Administración (reivindicación batllista). El Presidente de la República sería elegido en forma directa y por mayoría simple de votos, y duraría cuatro años en su cargo, sin posibilidad de reelección inmediata. Tendría como competencia la representación de Estado, la conservación del orden, el mando de las Fuerzas Armadas, la nominación y destitución de jefes de policías, y la posibilidad de tomar medidas prontas de seguridad en caso de desorden o crisis. A su cargo estarían las carteras ministeriales de Relaciones Exteriores, Interior, y Guerra y Marina. El Consejo Nacional de Administración (CNA) estaba compuesto por nueve miembros también elegidos directamente por la ciudadanía, correspondiendo las dos terceras partes de la representación a la lista más votada y la tercera parte restante, a la lista más votada del segundo partido. Los consejeros durarían seis años en sus cargos y se renovarían por tercios cada dos. Al CNA se le asignaban los cometidos de administración que no se le hubieron encomendado al Presidente de la República (Instrucción Pública, Obras Públicas, Trabajo, Industrias y Hacienda, y Asistencia y Higiene). (CHASQUETTI, 2004,p. 68-69)

herrerismo, o apoiou com vistas a conquistar posições junto ao poder[94]. Votada pelo Legislativo e também em plebiscito, a Constituição de 1952 criou finalmente o *colegiado integral*.

Assim, estabeleceu-se que o Poder Executivo seria comandado por um *Conselho Nacional de Governo* – CNG, composto por nove membros, sendo que seis deles cabiam ao partido vencedor das eleições e os restantes ao segundo colocado. Era também desse conselho a prerrogativa de escolher o corpo de ministros por maioria de votos. (CHASQUETTI, 2004, p. 77)

Com sua instituição, o Conselho Nacional de Governo decretou o fim do Executivo *unipersonal* no Uruguai e se tornou um caso político inédito no país e em toda a região. No que diz respeito à sua condução, o órgão possuía apenas uma presidência representativa, na qual se alternavam anualmente os quatro primeiros colocados do partido mais votado nas eleições. (NAHUM, 1999, p. 128)

Na prática, as experiências de *colegiado* – tanto a de 1918, quanto a de 1952 – reforçavam a dinâmica *centrípeta* do sistema partidário uruguaio. A competição pelo *centro* do espaço político, que de acordo com Giovanni Sartori é uma tendência nas formações bipartidaristas (1982, p. 322), se aprofundava ainda mais na medida em que arranjos legais como o CNG propunham a co-participação de blancos e colorados no Poder Executivo.

Pablo Mieres salienta que ao se configurar a *competição centrípeta* no país, aqueles que perdiam as disputas eleitorais não buscavam *espaços políticos*

---

[94] Em um pequeno, mas precioso texto publicado nos anos 60, Oscar Bruschera analisava a adesão herrerista à reforma constitucional e à implementação do colegiado nos seguintes termos: En las elecciones de 1950 – increíblemente -, no se consultó a la ciudadanía sobre ningún proyecto constitucional, el tema de la reforma fue ajeno a las preocupaciones preelectorales. **El Partido nacional Herrerista, por intermedio de sus órganos internos, reiteró meses después del comicio, su indeclinable repudio al sistema colegiado, una de las banderas que lo arrastró a participar en la conjuración de marzo** [de 1933].
Cabildeos y rumores culminan el 31 de julio de 1952 cuando representantes del Partido Colorado Batllista – previas directas gestiones del presidente de la República – y el Partido Nacional Herrerista suscribieron las bases de un acuerdo político para la revisión constitucional. A 35 años del 30 de julio de 1916 – fecha ritualmente conmemorada como un fasto del sentimiento anticolegialista –, algunos de los autores de este movimiento, el Partido Nacional – su tronco mayoritario por lo menos –, abjuraba de una línea fundamental en su conducta pública a cuya luz, había explicado momentos decisivos de su destino como colectividad. El Batllismo, fiel a sus antiguos principios, obtenía con su tosuda perseverancia – y merced a un inusual desprendimiento del gobernante, carente de toda sensualidad del poder –, el logro de su ideal, gracias al apoyo de quienes antes, con su esfuerzo, lo habían postergado. BRUSCRERA, Oscar. *Evolución institucional del Uruguay en el siglo XX*. Montevideo: Ediciones del Rio de la Plata, 1966, p. 53-54. (Grifo meu)

alternativos para rivalizar com o partido ganhador, ou seja, não *polarizavam* o sistema, pois teriam igualmente uma parte das tarefas de governo. (1992, p. 72)

Do mesmo modo, a aquiescência dos principais atores políticos no que diz respeito às regras do jogo como também ao objeto e objetivo de suas disputas, as posições de Estado, promovia o fortalecimento de todo o sistema institucional[95]. Resta dizer que apesar de atender às demandas por acesso ao poder dos partidos Nacional e Colorado[96], a eficiência do Executivo *colegiado* começou a dar sinais de desgaste assim que o país foi atingido pela crise econômica a partir de meados dos anos 50. (CHASQUETTI, 2004, p. 78)

Como já foi explanado, o sistema político uruguaio e mesmo os movimentos sociais tentaram, cada um à sua maneira, apresentar saídas para a estagnação do setor econômico que tantas consequências negativas trazia ao país. Todavia, muito além das soluções que iniciativas como a CIDE ou o *Congreso del Pueblo* podiam oferecer à crise, de todas as partes surgiram questionamentos colocando em xeque a competência do próprio Executivo *colegiado*, que passou a ser alvo de críticas devido à sua lenta e ineficaz estrutura deliberativa.

> En términos generales, lo que se le reprochaba a la constitución del 52 era que convertía la tarea del Poder Ejecutivo en una deliberación permanente, paralizante de las decisiones y totalmente ineficiente. **Crítica mayor, para un sistema que no permitía ser al Poder Ejecutivo justamente, ejecutivo**. […] (COSTA BONINO, 1991, p. 157-158, grifo meu)

---

[95] Referindo-se à maquinaria e ao funcionamento do Conselho Nacional de Governo, José Ruiz Valerio afirma: […] **en cierta forma, estos mecanismo también pueden haber favorecido el respecto de las reglas del juego institucional**. En primer lugar, resulta evidente que los partidos tradicionales se beneficiaron con esta peculiar distribución del poder: el partido gobernante, al contar con la anuencia de la oposición para gobernar; la oposición, al obtener cargos que, de otra manera, en un sistema presidencialista podría no haber conseguido. **Por tal motivo, amos partidos consensuaron y respetaron un diseño institucional que los beneficiaba proporcionalmente (nos hallamos frente a un juego de "suma positiva")**. Por otra parte, al ser el uruguayo un sistema competitivo, siempre quedó abierta la posibilidad de una alternancia en el poder. Se sobreentendió, entonces, al menos tácitamente, que de intercambiarse los roles entre gobierno y oposición, ésta seguiría obteniendo los mismos beneficios que brindó a sus rivales (ahora transformados en gobierno) durante sus anteriores presidencias (tal como ocurrió a partir de 1958 cuando los nacionales accedieron al poder tras 93 años de oposición). **Si bien quedaron limitadas las ganancias de los vencedores, también resultaron mitigadas las pérdidas de los derrotados: otra buena razón para respetar las reglas del juego**. (RUIZ VALERIO, 2005, p. 12, grifo meu)

[96] **En síntesis, la Constitución de 1952 fue, al igual que sus antecesoras, el producto de un pacto partidario, donde se recogió el interés particular de cada uno de los sectores**. Mientras el batllismo consiguió imponer su histórica reivindicación del colegiado integral, el Herrerismo lograba derogar el texto de 42 y acceder a seguras posiciones de coparticipación en el Poder Ejecutivo. […] (CHASQUETTI, 2004, p. 77-78, grifo meu)

Com certeza, o aprofundamento da crise econômica expresso na crescente insatisfação popular, apressou no meio político-partidário iniciativas no sentido de por fim ao Conselho Nacional de Governo. É factível pensar assim já que em 1958 e 1962 também houve rumores em torno de uma possível reforma da carta de 1952, porém, nessas duas ocasiões nenhuma das tentativas de reforma teve força suficiente para seguir adiante. Ademais, diferentemente do que ocorrera em 58 e 62, agora, a situação de desagrado atingia a legitimidade social dos partidos majoritários, ou seja, além de econômica a crise tendia a ser também política. Dessa maneira, ante os desafios governativos que se impunham, o colegiado "[...] había demostrado que un ejecutivo deliberante, muchas veces incapaz de mantener una unidad de acción, perdía autoridad y energía. […]" (ARTEAGA, 2000, p. 263)

Foi nesse contexto que ao longo de 1966 surgiram vários projetos para reformar a Constituição vigente. Para irem a plebiscito junto às eleições nacionais as propostas de reforma tinham antes de recolher um determinado número de assinaturas em seu apoio, ou serem respaldadas por 2/5 dos parlamentares. Os quatro projetos que conseguiram se habilitar ficaram conhecidos pela cor de sua cédula de votação[97] e, como veremos, o projeto vencedor foi o da *Reforma Naranja*, pactuado entre setores dos partidos Colorado e Nacional.

Se a volta ao presidencialismo era o carro chefe dos projetos de reforma constitucional tanto de blancos como de colorados, entre as esquerdas a análise da situação ganhava outros contornos. Segundo o Partido Comunista, por exemplo, a simples presença de um Executivo forte não resolveria os problemas vividos pelos uruguaios, os quais só poderiam sanar-se mediante a alteração da *estrutura econômico-social*. De acordo com o PCU, inclusive, a restituição e o fortalecimento das atribuições do Presidente da República podiam significar um *retrocesso*, aumentando a repressão sobre os movimentos sociais e diminuindo as faculdades do Parlamento: um risco para as liberdades políticas.

> […] Bajo el pretexto de gobernar más "ágilmente", se quiere engañar al pueblo diciendo que hay que acrecentar las facultades del Poder Ejecutivo. Se pretende ocultar el fracaso y la índole regresiva de la política del gobierno, diciendo que este no ha podido gobernar. Pero ni los males sustanciales del país residen en las formas

[97] [...] Un proyecto respondía a un sector del Partido Nacional (papeleta gris), otro a varios sectores del Partido Colorado (papeleta rosada), otro a los grupos de izquierda (papeleta amarilla) y un cuarto a una mayoría del Partido Colorado y a un importante sector del Partido Nacional (papeleta naranja). El resultado del plebiscito favoreció finalmente a la reforma de carácter interpartidario. (CHASQUETTI, 2004, p. 78-79)

> constitucionales, sino que en su estructura económico-social […], ni los males constitucionales residen en la forma del Pode Ejecutivo, Presidencia o colegiado, sino precisamente en la repartija, en los privilegios de los partidos tradicionales, en las trabas constitucionales para cambios de fondo o para una mayor intervención del pueblo en los destinos del país. […][98]

Por outro lado, as críticas do PCU à reforma constitucional pleiteada pelos partidos majoritários não impediram que pouco mais tarde também o comunismo apresentasse seu projeto, o qual ficou conhecido como *Reforma Popular* ou simplesmente *Reforma Amarilla*[99]. Diferente foi a posição dos socialistas, que desde o princípio se opuseram a qualquer tipo de mudança na legislação por considerarem que a esforço político do grupo deveria ser direcionado para outros objetivos. O Partido Socialista, além de considerar *reacionárias* as diferentes propostas de reforma, ainda julgava que a discussão em torno das leis era uma forma de *ocultar* os verdadeiros problemas do país, como podemos ler na matéria *Cortina de humo e intento reaccionario*.

> Sin ningún temor a equivocarnos afirmamos que los proyectos de reforma constitucional surgidos en campo blanco y en campo colorado, tienen el doble carácter que señalamos en el título: son una cortina de humo, en cuanto pretenden ocultar, con los defectos y fallas de una Constitución, los verdaderos motivos de la crisis que afecta al país en todos los órdenes de su vida; son un intento reaccionario en cuanto buscan, por el camino de nuevas disposiciones constitucionales, colocar en mano de la clase poseedora, instrumentos más dominantes y exclusivistas de poder político.[100]

Há que se ressaltar, evidentemente, que a crítica do PS à reforma não significava seu apoio ao *Conselho Nacional de Governo*, uma vez que para o partido, essa era apenas mais uma fórmula de domínio das elites sobre a *classe*

---

[98] Movilizar y unir al pueblo contra la reforma regresiva. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 10 jan. 1966.

[99] [...] La reforma "*amarilla*" había sido iniciada por un grupo de sindicatos a través de la conformación de un *Movimiento de Trabajadores y sectores populares pro reforma constitucional* y se presentó al Presidente de la Asamblea General con fecha de 24 de mayo de 1966. Continuaba de esta manera la búsqueda de soluciones alternativas a la crisis que se había manifestado por ejemplo, en la reunión del *Congreso del Pueblo* celebrada el año anterior. Este proyecto fue auspiciado e impulsado por la coalición de izquierdas aparecida en los comicios anteriores bajo el nombre de FIDEL. **Proponía un Poder Ejecutivo unipersonal a elegirse en hojas separadas, sin lema. Esto no suponía la existencia de un presidencialismo fuerte, pues se disminuían algunas de las facultades de este poder (desaparecía, por ejemplo, el instituto de las Medidas Prontas de Seguridad)**. Obtuvo el apoyo de 83.315 sufragantes (5.21% del total de votantes habilitados: 1.656.322). (NAHUM et. al., 1998, p. 42-43, grifo meu)

[100] CARDOSO, José Pedro. Cortina de humo e intento reaccionario. *El Sol*, Montevideo, p. 5, 11 fev. 1966.

operária, não importando se o Executivo era *unipersonal* ou *colegiado*[101]. Ademais, de acordo com os socialistas, tomar parte no debate sobre a reforma era uma maneira indireta de compactuar com os setores dominantes e seus acordos, "[...] ya que cualquier proyecto que pretenda enfrentar la reforma "mala" con la reforma "buena", tendrá que definirse también entre Colegiado y Presidencia, es decir, repetimos, entrar en el juego."[102]

Ao se referirem à *reforma má* e à *reforma boa*, os socialistas ironizavam a uma só vez os projetos dos partidos majoritários e também a campanha em prol da *Reforma Popular*[103] que o Partido Comunista iniciara com a FIdeL. O que balizava a posição do socialismo nesse particular, era a idéia de que a legislação política constituía nada mais que um elemento superestrutural, e que por isso sua alteração não surtiria efeito real na sociedade: "[...] Es necesario recordar como una cuestión de principio para los marxistas, que los cambios económicos y sociales se concretan primero en la realidad y luego se institucionalizan. […]"[104]

A *mobilização institucionalista* de parte da esquerda – leia-se: FIdeL e setores do movimento sindical – também foi alvo de críticas de Oscar Bruschera no semanário *Marcha*. Para o articulista, a exemplo das posições sustentadas pelo PS, "[...] Aunque alguien ha dicho muy bien, que si la salida debe ser revolucionaria, las revoluciones primero se hacen y luego se institucionalizan y que por tanto, agitarse por el aparato jurídico, es poner la carreta delante de los bueyes. […]"[105] Em outras palavras, assim como os socialistas, Bruschera empregava a díade *infra-estrutura* / *super-estrutura* ao analisar a campanha do PCU em sua coleta de assinaturas para o projeto de *Reforma Popular*.

> Lo que no podemos comprender en cambio, es la estrategia de una movilización institucionalista de la izquierda para publicitar una reforma puramente superestructural. **Muchas veces desde estas tiendas se ha reiterado la vacuidad de las disputas institucionales, su carácter de meras cortinas de humo para despistar a la gente de la auténtica problemática nacional**. Y cuando el juego concertado de diferentes factores políticos promueve una agitación reformista al primer plano, la respuesta de la izquierda es embarcarse en una empresa del mismo tipo, para peor signada con la perspectiva de un seguro fracaso.[106]

---

[101] El Partido Socialista y la reforma constitucional. *El Sol*, Montevideo, p. 4, 11 mar. 1966.
[102] CARDOSO, José Pedro. Cortina de humo e intento reaccionario. *El Sol*, op. cit.
[103] Reforma oligárquica y reforma del pueblo. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 21 jan. 1966.
[104] El Partido Socialista y la reforma constitucional. *El Sol*, op. cit.
[105] BRUSCHERA, Oscar. La izquierda y la reforma. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 1 abr. 1966.
[106] Ibidem.

De acordo com Oscar Bruschera, seria incoerente ou mesmo incompatível para um grupo marxista envolver-se em disputas puramente institucionais, quadro esse agravado por sua previsão de fracasso quanto à campanha do Partido Comunista, o qual precisava de aproximadamente duzentas mil firmas para habilitar sua proposta à votação: cerca de 10% dos eleitores legalmente inscritos[107]. Bruschera se enganou em uma parte de seus prognósticos, pois a *Reforma Popular* foi validada para o plebiscito, mas acertou quanto à sua pequena força ante os demais projetos apresentados.

Acredito que o baixo desempenho eleitoral do projeto da *Reforma Popular* não possa ser cabalmente explicado, mas há algumas hipóteses que podemos discutir. A votação obtida pela proposta nas eleições é realmente contraditória, pouco mais de 80.000 sufrágios, ou 5,21% do total. Se considerarmos que durante a campanha liderada pela FIdeL para validar esse projeto recolheu-se mais que o dobro desse montante em assinaturas, vemos que na instância realmente decisória, isto é, o ato eleitoral, mesmo parte dos votantes que apoiaram a habilitação da *Reforma Popular* optaram pelos projetos mais moderados, sendo que a imensa maioria votou pela *Reforma Naranja*, 786.987 votos, com 47,51% das preferências. (NAHUM et. al., 1998, p. 42-43)

Além do debate gerado pelos diferentes projetos de reforma constitucional, as esquerdas continuaram se ocupando do tema da unidade política para as eleições. No curso da campanha eleitoral de 1966, porém, fora utilizado um canal de discussão que não existia em 62, a *Mesa por la Unidad del Pueblo*. O objetivo desse *organismo* era proporcionar a aproximação e o entendimento de todos os partidários da unificação, que por intermédio da *Mesa* expunham suas fórmulas e condições.

Não bastasse as já conhecidas divergências entre socialismo e comunismo, em 66 o projeto de unidade das esquerdas foi ainda ameaçado por outro acontecimento: a Primeira Conferência Tricontinental realizada na cidade de Havana, Cuba[108]. O Partido Socialista, que segundo o próprio grupo fora o primeiro

---

[107] Se necesitan cerca de 200.000 firmas para que el proyecto pueda plebiscitarse; toda la izquierda unida tendría enormes dificultades para reunirlas y luego no tendría ninguna chance para imponerla; pero dividida, como lo está sobre el punto, no se requiere ser agorero ni aguafiestas para vaticinar que no habrá de pasarse de esta instancia previa, de esta puja con los recolectores colorados de firmas, que andan además pregonando que no se confunda su proyecto “democrático” con el otro “totalitario y liberticida”. Ibidem.

[108] 28 de janeiro de 1966: *La Habana, Cuba. Primera Conferencia Tricontinental con el objetivo de “unir, coordinar e impulsar la lucha de los pueblos de Asia, África y América Latina contra el imperialismo, el colonialismo y el neocolonialismo, encabezados por el imperialismo norteamericano”.*

no país a mencionar a preparação da dita conferência, sentir-se-ia fortemente preterido já que a delegação uruguaia enviada a Cuba foi formada exclusivamente com membros da FIdeL, excluindo não apenas os representantes socialistas mas de todas as demais tendências.

Uma extensa queixa do PS foi publicada em *El Sol*[109] e também no semanário *Marcha*[110]*.* Algumas das críticas eram feitas diretamente a Luis Pedro Bonavita, presidente da FIdeL, o qual discursara em Havana representando a delegação do Uruguai:

> 1) En el discurso en cuestión el Presidente del F.I. de L. omitió en sus referencias a la situación de la izquierda uruguaya, la existencia de la Mesa por la Unidad del Pueblo, que su grupo integra.
> 2) Incurrió también en omisión cundo dijo: "y en torno a la clase trabajadora se conformó un potente movimiento popular que el F.I. de L. expresa en el plano político", **no mencionando que ese movimiento popular tiene otras expresiones políticas, distintas del F.I. de L**.[111] (Grifo meu)

Ao não aceitar o exclusivismo da FIdeL – e por isso mesmo do PCU – na Conferência Tricontinental, o Partido Socialista colocava outra vez às claras uma das questões chave para as esquerdas: a disputa pelo papel de vanguarda política e revolucionária. Assim, quando o PS se queixava de ter sido excluído do evento em benefício dos comunistas, estava reivindicando na verdade seu posto a frente do *movimento popular*. No caminho inverso, o Partido Comunista pleiteava o mesmo papel ao participar sozinho da conferência. Mais um obstáculo no caminho do entendimento entre as duas forças.

Apesar das críticas ao PCU, legítimas, há que se dizer, o socialismo não se retirou da *Mesa por la Unidad del Pueblo*[112]. Porém, como veremos, a permanência

---

Se funda la Organización de Solidaridad con los pueblos de Asia, África y América Latina (OSPAAL). FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 29.

A Conferência Tricontinental foi mais um capítulo da longa polêmica no seio do Movimento Comunista Internacional envolvendo Cuba e seu apoio à luta armada na América Latina. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, [...] Castro não se submetera ao acordo de refrear a luta armada, estabelecido em novembro-dezembro de 1964, sob inspiração de Moscou, com os partidos comunistas ortodoxos, e convocara a Havana cerca de 430 representantes tanto da esquerda legal ou clandestina (exceto os maoístas) dos três continentes, como dos movimentos nacionalistas mais radicais, para participar da Conferência Tricontinental, instalada em 13 de janeiro de 1966, com o objetivo de criar uma Internacional revolucionária no Terceiro Mundo, a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAL). [...] (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 562)

[109] Acerca de la participación uruguaya en la Tricontinental. *El Sol*, Montevideo, p. 8, 28 jan. 1966.

[110] Tricontinental (IV). *Marcha*, Montevideo, p. 4, 28 jan. 1966.

[111] Ibidem.

[112] [...] No obstante y luchando para que estos hechos no se repitan, el Partido Socialista Uruguayo continuará participando en la Mesa por la Unidad del Pueblo, pues entiende que ello encierra

do grupo nas negociações não teve melhores resultados para a unificação das forças de esquerda. De início, as condições impostas pelo partido para que ele viesse a integrar uma aliança, eram basicamente as mesmas apresentadas no ano anterior, isto é, o acordo em torno de uma plataforma mínima e a acumulação de votos por lema mantendo-se a autonomia das diferentes siglas. No entanto, uma coligação cujo lema resultante fosse simplesmente PS-PCU, ou vice e versa, era resistida pelo comunismo que acreditava ser essa uma fórmula pouco abrangente do ponto de vista do apelo eleitoral, o que não aconteceria no caso da adoção de um lema de frente não partidário.

A preocupação com a *autonomia* e a *independência* do partido também ressurgiram no discurso do PS na medida em que as negociações com os outros grupos tomavam forma. Novamente diante da hipótese de ver sua integridade ameaçada pelas possíveis composições políticas, o socialismo reafirmava sua *personalidade própria* e compromissos ideológicos[113]. Nas palavras de José Enrique Díaz:

> […] En el 66 hicimos tentativas de unidad también, se creó una Mesa de Unidad del Pueblo, yo participé en esos debates. **Incluso se estuvo trabajando ya la idea de utilizar la ley de lemas en donde cada uno mantuviera su autonomía, su independencia, su perfil y todos se conjugaran en un solo lema partidario**. Estuvo trabajando en el 66 en la búsqueda de ese lema, y tuvimos dificultades y diferencias y finalmente no se logró la unidad en el 66. […][114] (Grifo meu)

As resoluções do XXI Congresso Extraordinário do Partido Socialista, realizado em março daquele ano, sintetizavam a frustração de mais uma tentativa de coligar os partidos minoritários[115]. Também é claro nos documentos desse

---

posibilidades para impulsar la unidad de las clases populares, en la práctica de la unidad de acción ideológica, camino hacia el Frente Político de la Revolución Nacional. Ibidem.

[113] Al llevar adelante la unidad de acción e integrar un movimiento popular con otras fuerzas, decíamos, sigue siendo el Partido Socialista, con su propia y definida personalidad, tan leal con las organizaciones y las personas que marchen junto con él, para cumplir grandes objetivos comunes, como leal a la idea y a la finalidad del Socialismo. Una personalidad propia. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 18 mar. 1966.

[114] DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (58 min).

[115] Embora extenso, é válido citar o resumo das resoluções do XXI Congresso Extraordinário:

1º) Que el Partido Socialista ha adoptado una posición de unidad de todas las clases y sectores populares y sus expresiones políticas, sin perjuicio de la lucha ideológica, para promover nuestra concepción marxista de la Revolución Nacional; posición reafirmada en este Congreso, por unanimidad de criterios, y que es necesario llevar adelante, en la medida de las posibilidades, en todos los frentes de trabajo y de lucha (político, gremial, popular, electoral, etc.), siempre sobre la base de precisos acuerdos programáticos.

congresso certa descrença do grupo em relação aos meios democrático-eleitorais como uma etapa da revolução a ser cumprida, postura que não encontrava par no interior do PCU, contumaz defensor da *via pacífica* ao socialismo. Destarte, se negava com veemência as *teses estalinistas* da *Revolução Democrática,* bem como o papel progressista da *burguesia nacional*. "[…] Y finalmente, superando la errada táctica de unitarismo electoral dirigentista, hemos puesto el acento en materia de táctica unitaria, en la unidad de acción en los distintos frentes de trabajo, sin mengua de una franca y fecunda lucha ideológica."[116]

Essas críticas ao posicionamento do Partido Comunista eram parte constitutiva do discurso do PS, que desde a renovação de seus quadros dirigentes vinha trabalhando a idéia de uma revolução autóctone, isto é, adequada à realidade do país. Por outro lado, a negação do modelo soviético inclinava a organização a se apoiar em outras referências, como Cuba, que a despeito de se ser historicamente mais próxima, não era menos estranha, considerando a formação política uruguaia.

Uma vez que a acumulação de votos lema a lema não teve apoio de todos os integrantes da *Mesa por la Unidad del Pueblo*, foram feitas diligências para encontrar outra fórmula que fosse aceita pelo conjunto dos membros do organismo e, da mesma maneira, se acomodasse às exigências da lei de lemas. Nesse trabalho de adequação jurídica, além dos dirigentes dos próprios partidos minoritários, também estiveram envolvidas personalidades independentes, com destaque para os colaboradores de *Marcha*.

A questão era clara, mas não simples: como acumular os votos de toda a esquerda sem que nenhum outro setor, sobretudo blancos e colorados, pudesse impugnar a manobra? De acordo com a legislação, o acúmulo só poderia ocorrer

---

2º) **Que en la lucha electoral la oligarquía tiene en sus manos todos los resortes del manejo de la opinión pública (prensa, radio, TV, medios financieros, recursos de enganche electoral como empleos, jubilaciones, etc.), por lo que difícilmente la izquierda puede ganar la batalla en ese terreno y aunque la ganara los ricos no renunciarían pacíficamente a sus privilegios, de lo que resulta fundamental la tarea de preparación y organización revolucionaria del Partido**.
3º) No obstante, la participación en las elecciones en las circunstancias actuales, es una forma de expresar nuestra lucha en defensa de los intereses y derechos populares contra la oligarquía y el imperialismo, y de desarrollar la consciencia y organización de las fuerzas populares.
4º) **Que el Partido Socialista tiene necesidad vital de afirmar ante la opinión pública de manera visible e incuestionable su personalidad política propia, en beneficio de las ideas que encarna, y del conjunto de la izquierda y de su proceso unitario**.
5º) Que en la Mesa por la Unidad del Pueblo que el Partido integra, no ha sido aceptada la fórmula de acumulación permitida por el Art. 79 de la Constitución con las variantes compatibles con esta disposición, propuesta por nuestro Partido, ni se ha logrado acuerdo sobre otras formulas de unidad electoral. XXI Congreso del Partido Socialista. Resolución Central. *El Sol*, Montevideo, p. 1, 18 mar. 1966. (Grifo meu)

[116] XXI Congreso. Unidad y reafirmación socialista uruguaya. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 18 mar. 1966.

sob um lema permanente e válido, dentro do qual os vários grupos figurassem com seus respectivos sublemas. Além da dificuldade de se encontrar uma alternativa jurídica, existia ainda o agravante de que nem toda saída legal para o problema seria politicamente viável.

Desse modo, a *Mesa por la Unidad del Pueblo* trabalhou para formular uma solução "[...] en torno a un lema de frente que permitiera una afiliación equidistante y equitativa de grupos y partidos allí reunidos. Cada uno aportaría sus votos, diferenciados por sublema, al lema común."[117] Segundo essa lógica, a denominação escolhida deveria preferencialmente, além de aglutinar todas as organizações participantes, não criar prejuízos políticos para nenhuma delas; uma empreitada quase impossível.

A proposta da FIdeL foi a que mais esteve perto de concretizar-se, uma vez que o grupo fez a sugestão de se retomar um antigo lema de efêmera trajetória utilizado pela última vez em 1950, o do *Partido Demócrata*[118].

> […] Se entendía por los proponentes que dicho lema se mantiene vigente y que, **en razón de su alejamiento por diez y seis años, ha perdido significación política militante que constituya reserva u obstáculo para el agrupamiento de todos los sectores**.
> El uso del lema Partido Demócrata requería algunas instancias previas: el restablecimiento de su vigencia legal, o cuando menos, la seguridad sobre ésta; la autorización por parte de sus propietarios que hiciera posible su utilización.[119] (Grifo meu)

O fato de a sigla *Partido Demócrata* ser neutra politicamente, afinal de contas não remetia nem ao PCU e tampouco ao PS, não impunha qualquer constrangimento às duas principais forças da esquerda e, logo, fazia crer que a tão almejada unidade eleitoral finalmente se concretizaria. Não obstante, dessa vez o impedimento não veio da Corte Eleitoral, mas de uma disputa interna do Partido Socialista que se arrastava desde as eleições de 1962.

O fracasso do socialismo com a *Unión Popular* rendera duras críticas de Emilio Frugoni e outros quadros aos novos dirigentes do partido. Como ao criar o novo lema junto à Lista 41 os socialistas tiveram que abdicar de sua designação tradicional, deixando-a sem titular por assim dizer, Frugoni tentou reavê-la em uma disputa política e jurídica que só acabou em 66. O historiador Carlos Machado, que

---

[117] CASTRO, Julio. La unión de las izquierdas. *Marcha*, Montevideo, p. 6, 30 set. 1966.
[118] O *Partido Demócrata* foi a denominação utilizada nas eleições de 1950 pela *Agrupación Nacionalista Demócrata Social*, sublema do Partido Nacional criado no final dos anos 20 por Carlos Quijano. (SIERRA, 2003, p. 34; ALFARO, 1984, p. 30).
[119] CASTRO, Julio. La unión de las izquierdas. op. cit.

na época era membro do PS e articulista de *El Sol*, descreve esse processo em um depoimento segundo o qual após 1962:

> […] hay un desbande ¿entiende desbande? Todos los días alguien renuncia, todos los días alguien se aparta, todos los días alguien nos culpa de haber llevado el partido a un naufragio. **Y el viejo grupo dirigente de Frugoni, que ya tenía 80 años, no sólo se reagrupa con el nombre de Movimiento Socialista, […] sino que nos reclaman los bienes, la sede, la Casa del Pueblo, los locales, la prensa, la imprenta**. ¿Por qué? Porque en la vieja legislación uruguaya la única manera de formar un partido nuevo es dejar de pertenecer al anterior. De modo que todos hemos tenido que firmar un papelito a la Corte Electoral, que dice: por la presente dejo de pertenecer al Partido Socialista y paso a pertenecer al partido Unión Popular. […][120] (Grifo meu)

A bem da verdade, a mesma manobra havia sido feita pelo Partido Comunista ao ingressar na FIdeL, isto é, também os comunistas tiveram que abandonar seu lema como PCU, porém, como existia consenso no grupo a respeito dessa matéria, não houve nenhum setor reivindicando a antiga sigla partidária. No caso do PS, duas correntes disputaram judicialmente a velha denominação: a ligada a Frugoni, conhecida como Movimiento Socialista, e a dos novos dirigentes, chamada Izquierda Nacional, que por sinal acabou vencendo essa demanda[121].

A decisão de quem ficaria com o lema – Izquierda Nacional ou Movimiento Socialista –, de acordo com uma imposição da Corte Eleitoral, seria feita pela própria cidadania no pleito seguinte, ou seja, em 1966. Assim, o grupo que obtivesse o maior número de votos teria o direito sobre a utilização da sigla, com a condição de que ambos os setores se apresentassem às eleições obrigatoriamente sozinhos, sem alianças com outros partidos, sob a pena de perder o lema caso fizessem algum tipo de coligação[122].

Diante desse panorama, o Partido Socialista condicionou sua entrada como sublema do *Partido Demócrata* ao ingresso do *Movimiento Socialista* na mesma aliança. Em outras palavras, o PS só poderia aderir à coalizão se o setor com o qual

---

[120] MACHADO, Carlos. *Carlos Machado*: depoimento [Out. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:30 min).

[121] […] The Socialist Party then split into two factions, neither taking the ultimate and no doubt suicidal step of forming a separate party. The more radical majority took the name **Izquierda Nacional**, which took for reality the dream of a Socialist-led leftwing coalition that was fast becoming a nightmare. The founder of the Party, the more moderate traditionalist Emilio Frugoni, who had already expressed considerable dissatisfaction with the manoeuvres that had produced the Unión Popular in the first place, led a minority under the title **Movimiento Socialista**. […] (GREGORY, 2009, p. 39, grifo meu)

[122] MACHADO, Carlos. *Carlos Machado*: depoimento [Out. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:30 min).

disputava o lema fizesse o mesmo – o que era muito improvável –, caso contrário perderia de imediato a sigla para esse grupo. Em um artigo de *Marcha* Julio Castro escrevia o seguinte a respeito do litígio:

> En la mesa, salvados algunos obstáculos, hubo consenso unánime para el uso del dicho lema. Pero el Partido Socialista, dejó establecida, en el momento de aceptarlo, una condición: votaría bajo la denominación común si el Movimiento Socialista – o sea el otro sector, que hasta hoy no ha ingresado a la mesa – lo hacía también. Si el Movimiento Socialista votaba, como lo había anunciado, bajo el lema Partido Socialista, obligaría a sus propietarios legales a salir de la fórmula unitaria para disputar la posesión de éste. Como consecuencia si el Movimiento Socialista se mantenía fuera del Partido Demócrata, arrastraría al Partido Socialista a su posición.[123]

A situação na qual se encontrava o PS deixou poucas alternativas aos seus dirigentes: aderir à unidade e abrir mão de seu lema ou ir às eleições isoladamente na tentativa de garantir esse patrimônio político. Faltando poucos meses para as eleições nacionais o Partido Socialista deu sua versão de todo o processo de negociações transcorrido até ali[124]. Na opinião de seu Comitê Executivo Nacional, os trâmites para validar o lema *Partido Demócrata* haviam se estendido além da conta, não deixando tempo hábil para que os interessados em participar da unidade pudessem avaliar as implicações de tal empreendimento político[125]. Além disso, mesmo que não houvesse impedimentos legais na utilização do referido lema, o partido ainda dependia, como já foi assinalado, da adesão do *Movimento Socialista* à coalizão[126].

Finalmente, a sobrevivência do grupo pareceu falar mais alto nessa ocasião e o socialismo decidiu que não poderia participar da aliança sob aquelas circunstâncias.

---

[123] CASTRO, Julio. La unión de las izquierdas. *Marcha*, op. cit.
[124] Puntualizaciones del Partido Socialista. *Marcha*, Montevideo, p. 3, 13 ago. 1966.
[125] Por una serie de dificultades, fue transcurriendo el tiempo sin que se produjera la actualización del lema Partido Demócrata y su real disponibilidad para las fuerzas de la izquierda, de modo que cada agrupación política pudiera decidir su concurrencia a las elecciones, bajo ese lema común, con su propio sub-lema y su propia lista.
[…]
1º - Los ciudadanos habilitados, como integrantes de las autoridades del Partido Demócrata, para hacer la gestión señalada ante la Corte Electoral, por dificultades diversas, no habían podido iniciarla hasta ese mismo día (25 de julio).
2º - No se sabe que problemas se plantearán en la Corte Electoral, en un trámite tan desusado como el de rehabilitar la vigencia legal de un lema que no se usa desde hace 16 años, ni que suerte correrá la gestión.
3º - Suponiendo que, al cabo de esa tramitación, la Corte electoral resolviese habilitar el lema Partido Demócrata, deberá producirse la decisión política de las autoridades del mismo, que ponga dicho lema a la disposición de las distintas fuerzas de la izquierda. Ibidem.
[126] Ibidem.

Com o fracasso da utilização do lema *Partido Demócrata*, o grupo de independentes de *Marcha* – que também integrava a *Mesa por la Unidad del Pueblo* – propusera que as forças de esquerda se agrupassem sob a denominação do próprio Partido Socialista. A sugestão era bastante lógica do ponto de vista do arranjo legal e não encontrou, é claro, nenhuma resistência do socialismo, que poderia nessa hipótese participar da aliança e preservar seu lema[127]. Todavia, como era presumível se imaginar, ao ser consultada a FIdeL fez diversas objeções à proposta criando um novo impasse político, o que uma vez mais trazia as negociações à estaca zero. Ao considerar a questão, a *Frente Izquierda de Liberación* argumentava:

> […] Esta fórmula, desde el punto de vista político, era aún más estrecha que la inicialmente propuesta por el Partido Socialista y ya rechazada por todos los otros grupos, ya que, **en primer lugar, obligaba a todos los sectores de la izquierda a votar bajo un solo lema estrictamente partidista,** lo que, lógicamente, implicaba violencia política para algunos de ellos; pero, en segundo lugar, por la propia denominación del lema y por la vinculación que inevitablemente establecía con la orientación política del Partido Socialista, **levantaba una barrera que obstaculizaba la votación por la izquierda de miles de ciudadanos blancos y colorados descontentos con los partidos tradicionales y que podían no compartir aquella orientación**.[128] (Grifo meu)

Tendo em vista esse posicionamento da FIdeL, há que se considerar que a recusa da organização à proposta dos independentes não fora apenas uma questão de tática eleitoral. Assim como é certo que os socialistas resistiriam a uma aliança cujo lema utilizado fosse o do PCU, os comunistas, como força majoritária da FIdeL, dificilmente aprovariam o registro do grupo como um sublema do PS. Conhecendo a trajetória política dos dois partidos, qual deles estaria disposto a ceder num caso como esse?

A decisão do Partido Socialista estava tomada: concorreria às eleições de novembro com seu tradicional lema e a Lista 90, como de costume[129]. A despeito

---

[127] El Comité Ejecutivo Nacional de nuestro Partido entiende que la utilización del lema "Partido Socialista" como lema común de la izquierda, en las próximas elecciones, se ajusta a la resolución del XXI Congreso Extraordinario, que lo autorizó a realizar acuerdos de unidad electoral con las demás fuerzas de la izquierda mediante una fórmula compatible con la denominación socialista del Partido. Nueva fórmula de unidad electoral. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 8 jul. 1966.

[128] Declaración del Frente Izquierda de Liberación. *Marcha*, Montevideo, p. 2-3, 21 out. 1966.

[129] [...] el Partido debe afirmar ante el pueblo, de manera visible e incuestionable, su personalidad política propia, en beneficio de las ideas que encarna y del conjunto de la izquierda y del propio proceso unitario, por lo cual **participará en las próximas elecciones con su denominación socialista y el número 90 de su lista**. CARDOSO, José Pedro. Precisiones sobre la unidad. *El Sol*, Montevideo, p. 2, 15 jul. 1966. (Grifo meu)

desse posicionamento, o grupo não encerrou todas as possibilidades de integrar a unidade eleitoral com a FIdeL e outras organizações, mas o faria unicamente se os demais participantes concordassem em se converter como sublemas do PS, o que na prática inviabilizava a aliança. O socialismo cogitou ainda o uso do lema do *Movimiento Revolucionario Oriental* – MRO, um dos membros da FIdeL, proposta que igualmente não teve acolhida por parte do PCU[130].

O envolvimento do Partido Comunista com a campanha pela *Reforma Popular* parecia absorver o grupo de tal maneira que mesmo as críticas do socialismo não conseguiam desviar a atenção do PCU de seu objetivo maior. Assim, muitas polêmicas ideológicas levantadas pelo Partido Socialista em *El Sol* não geravam quaisquer réplicas de *El Popular*. A inclusão de parcelas da burguesia na *Frente Democrática de Libertação Nacional* – que o PS *preferia* chamar de *Revolucionaria* ao invés de *Democrática*[131] – continuava a ser questionada pelos ideólogos socialistas, sem que, no entanto, fosse defendida pelo comunismo como em ocasiões bastante recentes.

Ao iniciar o mês de setembro, quando tudo indicava que nenhuma das fórmulas unitárias sairia do papel, comunistas e socialistas passaram a trocar acusações sobre qual dos grupos havia frustrado outra tentativa de aproximação. Apontar um culpado era na verdade uma maneira de se eximir de qualquer responsabilidade diante da militância e dos possíveis votantes, e quanto a isso o PS se empenhou muito mais que o PCU, que naquele momento se ocupava de questões consideradas mais relevantes para o partido. Em uma série de artigos o Partido Socialista recapitulou as propostas de aliança consideradas pela *Mesa por la Unidad del Pueblo*, sempre salientando que durante 1966 e mesmo nos anos anteriores a organização trabalhara firmemente pela unidade das esquerdas[132].

Com a aproximação do ato eleitoral a tensão entre os dois partidos aumentou de forma visível; o que antes eram insinuações sem maiores consequências se transformaram em severas críticas lançadas mutuamente.

---

[130] Nuestro partido y la unidad. *El Sol*, p. 2, 9 set. 1966.
[131] RIVEROS, Carlos. La Unidad Popular y el Partido Comunista. *El Sol*, Montevideo, p. 2, 15 jul. 1966.
[132] "La unidad no se proclama, se demuestra". *El Sol*, Montevideo, p. 6, 23 set. 1966; Respuesta unitaria a un ataque de FideL. *El Sol*, Montevideo, p. 6, 23 set. 1966; La posición unitarista del Partido Socialista. *El Sol*, Montevideo, p. 8, 30 set. 1966; El partido y los hechos. *El Sol*, Montevideo, p. 6, 28 out. 1966.

Além de atribuir às outras forças políticas a culpa pelo malogro da unidade das esquerdas[133], o Partido Socialista queixava-se de ser alvo de manobras *divisionistas* por parte de representantes e dirigentes da FIdeL, os quais estariam tentando convencer militantes socialistas a deixar a organização[134]. Mesmo que não fosse contra o proselitismo *stricto sensu*, o PS condenou veementemente a suposta aproximação de membros do outro partido com seus militantes, tachando como *desleal* essa conduta. Em uma audição de rádio José Pedro Cardozo acusava:

> En las visitas que venimos haciendo a distintas ciudades del interior estamos comprobando de una manera que no ofrece lugar a ninguna duda, que los dirigentes del F.I.deL., o sus agentes por instrucciones de los dirigentes, dedican buena parte de de actividad política a visitar, a rodear, a presionar de manera desleal a compañeros socialistas para incitarlos a abandonar nuestras filas e incorporarse a las del F.I.deL.[135]

No entender do Partido Socialista a postura *anti-unitária* da FIdeL era ainda agravada, pois o grupo capitalizava politicamente a adesão de certos membros do PS à organização; em outras palavras, tentava explorar aquilo que poderíamos entender como a conversão partidária de alguns socialistas ao dar publicidade a "[...] tres o cuatro renegados, que recientemente han abandonado al socialismo y se prestan a una reiterada maniobra preelectoral stalinista de pretender hacer aparecer a nuestro partido desmembrándose […]"[136].

A resposta da *Frente Izquierda de Liberación* a tais acusações foi publicada em *El Popular* com uma pequena nota e certa indiferença. Segundo o texto, era natural que *pessoas* e *grupos* de *diferentes origens* se aproximassem da organização e que, de tão *grosseiros*, os ataques recebidos não mereciam ser contestados[137].

Finalmente em novembro – por razões distintas das de 1962, porém mais uma vez divididas –, as esquerdas foram às urnas. Os resultados eleitorais

---

[133] ¡Sí! Unidad. *El Sol*, p. 1, 11 nov. 1966.

[134] El Comité Ejecutivo Nacional del Partido Socialista ha resuelto dirigirse a ese organismo para transmitirle el profundo desagrado que le ha producido la comprobación, hecha en distintos puntos del país, de que **personas representativas del F.I.deL., en algunos casos integrantes de su dirección nacional, se dirigen a militantes socialistas e intentan inducirlos a abandonar nuestras filas e incorporarse a las del F.I.deL.** DÍAZ, José Enrique. Carta al F.I.deL. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 18 nov. 1966. (Grifo meu)

[135] Otra del F.I.deL. y van… *El Sol*, Montevideo, p. 3, 4 nov. 1966.

[136] Actitudes divisionistas del F.I.deL. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 28 out. 1966.

[137] […] resultan repudiables los groseros ataques de que han sido objeto algunos de quienes han encontrado en el Frente el camino de una autentica unidad, ataques de tan bajo nivel que este Comité Ejecutivo no ha considerado dignos de contestación. El F.I.deL. y su lucha por la unidad. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 21 nov. 1966.

indicaram um importante aumento na votação da FIdeL, 69.750 votos, quase 30.000 sufrágios a mais que nas eleições anteriores[138]. No Partido Socialista, somando os números das duas correntes que disputavam a propriedade do lema, chegava-se a aproximadamente 11.500 votos, portanto muito menos que o obtido em 62; um claro indicativo da crise vivida pelo socialismo[139]. Em termos percentuais, os partidos minoritários ficaram com 12,1% do eleitorado, ou seja, ultrapassaram em pouco seu teto histórico[140]. Advirto que nessa cifra não estou contabilizando o Partido Demócrata Cristiano, que conseguiu 3,8% dos votos, repetindo seu desempenho de 1962[141].

O aumento no número de votos da FIdeL, segundo Aldo Solari em um texto da época, se explicava em parte pelos eleitores perdidos pelo socialismo de uma eleição à outra – aproximadamente 16.000 – e pelo crescimento natural do eleitorado no período – algo em torno de 7.000 votantes[142]. Assim, parte dos que apoiaram a Unión Popular em 62 brindava agora seu apoio à coalizão liderada pelo PCU. Ainda de acordo com o autor, o bom desempenho da FIdeL se devia também a uma mudança de postura refletida em propostas políticas mais moderadas com as quais o grupo então se apresentou[143].

> Lo que parece altamente significativo es que el único movimiento de izquierda que ha tenido un resultado electoral más o menos estimable, que es al mismo tiempo aquél de que forma parte el Partido Comunista hable un lenguaje en que la "ideología" es mirada como una cuestión accesoria. […]
> **Una lectura cuidadosa de la página editorial de El Popular el día de la elección permite observar que si se habla mucho de cambio, jamás se menciona tampoco la palabra revolución**.[144] (Grifo meu)

---

[138] Em 1966 a coalizão atingira 69.750 votos, contra os 40.086 obtidos em 1962. (ERRANDONEA, 1994, p. 89-90)

[139] Em 1966 o sublema *Izquierda Nacional* obteve 7.892 votos contra os 3.646 conquistados pelo grupo de Emilio Frugoni, o *Movimiento Socialista*. Em 62, a experiência da Unión Popular rendera ao socialismo e às demais forças envolvidas na aliança 27.041 sufrágios. Ibidem.

[140] <http://www.fcs.edu.uy/pri/archivos/Elecciones_Presidenciales/Evolucion_MVD_Interior_1942-2004.xls>. Acesso em: 26 nov. 2009.

[141] Ibidem.

[142] SOLARI, Aldo. Elecciones 1966. Cambio… sin cambiar. In: SOLARI, Aldo. *Uruguay*. Partidos políticos y sistema electoral. op. cit., p. 193-194.

[143] Por ese cambio se llega, creo, a lo que constituye el problema central del Fidel y, en alguna medida de toda la izquierda uruguaya o que se considera tal. **La intensidad del consenso acerca de que las soluciones políticas deben ser moderadas es tal que un partido que quiere jugar la solución electoral está obligado a adaptarse a él como precio de obtener votos más allá de una reducidísima minoría**. Esto es lo ha hecho Fidel. […] Ibidem. (Grifo meu)

[144] Ibidem.

A abordagem de Solari, bastante lúcida em face do processo eleitoral, mas que pagava o preço por sua proximidade com os fatos, questionava as consequências que esse posicionamento da FIdeL poderia acarretar à organização num futuro imediato. Para ele, a *ampliação de linguagem* – entenda-se, moderação – que permitiu ao grupo expandir sua base de apoio entre as *classes* médias, colocava em risco a imagem da aliança para os que já eram seus votantes: "[...] Ese proceso puede conducir al Fidel a perder su fisionomía propia y, sobre todo, a perder votos a su izquierda. ¿Es posible conquistar votos más a la derecha sin perderlos del otro extremo? […]"[145]

Se entre os partidos minoritários não houve entendimento, naquelas eleições blancos e colorados também concorreram à presidência da República sob enorme fragmentação interna, apresentando três candidaturas os primeiros e cinco os últimos. Outra semelhança entre os dois partidos majoritários foi que dentre suas várias ofertas eleitorais ambos postularam nomes *alheios* à política partidária para o comando do Executivo, o que parecia ser um indicio da crise de legitimidade que começava a atingir todo o sistema político e seu tradicional elenco[146].

Após dois governos consecutivos do Partido Nacional o coloradismo retornou ao poder; contudo, como assinalam Carlos Zubillaga e Romeo Pérez citando um político da época, "[...] Fue un triunfo del Partido Colorado pero una derrota del batllismo." (1983, p. 26) Na verdade, a fórmula vencedora das eleições de 1966 – encabeçada pelo militar reformado Oscar Gestido e seu vice Jorge Pacheco Areco – pertencia à Lista 14, desbancando Jorge Batlle e Julio Lacarte Muró, integrantes da

---

[145] Ibidem.

[146] En los partidos tradicionales esto se traducía en dos aspectos. En primer lugar, en la búsqueda de personalidades "ajenas" a la política como candidatos a la Presidencia. Eran ellos Alberto Gallinal Heber en el nacionalismo (latifundista, "pionero" en la materia de praderas artificiales y con una imagen paternalista) y el general (R) Oscar D. Gestido (ex director de la Pluna y AFE, donde cultivó una imagen de honradez y eficiencia, integrante del Consejo Nacional de Gobierno por la lista "14'), en el coloradismo. Se quería con ello superar la tacha de demagogia y clientelismo que desprestigiaba a los políticos "profesionales". […]
En segundo término, continuaba acrecentándose el proceso de fragmentación interna de los partidos. Los colorados presentaron cinco candidatos a la Presidencia de la República frente a tres de los blancos. Tendencias contradictorias desde el punto de vista ideológico sumaban sus votos en el lema común. (NAHUM et. al., 1998, p. 45)
Em um texto clássico do início dos anos 70, Germán Rama apontava a tendência dos partidos majoritários em "[...] proclamar una candidatura a la presidencia, preferentemente de persona no interviniente en la política o al menos de una persona ajena a la condición de gestor político; en ambos casos la imagen pública debía ser lo suficientemente atractiva como para concitar expectativas de cambio o al menos de administración eficiente. **Esta búsqueda del "externo a la política" es el reconocimiento de la degradación política que han realizado los gestores electorales**. RAMA, Germán. *El club político*. Montevideo: ARCA, 1971, p. 15. (Grifo meu)

Lista 15 que vinha de recentes enfrentamentos internos após a morte de Luis Batlle Berres[147].

Feita a apuração, a Lista 14, também denominada *Unión Colorada y Batllista*, obteve 262.040 votos sobre um total de 607.633 conseguidos pelo Partido Colorado; com efeito, somente 21% dos sufrágios emitidos nacionalmente. Entre os blancos, a fórmula mais votada foi a *Alianza Nacionalista* com Martín R. Echegoyen e Dardo Ortiz, os quais obtiveram 228.309 votos diante da votação total do lema que fora de 496.910 adesões. (ERRANDONEA, 1994, p. 90; NAHUM et. al., 1998, p. 45-47)

Eleições de 1966 à presidência – Resultados por partido e fórmula mais votada

Partido Colorado	Oscar Gestido – Pacheco Areco	Outros	Total de Lema
	262.040	345.593	607.633
Partido Nacional	Martín Echegoyen – Dardo Ortiz	Outros	Total do Lema
	228.309	268.601	496.910
FIdeL		Outros	Total do Lema
			69.750
Partido Socialista	Izquierda Nacional	Outros	Total do Lema
	7.892	3.646	11.538
PDC		Outros	Total do Lema
			37.219

ERRANDONEA, Alfredo. *El Sistema político uruguayo*. op. cit., p. 90.

Expressando-se nas urnas, os uruguaios mais uma vez indicaram o desejo de mudança, o mesmo desejo que conduziu os blancos ao poder em 1958. Por uma diferença de mais de cem mil votos elegeu-se um militar que deveria fortalecer o Executivo devolvendo-lhe a agilidade e a eficiência que o momento exigia; no fundo, uma opção de *tom conservador*. (NAHUM et. al., 1998, p. 47)

Essa mesma tendência conservadora se fez presente no resultado do plebiscito para reformular a Constituição de 1952. Como adiantei em outra parte, a proposta vencedora foi a *Reforma naranja* apresentada por setores de ambos os partidos majoritários, cujo objetivo principal era dar mais dinamismo às ações de Estado, extinguindo o Executivo *colegiado* e restabelecendo o cargo de Presidente

[147] En julio de 1964 murió Batlle Berres, desatándose en la "15" una dura lucha por el liderazgo, que enfrentó a los consejeros del sector: Abdala Y Vasconcellos y al hijo del líder: el entonces diputado Jorge Batlle Ibáñez. Este logró imponer su hegemonía tras las elecciones internas de 1965 con el sector denominado "Unidad y Reforma" (al que adhirió Abdala), produciéndose sucesivos alejamientos de la matriz quincista: Amílcar Vasconcellos, Alberto Zubiría, Ponciano Torrado, Carlos Queraltó, entre otros, conformaron un agrupamiento identificado por la lista "315"; Glauco Segovia, Manuel Flores Mora, Alba Roballo, Justino Carrere Sapriza y Teófilo Collazo integraron el "Frente Colorado de Unidad". (PÉREZ ANTÓN; ZUBILLAGA, 1983, p. 25)

da República, inclusive com um aumento de suas prerrogativas e do tempo de mandato que foi estendido de quatro para cinco anos. (COSTA BONINO, 1991, p. 159)

No entanto, mesmo considerando o impulso transformador representado pela *Reforma naranja* e as modificações por ela implementadas, a nova Constituição não ultrapassou certos limites instituídos em torno da prática política dominante no Uruguai, sobretudo se atentarmos para a tradição co-participativa entre os partidos majoritários. As principais *entidades públicas*, por exemplo, continuaram a ser dirigidas de forma compartilhada, ainda que a lei dissesse o contrário[148] e, segundo as regras eleitorais, o presidente, apesar de fortalecido, dificilmente contaria com *maiorias parlamentares* próprias, obrigando-se a negociar com a oposição para governar. (RUIZ VALERIO, 2005, p. 13)

As inéditas disposições da nova carta, bem como o retorno do Executivo unipersonal, geraram grandes consequências para a vida sociopolítica uruguaia. Esse fato não pode ser menosprezado, mas o pacto que deu origem à Constituição de 1967, apesar de seu matiz formalmente moralizador, foi como tantos outros já realizados, a saber: um acordo entre as elites políticas blanca e colorada com vistas a perpetuarem-se no poder reservando umas às outras garantias e espaços de atuação política.

Quanto à natureza da nova Constituição, Luis Costa Bonino (1991, p. 159-163) faz uma série de observações bastante pertinentes para seu entendimento. Para o politólogo, o viés pétreo que geralmente caracteriza os textos constitucionais foi em grande medida suplantado pelo contexto mais imediato naquela carta. Em suas palavras,

> Una de las debilidades crónicas de los textos constitucionales uruguayos, y a la que la constitución del 67 no escapó, es el excesivo peso de la coyuntura en su letra y espíritu. Hubo una constitucionalización del "air du temps", que en aquel momento quería decir "Presidente fuerte", centralismo y planes globales de desarrollo. […] (COSTA BONINO, 1991, p. 162)

[148] En este mismo registro se inscribía la eliminación del régimen de "3 y 2" para la distribución de los directorios de entes autónomos. Tres cargos para el partido ganador, dos para el perdedor. Este sistema proporcional de reparto de los puestos administrativos tenía una bien ganada mala fama, pues institucionalizaba la adscripción y el particularismo como sistema de reclutamiento en las empresas del Estado. Con toda la evidente secuela de ineficiencia y de multiplicación del clientelismo que podía esperarse. **La nueva constitución eliminó este sistema de su texto escrito, pero permaneció casi incambiado en la eterna "constitución bis": la costumbre y las prácticas políticas tradicionales**. (COSTA BONINO, 1991, p. 160, grifo meu)

Outro sinal desse imediatismo, segundo Costa Bonino, se expressava na crença de que era possível criar uma *liderança* investida de grande *autoridade* apenas incluindo tal artigo na Constituição ou, escrevendo de uma forma simples, criar um *chefe de Estado* a partir de um decreto-lei. Para o autor, havia aí uma clara inversão causal: "[...] Otorgar mucho poder a alguien no implica que ese alguien adquiera condiciones de líder, que pueda generar construcciones colectivas importantes, ni siquiera que pueda tener autoridad". (1991, p. 162)

Ademais, como lembra o autor, devido ao desenho do sistema eleitoral era possível eleger um presidente da República com cerca de 20% dos votos apenas, cifra que não chega propriamente a expressar um consenso político por parte da cidadania. No caso de Oscar Gestido e Jorge Pacheco Areco, que foram eleitos presidente e vice-presidente ainda sob a vigência da Constituição de 1952, mas que governaram amparados pela nova carta, esse paradoxo era latente. Com 21% do eleitorado, a vitória da *Unión Colorada y Batllista* sintetizava a *desproporção* entre a realidade das urnas e os poderes que foram brindados ao Executivo a partir de 1967. (COSTA BONINO, 1991, p. 163) A contradição implícita nesse processo é ainda maior se confrontarmos os 75% dos votos recebidos pela *Reforma naranja* com os parcos 21% que conseguiram Gestido e Pacheco Areco naquelas eleições. Em síntese, podemos afirmar que uma maioria absoluta de eleitores votou uma Constituição que deu amplos poderes a um governo escolhido por uma minoria de uruguaios.

Analisando juridicamente a Constituição de 1967, Alberto Pérez Pérez (1987, passim) salienta como a partir de sua promulgação, os governos seguintes fizeram uso excessivo de certas faculdades que, embora previstas no texto, haviam sido concebidas como mecanismos excepcionais, não sendo adequadas para uma utilização ordinária. Esse parece ser o exemplo dos projetos de *urgente consideração*[149], que uma vez enviados ao Legislativo pelo presidente da República eram automaticamente *aprovados* caso não fossem vetados ou modificados pelas câmaras em um prazo determinado.

Com relação ao *veto* presidencial a Constituição de 67 dava ainda mais primazia às ações do presidente. Caso o Legislativo tivesse *projetos de lei* vetados

[149] El segundo párrafo del inciso 7º del art. 168 dio al Poder Ejecutivo la posibilidad de **remitir al Poder Legislativo proyectos de ley con declaratoria de urgente consideración**, y estableció un procedimiento de aprobación y sanción ficta por el vencimiento de los plazos sin pronunciamiento de las Cámaras, o de la Asamblea General en su caso. […] (PÉREZ PÉREZ, 1987, p. 86, grifo meu)

pelo Executivo, as câmaras tinham sessenta dias para derrubar esse veto – com pelo menos 3/5 dos parlamentares –; caso isso não ocorresse dava-se a matéria como encerrada. (COSTA BONINO, 1991, p. 159) Destarte, mesmo que o aumento das competências presidenciais parecesse temerário a alguns setores políticos, notadamente para as esquerdas[150], a *Reforma naranja* havia sido aprovada por uma maioria inquestionável da população e a nova Constituição era agora uma realidade com a qual todos teriam que lidar, inclusive aqueles que a tinham combatido.

O posicionamento da FIdeL diante dos resultados do escrutínio foi um combinado de celebração pelo avanço eleitoral do grupo[151] e pesar pela derrota de seu projeto de reforma. No final das contas, porém, a avaliação do processo era positiva, já que em relação a 1962 a organização incrementara seus votos[152] e, embora derrotada, a *Reforma popular* também recebera um apoio nada desprezível.

> La Reforma Popular tuvo también un éxito considerable. Se demostró, lo que todos percibieron antes, y es que dicha Reforma se constituyó, particularmente en Montevideo, en un gran instrumento de batalla contra el pacto [naranja]. Es significativo que más de 30.000 aparte de las que votaron el F.I.deL. se hayan pronunciado por el programa de la reforma de los Sindicatos.[153]

Com efeito, para explicar a derrota da *Reforma popular*, os dirigentes da FIdeL ainda apontavam a disparidade de condições, principalmente materiais, que havia separado as diferentes campanhas pela alteração da Carta Magna; uma luta absolutamente desigual segundo eles. Nesse ínterim, a proposta do grupo "[...] no pudo contar con los poderosos medios de difusión utilizados por los partidos tradicionales, que dispusieron a gran tren de la televisión y de la radio."[154]

Em sua edição de 30 de novembro, sem todavia conhecer os números definitivos das eleições, *El Popular* trazia uma série de matérias sobre o

---

[150] Em um editorial de *El Popular* de 13 de novembro, portanto duas semanas antes das eleições, lê-se: La reforma del pacto, la "naranja", significa en efecto un Poder Ejecutivo "fuerte" enfilado directamente contra los trabajadores y el pueblo. El mecanismo de las leyes de urgencia, no tiene otro objetivo que imponer la reglamentación sindical. En una palabra: lo que las fuerzas más regresivas no pudieron alcanzar mediante la implantación reiterada de las medidas de pronta seguridad, tratarán de lograrlo en esta instancia por el mecanismo de la reforma pactista […] La amarilla para avanzar, la naranja para retroceder. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 13 nov. 1966.

[151] Lo más importante de la elección. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 29 nov. 1966.

[152] Dentro de las posibilidades de cada fuerza política en la elección del domingo pasado, hay un neto triunfador que es el Frente Izquierda. […] Y ha sido así. En el escrutinio definitivo el F.I. de L. pasará de los 41.000 y pico de la elección de 1962 a muy cerca de 70.000 sufragios. El aumento de votos de F.I. de L. ya ahora es de más de 70%. […] La alternativa de la izquierda. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 30 nov. 1966.

[153] Lo más importante de la elección. *El Popular*, op. cit.

[154] Ibidem.

desempenho da FIdeL na disputa. Dentre elas, com letras garrafais escuras sobre um fundo vermelho, o jornal estampava uma chamada um tanto otimista para a ocasião: “UN TRIUNFO ROTUNDO, ABSOLUTO, DEL F.I. DE L.”[155] Com as palavras do presidente da organização, Luis Pedro Bonavita, além de sublinhar o suposto *triunfo* do grupo, esse texto colocava acento na derrota nacionalista diante do Partido Colorado: “En la compulsa de los resultados generales, aparece en primer término el hecho de la derrota aplastante sufrida por el Partido gobernante, a los 8 años de una presunta reconquista del poder luego de más de 90 años […]”[156]

No mesmo artigo, Bonavita lançava mão de um discurso já conhecido e que foi largamente utilizado pela Frente Ampla após as eleições de 1971: o surgimento da *terceira força política* do país.

> […] EL HECHO QUE SURGE NÍTIDO DEL ACTO ELECTORAL DEL DOMINGO ES QUE LA UNICA FUERZA CAPAZ DE CANALIZAR A LA IZQUIERDA NACIONAL ES EL FRENTE IZQUIERDA DE LIBERACIÓN.
> […]
> EL FIDEL HA CONSOLIDADO DE MANERA DEFINITIVA SU CONDICIÓN DE TERCERA FUERZA POLÍTICA DEL PAÍS, CON EL AGREGADO DE SER LA ÚNICA FUERZA CON PERSPECTIVAS CLARAS, CIERTAS, SEGURAS DE CRECIMIENTO.[157]

O Partido Socialista, por sua vez, fez uma primeira avaliação que contemplava as outras siglas, mas que falava muito pouco de si próprio. Em linhas gerais, o grupo apontava o alto nível de absenteísmo eleitoral e certa indiferença da cidadania em relação ao pleito: “El votante, con un movimiento de hombros se despreocupa de lo que pasará, ‘yo ya los voté, ahora que arreglen ellos’, es su pensamiento”[158]. Além disso, de acordo com *El Sol*, a sociedade uruguaia havia imprimido à política nacional uma *virada à direita* em decorrência de sua votação: “Lo peculiar de esta elección fue que el electorado prefirió, indudablemente, a aquellos que eran aparentemente más conservadores dentro de los mal llamados partidos tradicionales. […][159] Quanto à Democracia Cristã, os socialistas entendiam que o fraco desempenho do grupo se devia ao receio dos adeptos da *Unión Cívica* aos *novos enfoques* propostos pelo PDC[160].

---

[155] BONAVITA, Luis Pedro. Un triunfo rotundo, absoluto, del F.I. DE L. *El Popular*, Montevideo, p. 10, 30 nov. 1966.
[156] Ibidem.
[157] Ibidem.
[158] Ya votamos. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 2 dez. 1966.
[159] Un vuelco de derecha. *El Sol*, Montevideo, p. 8, 2 dez. 1966.
[160] Ibidem.

Finalmente, referindo-se aos socialistas e à FIdeL, o partido afirmava:

> **Dentro de las dos fuerzas orgánicas de la izquierda, la opción electoral fue francamente favorable al Fidel, quien ha venido sosteniendo una línea y una práctica muy conservadora, enfrentada en muchos aspectos a la línea revolucionaria del socialismo uruguayo. Les rindió electoralmente**. […]
> Subrayamos, no obstante, el mismo fenómeno ocurrido en las demás corrientes políticas. La preferencia derechista en estas elecciones de 1966.[161] (Grifo meu)

Como visto, o Partido Socialista acusava a FIdeL de ter realizado uma campanha à sua direita, marcada por um tom mais conservador e eleitoreiro. A critica socialista desqualificava o avanço do grupo rival situando-o no bojo de um *vuelco a la derecha* de todo o sistema político, como também justificava seu próprio mal desempenho, dado que a organização mantivera-se fiel à sua *linha revolucionária*. “El Partido Socialista llegó escasamente al mínimo que se había previsto. […]”[162], registrava *El Sol* em seu primeiro editorial após as eleições.

Duas semanas depois, nas páginas do mesmo *El Sol*, o editorialista indagava sobre a má votação do PS em oposição ao acréscimo eleitoral da FIdeL, postulando que apenas os números não davam conta de explicar a *magnitude* da esquerda, relativizando assim o resultado final da disputa.

> Esta aseveración no tiene por objeto ni desmerecer el buen resultado electoral del FideL, ni disfrazar el obtenido por el Partido Socialista. Pretende, sólo, hacer pensar que por encima de la contundente expresión de los números hay una serie de factores que deben ser tenidos en cuenta, cuando se hace un balance de esa índole.
> [...]
> **La escasa receptividad electoral de nuestro Partido, su falta de habilidad para atraer el voto, justificada y explicada por varias razones, y su evidente capacidad de atraer, no con fines electorales, pero sí con propósitos de consecuente y sacrificada militancia a elementos esclarecidos dentro de los grupos juveniles, gremiales y profesionales del país**, experiencia ésta palpable y anotada inmediatamente después del acto electoral, nos obligan a plantear el problema sin falsas algarabías, con sobria madurez y con una clara comprensión de los procesos históricos. […][163] (Grifo meu)

Nas entrelinhas desse discurso, e chamo a atenção para o trecho grifado, podemos encontrar algo próximo a um sofisma, isto é, um raciocínio que parece válido em princípio, mas que não pode ser concluído porque contraria suas

[161] Ibidem.
[162] Ya votamos. *El Sol*, op. cit.
[163] El valor de lo relativo. *El Sol*, Montevideo, p. 3, 16 dez. 1966.

premissas. Se o socialismo pretendia concorrer às eleições sem qualquer tipo de modificação em sua convocatória prosseguiria com uma *escassa receptividade eleitoral*, em que pese sua pretensa *capacidade de atrair* outros *elementos esclarecidos* dos meios mais politizados. Diante disso fica a pergunta: se manter a integridade ideológica do partido era fundamental e se o preço dessa fidelidade aos princípios seria não conquistar eleitorado, qual era o sentido de participar de qualquer eleição?

Bem assim, ao criticar a FIdeL por ter um apelo mais eleitoral, o socialismo questionava a via democrática ao poder em sua própria validade, já que naquela conjuntura parecia improvável que uma plataforma radical como a sua pudesse triunfar ou mesmo conseguir novos votantes. Em uma análise mais detida da votação a cargo de José Enrique Díaz, o Partido Socialista voltava ao assunto acusando a FIdeL de fazer demasiadas concessões ao sistema, como pretender reformar a Constituição, "[...] Prácticas de estrecha mira electoral, y de sentido más que conservador."[164]

Concluindo, os partidos Comunista e Socialista se encontravam em momentos muito diferentes de suas trajetórias políticas quando das eleições de 1966. O PCU, integrando a FIdeL, conheceu um aumento de sua força parlamentar e eleitoral que superou seus melhores desempenhos até então. Como enfatizei em outra parte, no correr de 66 o tema da unidade das esquerdas ficou subordinado ao objetivo principal do comunismo, a *Reforma popular* da Constituição. Está claro que nessa ocasião o PCU abdicou de um projeto estratégico de longo prazo para dedicar-se a esse fim mais tático e imediato.

No caso do socialismo, sua votação ficou muito abaixo do que esperavam os dirigentes e, sem eleger representantes para o legislativo, o PS enfrentou mais cinco anos de marginalização política. A crise iniciada em 1962 foi parcialmente remediada com a vitória da *Izquierda Nacional* pela posse do lema, que pelo menos encerrava as disputas internas da organização dando certa tranqüilidade para que se pudesse estabelecer metas e resistir a mais um difícil período que se abria.

[164] DÍAZ, José Enrique. Un análisis del resultado. *El Sol*, Montevideo, p. 8, 16 dez. 1966.

CAPÍTULO IV. A DEMOCRACIA AMEAÇADA E O SURGIMENTO DA FRENTE AMPLA

A frustração das primeiras tentativas de unidade entre as esquerdas no Uruguai responde a questões específicas e contextuais. Em 1962, um acordo abrangente não foi possível devido às desavenças entre as duas principais forças envolvidas no debate, PCU e PS. Além disso, estando o sistema político dentro da normalidade, sempre havia a perspectiva de que os acordos fracassados hoje pudessem dar frutos amanhã – supondo a manutenção do campo político e suas pautas de funcionamento. Já em 1966, embora todos demonstrassem interesse em uma aliança sem exclusões, nenhuma das fórmulas aventadas prosperou. Dessa vez, porém, questões alheias ao projeto unitário parecem tê-lo relegado ao segundo plano, de forma que outras preocupações absorveram os partidos minoritários naquele então.

Essa dinâmica mudou abruptamente por volta de 1968. A irrupção de atores extrapartidários no campo político e uma sucessão de medidas discricionárias do Executivo criaram um clima de instabilidade e profundo questionamento dos limites institucionais. Nesse ínterim, a tentativa de preservar um espaço de atuação que até aquele momento fora visto como natural e garantido, levou a Democracia-Cristã a propor um ajuste de todos os oposicionistas do governo em defesa da legalidade.

Assim, no final dos anos 60, esse novo apelo à unidade encontrou-se com outro mais antigo, aquele que as esquerdas marxistas vinham fazendo há vários anos. Em que pesem as diferenças entre uma e outra proposta, sabia-se que era urgente se contrapor ao autoritarismo sem demora. A percepção de que as ameaças à democracia e aos próprios partidos eram realmente graves, mudou o comportamento de vários setores antes irredutíveis. Paulatinamente, mesmo entre blancos e colorados progressistas foi surgindo a idéia de que não seria possível oferecer saídas para aquela situação dentro de suas legendas.

Cabe destacar o empenho do PDC nessa conjuntura. Atuando como avalistas, os democrata cristãos garantiram espaço aos desprendimentos dos partidos majoritários na futura coalizão, facilitando seu rompimento com os velhos lemas. Além disso, operou como mediador entre marxistas e não marxistas e também na aproximação entre o PCU e o PS.

Neste capítulo examino as condições políticas que engendraram a iniciativa da Democracia-Cristã e sua repercussão imediata nos meios de esquerda. Avalio também a contribuição dos setores independentes ao debate, frisando as diligências do grupo de *Marcha* nesse particular. Trato das cisões de blancos e colorados e finalmente do acordo que originou a Frente Ampla.

1. Crise e radicalização política

> La pregunta que nos dirige el extranjero no es demasiado distinta de la que se ha venido formulando el hombre común uruguayo, aunque éste, obviamente, con mayor desconcierto y emoción: ¿Qué nos ha pasado? ¿Por qué hemos llegado a esto? ¿Cómo fue que se nos perdió aquel Uruguay? Cómo se concluyó así, tan de golpe, el bienestar, el civismo, la democracia?
>
> Angel Rama (1971)

O período que se abre com a eleição de 1966, seguido da morte do Presidente Oscar Gestido, até o golpe de 1973 pode ser caracterizado como um *ajuste autoritário* na política uruguaia[1]. Essa dinâmica teve início com a ascensão ao poder de Jorge Pacheco Areco, vice de Gestido, no final de 67, e foi aprofundada por seu sucessor no Executivo, Juan Maria Bordaberry, a partir de 72. Ao assumir o governo, Pacheco Areco conduziu o país a uma situação de conflitividade política e social inédita em sua história recente.

Ao iniciar 1968, colocava-se diante da sociedade desafios políticos desconhecidos desde pelo menos o advento e consolidação do batllismo em princípios do séc. XX. A gama de interpretações a respeito desse processo é bastante grande e variada, mas sempre é destacado o desgaste interno do sistema partidário. Coincide-se também no diagnóstico de que grande parte da crise político-institucional se deve à entrada em cena de elementos até então inexistentes ou

[1] En marzo de 1967 había asumido la Presidencia el general (retirado) Oscar Gestido, candidato victorioso en las elecciones del año anterior con el apoyo de un heterogéneo espectro de fracciones coloradas. Su breve período de gobierno (moriría en diciembre de ese mismo año, accediendo a la primera magistratura su compañero de fórmula Jorge Pacheco Areco) se caracterizó por la evolución errática de las políticas (oscilantes entre posiciones de cuño desarrollista y fuertes giros a la ortodoxia fondomonetarista) y por la irrupción de nuevas señales de conflictividad en las relaciones entre el gobierno y los sindicatos. Aun antes de la muerte de Gestido, el desgaste político del nuevo gobierno resultaba por demás visible, erosionándose fuertemente sus bases. (CAETANO; RILLA, 1996, 149-150)

marginalizados das instâncias de poder decisórias, como, por exemplo, a guerrilha urbana e as próprias forças armadas.

O cientista político Luis Costa Bonino assinala a estreita ligação entre o que chamou de *Crise dos partidos tradicionais e o movimento revolucionário no Uruguai*. Para o autor, Tupamaros e Exército devem ser considerados como *movimientos antisistema* ou *contrasistema*, uma vez que questionavam as premissas que vinham pautando o funcionamento da democracia até aquele momento. Nesse mesmo sentido, entende que a crise do sistema partidário teve como efeito o aumento de um tipo de *alienação política* que tornava fértil o terreno para esses movimentos, fazendo irromper projetos alternativos de poder. (COSTA BONINO, 1985, p. 46)

Em outro esforço de interpretação, Francisco Panizza, também politólogo, assinala o aparecimento de elementos desafiantes que, segundo ele, se posicionaram tanto interna quanto externamente ao sistema político:

> […] Desde el interior de la formación política, Pacheco buscó un realineamiento político centrado en el fortalecimiento del Ejecutivo y el debilitamiento de las maquinarias partidarias. Desde afuera el desafío surgió desde lados opuestos del espectro político a través de los Tupamaros y los militares. En este proceso, mientras que la violencia política mostró en forma dramática los límites del antiguo consenso, la lucha ideológica, tradicionalmente considerada como "poco importante" en la política uruguaya, adquirió una nueva centralidad. […] (PANIZZA, 1990, p. 124-125)

Os historiadores Caetano e Rilla seguem o mesmo caminho dos autores já citados, acrescentando que a crise de sistema político-partidário atacava diretamente os fundamentos da *partidocracia* uruguaia e os limites conformados em seu entorno. Em outras palavras, uma *matriz política* que há décadas informava a sociedade era solapada em seus fundamentos sem que houvesse meios de conter esse processo. Os partidos, pela *primeira vez*, perdiam a *centralidade* no Uruguai moderno. (CAETANO; RILLA, 1996, p. 154-155)

Igualmente, análises econômicas feitas na época sugerem o deslocamento dos partidos políticos de seu papel tradicional no período em questão. Em 1971, o economista Alberto Couriel – um dos fundadores da Frente Ampla – publicava nos *Cuadernos de Marcha* um artigo intitulado *El ascenso del poder económico al poder político*. No texto, Couriel argumenta que desde 1968 as medidas do governo eram "[...] sustentadas, elaboradas y ejecutadas por las fracciones predominantes de la clase capitalista que desde el Poder Ejecutivo dirigen el nuevo proceso económico,

político y social"[2]. Na realidade, a vocação liberal do governo Pacheco Areco foi logo dada pela composição de seus principais ministérios[3], todos encabeçados por figuras oriundas ou ligadas ao mercado e não pelo pessoal dos partidos como de costume.

> Los partidos políticos tradicionales quedan relegados del ejercicio directo de las principales funciones del gobierno. El Poder Executivo, con mayor iniciativa que en el pasado, comenzará a tener supremacía sobre el Legislativo y el Judicial. […] **En junio de 1968, desaparecen totalmente del gabinete ministerial, los políticos profesionales, siendo sustituidos por integrantes de las fracciones predominantes de la clase capitalista**. Banqueros, grandes ganaderos, abogados de empresas extranjeras y representantes de exportadores e importadores dominarán en dicho gabinete y darán la tónica del "nuevo régimen".[4] (Grifo meu)

Prosseguindo, temos que a gradual neutralização dos partidos políticos se deu concomitantemente ao fortalecimento do Executivo diante dos outros poderes e da afirmação do presidente como liderança de caráter personalista. Assumindo o governo devido a uma situação excepcional – a morte do titular –, o novo mandatário não parecia ter capital político suficiente para construir consenso nem dentro de seu próprio partido[5]; isso sem esquecer o agravante de que a fórmula Gestido-Pacheco Areco havia sido eleita com uma frágil maioria de votos, como assinalado no capítulo anterior.

De acordo com Panizza, estando cônscio de sua debilidade pessoal como líder, Pacheco Areco promoveu uma mudança discursiva que o situou cada vez mais como figura exterior ao sistema e isolada dos demais atores políticos legitimamente

---

[2] COURIEL, Alberto. El ascenso del poder económico al poder político. *Cuadernos de Marcha.* Frente Amplio, respuesta al despotismo, Montevideo, n. 53, setiembre 1971, p. 33-39.

[3] En mayo del 68 se produjo un nuevo cambio en el gabinete ministerial. Entre sus miembros figuraban representantes de los grupos económicos más poderosos: el Doctor Jorge Peirano Facio en Industria y Comercio, el Doctor Carlos Frick Davie en Ganadería y Agricultura, y en la Oficina de Planeamiento el Ingeniero Alejandro Végh Villegas. Sobre los alcances de estos cambios ministeriales, puntualizan los economistas Alicia Melgar y Walter Cancela: *"Gobernando bajo Medidas Prontas de Seguridad en buena parte de su gestión, este gabinete, más representativo de sectores empresariales poderosos que del partido político de gobierno*, *logró 'poner la casa en orden' de acuerdo con sus intereses, para luego transferir paulatinamente la ejecución directa nuevamente a los políticos profesionales"*. (NAHUM et. al., 1998, p. 142)

[4] COURIEL, Alberto. El ascenso del poder económico al poder político. op. cit.

[5] [...] Pacheco no era un líder de primer nivel ni tampoco un político particularmente respetado; tuvo que crear su propio poder dentro del partido después de asumir la presidencia – pero entre tanto tuvo la ayuda de la constitución más presidencialista que el país conoció desde 1918. **No obstante, no fue capaz de cooptar a muchos de los dirigentes más importantes de las otras fracciones de su partido. De hecho nunca logró ser un líder con influencia entre la élite colorada**; sí logró tener mucho poder, pero con cosas diferentes que no deben confundirse. […] (GONZÁLEZ, 1993, p. 68, grifo meu)

reconhecidos; uma espécie de *solidão* política[6]. Para o autor, a estratégia do Presidente na construção de sua imagem pode ser sintetizada na seguinte frase retirada de um discurso de Pacheco: *"Estoy solo con mi pueblo"*.

> En sus discursos iniciales Pacheco se integraba al sistema político-institucional y tentaba establecer su identidad política dentro del mismo. **En tanto, en sus discursos de fin de mandato, mediante el uso de la metáfora de la soledad, Pacheco redefine su identidad anterior colocándose discursivamente afuera de la formación política y en "relación directa" (sin ningún intermediario) con el pueblo**. Es esta metáfora la que condensa el sentido del último período de Pacheco en el gobierno y que resulta en el establecimiento de una doble relación de antagonismo con los tupamaros y con los actores políticos tradicionales. (PANIZZA, 1990, p. 144, grifo meu)

Se o epicentro da crise que ameaçava o país era a política, e nisso todos os autores estão de acordo, a economia uruguaia não apresentava resultados mais alentadores. Em termos inflacionários, principalmente, ela contribuiu para o aumento da tensão entre as classes que já não contavam com o Estado como promotor do equilíbrio econômico e social de outrora. (CAETANO; RILLA, 1994, p. 218)

As medidas do governo para conter a alta da inflação, que atingiu o pico de 180% no acumulado entre 67 e 68, passaram mormente pela desvalorização da moeda e o congelamento de salários, ações que no curto prazo se mostraram bastante eficazes[7]. A desvalorização do peso uruguaio, que já havia sido

---

[6] La metáfora de la soledad, en tanto, será uno de los elementos recurrentes de los últimos discursos de Pacheco como Presidente, tal como lo muestran los siguientes ejemplos, entre otros muchos que podrían citarse:
"En esta lucha extremamente difícil, sé que estoy solo con mi pueblo, que conmigo siente en país en sus entrañas…"
[…] *"Solitario y con ustedes, fundamentalmente con los hombres y mujeres humildes y generosos de esta tierra, he tenido, como dije, que enfrentar todas las formas de violencia, aún aquellas de los ambiciosos que solo estuvieron a mi lado por su interés personal"*.
Pero la soledad de pacheco es más radical que la de todo político que está en una posición de autoridad y debe tomar decisiones. No son tampoco simples discrepancias políticas las que lo separan de los otros actores del sistema, aún de aquellos que lo acompañan por razones espurias. Porque pacheco se constituye en estos discursos como un actor no político:
"Yo no soy un político en el sentido de que se entiende habitualmente. Soy un hombre que lucha denodadamente contra todo lo que no sea el interés nacional"
[…] *"Habré cometido errores en mi gobierno, porque, al fin y al cabo, como cualquiera de ustedes, no soy otra cosa que un hombre común, comprometido sí por el gran amor que siento por mi pueblo y por mi país".* (PANIZZA, 1990, p. 144-145)

[7] La orientación económica del gobierno de Pacheco Areco fue notablemente exitosa no sólo en lo que respecta a la desaceleración de un proceso inflacionario extremamente rápido sino también en el logro de la elevación de la tasa de crecimiento que llegó a alcanzar niveles sin precedentes desde mediados de la década del cincuenta. Los precios al consumo aumentaron un 125% en 1968 pero en 1969 el aumento llegó sólo a un 21% y en 1970 a un 16%. El crecimiento del producto bruto interno en términos reales fue del 5.1% en 1967, bajando al 1.4% en 1968 pero subiendo luego por encima del 5% en los años siguientes. […] (FINCH, 2005, p. 263)

implementada no início da década pelo primeiro governo blanco, foi repetida por Pacheco aumentando os ganhos dos setores agroexportadores e também as receitas do Estado, mas também prejudicando os salários reais em seu poder aquisitivo. (FINCH, 2005, p. 263)

No que diz respeito às negociações entre empresários e trabalhadores, os bem sucedidos *Consejos de Salarios* foram substituídos por outro organismo muito menos suscetível às reivindicações dos sindicatos. (NAHUM et. al., 1998, p. 143) A cultura de negociação que havia caracterizado o *fazer política* no Uruguai foi rapidamente suplantada durante o mandato de Pacheco Areco, cujo governo, principalmente em matéria econômica, não demonstrava qualquer intenção de contemplar as classes trabalhadoras dentro da nova estrutura em implantação[8].

Apenas uma semana após assumir o cargo, adotando uma postura abertamente autoritária, o novo presidente da República sinalizava como seria o trato com seus opositores: em 12 de dezembro de 67 decretou a proscrição de partidos e grupos de esquerda, fechando também vários órgãos de imprensa[9]. Entre as organizações ilegalizadas estava o Partido Socialista, que permaneceu clandestino até fins de 1970. O recurso às *Medidas Prontas de Seguridad* se tornou uma constante em sua administração, sendo que na maior parte do tempo conduziu o país sob o signo da excepcionalidade político-jurídica, chegando ao extremo de se contabilizar pouco mais de três meses de normalidade institucional entre meados de 1968 até as eleições nacionais em novembro de 1971[10].

Além das *Medidas Prontas de Seguridad*, o governo utilizou expedientes igualmente arbitrários que causaram imensa contrariedade nos setores políticos mais progressistas, seja entre as esquerdas ou mesmo em certos sublemas dos partidos majoritários. A violação da autonomia de entes autônomos como a

---

[8] Não há dúvida de que a política econômica desenvolvida no período em questão está voltada para a acumulação do grande capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Para Juan Rial: Los grupos de presión patronales, sin hacer publicidad, apoyaban toda solución tendiente a controlar el movimiento sindical y todo plan estabilizador que tendría, necesariamente, por perdedor a la masa de trabajadores de los diversos sectores y también se comprometieron directamente en su instrumentación, al ocupar ministerios importantes empresarios provenientes de diversas ramas de la actividad en la administración de Jorge Pacheco. Los sindicatos, a su vez, presionaban en pos de reivindicaciones inmediatas que se orientaban a la defensa de los niveles de vida adquiridos, sustancialmente su salario real y, en general, los ingresos recibidos y se vinculaban con la estrategia política de más largo alcance de los grupos políticos actuantes y controladores de su acción. (RIAL, 1984, p. 54)

[9] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 49.

[10] MARTÍNEZ MORENO, Carlos. Crepúsculo en arcadia: la institucionalidad y su derrumbe a la uruguaya. In: BENVENUTO, Luis et. al. Ibidem., p. 442.

Universidade e os *Conselhos de Ensino Secundário* foi acompanhada de outra ação de incrível truculência por parte do Executivo: a *militarização de funcionários públicos e privados*. Desse modo, aqueles indivíduos que aderissem a greves, abandonando seu posto de trabalho, passariam a ser considerados como *desertores*, podendo ser submetidos e punidos segundo *normas militares.* (NAHUM et. al., 1998, p. 60)

Os desafios ao sistema político vigente no Uruguai eram tanto *internos* quanto *externos* (PANIZZA, 1990, p. 124-125). Como ficou claro, do ponto de vista interno o desafio à normalidade institucional partiu do próprio chefe do Executivo, que forçava a Constituição até seus limites e muitas vezes os ultrapassava. Externamente, porém, é indubitável que o primeiro questionamento à legitimidade do aparato político-jurídico veio da luta armada dos Tupamaros e sua *heterodoxa*[11] experiência guerrilheira, sem esquecer, é claro, da atuação de grupos de extrema direita[12]. Passemos a isso.

Existe uma considerável produção escrita a respeito do MLN-T, *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, sendo a maioria composta por memórias de antigos militantes[13], publicações do próprio movimento[14], textos jornalísticos[15] e alguns poucos trabalhos acadêmicos feitos mais recentemente[16]. Dentre as

[11] Antonio Mercader e Jorge de Vera publicaram ainda em 1969 pelo Editorial Alfa de Montevidéu uma extensa reportagem em forma de livro intitulada *Los Tupamaros:* estrategia y acción. Um ano mais tarde outra editora, a Anagrama, de Barcelona, fez uma edição espanhola do texto em cuja nota introdutória se referia aos Tupamaros como os "<<heterodoxos>> da guerrilha latino-americana", reforçando internacionalmente a idéia de excepcionalidade que revestiu esse movimento armado enquanto existiu. Consultar: VERA, Jorge de; MERCADER, Antonio. *Tupamaros:* estrategia y acción. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970, p. 5-6.

[12] Entre las organizaciones de ultraderecha que actuaron en el periodo pueden mencionarse la *Juventud Uruguaya de Pie (JUP)* y diversos grupos como el autodenominado *"Comando Caza Tupamaros"*. Atentados de diferente naturaleza contra militantes de izquierda, sindicalistas y estudiantes, marcaron su accionar. […] (NAHUM et. al., 1998, p. 66)

[13] TORRES, Jorge. *Tupamaros.* La derrota en la mira. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2002.

[14] TUPAMAROS. *Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros*. 4. ed. Montevideo: YOEA, 1989; Trinta perguntas a um tupamaro. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, publicado originalmente em 1968 pela revista *Punto Final* do Chile.

[15] VERA, Jorge de; MERCADER, Antonio. *Tupamaros:* estrategia y acción. op. cit.

[16] ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada.* Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001; REY TRISTÁN, Eduardo. *La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad de Sevilla, 2005; CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – *Tupamaros* –, 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. *Estudos Ibero-Americanos. PUCRS*, Porto Alegre, vol. XXXIII, n. 2, dezembro 2007, p. 156-171.

memórias, as mais conhecidas são as de punho de Eleuterio Fernández Huidobro[17], bem como as de Mauricio Rosencof em parceria com esse último[18], sendo ambos integrantes históricos do grupo armado.

Nos trabalhos analíticos, uma das questões mais espinhosas ao se tratar da guerrilha tupamara diz respeito ao surgimento da organização em um país que na época não apresentava condições propriamente favoráveis para isso. As origens do movimento, que tanto nos depoimentos de ex-membros do *MLN-T* quanto nos textos acadêmicos remonta a 1962[19], se deram em um contexto no qual havia plena liberdade, de modo que as hipóteses que concebem a luta armada exclusivamente como uma reação à falta de democracia política nos regimes autoritários não podem ser aplicadas[20].

Dessa forma, há interpretações que tendem a explicar a aparição do *Coordinador*, grupo que mais tarde se transformou nos Tupamaros, não apenas por condicionantes *endógenos*, mas também *exógenos* à sociedade uruguaia, com especial ênfase ao papel Revolução Cubana naquela conjuntura. (CABRAL, 2007, p. 156) Ainda sobre a importância do exemplo cubano para o movimento, sobretudo para sua concepção estratégica, no documento *Trinta perguntas a um tupamaro* de 1968 o próprio grupo afirmava:

> Cuba é um exemplo. Em vez do longo processo de formação do partido de massas, instala-se um foco guerrilheiro com uma dúzia de homens, e esse fato gera consciência, organização e condições revolucionarias que culminam com uma verdadeira revolução

[17] FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *Historia de los Tupamaros*. Montevideo: EBO, 2006. A primeira edição do texto foi publicada em três tomos entre 86 e 87, no contexto da reabertura política após o fim da ditadura.

[18] FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio; ROSENCOF, Mauricio. *Memorias del calabozo*. Montevideo: EBO, 2005. Publicado originalmente em três tomos entre 1987 e 1988.

[19] Luis Costa Bonino indica 1963 como o ano de surgimento do grupo. (COSTA BONINO, 1985, p. 53)

[20] Ao discutir o surgimento da luta armada no Brasil, João Quartim de Moraes sustenta que a existência de movimentos guerrilheiros no país está diretamente ligada ao advento da ditadura militar em 1964 (Não concordo com essa hipótese, mas por razões evidentes não argumentarei sobre o tema). Entretanto, como exceções à regra, o autor destaca a existência de experiências de radicalização política em ambientes nos quais ainda existiam canais de participação democrática, com destaque para os casos de Uruguai e Peru. Em suas palavras, no Uruguai, [...] Os nexos causais, no entanto, apresentam-se em ordem inversa: foi a ascensão da guerrilha tupamara nas condições de legalidade constitucional que precipitou a evolução do regime para a ditadura militar. [...] Não que caiba aos guerrilheiros uruguaios a responsabilidade histórica principal pelo curso fascistóide e terrorista em que enveredaria o poder político uruguaio ao longo dos anos 1970: tratava-se, naqueles anos infames, de quebrar a espinha dorsal dos partidos de esquerda e do movimento sindical e se a guerrilha tupamara exacerbou e agravou o ímpeto liberticida da reação uruguaia e de seu aparelho coercitivo, não foi somente contra ela, mas também contra o Frente Amplio que apoiou a candidatura de general Liber Seregni nas eleições presidenciais de 1971, que se articulou, em 1972 e durante o primeiro semestre de 1973, o dispositivo golpista que conduziria à ditadura aberta instaurada a 26 de junho de 1973. (MORAES, 1989, p. 144)

> socialista. Ante o fato revolucionário consumado, todos os revolucionários autênticos são obrigados a não ficar para trás.[21]

Quanto ao Uruguai não apresentar condições propícias ao surgimento da luta armada, as explicações para a irrupção desse movimento devem ser buscadas nos seus propósitos iniciais. O *Coordinador*, quando de sua criação, não tinha como objetivo o enfrentamento direto ao regime como tantos outros grupos guerrilheiros da América Latina na mesma época; isto é, não havia no embrião do *MLN-T* um caráter ofensivo por assim dizer. A organização se prestava muito mais a um papel de defesa dos movimentos de massa[22] que começavam a ser reprimidos como nunca haviam sido. (ALDRIGHI, 2001, p. 73)

Desde a formação do *Coordinador* até aproximadamente 1965, os diversos quadros políticos que integravam o movimento – muitos destes do Partido Socialista – se tornaram cada vez mais independentes de suas organizações de origem, o que abriu caminho para a consolidação do *MLN-T* ou, simplesmente, os Tupamaros[23], como ficaram internacionalmente conhecidos os guerrilheiros uruguaios.

A estratégia guerrilheira que se adotou, claramente inspirada pela experiência de Cuba e o *foquismo*, rendeu extensas polêmicas e debates teóricos nos anos 60 e 70[24]. Pensada como uma adaptação da teoria do *foco* às condições urbanas da

---

[21] *Trinta perguntas a um tupamaro*. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*. op. cit.

[22] Um tema de polêmica inicial refere-se ao surgimento do movimento como "socialista" desde seus primórdios, ou um grupo de autodefesa que, posteriormente, evoluiu para essa corrente ideológica. Variadas são as contradições nesse sentido, mas tomamos por possível a versão de seu início como grupo de autodefesa, vistas as características que o *coordinador* possuía e as manifestações de seus principais líderes. (CABRAL, 2007, p. 156-157)

[23] A escolha do nome da organização revelava muito de sua natureza política, já que se pretendia demonstrar com ele o enraizamento e a dimensão latino-americana na qual os fundadores queriam inscrever sua luta revolucionária. Segundo Costa Bonino: El nombre tupamaro proviene de Tupac Amaru, el jefe inca que a fines del siglo XVIII dirigió una sublevación contra el dominio español. Después de la derrota del movimiento y la ejecución de su jefe, los españoles llamaban peyorativamente "tupamaros" a todos los miembros de grupos rebeldes, particularmente los comprometidos en movimientos de independencia. En Uruguay, por entonces Banda Oriental, los seguidores del líder José Artigas, también recibían el nombre de tupamaros. La elección de este nombre para la organización guerrillera uruguaya tuvo entonces una significación histórica y simbólica. (COSTA BONINO, 1985, p. 53)

[24] DEBRAY, Régis. *A crítica das armas*. Lisboa: Seara Nova, 1977. Jorge Torres, que pertenceu ao MLN-T desde sua fundação, dedica parte substancial de seu livro a contestar a interpretação de Debray sobre a guerrilha no Uruguai, sendo abertamente crítico ao teórico francês. TORRES, Jorge. *Tupamaros.* La derrota em la mira. op. cit. Ver especialmente a primeira parte e nela o capítulo 20: *Los Tupas según Debray*, p. 81-86.

De acordo com Clara Aldrighi: El pensamiento del MLN se vio influido también, en el plano político, por los teóricos de la guerrilla latinoamericana – en especial los escritos de Ernesto Che Guevara y Régis Debray – y de la revolución anticolonial y antiimperialista. Las discrepancias con Debray, a menudo enfatizadas en los testimonios de algunos militantes, se referían a ciertos aspectos de la teoría del foco y a la supremacía de la guerrilla rural. No obstante, aspectos sustanciales de sus ideas

capital uruguaia, tal estratégia contemplava a realidade *geográfica* e *demográfica* do país[25], já que não havia opção para o grupo a não ser travar sua *luta revolucionária* nas cidades. (ALDRIGHI, 2001, p. 82)

O posicionamento ideológico dos Tupamaros pode ser visto em vários documentos, não existindo apenas um texto doutrinário e sim referências espalhadas em diversos escritos. Costa Bonino acredita que o alinhamento político do grupo se definia basicamente como uma mescla de *nacionalismo* e *socialismo*, sendo o primeiro uma *condição prévia* para a realização do outro. (COSTA BONINO, 1985, p. 57) Já em relação ao marxismo como matriz política, Aldrighi julga que nunca existiu uma adesão incondicional da organização a seus postulados: "La relación del MLN con el marxismo fue una relación crítica, aunque ciertos aspectos de esta ideología fueron aceptados por muchos tupamaros como instrumento de comprensión de la historia y de la sociedad. […]" (2001, p. 96)

Com o passar do tempo e a crescente autonomização do grupo, a característica defensiva que havia marcado o *Coordinador* deu lugar a uma postura mais ativa e ousada por parte dos integrantes do *MLN;* no fundo, uma negação da política retórica dos partidos majoritários e mesmo do que então se chamou de *Izquierda verbalista*[26]. Nesse ínterim, a natureza militarista da organização se tornou hegemônica e o enfrentamento com o regime a palavra de ordem. Tratava-se agora de mostrar *fatos contra palavras*.

> En "Actas tupamaras", el MLN puntualizaba: "primero fue la acción, la práctica, y luego fue la teoría. Desde ese momento decidimos que la sobriedad debía pautar nuestra conducta política como reacción contra el verbalismo, pero también como forma de interpretar y expresar el sentir de nuestro pueblo, ya cansado de promesas, enunciados y propósitos que nunca se cumplieron". "**En lugar de palabras revolucionarias, nosotros proponemos hechos revolucionarios**". (COSTA BONINO, 1985, p. 71, grifo meu)

---

pueden encontrarse en los materiales teóricos del MLN, como por ejemplo en el Proyecto de Documento 5. (ALDRIGHI, 2001, p. 81)

[25] Na época, o livro-reportagem de Antonio Mercader e Jorge de Vera tratou da questão da guerrilha rural Vs. guerrilha urbana nos seguintes termos: Es bien conocido el pensamiento de Guevara al respecto: <<En la América subdesarrollada, el terreno de la lucha debe ser fundamentalmente el campo.>> Régis Debray va más lejos: <<La lucha revolucionaria sólo es realizable en el campo. En la ciudad se degrada.>> **Los Tupamaros parecen hacer caso omiso a esta <<mística de montaña>> y prefiriendo a Lenin antes que Debray, consideran <<con poca simpatía las fórmulas y reglas abstractas, inclinándose al estudio de las condiciones reales de lucha>>**. VERA, Jorge de; MERCADER, Antonio. *Los Tupamaros.* op.cit. (Grifo meu)

[26] VERA, Jorge de; MERCADER, Antonio. op. cit., p. 24-25.

Principalmente a partir de 1968, atos de expropriação e sequestros políticos ficaram cada vez mais comuns[27]. Tais feitos, que na lógica da guerrilha eram concebidos como ações de propaganda armada, conquistavam a simpatia e muitas vezes o apoio de setores da classe média já desapontados com o sistema político tradicional. Ao mesmo tempo, é claro, os Tupamaros despertavam aversão e temor em outros segmentos sociais mais suscetíveis à propaganda do governo[28]. Segundo Henry Finch, a *arma subversiva* de maior alcance utilizada pelo grupo foi talvez a exposição de casos de incompetência e corrupção administrativas, o que golpeava as autoridades em seu prestígio, já em baixa. (FINCH, 2002, p.173)

Dessa forma, a radicalização do movimento dos Tupamaros era acompanhada pelo recrudescimento das medidas governamentais, gerando um cenário político cada vez mais polarizado e tenso, algo desconhecido da maioria da população. Ignorando todo o elenco de *mediações políticas* consagradas pelo sistema e instituições legais, Jorge Pacheco Areco comandou a luta anti-subversiva à frente de uma *verdadeira ditadura constitucional*. (LÓPEZ CHIRICO, 1985, p. 145)

É nesse período que o discurso presidencial incorpora a idéia do *inimigo interno*, fórmula tão usual aos regimes autoritários do Cone Sul na época[29]. Em relação à guerrilha especificamente, o *MLN* foi *virtualmente expulso* da *comunidade nacional*, já que seus integrantes não eram tratados como criminosos comuns, mas agentes que ameaçavam a estabilidade e pretendiam destruir os valores do país. (ALDRIGHI, 2001, p. 42)

Por outro lado, a pretexto de combater os movimentos sediciosos ou, no dizer do próprio presidente, o *agresor que se hace invisible* (PANIZZA, 1990, p. 138), Pacheco Areco reprimia duramente os setores sociais mobilizados na resistência às

---

[27] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 53 e 69-70.
[28] MARTÍNEZ MORENO, Carlos. *Crepúsculo en Arcadia*, op. cit. p. 435.
[29] Segundo Jorge Tapia Valdés, a retórica do *inimigo interno* foi parte constitutiva dos discursos autoritários no Cone Sul ao longo dos anos 60 e 70, fomentando as *Doutrinas de Segurança Nacional* da região. Dentre várias outras finalidades, esse discurso criou algumas das condições necessárias para a manutenção das elites políticas no poder.

Parece cierto que el grupo gobernante percibe como condición de su existencia la perpetuación de la lucha y, por tanto, del enemigo. Siempre debe haber un enemigo, real o imaginario, con talque pueda ser presentado como una amenaza para la sobrevivencia del grupo, y lo obligue a superar sus disidencias internas y dinamizar sus acciones. Si se trata de enfrentar al enemigo, la disidencia equivale a una traición.

Aparte esta función aglutinante, la existencia de un "enemigo interno" cumple otra, no menos importante. La percepción del enemigo es proyectada desde la élite hacia las masas, de modo que pueda servir como una válvula de escape y seguridad. Los riesgos del fracaso y los fracasos mismos de las políticas del gobierno son atribuidos a la acción del enemigo, desplazándose así los sentimientos de hostilidad que las masas dirijan contra la élite hegemónica, hacia los eventuales enemigos. […] (TAPIA VALDÉS, 1980, p. 226, grifo meu)

suas políticas. Em outras palavras, a *ameaça* tupamara legitimava o Estado de exceção imposto a toda sociedade e permitia a implementação do projeto político-econômico do governo, uma vez que seus opositores, no Parlamento ou fora dele, eram simplesmente desconsiderados ou punidos. (COSTA BONINO, 1991, p. 180)

Durante o conturbado mandato de Jorge Pacheco Areco a oposição parlamentar na Câmara e no Senado foi quase nula. Para explicar tal situação temos que recorrer mais uma vez à Constituição de 1967, já que além do aumento de autoridade do Executivo – que por si só desequilibrava a relação entre os poderes – ainda lhe concedia a faculdade de dissolver o Legislativo, prerrogativa que não existia na carta anterior. (COSTA BONINO, 1991, p. 182) Frente ao risco de perder suas cadeiras e desgastarem-se em novas eleições, os partidos majoritários e seus parlamentares acabaram passivos em relação ao presidente, omitindo-se das responsabilidades políticas assumidas diante da cidadania e aprofundando com isso a desvalorização do Parlamento[30].

Houve sem dúvida uma supervalorização do perigo tupamaro por parte do governo, que se aproveitando do clima de insegurança, tomou medidas discricionárias fechando todas as possibilidades de diálogo com a oposição. Entretanto, parece claro que existiu uma ruptura político-institucional quando o *MLN* finalmente descartou as vias de participação ordinárias e decidiu-se pelo caminho da violência armada; dito de outra maneira, o acionar guerrilheiro já havia acontecido mesmo antes da ascensão de Pacheco Areco à presidência.

Em um documentário sobre a espetacular fuga de mais de cem tupamaros da prisão de Punta Carretas, em 1971, Fernández Huidobro afirma que, *paradoxalmente*, devido a seu flagrante autoritarismo, Pacheco Areco foi quem mais *recrutou* militantes para o MLN. Em sua opinião, a violência do governo no período fora tão grande que para muitas pessoas a única forma de combatê-la era *ingressar* nas fileiras da *guerrilha urbana*[31]. No mesmo documentário, porém, comentando o depoimento de Huidobro, o historiador Gerardo Caetano adverte que se Jorge

---

[30] […] Desde el 13 de junio de 1968 hasta el 15 de marzo de 1969 la Asamblea General fue citada 83 veces consecutivas sin lograr nunca el quórum para sesionar y poder adoptar resoluciones. **Las Medidas de Seguridad eran, según el texto constitucional, controladas en su aplicación por el Parlamento, quien podía dejarlas sin efecto**. Sin embargo estas atribuciones legislativas se vaciaron en los hechos de contenido, al darse una suerte de "autoclausura" del Parlamento por la ausencia deliberada de la mayoría de sus integrantes. (COSTA BONINO, 1991, p. 181, grifo meu)

[31] TUPAMAROS, la fuga de Punta Carretas. Buenos Aires, Anima Films Disponível em: <http://archivodocumental.wordpress.com/2009/04/30/documental-sobre-los-tupamaros-fuga-en-1971/>. Acesso em: 10 fev. 2010.

Pacheco Areco foi uma *fábrica de construir tupamaros*, o inverso também acontecia, ou seja, principalmente durante sua fase *militarista* os Tupamaros foram também uma *fábrica de construir pachequistas*[32]. Seguramente, a política e a sociedade uruguaias nunca estiveram tão polarizadas quanto nesses anos.

2. O grande e difícil concerto das esquerdas.

Foi justamente nesse contexto de quebra de uma cultura política de negociação e compromisso que no final dos anos 60 começou a se gestar a Frente Ampla. Diante das circunstâncias em que se deram os debates anteriores ao surgimento da coalizão, pode-se considerar a hipótese de que a FA resultou de uma estratégia bifronte dos partidos minoritários e grupos progressistas. Bifronte porque se opunha ao autoritarismo do Partido Colorado, encarnado pelo setor de Jorge Pacheco Areco e, ao mesmo tempo, oferecia uma alternativa política de esquerda – dentro de uma perspectiva democrático-eleitoral – à violência armada dos Tupamaros.

Como já foi exposto em outra parte, mediante a uma serie de disputas internas o velho grupo católico *Unión Cívica* foi transformado em 1962 no *Partido Demócrata Cristiano*, o qual se colocou abertamente contra o bipartidarismo dominante[33]. Em um plano mais geral, a Democracia-Cristã ganhava prestígio em toda a região, principalmente por conta da atuação dessa corrente em países como o Chile e a Venezuela. (PEREZ ANTÓN; ZUBILLAGA, 1983, p. 29)

Na realidade, o apelo social e socializante que o PDC adotou somente em meados dos anos 60, já era compartilhado por grupos políticos de orientação semelhante desde pelo menos 1947, quando, curiosamente, na própria capital

[32] Ibidem.

[33] En la Unión Cívica la acentuación de las divergencias entre las corrientes internas señaladas se tradujo en el abandono del partido protagonizado en 1961 por sectores importantes de la juventud y por el "Movimiento Social Cristiano", ambos con posiciones renovadoras y avanzadas en lo socioeconómico (aunque con matices diferentes entre ellas). **No obstante esas escisiones, se desarrolló en el partido un proceso que implicó no sólo el cambio de nombre (Partido Demócrata Cristiano) sino también el intento de promover una ofensiva contra el bipartidismo tradicionalista**. A la conformación del nuevo partido concurrieron dirigentes, activistas y adherentes de la Unión Cívica y una organización extrapartidaria que venía actuando bajo la denominación de "Movimiento Demócrata Cristiano" […]. (PEREZ ANTÓN; ZUBILLAGA, 1983, p. 29, grifo meu)

uruguaia, se realizou o evento fundador do movimento cristão em âmbito continental: o *I Congresso da Democracia Cristã na* América e a chamada *Declaração de Montevidéu*[34]. Além disso, segundo Clodomiro Almeyda, o caráter progressista dos partidos democrata-cristãos latinoamericanos nesse período se deve também ao contato com as idéias cepalinas, as quais se achavam em franca ascensão. Para o autor, a *ideologia desenvolvimentista* proporcionou a construção de um projeto que se distanciava tanto das vertentes político-econômicas tradicionais quanto das marxistas, o que atraia esses setores. (ALMEYDA, 1986, p. 5-6)

É por volta de 1967 que o PDC uruguaio ganhou a configuração que possuía ao convocar a frente de oposição ao governo de Pacheco Areco[35]. A renovação de seus quadros ocorrida nos anos anteriores permitiu o surgimento de importantes lideranças, inclusive a de Juan Pablo Terra, que pertencia ao *Movimiento Social Cristiano* e era deputado pelo partido desde 1966. Assim, o tema da unidade partidária, que no Uruguai havia tempos era discutido exclusivamente por socialistas e comunistas, transformava-se em prioridade de um grupo não marxista, mas que percebia igualmente a crise político-institucional na qual o país mergulhava rapidamente[36].

Em 13 de junho de 68, em meio a enfrentamentos com a *Convención Nacional de Trabajadores* e o movimento estudantil, além de greves do setor bancário, o Executivo decretou as *Medidas Prontas de Seguridad*[37]. Dez dias depois,

---

[34] De acordo com Áureo Busetto: O programa de princípios democrata cristão contido na chamada Declaração de Montevidéu, considerada como o documento fundador do movimento democrata cristão supranacional no continente americano, explicita a sua filiação aos ensinamentos da Doutrina Social Cristã e ao "humanismo integral" de Maritain, definindo o movimento como aconfessional e aberto ao ingresso de todos os que aceitassem os seus pressupostos defendidos. (BUSETTO, 2002, p. 29)

[35] En 1967 se produce, además, en la Junta Nacional, que es el órgano ejecutivo de mayor jerarquía en el partido, una renovación de componentes, que fija la apertura de una nueva etapa en la evolución del Partido Demócrata Cristiano, en la medida en que el núcleo que había prevalecido en la fundación del PDC pasa a ser minoría e ingresa a la Junta Nacional un contingente de gente muy joven, comprometida con el dinamismo de renovación dominante entre 1963 y 1966. A partir de 1967, el proyecto originario del Partido Demócrata Cristiano es sobrepasado. (PEREZ ANTÓN, 1987, p. 30)

[36] A idéia de unir-se para combater a crise não era somente uma prerrogativa partidária, isto é, outros setores sociais também preconizavam tal união. No princípio de 1968 a CNT convocou uma série de personalidades dos meios intelectual, político e sindical para considerar a organização de um *movimento nacional*, sem fins eleitorais, com o objetivo de discutir a situação do país, principalmente no que dizia respeito à ameaça às liberdades políticas. Un frente nacional. *Marcha*, Montevideo, p. 6 e 14, 23 fev. 1968.

[37] 13 de junho de 1968: A las 14 horas, el Consejo de Ministros decreta Medidas Prontas de Seguridad. En la fundamentación de motivos se establece: "**Visto: la situación por la que atraviesa la actividad bancaria oficial y la huelga dispuesta por parte de los funcionarios de la Administración Central (…) De no adoptarse disposiciones tendientes a la tranquilidad interior**

em 23 de junho, o PDC fez um pronunciamento nacional servindo-se de emissoras de rádio e televisão no qual condenava as medidas de exceção bem como todas as iniciativas do governo que, segundo o partido, atentavam contra a democracia. Ao mesmo tempo em que denunciava tal situação, era feito um chamado a todos os opositores de Pacheco Areco para que se unissem em torno de uma *solução frentista*. O porta-voz desse pronunciamento foi o próprio Juan Pablo Terra[38].

Dos muitos aspectos que chamam a atenção no pronunciamento do PDC, estava a preocupação do partido com o frágil poder da convocatória político-eleitoral dos oposicionistas, uma vez que os mesmos se encontravam completamente fragmentados. A crise era um dado objetivo percebido por todos, mas como eram vistos pela sociedade aqueles que propunham alternativas para sua superação? Terra perguntava-se como as propostas de oposição chegavam ao eleitorado.

> […] ¿Qué ve el público? Nos ve atomizados, pulverizados, repartidos entre distintos partidos, paralizados muchas veces por disciplinas partidarias y entiende que eso no conforma una alternativa de gobierno. No forma una posibilidad real distinta.
> Para nosotros es imperioso hacer esa política distinta. Incluso, decimos, hay más de una política opuesta a esta que practica el gobierno.[39]

A mensagem da Democracia Cristã já partia da premissa de que havia diferenças entre as várias forças que se colocavam contra o governo. Ao propor uma política *distinta* à de Pacheco Areco, o PDC não desconsiderava as demais alternativas políticas concorrentes, e questionava se seria possível, a despeito dessas diferenças, unir todos em prol de um projeto comum.

> Proponemos la nuestra [política] pero coincidimos parcialmente con muchos otros, y es en razón de ese hecho que hoy venimos aquí a preguntar públicamente esto que es una de las ideas centrales de este mensaje: ¿Es o no posible en esta grave emergencia nacional unirse en torno a un programa mínimo común, sumar los esfuerzos para proponer y sostener una alternativa distinta de política?
> **Es decir, los que discrepamos con la línea actual, ¿somos capaces de formular un programa mínimo común y unir nuestros esfuerzos para defender y sostener la sustitución de la actual política por un distinta?**[40]. (Grifo meu)

---

y la continuidad de los servicios públicos esenciales (…)". FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 63. (Grifo meu)

[38] TERRA, Juan Pablo. El P.D.C y las raíces del Frente. *Cuadernos de Marcha.* Cristianos y marxistas, Frente Amplio, Montevideo, n. 47, marzo 1971, p. 14.

[39] Ibidem.

[40] Ibidem.

Conforme declarava o PDC, a saída da crise uruguaia passava necessariamente pela realização de novas eleições legislativas: “No nos parece que nos podamos dar el lujo de esperar 4 años más, deteriorándonos, para consultar al pueblo”[41]; todavia, a pretensão do partido estava muito aquém da força de qualquer coalizão opositora que se pudesse organizar naquela conjuntura. A dissolução do Legislativo, bem como a convocação imediata de eleições, como reclamava a Democracia Cristã, exigiria uma mobilização política de tal maneira formidável que parecia impossível viesse acontecer. Na verdade, uma nova consulta eleitoral para a recomposição das duas câmaras só poderia ter lugar se impulsionada por um extraordinário ator político, que contasse com enorme respaldo popular e fosse capaz de fazer frente aos partidos majoritários. Embora improvável, era exatamente isso que o PDC pretendia: criar uma nova força político-partidária.

A convocatória da DC teve repercussão imediata na imprensa montevideana. Na mesma semana, *Marcha* publicou uma matéria intitulada *La ilusión frentista*[42], na qual Carlos María Gutiérrez e José Manuel Quijano avaliavam a recente proposta confrontando-a com a opinião de vários políticos. Além de Zelmar Michelini, líder da Lista 99 – que junto com Amílcar Vasconcellos da Lista 315 fazia oposição ao governo –, foram ouvidos Enrique Rodríguez, senador pela FIdeL, e também o autor da referida mensagem, Juan Pablo Terra. Nitidamente crítico à iniciativa da Democracia Cristã, o texto de *Marcha* a qualificava como *idealista* e *ingênua*[43].

Além de não apresentar detalhes quanto ao formato da pretendida coalizão opositora, os colaboradores de *Marcha* ainda acusavam o PDC de fazer uma análise *subjetiva* da crise atravessada pelo país, desconsiderando que o *esquema político* uruguaio havia se transformado e que não comportava mais aquele tipo de *enfrentamento*[44]. Ao entrevistar o deputado Terra para o artigo, Carlos María Gutiérrez cercou o político com perguntas que punham a descoberto as dificuldades

[41] Ibidem.
[42] GUTIÉRREZ, Carlos María; QUIJANO, José Manuel. La ilusión Frentista. *Marcha*, Montevideo, p. 8-9 e 20, 28 jun. 1968.
[43] Ibidem, p. 8.
[44] Manejarse en medio a la crisis nacional con tal subjetividad, revela además de un idealismo nada adecuado a las duras realidades, porque ya nadie ignora que el presidente es el prisionero de fuerzas que no controla. En el accionar inmisericorde de esas fuerzas, este tipo de imposiciones de honor y de pureza democrática son inoperantes desde hace mucho. Actúa ahora, en el esquema político del país, otro tipo de enfrentamiento, cuyo estilo no es precisamente el de los pactos de caballeros y fue inaugurado: la presión política, el intercambio negociado de concesiones, la exigencia de avales. […] Ibidem.

que a proposta da Democracia Cristã enfrentaria; aliás, parecia ser sua intenção constranger o outro.

> ¿Un frente electoral? ¿Un frente de simple acción programática común? ¿La unión de Vasconcellos, Michelini y el FideL, o una alianza que dejara fuera al partido Comunista y a sus asociados del Frente? Ninguna de esas alternativas estaba clara en la exposición televisada de Terra, y sobre eso le pedí precisiones.
> – Deliberadamente – respondió – no establecimos en la propuesta un programa detallado. No queremos dar la impresión de que la conducción de la iniciativa estará a cargo nuestro. Incluso, dentro del partido, se nos ha reprochado que hayamos hecho pública la idea.[45]

Em seguida, Gutiérrez explorava a relação dos comunistas com o PDC, questionando a viabilidade política de uma frente partidária que incluísse ambas essas forças.

> – En su partido, según entiendo, hay sectores juveniles que han planteado la posibilidad de un ingreso del PDC al FideL. ¿Esta posición suya sale al encuentro de esa posición, tratando de evitar alguna ruptura interna?
> – Puede [ser] que haya gente que quiere la unión de las izquierdas. La propuesta incluye al FideL, como a cualquier otro grupo que esté de acuerdo con los postulados mínimos de una nueva política. […][46]

Juan Pablo Terra respondeu também se comunistas e grupos de oposição não marxistas poderiam conviver politicamente em um mesmo espaço, isto é, se esses elementos não *vedariam* automaticamente o ingresso uns dos outros na coalizão, tornando-a impraticável: "– El Partido Comunista ha entrado muchas veces en fórmulas de esta naturaleza. Se trata de una solución de emergencia. Esto no procura ninguna revolución social."[47] Outras tantas perguntas acerca da dissolução do Poder Legislativo, da modificação da lei de lemas, bem como, de outras difíceis tarefas preconizadas pelo comunicado do PDC deixaram Terra em um beco sem saída: "– El asunto es difícil, lo reconozco. Sólo estamos en el comienzo de la idea."[48] Restituir a intenção dos autores de certos enunciados políticos pode não ser fácil; mas nesse caso é possível, sem muito esforço, perceber que a entrevista de Carlos María Gutiérrez fora concebida de modo a desqualificar a proposta de unidade política da Democracia Cristã.

O senador pela Lista 99 do Partido Colorado, Zelmar Michelini, também foi entrevistado por Gutiérrez. Em sua fala nota-se que uma frente eleitoral

[45] Ibidem.
[46] Ibidem.
[47] Ibidem.
[48] Ibidem.

oposicionista – ao menos uma frente sem exclusões – dificilmente se concretizaria naquele momento.

> […] El senador Zelmar Michelini, con quien hablé después de la entrevista con Terra, señaló como irrealizable una alianza con e FideL. **"La 99 se resiste a trabajar con el comunismo** – dijo –. **Buscamos fuerzas con similitud de ideas y ése no es el caso. Pero, por otra parte, no creemos que estén agotadas las instancias dentro del partido Colorado. Es en ese ámbito que estamos trabajando y trabajaremos."**[49] (Grifo no original)

Ao conceder essa entrevista, Michelini demonstrava estar convencido de que era possível promover mudanças dentro do próprio Partido Colorado, não estando disposto a abandonar o lema. Além do mais, sua formação e trajetória políticas como batllista foram marcadas pela ascendência de Luis Batlle Berrez (FERNÁNDEZ, 2004, p. 68-69), de quem fora muito próximo nos tempos em que pertencia à Lista 15[50]. Assim, tudo leva a crer que o político desejava reabilitar o batllismo como força hegemônica entre os colorados e que tentaria fazê-lo até ver esgotadas todas as possibilidades. Portanto, sair do partido era o último recurso considerado por Zelmar Michelini, que acenava para isso apenas em um caso excepcional[51].

Representando a FIdeL, Enrique Rodríguez foi outro a opinar sobre o tema da unidade. É importante notar em sua fala que o grupo apoiava a aproximação das forças *antiimperialistas* e *antioligárquicas*, ao passo que a convocatória da DC se

---

[49] Ibidem, p. 9.

[50] Em um depoimento de Eduardo Arsuaga, que foi secretário de Michelini desde a criação da Lista 99 até seu ingresso na Frente Ampla, podemos perceber que mesmo saindo da Lista 15 o político não deixou de obter bons resultados eleitorais, ou seja, em que pese seu desejo de revitalizar o coloradismo a partir de dentro, também é preciso considerar que objetivamente era mais vantajoso permanecer nas filas do Partido Colorado:

Yo en la actividad política empecé a través de la amistad que tenía con Zelmar Michelini, él era algún año mayor que yo. Tuvimos una amistad que fue creciendo en la medida que se desarrollaba la parte política. Michelini estaba en el Partido Colorado, dentro de la Lista 15, era el primer candidato a diputado de la Lista 15, fue el primer candidato en el año 1958. Por ahí comenzaron un poco las desavenencias con Luis Batlle que era el Presidente de la República, porque ellos hacían la crítica de toda la oposición, y Zelmar Michelini entendía que no era solo problema de la oposición, que era también problema y culpa del propio partido, y ahí empezaron un poco las desavenencias. Yo veía que las separaciones iban a ser grandes. Propiciaba en esas reuniones que teníamos periódicamente con Zelmar que había que abrirse del paraguas que significaba Luis Batlle, y finalmente en el año 62 eso ocurrió. **En el 62 Michelini, dentro del propio Partido Colorado, pero com um lema a parte totalmente, crea un nuevo grupo político, la 99**. Yo ahí fue el secretario de organización de todo, que tuvo un buen resultado para lo que era políticamente en ese momento. **Se pensaba que solo podía salir Michelini diputado, en el mejor de los casos, y conseguimos sacar en Montevideo cinco diputados […], dos diputados en el interior y dos senadores. Es decir que como inicio fue un buen inicio**. […] ARSUAGA, Eduardo. *Eduardo Arsuaga*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (60 min). (Grifo meu)

[51] GUTIÉRREZ, Carlos María; QUIJANO, José Manuel. La ilusión Frentista. *Marcha,* op. cit. p. 9.

endereçava a todos os que se opunham ao governo, não importando quais fossem suas posições ideológicas.

> – ¿Consideran ustedes conveniente la unidad de otras fuerzas políticas para oponerse al gobierno?
> – **Sí. Somos, y lo hemos dicho repetidas veces, unitarios**. Creemos conveniente el acercamiento – sobre la base de cuatro cinco puntos comunes – con todas las fuerzas antimperialistas y antioligárquicas.[52] (Grifo meu)

Paradoxalmente, na sequência da entrevista, os que mais insistiam em se auto-representar – e lhes agradava ser assim percebidos – como *unitários*, dessa vez declinaram do convite da Democracia-Cristã. Rodríguez julgava que se poderiam encontrar *pontos comuns*, mas apenas para confrontar a *linha do governo*: "[…] Personalmente pienso que quizás no sea el momento oportuno para plantear una unión electoral. […]"[53]; era de fato um contra-senso.

Como explicação, entendo que a recusa da FIdeL era o resultado de uma avaliação muito precisa, tendo em vista a representação parlamentar duramente conquistada nas últimas eleições: cinco deputados e um senador[54]. Vendo seu capital político agora objetivado em cargos públicos, pode-se entender as reservas do grupo quanto às intenções da outra organização. Ainda que remota, na hipótese de que uma frente opositora conseguisse dissolver o Legislativo e convocar novas eleições, o comunismo perderia automaticamente suas cadeiras, obrigando-se a disputá-las novamente: um cálculo bastante arriscado. Exatamente por isso Enrique Rodríguez sugeriu no máximo a aproximação dos diferentes setores para se opor ao governo.

De qualquer modo, a reportagem de *Marcha* não ficou sem resposta por parte do PDC. Na semana seguinte Juan Pablo Terra enviou ao semanário uma carta questionando o teor do que fora publicado e também se queixando de ter sido mal compreendido por Gutiérrez. Em tom irônico o deputado escrevia:

> Señor Director:
> Días pasados el señor Carlos María Gutiérrez me entrevistó para su semanario, sobre el mensaje que en nombre de mi partido hice llegar el domingo 23 de junio a la opinión pública. **Cuando vi el reportaje en el último número de MARCHA me di cuenta de que una vez más se trataba de un reportaje realizado por el señor Carlos**

[52] Ibidem.
[53] Ibidem.
[54] Disponível em: <http://www.corteelectoral.gub.uy/gxpfiles/elecciones/Eleccion%20Nacional%201966.htm>. Acesso em: 5 mar. 2010.

> **María Gutiérrez a Carlos María Gutiérrez a propósito de un conversación conmigo**.[55] (Grifo meu)

De acordo com a carta de Terra, da maneira como fora apresentada, a matéria dava a entender que havia de fato setores democrata cristãos favoráveis a um ingresso do partido na FIdeL e que essa era uma possibilidade real, o que deputado negava veementemente: “Quede pues en pie que ningún grupo plantea en el partido el ingreso al FideL, que esa versión descabellada solo puede servir a nuestros enemigos de la derecha para confundir y borronear nuestra imagen […]”.[56]

A irritação de Juan Pablo Terra diante do ocorrido pode ser tomada como um indício do quão incipiente era a proposta de unidade política do PDC. Em suas próprias palavras, poder-se-ia incluir na iniciativa do partido “[...] cualquier otro grupo que esté de acuerdo con los postulados mínimos de una nueva política. […]”[57]; ou seja, o corte que permitia agrupar essas forças não era propriamente ideológico, mas político, bastando para isso fazer oposição à Pacheco Areco. Desse ponto de vista, até mesmo a FIdeL poderia participar do projeto, o que fica claro na matéria. Por outro lado, a entrada da Democracia-Cristã em uma coalizão claramente dominada pelo PCU era inconcebível e por isso o desconcerto de Terra. Colocado de outra forma, o PDC até estaria ao lado do comunismo em uma frente eleitoral, mas jamais subordinado a ele.

Tempos após o pronunciamento do PDC, o mesmo Carlos María Gutiérrez voltou a escrever sobre um possível acordo entre as forças oposicionistas. Note-se que na primeira vez em que abordou o tema o colaborador de *Marcha* o tratara como uma *ilusão frentista*[58], apontando de forma crítica as dificuldades que uma proposta como aquela encontraria. Passados perto de quatro meses, porém, o tom incrédulo da primeira reportagem não se fazia presente em seu novo artigo: *¿Hacia un tercer partido?*[59]

A poucos dias da implantação das *Medidas Prontas de Seguridad*, a mensagem transmitida por Juan Pablo Terra foi entendida pelo articulista como uma resposta apressada do PDC às decisões do Executivo. É possível que naquele momento se imaginasse a intervenção do governo como algo efêmero e sem

[55] TERRA, Juan Pablo. Reportaje cuestionado. *Marcha*, p.5, 5 jul. 1968.
[56] Ibidem.
[57] GUTIÉRREZ, Carlos María; QUIJANO, José Manuel. La ilusión Frentista. *Marcha,* op. cit. p. 8.
[58] Ibidem.
[59] GUTIÉRREZ, Carlos María. ¿Hacia un tercer partido? *Marcha*, p. 11, 18 out. 1968.

maiores conseqüências em longo prazo. No entanto, com o passar dos meses e ainda sob a vigência do Estado de exceção, se delineava no país um cenário político distinto: a inoperância dos partidos majoritários diante da crise, somada ao crescente autoritarismo de Pacheco Areco, pareciam arrojar a sociedade e suas instituições em uma incerta e perigosa inércia. Gutiérrez se dera conta disso:

> […] El presidente ejerce su autoridad para castigar a quienes se le oponen y seguir siendo presidente para continuar castigando; sean sus opositores los correligionarios, los sindicatos, la Universidad o los tupamaros. Nadie sabe que otros planes alberga, una vez que todos hayan sido sancionados, eliminados o acallados […].
> […] **Porque toda represión (por más eficiente que sea y por más iniciativa que tome) siempre es un hecho de respuesta: obedece a una oposición que existe, o que se cree que existe. Un gobernante no puede vivir de contragolpe, o durar en permanente vela de armas esperando a verificar de qué lado vendrá el ataque**. […][60] (Grifo meu)

Assim, a criação de uma frente oposicionista tida antes como improvável era agora não somente plausível como também necessária. Carlos María Gutiérrez continuava achando complexa a *instrumentação política* de uma aliança, mas ao retomar a proposta de unidade do PDC, o tom de suas palavras já havia mudado: de *politicamente ingênua*, a iniciativa dos democratas cristãos convertia-se apenas em uma *idéia prematura*[61], mas que podia ganhar força. Ao finalizar, quase à maneira de um prognóstico Gutiérrez escrevia: “Si Pacheco Areco mantiene la testaruda e inútil dureza de su posición, no hará sino incitar a que la idea del tercer partido – hoy vaga e intimidante para muchos – vaya cobrando perfiles más accesibles.”[62]

Essa mudança da postura reflete, em minha opinião, o aprofundamento da crise político-institucional uruguaia. Se num primeiro momento o articulista via com reservas e, porque não dizer, descrédito as propostas da Democracia-Cristã, após vários meses de *Medidas Prontas de Seguridad*, não apenas ele, mas várias personalidades do campo político passaram a enxergar uma aliança de oposição – em suas várias formas possíveis – como algo a ser efetivamente considerado.

As primeiras tentativas do PDC de aglutinar os opositores de Pacheco Areco não renderam frutos imediatos. Para Romeo Pérez Antón, “[...] Con muy poco éxito al comienzo, de poco a poco sin embargo la idea va cuajando y va obteniendo pronunciamientos importantes a su favor, a veces de figuras aisladas, otras veces de

[60] Ibidem.
[61] Ibidem.
[62] Ibidem.

partidos o movimientos." (1987, p. 32) Embora os mencione em seu texto, Pérez Antón não apresenta ou avalia os *pronunciamentos* que aos poucos tornaram exequível a idéia de uma frente partidária; aliás, nenhum outro trabalho acompanhou esse processo detalhadamente.

Na realidade, são bem conhecidos os partidos e setores envolvidos nas negociações que levaram à Frente Ampla, contudo, muito pouco se sabe de como isso foi feito; daí a importância de analisar a fundo essa discussão e os vários posicionamentos naquele contexto, os quais refletiam, na maior parte das vezes, diferentes projetos de unidade.

A partir de fins de 1969, líderes políticos, organizações e também figuras independentes tomaram parte no longo debate sobre a criação de uma coalizão oposicionista, sendo alguns já abertamente favoráveis à proposta enquanto outros não haviam ainda se convencido de sua viabilidade.

Algumas das condições para o surgimento de uma aliança de esquerda no país – as quais não existiam nas eleições de 62 e 66 – se tornaram cada vez mais fortes durante o governo de Jorge Pacheco Areco. Entre os que faziam coro na oposição, a idéia de um acordo circunstancial para se apresentar ao pleito de 1971 ganhava paulatinamente contornos mais nítidos. Naturalmente, alguns setores se adiantaram a outros nesse particular, como, por exemplo, o PDC e sua convocatória em meados de 68. No caso da esquerda marxista, todavia, o tema da unidade política já estava em pauta havia muito mais tempo.

Depreende-se daí que ao pleitear a união das forças oposicionistas, cada um dos grupos que se envolveu no debate tendia a fazê-lo de modos distintos. Essa virtual aliança, além de sua finalidade mais imediata, isto é, contrapor-se ao governo, era portadora, dependendo de quem a defendesse, de outros predicados políticos. Nesse ínterim, proponho que comecemos a avaliação pelo Partido Comunista.

De acordo com o partido, nada de substancial havia mudado com a alternância de poder entre blancos e colorados[63]. Obviamente, do ponto de vista do materialismo histórico, não importava qual desses grupos estivesse no poder, uma

[63] La experiencia – que es la madre de toda ciencia – nos revela que en el siglo y medio de vida independiente los llamados partidos tradicionales han desfilado todos, con sus fracciones y subgrupos, por el gobierno de la República. Y entre todos ellos han traído al país la dramática situación en que se encuentra. Todo demuestra que estos partidos han agotado su ciclo. […] Una gran columna de pueblo. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 30 out. 1969.

vez que, forçosamente, a estrutura sócio-econômica não sofreria qualquer alteração significativa. Para o comunismo, quaisquer tentativas de renovar os partidos majoritários a partir de dentro – na verdade uma crítica velada a personagens como Zelmar Michelini e Amilcar Vasconcellos – não passavam de manobras para iludir a população[64].

Por mais que existissem vozes discordantes no interior de ambos os partidos majoritários, e o PCU certamente as reconhecia, havia, segundo o comunismo, um limite para tais dissonâncias. Em um editorial de *El Popular* de dezembro de 69: "En momentos en que se agudizaban los choques y las disensiones entre sectores de los partidos tradicionales, surgió la tesis de la renovación por dentro de los mismos. Siempre pensamos que era una operación imposible, destinada al fracaso. […]"[65]

A conveniência da acumulação de votos pelos grandes partidos acabava persuadindo a todos, inclusive seus potenciais dissidentes, a permanecerem fieis ao lema e também tirar proveito do sistema eleitoral[66]. Conforme o PCU, exatamente por isso não havia entre essas forças maiores definições político-ideológicas, e tampouco verdadeiros programas partidários. A crítica a tais mazelas de nacionalistas e colorados dava lugar, é claro, a que o partido afirmasse suas próprias "virtudes" políticas: "Si se quiere hablar de programa, de democracia interna, necesariamente hay que volver los ojos hacia el Frente Izquierda de Liberación y los diversos grupos que lo constituyen. Aquí sí estas palabras tienen un sentido real. […]"[67]

Para finalizar, o texto jogava a carta da longa trajetória política do PCU e também da própria FIdeL, tentando assim dirimir qualquer suspeita de oportunismo eleitoral que pudesse pesar sobre as intenções do grupo.

> […] La democracia interior tiene carta de ciudadanía garantizada en el Frente Izquierda y en cada uno de sus grupos. **Aquí sí las promesas y las realidades se corresponden estrictamente, y**

[64] Referindo-se a um editorial de *El Día* que cobrava uma maior definição ideológica ao Partido Colorado *El Popular* atacava: […] **Efectivamente, ni en el P. Colorado ni en el Batllismo existe en los hechos una definición programática, ideológica**. Efectivamente, esos partidos y los sectores que los integran son una colcha de retazos unidos por la ley de lemas. Efectivamente, la ciudadanía, está harta de las promesas demagógicas de los aspirantes al gobierno, que invariablemente – sean blancos o colorados – dejan de cumplir cuando llegan al poder. Ideas y programas. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 20 dez. 1969. (Grifo meu)

[65] Una gran columna de pueblo. *El Popular*, op. cit.

[66] Estos partidos, en suma, no son tales, son simples lemas, a los que únicamente la ley de lemas permite un mínimo de cohesión en la instancia electoral, para renovar al día siguiente el espectáculo de su fraccionamiento, de sus divisiones, en las que siempre predominan los oligarcas. Ideas y programas. *El Popular*, op. cit.

[67] Ibidem.

> **están los siete años de lucha del Frente Izquierda, y el medio siglo del P. Comunista que lo integra, para avalarlo**. Quienes no quieren ser engañados, justamente, quienes no quieren ser presa de las promesas demagógicas, quienes anhelan contribuir al progreso y la felicidad de la patria, tienen su puesto de lucha en las filas del Frente Izquierda de Liberación.[68] (Grifo meu)

Assim como acreditavam que nada mudaria nos partidos majoritários, os comunistas estavam cientes de que não poderiam sozinhos superar as forças conservadoras da política nacional. Há anos a questão da unidade era debatida e apontada pelo PCU como a única saída para os setores progressistas se quisessem disputar o poder com possibilidades de vitória. Por isso, e não poderia ser diferente, o partido já possuía o ideal do que viria a ser uma coalizão partidária, ou seja, independentemente do que propunha a Democracia-Cristã ou qualquer outra organização, desde 1962, bem ou mal o comunismo integrava sua própria aliança, a FIdeL.

O fato de já ter uma prática política unitária – em que pese todas as suas limitações –, adjudicava ao PCU uma espécie de patrimônio político do qual não pretendia abrir mão. Em 62 e 66, o partido concorrera às eleições coligado a grupos menores e tivera bons resultados e, daí em diante, se tivesse de integrar qualquer fórmula unitária, sem dúvida isso seria feito por meio da FIdeL.

> [...] Desde la tribuna del grandioso mitin del Palacio Peñarol en su mensaje al pueblo, el Partido Comunista lo ha definido en los siguientes términos: crear un gran fuerza independiente, una columna patriótica del pueblo, de hombres y mujeres unidos por comunes ideales de rescatar la nación, **fuerza cuyo prototipo, cuyo cimiento, como se prefiera, es el F. Izquierda de Liberación que hemos creado y está actuando en la vida política del país**. […][69] (Grifo meu)

Na visão do Partido Comunista, a FIdeL era o modelo de uma coalizão que poderia e deveria ser mais *ampla*, mas cujos alicerces já haviam sido lançados. Ao se confrontarem com a proposta de criação de outra frente político-partidária, isto é, a que fora convocada pela DC, é como se os comunistas argumentassem: já temos uma aliança com todos os atributos para se opor aos partidos majoritários e enfrentar a presente situação[70]; afinal, "Siete años de existencia han afirmado la razón de ser del Frente Izquierda. […]"[71]

---

[68] Ibidem.
[69] Una gran columna de pueblo. *El Popular*, op. cit.
[70] La formación del Frente Izquierda salió al encuentro de esta realidad, para enfrentar el mito del bipartidismo "intocable", y acompañar en el proceso político, el rasgo fundamental de estos tiempos,

Em resumo, não obstante defendesse a *política unitária*, o PCU era reticente em aceitar uma aliança diversa da qual já vinha participando – e que era dominada pelo partido desde 62. Em uma entrevista ao jornal *De Frente*, depois reproduzida por *El Popular*, Rodney Arismendi sintetizava a receptividade da organização com as seguintes palavras: “Nosotros hemos creado el FideL, cuyas puertas están abiertas de par en par.”[72] O Partido Comunista, ao menos em tese, deixava *abertas* suas *portas* para quaisquer outros que desejassem entrar; mas estaria disposto ele mesmo a ingressar em outra força política caso essa porta se lhe abrisse?

Nos cerca de dez anos em que o tema da unidade política figurou na pauta dos partidos minoritários – de 1962 até a criação da Frente Ampla em 1971 –, os proponentes dessa aliança, fossem marxistas ou não, teriam sempre de se deparar com o dilema representado pela inclusão ou exclusão dos comunistas. Por diferentes motivos, todas as propostas de coalizão eleitoral que não partiam do próprio PCU opunham resistência à participação do grupo nas negociações.

Aparentemente, a convocatória do PDC parecia estar na contramão dessa tendência, já que, embora declarasse impossível a adesão do partido à FIdeL, não descartava que os comunistas e seus aliados viessem a participar da iniciativa; posto, é claro, que atendessem aos *postulados mínimos* exigidos e que houvesse outras condição favoráveis.

Juan Pablo Terra declarou à *Marcha* no final de 69, que a presença comunista em um eventual pacto da oposição só poderia ocorrer caso houvesse mais integrantes envolvidos na empresa, ou seja, um *acordo bilateral* entre PDC e PCU estava fora de cogitação para a Democracia-Cristã. Na entrevista:

> Si los sectores batllistas y los blancos opositores no se aviniesen en formar ese frente, ¿buscaría usted en otros partidos de izquierda y sectores populares una base para impulsar ese tercer frente?
> – Yo le he contestado en relación a lo que Ud. planteó: un frente amplio (acuerdo o partido) popular, progresista, nacionalista y democrático. En esa dimensión hay que plantear la idea.
> **Si usted ahora pregunta sobre un posible acuerdo bilateral entre el Partido Demócrata Cristiano, de un lado, y el Partido Comunista o el F.I.deL., de otro, le contesto: no es posible**. Las

---

que ha sido un profundo y tumultuoso proceso social, con una clase obrera de creciente gravitación e incidencia marcada de las capas medias, particularmente universitarias, y con un descontento que abarca también a amplios sectores del campo; el Frente Izquierda ha sido y es la expresión de estas fuerzas sociales y desde el punto de vista político la conjunción del Partido Comunista con grupos emanados de los partidos tradicionales. No hay caminos nuevos con los viejos partidos. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 29 out. 1969.

[71] La razón de ser del Frente Izquierda. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 31 out. 1969.

[72] Entrevista a Arismendi. *El Popular*, Montevideo, p. 12, 11 out. 1969.

> diferencias son demasiado profundas para olvidarlas por una combinación oportunista que a nada llevaría. Esto no excluye que coincidamos en ciertos casos, por ejemplo al resistir a dictadura de derecha, o al defender los sindicatos o los salarios.[73] (Grifo meu)

O desenho da aliança projetada pelo PDC atendia a fins estratégicos, mas também táticos. Se momentaneamente deixarmos de lado seus objetivos mais amplos, isto é, derrotar o governo nas próximas eleições, podemos entender melhor a postura da sigla nesse específico. A Democracia-Cristã tinha necessariamente que incluir outras forças políticas além do comunismo em seus planos, pois, na hipótese de um acerto dos dois grupos apenas, a polarização entre eles poderia tornar difícil ou mesmo impraticável o manejo da coalizão. Sem contar que o PCU tinha maior eleitorado e mais representantes eleitos que os democrata-cristãos, de modo que a presença de terceiros, de preferência cisões de blancos e colorados, equilibraria a relação entre ambos os partidos.

Para a Democracia-Cristã, além do mais, não convinha investir em uma composição política na qual apenas uma das organizações – tanto pior fosse o PCU – tivesse poder decisório. Ainda que parecesse promissor do ponto de vista eleitoral, o partido não pagaria o preço por um acordo feito nesses moldes, restando assim uma única opção: "**No somos frentistas de cualquier frente**. Si la idea ambiciosa no marcha, lo que nosotros haremos será, como ya le he dicho, **abrir nuestro lema a los que puedan ver en él un cauce para sus ideales y sus esperanzas**."[74] (Grifo meu) Como veremos, a possibilidade de acolher sob a sigla do PDC toda a oposição legal – de começo uma idéia extravagante – foi a solução encontrada para driblar a lei de lemas e habilitar a Frente Ampla às eleições de 1971.

Nesse momento, a compatibilidade entre PDC e PCU, traduzida na oposição que faziam ao governo de Pacheco Areco, não foi capaz de sobrepor-se às diferenças ideológicas desses partidos. Em *Mística, desarrollo y revolución*[75], livro publicado por Juan Pablo Terra em 1969, o deputado fazia uma exposição de sua prédica política – notadamente progressista – tentando, entre outras coisas, ressalvar suas diferenças em relação a certos conceitos do marxismo.

---

[73] MICHELINI, Luis. 4 preguntas a Juan Pablo Terra. *Marcha*, Montevideo, p. 11, 12 dez. 1969. Devido à grande repercussão dessa entrevista o PDC a reproduziria no periódico *Flecha* dias mais tarde: La unidad, el camino de los opositores. Cuatro preguntas de 'Marcha' a Terra. *Flecha*, Montevideo, p. 8, 22 dez. 1969.
[74] Ibidem.
[75] TERRA, Juan Pablo. *Mística, desarrollo y revolución*. Montevideo: Librosur, 1985.

Nesse texto, para não deixar dúvidas sobre o que entendia por *ideal comunitário*, um dos eixos de seu trabalho, Terra escrevia o seguinte: “El ideal comunitario apunta a una vida social organizada para el bien común. Acentúa el uso común de los bienes y multiplica las formas de propiedad compartida. […]”[76] Logo em seguida, o deputado esclarecia que o *comunitarismo* implicava em *transformar* a *noção de propriedade*: “[...] Lo que plantea no es simplemente un dilema: si la propiedad ha de ser del individuo o del Estado al estilo de la vieja polémica entre capitalismo y socialismo […]”.[77]

Assim, o *comunitarismo*, alçado à condição de *ideal de vida social*, não defendia nem o fim da propriedade privada, como também era contra sua concentração sob a égide do Estado. No fundo, o se que buscava era uma flexibilização da idéia de posse então vigente; sempre, é claro, privilegiando o bem da comunidade antes que o do indivíduo.

Esquivando-se de pré-julgamentos, Juan Pablo Terra admitia que o *comunitarismo* pudesse ser designado como um *socialismo*, mas só quando este significasse a afirmação da *natureza social* do homem e tivesse uma *aspiração igualitária*. “Pero si se cae en la vieja definición por la supresión de la propiedad privada de los medios de producción, si se piensa que es la nacionalización de los medios de producción, entonces la definición no es adecuada. […]”[78]

Matéria controversa e de difícil entendimento, a questão da propriedade, especialmente a dos meios de produção, rendeu ainda longas altercações entre comunistas e democrata-cristãos durante a elaboração das bases programáticas da Frente Ampla. Não menos polêmico, o conceito de *revolução* também estava presente no arcabouço político-ideológico do PDC. Não era coisa simples conciliar a herança da *doutrina social* da Igreja com um projeto de transformação do homem e seu meio. Antes mesmo de Terra, em 1965, a *Juventud Demócrata Cristiana* já avaliava criticamente a contribuição de Hegel e Marx para seu pensamento.

> Hegel influye con su pensamiento dialéctico a través de determinados puntos concretos o ideas como la de que ningún hombre puede ser libre mientras todos no seas libres.
> En Karl Marx reconocemos la importancia que asigna a la economía y al factor trabajo como libertador del hombre. No es aquí el momento de analizar a fondo el marxismo, tanto en teoría como en su encarnación sociológica. **Simplificando también nuestra crítica**

[76] Ibidem, p. 81.
[77] Ibidem.
[78] Ibidem, p. 90.

> **la centramos en su dogmático materialismo y una dictadura del proletariado que, de hecho, son totalitarismos y por ende negaciones de libertad**.[79] (Grifo meu)

A JDC se fortaleceu no bojo do processo de renovação ideológica e de quadros do partido em meados dos anos 60 e, como todo o conjunto da Democracia-Cristã, suas bases doutrinárias eram bastante diversificadas. Em relação ao marxismo especificamente, o movimento parecia atento não somente às questões teóricas bem como às experiências do socialismo real[80]. A *revolução*, tal qual para os marxistas, era concebida como uma mudança radical das estruturas sociais[81], mas deveria ser buscada primeiramente por meios pacíficos e, se esse caminho fosse obstruído, restaria o recurso à violência, nesse caso empregado de forma legítima[82].

Não havia por parte dos membros do grupo a eleição da violência como método de ação a priori. Por outro lado, tampouco estavam dispostos a esperar indefinidamente pelas transformações que julgavam necessárias naquele momento. O "voluntarismo", postura que marcou muitas das opções políticas de esquerda à época, parecia estar presente em alguma medida no breviário da *Juventud Demócrata Cristiana* do Uruguai.

Juan Pablo Terra também dedicou algumas páginas de seu *Mística, desarrollo y revolución* para aclarar o que entendia ser um processo revolucionário. Segundo ele, a palavra *revolução* era objeto de muitos equívocos, e para demonstrá-lo o político fazia um apanhado dos vários significados do termo, o qual designava desde *rebeliões* contra o poder, *substituições* de um governo por outro, até *transformações* deliberadas de uma determinada estrutura social. No entanto, ao

---

[79] JUVENTUD DEMÓCRATA CRISTIANA. La Democracia Cristiana como punto de referencia ideológico. In: PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Los cristianos y la política en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987, p. 68.

[80] […] nuestro modo de pensar no se basa sólo en teorías, sino en realidades que llaman nuestra atención o hechos históricos que nos conmueven. Así, por ejemplo, como hechos históricos, señalamos los intentos y las luchas de los socialismos utópicos y de los demócrata cristianos del siglo pasado y de los anarquistas de comienzos de éste. **Como experiencias actuales el desarrollo de las revoluciones marxistas nos influyen tanto positiva como negativamente**. También como realidades nos sirven las experiencias de Israel e Yugoeslavia del punto de vista económico. Ibidem. (Grifo meu)

[81] Ninguna reforma puede llegar a cambiar el espíritu que rige el sistema, exigimos, pues, una revolución: un cambio radical de los postulados ideológicos en que se basa la sociedad, un cambio radical del sistema político en que se sustenta, una cambio radical de las estructuras económicas, sociales y culturales que oprimen al pueblo.
Para ser revolución, debe ser rápida y para ser reforma, debe ser profunda.
Aclaremos qué entendemos por Revolución. **Para nosotros, Revolución es destrucción de un *sistema* e instalación de uno nuevo**. Ibidem, p. 72. (Grifo meu)

[82] Ibidem, p. 74.

contrário da juventude do PDC, e tendo em vista as finalidades da *revolução*, não chegava considerar a violência como uma alternativa válida.

> El siguiente grupo de sentidos de la palabra revolución es a nuestro juicio el más importante. **En este caso, la palabra revolución designa a cambios sociales o políticos de gran significación, aunque ni arranquen de una fractura del orden jurídico, ni de una rebelión armada**. […] Son hechos que en un régimen democrático pueden producirse sin ruptura del orden jurídico, modificando la ideología del gobierno y la conducción de la sociedad. […][83] (Grifo meu)

Claramente mais moderado, o ideal de revolução defendido por Juan Pablo Terra destoava tanto em relação ao da JDC quanto ao do marxismo[84], situando o deputado ao lado dos que acreditavam em transformações sem fraturas institucionais e igualmente sem violência[85].

Nas matérias de *Flecha*, órgão porta-voz da DC, podemos notar que o discurso oficial do partido refletia muito mais as posições de Terra que as de seu setor juvenil. Após uma ação dos Tupamaros que resultara em várias mortes, mais especificamente a tomada da cidade de Pando[86], em outubro de 69, lia-se na primeira página:

> ¿Coraje? Sin duda. ¿Idealismo? Seguramente. Pero, ¿para qué? **¿Adónde lleva este juego de acciones y reacciones sino a un derroche de violencia y de sufrimiento sin futuro? ¿Están realmente cerrados otros caminos para la construcción de las transformaciones salvadoras?** ¿Qué espejismos y preconceptos, orientan en ese sentido el estallido de los idealismos desesperados?[87] (Grifo meu)

Em seu número seguinte, *Flecha* trazia um longo editorial no qual comparava a opção às armas a um *atalho* que provavelmente conduziria ao *endurecimento* do Estado e da repressão e, talvez, a uma *ditadura permanente*. "[...] Por eso no nos tienta la aventura. Preferimos construir las transformaciones sociales sobre la única

---

[83] TERRA, Juan Pablo. *Mística, desarrollo y revolución*, op. cit., p. 122-123.
[84] […] Es posible, por ejemplo, que un marxista no acepte usar la palabra más que en el caso de una transformación de sentido marxista; en parte por sentirse propietario de la palabra revolución y en parte por pensar que las otras transformaciones no son medulares. […] Ibidem, p. 122.
[85] Ibidem, p. 123.
[86] 8 de outubro de 1969: Un comando del MLN copa virtualmente la ciudad de Pando por espacio de media hora, apoderándose de la comisaría, el cuartel de bomberos y la central telefónica; asalta a cuatro bancos y emite una proclama. […] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 96.
[87] Derroche de sangre. *Flecha*, Montevideo, p. 1, 13 out. 1969.

base sólida: sobre el apoyo popular masivo, sobre el querer del pueblo políticamente organizado. ¿Y quién dijo que eso no es posible? […]"[88]

A preocupação em manter-se dentro dos limites legais pode também ser percebida em uma entrevista de Terra a *Marcha.* Perguntado sobre a *plataforma* que uma *união partidária* de oposição poderia oferecer à cidadania, sua resposta começava exatamente por aí: "Restablecer la vigencia de los derechos y las libertades, actuar por leyes y dentro de la constitución y recuperar el parlamento. […]"[89] Uma vez reconquistada a normalidade democrática, poder-se-ia pensar na execução do projeto político para transformar o país, mas não antes disso, já que, em seu pensamento, "[...] el ideal democrático, es la aceptación plena, en paridad de situación, de la pluralidad de tendencias políticas, culturales, religiosas y sociales que pugnan por orientar el Estado."[90]

Conceitos como *revolução*, *desenvolvimento social* e *transformação estrutural* eram constantes no discurso do líder do PDC. Idéias em princípio antagônicas como *revolução* e *desenvolvimento* eram para Terra não só compatíveis como às vezes requisitos uma para a realização da outra.

> […] Hemos caracterizado el desarrollo social como es ascenso humano, pero las revoluciones que postulan la liberación del hombre o la distribución social de los bienes ¿qué postulan en el fondo, sino la elevación humana? Surge pues el interrogante sobre la relación entre el desarrollo social y los procesos revolucionarios.[91]

Comparado ao conceito de *crescimento orgânico*, oriundo da Biologia, o *desenvolvimento social* comportava sim uma parcela de ordem e continuidade, por sinal muito bem vindas; mas Juan Pablo Terra advertia que as sociedades humanas eram marcadas também por rupturas em sua trajetória: "[…] El proceso mismo de desarrollo social es en gran medida un fenómeno de crecimiento orgánico acumulativo y gradual orientado a la realización de esos valores, intercalado siempre con rupturas, conflictos y mutaciones revolucionarias […]".[92]

O Partido Comunista se desapontou quando soube que, segundo a última entrevista de Terra, o PDC não se uniria à FIdeL ou ao próprio PCU por conta de suas *profundas diferenças*. Conforme *El Popular*, a evasiva apresentada pelo *Partido Demócrata Cristiano* já havia sido usada outras vezes – referindo-se

[88] Lo inconducente de algunos atajos. *Flecha*, Montevideo, p. 3, 20 out. 1969.
[89] MICHELINI, Luis. 4 preguntas a Juan Pablo Terra. *Marcha*, op cit.
[90] TERRA, Juan Pablo. *Mística, desarrollo y revolución*, op. cit., p. 52.
[91] Ibidem, p. 109.
[92] Ibidem, p. 116.

provavelmente às negativas do socialismo em anos anteriores – e sempre levara ao fracasso.

> El argumento no sólo no es nuevo, sino que ya fue esgrimido con mala suerte en ocasiones anteriores. ¿De qué vale que el diputado Terra esboce un programa que comprende la reforma agraria o la nacionalización de la banca, si excluye de la fuerza política para realizarlo a los sectores que han combatido y combaten con más denuedo por la liberación nacional y social de nuestro pueblo?
> ¿Qué otro sentido sino una concesión a la derecha tiene la exclusión del Frente Izquierda o del Partido Comunista en la concepción del diputado Terra? [93]

É importante notar nesse editorial que, além de rebater as declarações de Juan Pablo Terra, o PCU fez uma das primeiras menções a um tema muito recorrente no processo de fundação da Frente Ampla: o exemplo chileno[94]. A vitória da *Unidad Popular* no Chile, em 1970, se tornou um importante mote para todos os que eram favoráveis à unificação dos partidos minoritários no Uruguai, ainda que cada um deles se apropriasse do exemplo de maneira diferente. Mesmo antes do triunfo de Salvador Allende com a UP, o que ocorreu quase um ano mais tarde, os embates políticos daquele país já serviam como fonte de argumentação para os comunistas uruguaios:

> Como bien lo decía el camarada Arismendi en el mitin inaugural del Congreso de la Juventud Comunista, el PDC no aprovecha enseñanzas de Chile, donde Frei – cuya ascensión tantos aplausos provocara en el PDC de nuestro país – levanto la consigna de "la revolución en libertad" para luego defraudar no sólo al pueblo, derramando sangre de obreros y campesinos, sino a muchos sectores de su propio partido, que pasaron después a formar el MAPU, que hoy busca el camino de la unión junto a socialistas y comunistas. […][95]

Tão logo se publicasse o editorial de *El Popular*, Terra respondeu ao que chamou de um *rude ataque* de Arismendi:

> **Lo que ocurre es que el comunismo está acostumbrado a considerarse monopolizador de las causas populares y no admite la posibilidad siquiera de que pueda encararse una gran coalición popular si no es organizada por él**.
> Y la verdad es que el P.D.C no tiene porque ceder lugar a nadie en esta materia. La posición es clara: se está dispuesto a integrar una gran fuerza popular, democrática, nacional y progresista. Pero si ello

[93] La división, una carta fracasada. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 15 dez. 1969.
[94] No decorrer de 1969 também o PDC fez menções à política chilena em *Flecha*, mas em princípio apenas com matérias de cunho informativo, sem fazer paralelos ou tirar conclusões para o Uruguai: Buscará acelerar la revolución. Radomiro Tomic es el candidato del P.D.C. chileno. *Flecha*, Montevideo, p. 7, 1 set. 1969.
[95] La división, una carta fracasada. *El Popular*, op. cit.

> no se logra, se abren las puertas para encauzar en sus filas a todos aquellos que quieran encontrar un cauce para su lucha, su esperanza, dentro del marco de las grandes líneas de sus principios y soluciones.[96] (Grifo meu)

Considerando o posicionamento tanto da Democracia-Cristã quanto do Partido Comunista, vemos que essas duas forças desejavam construir uma aliança partidária suficientemente ampla para atender seus objetivos e programas. Contudo, ao avaliar suas intervenções nesse debate, vemos que o projeto de coalizão do PDC, bem mais recente que o do comunismo, diga-se de passagem, fora posto em movimento sobretudo – mas não exclusivamente – devido ao avanço da crise sócio-política no país. O próprio vocabulário mobilizado em seus discursos deixa isso entrever, já que se falava principalmente em uma frente de *oposição* a Pacheco Areco[97], não restando dúvidas sobre o objetivo a ser alcançado. Outrossim, em um pequeno livro publicado por Terra em 1971, e não por acaso intitulado *Del pachequismo al Frente Amplio*[98], o político começava com um capítulo acerca das *Medidas Prontas de Seguridad*: *El significado de las medidas*[99], dando a entender que esse fora o ponto de partida para a criação da FA.

Ao dar a própria versão para o surgimento da Frente Ampla, Juan Pablo Terra o fazia excluindo as experiências que comunistas e socialistas já haviam empreendido para criar uma força política alternativa; segundo ele, na verdade, o processo que deu origem à FA começou com a convocatória da Democracia-Cristã, logo após as primeiras medidas discricionárias do poder Executivo.

Com isso não quero dizer que os reiterados apelos à unidade feitos pelo PDC fossem ações meramente reativas, isto é, que os democrata-cristãos não tivessem um projeto para o Uruguai independente da política claudicante e autoritária do governo. O partido, não há duvida, possuía um programa e queria realizá-lo; sua

---

[96] Genio y figura. *Flecha*, Montevideo, p. 3, 22 dez. 1969.

[97] Sobre os grupos que poderiam aderir à convocatória do PDC em 68, Terra respondia em sua primeira entrevista à *Marcha*: Los que estén, hoy, opuestos a la política económica del gobierno. Todos ellos. **La coincidencia puede ser circunstancial, pero tenemos que demonstrar que la oposición es capaz de un programa mínimo y de una alternativa política distinta**. […] GUTIÉRREZ, Carlos María; QUIJANO, José Manuel. La ilusión Frentista. *Marcha*, op. cit., p. 8. (Grifo meu)

Em outra entrevista concedida ao mesmo semanário: Eso sí, como partido nuestro camino es claro. **Estamos abiertos a organizar (y hay varias fórmulas posibles) una alternativa frente al pachequismo en acuerdo con otros grupos**, si podemos en la práctica coincidir en el programa y las actitudes y compartir las responsabilidades. […] MICHELINI, Luis. 4 preguntas a Juan Pablo Terra. *Marcha*, op cit. (Grifo meu)

[98] TERRA, Juan Pablo. *Del pachequismo al Frente Amplio*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1971.

[99] Ibidem, p. 7.

atuação, é óbvio, ia muito além de simplesmente reagir aos desmandos presidenciais. Mas não fosse o *pachequismo* e seus desdobramentos, a Democracia-Cristã teria adotado essa mesma atitude unitária?

Em outro breve texto publicado nos *Cuadernos de Marcha* em março de 1971, e cujo título era igualmente sugestivo, *El P.D.C y las raíces del Frente*, Juan Pablo Terra arrogava a seu partido a responsabilidade e iniciativa que levaram à coalizão. Segundo ele, as *condições* que haviam *conduzido* àquele entendimento estavam inscritas no *passado* e careciam ser estudadas, não cabendo aí *simplificações*. Porém, em se tratando da atitude mesma de convocar a oposição, devia-se evitar a *modéstia* e a *sobrevalorização* e escrever de um modo *certo* e *conciso*: "La proposición de formar el Frente fue formulada por la Democracia Cristiana el 23 de junio de 1968, exactamente a los 10 días de instauradas las Medidas Prontas de Seguridad que se convirtieron luego en régimen permanente. […]"[100]

O Partido Comunista, por sua vez, não proclamava nada diferente do que já vinha sendo feito desde 1962, ou seja, defendia ardorosamente a FIdeL como o único instrumento político capaz de unificar todas as forças progressistas. Todavia, o projeto de unidade do comunismo, embora também fosse pensado como uma alternativa à crise político-social, tinha origens que transcendiam a conjuntura mais imediata do governo Pacheco Areco.

Se bem que não parecessem incompatíveis, os propósitos de comunistas e democrata-cristãos tinham diferentes origens. O PCU, ao promover a imagem da FIdeL, apenas reiterava seu objetivo de mais de uma década: a união das esquerdas no âmbito da *Frente Democrática de Libertação Nacional*[101]*.* Muitos foram os adjetivos utilizados pelo partido para caracterizar essa frente, desde *anti-imperialista* e *anti-oligárquica* até *patriótica* e *democrática*[102], sempre a apresentando como a *força nova* da política uruguaia[103].

No discurso comunista, é claro, a questão da unidade era fruto de uma reflexão já bastante extensa e que fora convertida em premissa, já que mesmo em épocas de grande estabilidade política e institucional, como ao longo dos anos 50, o tema era tratado pelo PCU como uma de suas principais tarefas. Assim, o projeto de

[100] TERRA, Juan Pablo. El P.D.C y las raíces del Frente. *Cuadernos de Marcha*, op. cit. p. 13.
[101] Informe del Comité Nacional al XVI Congreso del Partido Comunista. Comisión Nacional de Propaganda. Montevideo, setiembre de 1955. In: ARISMENDI, Rodney. *La construcción de la unidad de la izquierda*. op. cit. p. 15-20.
[102] Ideas y programas. *El Popular*, op. cit.
[103] La razón de ser del Frente Izquierda. *El Popular*, op.cit.

união das esquerdas era parte mesma das resoluções do partido, e foi reafirmado a cada congresso a partir de 1955. Para o comunismo, a construção dessa frente não deveria ser incitada apenas pela urgência de se contrapor ao governo, ou seja, como uma manobra contingencial da oposição; mas sim, advir de um movimento profundo, de princípios, que fosse capaz de mobilizar as *grandes massas* em prol da transformação da sociedade. Esse processo, segundo Arismendi, havia tempos estava em marcha em toda a América Latina, conforme as *particularidades políticas nacionais*[104].

A coalizão com outros grupos políticos era parte inerente da tática do PCU, pouco importando qual dos partidos majoritários estivesse no comando, uma vez que blancos e colorados, excetuando *determinadas personalidades*, eram igualmente *conservadores* e *reacionários*[105]*.* Além do mais, de acordo com uma leitura muito peculiar da história nacional, a aliança liderada pelo partido era apresentada como a expressão mais atual das *tradições artiguistas*, pois, o *forjador* da *independência* uruguaia, à sua época, teria sido o primeiro a levantar a bandeira da unidade entre os "orientais". Apelando para um conceito pouco usual no léxico das esquerdas, *El Popular* chegava a qualificar como *sagradas* as idéias de Artigas.

> […] **Más de una vez se ha repetido que con el Frente Izquierda de Liberación, del cual es fundador el Partido Comunista junto a otras fuerzas democráticas y de avanzada, Artigas volverá**. Y no se trata de una afirmación ociosa ni de una frase elegante. Se trata del espíritu mismo que anima a las fuerzas patrióticas, de izquierda, unidas en le F.I.deL., de su programa de liberación, agrario y antimperialista. […][106] (Grifo meu)

Em outubro de 1969, após um grande ato em comemoração aos seus 49 anos, o Partido Comunista reiterava o compromisso de lutar pela unidade da *classe operária*, para que os *destinos uruguaios* fossem conduzidos "[...] no hacia la felicidad de un puñado de oligarcas a costa de la infelicidad de todo un pueblo explotado, sino hacia donde quería Artigas: hacia un futuro en el que los más infelices sean los más privilegiados."[107] Ao concluir, ainda falando de unidade, utilizava-se uma fórmula posteriormente incorporada à declaração constitutiva da Frente Ampla, e repetidas vezes proclamada por seu candidato à presidência, Liber

---

[104] ARISMENDI, Rodney. Problemas de una revolución continental. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*. *Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. op. cit. p. 400.
[105] No hay caminos nuevos con los viejos partidos. *El Popular*, op. cit.
[106] La sagrada presencia de las ideas de Artigas. *El Popular*, Montevideo, p. 2, 6 out. 1969.
[107] La hora de la unidad y de los cambios. *El Popular*, Montevideo, p. 2, 17 out. 1969.

Seregni: a união de *blancos* e *colorados*, *ateus* e *comunistas*, gente de *diferentes convicções filosóficas* em torno de um programa comum[108].

Desse modo, a busca da unidade política na visão dos comunistas estava informada não somente por concepções táticas que levariam o partido a um objetivo estratégico maior, mas também pelo que acreditavam ser o devir histórico do povo uruguaio, já que a atuação da FIdeL se enveredava nos rastros de uma suposta *tradição artiguista*, cujas idéias de *liberdade* e *independência* haveriam de *ressoar* em todo o país.

Continuando, a discussão acerca da unidade no Uruguai atraia cada vez mais contendores, fosse entendida como a *aliança das esquerdas* defendida pelo PCU, ou simplesmente a *frente oposicionista* que almejava a Democracia-Cristã. No final de 1969, *Marcha* entrou definitivamente na polêmica e acabou se afirmando como um espaço de debate para os que desejavam opinar sobre a matéria. O fato de não ser um veículo partidário e ao mesmo tempo circular entre os setores políticos mais progressistas contribuía para isso.

Oscar Bruschera, também um entusiasta da unidade política, sintetizou em vários artigos do semanário uma impressão que aos poucos havia se generalizado: "[...] la encrucijada del país no es una crisis accidental y pasajera: sino un proceso con lejanas raíces que ha adquirido una dinámica tan urgente que conlleva la necesidad de comprometerse y definirse. […]"[109] Segundo suas palavras, o momento exigia definir-se politicamente e essa definição ia além das barreiras partidárias: "[...] El país se divide de una manera inevitable; los esfuminos de definiciones partidistas incoloras ya no sirven y hoy se está con la oligarquía o contra la oligarquía."[110]

---

[108] Ibidem. Apenas a título de comparação, na Declaração Constitutiva da Frente Ampla, datada de 5 de fevereiro de 1971, pode-se ler: [...] Y esa unión, por su esencia y por su origen, por tener al pueblo como protagonista, **ha permitido agrupar fraternalmente a colorados y blancos, a demócrata cristianos y marxistas, a hombres y mujeres de ideologías, concepciones religiosas y filosofías diferentes, a trabajadores, estudiantes, docentes, sacerdotes y pastores, pequeños y medianos productores, industriales y comerciantes, civiles y militares, intelectuales y artistas**, en una palabra, a todos los representantes del trabajo y de la cultura, a los legítimos voceros de la entraña misma de la nacionalidad. […] Declaración constitutiva. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio.* Historia y documentos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985, p. 86-87. (Grifo meu)

[109] BRUSCHERA, Oscar. Frente a la oligarquía: ni treguas ni fisuras. *Marcha*, Montevideo, p. 6 e 8, 19 dez.1969.

[110] Ibidem, p. 6.

Uma semana após Juan Pablo Terra ter falado à *Macha* sobre a frente de oposição, além de ponderado quanto a um possível acordo com o PCU[111], Bruschera convidou amistosamente o líder democrata-cristão a explicar-se melhor: "[...] ¿cuando se postula la creación de un frente amplio (acuerdo o partido), popular, progresista, nacionalista, y democrático, se incluye o excluye de él a las tendencias marxista y en particular el Partido Comunista? […][112]

Apesar dos esclarecimentos que pedia ao outro, a posição do articulista já era conhecida; para ele, a unidade dos grupos e partidos oposicionistas não deveria excluir nenhuma força, pois, perguntava: "[…] ¿cuáles pueden ser las razones para decretar exclusiones a priori?; ¿qué ventajas en amputarnos aliados y diversificar las fuerzas que no nos han de sobrar en la dura batalla? […]"[113]

Oscar Bruschera considerava o tema da inclusão/exclusão um dos pontos mais importantes para a frente progressista, residindo aí a chave do sucesso ou o fracasso de qualquer tentativa de se opor ao que genericamente chamava de *oligarquia*[114]. Da mesma forma, acreditava não ser possível solucionar a grave crise vivida pelo país a partir de dentro dos partidos majoritários, restando apenas unir os que desejavam abandonar os velhos lemas àqueles que formalmente já estavam na oposição. No último número de *Marcha* de 1969 escreveu:

> Las fuerzas progresistas anti-imperialistas y nacionalistas que actúan en los dos partidos tradicionales, la Democracia Cristiana, los diferentes grupos de origen marxista, la central de trabajadores, las iglesias militantes y comprometidas con la comunidad, son todas fuerzas poderosas y vivas que han de integrar ese frente popular llamado a enfrentar a la oligarquía rapaz y vendida que nos abruma.[115]

Segundo Bruschera, a inclusão de desprendimentos dos partidos majoritários nessa *frente popular* não era algo fortuito, mas sumamente necessário. Um movimento renovador até poderia acontecer fora daqueles partidos, contudo, dificilmente teria a amplitude desejada se prescindisse completamente das referências históricas de blancos e colorados, partes intrínsecas da formação sócio-

---

[111] MICHELINI, Luis. 4 preguntas a Juan Pablo Terra. *Marcha*, op cit.
[112] BRUSCHERA, Oscar. Frente a la oligarquía: ni treguas ni fisuras. *Marcha*, op. cit. p. 8.
[113] Ibidem.
[114] ¿Coincidimos o discrepamos con Juan Pablo Terra? Cordialmente lo convocamos a la dilucidación del punto; **pienso que en él se juega la posibilidad o la frustración de un verdadero movimiento multitudinario contra la oligarquía**. Vale la pena buscar la coincidencia sobre cuestión tan capital. Ibidem. (Grifo meu)
[115] BRUSCHERA, Oscar. La unidad de las fuerzas populares. *Marcha*, Montevideo, p. 7-8, 30 dez. 1969.

política nacional. Havia que buscar no passado das duas divisas seu *acervo* de *glorias* e de *lutas*, procurando naquelas distantes afirmações os *antecedentes* das propostas atuais: "[...] siempre es posible rescatar, en el legado de uno y del otro, momentos estelares en que fueron combativamente expresivos de las necesidades nacionales."[116]

Das muitas intervenções de Oscar Bruschera que antecederam a fundação da Frente Ampla essa última é especialmente reveladora de sua perspicácia. A menção às tradições políticas blanca e colorada foi um dos eixos do discurso frenteamplista e, em grande medida, uma das explicações para o relativo sucesso eleitoral alcançado pela nova coalizão. Em uma espécie de dialética, Bruschera acreditava que era possível romper com os partidos majoritários no presente como uma forma de permanecer fiel ao passado dessas siglas.

> […] **La fractura tiene que ser simultánea y debe explicitar que las divergencias con la dirección en el enfrentamiento de la problemática de hoy, se produce por querer ser puntualmente fieles a la tradición progresista, nacional y popular de cada una de las grandes colectividades**. O sea, reafirmando en el entendimiento de hoy la divergencia en el ayer. Sin renegar de lo que se fue, por el contrario siéndolo más fuertemente que nunca, por acendrada fidelidad y devoción a los auténticos valores transmitidos por nuestros mayores.[117] (Grifo meu)

Seguindo esse raciocínio, a presença de setores ligados à *tradição progressista* dos velhos partidos parecia vital para o sucesso de qualquer força política desafiante no Uruguai, o que não quer dizer que seria fácil convencer figuras e grupos a abandonar seus respectivos lemas. Alda Roballo, senadora de origem batllista que pertencera à Lista 15 até a formação de seu próprio sublema, assinalava à *Marcha* suas afinidades com outros nomes de oposição entre os colorados, mas tampouco considerava deixar as filas do partido para aventurar-se fora dele naquele momento.

> ¿Hay entre usted y los senadores Vasconcellos y Michelini Identificación ideológica?
> Evidentemente, nos hemos encontrado sin buscarlo y sin fines electorales y electoreros o de interés personal. **(Al contrario, aquí sólo hay que repartir sudor, sangre y lágrimas; es muy dura y difícil la oposición a un gobierno del propio partido y a hombres elegidos por nuestros votos.)** Nos hemos encontrado en un mismo

[116] Ibidem, p. 7-8.
[117] Ibidem, p. 8.

> frente de lucha ideológica en el parlamento y en la acción popular.[118] (Grifo meu)

Roballo foi eleita para o *Conselho Departamental* de Montevidéu em 1954[119], e era senadora pela sigla desde 1959[120]. Havia em seu discurso uma visível tensão entre a longa trajetória junto ao partido e uma leitura do batllismo bastante à esquerda inspirada por Julio César Grauert[121], líder político assassinado pela ditadura de Gabriel Terra nos anos 30. (RUIZ, 2007, p. 86) Esses vínculos, que não eram apenas políticos, mas pessoais e afetivos[122], impeliam Alda Roballo a tentar, a exemplo de Michelini e Vasconcellos, uma renovação interna do coloradismo, descartando a composição com outros grupos políticos naquele ínterim. Ao responder se achava possível a formação de uma frente comum fora do partido: "No; no creo en esa opción. **Tengo 40 años de amor al batllismo, que no es el Partido Colorado**. Creo que la solución está dentro de una nueva corriente, mientras que los reaccionarios históricos formen sus grupos de derecha. […]"[123] (Grifo meu)

As posições mostravam que unir os egressos dos partidos majoritários seria tarefa das mais intrincadas para os que idealizavam essa hipótese. O abandono do lema, atitude que para Michelini era encarada com relutância – "[...] no creemos que estén agotadas las instancias dentro del partido Colorado. […]"[124] –, tinha no caso de Alda Roballo outra conotação, isto é, a senadora considerava *impossível* fazê-lo. Imediatamente, sua declaração repercutiu nos meios da Democracia-Cristã, que no

---

[118] Dice Alda Roballo: "Por que estoy en la oposición". *Marcha*, Montevideo, p. 11, 14 nov. 1969.

[119] O modelo de Executivo Colegiado estabelecido pela Constituição de 1952 também era aplicado aos Executivos Municipais de todos os departamentos do país, sendo composto por sete membros eleitos para Montevidéu e cinco titulares no caso dos demais departamentos uruguaios. Disponível em: http://www.corteelectoral.gub.uy/gxpfiles/elecciones/elecciones_departamentales_1954.htm. Acesso em: 7 abr. 2010.

[120] Presidencia de la Asamblea General y del Senado; Presidencia de la Cámara de Representantes. "Parlamentarios uruguayos 1830-2005". p. 1006-1007, diciembre de 2006. Disponível em: http://www.parlamento.gub.uy/htmlstat/PL/OtrosDocumentos/ParlamentariosUruguayos.pdf. Acesso em: 6 abr. 2010.

[121] Dice Alda Roballo: "Por que estoy en la oposición". *Marcha*, op. cit.

[122] Desde sua primeira militância Alda Roballo esteve próxima de figuras centrais do batllismo: Asimismo, sé que va a ser muy difícil librarme de mi carga emocional, aunque ocupe un lugar muy modesto en mi partido.
Fui amiga de Domingo Arena, predilecta del feminista Baltasar Brum; adoré a Julio César Grauert que me fascinaba: seguí a Luis Batlle por 20 años y digo que su cabeza, simbólicamente, cayó en mis brazos cuando de su muerte. Ibidem. (Grifo meu)

[123] Ibidem.

[124] GUTIÉRREZ, Carlos María; QUIJANO, José Manuel. La ilusión Frentista. *Marcha*, op. cit., p. 9.

editorial *Los afectos y los crudos hechos*[125], publicado em *Flecha*, questionava a validade desse posicionamento.

Para os democrata-cristãos, era chegada a hora de um choque decisivo no interior do Partido Colorado: ou se apoiava o *essencial do pachequismo*, ou haveria que *enfrentar-se* a ele e *expulsá-lo* do partido antes que se aproximasse demasiadamente o período eleitoral, o que talvez já fosse *tarde* para fazer. Nesse caso se vaticinava: "[...] Y si la Dra. Roballo, a último momento quiere salvar su voto y se decide a dárnoslo, será muy bienvenido."[126]

Ao acabar 1969, diante da crise político-institucional que se aprofundava a olhos vistos, crescia nos setores progressistas a percepção de que apenas uma força interpartidária poderia resolver os graves problemas nacionais. Havia uma espécie de consenso – tácito para alguns e explícito para outros – de que a *solução frentista*[127] sugerida pela Democracia-Cristã apresentava-se como a única possibilidade para enfrentar Pacheco Areco, tanto naquele instante como nas eleições seguintes. Por outro lado, restava aclarar qual seria o desenho dessa frente, e justamente aí residiam as maiores discordâncias e atritos.

3. 1970: o início de um ano decisivo

No decorrer de 1970 o projeto de unidade das forças de oposição desenvolveu-se quase integralmente. Mesmo que a oficialização da Frente Ampla acontecesse apenas em fevereiro de 71, no ano anterior as negociações avançaram como nunca e os acordos políticos mais importantes foram feitos. Em meio a medidas excessivas do governo, como a intervenção no ensino secundário[128], e ações armadas de grande repercussão por parte dos Tupamaros, incluindo a morte de Dan Mitrione – agente americano ligado à tortura de esquerdistas[129] –, os

[125] Los afectos y los crudos hechos. *Flecha*, Montevideo, p. 3, 24 nov. 1969.
[126] Ibidem.
[127] TERRA, Juan Pablo. El P.D.C y las raíces del Frente. *Cuadernos de Marcha*, op. cit., p. 14.
[128] 12 de fevereiro de 1970. El Poder Ejecutivo decreta la intervención de Enseñanza Secundaria y UTU, con Consejos Interventores. La crisis de la enseñanza se arrastraba desde años atrás, a través de distintos intentos del Ejecutivo por cercear su autonomía. […] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 100.
[129] 10 de agosto de 1970. Aparece el cadáver de Dan Mitrione. [...] Ibidem, p. 109. Durante esse período o MLN passa a realizar os chamados *tribunales del pueblo*. […] Fueron objetos de esta

interessados em forjar a aliança oposicionista pareciam esforçar-se em buscar ou mesmo criar as coincidências necessárias para tanto.

Em resposta aos questionamentos feitos por Oscar Bruschera ainda no final de 69[130], Juan Pablo Terra reiterou em tom amigável que um pacto bilateral entre PDC e PCU não era possível e, mesmo que fosse, tampouco substituiria a *frente ampla e ambiciosa* que seu partido vinha propondo[131]. O ajuste entre atores políticos tão diversos parecia mais que difícil, mas a situação do país não era melhor, fato que reforçava a urgência desse acerto.

A leitura de Terra quanto à situação do país era de que as condições objetivas para o entendimento dos oposicionistas estavam dadas pelo próprio *pachequismo*, que com sua arbitrariedade lhes abrira esse caminho. Em outro plano, porém, *esperava-se* que os possíveis *interlocutores* do projeto demonstrassem *vontade* política para realizá-lo, essa sim uma questão subjetiva.

Os interlocutores pelos quais esperava o PDC foram aos poucos se manifestando, principalmente através de *Marcha*, transformado em um fórum de discussão para aqueles personagens e setores políticos que não possuíam meios de imprensa próprios. Um dos primeiros nomes consultados pelo semanário de Carlos Quijano foi Francisco Rodríguez Camusso, parlamentar de origem blanca da tradicional Lista 51. Político experiente, Camusso já presidira a Câmara dos Deputados e também fora ministro de Estado durante o segundo governo do Partido Nacional. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 72) Além do tema da unidade da oposição, se discutiu outro assunto fundamental: a reforma da lei de lemas[132].

Rodríguez Camusso receava que a questão da unidade fosse *reduzida* apenas a seu aspecto *eleitoral*. Para ele, dada a *soma de valores* que cada um dos *partidos tradicionais* representava diante da população, o eleitorado podia simplesmente não entender o rompimento de algum setor e continuar votando em quem permanecesse no lema. Em outras palavras, sem uma tomada de consciência

---

práctica el Inspector de Policía Héctor Morán Charquero (13 de abril de 1970), denunciado por infligir torturas durante los interrogatorios a los detenidos, y Dan Mitrione (10 de agosto de 1970), uno de los jefes del equipo de consejeros del Programa de Seguridad Pública dependiente de la Agencia Internacional para el Desarrollo. (BROQUETAS SAN MARTÍN, 2007, p. 179)

[130] BRUSCHERA, Oscar. Frente a la oligarquía: ni treguas ni fisuras. *Marcha*, op. cit. p. 8.

[131] El diputado Terra responde al emplazamiento del Dr. Bruschera. *Flecha*, Montevideo, p. 5, 19 jan. 1970. A resposta de Terra também seria remetida e publicada na edição seguinte de *Marcha*: Una carta de Juan Pablo Terra. *Marcha*, Montevideo, p. 22, 23 jan. 1970.

[132] Rodríguez Camusso: ley de lemas y necesidad del cambio. *Marcha*, Montevideo, p. 9, 9 jan.1970.

de que as mudanças eram realmente necessárias, uma coalizão desafiante poderia fracassar.

Para Camusso, o principal obstáculo que uma nova força política enfrentaria era a legislação eleitoral. Como obviamente as alas dominantes dos partidos majoritários não mudariam a lei – pois isso viria em seu próprio prejuízo –, o político apresentava um caminho diferente dos já concebidos. Ao contrário de Zelmar Michelini e Alda Roballo, cujo discurso ainda era o de renovar o coloradismo para então governar, ele defendia um pacto interpartidário informal como instrumento de exercício do poder, que não o obrigaria, é claro, a abandonar o Partido Nacional. Para reforçar seu argumento dizia: "La derecha siempre ha aspirado a un gobierno ejercido en común entre las alas más conservadoras de ambos partidos mayores; en estos dos últimos años muchos se han acercado al cumplimiento de ese ideal. […]"[133]

Colocado de outra forma, o que se propunha era fazer com a esquerda o que já vinha sendo praticado à direita, com a vantagem de que não seria necessário apresentar-se sob uma nova legenda. Na hipótese de que isso fosse alcançado, é preciso notar, estava implícito que a condução do projeto caberia aos setores progressistas dos grandes partidos, os quais seriam apoiados por outras forças.

> Lo fundamental es que las fuerzas populares accedan al poder; nada impide que un presidente de la república, nacionalista o colorado, integre su gobierno con gente de otros partidos.
> […] nada impide que, en el poder, las fuerzas progresistas de ambos partidos tradicionales, con la colaboración de otros sectores opuestos a la oligarquía, le den al Uruguay, con un programa renovador y moderno, que recoja los elementos comunes, la orientación que su liberación y su progreso reclaman. Pienso que en las actuales circunstancias ése puede ser un camino útil.[134]

O senador não mencionava quais seriam esses outros partidos e setores *opostos à oligarquia*, muito menos se estavam incluídos aí os comunistas, por exemplo. Além disso, segundo ele mesmo, nenhuma *força política organizada* o havia procurado até ali. A despeito de ser muito vaga, sua fala não deixava de representar um ganho qualitativo em vista das propostas de unidade já cogitadas, uma vez que ao menos uma figura importante parecia estar disposta a dialogar com pessoal de fora de seu lema e integrar uma força alternativa, mesmo que não fosse uma coalizão eleitoral.

---

[133] Ibidem.
[134] Ibidem.

As declarações de Rodríguez Camusso foram logo criticadas por Oscar Bruschera, que a essa altura já era um dos mais ativos defensores da frente oposicionista. Em face da lei de lemas, Bruschera considerava irreal que após eleito qualquer presidente pudesse prescindir do apoio dos setores que somaram votos em seu benefício e governasse com os opositores; para ele, o que fazia Camusso era ainda uma *apelação às velhas divisas*[135].

Havia, no entanto, quem achava possível a modificação da lei de lemas. Dias depois da entrevista de Camusso, a declaração de outro quadro importante, dessa vez de um membro da Lista 99, tornou ainda mais vivo o debate em torno da tão ansiada frente de oposição. Também em entrevista à *Marcha*, Hugo Batalla acenava com a possibilidade de que seu setor pudesse participar da referida aliança. Embora o tenha dito de forma reticente, era uma possibilidade que se abria, lembrando que nem mesmo Michelini, o homem forte da 99, havia se comprometido com afirmações dessa natureza.

Assim como Rodríguez Camusso, Batalla construíra uma promissora carreira em seu partido; era deputado desde as eleições de 1962 e como o outro também fora presidente da Câmara de Representantes. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 69-70) Acreditava igualmente que a unidade deveria transcender à questão eleitoral[136] e, nesse sentido, podemos encontrar em suas respostas o mesmo receio que afligia Camusso, ou seja, que um cálculo errado ao arquitetar a coalizão pudesse arrastar todos a um grande malogro político. O temor ante a possibilidade de deixar o partido era justificado e havia exemplos recentes de quão desastroso isso podia resultar[137].

Do ponto de vista programático, Batalla acreditava que a Lista 99 poderia discutir seu programa com outros grupos desde que suas características fundamentais não fossem alteradas. O núcleo *batllista* das propostas, que fazia da organização o que ela era e como atuava, era sintetizado da seguinte maneira: “[...]

---

[135] À critica de Bruschera Rodríguez Camusso respondeu que de fato era preferível a alteração da lei de lemas, mas que diante da *atual legislatura* não havia qualquer possibilidade dessa reforma ser aprovada. No mais, “[...] la “apelación a las viejas divisas” no es un mero acto irracional. Esas divisas tienen tal vigencia, que en ellas milita y se pronuncia más del noventa por ciento de la población; **representan una suma de valores, no sólo históricos, a los que muchos no queremos renunciar**. […]
Sumemos esfuerzos para derrotar a la oligarquía; busquemos ahincadamente las fórmulas más eficaces para ello; **pero sin arremeter contra valores espirituales que, forjados con el esfuerzo y el sacrificio – a veces la sangre – de varias generaciones, poseen indisputables vigencia**. Del senador Rodríguez Camusso. *Marcha*, Montevideo, p. 8, 30 jan. 1970. (Grifo meu)

[136] MICHELINI, Luis. Batalla: Cuando la ley de lemas le hace mal al país. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 23 jan. 1970.

[137] Ibidem.

Esto es batllismo. La marcha hacia un régimen económico socializante justo, en el marco del más amplio sistema democrático. […]"[138]

Durante o mês de janeiro de 1970, a figura de Hugo Batalha esteve em grande evidencia na imprensa montevideana, pois era sabido que o deputado preparava um projeto que visava alterar a legislação eleitoral[139]. Considerada um avanço pelos partidários da unidade, sua atitude recebeu inúmeros elogios e declarações de apoio.

O PCU, que já vinha dando espaço para a questão em *El Popular*[140], comentava as reações que a proposta surtira entre os grupos políticos conservadores: "[…] Desde luego: los partidos tradicionales se aferran con uñas y dientes a la ley de lemas, y no admiten en ella la menor modificación, porque sienten que si la ley de lemas se modifica, su poder tambalearía. […]"[141]

Das colunas de *Marcha*, também Oscar Bruschera se pronunciou a favor do comentado projeto:

> Me parece que más positivo que la apelación irracional a las viejas divisas [de Francisco Rodríguez Camusso] es el planteo del doctor Batalla para modificar la ley de lemas y permitir una lucha electoral limpia entre candidatos que signifiquen definiciones claras, con el respaldo de grupos organizados, coincidentes en aquellas definiciones.[142]

A Democracia-Cristã obviamente *saudou com calor* a iniciativa do deputado, já que se aprovada, tal reforma possibilitaria a coalizão partidária que o PDC vinha defendendo desde 68[143]. Não obstante, em um artigo de *Flecha* com alguns anacronismos, o partido lembrou que outras tentativas já haviam sido feitas no mesmo sentido. Esse texto frisava que a Democracia-Cristã – na verdade Unión

---

[138] Ibidem. (Grifo no original)

[139] BATALLA, Hugo; ALONSO, Nelson. Régimen electoral y ley de lemas: modificación. Comisión de Constitución, Códigos, Legislación General y Administración. In: PÉREZ PÉREZ, Alberto. *La ley de lemas:* contenido, alcances, inconvenientes. Sugestiones para su reforma. Montevideo: FCU, 1971, p. 71-86.

[140] Vuelve a agitarse el problema de la ley de lemas, y se oyen voces a favor de la modificación de esta ley, que es la negación de la democracia, e implica la subversión de la voluntad del elector, a tal extremo que puede afirmarse que mientras esta ley persista, el pronunciamiento electoral estará viciado en su raíz. Modificaciones a la ley de lemas. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 19 jan. 1970. Ver também: La "intocable" ley de lemas. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 19 jan. 1970.

[141] Ibidem.

[142] BRUSCHERA, Oscar. El amplio frente popular, op. cit. p. 22.

[143] […] Esta reforma posibilitaría, fundamentalmente, que distintos partidos puedan juntar su apoyo a una misma candidatura presidencial. Dijo Batalla que se debe "ofrecer a la ciudadanía la opción de elegir realmente, por encima de trabas legales, al hombre cuyas ideas y programas se consideren como los más ajustados a las necesidades del país". Con palabras que tantas veces hemos usado, Batalla agregó que los partidos tradicionales no pueden seguir siendo como hasta ahora un simple "cooperativa de votos". En buena hora. *Flecha*, Montevideo, p. 1, 19 jan. 1970.

Cívica – por várias vezes tentou alterar a lei de lemas, como em 1943, 46 e 49; além de 1958, quando a sigla apresentou uma *Reforma Popular* que não foi aprovada. Também em 1966 o PDC tomara parte na comissão que estudou a reforma constitucional realizada naquele ano, mas sem conseguir a mencionada alteração[144].

No caso do Partido Socialista, o grupo vinha de dois períodos eleitorais politicamente negativos e de uma querela interna que o deixara bastante fragilizado. Na ilegalidade e sem representação parlamentar, o socialismo estava formalmente apartado do circuito político-institucional, mas não deixou em nenhum momento de marcar suas posições quanto ao delicado momento vivido e também sobre a polêmica discussão acerca da lei de lemas e a unidade[145]. Consoante com sua linha política, o PS advertia que a pura e simples mudança da legislação não resolveria os problemas uruguaios e que o objetivo final a ser alcançado, a *revolução*, também não se resumia à conquista do poder.

> Ante todo, parece claro que la unidad que el pueblo reclama es la **unidad para la revolución**. No un simple acuerdo para dos o tres leyes posibles que no abrirán camino hacia un cambio hondo, o para un plan destinado a quedar en las palabras, como lo dice la experiencia histórica frentista en algunos países.[146] (Grifo no original)

Para os socialistas, a unidade política fazia parte de um ideal mais amplo de transformação sócio-econômica, isto é, era apenas uma etapa de um longo processo: "Definir un objetivo revolucionario no significa, tampoco, proponer el milagro inmediato del paso de la sociedad de la angustia y la escasez a la sociedad de la abundancia. Nadie ignora que habrá una etapa de duros sacrificios. […]"[147]

Situando o Uruguai entre as economias de *capitalismo dependente*, o partido insistia em negar o suposto *atraso feudal* que obstruía o desenvolvimento de suas forças produtivas[148]. Dessa forma, ao sustentar que formação econômica do país era predominantemente capitalista, mesmo que dependente e subordinada, concluía-se que a revolução não carecia de uma etapa *democrático-burguesa*, e por isso mesmo a composição da *frente revolucionária* forçosamente deveria excluir a *burguesia*[149].

Logicamente, essa era apenas uma dentre tantas leituras possíveis, além de se tratar de um debate restrito às esquerdas marxistas apenas, já que nem todos os

---

144 Reforma de la ley de lemas: antecedentes y precisiones. *Flecha*, Montevideo, p. 2, 20 jan. 1970.
145 Unidad, sí, para una auténtica revolución. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 16 jan. 1970.
146 Ibidem.
147 Ibidem.
148 DÍAZ, José Enrique. Clases y fases de la revolución. *El Oriental*, Montevideo, p. 6, 24 abr. 1970.
149 Ibidem.

favoráveis à frente oposicionista acreditavam que ela deveria conduzir a uma *revolução*. Reiterando algo que já assinalei, havia naquele contexto diferentes projetos de unidade e também *propostas de mudança* para o Uruguai[150].

Já passados os primeiros seis meses de 1970, o PDC continuava sondando possíveis aliados para as próximas eleições. A aposta da Democracia-Cristã era criar uma alternativa dentro dos marcos democráticos tanto ao pachequismo quanto aos Tupamaros, utilizando-se para isso dos próprios partidos existentes, instituições que, embora em crise, eram ainda consagradas pela cultura política uruguaia. Segundo afirmava Juan Pablo Terra, "El Uruguay, con la estructura política que tiene, está enfrentando a un dilema entre despotismo y anarquía. Hay que reconstruir el país desde los partidos políticos, es decir, desde donde el sistema se apoya en la voluntad popular."[151]

O respeito às regras do jogo político-institucional, bem como o desacordo com os métodos da guerrilha, levaram os democrata-cristãos a apoiar um pedido de *faculdades especiais* feito pelo governo em meio a uma grande ofensiva do MLN-T. O pedido ao Legislativo visava a suspensão das *garantias individuais* para dar celeridade às investigações de uma série de sequestros – com destaque para o caso de Dan Mitrione[152]. Entretanto, o voto favorável do PDC foi acompanhado por duras críticas ao Executivo, o qual pedia autorização para algo que na verdade já vinha fazendo há dois anos com suas *Medidas de Seguridad*.[153]

O partido atendera ao pedido do governo tentado ser coerente com seus postulados, pois logicamente era contrário aos sequestros e à luta armada. Ante o requerimento de sessenta dias de suspensão de direitos, ofereceu somente dez, mas foi vencido em sua proposição. O cálculo do PDC era que se votassem unidos – a FIdeL, os colorados e blancos de oposição e a própria Democracia-Cristã – as

---

[150] Oscar Bruschera escreveu para *Marcha* uma série de matérias apresentando algumas das várias *propostas de mudança* que circulavam no Uruguai na época. Embora chamasse atenção para a diversidade de programas existentes, o articulista escolhera quatro deles para *oferecer ao leitor*: o de Juan Pablo Terra, representando o PDC; o do próprio diretor de *Marcha*, Carlos Quijano; o programa da CNT de 1966 e as propostas da CIDE, atribuídas no artigo a Enrique Iglesias. Mais uma apresentação que um exame crítico, o artigo mostra que havia uma série de coincidências entre os diferentes pontos de vista, sendo todos marcados pela idéia de uma melhor distribuição das riquezas do país calcada em reformas estruturais. BRUSCHERA, Oscar. El programa de las fuerzas populares (III). *Marcha*, Montevideo, p. 8-9 e 14, 30 jan. 1970.

[151] Esperamos aun una conjunción de fuerzas... *Flecha*, Montevideo, p. 3, 27 jul. 1970.

[152] 8 de agosto de 1970. La Asamblea General concede autorización para suspender las garantías individuales. A raíz de esto se realizaron allanamientos de locales políticos, sindicales y universitarios. FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 109.

[153] La posición del partido. *Flecha*, Montevideo, p. 1, 4 e 5, 17 ago. 1970.

concessões ao Executivo poderiam ter sido bem mais restritas, mas a falta de articulação dos oposicionistas concedera a Pacheco Areco prerrogativas quase ilimitadas. “[...] Hicimos lo que pudimos, y podría haber triunfado una autorización mucho más limitada. No fue por nuestra culpa, sino por la incontrolable dispersión de la oposición que tanto hemos lamentado.”[154]

Em julho, ao declarar que ainda esperava uma *conjunção de forças*, Juan Pablo Terra deixava claro que seu partido seguia confiando em uma aliança de toda a oposição para as próximas eleições[155]. Menos de um mês após essa declaração, *Flecha* publicou uma pequena nota em que sugeria o avanço das conversações sobre a unidade; a *espera* da Democracia-Cristã parecia estar chegando ao fim[156].

Nesse mesmo informe, falava-se na superação de *dificuldades lógicas*, certamente se referindo ao entendimento das várias forças. Tais dificuldades já vinham sendo apontadas pelo Partido Socialista no âmbito mais restrito das esquerdas, mas também na visão do socialismo essas diferenças poderiam ser superadas.

> Hay – es una realidad – distintas fuerzas de izquierda. Y la experiencia nacional e internacional ha demostrado la necesidad de enfrentar, con la mayor unidad posible, en acciones comunes, la lucha por la liberación. **Una unión que permita encontrar el denominador común, que lleve a emprender acciones conjuntas**, **que decida, en primera instancia, por unanimidad** (lo que garantizaría el debate de su dirección para convencer y no simplemente para acumular votos hacia un pronunciamiento), puede ser un primer paso fundamental.[157] (Grifo meu)

Como parece claro, a consciência das dificuldades implícitas na criação de uma frente partidária era compartilhada por todos, independente de suas origens e posições no campo político. Nesse ínterim, a vitória de outra força unitária, a Unidade Popular no Chile, funcionou como um catalisador das opiniões favoráveis ao acordo entre os oposicionistas uruguaios.

Não obstante, o acesso da Unidade Popular ao poder se deu em um clima tenso e cheio de incertezas, o que mostrava aos entusiastas dessa experiência no Uruguai o quão delicado era o manejo de uma coalizão dessa natureza. A apertada vantagem de Salvador Allende sobre o segundo colocado nas eleições fora de

---

[154] Ibidem.
[155] Esperamos aun una conjunción de fuerzas..., op. cit.
[156] El frente opositor. *Flecha*, Montevideo, p. 1, 17 ago. 1970.
[157] Ampliar la unidad de acción. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 29 mai. 1970.

menos de dois pontos percentuais[158], e já que não houvera maioria de votos, o candidato eleito se viu obrigado a negociar com outros partidos a ratificação de sua vitória pelo Congresso Nacional. (AGGIO, 2002, p. 111)

Mediante a aceitação de uma série de compromissos por parte da UP, a Democracia-Cristã acabou apoiando a posse de Allende, o que resolveu somente uma parte da questão. Uma vez diplomado, o novo presidente teve que lidar com a grande diversidade político-ideológica da aliança que o conduzira ao Executivo, e mesmo com a insubordinação de setores de seu próprio partido[159].

As repercussões da eleição do primeiro presidente socialista das Américas foram muito grandes no Uruguai, onde a imprensa dos velhos partidos alardeou sobre o futuro *nebuloso* pelo qual esperava a democracia no Chile[160]. Todavia, desde muito antes da vitória da UP, a política chilena já era objeto de debates no país, sobretudo entre os partidos minoritários.

Assim, quando ainda em janeiro Salvador Allende foi escolhido como candidato pela Unidad Popular, o PCU já procurava destacar a *política unitária* dos comunistas chilenos tomando-a como exemplo para sua própria atuação. Nesse sentido, os dois outros postulantes à presidência, Jorge Alessandri do Partido

---

[158] Os números finais da eleição foram os seguintes: Salvador Allende – UP: 1.070.334 votos (36,2%); Jorge Alessandri – Partido Nacional: 1.031.159 votos (34,9%); Radomiro Tomic – PDC: 821.801 votos (27,8%) e votos brancos e nulos totalizaram 31.505 (1,1%). (ANGELL, 2001, p. 278)

[159] Las dificultades con que tropezó Allende como presidente se vieron agravadas por la falta de disciplina y el faccionalismo de su propio Partido Socialista. Desde que en su congreso de 1967 el partido declarase que «la violencia revolucionaria es inevitable y necesaria», había sectores importantes del partido que apoyaban, al menos en teoría, la «vía insurreccional» en lugar de la «vía pacífica». Y había grupos fuera del Partido Socialista, en especial el MIR, que practicaban lo que predicaban algunos de los socialistas de izquierdas. La actitud ambivalente de algunos destacados políticos socialistas ante las actividades del MIR y ante la legitimidad de la violencia revolucionaria ponía al gobierno Allende en una situación embarazosa y daba a la derecha la oportunidad de crear temores acerca de las intenciones del conjunto de la UP. No aquietaba tales temores el tono de la propaganda de la izquierda ni de la derecha. […] (ANGELL, 2001, p. 280)

[160] **EL DÍA** advertía el 3/9, que "una definición favorable a la coalición allendista resultaría sencillamente deplorable para el destino de una América Latina conturbada por expresiones criminales".
Conocidos los resultados, **ACCIÓN** decía: "El resultado ratifica una vez más los más altos valores de la democracia, pues demuestra que (…) aún quien no cree [en ella] puede un día acceder al poder si el consenso popular impone la ley de la mayoría". (26/10)
EL PAÍS, mucho más duro, presagiaba "nubarrones de pesadilla [en] el horizonte chileno (…) la oportunidad de revisión no la cercena nunca la democracia. Porque la democracia ampara y abre siempre posibilidades a sus enemigos. Cuando éstos triunfan ¿qué amparo y qué posibilidades dan a los demócratas? (…) Allende (…) aplicando sus principios marxistas, ¿qué instancias de nueva definición (…) brindará a sus opositores?" (6/9) "La opción está planteada entre que gobierne un comando en el que comunismo primará (…) o que la última palabra la diga un íntimo amigo de F. Castro y admirador de Mao Tsé Tung y de Ho Chi Minh. ¡Lindo panorama!". (20/10) PERDOMO, Carolina. "!Lindo panorama!". In: MACHADO, Carlos (Coord.). *Desde las rotativas:* cincuenta años de historia (1950-1999). Montevideo: Brecha; Fundación Vivian Trías, 2006, p. 35. (Grifo meu)

Nacional e Radomiro Tomic pela DC, eram retratados como "[...] los candidatos de la oligarquía derechista y del continuismo demócrata-cristiano. […]"[161]. Destacava-se igualmente a importância do XIV Congresso do Partido Comunista do Chile, realizado em 1969, ocasião na qual "[...] se sentó la importante tesis de que el futuro gobierno popular deberá integrarse con la participación de todos los sectores y partidos populares, conformando un gobierno de tipo pluripartidarista."[162]

Quanto à significação da unidade das esquerdas, *El Popular* afirmava que o fato se revestia de importância não apenas para o Chile, mas para toda a América. Em relação ao Uruguai: "[…] Es un gran ejemplo del que debe aprender el pueblo uruguayo, sus partidos de izquierda, sus fuerzas populares."[163]

Dirigente da Juventude Comunista nessa época, Esteban Valenti considera que para os uruguaios, o Chile era o exemplo político de maior relevância em âmbito regional. Em suas palavras:

> Yo creo que el único, que yo recuerde así, obviamente la Unidad Popular de Chile fue una referencia importante. Era diferente ¡muy diferente! **Era básicamente la unidad comunistas socialistas y algo más en Chile, digamos, tenía más fuerza que nosotros, pero fue una referencia. ¡El triunfo electoral de Salvador Allende fue un impulso!** […][164] (Grifo meu)

Postura bem diferente foi a tomada pelo *Partido Demócrata Cristiano* diante do assunto. Embora viesse defendendo a bandeira da unidade oposicionista desde 68, está claro que o grupo tinha mais afinidades políticas com a DC chilena, força que por sua vez não fazia parte da Unidad Popular. Segundo o depoimento de Romeo Pérez Antón:

> […] **La Unidad Popular, de todas maneras, se consideraba por todos un antecedente válido. ¡Ahora! Al PDC no le gustaba mucho como antecedente del Frente Amplio, porque la Unidad Popular estaba… no monopolizada, pero dominada por dos partidos marxistas, el Partido Comunista y el Partido Socialista**. Es verdad que estaba el Partido Radical que no era marxista, pero acá se quería que el Frente Amplio no fuera dominado por las alternativas marxistas, que lo integraran pero no que fueran tan aplastantemente mayoritarias como en Chile. Pero claro, a los comunistas y a los socialistas le gustaba al antecedente chileno.[165]

---

[161] La candidatura de Unidad Popular en Chile. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 25 jan. 1970.
[162] Ibidem.
[163] Ibidem.
[164] VALENTI, Esteban. *Esteban Valenti*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (37 min).
[165] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

No mesmo sentido falou Carlos Baráibar, Secretario Geral da Juventude Democrata-Cristã da América Latina e deputado eleito pela Frente Ampla 1971[166].

> […] Y en Chile, la Unidad Popular, como surge en la misma época, mucha gente se la tomaba como referente, casi como espejo. Pero, claramente hay diferencias, claramente la Unidad Popular tenía una concepción básicamente marxista, era una concepción que además era fundamentalmente comunistas y socialistas enfrentados a la Democracia Cristiana, cuando en el Uruguay la Democracia Cristiana y el Partido Comunista y también el Partido Socialista estaban absolutamente ligados […][167]

Antes mesmo que *El Popular* informasse sobre a candidatura de Allende, o PDC enviou a Santiago um repórter de *Flecha* para entrevistar Radomiro Tomic, então apresentando como "[...] candidato de la Democracia Cristiana y probable próximo Presidente de Chile"[168]. As perguntas formuladas procuravam explorar o programa e posicionamentos da DC, assim como suas diferenças com a esquerda. Segundo Tomic:

> - En mi opinión personal, la principal diferencia estriba en que la Democracia Cristiana, cuyo Vaticano está en Chile y solamente en Chile, busca la Unidad Popular por razones que corresponden directa y auténticamente al interés del pueblo como tal, y de Chile como nación, mientras otros hacen de la unidad popular una mera argucia electoral, destinada a ganar votos explotando en un sentido negativo objetivos secundarios o mezquinos, aun al precio de sacrificar una coyuntura histórica excepcional de unir al pueblo chileno y darle al país otro destino como es la que transitoriamente tenemos al frente de nosotros.[169]

Em seguida, comparando-se ao candidato da Unidad Popular ele ponderava: "El senador Allende es marxista y yo no lo soy. Es verdad que estas diferencias en el plano de la filosofía no se traducen tan directamente en el plano de la realidad concreta, porque el gobierno de los pueblos no se hace con meras lucubraciones. […]"[170] Tomic também foi perguntado acerca das características da *Revolução Chilena*, respondendo que a mesma deveria ser *anticapitalista* e *anti-imperialista*, únicas palavras da entrevista grafadas integralmente em letras maiúsculas[171].

A forma como *Flecha* encaminhou a referida entrevista e a natureza das perguntas dirigidas a Radomiro Tomic não eram casuais. Ainda que de maneira

---

[166] Na ocasião da entrevista, novembro de 2008, Baraibar era senador pela Frente Ampla
[167] BARÁIBAR, Carlos. *Carlos Baráibar*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 2 arquivos de áudio.WVA (20 e 17 min).
[168] "Flecha" entrevista a Radomiro Tomic. *Flecha*, Montevideo, p. 8, 19 jan. 1970.
[169] Ibidem.
[170] Ibidem.
[171] Ibidem.

indireta, as respostas que o político chileno era levado a dar, induziam quem as lesse a pensar também nas diferenças entre a Democracia-Cristã e os marxistas no Uruguai. Do mesmo modo, no tocante à *revolução*, as críticas de Tomic aos *privilégios* e *lucro privado* engendrados pelo capitalismo, o aproximavam das reflexões de Juan Pablo Terra, contumaz defensor do *ideal comunitário*[172].

Se *Flecha* dera voz ao candidato democrata-cristão, *El Popular* sem demora publicou uma conversa telefônica com o aspirante ao governo pela UP. Provavelmente frutos de uma edição, os trechos da entrevista que vieram à tona centravam-se na temática da unidade *ampla e profunda* das esquerdas e os meios para alcançá-la. Conforme dizia Allende, "Es amplia porque junto a los partidos marxistas se unen partidos de filosofía distinta, cristianos revolucionarios, social demócratas e independientes de izquierda. […][173] Um pouco mais adiante:

> […] Por primera vez se logra en Chile la vertebración de un movimiento nacional revolucionario, antimperialista, que además de las fuerzas políticas de izquierda, cuenta con el apoyo de las fuerzas sociales, como son la clase obrera, el campesinato, los estudiantes. […]
> **La voluntad unitaria se ha expresado en un programa en donde cada partido depuso algunos de sus propios puntos programáticos**. El conjunto tiene reciedumbre en su contenido, y está orientado por el cuestionamiento de la situación actual y del régimen, para abrir camino al socialismo.[174] (Grifo meu)

Diferentes por tantas razões, o Chile e sua política se converteram em uma referência obrigatória para os partidos minoritários que integraram a Frente Ampla; força que depois de constituída, curiosamente, abrangeu elementos mais díspares que a própria Unidad Popular, incluindo a Democracia-Cristã.

Por uma questão óbvia, o Partido Socialista celebrou vivamente o triunfo de Allende, o qual era entendido como a culminação de um longo processo de lutas do povo chileno[175]. Todavia, entre telegramas de felicitação e apoio ao *partido irmão*[176], o grupo era cauteloso ao assinalar que as condições no Uruguai eram distintas das do Chile: "Hay quienes sobre la base de la resonante batalla ganada por las fuerzas

---

[172] TERRA, Juan Pablo. *Mística, desarrollo y revolución*, op. cit. p. 73-97.
[173] Una unidad amplia y profunda, surgida de las raíces del pueblo chileno. Reportaje telefónico al candidato presidencial de la Unidad Popular. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 27 jan.1970.
[174] Ibidem.
[175] Chile: las raíces de la victoria. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 11 set. 1970.
[176] SALVADOR ALLENDE. Santiago de Chile. Partido Socialista Uruguayo, celebra vuestro triunfo como hecho trascendente en la lucha liberadora de América Latina. JOSÉ PEDRO CARDOSO. Senador ANICETO RODRÍGUEZ. Santiago de Chile. Partido Socialista Uruguayo con alegría y confianza en el futuro, felicita al partido hermano por triunfo compañero Allende. JOSÉ PEDRO CARDOSO. Telegramas a Chile. *El Oriental*, Montevideo, p. 11, 11 set. 1970.

populares en Chile, pretendan sin más trámite trasplantar los hechos de Chile a la realidad uruguaya. […]"[177] De acordo com o PS, havia que se extrair daquela experiência o valor do *esforço disciplinado*, a *avaliação correta* da conjuntura política, a *tenacidade* etc.[178].

Lembrava-se ainda que no Uruguai, ao contrário do outro país, havia *organizações políticas proscritas*, referindo-se ao próprio Partido Socialista, na clandestinidade desde o final de 1967[179]. No mais, a negociação para o reconhecimento da Unidad Popular como ganhadora das eleições foi acompanhada com grande entusiasmo[180], inclusive com a ida de uma delegação a Santiago para prestigiar Salvador Allende quando de sua posse[181]. Sobre a vitória da UP e vários outros exemplos políticos, declarou José Enrique Díaz em entrevista ao autor:

> […] En los 50 nosotros abrevamos mucho en las experiencias revolucionarias latinoamericanas. Ya te cité la revolución nacional de Bolivia el 52 impactó fuertemente, Paz Estenssoro estaba exiliado aquí cuando se hace la revolución y lo llevan a él que había ganado a las elecciones y no le habían entregado el gobierno. También influyó mucho la Revolución Guatemalteca, aquí tuvimos exiliados de Guatemala […], Arbenz ya en el exilio hizo un parte de su exilio acá en Uruguay, o sea, la Revolución Guatemalteca también nos influyó mucho, y tiene que hablar también de la Revolución Cubana. **Pero, en el proyecto digamos, de central única uruguaya, de unidad popular uruguaya, Chile tuvo especial significación para nosotros. Por una relación muy estrecha con el Partido Socialista de Chile caso el nuestro, con el Partido Comunista de Chile caso del Partido Comunista Uruguayo, había una gran sintonía** […][182] (Grifo meu)

Em sua edição de 11 de setembro, *Marcha* estampou uma foto de Allende ocupando quase toda a primeira página com a manchete *Chile: ejemplo y*

---

[177] El triunfo de la Unidad Popular en Chile y nuestra realidad. *El Oriental*, Montevideo, p. 11, 11 set. 1970.
[178] Ibidem.
[179] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 49.
[180] URIBE, Hernán. Chile: Allende reafirma su programa de acción. *El Oriental*, Montevideo, p. 12, 9 out. 1970.
[181] Una numerosa delegación del Partido Socialista Uruguayo, encabezada por el Secretario General de dicha organización cro. José E. Díaz y el miembro del CEN cro. Nelson Salle, y que incluyera a diversos militantes de Montevideo e Interior, estudiantes, trabajadores universitarios y profesores, estuvo presente en los actos efectuados en Chile con motivo de la transmisión del mando presidencial.
Invitados por el hermano Partido Socialista, al que pertenece el nuevo Presidente cro. Salvador Allende, **participaron en diversos actos organizados por dicha organización y en actos oficiales**. El Partido Socialista uruguayo en Chile. *El Oriental*, Montevideo, p. 2, 13 nov. 1970. (Grifo meu)
[182] DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (58 min).

esperanza[183]. No mesmo número, um extenso artigo de Oscar Bruschera dava conta da importância daquele fato, tratando-o como *Una victoria para celebrar, muchas enseñanzas para recoger*[184]. Dos ensinamentos, salientava-se a viabilidade do caminho eleitoral, já desacreditado por muitos: "[...] También en las urnas la oligarquía y los mandarines que tras ella actúan al servicio del imperio pueden ser derrotados. Esta es una lección del ejemplo chileno. […]"[185] Em seguida, "[...] La izquierda chilena no improvisó su táctica. Venciendo las mil dificultades de una labor de este tipo, comenzó estructurando un sólido entendimiento de los partidos marxistas, a los que ahora han adherido fuerzas de otras procedencias […][186].

Em relação às dificuldades superadas pela Unidad Popular:

> […] Son largos años de trabajo paciente, donde hubo, por supuesto, problemas; donde fue necesario vencer prejuicios e impaciencias; donde fue preciso contemporizar y transigir, pero que al mismo tiempo fortaleció los cuadros de militantes, les dio confianza y fe, les enseño la forma de desbaratar las maniobras de los enemigos y comprometió a crecientes capas de la ciudadanía en la convicción de que sólo por esa vía podía alcanzarse el objetivo propuesto.[187]

Ao seguir a argumentação de Bruschera, vemos que o cenário uruguaio é retratado como uma antítese do chileno, comparação feita com grande pesar, já que: "Ese ejemplo nos golpea a nosotros en el rostro. […]"[188] Em sua opinião, apesar de haver no Uruguai uma *convicção crescente* quanto à *arbitrariedade* do regime e o processo de *decomposição* social, a oposição "[…] no ha logrado plastificar un sólido bloque unitario donde converjan las múltiples identidades, soslayando las mínimas discordancias. […]"[189]

O líder do Movimiento Revolucionario Oriental – MRO, Ariel Collazo, também apontava *similitudes* e *diferenças* entre os casos de Uruguai e Chile. Desde 62, quando aderiu à FIdeL junto com o PCU, sua organização era favorável à unidade das esquerdas no plano eleitoral, se bem que outras formas de luta eram igualmente aceitas como legítimas pelo grupo, inclusive a armada. Na opinião de Collazo, o Uruguai guardava mais semelhanças com o Chile que com a Argentina ou o Brasil, mas essas similaridades acabavam ao se levar em conta o flagrante autoritarismo

[183] Chile: ejemplo y esperanza. *Marcha*, Montevideo, p. 1, 11 set. 1970.
[184] BRUSCHERA, Oscar. Una victoria para celebrar, muchas enseñanzas para recoger. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 11 set. 1970.
[185] Ibidem.
[186] Ibidem.
[187] Ibidem.
[188] Ibidem.
[189] Ibidem.

do governo uruguaio, refletido àquela altura na ilegalização de partidos políticos – dentre eles o MRO –, no fechamento de jornais e na prisão e morte de oposicionistas[190].

Em outro trecho, Collazo dizia que a *experiência frentista* do MRO junto à FIdeL havia *enriquecido* os *conhecimentos* do grupo sobre a realidade do país.

> […] **Entre otras cosas, para permitirnos distinguir entre un Frente Popular para la lucha electoral, que incluiría a quienes estén dispuestos a participar en ella, y el Frente de Liberación Nacional, que sin excluir a nadie tampoco, debe incluir en primer término a aquellas organizaciones revolucionarias que han sido las protagonistas principales de las luchas de los últimos años**. El día que la mayor parte de las organizaciones practiquen todas las formas de lucha dentro de la unidad, con un centro común en el Partido del Proletariado, el pueblo uruguayo habrá construido su herramienta principal para la conquista del poder. […][191] (Grifo meu)

A posição do grupo nesse último fragmento reforça algo em que venho insistindo no presente capítulo: a diversidade dos projetos frentistas naquele contexto. Se por um lado havia o convencimento de que era necessário criar uma coalizão oposicionista – e tudo parecia caminhar nessa direção –, por outro, cada um dos interessados esperava alcançar algo diferente com essa *ferramenta* política. Dito de outra forma, ao fazer a distinção entre *Frente Popular* e *Frente de Libertação Nacional*, Ariel Collazo deixava entrever que para sua organização a aliança eleitoral era apenas parte de uma estratégia.

4. A construção do entendimento: unidade e mobilização

Embora presentes, a Unidade Popular do Chile, bem como outros exemplos políticos regionais, não devem ser tomados como elementos determinantes no processo de fundação da Frente Ampla. Diante de uma crise sem precedentes, a oposição uruguaia buscou respostas que podiam, é verdade, ser inspiradas pela bem sucedida experiência da esquerda chilena, mas havia que enfrentar obstáculos específicos impostos pelo sistema político-eleitoral do país.

---

[190] MICHELINI, Luis. Collazo: por un frente de liberación nacional. *Marcha*, Montevideo, p. 9, 18 set. 1970.
[191] Ibidem.

Quando finalmente a alteração da lei de lemas entrou em pauta para discussão, a maioria dos legisladores blancos e colorados opôs enorme resistência à aprovação da matéria[192]; um claro prenúncio de que a reforma não aconteceria. Para Oscar Bruschera, a essa altura a mudança da lei devia ser descartada como alternativa e o entendimento entre os oposicionistas urgia acontecer o mais rápido possível, pondo fim aos longos debates e passando imediatamente à ação[193].

Bruschera criticava não apenas à morosidade da oposição em se organizar contra o pachequismo, mas também, sem citá-los diretamente, aos Tupamaros, que haviam segundo ele convertido a violência política de um *meio* em um *fim* em si mesmo[194]. O pleito do ano seguinte deveria propiciar a *ação unitária* das *forças populares* fortalecendo todos os nela envolvidos, o que disciplinaria a militância e permitiria mostrar ao eleitorado os *problemas* e *vícios* que outros preferiam esconder. Essa aliança política, contudo, não poderia ser feita *à velha moda*, e exatamente aqui as tentativas anteriores de coalizão entre as esquerdas passaram a ser recuperadas como exemplos.

Em tempo, trazia-se à tona a malfadada experiência do Partido Socialista, que em 1962 concorrera às eleições com um *lema acidental*: "[...] La lección de la Unión Popular fue ejemplarizante al respecto; seria indisculpable y suicida recaer en el mismo error. […]"[195] Além da baixa votação recebida pela UP naquela oportunidade, houve ainda uma polêmica em torno das duas únicas cadeiras conquistadas pelo grupo, pois a que deveria ser ocupada pelo socialismo como parte de um acordo prévio, acabou também com a Lista 41 de Enrique Erro[196]; para o articulista uma verdadeira *traição*. Por isso, qualquer pacto a ser firmado deveria ter por base um sólido compromisso político e regras muito claras.

> [...] La exigencia del momento impone unificar las diferentes corrientes en un frente común que, entre otras cosas, tenga alternativa electoral; **pero marcando la aportación de cada uno para que el sistema respire sinceridad y pureza; para que cada uno alcance posiciones proporcionales a su verdadera**

[192] Por fin en debate… *Flecha*, Montevideo, p. 5, 21 set. 1970; Que los lemas no sean solamente "carteles". Hugo Batalla. *Flecha*, Montevideo, p. 8, 28 out. 1970.
[193] BRUSCHERA, Oscar. Agrupar un potente movimiento de masas. *Marcha*, Montevideo, p. 6, 25 set. 1970.
[194] La verdadera vanguardia guía a las masas, no pretende sustituirla; admite la violencia como medio, pero no la transforma en un fin; se mezcla con el pueblo, en lugar de aislarse. La fascinación romántica del sacrificio y el holocausto generoso arriesgan obnubilar el juicio en la valoración de esa estrategia que solo puede asentarse en el rígido balance de sus resultados. […] Ibidem.
[195] Ibidem.
[196] MACHADO, Carlos. *Carlos Machado*: depoimento [Out. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:30 min).

> **influencia popular; para que el en comando futuro cada uno tenga el peso legítimo de su fuerza**.[197] (Grifo meu)

Restava, no entanto, encontrar a fórmula que permitiria converter a dispersa oposição uruguaia em uma ferramenta eleitoral consequente, e para isso Bruschera defendia lançar mão dos meios utilizados pelos próprios *inimigos*, isto é, a lei de lemas. Ainda assim, lembrava que a legislação só permitia coalizões partidárias se essas fossem realizadas sob *lemas permanentes*, ou seja, que tivessem participado e recebido votos nas eleições anteriores. Posto isso, constatava que havia só duas siglas nessas condições, a Democracia-Cristã e a FIdeL, e caso não fossem usadas haveria que criar um *lema acidental*, opção muito mais complexa[198].

Conforme o texto, esperava-se que tanto o PDC quanto a FIdeL colocassem seus respectivos lemas à disposição da *frente* em sinal de apoio ao referido projeto. Entretanto, assim como desaconselhava a constituição de um *lema acidental*, Bruschera explicava que para a finalidade desejada, a legenda da Democracia-Cristã se mostrava mais adequada que a da FIdeL, pois não se tratava "[...] de agrupar a las diferentes corrientes socialistas, sino a un potente movimiento de masas en donde las fuerzas socialistas aunque muy importantes, no son mayoritarias. […]"[199] A escolha desse lema se justificava pela abrangência de sua convocatória eleitoral, já que se queria "[...] atraer a las crecientes fuerzas juveniles y populares que descreen de los partidos tradicionales, pero están enraizadas con ellas, no es posible ofrecer la imagen de una salida de definido signo marxista."[200]

As proposições de Oscar Bruschera, de acordo com suas palavras, levavam em conta a *realidade mental* do país, na qual predominava uma tendência *moderadamente reformista*; daí a estratégia adotada. A atração de setores políticos inteiros e não apenas figuras isoladas dos partidos majoritários, era uma condição primordial para o sucesso de uma *frente unida e ampla*,

> […] Y para esos grupos será mucho más viable, será menos traumático y más fácil de hacerlo entender a sus cuadros, si el esfuerzo se canaliza **en torno a un lema que corresponde a un partido de formación muy reciente y de ideología mucho más emparentada con las formas tradicionales del aparato político uruguayo, que las vertebradas en torno a las corrientes**

[197] BRUSCHERA, Oscar. Agrupar un potente movimiento de masas. op. cit.
[198] Ibidem.
[199] Ibidem.
[200] Ibidem.

> **marxistas**. La estrategia no debe plegarse a los prejuicios, pero sería imprudente ignorarlos.[201] (Grifo meu)

Em meio ao debate sobre qual fórmula eleitoral deveria ser empregada, a aliança oposicionista foi pouco a pouco se tornando uma realidade política. Nos jornais dos partidos minoritários e mesmo no semanário *Marcha*, as adesões ao projeto frentista se multiplicavam, como, por exemplo, na declaração por uma *frente ampla* assinada por personalidades independentes no início de outubro[202], a qual revelava o envolvimento de setores da opinião pública sem vínculos partidários. No documento, julgava-se necessária: "[...] la concertación de un acuerdo sin exclusiones, entre todas las fuerzas políticas del país que se opongan a la conducta antipopular y antinacional del actual gobierno […]"[203].

É possível perceber o avanço do entendimento quando, apesar dos diferentes propósitos que cada grupo ou partido pudessem ter, a coalizão passou a ser mostrada como algo concreto em diferentes pronunciamentos, inclusive com os vários atores reconhecendo positivamente as atitudes uns dos outros. Após um ato público da Fidel, *El Popular* escrevia que a *unidade política* do povo uruguaio estava em *marcha*:

> El acto del Frente Izquierda implicó un pronunciamiento multitudinario en favor de la unidad […] Paralelamente, otros sectores políticos se vienen definiendo en estos días en torno a la unidad. El acto de la Lista 99 significó un pronunciamiento categórico, en la palabra de sus máximos dirigentes, por salir fuera del lema del Partido Colorado, para ellos totalmente agotado […] Otros sectores, en el seno del otro partido tradicional, marchan hacia una definición. […][204]

Em um editorial de *Flecha*, também o PDC comentava com entusiasmo o estágio adiantado das negociações; sempre, é claro, destacando o papel do partido no processo: "Día a día, el Frente Amplio se materializa ante nuestros ojos. O mejor dicho el intenso trabajo del Partido y el dialogo con dirigentes de otros grupos van definiendo la fisionomía de ese Frente posible."[205] Note-se que no discurso da

---

[201] Ibidem.

[202] En 1970, uno de los hitos más trascendentes en las cercanías del surgimiento del *Frente Amplio* lo constituye la Declaración del 7 de Octubre, suscrita por un valioso grupo de ciudadanos sin militancia política activa en la época, que encabezaban personalidades de la jerarquía del general doctor Arturo J. Baliñas y el doctor Carlos Quijano. El Comité cubre un importante movimiento de opinión caracterizado por la multiplicación de mesas redondas en todo el país que recibe el apoyo de vastos sectores de la ciudadanía. AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971. Historia y documentos. Montevideo: Ediciones Cauce, 2005, p. 32.

[203] Declaración: por un frente amplio. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 9 out. 1970.

[204] Hora de unidad. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 1 nov. 1970.

[205] Esta verdad del frente amplio. *Flecha*, Montevideo, p. 3, 17 nov. 1970.

Democracia-Cristã a futura coalizão já é tratada como *Frente Ampla*, denominação que gerou ainda algumas polêmicas até ser formalizada.

Em face do ocorrido até ali o PDC fazia projeções. Em novembro, *Flecha* já dava como certo o rompimento de Michelini e a Lista 99 com o Partido Colorado e esperava que Rodríguez Camusso, do Partido Nacional, fizesse o mesmo. Uma vez que acontecessem essas cisões, caberia a todos construir uma *força política nova,* e não menos importante, que não fosse *marxista*[206].

Segundo o texto, havia entre esses *grupos políticos* e o partido uma série de *coincidências programáticas*, separadas na verdade pela *barreira dos lemas* e a *disciplina partidária*. Ainda quanto às semelhanças e diferenças, o *imperativo* de se construir uma força política *não marxista* não vedava – ao menos expressamente – que setores dessa natureza ingressassem na mesma, mas indicava que se pretendia formar um pólo ideologicamente dominante no interior da organização. Da mesma forma, o zelo com sua identidade também era uma preocupação dos pedecistas: “Crear esa fuerza no significa, de ningún modo disolver en ella nuestro partido. Nuestro partido ha de mantener su identidad a pesar de que busque en la nueva fuerza una estrechísima unión política, programática y electoral. […]”[207]

Se a criação de um núcleo *não marxista* era uma prioridade na visão do PDC, isto é, um eixo político que hegemonizasse a aliança mesmo com a provável participação do PCU e do PS, os socialistas apostavam justamente no contrário. Em primeiro lugar, certamente por conta do exemplo chileno, ao referir-se ao movimento que se gestava *El Oriental* insistia em chamá-lo de *Unidad Popular*[208]; depois, falava-se abertamente na necessidade de um *pólo revolucionário*, que se faria representar pelo próprio Partido Socialista, é claro[209].

Ao cogitar sua adesão àquilo que já se chamava de *Frente Ampla*, os socialistas diferenciavam o que entendiam ser *unidade consolidada* e *unidade circunstancial*. Uma unidade consolidada seria aquela que *caminhasse* na direção de uma *Frente Revolucionária* e fosse permanente, além de possuir “Un programa anti-oligárquico, anti-imperialista, con signo socialista.”[210]; já a unidade circunstancial dependia de *um motivo claro* e de *fácil compreensão*, “[...] Desaparecido el motivo,

[206] Ibidem.
[207] Ibidem.
[208] CARDOSO, José Pedro. Anotaciones sobre la unidad popular. *El Oriental*, Montevideo, p. 4, 2 out. 1970.
[209] Ibidem.
[210] Ibidem.

que es la razón unitaria, tiende a desaparecer la unidad, ya que las diferencias reales y de clases que existan ante (sic) las organizaciones no tienen porque diluirse. […]"[211]

De acordo com os socialistas, abria-se para o Uruguai a possibilidade de uma *aliança circunstancial*, já que em um plano mais abrangente as eleições do ano seguinte poderiam aglutinar toda a oposição ao redor de uma plataforma comum: "Los frentes amplios, son procesos unitarios circunstanciales con motivaciones concretas – en este caso electorales – lo que quiere decir que un momento dado no sean necesarios y progresistas, es decir que hagan avanzar y no retroceder."[212]

Contudo, embora pudesse representar um ganho político efetivo, com o amadurecimento e organização das massas populares, havia certo grau de ceticismo do PS em relação ao significado da *Frente Ampla*. Nesse particular, o socialismo assumia também como sua a responsabilidade pelo que viesse ocorrer com a coalizão, o que não deixava de ser uma forma de valorizar seu próprio papel e importância.

> De todas maneras al Frente amplio se le tiene que dar el crédito que corresponde a un hecho circunstancial y pasajero. Puede ser un fenómeno trascendente en la vida nacional, pero no hay que descartar que se reduzca una vez más a un intento bien intencionado.
> **En cierta medida, de nosotros, de la izquierda socialista y nacional, también depende que se avance o se retroceda en ese plano**.[213] (Grifo meu)

Diferente era o discurso do PCU, o qual se mostrava mais confiante quanto às potencialidades daquele processo, cujas bases eram tidas como *muito profundas*: "[...] el frente no es una mera alianza electoral, aunque indudablemente las elecciones de 1971 constituyen una batalla trascendente, en la que el pueblo unido puede obtener una victoria que cambiara el panorama político de la República. […]"[214] No fundo, também para os comunistas a valorização da *unidade* era uma maneira de se auto-valorizar, com a diferença de que por seu peso eleitoral, a contribuição do partido para a aliança foi bem maior do que a oferecida pelo socialismo.

---

[211] Ibidem.
[212] Ibidem.
[213] Ibidem.
[214] Entendimiento alrededor de un programa. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 9 nov. 1970.

Um mês antes da realização de seu XX Congresso, o Partido Comunista antecipava as teses a serem então debatidas. A questão da unidade, obviamente, estava no centro dos trabalhos. Entre os vários pontos adiantados havia uma avaliação das condições que, mais do que nunca, tornavam muito próximo o acordo político-partidário há tanto perseguido pela sigla.

> […] 1) la fuerza del movimiento obrero y popular en ascenso, fruto de un esfuerzo acumulativo de 15 años y que se ensancha en nuevos sectores; 2) La experiencia dura y aleccionante de los años 1968/70; 3) la crisis profunda de los partidos tradicionales, desquiciados, anarquizados, con desprendimientos en sus filas; 4) la quiebra de la política del gobierno, su aislamiento creciente; 5) la comprobación de la justeza de la táctica de lucha del movimiento popular; 6) las repercusiones de los avances revolucionarios en Perú, Bolivia, y especialmente en Chile, que obran como poderoso estímulo para la búsqueda de caminos análogos.[215]

Dois aspectos chamam a atenção na leitura desse trecho: antes de tudo a acuidade da avaliação, já que as teses pareciam abarcar todos ou, quase todos, os *fatores* que se faziam presentes no contexto de formação da Frente Ampla; depois, por alguma razão não se mencionava a atuação dos grupos armados naquele conturbado cenário; não era também a guerrilha um dos indícios da profunda crise vivida pelo país?

Em outro fragmento, a atuação do partido bem como da FIdeL também era apontada como algo decisivo; no entanto, sintomaticamente, fala-se do aporte do comunismo apenas em relação à *unidade* das *massas populares*, mas não de seu subsídio no âmbito político, já que até ali, a presença do PCU no projeto frentista gerara mais controvérsias que entendimento[216].

Nas entrevistas que concedia, também Juan Pablo Terra confiava na consolidação da frente oposicionista, insistindo que o projeto não era *exclusivamente eleitoral*: "[…] buscamos una coordinación de futuro – se trata de una lucha ulterior y posterior a la elección de 1971 […]"[217]. As palavras de Terra eram mais que simplesmente uma declaração de *firme esperança* como faziam crer suas respostas, pois o PDC, para conquistar apoio, tinha por obrigação reiterar as virtuais qualidades da força política pela qual lutava havia mais de dois anos; tratava-se antes de tudo de um esforço de convencimento político.

---

[215] Una alternativa de poder. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 10 nov. 1970.
[216] Ibidem.
[217] Juan Pablo Terra habla del frente: crisis, dictadura y respuesta popular. *Marcha*, Montevideo, p. 13 e 24, 16 out. 1970.

Perguntado com quais *setores* já havia falado respondia o dirigente:

> - Con el orientado por el senador Vasconcellos, con la lista 99, la 51, el sector del senador Rodríguez Camusso, Pregón (cuyo representante en el senado es la doctora Roballo), con algunos dirigentes políticos sin representación parlamentaria, con el FideL, con el Socialismo que se agrupa en torno e "EL Oriental" (hablamos con los doctores José Pedro Cardozo y José Díaz), con el Movimiento Socialista (Eduardo Jaurena, Ángel Valdez, etc.), con el Movimiento de Rocha, es decir, tratamos de conversar con todos los sectores que se han definido en una actitud contraria a la línea del gobierno Pacheco. También conversamos con personalidades (como el General Seregni, el doctor Quijano, etc.). Y aunque las entrevistas no estén concluidas tenemos un panorama bastante completo de la situación.[218]

Dos contatos feitos pela Democracia-Cristã a essa altura – meados de outubro – já havia diversas respostas positivas quanto à formação da *frente*, conquanto Juan Pablo Terra preferisse não revelar ainda os grupos que tinham aceitado discutir o acordo: "[...] Por mi parte creo que no debo usar ni difundir las posiciones recogidas en el diálogo con los distintos sectores."[219]; cautela mais que justificada ante o objetivo que se pretendia alcançar.

Entre os que acabaram ingressando na Frente Ampla, mas ainda resistiam em fazê-lo, estava Alda Roballo. Embora reconhecesse a importância do tema, a senadora justificava sua recusa esgrimindo argumentos já conhecidos, ou seja, sua fidelidade à herança batllista do Partido Colorado; a qual pretendia *reintegrar*. Diante de uma interrogação direta de Guillermo Chifflet, para *Marcha*, respondeu que não deixaria o lema: "Mi agrupación no discutió el problema. Comprendo que es candente, y que hay posiciones encontradas. Pero le diré – con la misma claridad que usted ha hablado – que yo, después de cuarenta años de batllismo no me voy. […]"[220] Com a alternativa frentista ganhando força, a adesão de Roballo e do grupo *Pregón* à aliança foi, porém, uma questão de tempo.

A crescente mobilização em prol da unidade acontecia não somente entre os partidos e setores políticos diretamente envolvidos na questão, mas também fora deles. As principais atividades nesse sentido se desenvolviam sob a coordenação do já mencionado comitê de independentes, cuja declaração publicada em outubro conclamava a cidadania a apoiar uma *frente ampla* ainda a ser organizada[221]. Os

---

[218] Ibidem.
[219] Ibidem.
[220] Alda Roballo: "Nos robaron el partido". *Marcha*, Montevideo, p. 15, 2 out. 1970.
[221] Declaración: por un frente amplio. op. cit.

principais membros do comitê se confundiam com o próprio semanário *Marcha,* deixando poucas dúvidas quanto ao posicionamento do periódico; eram eles: Arturo Baliñas, general do Exército; Germán D'Elía, professor; Héctor Rodríguez, sindicalista; Carlos Quijano e também Washington Fernández.

Entrevistado por Romeo Pérez Antón, o general Baliñas revelava que o comitê já havia consultado vários grupos sobre uma possível aliança[222] e que as perspectivas para um entendimento eram nitidamente favoráveis. Formalmente, o comitê promoveu inúmeras *mesas redondas* em todo o país, recolhendo opiniões e estabelecendo-se como espaço plural de discussão.

> Le diría, en resumen, que la adhesión al Frente Amplio se difunde en todos los niveles, en la capital y el interior. **La espontaneidad con que se han reunido centenares de ciudadanos en cada caso, por encima de los sectores sociales y partidarios, a pensar en el Uruguay, configura casi un milagro político**. La fundación más firme del frente reside en eso, en que responde a una necesidad nacional y no de una elite intelectual montevideana.[223] (Grifo meu)

Outro integrante do comitê, Héctor Rodríguez, chamava a atenção para a necessidade de se estabelecer um *programa* e *disciplina comuns*, "[...] que deben ser un resultado del encuentro entre los representantes autorizados de los grupos políticos decididos a integrar el frente."[224] Esses *representantes*, na verdade os dirigentes aos quais se imputava a responsabilidade por elaborar a plataforma da futura coalizão, acabaram de fato instituindo um órgão para negociar e deliberar os termos de criação da nova força. Mais informal que o comitê de independentes, mas reputado como instância legítima por seus membros, o *Grupo de los Cinco*[225] funcionou como um embrião do que veio a ser a *Mesa Executiva* da Frente Ampla; lembrando que algumas organizações que não participaram desse grupo se fizeram representar na mesa.

Justamente por não ser ter sido algo formal, não é fácil encontrar documentos sobre as atividades do Grupo dos Cinco, mas suas diligências foram, sem dúvida,

---

[222] - En primer término hemos entrevistado a sectores que, entendíamos, pueden llegar a incorporarse a un frente político del tipo que definimos en la declaración. Es así como llevamos nuestras inquietudes a los dirigentes de la lista 99, al Movimiento Blanco, Popular y Progresista del senador rodríguez Camusso, al Movimiento Socialista, al Partido Socialista, al Partido Demócrata Cristiano, al Frente Izquierda de Liberación, al Partido Obrero Revolucionario, a los Grupos de Acción Unificadora y a la Tendencia Revolucionaria. A la brevedad nos entrevistaremos con representantes del Partido Comunista y del Movimiento Revolucionario Oriental. Con el Gral. Baliñas: alentadoras perspectivas para el frente. *Marcha*, Montevideo, p. 10, 13 nov. 1970.

[223] Ibidem.

[224] RODRÍGUEZ, Héctor. El frente amplio. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 20 nov. 1970.

[225] AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971. op. cit. p. 35.

fundamentais. Foi também no âmbito desse grupo que se estabeleceram as primeiras regras para a repartição interna do poder e das prerrogativas políticas das forças nele envolvidas. De acordo com um depoimento de Pérez Antón, os cinco maiores setores que já vinham de algum tempo negociando,

> […] hicieron un pacto por el cual se dieron poder de veto, recíprocamente. Entonces, el Partido por el Gobierno del Pueblo, lista 99; el Movimiento Blanco Popular y progresista, de Rodríguez Camusso; el Partido Demócrata-Cristiano; el Partido Comunista y el Frente Izquierda de Liberación, en realidad era como para darle dos votos en cinco al Partido Comunista, porque era el más grande, en las elecciones del 66 había sacado más votos que el PDC y que la 99, y Rodríguez Camusso no marcó votos en el 66… Entonces, se le quiso dar, se le reconoció como dos votos, entonces Partido Comunista y FIdeL. Todos estos cinco grupos tenían, se reconocían recíprocamente el derecho de vetar decisiones, aunque quedaran en minoría. […][226]

A aceitação do PCU como interlocutor pelos outros membros do Grupo dos Cinco já por si mesma não era simples. A histórica resistência ao comunismo, inclusive por parte de organizações marxistas, como o Partido Socialista, era uma amostra do quão complexa poderia ser a aliança pretendida. Além disso, a presença do PC implicava em reconhecer seu peso político-eleitoral e, consequentemente, brindá-lo com uma parcela de mando equivalente à sua importância.

A constituição da Frente Ampla significava, ainda que momentaneamente, a superação dessa resistência, embora se tenha que admitir que as desconfianças mútuas no seio da coalizão continuaram sendo grandes. O papel jogado pela Democracia-Cristã foi decisivo nesse quesito, pois, sendo a principal incentivadora do acordo, avalizou o ingresso do PCU e da FIdeL, mostrando aos demais que era possível dar um passo na direção dos comunistas sem com isso abrir mão de suas convicções políticas. Em *Flecha*, dava-se o tom do acordo: "[...] Un frente es una coalición de fuerzas políticas que muchas veces mantienen diferencias importantes, a veces en su filosofía, a veces en su visión de lo que ha de ser la sociedad futura. […]"[227]

A postura do PDC nessa ocasião não pode, contudo, ser entendida isoladamente. Quando propôs a frente oposicionista em meados 68, o partido afirmava que não faria qualquer pacto bilateral com o comunismo, de sorte que

---

[226] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).
[227] Esta verdad del frente amplio. op. cit.

agora, ao admitir sua integração, devemos levar em conta que além de um contexto diferente, é possível que nos bastidores os democratas-cristãos já tivessem respostas positivas quanto ao ingresso de outros setores na aliança. Dito de outra forma, a possibilidade de um acordo político multilateral era concreta e não mais uma especulação.

Em todo esse processo, é digno de nota que ao discutir internamente a inclusão do comunismo, a *Comissão Nacional* do PDC não foi unânime. Os delegados de Paysandú e San José, por exemplo, eram favoráveis à constituição da *frente ampla*, mas contrários à presença da FIdeL, no que acabaram em minoria[228]. Destarte, Guillermo Chifflet, de *Marcha*, questionava Terra se a *colaboração* entre *cristãos* e *marxistas* era possível, já que parte da imprensa sugeria o contrário.

> […] El nudo del tema es que el frente no supone que nosotros comprometamos nuestra ideología de fondo, nuestra idea del hombre, nuestra concepción a largo plazo. Se trata de coincidir en puntos concretos con todos aquellos sectores que estén de acuerdo sobre la tarea a realizar en Uruguay en los próximos años, en materia de comercio exterior, banca, reforma agraria, desarrollo industrial, seguridad social. Si coinciden sobre las soluciones no es necesario preguntar más para trabajar en conjunto. […][229]

Por outro lado, o PDC não acercou apenas grupos egressos dos partidos majoritários e comunistas, mas também fez a aproximação entre esses últimos e socialistas, algo que apesar de muita insistência nem mesmo o PCU conseguira. O fato de pertencer a uma terceira força política, fazia de Juan Pablo Terra um mediador alheio ao longo histórico de desavenças das esquerdas[230].

Ao iniciar dezembro, praticamente todos os grupos e partidos políticos que constituíram a Frente Ampla já haviam se decidido favoravelmente à sua criação. Nessa altura, era claro para o Grupo dos Cinco que as organizações ali reunidas de fato somariam suas forças, ficando pendente apenas a oficialização dos acordos pré-estabelecidos.

Aprovou-se ao longo desse mês o rompimento da Lista 99 com o Partido Colorado e também do Movimento Blanco Popular e Progressista – MBPP com o

---

[228] Michelini, Rodríguez Camusso, Juan P. Terra hablan desde “Marcha”. *Marcha*, Montevideo, p. 12-14, 11 dez. 1970.
[229] Ibidem.
[230] Para Stephen Gregory, […] The great advantage Terra had in his negotiations was that he came from the Christian Democrats, a political party not involved in the disputes between Communists and Socialists of 1962 an 1966, and one that was moving leftwards towards those the most wanted to convince while retaining credibility in a wider constituency. […] (2009, p. 50)

Partido Nacional[231]. Após consultas internas, a declaração do PDC também não se fez esperar. Nessa oportunidade duas monções foram votadas por seus membros, ambas favoráveis à aliança, mas uma que incluía a FIdeL e outra que indicava a exclusão dos comunistas: a primeira alternativa recolheu 122 votos, a segunda apenas 4[232].

A definição do Partido Socialista foi conhecida pouco depois. Antes disso, José Pedro Cardoso, um dos principais quadros do PS, falou à *Marcha* sobre a relação entre os *socialistas* e a *frente*. Perguntado se a experiência da *Unión Popular* em 62 havia sido *frustrante* e se o partido cometeu *erros graves* na ocasião, avaliava que aquela fora a *primeira tentativa de unidade* no Uruguai, e um dia se faria justiça a seu partido por tê-la impulsionado. Acerca do fracasso, dizia que na época não se conseguiu os *integrantes* imaginados, e que o grupo se estruturou fundamentalmente em vista das eleições[233].

Entende-se, segundo o dirigente, que o demasiado peso conferido ao fator eleitoral era algo que não devia se repetir, ou seja, qualquer força que viesse a se organizar urgia também ser um movimento político de massas e, desde logo, contrario ao *capitalismo*, ao *imperialismo* e à *oligarquia*[234]. Cardoso reafirmava a idéia de que o partido representaria um *pólo revolucionário* em face das outras correntes de oposição.

> […] En nuestros esfuerzos hemos dado prioridad en este momento a la constitución de un polo homogéneo, con un programa de neto contenido socialista y nacional, para actuar preferentemente en la lucha de masas. **No oponemos esto al frente amplio. Es algo distinto**. Si llega la instancia en que este último se estructure con las características señaladas, estimamos que el polo socialista será un aporte importante.[235] (Grifo meu)

Se de um lado o PDC tentava convencer os grupos situados mais ao centro que a presença marxista na aliança não oferecia riscos, isto é, que ninguém teria

---

[231] Este fin de semana se reunirá en Montevideo el congreso de la Lista 99, del Partido Colorado, y el lunes lo hará el del "Movimiento Blanco, Popular y Progresista". Ambos analizarán la realidad nacional y decidirán la actitud a seguir. De la trayectoria y principios sostenidos por ambas organizaciones surge un hecho: la separación de ambos de los lemas tradicionales y su posible incorporación a un frente con una orientación programática definida y dispuesto a la lucha por una profunda transformación del país. […] Dos respuestas para el tiempo nuevo. *Marcha*, Montevideo, p. 10-11, 4 dez. 1970. Ver também: Michelini, Rodríguez Camusso, Juan P. Terra hablan desde "Marcha". op. cit.

[232] Importante pronunciamiento del P.D.C. *Marcha*, Montevideo, p. 12, 4 dez. 1970.

[233] Cardoso: los socialistas y el frente. *Marcha*, p. 8, 4 dez.1970.

[234] Ibidem.

[235] Ibidem.

que abdicar de sua autonomia política, do outro, os socialistas se esmeravam em marcar território, dando a saber que as fronteiras ideológicas seriam muito claras uma vez que se incorporassem à coalizão.

A plenária na qual os socialistas se decidiram pelo apoio à *Frente Ampla de Unidade Popular*, foi realizada "[...] en algún lugar del Uruguay, en el mes de diciembre de 1970 […]"[236], indeterminação que nos lembra que o partido ainda sofria a proscrição imposta por Pacheco Areco no final de 1967. De tal modo, clandestinamente se resolvia:

> Realizar todos los esfuerzos necesarios para la formación del **Frente Amplio de Unidad Popular** (en proceso de gestación), efectuando los contactos correspondientes.
> Se sostendrá estas bases:
> - Un programa de liberación nacional y social;
> - La vigencia de los derechos individuales, sindicales y políticos;
> - La libre actuación de todos los partidos;
> - La formulación o un acuerdo o unidad que garantice el cumplimento fiel del compromiso;
> - El mantenimiento de la singularidad de cada fuerza, sin que se trabe su prédica y su acción, más allá del acuerdo que puedan lograrse en cada circunstancia.[237] (Grifo no original)

A preocupação com a *singularidade* das forças políticas envolvidas no acordo – no fundo um grande zelo por sua própria independência – era inversamente contrária ao pequeno espaço que o socialismo ocupou na Frente Ampla. Como pude demonstrar nos capítulos anteriores, o Partido Socialista tentara com frequência se proteger do que considerava política e ideologicamente temerário para a organização.

Antes do encerramento do ano, mais um desentendimento entre PS e PCU veio à tona, se bem que dessa vez tratava-se de uma rusga mais simples que de costume. Segundo *El Oriental*, durante o recém finalizado XX Congresso do Partido Comunista, Rodney Arismendi teria *atacado* o socialismo por este não haver ainda se *definido organicamente* quanto à unidade. Chamando a atenção para as *condições difíceis* enfrentadas na atividade clandestina, o artigo respondia à crítica: "[...] Los ataques de Arismendi aparecían por lo menos como desubicados políticamente, al pretender desde una tribuna legal, enjuiciar a una organización proscripta, porque ésta responsablemente consulta sus militantes […]"[238]

---

[236] Apoya formación del Frente Amplio. Reafirmación de la línea de masas. *El Oriental*, Montevideo, p. 2, 18 dez. 1970.
[237] Ibidem.
[238] Unidad gritando y división sembrando. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 18 dez.1970.

No caso da FIdeL e do comunismo, está claro que mais do que oficializar apoio à frente – era óbvio que o fariam –, tratava-se de esperar por uma definição dos outros grupos em favor da *unidade sem exclusões*. O PCU acompanhou de perto cada lance desse processo. Certamente, o pronunciamento mais aguardado foi o da Democracia-Cristã, o qual funcionou como uma espécie de sinal verde para que também os outros partícipes aceitassem em definitivo a presença do Partido Comunista. Finalmente, em 30 de novembro, *El Popular* dava conta da tão esperada notícia, informando que os *Congressos Departamentais* do PDC "[...] resolvieron ayer su entusiasta apoyo a la constitución de frente de unidad de todas las fuerzas sin exclusiones. […]"[239]

Nas últimas semanas de 1970 a Frente Ampla recebeu outras pequenas adesões, como a do *Partido Obrero Revolucionario* – POR, grupo filiado à IV Internacional. Uma vez adotado, o preceito da unidade sem exclusões credenciava não apenas comunistas e socialistas a participarem do acordo, mas qualquer organização disposta a fazê-lo, desde que houvesse entendimento entre as partes. Calcando-se em uma leitura particular da realidade, o trotskismo, bem como em uma apreciação do contexto político regional, o partido declarava que

> 1) Apoya y saluda la iniciativa de organizar el llamado Frente Amplio – lanzado por el PDC y el Comité de Personalidades – con un programa de realizaciones democráticas y antiimperialistas y sobre bases de organización democráticas, sin exclusiones, y en la perspectiva de abrir para el país una salida de progreso, un poder popular en beneficio de la población trabajadora. Es el camino y la influencia del curso revolucionario en Perú, Chile, Bolivia, aplicado a la realidad del país.[240]

O reduzido grupo de trotskistas havia sido consultado previamente tanto pela Democracia-Cristã quanto pelo comitê de independentes, e segundo afirmava, sua decisão de tomar parte na Frente Ampla tinha por base as análises de J. Posadas e os princípios do *marxismo revolucionário*. O POR entendia que a aliança oposicionista pudesse ser uma ferramenta para preparar a *rebelión de la población trabajadora*, de forma que "[…] La organización del Frente se inscribe y busca responder a esta necesidad histórica y concreta de las masas del país. De ahí nuestro apoyo."[241] No outro extremo, é certo que a Lista 99, o MBPP e mesmo a Democracia-Cristã, não pretendiam sublevar a *população trabalhadora* e tampouco

[239] Amplio apoyo del P.D.C. al frente, sin exclusiones. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 30 nov. 1970.
[240] El P.O.R y el Frente Amplio. *Macha,* Montevideo, p. 3, 18 dez. 1970.
[241] Ibidem.

entendiam isso como uma *necessidade histórica*; mas como já expliquei, a unidade política no Uruguai admitiu diferentes feições dependendo de quem a assumia como tarefa, e nela se projetou muito do que seus proponentes esperavam do futuro.

Outro fato surpreendente é que também os Tupamaros declararam apoio à Frente Ampla. Embora fosse óbvio que não partilhavam dos mesmos *métodos* políticos, a direção do MLN debatia como expandir as bases sociais do movimento, inclusive com vistas a recrutar novos quadros e aproximar-se da coalizão poderia ser um dos caminhos para isso. (ALDRIGHI, 2001, p. 105)

Os Tupamaros, é claro, não participaram da fundação da FA, mas pouco tempo depois, por meio de uma espécie de braço legal, o *Movimiento 26 de Marzo*, entraram na aliança sem, no entanto, apresentar candidatos às eleições. Em sua declaração de apoio lia-se:

> 4) El Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) entiende positivo que se forje una unión de fuerzas populares tan importantes aunque lamenta que esta unión se haya dado precisamente con motivo de las elecciones y no antes.
> […]
> 5) Mantenemos nuestras diferencias de métodos con las organizaciones que forman el frente y con la valoración táctica del evidente objetivo inmediato del mismo: las elecciones.
> Sin embargo, consideramos conveniente plantear nuestro apoyo al frente amplio.[242]

Em que pesem todas as diferenças entre as organizações que se haviam comprometido com a Frente Ampla, é inegável que a abrangência do acordo até ali alcançado era inédito na história nacional. Em sua última edição do ano, *Marcha* trazia um *balanço provisório* das negociações escrito pelo incansável Oscar Bruschera[243]. A convergência, para ele, se dera entre forças políticas que não se confrontavam segundo a *polarização clássica* – provavelmente se referindo ao embate capitalismo versus socialismo –, além de serem *depositárias* de valores fundamentais para a construção de um *novo país*. Dessa forma, a Democracia-Cristã contribuía com o ímpeto de uma *igreja renovada* e as correntes socialistas com a *filosofia política* "[...] más combativa y creadora del mundo contemporáneo."[244]

Bruschera assinalava ainda um *antecedente* importantíssimo para a Frente Ampla o qual considerava como o *primeiro elo* no processo de *unificação popular*

[242] Tupamaros. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 08 jan. 1971.
[243] BRUSCHERA, Oscar. Frente Amplio: un balance provisorio. *Marcha*, Montevideo, p. 6 e 8, 30 dez. 1970.
[244] Ibidem.

"[...] La experiencia trascendental de la unidad de la clase obrera en la CNT y la forma como dentro de ella pudieron superarse antagonismos y divergencias muy antiguas, resquemores y prejuicios, prevenciones y hasta personalismos […]"[245]. A CNT, de acordo com o articulista, encontrava agora na FA a possibilidade de converter sua luta *setorial* em uma luta *nacional*.[246]

Embora se pudesse conseguir no plano político o que anos antes se conquistara no âmbito sindical, a coalizão teria de lidar com variantes e desafios específicos do universo partidário. Para conquistar votos, a Frente Ampla precisava assegurar ao eleitorado – já bastante descrente nos partidos políticos – que não se *acomodaria* aos *velhos métodos* já conhecidos da população. Qual era a garantia de que após um eventual triunfo, suas listas internas não agiriam cada uma por si, tal qual entre os partidos majoritários? Uma aliança entre forças tão distintas sem dúvida impunha esse tipo de questionamento, tanto para os votantes quanto para cada um de seus membros.

Finalizando seu balanço, Oscar Bruschera chamava a atenção para a importância da *cidadania independente* do ponto de vista de seu volume numérico. Por isso, a Frente Ampla deveria investir nesse segmento, já que se tratava de uma grande quantidade de eleitores sem *definição partidária*.

> […] El hecho, no es sorprendente si se analizan los últimos comicios nacionales. Si en 1958 el Partido Nacional gana por más de cien mil votos y en el 66 pierde por otros cien mil, está claro que ya entonces había una opinión fluctuante, no arraigada en los lemas, capaz de optar a margen de ellos y que esa opinión era tan poderosa como para decidir la suerte del acto electoral. A su vez, sus oscilaciones muestran que esa masa ciudadana tiene una decidida voluntad de cambio. […][247]

Passada a fase em que os diversos grupos e partidos políticos declararam apoio ao projeto frentista – o que aconteceu basicamente entre novembro e dezembro de 1970 – a constituição da Frente Ampla se deu em duas etapas distintas. O fato é que houve um chamado para a organização da nova força que precedeu seu surgimento oficial, ou seja, não foi a própria frente que se fez pública. Conquanto seu formato provisório já estivesse acertado pelo Grupo dos Cinco, restava decidir qual deles a convocaria, ou ainda, se todos o fariam conjuntamente.

---

[245] Ibidem.
[246] Ibidem.
[247] Ibidem.

Ao fazer a distinção entre *política visível* e *política invisível* no universo partidário, Giovanni Sartori ressalta como os estatutos, discursos e promessas de campanha, quer dizer, a política visível, é *profundamente condicionada* pela pressão e reações dos eleitores. Por outro lado, existe um *nível subpartidário* ou *intrapartidário* que simplesmente não vem à tona, e por isso mesmo é invisível[248]. Assim, "[...] Segue-se que vários dos fatores que condicionam o comportamento visível, público, dos políticos, deixam de ser operativos quando passamos ao comportamento intrapartidário." (SARTORI, 1982, p. 119)

Analisando o processo constitutivo da FA, vemos o quanto seus fundadores, apesar se não serem de um mesmo partido, estavam pressionados por esse *fatores exógenos* aos quais se refere Sartori. Mesmo que aceitassem a composição com o Partido Comunista e a FIdeL, alguns dos grupos temiam que se a convocatória partisse da *esquerda marxista*, se passaria ao eleitorado e também aos partidos majoritários a impressão de que eles estavam subordinados ao comunismo. A solução, menos negociada que imposta, foi que primeiro se formaria uma *Frente del Pueblo* entre a Lista 99 e o PDC – sem a presença do comunismo –, e que esta, por sua vez, convocaria publicamente todos aqueles que quisessem ingressar na Frente Ampla, a qual seria fundada em um segundo momento[249]. Quanto a isso, disse Romeo Pérez Antón:

> […] **¡Todo eso fue condición! La condición consistía en que el llamamiento lo realizaran partidos democráticos, lisa y llanamente, no el Partido Comunista**. ¡Claro! Los comunistas no aceptaban, pero ellos en aquel momento decían: nosotros somos democráticos pero en otro sentido, en el sentido de una democracia proletaria. Bueno, muy bien. **¡Nosotros somos democráticos en el sentido de la Constitución! Tenemos que ser nosotros lo que convoquemos**. […] Sobre esa base y diciendo: bueno, entonces ustedes no estarán en el Frente Amplio, lo hacemos sin ustedes. **Eso era un arma muy eficaz en la negociación, una amenaza, a la**

[248] Comparada com a política visível, portanto, a política intrapartidária é a *política pura* – sob dois aspectos: é mais simples e é mais autêntica. É mais simples no sentido de que muitos fatores exógenos e variáveis desequilibradoras podem ser postos de lado: a política pura é feita de – explicada por – menos variáveis. É mais autêntica no sentido em que Maquiavel descreveu a política: a política é apenas política. [...] (SARTORI, 1982, p. 119)

[249] El 8 de enero de 1971 dirigentes del Movimiento "Por el Gobierno del Pueblo" (Lista 99) y del Partido Demócrata Cristiano, suscriben un Manifiesto que, en su primera parte, refiere a la concreción de un acuerdo político entre ambos sectores. En ese acuerdo *"reunifican su acción a través de un organismo común que denominarán "Frente del Pueblo"*. La otra parte hace referencia al llamado a la formación de *Frente Amplio* realizando *"una formal invitación al diálogo entre todas las fuerzas que aspiran construir un Frente Amplio para arrancar al país de la crisis, de la dependencia externa y de la prepotencia oligárquica"*. AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971*.* op. cit., p. 36.

> **cual los comunistas se plegaban porque ellos no querían quedar fuera del Frente Amplio**.[250] (Grifo meu)

Colocando de uma maneira simples, o chamado da *Frente del Pueblo* significava que, ao menos publicamente, eram os comunistas quem teriam de se alinhar e aderir aos demais, e não o contrário; aqui, a *política invisível* se revelava. "a) El "Frente del Pueblo" está abierto **"a la incorporación de los grupos políticos y de las personas"** que compartan sus postulados y deseen trabajar en conjunto para realizar el ulterior agrupamiento suprasectorial del Frente Amplio. […]"[251]

A postura adotada não deixava dúvidas: a *esquerda tradicional*, ao mesmo tempo em que traria votos para a aliança, poderia servir de mote para desqualificá-la diante do eleitorado, o que certamente seria feito por blancos e colorados no curso das eleições. No entanto, o extremo cuidado do PDC e da Lista 99 para se diferenciar do Partido Comunista, expunha diferenças que também eram alvo de críticas pelos grupos conservadores, que por diversas vezes se referiram à Frente Ampla como uma *colcha de retazos*[252].

O desafio estava em que a proximidade com o PCU poderia ser interpretada como submissão ao comunismo, ao passo que um maior distanciamento revelava o quão heterogêneo ou inconsistente parecia aquele pacto político. Wilfredo Penco, hoje Ministro da Corte Eleitoral pela Frente Ampla, pertencia ao MBPP em 1971. De acordo com seu depoimento, o grupo não era favorável à criação de pólos antagônicos dentro da coalizão ou, pelo menos, não concordava com a exposição dessa dicotomia, motivo pelo qual não participou da Frente del Pueblo junto com a Democracia-Cristã e o grupo de Zelmar Michelini.

> […] Porque el Frente del pueblo quedó constituido sobre las bases sólo del Partido Democratacristiano y del Movimiento por el Gobierno del Pueblo ¿Por qué? **Porque nosotros entendíamos que no debían constituirse dentro del frente polos que fueran en función de diferencias entre marxistas y no marxistas, por ejemplo**. […] Como tan poco imaginamos al Frente necesariamente sobre las bases de que, bueno, acá hay una corriente marxista, una

[250] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).
[251] Constitución del Frente del Pueblo. *Cuadernos de Marcha.* Frente Amplio, Montevideo, n. 46, febrero 1971, p. 11.
[252] Numerosos dirigentes de los partidos tradicionales, en audiciones radiales, o declaraciones periodísticas, se refieren al Frente amplio, o frente de unidad del pueblo, para lanzar contra él la acusación de que sería una conformación de fuerzas dispersas, con distintas concepciones. Un senador dijo por radio que el frente sería una "colcha de retazos". […] Colcha de retazos. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 24 nov. 1970.

> corriente cristiana, una corriente blanca y una corriente batllista. […][253] (Grifo meu)

Atitude diferente era a de Michelini, que logo após seu rompimento com o coloradismo foi questionado se haveria uma *corrente batllista* na frente em gestação: "Exacto. Dialogamos con otros grupos para formar un Frente Amplio pero postulamos principios básicos sobre les cuales no negociaremos."[254] Respondendo ainda sobre a natureza política da aliança, punha às claras o posicionamento contrário da Lista 99 ante o marxismo: "Dialogaremos primero con grupos no marxistas para redactar un programa previo. Si los marxistas lo aceptan no habrá inconvenientes. Pero no puede legítimamente hablarse de un frente marxista mientras estemos nosotros en él."[255]

Considerando os setores mais importantes no âmbito da Frente Ampla, parecem ser o PDC e a Lista 99 aqueles que mais resistiram a uma possível hegemonia comunista no interior da nova força. Além da determinação de que eles próprios convocassem os demais à unidade, Romeo Pérez Antón comentou ainda outra imposição feita ao PCU:

> […] el Partido Demócrata-Cristiano, la 99 y el grupo de Rodríguez Camusso, con algunas reticencias, y otros desprendimientos sobretodo del Partido Nacional, más algunos grupos independientes, pero pequeños grupos, desde el principio hicieron cuestión, hicieron condición para formar el Frente, **de que se reivindicara la Constitución tal como existía íntegramente y que se estableciera una adhesión plena a la democracia** que los comunistas llamaban [democracia] formal. No se admitió que se dijera vamos a otra democracia. […][256] (Grifo meu)

A leitura dos editoriais de *El Popular* desse período não deixa entrever qualquer descontentamento ou discordância dos comunistas quanto às condições que lhes estavam sendo impostas e, se havia ressentimento, isso não vinha a público. Na verdade, o PCU utilizava seu jornal para construir uma imagem de absoluto entendimento, tratando as supostas desinteligências entre os

---

[253] PENCO, Wilfredo. *Wilfredo Penco*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).
[254] MERCADER, Antonio. Uruguay: el frente viene marchando. *Revista Siete Días*, 21 dez. 1970. In: República Oriental del Uruguay. Cámara de Senadores. *Zelmar Michelini.* Artículos periodísticos y ensayos. Montevideo, 1991, p. 15.
[255] Ibidem.
[256] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

oposicionistas de Pacheco Areco como manobras de uma *campanha antifrentista* da imprensa conservadora[257].

Quando no início de janeiro a Democracia-Cristã e a Lista 99 firmaram o manifesto da Frente del Pueblo, já estava estipulado que cerca de uma mês depois, em 5 de fevereiro, a constituição da Frente Ampla seria finalmente celebrada entre todas as organizações, sem exceção. Nesse interregno, cada um dos interessados em incorporar-se deveria avaliar um programa mínimo de 12 pontos proposto naquele documento, cujo conteúdo "No representan el objetivo máximo de ninguna corriente política actual, sino una plataforma común para actuar conjuntamente"[258].

É muito provável que esses 12 pontos fossem de conhecimento dos demais integrantes do Grupo dos Cinco – leia-se PCU, FIdeL e MBPP – mesmo antes de se tornarem públicos, já que os setores que participavam do processo de unificação há mais tempo decerto tinham como prerrogativa conhecer de antemão as decisões uns dos outros.

Em 5 de fevereiro, no Palácio Legislativo, Zelmar Michelini presidiu a sessão inaugural da Mesa Executiva da Frente Ampla; um *dia histórico* segundo *El Popular*[259]. Com a ausência de apenas umas poucas organizações que se incorporaram nas semanas e meses seguintes, todos os presentes participaram dos trabalhos na condição de membros fundadores da aliança. Eram eles: o Movimiento por el Gobierno del Pueblo (Lista 99); o Partido Demócrata Cristiano; o Movimiento Blanco Popular y Progresista – MBPP; a Frente Izquierda de Liberación – FideL; o Partido Comunista; o Partido Socialista (Izquierda Nacional); o Partido Socialista (Movimiento Socialista); o Movimiento Herrerista (Lista 58); os Grupos de Acción Unificadora – GAU; o Partido Obrero Revolucionario (Trotskista); o Movimiento Revolucionario Oriental – MRO; o Comité Ejecutivo Provisorio do grupo de independentes; além de dez personalidades convidadas especialmente para o evento[260].

Quando no princípio de 1971 se fundou a Frente Ampla, havia quinze anos que, à sua maneira, o Partido Comunista se empenhava na constituição da unidade

[257] Cristianos y marxistas. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 21 jan. 1971.
[258] Constitución del Frente del Pueblo. *Cuadernos de Marcha.* op. cit., p. 13.
[259] Un día histórico. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 5 fev. 1971.
[260] Os convidados eram o General Liber Seregni; o General Victor Licandro; o Coronel Hermenegildo Irastorza; o Coronel Antonio Nese; o ex-senador Angel María Cusano, o ex-deputado Arturo Dubra; Julio Castro; Carlos María Moreno; Carlos Herrera MacLean e o presidente da CNT José D'Elía. AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971. op. cit., p. 38-39.

das esquerdas[261]. Há menos tempo, mas com igual denodo, a Democracia-Cristã lutava em prol de um entendimento entre os oposicionistas do *pachequismo*, no que era incitada pela grave crise que assolava o país. Também os socialistas, a despeito da experiência negativa com a *Unión Popular*, sustentavam um discurso unitário e convergiram para a FA junto a outros setores e organizações.

Ainda que nem todos seus integrantes concebessem a Frente Ampla da mesma maneira, sua formalização foi uma alternativa política legal em um cenário de profundo questionamento às instituições democráticas uruguaias, fosse por parte da luta armada ou do próprio governo. Esse acordo foi o primeiro passo para a elaboração das *bases programáticas* que aconteceu logo em seguida e que tratarei no próximo capítulo.

[261] Informe del Comité Nacional al XVI Congreso del Partido Comunista. Comisión Nacional de Propaganda. Montevideo, setiembre de 1955. In: ARISMENDI, Rodney. *La construcción de la unidad de la izquierda*. op. cit., p. 20.

CAPÍTULO V. A FRENTE AMPLA E AS ELEIÇÕES DE 1971

Após sua formalização, os integrantes da Frente Ampla tiveram que ajustar as bases e os estatutos da nova força. Se chegar ao entendimento sobre quem deveria integrar a organização não havia sido fácil, discutir seus pontos programáticos tampouco e as diferenças ideológicas obviamente apareceram. No entanto, animados pelo acordo recém alcançado e mediante várias exigências e concessões, conseguiu-se chegar a um mínimo denominador comum. Neste capítulo analisarei como os temas mais relevantes foram negociados.

Vencida essa etapa, a FA se empenhou integralmente na campanha eleitoral. A escolha de seus principais candidatos também foi objeto de debates já que estes não podiam representar um ou outro setor em específico, mas contemplar todos, ou pelo menos a maioria deles. As dificuldades internas e externas foram muitas em sua estréia política e me ocuparei disso mais adiante.

Pensada inicialmente como uma aliança partidária, a Frente Ampla acabou se convertendo também em um movimento político com forte enraizamento popular. No curso de 1971, a proliferação dos Comitês de base frentistas deu grande impulso à organização, levando sua plataforma a todo o país.

Mesmo depois de firmados os compromissos e estabelecidas as regras, vez ou outra integrantes menores revelaram as fissuras e diferenças políticas que publicamente se tentava minimizar. Todavia, esses atritos não foram capazes de desintegrar a frente, bem como não houve nenhuma cisão. Outras desinteligências mais sérias aconteceram e, como veremos, também se solucionaram internamente.

1. As bases programáticas e o regulamento interno: exigências e concessões

Saudada como um grande acontecimento por seus realizadores[1], a sessão de 5 de fevereiro obviamente não recebeu a mesma acolhida da imprensa ligada aos partidos majoritários. Ignorando a constituição da nova força *El Día* se limitava a

[1] Con el Frente Amplio. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 5 fev. 1971; La “admirable alarma”. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 6 fev. 1971; BRUSCHERA, Oscar. El nuevo tiempo. *Marcha*, Montevideo, p. 8-9, 12 fev. 1971.

escrever que “[...] durante la semana que acaba de finalizar, no se produjeron novedades de entidad en el ámbito político […]”[2]; já *El País*, desqualificando o fato, afirmava: “[...] Al revés de los ‘Tres Mosqueteros’ que eran cuatro, las 22 fuerzas del mentado frente son apenas 13, una más que los Apóstoles, y que estos nos perdonen la ‘comparancia’ […]”[3]. As afrontas de blancos e colorados não seriam, porém, nem os maiores e tampouco os desafios mais imediatos da Frente Ampla; restava ainda elaborar as bases políticas da organização e seu regulamento interno.

Ali onde a política se faria visível, isto é, em sua plataforma, a FA tinha que chegar a um mínimo denominador comum do que fosse possível pactuar, apresentando à população algo coerente do ponto de vista eleitoral e que ao mesmo tempo contemplasse internamente todos os partícipes da aliança.

De acordo com Juan Pablo Terra, havia entre os interessados na coalizão uma *coincidência ampla* sobre uma série de pontos programáticos mais gerais, fato que tornava menos difícil a elaboração de uma plataforma. A despeito disso, assinalava como deveria ser o futuro documento em suas pretensões e alcances:

> […] **Parece fácil la tarea de formular un programa, con la condición de que no nos atengamos demasiado a los detalles y a que sean programas a mediano plazo, ya que a largo plazo cada uno puede tener aspiraciones propias acerca de la sociedad futura**. El plan y el acurdo servirán para enfrentar la crisis y superar los problemas que – en caso contrario – ahogarán al país en los próximos años.[4] (Grifo meu)

O secretário político de Zelmar Michelini nessa época, Eduardo Arsuaga, declarou ao autor algo muito próximo do que pensava Juan Pablo Terra. Em suas palavras,

> Yo soy de los que sostengo siempre que la cosa más fácil en un acuerdo son las bases programáticas. […] Es decir, encontrar los puntos programáticos siempre es relativamente fácil […], y generalmente lo más sabio de todo es cuando se habla menos, cuanto menos se habla es más fácil se encontrar. […] Debía de haber muchísimos puntos adonde había diferencias, muchísimos puntos en ese sentido, que puntualmente podría haber diferencias […] **Yo creo que fundamentalmente lo que se buscó era lo que yo decía, no decir demasiado cosas porque cuanto más se dijera más se iban aparecer las diferencias, cuanto menos se dijera menor iban a ser las diferencias que iban a aparecer. Es decir,**

[2] SOSA, Álvaro. La tan ansiada unidad sin exclusiones. In: MACHADO, Carlos (Coord.). *Desde las rotativas:* cincuenta años de historia (1950-1999). op. cit., p. 36.
[3] Ibidem.
[4] Juan Pablo Terra habla del frente: crisis, dictadura y respuesta popular. op. cit.

> **llegar a lo mínimo, incluso dicho de tal manera que cada uno le pudiera a dar su interpretación** […].[5] (Grifo meu)

As discussões realizadas imediatamente após a fundação da FA, que resultariam nas *Bases programáticas*[6] da organização, dão razão tanto a Terra quanto a Arsuaga, em que pesem os quase quarenta anos entre suas falas. A composição de um acordo abrangendo forças tão díspares não poderia se dar de outra maneira. O que se vê nesse documento são de fato afirmações bastante amplas quanto a política e a economia, as quais já estavam delineadas mesmo antes, como intenção, na própria *Declaração constitutiva*[7] do grupo:

> […] Un programa de contenido democrático y antiimperialista que establezca el control y la dirección planificada y nacionalizada de los puntos clave del sistema económico para sacar al país de su estancamiento, redistribuir de modo equitativo el ingreso, aniquilar el predominio de la oligarquía de intermediarios, banqueros y latifundistas y realizar una política de efectiva libertad y bienestar, basada en el esfuerzo productivo de todos los habitantes de la República.[8]

As *Bases programáticas*, aprovadas em 17 de fevereiro por todos os membros da coalizão, retomavam em linhas gerais o que vinha sendo defendido pelos principais gestores da unidade oposicionista. Divididas em cinco partes, apresentavam nessa ordem as seguintes seções: *Libertades, derechos y garantías*; *Política internacional*; *Reforma de la estructura económica y social*; *Política Social y educativa* e *Política institucional*. Em seu conjunto, o documento atendia algumas das reivindicações clássicas das esquerdas, ao passo que outras ficavam de fora.

Não por acaso as *Bases programáticas* começavam pela defesa das *liberdades* – em todos os sentidos – e pregava a observância integral da constituição. Era como um manifesto contra o governo e toda sorte de abusos cometidos desde que Pacheco Areco assumira a presidência[9]. Em caráter *prioritário*, se pedia a suspensão das *Medidas Prontas de Seguridad*; a *restituição* dos cargos de pessoas demitidas por retaliações do Executivo; a *anistia* a todos os presos por

---

[5] ARSUAGA, Eduardo. *Eduardo Arsuaga*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (60 min).
[6] Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio.* Historia y documentos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985, p. 89-95.
[7] Declaración constitutiva. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. Ibidem., p. 85-88.
[8] Ibidem., p. 87.
[9] BRUSCHERA, Oscar. El programa del Frente (III). *Marcha*, Montevideo, p. 6, 5 mar. 1971.

delitos políticos; o fim da *intervenção* no ensino secundário e a legalização de *periódicos*, *partidos* e *grupos políticos* proscritos[10].

No plano da *política internacional*, reivindicava-se a *soberania* do país, os *princípios de autodeterminação* e de *não intervenção*[11]. Ainda nesse quesito postulava-se uma *política exterior independente* e uma *integração latinoamericana libertadora*. Referindo-se aos organismos internacionais, a OEA – Organização dos Estados Americanos era apontada como um *instrumento do imperialismo* e deveria ser denunciada como tal; a ALALC – Associação Latinoamericana de Livre Comércio, da mesma maneira, era acusada de promover uma *falsa política de integração*[12].

A terceira seção, que tratava da *reforma da estrutura econômica e social*, possivelmente foi aquela que mais gerou atrito entre as partes, já que ali as diferenças ideológicas forçosamente apareciam. Na verdade, foi nesse ponto que se revelou o quanto marxistas e não marxistas estavam dispostos a ceder mutuamente em favor de um programa comum. Ao tratar das nacionalizações, por exemplo, resvalava-se na questão da propriedade, o que exigiu intensa negociação dos envolvidos. No texto:

> 7) Nacionalización de la banca, de los grandes monopolios y de los rubros esenciales del comercio exterior para sustraerlos a la usura y a la especulación, eliminar grupos de poder, nacionales y extranjeros, y poner el ahorro interno, el crédito y las divisas al servicio del desarrollo nacional.[13]

Ao comentar a redação das *Bases programáticas*, Romeo Pérez Antón apontou as exigências feitas de lado a lado, inclusive no tocante às nacionalizações.

> […] empezaban con una reivindicación de la vida constitucional y de los derechos, libertades y garantías. **Bueno, eso era, como te decía, condición del Partido Demócrata-Cristiano, de los independientes de Bruschera, de la 99**… Y después, bueno, había los capítulos de las nacionalizaciones del comercio exterior, de la banca, esos venían de los partidos marxistas, y con alguna atenuación, con alguna moderación eran aceptados por los demás partidos, que no eran tan estatistas como los partidos Comunista y Socialista, pero que aceptaban la nacionalización de la banca. **¡Sin**

[10] Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 89-90.
[11] Ao analisar esse assunto em uma série de matérias escritas para *Marcha*, Oscar Bruschera argumentava que a independência dos povos – sobretudo pensada no âmbito latinoamericano – era uma condição para a luta anti-imperialista: La autodeterminación nos empuja a la solidaridad con los que procuran alcanzar el mismo objetivo, y como el enemigo es común, volvemos a encontrarnos con que esa lucha es imposible sin una consecuente e insobornable actitud antimperialista. […] BRUSCHERA, Oscar. El programa del Frente (IV). *Marcha*, Montevideo, p. 6 e 8, 2 abr. 1971.
[12] Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 90-91.
[13] Ibidem., p. 92.

> **duda! que el PDC era partidario de nacionalizar la banca, del comercio exterior ¡no! eso era una concesión a los comunistas.** Pero, entonces se atenuaba y se decía que se nacionalizarían los principales rubros del comercio exterior, no todos.[14] (Grifo meu)

Ainda que os demais grupos tenham cedido ao PCU a nacionalização dos *itens essenciais do comércio exterior*, o faziam de uma maneira indefinida, não dizendo *demasiadas coisas* e dando margem para uma *dupla interpretação*[15], já que não se especificava o que seria nacionalizado efetivamente.

Além das nacionalizações, havia também outros pontos polêmicos, os quais poderiam tornar mais ou menos radical a convocatória da FA, ampliando ou não seu alcance eleitoral. Esse era o caso, por exemplo, da *coletivização* de setores agropecuários, objeto de acirrada disputa entre o comunismo e a Democracia-Cristã. Por fim, como sabemos, foram as posições moderadas as que acabaram triunfando na elaboração da plataforma. (PÉREZ ANTÓN, 1987, p. 34)

Como foi adiantado em outra parte, as *Bases programáticas* da Frente Ampla se valeram grandemente dos trabalhos da CIDE e do programa do *Congreso del Pueblo*, sobretudo em seu viés planificador. Assim, além de necessária, a *planificação* era entendida como um projeto que deveria ser dividido entre os "[...] sindicatos obreros, los productores, los técnicos y los representantes del poder político. […]"[16]; contando também com o apoio da *universidade*, que emprestaria sua experiência para determinar a *estratégia* a ser seguida. Para Alberto Couriel, que participou da fundação da FA como independente,

> […] los elementos del Congreso del Pueblo, los elementos de la CIDE, también ayudaron por ejemplo a que nosotros escribiéramos un libro en ese momento que se llamaba *El proceso económico del Uruguay* ¿cierto? Que también influyó para el programa del Frente [Amplio]. Y yo ayudé a alguien que participó directamente en el programa del Frente, ¿cierto? Y yo le decía, no es exactamente lo mismo que el programa del Congreso del Pueblo, que era un programa de las reformas estructurales, este es un programa que se basa en el concepto de la dependencia, ¿cierto? de la dependencia parecido al de Cardoso y Falleto, no de Gunder Frank, no lo de Theotonio, no lo de Mauro Marini […], y ahí volvió a influir sobre el programa del Frente en el 71.[17]

---

[14] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).
[15] ARSUAGA, Eduardo. *Eduardo Arsuaga*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (60 min).
[16] Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 91.
[17] COURIEL, Alberto. *Alberto Couriel*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (26 min).

Ainda segundo Couriel, a inclusão da *planificação indicativa*[18] nas *Bases programáticas* da Frente Ampla foi sugerida pelo líder do Partido Democrata Cristão: "[...] Y te diría que en materia de planificación vas a encontrar una palabra que dice planificación indicativa en el programa del Frente; nosotros éramos más planificadores, pero la planificación indicativa la puso Juan Pablo Terra […]"[19]. Não seria mesmo estranho que Terra fizesse essa proposição. Claramente adepto do planejamento econômico, para ele, o *desenvolvimento planificado* permitiria alcançar uma *etapa superior da história humana*[20]. Por outro lado, ao afirmar que no *setor privado* a planificação seria *fortemente indicativa* – mas não imperativa, como provavelmente gostariam os comunistas –, insinuava-se que havia limites para o alcance das ações estatais nos propósitos da coalizão.

O livro citado no depoimento de Alberto Couriel, *El proceso económico del Uruguay*, consiste em uma obra coletiva realizada por mais de vinte economistas, dentre os quais ele próprio, e foi publicado pelo Instituto de Economia da *Universidad de la República* em 1969[21]. Pretendia ser uma análise de longo prazo, tomando por base as tendências gerais da economia nacional. Calcada na idéia de *dependência*, sua proposta era explicar porque um país como o Uruguai alcançou certo nível de industrialização, rompendo em alguma medida com a relação desigual do intercâmbio entre centro e periferia ou, como preferiam chamar, entre *áreas dominantes* e *áreas dependentes*[22].

Cotejando os programas do *Congreso del Pueblo* e da Frente Ampla – que para Couriel eram diferentes, pois um estava enfocado nas *reformas estruturais* e outro no *conceito da dependência*, respectivamente – encontramos muitas semelhanças. É bem verdade que as deliberações do *Congreso del Pueblo*

---

[18] 4) Planificación nacional independiente de la economía, con objeticos sociales, a efectos de contribuir a las necesarias transformaciones estructurales y al desarrollo integral del país. **En el sector privado, ella será fuertemente indicativa**. Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 91. (Grifo meu)

[19] Ibidem.

[20] TERRA, Juan Pablo. *Mística, desarrollo y revolución*. op. cit., p. 120.

[21] INSTITUTO DE ECONOMÍA. *El proceso económico del Uruguay.* Contribución al estudio de su evolución y perspectivas. Montevideo: FCU, 1969.

[22] Em sua entrevista, Couriel defendeu que a obra não está baseada integralmente na teoria da dependência econômica, tão em voga na época, mas que apresenta uma interpretação nacional das relações capitalistas. No texto: […] La consecuencia económica de la existencia de áreas dominantes y áreas dependientes es, fundamentalmente, la traslación hacia las primeras del valor generado en las segundas. Esto implica una jerarquización piramidal de los grupos integrantes de la clase capitalista, según la cual primarían aquellos asentados económicamente en las áreas más poderosas. En último término significa la explotación en segundo grado de los asalariados de los países dependientes por los capitalistas de los países dominantes. Ibidem., p. 50-51.

defendiam a necessidade de *remover as estruturas* que *travavam* o crescimento da produção e do comércio exterior[23]; contudo, a planificação era vista pela FA como solução para as *transformações estruturais* e o *desenvolvimento* integral do país[24] e sua *Declaração constitutiva* também falava em *crise estrutural*[25]. A perspectiva de que era preciso mudar as estruturas no fundo estava em ambos os documentos.

Dando sequência, nos dois programas também são preconizadas a *reforma agrária* com a erradicação do latifúndio e o minifúndio; a *industrialização* mediante o estímulo e aumento da produção; a *nacionalização do comércio exterior* – observando que o programa do *Congreso del Pueblo* vai além das *Bases programáticas* da Frente Ampla, já que recomenda a estatização de todo o comércio e não apenas de alguns setores –; a nacionalização do *sistema bancário*; a *reforma tributária*; o incentivo ao *cooperativismo* entre outros.

A reforma agrária, no entanto, foi uma demanda político-social que mesmo o Partido Colorado, estando Luis Batlle à presidência da República, tentou sanar. Todavia, o INC (Instituto Nacional de Colonización), frente à oposição dos grandes proprietários, não conseguiu redistribuir mais que 1% da terra produtiva no país. (PANIZZA, 1990, p. 65) É importante considerar o histórico da demanda pela reforma agrária no Uruguai, isso porque o tema era um dos pontos do programa da FA; em outras palavras, na política uruguaia o acesso à terra não fez parte apenas do discurso das esquerdas e, claro, tampouco foi um projeto exclusivo da Frente Ampla.

No tópico sobre *política social e educativa*, exigia-se a extinção da COPRIN (*Comisión de Productividad, Precios e Ingresos*), que havia substituído os *Conselhos de salários* em 1968; reivindicava-se também a instituição de um *salário mínimo nacional*. O *ensino*, que de acordo com o texto seria objeto de uma *reforma democrática*, deveria responder aos propósitos de transformação *econômica*, *social* e *política* do programa. Em síntese, cobrava-se a criação e manutenção de um grande sistema de segurança social; no fundo, algo muito próximo do que fora a rede de proteção do Estado batllista e que se encontrava em franca decadência. (SOUZA, 2003, p. 48)

---

[23] SIRI, Ingdrid et. al. *El pueblo delibera*. *El Congreso del Pueblo veinte años después*. op. cit., p. 114.
[24] Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 91.
[25] Declaración constitutiva. Ibidem., p. 85.

Finalmente, no tocante à *política institucional*, pleiteava-se um alargamento da participação política da *cidadania* por meio de canais como o *plebiscito* e o *referendum*. Além de maior autonomia para os municípios, propunha-se uma *reforma administrativa* que desenvolvesse *normas justas de ingresso* no serviço público, impedindo assim o aproveitamento de cargos desse setor em benefício pessoal. Conquanto não aprofundasse o tema, a legislação eleitoral e o funcionamento dos partidos também deveriam passar por mudanças, isso tudo com o objetivo de *respeitar a vontade do eleitor*; lembrando que a anacrônica Lei de lemas continuava em vigor no Uruguai.

Retomando a questão dos conflitos para a elaboração do acordo programático, há também opiniões que julgam quase irrelevantes as tensões entre os fundadores da aliança; esse é o caso de Esteban Valenti, que pertencia ao Partido Comunista:

> […] Te quiero aclarar una cosa, yo en el 1970, 71, era dirigente máximo de la FEUU [Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay], era miembro del Comité Central del partido pero no estaba a los niveles para conocer todos los detalles. Pero no recuerdo que esos temas, las treinta medidas, el programa y todo eso haya sido motivo de grandes discusiones, no recuerdo. […] Hubo una cosa muy inteligente que cuando se empezaron a establecer las normas para funcionamiento etcétera, había criterios que para algunos temas de principio para algunos de los partidos, los partidos no estaban sometidos a las mayorías internas del Frente Amplio: el aborto para los democristianos o una condena a la Unión Soviética para los comunistas. Se establecieron normas bastante simples y muy efectivas, que se han usado muy poco pero se han usado.[26]

Valenti acredita que diante da grave situação política gerada pelo pachequismo[27], as diferenças – e ele não as nega –, ficavam em segundo plano, prevalecendo assim os pontos em comum. Segundo seu depoimento, o processo foi menos conflituoso do que acredito ter sido, mas nem por isso discordo inteiramente de sua visão, já que o desejo de concretizar um acordo exequível parecia mesmo animar todos os oposicionistas a buscar uma zona de convergência. Essas

[26] VALENTI, Esteban. *Esteban Valenti*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (37 min).

[27] Em sua entrevista, o ex-dirigente avaliou como fundamental para a criação da Frente Ampla o fator político representado pelo avanço do autoritarismo naquele momento, independente da atuação daqueles que defendiam a unidade das esquerdas: […] Después de ese proceso, hay un elemento que no se puede desconocer, que es externo a la izquierda, que es el surgimiento del pachequismo, del pachecato. Es decir, también las condicionantes que se dieron en todo el mundo político contribuyeron, además de las estrategias que la izquierda fue desarrollando, contribuyeron a acelerar el proceso. […] Ibidem.

coincidências, por outro lado, não significaram a renuncia por nenhuma das partes de qualquer postulado mais sério; isto é, todos cederam, mas não ao ponto de perder suas características ideológicas.

Romeo Pérez Antón declarou que inicialmente, os gestores da aliança pretendiam elaborar um programa de governo, ou seja, projetos de médio e longo prazos, mas que justamente por conta das diferenças – principalmente entre a Democracia-Cristã e o comunismo – não foi alcançado. Nesse sentido, a negociação avançou até um limite que ia pouco além do imediato político, resultando em *Bases programáticas* que por isso mesmo não abarcavam o que Bruschera chamou em um artigo de *sociedade ideal do porvir*[28]. De fato, era pouco provável que naquele contexto, e não apenas no Uruguai, *cristãos e marxistas*[29] coincidissem política e ideologicamente em mais que uma *etapa* a ser cumprida em conjunto. Ainda de acordo com Pérez Antón,

> […] los que tenían elaboración programática eran el Partido Demócrata-Cristiano y el Partido Comunista, y fueron los que polemizaron en el desarrollo del programa, y negociaron muchos puntos, por que hubo discusiones muy fuertes, veían las cosas distintas, además no querían unificarse ideológicamente, estaban en una coalición, nadie pensaba que el Frente iba a tener una ideología común ¡no! **Los comunistas iban a seguir siendo marxistas-leninistas, los demócrata-cristianos iban a seguir siendo demócrata-cristianos, no marxistas-leninistas, ni un entrevero de ambas cosas**. […][30] (Grifo meu)

Ao questionar Alberto Couriel sobre o porquê de um acordo programático ao invés de um programa de governo, o mesmo respondeu:

> Son Bases programáticas pero tienen un fundamento muy fuerte. Son Bases programáticas anti oligárquicas y antiimperialistas. La oligarquía en esencia era: latifundio, el comercio exterior y la banca. […] Todo eso desaparece en los programas posteriores ¡pero era la época! entonces, eran Bases programáticas. Y a eso se agregó las primeras Treinta medidas, y las primeras Treinta medidas trataban de ser una cosa más concreta, más apropiada, pero claro, programa de gobierno no había.

A Frente Ampla se apresentou às eleições de 1971 tão somente com suas *Bases programáticas* porque isso foi o máximo que se podia então conseguir; e efetivamente não era pouco em se tratando de forças tão díspares. Um programa de

---

[28] BRUSCHERA, Oscar. El programa de la liberación nacional. *Marcha*, Montevideo, p. 8, 19 fev. 1971.
[29] Cristianos y marxistas. Frente Amplio. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 47, marzo 1971.
[30] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

governo sem dúvida exigiria maiores definições político-ideológicas da organização, o que não poderia acontecer sem que uns ou outros cedessem demasiadamente. Para que fosse lógico e coeso, como esse programa articularia princípios marxistas e não marxistas? Havia que se fazer uma escolha.

Segundo Carlos Baráibar, a Frente Ampla não se definiu pelo socialismo devido à seguinte razão:

> […] ¡El Frente nunca se definió socialista! En aquella época adonde el socialismo estaba de moda […] La razón… La verdadera razón, porque yo conozco la trastienda del Frente Amplio… […] **La trastienda de por el cual el Frente Amplio no se definió socialista era porque era la época de la aboga de los socialismos ¡los socialismos! en el mundo**. Entonces había tantos… Lo que no había, sí, voluntad de definirse por el socialismo de modelo soviético, eso no. […] Por ejemplo, nosotros en la democracia cristiana simpatizábamos mucho con el modelo de socialismo autogestionario de Yugoslavia […], estaban los chinos, estaba el socialismo en la versión cubana, y estaba incluso el socialismo dentro del mundo socialista europeo […] **Entonces, prefirieron no entrar en el debate de qué modelo socialista, entonces no hubo la definición socialista**. […][31] (Grifo meu)

Não me parece que a questão primordial fosse simplesmente qual *modelo socialista* seguir. Ainda que o PDC, ou mesmo outros membros não marxistas da FA *simpatizassem* com certas experiências políticas mundo afora, o que estava em jogo era a condução do grupo. No mais, se adotado, qualquer um dos *modelos* citados por Baráibar restringiria em muito o apelo eleitoral da coalizão, sem contar que dificilmente a orientação pelo socialismo seria aceita por outras correntes além dos partidos Comunista e Socialista. Apenas recapitulando, Zelmar Michelini já havia afirmado que se a aliança planejada fosse *marxista* a Lista 99 não tomaria parte nela[32].

O problema não era de fácil resolução e Bruschera o tratava da seguinte forma no primeiro número de *Cuadernos de Marcha* dedicado especialmente à Frente Ampla.

> ¿Cómo puede definirse un programa que se proponga alcanzar las metas indicadas? **No es una concepción marxista, tampoco socialista. No se propone dominar todo el sistema productivo; no se propone colectivizar todos los medios de producción**. Es un programa que proyecta planificar el conjunto de la economía,

[31] BARÁIBAR, Carlos. *Carlos Baráibar*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 2 arquivos de áudio.WVA (20 e 17 min).
[32] MERCADER, Antonio. Uruguay: el frente viene marchando. *Revista Siete Días*, 21 dez. 1970. op. cit., p. 15.

> atendiendo a un requerimiento ineludible del mundo contemporáneo […].[33] (Grifo meu)

O articulista advertia que todos os ramos da economia nacional seriam beneficiados com a planificação, respeitando-se as diversas formas de propriedade: "Permanecerá intacto un vasto sector librado a la actividad privada. La pequeña y mediana propiedad rural, el comercio minorista, las industrias en general, los servicios. […]"[34] E já que não havia nas *Bases programáticas* uma *concepção marxista* ou *socialista*, ele perguntava "Cómo se explica entonces, que participen en este movimiento y lo apoyen calurosamente, las corrientes socialistas y marxistas? […]"[35] Para Oscar Bruschera, o que permitia o apoio desses setores à FA era sua consciência de que a *construção do socialismo* não deveria ser *dogmática*, mas levar em consideração as *condições objetivas da sociedade*; em outras palavras, que se devia avançar o quanto possível no presente, abrindo "[...] la alternativa de transformaciones más radicales en el futuro."[36]

Examinando os textos que documentam o surgimento da Frente Ampla, vemos que o futuro político do país, fosse qual fosse, não era e nem podia ser alvo de reflexões mais extensas. Quanto ao presente, a *Declaração constitutiva* do grupo dava conta de que poderiam integrar-se a ele todas aquelas "[...] fuerzas políticas que alienten su misma concepción nacional progresista y democrática avanzada."[37] Para Bruschera, confrontados com o *hoje* o peso do amanhã acabava se subordinando às tarefas da hora.

> Semejante concepción progresista y avanzada puede ser para algunos, para muchos, el esquema de la ideal sociedad del porvenir; puede ser, para otros, sólo un paso para construir la sociedad socialista; pero para ambos, es, hoy, la disyuntiva impuesta por la hora histórica: o el país dominado por la oligarquía y satélite del imperialismo o el país, independiente y soberano, dirigido por su pueblo, al servicio de él, para la conquista definitiva de su verdadera identidad nacional.[38]

Nos meios comunistas, onde a visão etapista dominava, abrir mão de alguns preceitos momentaneamente era parte de uma estratégia global, porém, havia a certeza de que todo o processo marchava rumo à transformação socialista. Nos

---

[33] BRUSCHERA, Oscar. Las líneas fundamentales del programa del Frente Amplio. op. cit., p. 6.
[34] Ibidem.
[35] Ibidem., p. 7.
[36] Ibidem.
[37] Declaración constitutiva. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., 88.
[38] BRUSCHERA, Oscar. Las líneas fundamentales del programa del Frente Amplio. op. cit., p. 7.

informes de seu XX Congresso, realizado dois meses antes da formação da aliança, o partido usava como exemplos os casos de Cuba, Chile, Peru e Bolívia, que de maneiras distintas cumpriam determinadas *etapas* em seu desenvolvimento político-econômico, mas que cedo ou tarde estariam diante do embate entre *capitalismo* e *socialismo*[39].

Seguindo esse raciocínio, em algum instante também o Uruguai enfrentaria o mesmo *dilema*, embora isso ainda não estivesse na ordem do dia. O importante agora era cimentar o caminho até lá por meio de um amplo entendimento, e para isso a FA era indispensável dentro dos planos do PCU: "[...] Consideramo-la como a primeira Linha na construção da força social da revolução uruguaia; como o curso principal da torrente de emancipação nacional e social da nossa pátria. [...]"[40]

Não que fosse um segredo o que o Partido Comunista pretendia com a Frente Ampla, pois qualquer pessoa mais esclarecida politicamente devia sabê-lo; contudo, ao emitir opiniões em um veículo de maior alcance, nesse caso, nos *Cuadernos* de *Marcha*, seu Secretário Geral ressalvava que o ingresso do partido na frente não era meramente estratégico, bem como que no marxismo-leninismo não havia qualquer "[...] razón de principios que niegue la posibilidad de la participación de hombres y partidos diferentes, ya unidos en la lucha nacional liberadora, en la hora del tránsito hacia el socialismo."[41] O que se queria de fato era legitimar a inserção do comunismo naquele movimento, independente do que se projetava para o futuro do mesmo. Sendo mais enfático:

> **Por lo tanto, nuestro apoyo e participación en un frente democrático de tales características no obedece sólo a razones tácticas, menos a motivaciones estrechamente transitorias**. Lo consideramos un respuesta consiente a las peculiaridades del momento uruguayo, pero inserta en las perspectivas de los cambios revolucionarios que el Uruguay necesita.[…][42] (Grifo meu)

O Partido Socialista, por seu turno, também concebia a *revolução nacional* como um processo que deveria cumprir determinadas fases, e declarava abertamente em *El Oriental* como entendia a Frente Ampla no bojo desse processo:

---

[39] XX Congresso do Partido Comunista do Uruguai. Relatório de atividade do Comitê Central (Excertos). In: ARISMENDI, Rodney. *A revolução latino-americana*. Antologia de textos (1970-1974). Lisboa: Edições Avante, 1977, p. 36.
[40] Ibidem., p. 48.
[41] ARISMENDI, Rodney. Avanzada hacia las grandes tareas. Cristianos y marxistas. Frente Amplio. *Cuadernos de Marcha*, op. cit., p. 23.
[42] Ibidem.

> [...] atribuimos a este movimiento unitario, al Frente Amplio, una capital importancia en la presente coyuntura histórica. Porque vemos en él las bases sociales de un Frente de Liberación Nacional que organizadas hoy sobre la bases de un programa antioligárquico y antimperialista, desbrozarán el camino de liberación nacional y social.[43]

O dirigente José Pedro Cardoso tampouco se esquivava ao falar a respeito dos propósitos do socialismo, mas frisava que tudo estava de acordo com o programa da FA; para ele,

> Al procurar la formación de un Frente Socialista dentro del Frente Amplio, estamos seguros de hacer un real aporte al poderoso movimiento unitario. Se trata de unir para una acción política común a los grupos y ciudadanos que tienen el mismo enfoque socialista del futuro del país y que actuarán dentro del Frente Amplio con sujeción a sus bases, a su programa, a su organización, a su compromiso político.[44]

Largamente utilizada na imprensa comunista e socialista, a palavra revolução não aparece nenhuma vez nas *Bases programáticas* da FA; exigência dos demais? O PDC, sobretudo seu setor jovem, também fazia uso da expressão, e nem por isso a mesma foi incluída no texto. O mesmo vale para o termo socialismo, ao qual também não se faz menção. Esse vocábulo era frequentemente manejado pela JDC, ainda que nesse caso viesse acompanhado pelo adjetivo *comunitário*, para marcar sua diferença em relação ao *socialismo estatista*, refutado pelo grupo[45].

A sociedade retratada pela *Declaração constitutiva* e pelas *Bases programáticas* da Frente Ampla é sem dúvida cheia de tensões; fala-se, inclusive, em uma *polarização inevitável*[46]. O que ocorre, no entanto, é que tal *polarização* não é descrita como um confronto entre capitalismo e socialismo, ou ainda entre direita e esquerda, mas antes, que a *conjuntura histórica* "[...] conducía a una polarización

---

[43] Los trabajadores al Frente Amplio con el socialismo. Una nueva etapa. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 16 jul. 1971.

[44] Frente Amplio y Frente Socialista. Cristianos y marxistas. Frente Amplio. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 47, marzo 1971, p. 55.

[45] El **socialismo comunitario** es un modelo de sociedad global que la Democracia Cristiana aspira a construir, siendo personalista, pluralista y comunitaria en lo ideológico-cultural; democrática en lo político y socialista (entendido como propiedad social de los medios de producción) a nivel de la estructura económica.
[…]
Igualmente el socialismo que aspiramos no es un socialismo estatista, sino personalista, pluralista, comunitario y democrático, característica que creemos que está muy lejos de casi todas las experiencias socialistas conocidas. Partido Demócrata Cristiano. *Bases ideológicas*. Aprobadas por el 6º Congreso de la JDC. Marzo 1971. (Grifo meu)

[46] Declaración constitutiva. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 86.

entre el pueblo y la oligarquía […]"[47], proceso acelerado pela *violência governamental*.

Em um país cuja cultura política fora profundamente marcada pelo binômio blancos versus colorados, a representação do mundo social passava em grande medida pelo crivo desses significantes. Assim, durante décadas, a disputa pelo poder se deu entre essas duas formas de pensar e agir politicamente, seus símbolos, histórias, personagens e idéias.

No caso da Frente Ampla, adotar um discurso calcado na oposição direita / esquerda seria apostar em uma clivagem que na verdade dizia muito pouco à população uruguaia, a qual se formara politicamente dentro de parâmetros simbólicos fortemente locais; logo, essas eram idéias que poderiam soar um tanto alheias aos ouvidos do eleitorado. Por isso, as *Bases programáticas*, bem como os discursos de campanha de Liber Seregni, candidato à presidência do grupo, se esquivavam de usar tal dicotomia, preferindo oposições do tipo povo versus oligarquia; patriotas versus entreguistas; progressistas versus conservadores etc.

Em tempo, Juan Pablo Terra respondia a um entrevistador de *El Oriental* que os conceitos de *direita* e *esquerda* não explicavam a contento a complexidade de um processo político como o surgimento da FA, cujas *correntes políticas* eram "[...] muy arraigadas en lo real, nacional y latinoamericano, y muy libres de esquematismos conceptuales pensados en otra época y para otro continente u otros países. […]"[48]; Terra negava ainda que a *Frente del Pueblo*, integrada pelo PDC e a Lista 99, representasse uma *ala de direita* no interior da Frente Ampla.

> […] Lo que el Frente del Pueblo trae es una respuesta distinta, que no se entierra en los esquemas conceptuales de la izquierda clásica, pero que tiene profundos antecedentes como impulso transformador en el Uruguay y fuera del mismo. Reúne a nuestra corriente demócrata cristiana con lo mejor de las tradiciones sociales que algunos grupos mantuvieron vivas en los partidos tradicionales. […][49]

Outro tema importante para alguns dos membros da aliança, mas que também ficou de fora do texto, foi a luta de classes, ou a própria idéia de classe tal como os marxistas a utilizavam. Essa concepção, *stricto sensu*, era partilhada por um universo muito pequeno de pessoas no Uruguai – basicamente os votantes do socialismo e do comunismo – e exatamente por isso não figurava no programa da

[47] Ibidem.
[48] Juan Pablo Terra: "Transformar a este Uruguay dolorido". *El oriental*, Montevideo, p. 4 e 18, 7 mai. 1971.
[49] Ibidem.

FA. O apelo eleitoral dessa fórmula era naturalmente limitado em face de uma cidadania que, ao menos em parte, ainda se percebia como uma *sociedad amortiguadora*, no dizer de Carlos Real de Azúa[50].

Não obstante a *Declaração constitutiva* mencionasse pelo menos uma vez a expressão *classe trabalhadora*, o que animava a Frente Ampla, segundo o documento, eram as *forças populares* ou as *correntes progressistas*, definições bem mais genéricas por assim dizer. Nesse ponto, os partidos e grupos marxistas não se fizeram impor como provavelmente desejavam; os socialistas, por exemplo, viam a FA como uma *aliança de classes*[51], mas esse, como se sabe, não foi o teor da declaração.

Ao celebrar o acordo político que instituiu a Frente Ampla, a inclusão ou exclusão de certos termos nos documentos dizia muito do que havia sido as negociações. Uma vez adotadas, as palavras revelavam, por pouco que fosse, os bastidores da unidade oposicionista. Desse jogo de exigências e concessões nem o próprio nome da coalizão passou incólume. De acordo com Romeo Pérez Antón, poucos dias antes de 5 de fevereiro, "[…] el Partido Comunista todavía insistía en llamarle Frente Popular, y no Frente Amplio. Lo que pasa es que el Frente del Pueblo, en eso hubo acuerdo de los tres grupos del Frente del Pueblo, dijo: ¡No! O es Frente Amplio o no es nada.[52]

Nas tiras de humor da personagem *Patricia*, publicadas em *El Popular*, vemos como no final de 1970 o diário comunista ainda se referia à FA com outros nomes; já em fevereiro de 71 utilizava a denominação oficial.

---

[50] O famoso ensaio *Uruguay, ¿Una sociedad amortiguadora?*, de Carlos Real de Azúa, foi publicado em 1973. Escrito pouco antes do golpe civil-militar, seu título não apresentava os pontos de interrogação que finalmente foram a ele incorporados; claro indício da ruptura política recém acontecida. O autor discute no texto um conjunto de hipóteses que teriam feito do Uruguai uma sociedade de consensos com forte inclinação a amortecer seus conflitos internos. Na verdade, perspectivas semelhantes aparecem em vários outros importantes trabalhos, como em *La democracia en Uruguay*, de Germán Rama, o qual analisa a crise de uma *sociedad hiperintegrada* que desembocará na ditadura. REAL DE AZÚA, Carlos. *Uruguay, ¿Una sociedad amortiguadora?* Montevideo: EBO, 2000; RAMA, Germán. *La democracia en Uruguay*. Montevideo: Arca, 1987.

[51] **Los socialistas concebimos nuestra revolución nacional como un proceso único, que partiendo justamente de una alianza de las clases explotadas por la oligarquía y el imperio, realiza por fases sus objetivos**. Objetivos nacional-liberadores en la primera fase, con connotaciones antimperialistas. Socialistas, liquidadores de la explotación del hombre por el hombre, constructores de una sociedad sin clases y de un hombre nuevo, en una segunda fase. […] Los trabajadores al Frente Amplio con el socialismo. Una nueva etapa. *El Oriental*, op. cit. (Grifo meu)

[52] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

Figura 1. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 30 nov. 1970.

Figura 2. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 8 fev. 1971.

Assim sendo, após extensas negociações e um arranjo nada fácil, a nova força estabelecera seus princípios políticos básicos; mas não era tudo. Decidido o que fazer, restava definir como fazer, isto é, criar um regulamento interno que garantisse o mínimo equilíbrio entre os partícipes, disciplinando-os em sua atuação[53].

O *Reglamento de organización*[54], aprovado em 16 de março de 71, dispunha que a Frente Ampla estava aberta à incorporação de quaisquer *forças políticas* e *cidadãos*, desde que aceitassem o programa já estipulado anteriormente. A estrutura organizativa do grupo foi dividida da seguinte forma: *Organismos de Base*; *Intermediários* ou de *Coordenação*; de *Direção* e *Execução*, além dos *Tribunais de conduta política*. A ossatura desse regulamento refletia em certo grau o peso político

[53] Terminadas as discussões em torno das *Bases programáticas*, Bruschera escrevia: El plenario que está deliberando no ha agotado su agenda con este importante documento. **Debe ahora instrumentar un compromiso político que establezca las obligaciones comunes, las garantías de su fiel cumplimiento y las reglas de disciplinamiento interno**. Que fije cuál es la naturaleza de la coalición y cuáles sus componentes; los procedimientos de admisión y los de exclusión; los métodos de acción opositora y la forma de conducir el país desde el gobierno; las participaciones y responsabilidades; los acuerdos electorales (lemas, candidaturas comunes y sectoriales); los criterios sobre propaganda (en los actos, en la oratoria, en las movilizaciones populares. Todo ello para adquirir la coherencia necesaria y para ganar la calle con la imagen del Frente Amplio como un compacto, orgánico y disciplinado movimiento político. BRUSCHERA, Oscar. El programa de la liberación nacional. op. cit. (Grifo meu)

[54] Reglamento de organización. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 97-104.

de cada integrante da coalizão, sendo que os de maior relevância, sobretudo eleitoral, tinham direito a mais votos nas instâncias deliberativas.

Os *Organismos de base* seriam constituídos pelos *Comités del Frente*, mais tarde chamados de *Comités de Base*. Esses comitês poderiam se organizar territorialmente, como nos bairros e localidades, ou mesmo por ramo de atividade, entre trabalhadores, estudantes etc. Era de responsabilidade desses órgãos promover o primeiro contato da FA com o eleitorado, difundindo seu programa entre o maior número de pessoas possível. Todos os que pertencessem a um comitê, bem como acatassem as regras gerais da nova aliança, tinham direito à voz e voto na *Assembléia* local. Como o critério para a organização dos comitês não era partidário, ou seja, não existiam comitês exclusivos desse ou daquele partido, esses espaços abrigavam pessoas de todas as tendências[55]. Essa estratégia de socialização e mobilização se mostrou muito acertada, já que os *Comités de Base* se tornaram um verdadeiro movimento político com o passar do tempo.

A mediação entre os órgãos de base e a direção nacional da Frente Ampla era feita pelos *Organismos Intermediários* ou de *Coordenação*, os quais poderiam ser *zonais* ou *departamentais*. Também era desse setor a tarefa de organizar territorialmente o movimento expandindo-o para todo o país, com especial atenção aos segmentos *feminino* e de *juventude*.

No tocante à *Direção* e *Execução* políticas foi estabelecido um *Plenário* do qual participavam todas as *organizações* integrantes da frente, sem exceções. Além delas, tomariam parte o *Presidente* e o *Vice-presidente* da coalizão e três *cidadãos* não vinculados aos grupos já aderidos. Em uma disposição transitória o documento cita nominalmente Carlos Quijano e o General Víctor Licandro para esses postos.

Tudo o que se referisse à *ação política* da FA, inclusive a aprovação de um futuro *Plano de Governo*, era atribuição do *Plenário*. Assim, a alteração ou complementação das *Bases programáticas*; a admissão e mesmo a exclusão de membros; as mudanças em sua estrutura organizativa; a escolha de candidatos, entre outras coisas, deveriam antes ser objetos de votação. Presidido de forma rotativa pelos representantes de todos os grupos, o quórum exigido para seu funcionamento era de metade mais uma das organizações, sendo que a mesma

[55] Art. 9º - Los Comités del Frente se constituirán en forma amplia, convocando a todos los adherentes del Frente Amplio del respectivo lugar, **sin distinción alguna por su participación organizada en cualesquiera de los sectores políticos que integran el Frente o por su condición de Independientes**. Ibidem., p. 98. (Grifo meu)

regra valia para a aprovação de determinadas matérias, as quais também necessitavam da maioria absoluta dos votos do plenário.

Temas menos complexos, entendidos como *simples procedimentos*, não exigiam *acordo unânime* para serem aprovados; todavia, requeria-se *unanimidade* para a modificação do *Reglamento de organización* em seu artigo 23, incisos "b" e "c"[56], os quais tratavam das *Bases programáticas* e do *Acordo político*. Nesse caso específico, admitia-se a abstenção dos votantes, mas o que fosse resolvido seria *válido* e *obrigatório* para todos os grupos, inclusive para os que se abstivessem.

As votações no *Plenário* da Frente Ampla eram feitas por delegação, excetuando-se os *cidadãos independentes*, que não eram obrigados a votar em conjunto, é claro. O número de votos concedido a cada grupo, como consta no quadro a seguir[57], era igual à quantidade máxima de seus delegados, observando que essa repartição contemplava com maior número de votos as forças mais representativas da aliança.

Integrantes do Plenário	**Número de delegados**	**Número de votos**
Presidente e Vice-presidente da Frente Ampla		1 voto cada
Agrupación Batllista Pregón "Julio César Grauert"	6 delegados	6 votos
Frente Izquierda de Liberación – FIdeL	6 delegados	6 votos
Grupos de Acción Unificadora – GAU	2 delegados	2 votos
Movimiento de Acción Nacionalista	2 delegados	2 votos
Movimiento Popular Frenteamplista	6 delegados	6 votos
Movimiento por el Gobierno del Pueblo (Lista 99)	6 delegados	6 votos
Núcleos de Base Frenteamplistas	1 delegado	1 voto
Partido Comunista	6 delegados	6 votos
Partido Demócrata Cristiano	6 delegados	6 votos
Partido Socialista (Izquierda Nacional)	3 delegados	3 votos
Partido Socialista (Movimiento Socialista)	3 delegados	3 votos
Unión Popular	3 delegados	3 votos
Cidadãos independentes	3 delegados	3 votos

Distribuição de votos no Plenário da Frente Ampla

[56] b) Decidir sobre las enmiendas, complementaciones, desarrollo e interpretación del programa cuyas bases fueron aprobadas en la reunión del 17 de febrero de 1971, así como aprobar el Plan de Gobierno del Frente Amplio.
c) Decidir sobre las enmiendas, complementaciones, desarrollo e interpretación del Acuerdo Político del Frente Amplio. Ibidem., p. 100.
[57] Ibidem., p. 102.

Uma vez tomadas as decisões pelo Plenário, era incumbência da *Mesa Executiva* levá-las a cabo[58]. Também nessa instância pode-se notar o diferente peso político dos grupos e partidos da Frente Ampla, pois nem todos se faziam representar da mesma forma. Tinham assento na *Mesa Executiva* o presidente da FA – podendo ser substituído pelo seu vice – e um delegado de cada umas das seguintes organizações: *Agrupación Batllista Pregón*; FideL; *Movimiento Popular Frenteamplista*; *Movimiento por el Gobierno del Pueblo*; Partido Comunista e *Partido Demócrata Cristiano*.

No caso do Partido Socialista, dos *Grupos de Acción Unificadora* e do *Movimiento Revolucionario Oriental* – MRO, deveria haver, de comum acordo, a designação de um delegado que falasse em nome das três forças. O mesmo critério foi adotado em relação ao agrupamento *Patria Grande*, ao *Movimiento de Acción Nacionalista* e à *Unión Popular*, que também indicariam apenas um delegado.

Por fim, o trabalho dos *Tribunais de Conduta Política* mencionados no regulamento interno tocava à própria Direção Nacional da Frente Ampla, a qual deveria julgar as eventuais faltas dos *cidadãos* e *organizações* aderidas[59]. Criar-se-ia, porém, um organismo de apoio para recolher informações sobre os casos em questão e assessorar todos os processos; esse organismo deveria estar composto por cinco pessoas que integrassem a coalizão, mas não fossem vinculadas a nenhuma das organizações signatárias do acordo político, ou seja, uma comissão de independentes.

No interregno entre a oficialização das *Bases programáticas* e o acerto do *Reglamento de organización*, na verdade um mês, a FA recebeu três novos membros: a *Unión Popular*, o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* e, finalmente, o setor orientado por Alda Roballo, a *Agrupación Batllista Pregón*. Após resistir inúmeras vezes em romper com seu lema, a senadora Roballo, que sempre acreditara em uma renovação interna do Partido Colorado, afirmou à *Marcha* que "[...] paradojalmente, para salvar al batllismo debo irme del batllismo […]"[60]. Embora

[58] Art. 32 – Existirá una Mesa Ejecutiva encargada de llevar a la práctica las decisiones del Plenario y de adoptar todas aquellas providencias que permitan ejecutar y realizar los planes de acción, movilización y decisión del Movimiento. Ibidem., p. 103.
[59] Ibidem., p. 104.
[60] Roballo: para salvar al batllismo, me voy del lema. *Marcha*, Montevideo, p. 10-11, 5 mar. 1971. Também em uma entrevista a *El Popular*: No hay fuerzas en el lema, orgánicas, programáticas y puras para vencer en este instante histórico a Pacheco; en consecuencia, debo irme del lema, en el instante que el Frente Amplio tiene un gran programa, en el instante donde distintos sectores, sin perder su individualidad piensan solamente en el país, en el drama uruguayo y en el cambio. **Los**

não estivesse presente no ato de criação da Frente Ampla, seu grupo fez jus a nada menos que seis votos no Plenário e um delegado na Mesa Executiva, prerrogativas que nem mesmo integrantes de primeira hora como os GAU ou o Partido Socialista possuíam.

Ao manifestar seu apoio à FA, a *Unión Popular* se apresentava como uma espécie de atualização da experiência de 1962, quando socialistas e setores egressos dos partidos majoritários então se coligaram. Em sua declaração, os fundadores da *Agrupación Nuevas Bases*, um dos participantes da antiga UP, afirmavam ver na Frente Ampla uma *projeção* dos objetivos lançados há quase dez anos, e que após *modificações* e *retificações* impostas pelo tempo se concretizavam[61].

A disparidade de forças entre as várias organizações, notada sobretudo pelo seu diferente poder decisório nos órgãos deliberativos, refletia, além da capacidade de barganha de cada uma delas, o caudal de eleitores que poderiam trazer consigo. O Partido Comunista, por exemplo, tinha direito a 6 votos no Plenário e contava virtualmente com outros 6 da FIdeL; era um dos grupos mais estruturados e que melhor havia se saído nas eleições de 1966, desempenho que esperava repetir.

2. A Frente Ampla em busca de seus candidatos

Assim que a Frente Ampla começou a ganhar melhores contornos nos últimos meses de 1970, houve um sem número de questões que foram discutidas e negociadas à exaustão entre seus gestores. É bastante provável que a escolha de candidatos, notadamente para a presidência da República e a prefeitura de Montevidéu, não fosse um dos assuntos mais prementes naquele momento inicial,

---

comunistas no dejarán de ser comunistas, los socialistas no dejará de ser socialistas, los católicos o los del PDC no dejarán de ser creyentes, y yo y Michelini no dejaremos de ser batllistas, y las decenas de grandes figuras del Partido que vienen ahora. Yo pienso ser una de las corrientes batllistas dentro del Frente Amplio. […] La senadora Alda Roballo se incorpora al F. Amplio. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 4 mar. 1971.

[61] Adhesión al Frente Amplio. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 26 mar. 1971.

sendo que o importante era estabelecer um acordo político que deveria preceder qualquer outro tema, mesmo que muito relevante[62].

Firmadas as *Bases programáticas*, o preenchimento desses postos entrava para a ordem do dia e, assim como todas as coincidências alcançadas até ali, encontrar tais candidatos não foi fácil. Além de apresentar certo apelo eleitoral, uma biografia conhecida e um passado íntegro – atributos que se exigiria de qualquer político em campanha –, os postulantes da Frente Ampla tinham de ser aceitos pelo conjunto dos membros da aliança. Conhecida a natureza do pacto que originou a FA, é quase vão mencionar que algumas hipóteses já estavam por princípio descartadas, pois certamente não receberiam a aprovação dos demais, como a candidatura de um comunista, por exemplo.

Assim, quem melhor poderia representar, ou porque não dizer, encarnar o projeto da coalizão oposicionista? Seria possível encontrar esse nome dentro dos quadros de seus próprios integrantes? Ao delinear o perfil sócio-político dos lideres das principais forças envolvidas, partidárias ou independentes, vemos que são poucos os traços comuns que lhes permitiriam ser mutuamente aceitos; lembrando que por se tratar de uma organização recém criada, não faria sentido realizar uma análise prosopográfica, pois não caberia uma *biografia coletiva* desse corpo de indivíduos. (FERRARI, 2010, p. 530)

Uma vez que a maioria das pessoas diretamente ligadas à organização da FA nasceu entre 1900 e 1930 (Ver quadro a seguir), no ato de criação da aliança sua média de idade era superior a 50 anos. Destarte, todos viveram o desgaste do modelo de Estado criado pelo batllismo; a emblemática vitória nacionalista de 1958; a crise econômica e a erosão da legitimidade dos partidos políticos; o surgimento da luta armada e também a ascensão do autoritarismo no governo Pacheco Areco. Para além das diferenças em suas trajetórias político-ideológicas individuais, havia o

[62] Segundo o depoimento de Eduardo Arsuaga, superadas as conversações em torno da plataforma política,

[…] Las dificultades son otras después: los candidatos, que esto, que… En las bases programáticas difícilmente, en cualquier partido, no me estoy refiriendo al Frente, en cualquier partido, le dicen: no, no, nosotros lo primero que hacemos es nos ponernos de acuerdo en las partes programáticas, después hablamos de nombres. Las cosas, se decía, harán como harán, pero donde terminan siempre es en los nombres. Esa para mí es la experiencia de muchos años, la realidad es esa. […] ARSUAGA, Eduardo. *Eduardo Arsuaga*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (60 min).

fato de que esse grupo vivera as profundas mudanças que haviam transformado o Uruguai de uma sociedade de consensos em um país de conflitos.

Perfil sócio-político dos fundadores da Frente Ampla

Nome	Ano de nascimento	Ocupação/Formação	Origem política	Organização
Alda Robalo	1910	Dirigente política / Advogada	Colorada-Batllista	Agrupación Pregón
Ariel Collazo		Dirigente político	Blanca	MRO
Arturo Baliñas		Militar / Advogado		Independente
Carlos Quijano	1900	Jornalista / Advogado / Economista	Blanca	Independente
Enrique Erro	1912	Dirigente político / Jornalista	Blanca	Patria Grande
Francisco Rodríguez Camusso	1923	Dirigente político	Blanca	MBPP
Héctor Rodríguez	1918	Dirigente sindical / Jornalista	Comunista	GAU
Hugo Batalla	1926	Dirigente político / Advogado	Colorada-Batllista	Lista 99
José Enrique Díaz	1932	Dirigente político / Advogado	Socialista	PS
José Pedro Cardoso	1903	Dirigente político / Médico-psiquiatra	Socialista	PS
Juan Pablo Terra	1924	Dirigente político / Arquiteto / Sociólogo	Democrata-cristã	PDC
Luis Pedro Bonavita		Dirigente político / Jornalista	Blanca	FIdeL
Oscar Bruschera		Jornalista / Docente		Independente
Rodney Arismendi	1913	Dirigente político	Comunista	PCU
Víctor Licandro	1918	Militar		Independente
Vivian Trías	1922	Dirigente político / Docente / Historiador	Socialista	PS
Zelmar Michelini	1924	Dirigente político / Jornalista	Colorada-Batllista	Lista 99

Ao se referir a esse conjunto de indivíduos podemos pensar que eles pertenciam a uma mesma *geração*, no sentido que Serge Berstein empresta ao termo[63]. De maneira geral, os idealizadores da Frente Ampla foram formados e informados por um tipo de subjetividade política que lhes dificultava, por exemplo, compartilhar da estratégia de poder dos Tupamaros – raciocínio que obviamente não se estende a todos eles. No caso da guerrilha, como sabemos, o recrutamento de

[63] [...] A acepção da noção de geração que se adota aqui é menos a dos demógrafos (nesse caso seria preciso falar em “coortes”) que a dos sociólogos, o que quer dizer que uma geração é formada pelos homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum. O postulado que permite o estudo da noção de geração é o de uma influência fundamental dessas determinantes sobre o comportamento político daqueles que foram submetidos a elas, capaz de explicar varias das suas atitudes concretas durante o tempo de sua atividade partidária. [...] (BERSTEIN, 2003, p. 72)

pessoal acontecia entre uma população bem mais jovem, que se não viveu os anos de estabilidade do Uruguai batllista, foi profundamente marcada pela Revolução Cubana e as experiências armadas por toda a América Latina.

Diferente dos partidos majoritários, a FA apresentou candidatos únicos para a disputa do Executivo nacional e dos Departamentos, oferecendo listas múltiplas apenas para a Câmara e o Senado. Os nomes escolhidos para concorrer aos cargos de maior visibilidade foram Liber Seregni[64], militar de 55 anos como postulante à presidência e Juan José Crottogini[65], médico de 62 anos como seu vice; para a prefeitura da capital apresentou-se Hugo Villar[66], também um médico de 45 anos. Personalidades alheias ao universo político-partidário, os três candidatos haviam vivido o desmantelamento do Uruguai batllista e a crise que se instalara desde meados da década de 50, o que de alguma forma os credenciava como interlocutores do discurso defendido pela Frente Ampla.

Embora todos fossem figuras públicas, sem dúvida foi Seregni aquele que mais alcançara projeção nos últimos anos, especialmente após seu pedido de baixa do comando da Região Militar nº 1, a mais importante do país, no final de 1968. Essa atitude, motivada por uma divergência de ordem técnica com o Ministro da Defesa[67], mas que ocultava razões mais profundas, foi seguida por oficiais próximos a ele, como Víctor Licandro[68]. Isso já indicava um embate nas Forças Armadas entre os oficiais que apoiavam o recrudescimento do Executivo na repressão aos opositores e uma corrente chamada genericamente de *constitucionalista*[69]*,* que se opunha a tanto. A historiadora Selva López Chirico acredita que a passagem para a reserva de Liber Seregni contribuiu para alterar a *correlação de forças* no meio castrense, pois o general liderava a *oposição mais renovadora* dentro do Exército naquele então. (LÓPEZ CHIRICO, 1985, p. 159)

No decorrer de 1968, ante o avanço das ações do MLN, Seregni demonstrara não concordar com o envolvimento das Forças Armadas na luta contra a *subversão*;

---

[64] General Liber Seregni candidato a la presidencia. *El Popular*, Montevideo, p. 2, 25 mar. 1971.
[65] Dr. Juan José Crottogini candidato a la vicepresidencia de la República. Ibidem.
[66] Dr. Hugo Villa candidato a la Intendencia Municipal de Montevideo. Ibidem.
[67] BAÑALES, Carlos. Seregni: de vuelta al hogar. *Marcha*, Montevideo, p. 13, 8 nov. 1968.
[68] BAÑALES, Carlos. Los generales de la ley. *Marcha*, Montevideo, p. 9, 15 nov. 1968.
[69] Con el nuevo curso de los vientos, parece inevitable que la polarización entre <<constitucionalistas>> y <<conservadores>> en el seno del Ejército derive en un enfrentamiento entre las dos figuras que comienzan a representar, cada vez con mayor fuerza, ese antagonismo: los coroneles Aguerrondo y Seregni. BLIXEN, Samuel. *Seregni. La mañana siguiente*. Montevideo: Ediciones de Brecha, 1997, p. 41.

também era critico da interferência na Universidade e a militarização dos trabalhadores bancários[70], o que o evidenciava de certa maneira. Imediatamente após deixar a caserna, o general foi alvo de inúmeros contatos de lideranças do Partido Colorado; em suas palavras: "[...] De alguna forma u otra no era un desconocido, había estado en los comentarios y en las correderas."[71]

Assim, o convite da Frente Ampla para disputar a presidência não foi de todo uma novidade para Liber Seregni, pois antes mesmo de 71 ele já havia sido cogitado como candidato ao Executivo por representantes batllistas. Eduardo Arsuaga relatou que em fins de 1969, Zelmar Michelini propôs a Amilcar Vasconcellos a formação de um setor de oposição encabeçado por Seregni no coloradismo, mas o projeto não teve seguimento.

> […] entonces tuvieron una afinidad entre el Dr. Vasconcellos y él, [Michelini], allí en ese momento, y se habló de formar un grupo juntos dentro del Partido Colorado. Y allí también, ¿lo que es la historia, no? Zelmar ponía una sola condición: que ninguno de los dos fuera candidato a presidente, y que el candidato a presidente fuera el General Seregni… cosa que no aceptó el Dr. Vasconcellos.[72]

A escolha de um militar *constitucionalista* e francamente contrário à violência política fazia muito sentido em 69, e visto que a situação de enfrentamento apenas se aprofundara nos anos seguintes, fazia ainda mais sentido em 71. Se a pacificação do país fosse defendida publicamente por um profissional das armas, esse discurso decerto ganharia em credibilidade[73]; note-se que a preferência por alguém com tal perfil levou também a que se considerasse o General Arturo Baliñas como candidato à presidência, o que era muito sintomático.

O pedido de afastamento de Seregni revelava uma figura que, mesmo dentro do sistema, não aceitou os métodos autocráticos engendrados pelas *Medidas Prontas de Seguridad*. Sua decisão de romper com esse estado de coisas o transformava em uma espécie de convertido, isto é, alguém cujo *capital pessoal*

---

[70] Ibidem., p. 57.
[71] BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *Seregni*. Montevideo: Monte Sexto, 1989, p. 66.
[72] ARSUAGA, Eduardo. *Eduardo Arsuaga*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (60 min).
[73] Entrevistado por *Cuadernos de Marcha* em outubro de 1970, Seregni já situava a questão da violência como um problema eminentemente político: – Uruguay tiene un campo de opciones limitado. O ya, inmediatamente, se es capaz de consolidar las fuerzas auténticamente populares, realmente representativas del sentir nacional en la hora que vivimos, transformándolas en una herramienta política capaz de realizar los cambios que el país precisa, **o indefectiblemente – después de recorrer el camino de tensiones agudizadas – e se desembocará en la generalización de la violencia**. Entrevista a Liber Seregni en Cuadernos de Marcha, en octubre de 1970. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971*. Colección Liber Seregni, Tomo I. Montevideo: Taurus, 2005, p. 39. (Grifo meu)

poderia ser instrumentalizado politicamente, e sem dúvida isso foi considerado pela Frente Ampla[74].

Diante do potencial da candidatura de Liber Seregni, a origem partidária de sua família e dele mesmo, um assumido batllista[75], não criou resistências ou objeções intransponíveis dentro da coalizão[76]. Se por um lado os grupos de Michelini e Roballo se viam mais contemplados com a indicação, certamente os demais integrantes percebiam o quão promissora aquela opção poderia ser eleitoralmente: um homem conhecido por sua conduta particular e pública, sem vínculos formais com os partidos políticos já bastante desacreditados e, não menos importante, alguém que havia interrompido a própria carreira – almejando ou não um futuro na política – em nome de princípios que julgava corretos[77].

Carlos Machado, do Partido Socialista, contou que paulatinamente foi surgindo um consenso em torno da candidatura de Seregni. Ainda segundo ele, durante uma visita à sede do partido na qual foi apresentado a todo o pessoal, o aspirante à presidência deixou a impressão de que de fato não era um político profissional, por assim dizer.

> Tuvimos una reunión larga y linda con Seregni… ya el tácito candidato […], y tuve una impresión muy fuerte, muy extraña, al escucharlo esa noche. ¡Primero me pareció un pésimo orador! Lento… no lo podía imaginar como candidato. ¡Luego aprendió una barbaridad! Lo viene de la primera gira consiguió una soltura y un lenguaje que me sorprendió muchísimo cuanto creció […]. Pero, dos

---

[74] [...] O capital pessoal de <<notoriedade>> e de <<popularidade>> - firmado no facto de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um <<nome>>, uma <<reputação>>, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e de conservação de uma <<boa reputação>> - é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso de advogados, um domínio profissional da eloquência. [...] (BOURDIEU, 2002, p. 190-191.

[75] Em uma entrevista desse período Seregni afirmava: **Sí señor, me sigo sintiendo profundamente batllista, y eso lo he dicho y lo seguiré diciendo a quien quiera oírlo**. Sigo sintiéndome batllista por cuanto el batllismo refleja una concepción de cómo alcanzar instancias de avance y progreso por vía pacífica. […] Liber Seregni. Su tránsito al Frente Amplio. *Cuestión*, nº 2 [1971?]. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* Aspectos ideológicos. Montevideo: FCU, 1972, p. 71. (Grifo meu)

[76] La formalización de la candidatura requiere de una ronda previa de contactos personales para un conocimiento directo. A los colorados los conoce a todos; con Rodríguez Camusso se entrevista por intermedio del PDC; con los socialistas tiene una reunión muy cálida en la Casa del Pueblo, recién abierta, y allí conoce a José Pedro Cardoso; con Rodney Arismendi, secretario general del Partido Comunista, planifican un encuentro a medias reservado en el estudio de un profesional. BLIXEN, Samuel. op. cit., p. 65.

[77] Like Arturo Baliñas, Líber Seregni was a retired general with no current party affiliation but who had in the past been associated with progressive sectors of the Colorado Party. He was seen as honest, law-abiding, austere an efficient, all qualities designed to reassure an electorate at a time when its credulity with regard to politicians in general was being daily stretched to the limit. […] (GREGORY, 2009, p. 56-57)

> cosas me impresionaran muy bien… como contradicción. Primero explicó largamente que él había hecho el esfuerzo, que era colorado, batllista, que había hecho el esfuerzo con Michelini de rescatar, de cambiar la orientación del gobierno sin lograrlo. Que después había imaginado una suma de sectores… Como que había llegado a la fórmula frentista casi por descarte […], cuanto le había costado para desprenderse de la comunidad batllista para sumarse a la izquierda. Y segundo, me asombró, dijo que eso era fruto en buena parte de la discusión con sus hijas… de todos los días […] Me gustó muchísimo verle esa amplitud […]. Recordé para siempre aquello, por un lado no me gustaba la dureza formal, pero de esas dos cosas no se me escaparon porque eran inusuales, que un padre dijera emprender de los hijos es muy inusual ¡y más un militar! Quedé sorprendidísimo y a favor, me cayó muy bien.[78]

Em editorial, *El Popular* dava conta de que a fórmula eleitoral da coalizão assinalava uma novidade na política uruguaia, pois era composta por homens sem militância partidária. Também aí se elogiava os grupos integrantes da Frente Ampla, que não haviam se debatido para impor candidaturas próprias – no fundo uma descrição demasiado harmônica de algo que não deve ter sido tão simples. A respeito de Liber Seregni:

> [...] un militar de Carrera brillante, general por concurso de oposición a los 46 años, que recorrió las funciones más responsables, entre ellas la Jefatura de las regiones militares Nº 1 y Nº 2, con acendrada vocación civilista y republicana, con devoción y amor al pueblo; un soldado con el ideario artiguista firmemente arraigado, defensor acérrimo de la legalidad, destacado patriota, es decir, antimperialista, y que dio al abandonar el servicio activo una alta lección de moral cívica, al mantenerse fiel a su concepción de que las fuerzas armadas no deben ser desviadas de sus funciones especificas de defensa de la soberanía nacional. […][79]

Antes de oferecer a vice-presidência a Juan José Crottogini, o qual acabou aceitando compor a chapa com Seregni, no principio de março os líderes da FA fizeram o mesmo convite a Carlos Quijano. Sendo uma referência no debate político nacional, sua presença ladeando o primeiro candidato iria sem dúvida emprestar autoridade à formula. Embora no passado o diretor de *Marcha* tivesse se envolvido na política partidária uruguaia, com pouco sucesso, é verdade, pesava em seu favor a trajetória e imagem de incansável nacionalista e intelectual preparado, sem contar que seu nome era de larga aceitação nos meios progressistas. A resposta de Quijano ao Comitê Executivo mostrava que, apesar de sua negativa, apoiaria a nova

[78] MACHADO, Carlos. *Carlos Machado*: depoimento [Out. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:30 min).
[79] Los abanderados del Frente Amplio. *El Popular*, Montevideo, p. 6, 26 mar. 1971.

força por outros meios, como vinha fazendo em sua atividade jornalística: “[...] Creo, en cambio, que puedo ser útil al Frente y por ahí al país, desde otras trincheras, las mismas a las que han llevado mi vocación y mi destino.”[80]

Em síntese, encerradas as tratativas, em meados de março a Frente Ampla já possuía o formato com o qual se apresentou às eleições. Por fim, muito do que Oscar Bruschera imaginara como o desenho ideal para a unidade das esquerdas[81], acabou se concretizando: dos dois únicos lemas permanentes disponíveis, FIdeL e PDC, optou-se pelo último, por se entender que era mais abrangente do ponto de vista eleitoral. Quanto ao candidato à presidência, que segundo o articulista não deveria pertencer a nenhuma dessas siglas, o escolhido foi um batllista sem trajetória partidária, e cuja imagem pública parecia ser uma descrição dos predicados que seis meses antes Bruschera mencionara como desejáveis:

> […] El Frente Amplio necesita un candidato a la presidencia de la república, que no sea ni integrante del F.I.deL. ni demócrata cristiano. **Un candidato de limpia trayectoria; un hombre nuevo y no quemado por los ajetreos de la baja política en que el país ha estado sumido; alguien que merezca consideración y respeto; alguien que atraiga por su conducta, por su honradez, por su limpia trayectoria**.[82] (Grifo meu)

3. Entre a unidade e a diversidade: a Frente Ampla e seus sublemas

Como aliança de partidos e grupos autônomos entre si, a Frente Ampla teve que se adequar ao modo como se fazia campanha político-eleitoral no Uruguay. Ao se dirigir à população, coexistiam dois discursos que deveriam ser convergentes: os pronunciamentos de seu candidato único, Liber Seregni, o qual representava a uma só vez todas as forças da coalizão, e também as intervenções de cada um de seus membros, que viriam corroborar as falas do postulante ao Executivo, além de exprimir interesses próprios, na medida do possível.

De maneira geral, não houve discrepâncias entre as afirmações de Seregni em seus discursos e entrevistas e o posicionamento individual dos vários integrantes da FA. A título de comparação, a realidade nos partidos majoritários era diferente em

[80] Del Dr. Carlos Quijano al C.E. del Frente Amplio. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 13 mar. 1971.
[81] BRUSCHERA, Oscar. Agrupar un potente movimiento de masas. op. cit.
[82] Ibidem.

pelo menos um sentido, pois embora também ali houvesse diversos sublemas, cada um deles apresentava seu próprio nome à presidência, isto é, concorriam entre si dentro do mesmo partido. No caso da Frente Ampla, houve concorrência interna apenas para os cargos do Legislativo, com listas independentes de acordo com cada setor e inclusive algumas coligações.

Para a disputa do Senado apresentaram-se sete listas com nove fórmulas distintas. As afinidades político-ideológicas apareceram na hora de montar as chapas, sendo que alguns setores ofereceram candidaturas comuns, enquanto outros, mais de uma candidatura. A *Frente del Pueblo*, por exemplo, parceria entre o PDC e a Lista 99, lançou os nomes de Juan Pablo Terra e Zelmar Michelini, e continuou atuando conjuntamente em vista das instâncias eleitorais. Já a FIdeL, o MBPP e mais um pequeno grupo chamado *Movimiento Obrero*, acertaram a indicação de apenas um aspirante a senador. O Partido Socialista, apesar de alguns contatos para a formação de um sublema com outras forças, acabou indo às eleições isoladamente.

FRENTE AMPLA – Listas ao Senado

Lista	Candidato / Organização
Frente del Pueblo	Zelmar Michelini / Movimiento por el Gobierno del Pueblo - Lista 99
Frente del Pueblo	Juan Pablo Terra / Partido Demócrata Cristiano
FIdeL, MBPP, Movimiento Obrero	Enrique Rodríguez / Partido Comunista
Patria Grande	Enrique Erro / Unión Popular; Enrique Pereira Henderson
Patria Grande	Enrique Erro / Unión Popular; Ariel Collazo / MRO
Frente Socialista	José Pedro Cardoso / Partido Socialista
Movimiento de independientes 7 de Octubre	José Arlas
Frente Obrero	Zulma Nogara / Partido Obrero Revolucionario - Trotskista
Candidatos Obreros	Mario Bonilla / Partido Revolucionario de los Trabajadores

AGUIRRE BAYLEY, Miguel. El Frente Amplio. Historia y documentos. op. cit.; p. 29-30.

O mesmo número de listas, ou seja, sete, foi apresentado para concorrer à Câmara dos Deputados em representação ao Departamento de Montevidéu[83]. Diferente dos sublemas para o Senado, cuja denominação não coincidia com as divisas dos grupos, para a Câmara utilizou-se a numeração tradicional de cada um.

[83] En el interior el Frente Amplio registró dos, tres y hasta cuatro sublemas para la Cámara de Representantes, según las alianzas electorales acordadas en cada departamento por los distintos sectores de la coalición. AGUIRRE BAYLEY, Miguel. Ibidem., p. 31.

FRENTE AMPLA – Listas à Câmara dos Deputados

Lista	Número
Frente del Pueblo	**Lista 808** (Partido Demócrata Cristiano, Grupo de Independientes Grito de Asencio, Acción Popular Nacionalista); **Lista 9988** (Movimiento por el Gobierno del Pueblo –Lista 99, Movimiento Pregón; Doctrina Batllista)
FideL, MBPP, Movimiento Obrero	**Lista 1001** (FideL, Partido Comunista, MBPP, Grupo de Ciudadanos Independientes)
Patria Grande	**Lista 4190** (Unión Popular, Movimiento Acción Nacionalista); **Lista 700** (Movimiento Integración, Patria y Pueblo); **Lista 1811** (MRO)
Frente Socialista	**Lista 90** (Partido Socialista – Izquierda Nacional)
Movimiento de Independientes 7 de Octubre	**Lista 77** (Organización Nacional de Independientes)
Frente Obrero	**Lista 871** (Partido Obrero Revolucionario - Trotskista)
Candidatos Obreros	**Lista 1968** (Partido Revolucionario de los Trabajadores)

AGUIRRE BAYLEY, Miguel. El Frente Amplio. Historia y documentos. op. cit.; p. 30.

A profusão de listas nos leva a questionar sobre o quão integrado era o discurso da unidade oposicionista. Em um bom cenário, se a fórmula presidencial da Frente Ampla triunfasse em novembro, essa seria uma vitória de toda a coalizão; mas o que dizer dos diferentes setores que dariam suporte ao presidente? Qual deles seria hegemônico? Todos se empenhavam na conquista do Executivo nacional, mas sem abrir mão de eleger seus próprios parlamentares.

A Frente Ampla participou de sua primeira eleição pouco menos de dez meses depois de ser criada. Nesse breve período, uma verdadeira corrida para organizar a campanha, o dia-a-dia foi marcado por atos eleitorais comuns, geralmente em prol da candidatura de Seregni, e também atos setoriais, para promover os candidatos dessa ou daquela lista em específico. A esse respeito Wilfredo Penco comentou:

> Había actos naturalmente de los agrupamientos del Frente, pero esos no eran incompatibles con los actos comunes. Los actos comunes durante todo el 71 yo creo que fue lo que más predominó, tanto en Montevideo como en el interior. […] Es decir que no había incompatibilidad, y había una muy buena organización entre lo que eran los actos comunes, que en todo caso tenían un defecto, que era la maratónica oratoria. Justamente como eran comunes desfilaban por la tribuna prácticamente todos los sectores, entonces as veces eran diez, doce oradores, que por más que se limitara el tiempo aquello era una oratoria interminable. Pero bueno, esa era la característica que debía cumplir los actos comunes donde estuvieron todos o casi todos.[84]

[84] PENCO, Wilfredo. *Wilfredo Penco*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).

Se na prática política concreta atos comuns e setoriais não eram *incompatíveis*, e nem se esperava que fossem, na esfera dos discursos, mesmo após o estabelecimento das *Bases programáticas*, surgiram fissuras a bem dizer inevitáveis.

Como é sabido, antes ainda do acordo político de 5 de fevereiro, o Partido Socialista já vinha falando na criação de um *pólo revolucionário* dentro da Frente Ampla[85], projeto que retomou após constituída a aliança. Assim, em um *chamamento* de julho de 71, *El Oriental* conclamava a formação de uma *Frente Socialista* de caráter *anti-oligárquico* e *anti-imperialista*, objetivando não apenas coordenar a participação dos trabalhadores em todos os níveis, mas também voltada à *luta eleitoral* – sempre relativizando a eficácia e procedência do voto. "[...] Para eso proponemos discutir la posibilidad de votar, porque hay que votar, bajo el sublema Frente Socialista, dentro del cual cada organización que decida presentar candidatos que lo haga con sus propios distintivos."[86]

Nesse mesmo chamado, estipulava-se um programa mínimo que deveria servir de base para a discussão entre os possíveis interessados na proposta. A iniciativa do socialismo não chegava a ser uma surpresa; ao contrário, fora planejada e anunciada com bastante antecedência pelo partido. O fato é que em resposta a essa convocação, outros membros da FA, com destaque para o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* – PRT, revelaram a fragilidade que presumia uma aliança tão heterogênea ideologicamente.

Em um panfleto sem data, o PRT se posicionou favoravelmente à sugestão do Partido Socialista[87], salientando a contribuição da Frente Ampla no sentido de *romper* com o *bipartidarismo* e de ser um movimento *popular*, *nacionalista*, *democrático* e *anti-imperialista*. Na sequência, porém, vinham as ressalvas:

> Pero junto a estos aspectos positivos, **también debemos precisar el peligro que implica, para la clase obrera, que sean los sectores burgueses o pequeño burgueses los que ejerzan el liderazgo dentro del Frente Amplio**. Por eso nuestro partido sostiene desde su incorporación al Frente la necesidad de que EL MOVIMIENTO OBRERO MANTENGA SU TOTAL INDEPENDENCIA, con derecho a sus propios candidatos y a sostener junto al programa común del

[85] La unidad y el frente amplio. *El Oriental*, op. cit.
[86] Llamamiento del Partido Socialista a organizaciones políticas y militantes independientes a la constitución de una alianza denominada "Frente Socialista". *El Oriental*, Montevideo, p. 13, 30 jul. 1971.
[87] Respuesta del PRT ante el llamamiento del P.S. a formar un frente socialista. [1971]. Archivo de Propaganda Política / Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Historiología. Volante, Fondo de Donaciones. Sección Donación Carlos Zubillaga, Caja 2.

> Frente Amplio, como “opción de mayor compromiso”, su propio programa anticapitalista y pro-socialista.[88] (Grifo meu)

Ora, os socialistas também entendiam a FA como uma *aliança de classes*, e julgavam como imprescindível o papel dos trabalhadores em seu interior[89], mas ao contrário do PRT, não pareciam naquele instante inclinados a questionar tão peremptoriamente a qual setor cabia a condução do processo. Talvez, conscientes de seu reduzido peso político após os anos de proscrição, as lideranças do PS não se viam em condições de exigir da Frente Ampla esse tipo de definição política, embora certamente o quisessem. O mesmo comedimento pode ser notado em relação ao Partido Comunista, que estimava a *classe operária* como “[...] una fuerza fundamental entre los sectores sociales que basamentan el Frente Amplio […]”[90], mas que na ocasião não reclamava para ela qualquer exclusividade.

Em linhas gerais, o PRT concordava com as bases de discussão apresentadas pelo outro partido, no entanto, ia além delas. Para a organização, a *Frente Socialista* tinha que deixar clara sua natureza não apenas *anti-oligárquica*, mas também *antiburguesa* e *pró-socialista*, expressando objetivos *anticapitalistas* e reclamando “[...] para el movimiento obrero no sólo la participación, sino la DIRECCIÓN en todos los organismos del estado.” [91] Ao finalizar sua *resposta* ao Partido Socialista, sugeria-se que os envolvidos no projeto apresentassem uma *lista única* às próximas eleições, formada exclusivamente por *candidatos operários*[92].

Como já foi esclarecido, a incorporação do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* à FA aconteceu pouco depois do surgimento da coalizão, de forma que o grupo não negociou os termos que constam das *Bases programáticas* junto aos fundadores. Por outro lado, é factível pensar que se nem mesmo o comunismo conseguiu impor todos os seus pontos de vista naquele acordo, uma força reduzida como o PRT tampouco faria valer suas exigências.

As reivindicações do pequeno partido devem ser entendidas no âmbito das pretensões do socialismo de criar uma frente dentro de outra; isto é, uma postura tal como a sua era possível somente considerando a existência de interlocutores como os GAU, ou MRO ou mesmo a FIdeL, os quais constituíam uma espécie de

---

[88] Ibidem.
[89] Los trabajadores al Frente Amplio con el socialismo. Una nueva etapa. *El Oriental*, op. cit.
[90] El papel de la clase obrera y el F. Amplio. *El Oriental*, Montevideo, p. 4, 22 dez. 1971.
[91] Respuesta del PRT ante el llamamiento del P.S. a formar un frente socialista. op. cit.
[92] Ibidem.

subcampo com discurso semelhante, mas nem por isso uniforme. A existência de posições mais radicais como a do PRT – que exigia inclusive o fim imediato da propriedade privada[93] – podiam até ser toleradas dentro da Frente Ampla, afinal, tratava-se de uma coalizão; não obstante, quanto mais à esquerda estivesse situado um grupo ou setor, menos hegemônico era seu papel.

Um indício de que a FA não estava aberta a esse tipo de demanda foi a dificuldade que o PRT encontrou na divulgação de sua proposta em torno da *Lista única* operária. Após várias tentativas de publicar a matéria no vespertino *La Idea* – todas frustradas –, a direção do jornal teria respondido que considerava *inoportuna* para Frente Ampla a veiculação do texto, e que por isso se negara a publicá-lo[94]. O periódico em quentão era, segundo o partido, defensor da *liberdade de imprensa*, e por isso surpreendia sua atitude: "Lamentablemente la dirección de "LA IDEA" practica el criterio de la "unidad", pero la unidad de los que piensan como ellos, ni más ni menos".[95] Questionava-se igualmente porque o diário se atribuía o direito de *determinar* o que era ou não oportuno para a nova força.

> Pero si bien no sabemos sus argumentos, tenemos en cambio la absoluta certeza de cual ha sido el problema de fondo: NUESTRO LLAMAMIENTO IMPLICA LA ÚNICA OPCIÓN PRO-OBRERA APARECIDA HASTA EL MOMENTO, QUE EXPRESA CLARAMENTE LA COMPOSICIÓN DE CLASES DEL FA, ALGO CON LO QUE NADIE DISCREPA EN LOS PASILLOS, PERO QUE SOLO NOSOTROS HEMOS SOSTENIDO PUBLICAMENTE HASTA AHORA.[96]

Dados os limites impostos pelas fontes, já que só temos o pronunciamento do PRT, podemos apenas conjecturar sobre o que motivou a recusa de *La Idea* em publicar o documento; partindo, é claro, da premissa de que esse órgão era adepto da Frente Ampla. Durante todo o tempo de campanha, os principais dirigentes da unidade oposicionista fizeram um enorme esforço para mostrar à população a

---

[93] […] **Por eso es que decimos que la clase obrera tiene intereses propios que no figuran en el programa general del Frente Amplio**; son las reivindicaciones que platean con total claridad que los trabajadores estamos a favor no sólo de nacionalizar los grandes trusts y poner en marcha las fabricas paradas, sino QUE ESTAMOS A FAVOR DE QUE TODAS LAS FABRICAS DEJEN DE SER PROPIEDAD PRIVADA DE LA PATRONAL Y PASE A MANOS DE LOS TRABAJADORES, **LIQUIDANDO ASI LA PROPIEDAD PRIVADA, BASE DEL RÉGIMEN BURGUÉS,Y POR ENDE DEL SISTEMA DE EXPLOTACIÓN CAPITALISTA**. Por qué un programa antiburgués y pro-socialista. *Tendencia revolucionaria*, nº 26, 11 out. 1971. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* op. cit., p. 297. (Grifo meu)

[94] Llamamiento del PRT a los sectores que estén por la independencia política del movimiento obrero en el seno del Frente Amplio. [1971]. A.P.P. / FHCE. Volante, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.

[95] Ibidem.

[96] Ibidem.

coincidência de objetivos que os movia, de sorte que o discurso oficial da coalizão mitigava as diferenças internas propondo uma imagem coesa da organização; isso tudo nos planos programático e eleitoral. No entanto, todo esse investimento discursivo era ameaçado quando um de seus membros afirmava categoricamente que os componentes da aliança, apesar do programa comum, "[...] reflejan no sólo tradiciones históricas distintas, sino fundamentalmente son EXPRESIÓN DE CLASES DIFERENTES".[97] Episódios como esse eram o ônus por se constituir uma frente tão ampla quanto possível, mas que por isso mesmo apresentava interesses às vezes inconciliáveis.

As diligências do Partido Socialista não atingiriam os resultados esperados. Preliminarmente, a FIdeL aceitou discutir a questão com base nos pontos estipulados, todavia, não houve maiores progressos; o MRO também consentiu a discussão, mas tencionava concorrer às eleições com um sublema próprio; os *Grupos de Acción Unificadora* – GAU não concordaram com o projeto por defender a existência de uma lista geral da Frente Ampla ao Senado, com candidatos de todos os setores; o MBPP dera uma resposta vaga, dizendo apenas que se dispunha a *estreitar laços* com as organizações afins; por último, o Movimiento 26 de Marzo não respondeu à convocatória[98].

É quase certo que a tentativa do socialismo de elaborar um programa político diferente, e porque não dizer, alternativo àquele pactuado por todos os membros da FA, tenha criado certa desconfiança. Com efeito, ao propor a *Frente Socialista*, a atitude do PS se tornou objeto de uma série de rumores que, de acordo com seus dirigentes, eram *versões inexatas* daquilo que se pretendia efetivamente. Em uma nota de final de agosto, *El Oriental* esclarecia que o *llamamiento* fora estritamente *público,* não sendo dirigido a qualquer organização em particular. Aclarava-se também que apenas os GAU e o MRO haviam sido informados com antecedência acerca das intenções do partido, isso por conta das relações mantidas com esses setores no meio sindical. Quanto à FIdeL, o texto explicava que apesar do grupo ter aceito discutir o tema, nenhum *acordo* ou *tratativa* estava em andamento[99].

Ao contrário do Partido Socialista e do PRT, que defendiam a criação de listas setoriais com candidatos próprios, os *Grupos de Acción Unificadora* optaram por não

[97] Ibidem.
[98] XVIII Congreso Extraordinario del P. Socialista. *El Oriental*, Montevideo, p. 2, 10 set.1971.
[99] Puntualizaciones del Partido Socialista. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 27 ago. 1971.

lançar nenhum nome à disputa eleitoral. Chama a atenção que os GAU, que também preconizavam a necessidade de um *partido de vanguarda*[100], não adotassem uma posição exclusivista nesse particular, isto é, decidissem não pleitear cargos parlamentares em sua representação[101].

Inversamente, a organização dirigiu ao Plenário da Frente Ampla um projeto digamos mais voltado ao coletivo, que amparado na legislação autorizava a uma única pessoa concorrer por várias listas ao mesmo tempo. Ao fazer uso dessa prerrogativa legal, um integrante da FIdeL, por exemplo, poderia inscrever-se como candidato tanto em seu sublema quanto em outro.

> […] Los grupos políticos del F.A. facilitarán la presentación de una lista de integración frentista, que incluya a los principales candidatos de los sectores que postulan listas por separado y a personas independientes o propuestas por las bases frentistas, y que sea capaz de servir como opción para los adherentes y militantes que tienen una definición frentista, pero no sectorial.[102]

A proposta dos GAU, muito criativa a bem da verdade, buscava contemplar um eleitorado de perfil bastante diverso. Se paralelo às varias listas internas houvesse um sublema geral ou, como especificado, de *integração frentista*, isso permitiria a *incorporação* de indivíduos já decididos por uma ou outra corrente, mas também votantes sem *definição setorial*, que então apoiariam a FA como um todo. As *vantagens políticas* desse modelo estavam em que a aliança se beneficiaria com a soma de todos os votos emitidos em favor de suas listas, não importando qual delas ganhasse, além de que, segundo o grupo, isso permitiria colocar "[...] las coincidencias frentistas por sobre las diferencias sectoriales en esta etapa."[103]

O imperativo de que as *coincidências frentistas* fossem priorizadas não deveria, entretanto, prejudicar o desenvolvimento de nenhum setor da coalizão. Assim sendo, previamente à criação dessa lista conjunta, era preciso chegar a um *acordo político* no qual os candidatos a vereador, deputado e senador que se

---

[100] […] Ene este contexto la necesidad del partido nos parece incuestionable. Este alto nivel de organización y de combate del pueblo sólo se logra si existe un partido de vanguardia; **¿cómo puede la clase obrera imprimirle al frente de todo el pueblo una orientación revolucionaria si carece de ese partido?** Los GAU y la construcción del partido**.** Cuaderno nº 3, out. 1971. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay*. op. cit., p. 263. (Grifo meu)

[101] Los GAU, por su parte, no postularán candidatos de su sector a ningún cargo electivo; pero está dispuestos a trabajar intensamente por una gran votación al F.A. […] Los GAU: frente a las elecciones. Propuesta presentada ante el Plenario Nacional del Frente Amplio por los G.A.U. 1 set. 1971. A.P.P. / FHCE. Volante, Fondo de Donaciones. Sección Donación Carlos Zubillaga, Caja 2.

[102] Ibidem.

[103] Ibidem.

elegessem concomitantemente pelos sublemas *setorial e de integração*, ficassem comprometidos a sempre optar pelo primeiro deles[104].

Outra força que veio a defender uma *Frente Única Proletária* dentro da coalizão foi o *Partido Obrero Revolucionario - Trotskista*, que concorreu à Câmara e ao Senado com o sublema *Frente Obrero*. Se bem que seu discurso fosse menos contundente que o do PRT, o grupo também julgava necessário que a *classe operária* tivesse expressão eleitoral autônoma[105].

A organização contatou o Movimento Socialista e os comunistas na tentativa de lançar essa *frente*, ainda que fosse como uma *lista única* da FIdeL, mas de acordo com o POR-T, as conversações, que pareciam avançar, foram interrompidas sem prévio aviso[106]. Sua direção, que acreditava em outro desfecho, viu-se então surpreendida: "[…] De hecho, esta ruptura y rechazo se completa con la exclusión sin discusión de nuestro Partido, de la integración a la lista 1001 […]"[107]. Dias depois, em um compreensível tom de revanche, publicava-se o seguinte em seu periódico:

> **El Frente Amplio no surgió por la iniciativa del Partido Comunista, ni del Partido Socialista**. Durante años ambos partidos no propusieron crear un Frente Único Proletario, que permitiera avanzar en el sentido de la construcción de un Partido Obrero de clase y de masas en el país, apoyado por los sindicatos. Partido que no existe aún y que sigue siendo una necesidad vital para la clase obrera y las masas. Contradictoriamente, el Frente Amplio – impulsado en su inicio por dirigentes nacionalistas revolucionarios, independientes y demo-cristianos – incorporó luego a los partidos obreros, es decir contiene el Frente Único Proletario en su seno.[108] (Grifo Meu)

Finalmente, nenhuma das tentativas de criar listas conjuntas maiores prosperou. Partido Socialista, PRT e POR-T não chegaram a um consenso, apresentando-se ao pleito separadamente; o projeto dos GAU envolvendo um sublema de *integração* tampouco recebeu boa acolhida. Dos poucos acordos eleitorais firmados, alguns refletiam afinidades anteriores à oficialização da FA, como o caso do PDC e da Lista 99, aos quais mais tarde se juntou o *Grupo Pregón* integrando a *Frente del Pueblo*. Também houve entendimento entre a FIdeL e o

---

[104] Ibidem.
[105] *Frente Obrero*, nº 541, 6 out. 1971. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay*. op. cit., p. 323.
[106] Emitió una declaración el Partido Obrero Revolucionario (Trotskista). *Ahora*, Montevideo, p. 3, 29 set. 1971.
[107] Ibidem.
[108] *Frente Obrero*, nº 541, 6 out. 1971. op. cit., p. 324.

MBPP, contudo, menos por identificação política que por uma necessidade, já que a dissidência do Partido Nacional tentara sem sucesso apresentar-se com uma lista independente[109]. Por essa ocasião, Rodríguez Camusso afirmou que a *definição nacionalista* de seu grupo não seria *afetada* por aquele acerto, o qual não deixava de parecer inusitado para quem o visse[110].

No curso da campanha eleitoral, os atritos entre os vários setores da Frente Ampla tinham como motivação desde questões complexas até assuntos mais ordinários. Eduardo Arsuaga falou sobre uma dessas pequenas desinteligências, as quais dificilmente poderiam ser evitadas:

> […] Por ejemplo, yo recuerdo una reunión de esas que hacían previas entre todos los grupos políticos que me tocó estar una noche en representación de la 99 y estaba sentado entre el Dr. Quijano que era director de una revista Marcha muy prestigiosa y el Senador Massera por el Partido Comunista. Y en el medio de la reunión se produjo una discusión de las más desagradables entre el Partido Comunista y el Partido Demócrata Cristiano por una música que se había pasado en un acto. Que me llevó a mí a tener una intervención creo que en aquel momento bastante feliz, diciendo bueno, me da vergüenza que estemos discutiendo por la música que se pasó en un acto, porque que va a pasar si mañana somos gobierno, ¿de qué vamos estar discutiendo? Al punto que eso fue un viernes de noche, y el sábado por la mañana, cuando nos encontramos con Zelmar me dijo ¿Y cómo estuvo anoche? Y yo le dije, mirá, le conté y me hago una reflexión, yo voy a votar porque sé que no podemos ganar, porque si pudiéramos ganar yo no voto, porque las discusiones y las peleas internas van a ser tales que va a ser imposible gobernar.[111]

Ruben Obispo, que em 1971 era membro da FIdeL, comentou sobre outra desavença, também entre comunistas e democrata-cristãos, ocorrida dessa vez em uma reunião no interior do país:

> […] Yo recuerdo una vez que en la mesa política en Paysandú hubo una queja porque un compañero nuestro de partido, que era suplente mío, había planteado en una reunión convocada por un gremio el tema de la deuda externa, que no estaba en las bases del Frente porque precisamente había compañeros que tenían otra concepción. ¡El compañero nuestro en esa reunión, que era una reunión del Frente, no tuvo la cintura suficiente y largó su concepción! lo que originó la queja de los compañeros cristianos que tenían otra visión en la mesa política. Pero fuimos, aclaramos y dijimos que esa no era la concepción del Frente y que nosotros orgánicamente como partido

[109] Frente Amplio: independientes y el MBPP adoptaron ayer una definición electoral. *Ahora*, Montevideo, p. 4, 26 set.1971.
[110] Ibidem.
[111] ARSUAGA, Eduardo. *Eduardo Arsuaga*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (60 min).

> respectábamos la decisión del Frente, esa era la concepción de un compañero. […][112]

Fossem temas mais espinhosos como a questão da *dívida externa*[113], ou ainda os tantos problemas corriqueiros que devem ter existido, está claro que as *Bases programáticas* e o *Reglamento de organización* da Frente Ampla, embora endossados por todos, não conseguiram disciplinar por completo os discursos e condutas durante a corrida eleitoral; eventualmente isso aparentava certa falta de controle. Por outro lado, em que pesem esses atritos, nenhum grupo se retirou ou rompeu com o acordo político estabelecido, e nos momentos decisivos apoiaram e trabalharam decididamente pela coalizão.

4. A Frente Ampla ganha as ruas: a campanha eleitoral

Nos poucos meses de campanha que teve à disposição, a Frente Ampla concentrou todos os esforços possíveis em seus atos públicos – comuns ou setoriais – e na implantação e desenvolvimento dos *Comitês de Base*, os quais se converteram em um verdadeiro movimento político ao longo daquele ano. O exíguo tempo disponível, basicamente de março a novembro, limitava o que era entendido na época como uma *gigantesca tarefa*: mobilizar o eleitorado não só em torno de um novo projeto, mas também de um ator desafiante e até então desconhecido[114]. Em um artigo, Oscar Bruschera avaliava:

> […] La relativa cercanía entre la formación del Frente y la instancia electoral, se transformó en un obstáculo; estamos seguros de que después de noviembre el proceso en marcha, escalará nuevos peldaños, superará nuevas vallas, incrementará su torrencial receptividad en el conjunto de la población.[115]

---

[112] OBISPO, Ruben. *Ruben Obispo*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).

[113] A dívida externa, na verdade, era mencionada brevemente nas *Bases programáticas* no capítulo de *Política internacional*. Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 90.

[114] Sin duda que es ésta una tarea gigantesca: por la grandiosidad de su objetivo, y por el escaso tiempo que resta para realizarla. […] Pero es igualmente enorme el camino que resta por recorrer. […] […] Es imperioso, en un plazo muy breve, LLEGAR A TODOS con las razones del Frente Amplio, con su programa; convencer a todos y a cada uno que no hay otra fuerza capaz de resolver el drama del país, la encrucijada tremenda que éste se encuentra. […] Para la victoria del Frente Amplio – La contribución del Frente Izquierda. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 1 jul. 1971.

[115] BRUSCHERA, Oscar. El sentido de la coalición 808 en el Frente. *Marcha*, Montevideo, p. 8, 19 nov. 1971.

Muito depois, no final da década de 80, Seregni também reputou alguns dos *erros* cometidos pela aliança à falta de tempo para preparar-se:

> […] En una campaña tan rápida como la que se hizo, sí, hubo diversos errores. Errores que tenían que ver, por sobre todas las cosas, con el lenguaje. Es un tema que hemos manejado mucho y hemos discutido mucho. El de no haber encontrado el lenguaje adecuado para comunicar nuestro discurso y de no haber superado la tremenda presión de los adversarios, que buscaba igualar a nuestro Frente Amplio con la violencia, que igualaban nuestros conceptos de cambios y de revolución con la cosa traumática. […][116]

É verdade que os partidos majoritários não tiveram mais tempo que a coalizão para se organizar ante as eleições, mas há que se levar em conta que blancos e colorados já possuíam um aparato construído ao longo de muitos anos, com jornais de grande circulação, sedes espalhadas em todo o Uruguai, além dos tradicionais *clubes políticos*, eficazes mecanismos de recrutamento eleitoral e manutenção de clientelas[117].

Carecendo de um órgão porta-voz oficial, a FA veiculou sua propaganda escrita nos vários periódicos de seus membros; dentre esses, destacavam-se o diário *El Popular*, do Partido Comunista e *Marcha*, que apesar de semanal possuía grande alcance. A Democracia-Cristã e o socialismo obviamente colocaram à disposição *Ahora* e *El Oriental*, publicações aguerridas, porém, comparativamente mais modestas.

Por não ser partidário, e em teoria representar os setores independentes, *Marcha* abria espaço para que os diversos grupos da Frente Ampla, sem exceção, fizessem conhecer suas listas e candidatos. Uma consulta às páginas do semanário pouco antes da eleição mostra como dividiam espaço as chamadas de todos os sublemas[118], mesmo aqueles que dispunham de recursos próprios. Do mesmo modo, as lideranças que já não contavam com veículos de imprensa por haver cindido com os grandes partidos, encontravam ali a oportunidade de se posicionar e expor suas idéias.

---

[116] BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *Seregni*. op. cit., p. 85.

[117] Retomarei o tema dos clubes políticos mais adiante. O trabalho pioneiro sobre o assunto foi publicado por Germán Rama no princípio dos anos 70: RAMA, Germán. *El club político*. Montevideo: Arca, 1971.

[118] Frente Izquierda – Movimiento Popular y Progresista – Movimiento Obrero. *Marcha*, Montevideo, p. 9, 12 nov. 1971; Con la 808 pasa al frente el Uruguay. *Marcha*, Montevideo, p. 12, 19 nov. 1971; Patria Grande. *Marcha*, Montevideo, p. 6, 26 nov. 1971.

Também se fez uso de panfletos e volantes, às vezes da FA como conjunto ou de seus sublemas separadamente. Distribuíram-se vários dos discursos de Liber Seregni que eram impressos em forma de livretos nas cores da bandeira artiguista:

Figura 3. Frente Ampla. Folheto, 1971. Fondo Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra. Caja 4. 1.

Em 26 de março, data do primeiro comício da FA, rodou-se um documentário sobre o evento, que pela estimativa de seus realizadores havia sido o *maior ato* da história política do país[119]. Dirigido por Ferrucio Musitelli, *Orientales al Frente*[120] captava as cenas da multidão aglomerada na esplanada da Prefeitura de Montevidéu, assim como dos oradores que falaram naquela noite.

> Un documental uruguayo está concitando la atención y el aplauso populares, apasionando a los uruguayos en todas sus exhibiciones. Lo hace con toda la grandeza del tema que trata y también por los alcances que su formulación expresiva adopta en términos de elocuencia de imágenes. […][121]

Ao refletirmos sobre a diversidade de meios que se utilizaram para chegar ao eleitor e também a respeito da própria natureza constitutiva da Frente Ampla,

---

[119] **El de viernes ha sido el acto más grande de la historia política del país**. Desde el punto de vista electoral, el Frente Amplio INICIA su campaña con un mitin que es muchas veces superior a los más grandes actos FINALES electorales de candidatos que, en su momento, aparecieron ante grandes masas confundidas, como verdaderas soluciones para la República. La correntada. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 28 mar. 1971. (Grifo meu)

[120] Musitelli já havia produzido e trabalhado em outros filmes/documentários antes de *Orientales al Frente*. Foi sua, inclusive, a fotografia de *Líber Arce, Liberarse*, que registrou o cortejo fúnebre de Líber Arce, primeiro estudante morte em confronto com a polícia em agosto de 1968. *Historia del cine uruguayo*. Disponível em: <http://www.uruguayosporelmundo.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=44>. Acesso em: 17 set. 2010.

[121] Excelente documental del F.A. *El Oriental*, Montevideo, p. 11, 3 jun. 1971.

podemos questionar: é possível estipular onde residia ou qual era efetivamente o discurso político da organização? Ou ainda, havia apenas um discurso?

No fundo, ao estrear politicamente, a nova força definiu-se em diferentes espaços e ocasiões: nos seus documentos fundacionais; nas falas de Seregni durante os atos; nas intervenções de seus integrantes através da imprensa, enfim. Como venho demonstrando, não havia uma observância rígida do que podia ou não ser dito, e ocorria que os anseios desse ou daquele setor acabavam, às vezes, destoando do conjunto.

Ao se reportar à Frente Ampla, os inúmeros partícipes tendiam a destacar seu quinhão para que a unidade oposicionista existisse e triunfasse, conquanto não se note nenhum tipo de menosprezo de uns em relação aos outros. É o que se verifica, por exemplo, nos editoriais *Para la victoria del Frente Amplio – La contribución del Frente Izquierda*[122] e *El aporte de la coalición 1001 a la victoria del F.A.*[123], ambos de *El Popular*. Nesse último, o vinculo entre a atuação da FIdeL e o surgimento da FA é descrito pelo editorialista quase que nos termos de uma paternidade política, mesmo que tivessem participado *outras forças* no processo.

> En la coalición participa el Frente Izquierda, que tiene una gran raigambre unitaria, ya que nació en 1962, en la cresta de un gran movimiento por la unidad de izquierda sin exclusiones, habiendo enarbolado siempre la bandera de la unidad, **por lo cual resulta natural y lógico que el Frente Izquierda estuviera desde la primera hora en el Frente Amplio, ayudando a su nacimiento junto a otras fuerzas políticas**.[124] (Grifo meu)

O Partido Socialista, também em um editorial, sublinhava a presença e o sacrifício de seus quadros em favor do *movimento unitário*, posto que "[…] Allí en el seno del pueblo, donde éste libra su combate liberador están los militantes de nuestro Partido, aportando su esfuerzo abnegado orientado por las ideas guías de la clase obrera, las del Marxismo-Leninismo."[125] Nesse caso, porém, a coalizão era vista mais como o resultado do amadurecimento e avanço das forças populares que de uma intervenção direta e específica do socialismo; uma postura, digamos, bem menos ambiciosa: "[…] El enorme desarrollo de las bases sociales del movimiento

[122] Para la victoria del Frente Amplio – La contribución del Frente Izquierda. op. cit.
[123] El aporte de la coalición 1001 a la victoria del F.A. *El Popular*, Montevideo, p. 6, 1 nov. 1971.
[124] Ibidem.
[125] Hoy, gran acto de masas. Al Frente Amplio con el socialismo. *El Oriental*, p. 3, 9 jul. 1971.

antioligárquico y antimperialista que es el Frente Amplio, se trasunta en el fortalecimiento y desarrollo de todas las organizaciones que lo integran. […]"[126]

O Partido Democrata Cristão, a exemplo da FIdeL e do comunismo, demonstrava bastante pretensão ao tratar da gênese da Frente Ampla. Em um panfleto assinado por Juan Pablo Terra intitulado *Por que impulsamos el Frente*[127], afirmava-se categoricamente que "La formación del Frente tenía que contar con nosotros"[128]. Em outro trecho:

> Se nos pregunta a menudo porqué el Partido Demócrata Cristiano adhirió al FRENTE AMPLIO. **Más exacto sería preguntar por qué propuso su formación y luchó tres años por el acercamiento de los sectores progresistas que lo integran; por qué contribuyó con tanta convicción a su constitución**.[129] (Grifo meu)

O comprometimento do PDC para com a unidade, de acordo com Terra, fora precipitado pela necessidade de empreender *mudanças de fundo* e a constatação de que não havia no Uruguai uma força capaz de realizá-las àquela altura; portanto, "Si esto es así, los propios principios demócratas cristianos exigían al Partido que cumpliera esta tarea. […]"[130].

Sintetizando, enquanto Liber Seregni referia-se à Frente Ampla sempre de uma perspectiva supra-setorial e apartidária: "[...] El Frente Amplio nasce del pueblo y se nutre con el pueblo […]"[131], seus integrantes o faziam de modo a autovalorizar seu próprio papel naquela empresa. Mesmo um independente como Bruschera, escreveu para *Marcha El sentido de la coalición 808 en el Frente*[132], indicando que não apenas os partidos reclamavam-se importantes para a aliança.

Poderíamos imaginar, em princípio, que para os efeitos de uma campanha eleitoral fosse mais lógico e vantajoso um discurso uniforme – o que parece não ter prevalecido –; entretanto, é mister lembrar que além da conquista de novas

---

[126] Ibidem.
[127] Por que impulsamos el Frente. [1971]. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Donación Carlos Zubillaga, Caja 2.
[128] Ibidem.
[129] Ibidem.
[130] Ibidem.
[131] Discurso del ya presidente del Frente Amplio y candidato a la Presidencia por esa fuerza política, Liber Seregni, pronunciado el 26 de marzo de 1971 en la explanada de la Intendencia de Montevideo. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971*. op., cit. p. 53.
[132] Note-se que o articulista sairia candidato a deputado pelo *Grupo de Independientes Grito de Asencio*, que junto à Lista 808 integrava a Frente del Pueblo. BRUSCHERA, Oscar. El sentido de la coalición 808 en el Frente. op. cit.

adesões, era preciso manter o eleitorado que individualmente os membros da FA já haviam conquistado em eleições anteriores.

Tratava-se de um difícil proselitismo: do ponto de vista das várias siglas urgia convencer sua militância e votantes de que o ingresso na coalizão não significava perder a identidade ou qualquer tipo de subordinação: "[...] En esta lucha frentista el P.D.C. no desaparece, ni renuncia a sus convicciones, sino que se afirma y crece como fuerza demócrata cristiana, y realiza lo que sus propias ideas exigen."[133] Por outro lado, cabia aos candidatos à presidência e vice-presidência, homens sem partido, uma convocatória mais abrangente, dirigida ao conjunto da população, sobretudo aos que se definiam como independentes ou antigos votantes blancos e colorados.

Muitas vezes durante a campanha a interpelação dos eleitores não se deu pelos meios tradicionais, isto é, por sua definição partidária, sendo utilizadas abordagens cujas categorias não eram necessariamente políticas. Nesse sentido, Juan José Crottogini falava em um discurso de rádio *A la mujer oriental en la hora de la patria*[134], logo transformado em panfleto especialmente elaborado para esse público. Tratada como um *poderoso instrumento de mudança*, o texto não se referia à mulher apenas na condição de mãe, mas chamava a atenção quanto à responsabilidade feminina sobre outros assuntos.

> [...] Herederas del estoicismo, hace ya varias décadas, […] se destacan las primeras feministas, políticas, profesionales, docentes, literatas, etc., en la corriente más avanzada del pensamiento uruguayo. Intelecto, sí, pero sin olvidar la humilde que crece con la industrialización, la campesina de todos los tiempos, la funcionaria que equipara sus derechos y responsabilidades con los del hombre.[135]

Da mesma forma, alguns dos partidos e sublemas da FA segmentaram sua propaganda, quer dizer, o PCU não se dirigiu só aos comunistas ou ao proletariado. A Lista 1001, por exemplo, também procurou atingir a *mulher*[136] e o *jovem*[137], bem

---

[133] Por que impulsamos el Frente. [1971]. op. cit.
[134] CROTTOGINI, Juan José. A la mujer oriental en la hora de la patria. 5 ago. 1971. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.
[135] Ibidem.
[136] Lista 1001. Mujer uruguaya. [1971]. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.
[137] Lista 1001. Soy un joven. [1971]. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.

como o *Comitê de Professores* da FIdeL, em uma *Carta aos pais*[138], defendia a Frente Ampla da contrapropaganda que se intensificava: “Para atacarnos hacen afirmaciones tan falsas y ridículas como la de que se triunfa en Frente Amplio, a Ud. le sacarán sus hijos y se los mandarán a Cuba o a Rusia. […]”[139]

Figura 4. Lista 1001. Mujer uruguaya. [1971]. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4; Figura 5. Lista 1001. Soy un joven. [1971]. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.

Ao optar por uma propaganda nesses moldes, ou seja, voltada para grupos específicos, tentava-se apresentar as propostas da organização da maneira mais clara possível, indicando seus projetos para cada setor social. Em esforço semelhante, Seregni falou a aposentados e pensionistas, bem como a trabalhadores dos meios de comunicação; o candidato à presidência se reuniu ainda com produtores rurais para discutir os problemas específicos do campo.

A campanha da Frente Ampla, iniciada com o ato público de 26 de março em Montevidéu, encontrou muitos obstáculos em seu caminho. Para levar as propostas da nova força para todo o Uruguai, os dirigentes planejaram as *Caravanas da Esperança* e da *Vitória*, realizando encontros e comícios com os principais

[138] FIdeL. Carta a los padres. [1971]. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.
[139] Ibidem.

candidatos da coalizão nos departamentos do interior[140]. Além da resistência de um eleitorado de perfil menos urbano e fortemente ligado aos partidos majoritários, o que naturalmente trazia dificuldades, houve também inúmeros episódios de violência durante essas viagens, incluindo um ataque frustrado contra a vida de Seregni na cidade de Rocha.

> […] Un hombre intentó asesinar al General Liber Seregni lanzándole una puñalada al pecho cuando junto a otros dirigentes y candidatos del Frente Amplio se aprestaba a intervenir en el acto que se realizó en la plaza central de esta ciudad. La intervención rápida de otros compañeros desvió la puñalada lográndose reducir al sujeto, que fue derribado. El futuro presidente de los Orientales recibió un leve rasguño en el pecho.[141]

Em alguns lugares, as demonstrações de animosidade vinham de todas as partes: da população receosa com um discurso em grande medida desconhecido, de grupos de extrema direita e até da própria polícia, que dificultava abertamente a propaganda da FA. No princípio de novembro, *El Popular* denunciava que em Paysandú "[...] es directamente la policía uniformada, la que despega propaganda mural frentista mientras permite la de otros lemas […]"[142]. Contudo, a oposição mais radical à Frente Ampla veio da *Juventud Uruguaya de Pie*, que através de ações difamatórias e operativos paramilitares perseguiu tenazmente tudo e todos quantos fossem da aliança[143]. Em um volante da JUP:

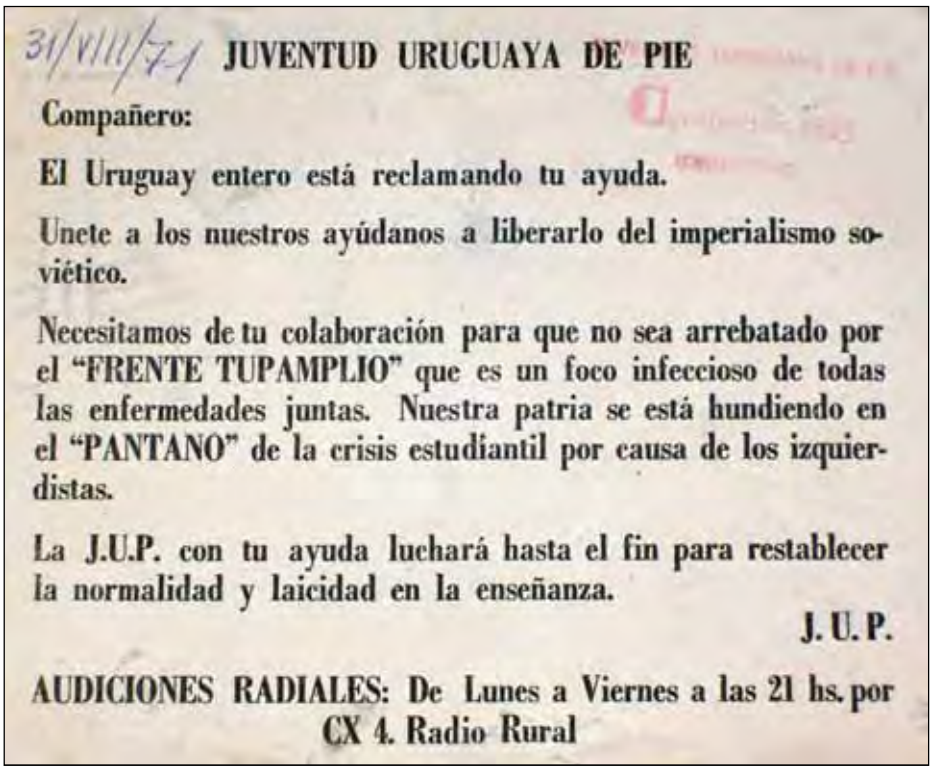
---

[140] BAYLEY AGUIRRE, Miguel. *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971.* op. cit., p. 60-63; BLIXEN, Samuel. *Seregni. La mañana siguiente*. op. cit., p. 69-70.

[141] Fue frustrado intento criminal contra el Gral. Liber Seregni. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 8 nov. 1971.

[142] No nos moverán. *El Popular*, Montevideo, p. 8, 4 nov. 1971.

[143] La Juventud Uruguaya de Pie se ha anticipado en la ruta de la Caravana de la Esperanza organizando provocaciones y agresiones en cada punto; y los grupos paramilitares han desplegado el terrorismo sembrando bombas en Montevideo. […] BLIXEN, Samuel. *Seregni.* La mañana siguiente. op. cit., p. 70.



31/VIII/71 JUVENTUD URUGUAYA DE PIE

Compañero:

El Uruguay entero está reclamando tu ayuda.

Unete a los nuestros ayúdanos a liberarlo del imperialismo soviético.

Necesitamos de tu colaboración para que no sea arrebatado por el "FRENTE TUPAMPLIO" que es un foco infeccioso de todas las enfermedades juntas. Nuestra patria se está hundiendo en el "PANTANO" de la crisis estudiantil por causa de los izquierdistas.

La J.U.P. con tu ayuda luchará hasta el fin para restablecer la normalidad y laicidad en la enseñanza.

J. U. P.

AUDICIONES RADIALES: De Lunes a Viernes a las 21 hs. por CX 4. Radio Rural

Figura 6. Juventud Uruguaya de Pie. 31 ago. 1971. A.P.P. / FHCE. Volante, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.

O artifício da organização, como está claro, era associar a imagem da Frente Ampla aos Tupamaros, estigmatizando-a e criando um clima de medo na cidadania. Fora da capital e seus arredores, áreas nas quais historicamente as esquerdas estiveram presentes, descortinava-se um Uruguai mais conservador, e por isso mesmo a convocatória tornava-se, em muitos casos, quase impraticável. Ao sair da cidade de Lascano, também no departamento de Rocha, a *caravana* foi apedrejada resultando em vários feridos[144]. Nas palavras de um militante que presenciou o incidente:

> – El Frente Amplio es un fenómeno nuevo en el interior. Hay un componente de inercia muy importante en una sociedad como la de Lascano, muy tradicional, muy cerrada, que opera como un dique a las cosas nuevas y "de afuera", y esa resistencia espontánea la aprovecha y la alimenta la reacción. […][145]

Superando dificuldades que já se esperavam, e às voltas com outras sequer imaginadas, a Frente Ampla cumpriu com todo o cronograma de campanha. Observando-o, aliás, vemos que os dias escolhidos para algumas das maiores concentrações coincidiam com datas cívicas relevantes; um recurso à história nacional que foi constantemente utilizado pela coalizão. Adiante, passaremos a isso.

[144] Rocha: la tempestad y el cambio. *Marcha*, Montevideo, p. 16, 12 nov. 1971.
[145] WAINER, José. Lascano: los diques de la reacción. *Marcha*, Montevideo, p. 22, 12 nov. 1971.

4.1. Artigas e o artiguismo no discurso eleitoral da Frente Ampla

A ruidosa estréia da FA no campo político uruguaio e o importante número de adesões eleitorais por ela recebido podem ser em parte explicados pelo alcance de seu discurso. A estratégia adotada levou em conta a complexidade do eleitorado ao qual se pretendia falar e a *Declaração constitutiva* da coalizão, ao menos no plano discursivo, deixava clara essa heterogeneidade, pois a nova força,

> […] por su esencia y por su origen, por tener al pueblo como protagonista, ha permitido agrupar fraternalmente a colorados y blancos, a demócrata cristianos y marxistas, a hombres y mujeres de ideologías, concepciones religiosas y filosofías diferentes, a trabajadores, estudiantes, docentes, sacerdotes y pastores, pequeños y medianos productores, industriales y comerciantes, civiles y militares, intelectuales y artistas, en una palabra, a todos los representantes del trabajo y de la cultura, a los legítimos voceros de la entraña misma de la nacionalidad. [...][146]

É curioso como, segundo o documento, temos a impressão de que ninguém está de fora da aliança e todos os uruguaios se encontram nela representados: *colorado*s e *blancos*, *democrata-cristãos* e *marxistas*, assim como *trabalhadores*, *estudantes*, *industriais*, *comerciantes* etc.; a *unidade* se *gestou* na *luta do povo*. O termo *povo,* é claro, categoria muito mais política que sociológica, refere-se a uma maioria de difícil definição ou aos que não são da minoria, da *oligarquia*. Destarte, podemos nos perguntar se nos discursos da Frente Ampla a palavra *povo* é apenas um conceito sem contornos ou se remete a algo mais concreto e melhor delimitado.

Na *Declaração constitutiva* lemos que *correntes progressistas* convergiram para formar o grupo. Contudo, segmentos sócio-políticos muito diferentes concorreram para tanto, inclusive de *concepções religiosas* e *filosofias diferentes*. Assim, o teor do significante povo, apontado no documento como *protagonista* da *união*, não é dado por sua origem social ou partidária, mas por sua posição no espectro político; isto é, o *povo* para o qual a FA se dirige é fundamentalmente *progressista*, estando daí excluídos os extratos conservadores, os quais então não seriam *porta-vozes legítimos* da *nacionalidade*.

[146] Declaración constitutiva. In: AGUIRRE BAYLEY, M. op. cit., p. 86-87.

> [...] el Frente Amplio establece una línea divisoria entre quienes quieren mantener un régimen caduco, antipopular y opresor, y aquellos que desean los cambios que el país exige. Porque de un lado está la oligarquía blanca y colorada y, del otro, el pueblo blanco, colorado, democristiano, comunista, socialista, independiente. Ésta es la verdad y ésta es la definición de la hora.[147]

Mas como falar para segmentos político-sociais tão díspares entre si? Como tecer um discurso que contemplasse essas diferenças? Para empregar um conceito de Pierre Ansart (1978, p. 160), seria possível pensar em um *significante político*[148] que pudesse ser compartilhado, ou melhor, aceito tanto por colorados quando por blancos, ou mesmo por marxistas e democrata-cristãos? Inevitavelmente haveria que se recorrer ao *imaginário social*[149] para encontrar esse *significante.*

A busca levou à figura de Artigas, mito e construção política que, como veremos, transcendia às diferenças político-partidárias. Para Luis Costa Bonino, a importância desse personagem "[…] radicaría menos en sus ideas federales que en la circunstancia de ser una figura ajena a la dualidad blanca-colorada, y por lo tanto, la única referencia "nacional" posible. […]" (COSTA BONINO, 1991, p. 20-21)

Contraditoriamente, apesar de ter sido sagrado como o *fundador da nacionalidade* uruguaia, o projeto político de Artigas era, antes de tudo, federalista, de maneira que o caudilho não reivindicava a soberania da Banda Oriental como nação[150]. É óbvio que sua escolha como figura pátria foi realizada a partir *de* cima, da intervenção do Estado, mas a consolidação do imaginário e memória nacionais é

---

[147] Discurso de Seregni en Paysandú. 9 mai. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 87.

[148] **A realização do princípio de liberdade de expressão acarreta o aparecimento, numa mesma sociedade, de vários sistemas de significantes políticos, ou, em outras palavras, de várias "razões"**. O regime pluralista gera esta situação muito particular de permanente contradição entre as razões e, simultaneamente, de permanente empreendimento de persuasões conflituais. Situa a produção e o consumo dos bens simbólicos no âmbito de um mercado onde os produtores se esforçarão por ampliar o público, por maximizar os seus ganhos em público, enquanto novos concorrentes não deixarão de surgir e manter a intensidade cotidiana da concorrência. [...] (ANSART, 1978, p. 160, grifo meu)

[149] [...] Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se vêm ligados em numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social. [...] (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 229)

[150] Entre 1811 y 1820 Artigas fue el jefe indiscutido de la provincia oriental, con una importante influencia sobre otras provincias del litoral y centro argentino. Su proyecto, tenazmente defendido, fue la integración federal de las provincias que formaban lo que había sido el antiguo virreinato del Río de la Plata. **La única idea de nación concebida por Artigas era la Rioplatense, la referida a las Provincias Unidas del Río de la Plata**. En este sentido la suerte de canonización histórica recibida en la década del 80 a título de "Fundador de la nacionalidad uruguaya" es una de las cacofonías que muestran las enormes dificultades que ha presentado la solución del "problema nacional" para los uruguayos. (COSTA BONINO, 1991, p. 21, grifo meu)

fruto também da "[…] experiencia social del pasado, de la historia oficial, de las versiones elaboradas por la academia, de las transmitidas por la familia, de las defendidas por los partidos políticos, corporaciones y grupos de interés. […]" (COSSE; MARKARIAN, 1994, p. 9)

Por múltiplos caminhos, Artigas se tornou uma unanimidade ante a população, embora tenha que se dizer que o prócer não é uma figura monolítica, tendo sido apropriado de diferentes formas ao longo do tempo. A despeito dos "vários" Artigas que podemos encontrar na história do país, sua epopéia continua insubstituível como símbolo nacional; é o que apontam Isabela Cosse e Vania Markarian em pesquisa do início dos anos 90.

Nessa investigação, as autoras incluíram inúmeros questionários[151] que, submetidos à cidadania, nos revelam a importância do legado artiguista. Perguntados sobre qual personagem da história nacional mais lhes causava admiração, 63% dos entrevistados responderam que era Artigas (1994, p. 58). Para se ter uma idéia, José Batlle y Ordóñez, considerado uma das mais importantes figuras políticas do país no séc. XX, recebeu apenas 5% das preferências.

Ao se considerar as clivagens partidárias, entre os que se declararam eleitores do Partido Colorado, 64% escolheram Artigas como o personagem histórico mais admirado, enquanto para os votantes do Partido Nacional o caudilho foi apontado por 53% dos entrevistados. Para aqueles que se identificaram como frenteamplistas Artigas recebeu 71% das indicações, deixando patente a importância de seu vulto no universo simbólico da Frente Ampla. É evidente que não há aqui uma relação puramente causal, isto é, ser eleitor da coalizão não implica em considerar Artigas um herói; não obstante, como teremos a oportunidade de ver, desde a fundação da FA suas lideranças investiram reiteradamente naquela imagem, reivindicando a todo instante sua herança histórica e política.

Dentre os elementos constitutivos de uma cultura política, existem aqueles que se localizam em uma área compartilhada. Isso significa que mesmo estando em pontos diferentes do campo político, inclusive opostos, os agentes em disputa podem reconhecer e reivindicar como legítimos certos símbolos, idéias, mitos, enfim; podem concorrer por determinados elementos que são comuns a todos ou à maioria.

[151] A pesquisa foi elaborada segundo as técnicas dos estudos de opinião, e as entrevistas foram realizadas durante o mês de agosto de 1993, sendo consultadas 281 pessoas com idade entre 18 e 65 anos, com educação primária completa e domicílio na cidade de Montevidéu.

Ao se referir a Artigas, José Rilla fala de uma *zona de concórdia* que ao longo de décadas foi *trabalhosamente construída* pelos partidos: "[...] Durante mucho tiempo Artigas operó como última valla del conflicto político, como frontera del principio y el final de la nación: ninguna lealtad ha de ser más importante o superior a ella. (RILLA, 2008, p. 226)

No discurso eleitoral da Frente Ampla, percebido sobretudo nas falas de Líber Seregni, existe uma clara admiração e respeito pela memória artiguista, o que não constitui, é claro, nenhum fato excepcional, sendo ele um oficial do Exército que ainda adolescente ingressara da Escola Militar. (BLIXEN, 1997, p. 10-11) Acredito que Seregni, de acordo com sua formação e trajetória nas Forças Armadas, foi instruído sob uma rígida cultura cívica e por isso devotava enorme apreço aos ícones nacionais.

Em agosto de 1955, portanto muito antes de se envolver com a política partidária uruguaia, o ainda Tenente Coronel Liber Seregni se encarregou de elaborar o discurso das Forças Armadas em comemoração à declaração de independência. Em algumas passagens de sua fala, na qual faz uma recapitulação histórica do processo de libertação do país, observamos a deferência do militar ao que ele mesmo denomina como *altar da pátria*[152].

No ensejo, após enaltecer aqueles que souberam *forjar* a *liberdade*, dizia: "Son las ideas de Artigas, el Precursor, que dejaron en surco fértil las simientes de la libertad que dinamizó su vida y que retomados ahora por sus capitanes, crecen en la gloriosa hazaña de la Cruzada y fructifican en la Asamblea de la Florida."[153] Mais adiante: "[...] Es el espíritu del **conductor genial**, el Pensamiento del **Precursor iluminado**, que asoma – eterno – en los actos de sus hijos. […]"[154]

Voltando a 1971, é possível que a importância de Artigas para o discurso eleitoral da FA se deva em parte à grande estima que Seregni lhe devotava. Talvez um postulante civil – que por certo também admiraria o personagem – não procedesse exatamente como o general, de forma que o peso de sua formação

[152] Me ha tocado a mi traer la representación de las Fuerzas Armadas de la República, que hoy como ayer y como siempre, ofrendan sus armas y su fuerza en este verdadero **altar de la patria**, por aquellos ilustres varones que supieron forjar nuestra libertad […]. Discurso del Teniente Coronel Liber Seregni durante la conmemoración del 25 de agosto de 1955. 25 ago. 1955. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 29. (Grifo meu)
[153] Ibidem.
[154] Ibidem., p. 30. (Grifo meu)

castrense não pode ser minimizado[155]. Por outro lado, antes da criação da Frente Ampla, alguns de seus futuros membros há muito já cultuavam o ideário artiguista ou o tinham como referência, o que sem dúvida contribuiu para reforçar esse traço da aliança; dito de outra maneira, a nova força não adotou a bandeira de Artigas devido apenas às preferências de seu candidato presidencial.

El Popular, por exemplo, publicava em meados dos anos 60 os artigos *Arismendi: "El F.I.DEL. es el eslabón entre Artigas y su pueblo"*[156] e *El F.I. de L. continúa la causa de Artigas*[157]. Outra matéria, essa de 1969, tinha por título *La sagrada presencia de las ideas de Artigas*[158]; um tanto inusitada em um jornal comunista, a expressão *sagrada presença* é um indício do quão importante era esse personagem histórico para todo o campo político.

Também o MLN, representado junto à Frente Ampla pelo Movimiento 26 de Marzo, tinha em Artigas uma de suas referências[159]. Em vários episódios a guerrilha deixou clara essa inspiração, como na tomada da cidade de Pando, cujo manifesto proclamava: "Sólo hay dos caminos: amansarse y tolerar o sublevarse y resistir. Nosotros predicamos y ejecutamos ese segundo camino, fieles a Artigas y los Tupamaros que en el pasado pelearon hasta el fin."[160]

Continuando, é preciso questionar qual foi o Artigas reivindicado pela FA no contexto de sua primeira campanha. Por repetidas vezes, seu candidato apontou o

---

[155] O civismo de Liber Seregni, é claro, ia além de sua admiração por Artigas, abrangendo toda a história nacional e suas datas comemorativas. Em duas de suas falas rendia homenagem a acontecimentos históricos:
Hoy, 18 de Julio, el país recuerda la primera Constitución que lo ha regido, la de 1830. En rigor, rememoramos el acto por el cual se constituyó la sociedad uruguaya, pues no hay sociedad que no esté regulada, sujeta a reglas básicas de convivencia. Esto es lo más relevante del aniversario. Discurso de Seregni en Montevideo el 18 de julio de 1971. 18 jul. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 163.
Hoy nos reunimos para recordar la Declaración de la Independencia de la Florida, realizada por nuestra primera Asamblea Legislativa hace ya 146 años. […] Discurso de Seregni en el Palacio Peñarol, el 25 de agosto de 1971. 25 ago.1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 171.

[156] Arismendi: "El F.I.DEL. es el eslabón entre Artigas y su pueblo". *El Popular*, Montevideo, p. 1, 23 set. 1966.

[157] El F.I. de L. continúa la causa de Artigas. *El Popular*, Montevideo, p. 16, 28 set. 1966.

[158] La sagrada presencia de las ideas de Artigas. op. cit.

[159] Outro ponto importante sobre as referências à história nacional estava no discurso *artiguista*. O MLN declarava encarnar a continuidade de suas idéias. O discurso *artiguista* permitia reforçar o sentimento de Nação numa perspectiva latino-americana e encontrar um fio de continuidade entre a ação do MLN e aquela
"revolução inconclusa". No ideário de Artigas, o MLN encontrava conteúdos democráticos radicais e de autogoverno, liberdades civis e propósitos de justiça social contemplados no seu avançado projeto agrário. Os valores que se associavam à sua figura, dignidade, valentia, ao seu humanismo, à sua capacidade militar e liderança popular, ocuparam lugar central na ideologia *tupamara*. (CABRAL, 2007, p. 162)

[160] TUPAMAROS. *Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional*. Montevideo: YOEA, 1989, p. 11.

surgimento da Frente Ampla como parte de um processo que remontava às lutas pela independência do Uruguai no séc. XIX. Assim, temos em seu discurso uma leitura da história nacional na qual a nova frente política era apresentada como a força que deveria concluir o esforço libertador de Artigas.

> [...] Somos, si, los continuadores de la gesta artiguista; sí, otra vez, como hace 160 años, nos apoyamos firmemente sobre los conceptos de lo nacional y de lo popular, sobre la base de la libertad, sobre la democracia como una forma de vida y no como una palabra sobre la soberanía del pueblo – "Mi autoridad emana de vosotros…"-, sobre el criterio de justicia social que nos legara nuestro padre Artigas: "Los más infelices serán los más privilegiados".[161]

O tom emotivo, quase profético com que *nosso pai Artigas* é invocado por Seregni, tentava sensibilizar o público tocando em uma região da memória coletiva que, compartilhada por todos, reforçava o sentido de unidade em torno do projeto frenteamplista. Em março, ao encerrar sua primeira fala como candidato, se referiu do mesmo modo ao personagem; dificilmente em outro discurso eleitoral as idéias de *pai* e *pátria* estiveram tão explicitamente associadas.

> Y antes de irnos, una invocación que nos sale del fondo del alma: Padre Artigas, aquí está otra vez tu pueblo; te invoca con emoción, y con devoción y bajo tu bandera, rodeando tu estatua, este pueblo te dice otra vez, como en la Patria Vieja, ¡padre Artigas, guíanos![162]

A reivindicação de Artigas e seu legado pode igualmente ser entendida como uma estratégia épico-narrativa e, nesse caso, também política. Tentava-se estabelecer um nexo temporal vinculando presente (Frente Ampla) e passado (Artigas), de maneira que parecessem partes de um mesmo devir histórico. Nesse ínterim, Artigas era tomado como ponto de partida e a Frente Ampla seu ápice.

No Departamento de Treinta y Tres, Seregni voltou a situar a FA como a realização desse devir, apresentado claramente ao público suas idéias a respeito do significado histórico da aliança. Conforme dizia, houve *três frentes amplas* no Uruguai: a primeira com Artigas, expressão do *sentimento nacional* surgido na luta contra a *oligarquia latifundiária*; depois, a dos *trinta e três orientais*, que ignorando suas diferenças defenderam a *patria ocupada*[163]. Apresentadas a primeira e segunda frentes, argumentava que ao longo da história republicana a população

---

[161] Discurso de Seregni a militantes del Movimiento 26 de Marzo. [1971]. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 229.
[162] Discurso de Seregni en la explanada de la Intendencia de Montevideo. 26 mar. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). Ibidem., p. 58.
[163] Discurso de Seregni en Treinta y Tres. 30 mai 1971. . In: CAETANO, Gerardo (Coord.). Ibidem., p. 107.

estivera como que impedida de se unir novamente por causa da profunda divisão entre blancos e colorados. Portanto, podemos entender que a *terceira frente*, a FA, claro, assumia um papel que era também de superação de diferenças, conciliando sob um projeto comum grupos políticos tradicionalmente opostos.

> Luego, en toda historia de la república, el pueblo uruguayo estuvo dividido entre blancos y colorados. Las divisas tuvieron un gran y decisivo papel en la configuración del país. Nadie va a desconocer su valor, sino todo lo contrario. Nosotros no somos enemigos de las divisas que son pueblo; nosotros somos enemigos de los lemas que manejan los valores de las divisas tradicionales y pretenden usarlas al servicio de la oligarquía que está arruinando al país y a su pueblo. Y como estamos y recogemos la herencia de las divisas contra los lemas, **aquí estamos los blancos y colorados, junto a los democristianos, socialistas, comunistas e independientes, uniendo las divisas en las banderas del artiguismo**, para terminar con los lemas de la oligarquía, qua ya son un cascarón vacío y en los que nadie cree. Sus divisas son historia popular, en tanto que los dos grandes lemas son manipuleo electorero. Los dos viejos lemas son, hoy, oligarquía. Los lemas no son las divisas. [164] (Grifos meus)

Esse fragmento de discurso é especialmente rico em significados políticos, a começar pelo reconhecimento da importância histórica dos partidos majoritários; nunca será demais lembrar que o próprio candidato vinha de uma família colorada e batllista. Depois, Seregni recorria àquela que era a única insígnia capaz de representar todos os segmentos desse complexo *sujeito político* chamado Frente Ampla: a bandeira do artiguismo. Não à toa, como noticiava *El* Popular, o *grandioso* comicio de 26 de março foi precedido pelo hasteamento dessa bandeira em um verdadeiro ritual cívico[165].

A própria criação da FA como um amálgama de forças é descrita por Seregni como parte da tradição artiguista, redimensionando dessa forma o sentido histórico de seu surgimento: “[...] Nunca se abrió un cauce tan ancho para la unidad popular como en estos momentos. Nunca, salvo con Artigas. También junto a él el pueblo oriental se unió, para enfrentar a la oligarquía y al imperialismo de la época.

---

[164] Ibidem., p. 107-108.

[165] [...] la ciudadanía vivirá instantes de gran emoción, procediéndose al izamiento de la bandera artiguista enarbolada por primera vez por Fernando Otorgués, valeroso soldado del prócer, el 26 de marzo de 1815, como símbolo de la Provincia Oriental independiente. El diseño de bandera enarbolada hace 156 años y que hoy tremolará nuevamente al viento, en medio del júbilo popular, era: tres bandas horizontales, de color encarnado la superior; azul, la del medio; y blanca la inferior: vale decir, distinta a la actualmente adoptada como “bandera de Artigas”. Así será el grandioso acto. *El Popular*, Montevideo, p. 2, 26 mar. 1971.

[…]”[166]; e concluía: “[...] Y hoy volvimos a lo mismo. Por eso el pueblo, por eso el Frente Amplio es el legítimo heredero de la tradición artiguista y toma sus banderas y su ideario.”[167]

A mobilização de Artigas nos discursos de Seregni se faz sob uma complexa temporalidade. O caudilho reclamado em suas falas é de fato uma projeção – em direção ao passado como também ao futuro nacional –, isto é, uma figura ideal forjada em virtude de contingências do presente: a campanha eleitoral de 1971. Em outras palavras, o Artigas que reivindica Líber Seregni tem muito mais a ver com o Uruguai dos anos 70, governado por Jorge Pacheco Areco, do que com as províncias rio-platenses de princípios do séc. XIX, contexto no qual viveu. Atrever-me-ia a dizer que no discurso político da Frente Ampla Artigas é na verdade transformado em um frenteamplista.

Ao avaliar a mobilização e a utilização de mitos no mundo da política, Raoul Girardet afirma que “[...] Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. [...]”; dentro dessa lógica, “[...] O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. [...]” (GIRARDET, 1987, p. 82)

A Frente Ampla adotou Artigas como símbolo, mas de maneira seletiva, ressignificando a imagem do herói. Ao tomá-lo para si, ao se colocar como a perpetradora de seus ideais, a FA o fazia de maneira muito peculiar, pintando-o com tintas previamente escolhidas, carregando sua imagem nas cores que convinham ao momento, às necessidades objetivas colocadas.

Tomando-se a devida cautela, é possível dizer que a tentativa de legitimar as propostas da FA sobre a herança política de Artigas, é bastante semelhante ao que fizeram as elites político-partidárias em fins do séc. XIX, pelo menos em seus propósitos centrais. Assim como para aqueles políticos era imprescindível a edificação da nacionalidade uruguaia, e por isso mobilizaram uma figura que transcendia às divisas tradicionais, para a Frente Ampla, não seria possível unir setores políticos de origens tão diversas sem recorrer a uma figura aceita por todos.

---

[166] Discurso de Seregni en la explanada de la Intendencia de Montevideo. 26 mar. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). Ibidem., p. 52-53.
[167] Ibidem.

De fato, parece contraditório que uma força que se presumia renovadora recorresse a um símbolo tão *tradicional* (COSSE; MARKARIAN, 1995, p.69), mas a apropriação de Artigas pelo discurso frenteamplista obedecia a uma estratégia maior, de conquista de espaço político. A Frente Ampla não descobre Artigas, não fala dele como algo novo, desconhecido, seu *legado* já é há décadas ensinado nas salas de aula de todo o país; o prócer da independência é um mito com vida própria. Ao mobilizar sua figura, reivindicar para si sua bandeira, os frenteamplistas pisam em um *terreno* já conformado pela cultura cívica uruguaia[168]. Sobre isso, José Rilla considera:

> […] Dicho de otro modo, el costo de *usar la historia* en beneficio de una nueva tradición política, la frenteamplista, residía en la aceptación de los códigos, periodizaciones, panteones existentes y disponibles, desde los cuales y a los cuales transferir nuevas significaciones. Más que revisar, Seregni se ofrecía como continuidad de una historia interrumpida, recolocaba las piezas en torno a un eje que tendía oposiciones retoricas funcionales a un discurso político que era a la vez rupturista y tradicional, populista y ciudadano: oligarquía-pueblo, amigo-enemigo, nacional popular-extranjero extranjerizante. […] (RILLA, 2008, p. 240)

A diferença fundamental, é que na década de 1880 Artigas foi tirado do esquecimento, precisando ser construído ou, se preferirmos, convertido em herói nacional, enquanto depois de quase um século, Seregni e a FA lançaram mão de um mito político já consolidado, sedimentado na memória nacional e aceito por todos, independentemente de suas preferências ou vinculações partidárias.

No mais, as lideranças frenteamplistas não poderiam, por motivos evidentes, alicerçar a unidade política conquistada a duras penas sobre representações isoladas de qualquer elemento da coalizão. Apenas para exemplificar, como seria possível eleger um símbolo comunista qualquer como insígnia do grupo? Necessariamente os democrata-cristãos não se sentiriam representados. E o que dizer daquela parcela de eleitores colorados e blancos que se aproximava, não sem desconfianças, das candidaturas e propostas da Frente Ampla? O fato de lidar com correntes políticas distintas, que possuíam histórias, personagens e simbologias

[168] Raoul Girardet explica os processos de construção discursiva dessa natureza da seguinte maneira: [...] em sua estrutura, em sua forma como em seu conteúdo, a mensagem a ser transmitida [ao se reivindicar um mito político] deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário. Aqueles mesmos que quisessem jogar com o imaginário se veriam obrigados, assim, a submeter-se às suas exigências. O mito existe independentemente de seus usuários eventuais; impõe-se a eles bem mais do que eles contribuem para sua elaboração. (GIRARDET, 1987, p. 51)

próprias, não deixava muitas alternativas. A unidade só era possível se fosse urdida sobre um terreno comum, uma memória já partilhada por todos os setores envolvidos; exatamente por isso Artigas foi recrutado.

Quando lidamos com o tema da memória na área de história política, estamos tratando diretamente das identidades coletivas, que no caso podem ser de um grupo, partido, nação etc. Como estou abordando o discurso da FA no período de seu surgimento, não acredito que seja possível falar em uma identidade frenteamplista já naquela conjuntura. A propósito, se havia o desejo de homogeneizar o discurso do grupo num primeiro instante, era somente no âmbito eleitoral que se pretendia fazê-lo, mas não ideologicamente. Como já afirmei anteriormente, os integrantes da Frente Ampla faziam questão de dizer que suas identidades não se diluiriam na aliança.

Com o advento da ditadura militar no Uruguai, em 1973, a Frente Ampla conheceu um longo período de proscrição e resistência na clandestinidade e após a redemocratização do país, em meados dos anos 80, cada vez mais se consolidou como uma *família política* com identidade própria[169]. Se antes, por hipótese, um eleitor se definia primeiro como democrata-cristão e depois como frenteamplista, após a abertura essa sentença aos poucos foi se invertendo; esse processo, quiçá, aconteceu à revelia dos vários setores, que talvez preferissem manter-se diferençados em face dos demais. De qualquer forma, embora em 1971 não houvesse na coalizão uma identidade propriamente dita, nesse período foram lançadas as bases que no futuro fizeram da FA um grupo mais consistente do ponto de vista identitário.

Como sabemos, o discurso é uma das formas mais usuais para a construção da identidade de um grupo, seja ele político, étnico, religioso etc. É sabido também que a identidade, individual ou coletiva, é um fenômeno contrastivo[170], de forma que

---

[169] [...] Quando o Uruguai recuperou sua democracia, a Frente Ampla recuperou seu espaço, incorporou os "desleais" (a guerrilha) e quebrou para sempre o bipartidarismo tradicional, obtendo a vitória por duas vezes consecutivas na capital do país. Atualmente é o partido que com maior propriedade pode ser chamado uma "família política": existe uma probabilidade de mais de 80% de que os filhos de pais "frentistas" também o sejam (nos partidos Nacional e Colorado essas probabilidades oscilam entre 20% e 40%). (MOREIRA, 2000, p. 31)

[170] Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. [...] (POLLACK, 1992, p. 5)

é no confronto com outras identidades que ela se constitui e também se consolida. Subjacente a todo processo de construção identitária existe um “nós”, que se diferencia e se protege dos “outros” por fronteiras nem sempre nítidas; é justamente por isso “[...] que a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. [...]” (POLLACK, 1992, p. 6) Aqui, a *negociação* com os outros assume a forma de concorrência.

Ora, se no discurso da FA a figura de Artigas serviu também para afirmar uma identidade, a saber, a dos legítimos *herdeiros* e *continuadore*s de sua obra, os líderes frenteamplistas tiveram que lidar com o seguinte problema: qual Artigas faria parte do simbolismo da coalizão? Se todos os segmentos políticos uruguaios o reivindicavam, é notório que o Artigas da FA não poderia ser o mesmo adotado pelos partidos Colorado ou Nacional.

Uma vez mais lanço mão de um conceito utilizado pro Michael Pollack, o do *trabalho de enquadramento da memória*, o qual é realizado quando determinados membros de uma coletividade, mormente os “historiadores”, *zelam* por sua história, escrevendo-a, reescrevendo-a e, sobretudo, procurando conservá-la. “[...] Por conseguinte, o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. [...]” (POLLACK, 1992, p. 6-7)

Como não são apenas os *historiadores* aqueles a *investir* na história de um grupo, essa função é também desempenhada pelos encarregados de falar em seu nome, de representá-lo. No caso da Frente Ampla era Liber Seregni quem encarnava esse papel, e como a coalizão sequer possuísse uma história pregressa, o vínculo que unia a todos era dado por aquilo que poderíamos entender como uma herança comum que fora transmitida pelo *Pai Artigas*, concebida aqui como o legado e projetos do caudilho, os quais seus presumíveis “descendentes” levariam a cabo.

Por meio de discursos e convocatórias, Seregni e a Frente Ampla promoveram o enquadramento de uma memória, e esse trabalho não se fazia apenas através das falas do candidato. Os principais atos públicos da FA eram realizados em dias estrategicamente escolhidos para que coincidissem com as principais datas da história nacional ou dos feitos de Artigas. A seleção dessas datas era usualmente explicada ao público durante os comícios, de tal modo que a audiência pudesse, sem dificuldades, relacionar passado e presente, ou seja, Artigas e Frente Ampla. Insisto que se tratava de enquadrar uma memória, de tentar

dar-lhe contornos. Esclarecer publicamente[171] a razão daquelas datas só reforçava esse objetivo.

> [...] **Tomamos la calle, y de un modo que Montevideo no tiene recuerdo igual, el 26 de marzo, aniversario de la bandera de Artigas**. Esa bandera está en la base y animando los fines del Frente Amplio. Es nuestra piedra fundamental. Y hoy hemos querido que el primer examen colectivo que nos hacemos, luego de recorrer el país a lo largo y a lo ancho, coincida con el aniversario del natalicio de Artigas [19 de junho de 1764]. Que hagamos nuestra primera recapitulación el día de la Jura de la bandera, cuando especialmente las nuevas generaciones asumen formalmente su compromiso de fidelidad patriótica.[172] (Grifos meus)

Ainda como parte desse esforço, podemos ler em outro discurso:

> […] Hoy, 19 de abril, cuando se recuerda el desembarco de los 33 Orientales, y al dar comienzo a nuestra Campaña Financiera venimos a reclamar el apoyo del pueblo para llevar adelante esta nueva Cruzada Libertadora […] **¿Por qué elegimos esta fecha para iniciar la Campaña Financiera de frente Amplio? ¿Por qué insistimos en apoyar los pasos fundamentales de nuestra marcha en fechas memorables para la conciencia colectiva nacional?** Porque nuestro frente Amplio, realidad política presente, se enraíza en nuestro pasado para recoger las energías que le proyectan hasta el porvenir.[173] (Grifos meus)

O enquadramento da memória artiguista também passava por outras estratégias, notadamente pela associação dos ideais do caudilho com os da FA, associação que também pode ser entendida como adequação. Já que as leituras de Artigas eram múltiplas, é natural que os partidos majoritários, ao rememorá-lo, dessem mais ênfase à faceta estritamente cívica do herói, ao passo que a Frente Ampla ressaltava seus projetos reformadores, de cunho social e econômico. Como já indiquei em outro momento, a Frente Ampla projetava em Artigas as demandas da sociedade uruguaia de então, como aparece claro no trecho do discurso seguinte:

171171 Em comemoração ao 25 de agosto de 1972 Seregni afirmava: En nuestra militancia frenteamplista hemos ido generando una tradición, un nuevo habito político en el país. Si ustedes reflexionan y hacen memoria, apreciarán que la mayoría de los grandes actos del Frente Amplio, casi todas sus definiciones y muchos de los jalones que han ido marcando su camino en la vida pública uruguaya, han coincidido con las grandes fechas nacionales. **Y eso no es un azar. Eso demuestra la intención más profunda y esencial del Frente Amplio. Lo hemos hecho siempre deliberadamente**, porque nos sabemos un movimiento nacional, un movimiento cuyo aliento y vocación es la soberanía nacional. […] Discurso pronunciado por Seregni en ocasión del 147º aniversario de la fecha patria de 25 de agosto, 1972. 25 ago. 1972. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. Colección Liber Seregni, Tomo II. Montevideo: Taurus, 2006, p. 179. (grifo meu)

172 Discurso de Seregni en el barrio montevideano de La Unión. 19 jun. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 146.

173 Discurso de Seregni en el teatro Galpón. 19 abr. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). Ibidem., p. 61.

> Con Artigas nació un pueblo unido. Artigas fue la primera unidad popular del Uruguay, fue el primer Frente Amplio del Uruguay, **la política interior de Artigas, con el Reglamento de Tierras y el Reglamento Aduanero, la reforma agraria y la protección a la industria nacional, tuvo como objetivo la justicia social y el desarrollo interno**. […][174] (Grifos meus)

Depois, para não deixar dúvidas quanto à natureza do pensamento artiguista, Seregni advertia: "[...] Fue la suya una visión revolucionaria de las necesidades del país. […]".[175] Não eram a reforma agrária e o desenvolvimento e proteção da indústria nacional – itens incluídos na seção *Reforma de la estructura económica y social*[176] das *Bases programáticas* – dois dos pilares do programa da Frente Ampla?

É notória a semelhança entre aquilo que Seregni arroga a Artigas como sendo sua *política interior* e as *Bases programáticas*. Nesse sentido, Artigas e suas idéias – pelo menos aquelas que lhes eram atribuídas - tanto corroboram quanto são corroborados pela coalizão; o prócer dos uruguaios legitima a FA, mas também é legitimado por ela: "Todos debemos hacer nuestra la aspiración del jefe de los orientales: "Nada haría para mí más lisonjero; nada más satisfactorio que el que se arbitrase lo conducente a restablecer con prontitud los surcos de la vida y prosperidad general". […]"[177]

As *guerras de memória* que têm Artigas como objeto também fazem parte dos discursos de Líber Seregni. O candidato chegou mesmo a acusar as elites do país de se apropriar do *herói* de maneira indevida, deturpando seu ideário: "Y también es hoy nuestro deber, nuestra obligación patriótica, denunciar ante el país cómo la minoría gobernante, cómo la oligarquía latifundista, bancaria exportadora, tergiversa el ideario de Artigas, como lo traiciona hoy, al igual que ayer. […]"[178]

Além das *elites governantes*, as *oligarquias* e os *financistas*, uma das organizações que, de acordo com Seregni, utilizava de forma oportunista os *rótulos artiguistas* era a JUP: "[...] El Frente Amplio desagravia a Artigas ante los desmanes de gente como la JUP, que quiere usarlo como escudo para convulsionar

---

[174] Discurso de Seregni en el barrio montevideano de La Unión. 19 jun. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). Ibidem., p. 148.
[175] Ibidem.
[176] Bases Programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 91.
[177] Discurso de Seregni en Paysandú, el 9 de mayo de 1971. 9 mai. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). Ibidem., p. 77.
[178] Discurso de Seregni en el barrio montevideano de La Unión. 19 jun. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 146-147.

intencionalmente, con la violencia, el clima de la enseñanza secundaria."[179] Àqueles que se apropriavam de Artigas apenas para *enterrá-lo* ou *neutralizá-lo*, Seregni opunha a Frente Ampla, *legítima* detentora da *herança de Artigas*[180]:

> Nuestra fidelidad a Artigas se expresa hoy en la constitución misma del Frente Amplio, en su movilización y en su conciencia. **El Frente Amplio es nuestro mejor homenaje a Artigas. Porque así como nosotros somos de Artigas, Artigas es nuestro**. Somos y queremos ser la renovación del artiguismo, un retomar de la mejor tradición del país, para enfrentar con nuestras mejores energías esta hora amenazadora y abrirle un futuro, el suyo, al Uruguay.[181] (Grifo meu)

Como tentei demonstrar, Artigas e o artiguismo são componentes centrais no discurso eleitoral da Frente Ampla. Não só do ponto de vista das propostas defendidas pela coalizão, como também de sua identidade que ali começava a se formar, a figura do *herói nacional* uruguaio foi constantemente mobilizada, havendo então um *enquadramento* da memória coletiva com vistas a amalgamar politicamente nova força.

Se a *identidade social* de um grupo é uma imagem que se volta ao mesmo tempo para *si* e para o *outro*, quer dizer, para a própria coletividade e simultaneamente para os elementos externos a ela (POLLACK, 1992, p. 5), a Frente Ampla, além de se afirmar a cada momento como a legítima herdeira de Artigas, teve que disputar esse legado com outros segmentos políticos uruguaios, configurando assim uma clara *guerra* pela memória coletiva nacional.

A leitura da história nacional defendida por Seregni legitimava o surgimento e atuação da Frente Ampla, pois ancorava essa experiência na história e tradição artiguistas, como se o aparecimento do frenteamplismo fosse, na verdade, o desenrolar das lutas de Artigas e seus tenentes. (CAETANO; RILLA, 1995, p. 49) Ao sustentar esse discurso, a FA se colocava como o ponto culminante de uma narrativa que englobava as lutas populares desde a formação do Estado nacional uruguaio.

4.2. Mobilização e apoio: os Comitês de Base e outras adesões

[179] Ibidem., p. 147.
[180] Ibidem.
[181] Ibidem., p. 146.

Entre sua criação em fevereiro e as eleições de novembro a Frente Ampla atuou como força partidária – ainda sem representação parlamentar oficial – e também como movimento político. A mobilização popular alcançada em poucos meses com os Comitês de Base era, sem dúvida, inédita, levados em conta os padrões de participação política no Uruguai até então.

Os Comitês de Base, já previstos pelo *Reglamento de Organización*[182], desempenharam um grande papel nos primeiros tempos da FA até o golpe militar em 1973. Funcionando como um espaço pluripartidário e de livre discussão, permitiam em um nível local, apresentar mais diretamente as propostas da coalizão aos votantes; uma etapa essencial da campanha, pois fazia chegar às bases o programa político do grupo: "É no processo de mobilização partidária que a lógica do projeto – isto é, a afirmação ideológica do partido – encontra a da organização. [...]" (SEILER, 2000, p. 135)

Embora os Comitês de Base não tivessem precedentes do ponto de vista de seu poder mobilizador, a manutenção de sedes partidárias não era algo novo no país, sendo que blancos e colorados há décadas já mantinham os *clubes políticos*[183]*.* Ocorre que a configuração e prática dos clubes era em muitos sentidos a antítese do que os comitês da Frente Ampla pretendiam ser e fazer, a começar pela composição política de seus frequentadores. Um clube do Partido Nacional, por exemplo, agrupava somente as pessoas de um bairro ou região que se declaravam eleitoras de suas listas, é claro[184]. Os Comitês de Base, em contrapartida, não eram e nem poderiam ser representantes de um único setor da coalizão, uma vez que sua função era justamente atrair o maior número de eleitores possível, não importando de que origem política fossem.

---

[182] Reglamento de organización. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 98.
[183] RAMA, Germán. *El club político*. op. cit.
[184] Quanto a isso, Rama faz a seguinte ressalva: El método de proselitismo más frecuente es el llamado "ceso", consistente en entrevistas a familias de un determinado barrio en las que incluyen preguntas sobre personas en edad de votar, posesión de credencial cívica, simpatía por partido político, etc. Si el entrevistado declara
preferencia por el partido que representa el club aunque piense en otras fracciones, se le invita a participar en los actos u otras actividades del club; **si el entrevistado declara tener otra orientación política el contacto se limita a ofrecer los servicios del club con independencia de cualquier obligación de votar por la listas que él patrocina**. Ibidem., p. 20. (Grifo meu)

A diversidade de opiniões encontrada nos comitês criava por força um ambiente de constante debate e questionamento, ao passo que nos clubes, havia um tipo de participação pouco crítica e mais direcionada para as eleições. Em seu interior, como parte do processo de integração dos membros recém chegados ao grupo, "La pobreza conceptual del mensaje político tiene su corroboración en que las principales actividades "ideológicas" de los clubes consisten en conferencias sobre el pasado histórico del partido o sobre figuras que lo dirigieron anteriormente. […]"[185] Dessa feita, o objetivo dos clubes parecia muito menos discutir política que manter fieis os eleitores de uma determinada área.

O principal meio para a formação de clientelas pelos clubes políticos era a intermediação de pedidos – sempre dos eleitores mais pobres – junto a órgãos administrativos. Criou-se dessa forma uma espécie de mercado de favores que atendia tanto os que ali vinham resolver seus problemas quanto os partidos, que assim procuravam garantir a adesão do indivíduo e de pessoas próximas a ele. Nesse mercado, cuja moeda corrente era o voto, podia-se, dependendo da influência do dirigente do clube, conseguir um emprego, agilizar um pedido de aposentadoria ou pensão, obter uma permissão para construir, etc.[186]. O acesso a serviços públicos que em condições normais poderia ser negado ou demorar, era então facilitado pelo *caudilho de bairro*[187]*,* o qual manejava habilmente esse mecanismo de distribuição de benesses. (ALDRIGHI, 2001, p. 18)

A posse do aparelho de Estado permitia aos grandes partidos, lançando mão dos clubes, interpelar os votantes até com o pagamento em dinheiro em troca de apoio. Em uma extensa reportagem de Hugo Alfaro sobre os comitês, o jornalista de *Marcha* comentava as dificuldades no trabalho dos *brigadistas*, voluntários que faziam a campanha de rua da FA; no texto:

> [...] alguien que había puesto en su casa un cartel de cierto candidato blanco (o colorado, tanto da), echó a un brigadista cuando éste lo visitó por primera vez. La segunda vez entró a discutir, la tercera aceptó material de propaganda y la cuarta confesó lo que le pagaba el caudillo por mantener el letrero; conclusión: el cartel sigue en el

[185] Ibidem., p. 24.
[186] Ibidem., p. 25.
[187] El caudillo de barrio era el punto nodal de las relaciones clientelísticas a nivel de los sectores populares urbanos. Su propia condición personal, en la que a menudo se unía la doble condición de activista político y empleado público encarna la violación de la distinción público/privado y, con ella, la separación estado/sociedad civil. (PANIZZA, 1990, p. 70)

> frente, pero quienes están de veras en el Frente son él y otros cuatro familiares. […][188]

Residia aí outra diferença entre clubes e comitês. Decerto a Frente Ampla pretendia aumentar sua inserção social com os Comitês de Base, todavia, empregando métodos diferentes daqueles; havia que desenvolver, como à época defendia Germán Rama, outro *sistema de comunicação*[189] para com o público. Tendo em vista uma maior presença da aliança nos diferentes lugares das cidades – lembrando que os comitês de bairro foram os mais comuns –, esses organismos muitas vezes extrapolaram o que poderíamos entender *stricto sensu* como proselitismo. No depoimento de Alberto Couriel:

> […] Era muy fermental, era muy fermental, y la gente tenía una gana de participar, una gana de hacer cosas. Suponéte en los Comités de Base decían ¿cómo traemos la gente del barrio acá? **Vamos a enseñarles matemática, vamos a vacunar, vamos a limpiar las calles, vamos a podar los árboles**… Eran muy creativos los Comités de base ¡no los de ahora! pero los del 71 eran muy creativos, eran fantásticos. Y no te olvida que ello era uno de los elementos centrales en la unidad en el Frente, porque ahí iban los demócrata-cristianos, los comunistas, los socialistas, los colorados, los blancos, los que originan en el Frente, se juntaban todos ahí.[190] (Grifo meu)

A novidade na experiência dos Comitês de Base, e por isso eram diferentes, foi a abordagem do eleitorado que se propuseram fazer, realizando uma convocatória cujo eixo era eminentemente político, apesar dos "serviços" que alguns deles prestavam à comunidade. Em uma fala em Montevidéu, Seregni elogiava a disposição da militância dos Comitês de Malvín, bairro da capital:

> […] Esos comités han organizado guarderías infantiles, para permitir que las madres vayan a las frecuentes asambleas que se realizan. Y se hizo algo mejor aún: los comités de Malvín, en momentos de

[188] ALFARO, Hugo. Comités de Base: los ríos profundos (II). *Marcha*, Montevideo, p. 14-15, 26 nov. 1971.

[189] Ao avaliar a *penetração política* dos clubes em parte do eleitorado, Rama questionava preocupado se a Frente Ampla conseguiria atingir esses setores: [...] Los anteriores esfuerzos sindicales y políticos de la izquierda o de los grupos renovadores de los partidos tradicionales – pienso en la creación del Fidel, en la Unión Popular, en la renovación de la Democracia Cristiana o en la modernización programática de la lista 99 de Michelini – no lograron penetrar en los sectores sociales más marginados del proceso de producción, de consumo, de política y de cultura. Hoy la situación para el Frente Amplio es totalmente diferente, pero subsiste el problema de la comunicación con esos sectores en que se nutre la fuerza electoral de los clubes. De la capacidad de extender un nuevo sistema de comunicación social y política dependerá la magnitud de la caída de estos partidos clientelísticos responsables primero del estancamiento y luego de la entrega del poder a la oligarquía. RAMA, Germán. *El club político*. op. cit., p. 35-36.

[190] COURIEL, Alberto. *Alberto Couriel*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (26 min).

> escasez, reunieron decenas de litros de leche, cuyos brigadistas ofrecieron en las casas del barrio donde habitan niños. […][191]

Em outro momento, previamente a um ato de campanha, o de 6 novembro, *Marcha* fazia um chamado de página inteira incentivando a juventude a participar de ações tais como a limpeza da cidade, o conserto de calçadas e também dialogar com os vizinhos[192]. Em suma, promoviam-se em toda parte atividades extrapolíticas, mas que no fundo eram politizadas. Passadas as eleições, Seregni disse não sem razão que "[...] Toda la actividad del Frente es por esencia una actividad política […]"[193].

A tomada dos espaços públicos, por sinal muito simbólica, visava melhorar o que era de uso comum, de maneira que a coisa publica era apropriada conjuntamente, e não de forma privada, como no caso dos favores oferecidos pelos clubes. Essa vocação dos comitês para sair às ruas pode, inclusive, ser explicada como uma estratégia de superação de suas tensões internas, como sugere um documento da *Juventud Demócrata Cristiana* do principio de 1972.

> Los comités de base permiten el encuentro de militantes con distintas ideologías o con definiciones partidarias variadas y aún aquellos que no las tienen: a su trabajo conjunto el Frente debe gran parte de su desarrollo.
> En el objetivo de crecimiento le adjudicamos un papel de primera línea. **Para ello pensamos que sus tareas prioritarias deben orientarse "hacia fuera" del comité, evitando desgastarse en un militantismo interno**.[194] (Grifo meu)

Seregni foi um ardoroso crítico dos clubes políticos, conquanto reconhecesse seu *autêntico* papel no passado. Para ele, essas organizações haviam se deturpado, *despolitizando* o povo e mantendo-o como *clientela* ao explorar suas *necessidades*. "[...] Por el contrario, el comité de base refleja una real democratización de nuestra vida política; es un lugar de participación política activa, creadora. […]"[195] Ao se referir aos Comitês de Base, o candidato os descrevia como ferramentas *ajustadas*

---

[191] Discurso de Seregni en el barrio montevideano de La Unión. 19 jun. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 153.
[192] Joven: a ganar tu futuro. *Marcha*, Montevideo, p. 9, 5 nov. 1971
[193] Resumen de una intervención de Seregni con motivo de un encuentro con los secretarios de organización de las Coordinadoras Zonales de Montevideo en mayo de 1972. Mai. 1972. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 121-122.
[194] Juventud Demócrata Cristiana. Un camino para la revolución uruguaya. Documento aprobado por el VII Congreso de la JDC. mar. 1972. A.P.P. / FHCE. Brochura, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 5.
[195] Discurso de Seregni en el barrio montevideano de La Unión. 19 jun. 1971. op. cit. 154.

às necessidades do momento e, por razões evidentes, sempre destacava o que unia os militantes, mas nunca o que os separava.

É óbvio que a afluência de gente com opiniões e origens políticas distintas a um mesmo lugar gerava atrito, e não poderia ser diferente. Como muitos desses frequentadores não eram simples votantes, mas quadros de um ou outro setor da coalizão, podemos imaginar que também houve disputas em um nível mais institucional em certos casos. Segundo Esteban Valenti:

> […] En los Comités de Base convergían dos cosas: militantes de los partidos e independientes, gente que no era nada. ¡Había mucha gente! Había muy buen clima y se discutía de todo. Y además se disputaba la hegemonía allí. Aprendíamos ese difícil equilibrio en la izquierda… Bueno, discutamos, tratemos de tomar posiciones pero no ahoguemos al Comité, no ahoguemos a la gente. Porque se pagaba muy caro, si tú usabas el aparato para quedarte con un Comité se pagaba muy caro. ¡Pero fue una disputa, tan poco fue angelical![196]

Para Wilfredo Penco, que na época integrava o MBPP, o que fazia com que os comitês se multiplicassem e trabalhassem em conjunto, apesar das eventuais divergências, era o fato de haver apenas um postulante à presidência, assim como candidatos únicos aos Executivos departamentais[197]. Se a FA tivesse lançado mais de um nome para a disputa de cada um desses cargos, o que era permitido, seguramente os Comitês de Base não seriam suprapartidários, mas se atomizariam de acordo com essas candidaturas e as alianças internas daí decorrentes.

> […] la estrategia electoral del Frente de levantar tribunas comunes para todos los candidatos, hace que los Comités de Base trabajen para el conjunto del Frente. Es decir, había escaramuzas, asperezas, diferencias, competencias internas, fundamentalmente desde el punto de vista electoral que se dan en todos los partidos, y más aun se deben dar en un espacio político con militantes de orígenes tan diversos como los que se van al Frente recién apenas constituido; pero, además de eso, la experiencia del trabajo en común ¡con los candidatos comunes! y ese también fue otro de los meritos del Frente que contribuyó a su unidad, no solo la Declaración Constitutiva y sus

[196] VALENTI, Esteban. *Esteban Valenti*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (37 min).

[197] Em opinião semelhante, escreve Stephen Gregory: In sum, the Frente's internal organization reflected what Seregni, in his recollections many years afterwards, called the Frente's 'so much discussed double character' of being both a coalition of political groups and mass movement. Its status as a unified party was symbolized in its offering of a single, unanimously agreed national election ticket for president and vice-president, as well as sing candidates for mayor in Montevideo and major provincial centres. Only in the Senate and Chamber of Deputies at the national level and for lesser positions elsewhere could the Frente's various groups put up their own preferred candidates. In this sense, despite being an alliance which bent over backwards to ensure representation of its member organizations at all levels the Frente could advertise a greater degree of unity than pertained elsewhere. (GREGORY, 2009, p. 61-62)

> Bases Programáticas sino candidatos comunes a los puestos ejecutivos […][198]

O entusiasmo nos comitês aumentava à medida que as eleições se faziam mais próximas: "[…] eran unos verdaderos ateneos de debates de hora y de horas, y salían después a la calle a pintar a pegar carteles a hacer toda la actividad política en una etapa de militancia que no volvió a repetir el Uruguay […]"[199]. Tampouco era fácil fazer campanha naqueles dias tumultuados; episódios de violência contra partidários da organização se tornavam cada vez mais comuns, o que levou o General Victor Licandro e os Coronéis Perez Rompani e Hermenegildo Irastorza, *militares da Frente Ampla*, a publicarem uma nota repudiando não somente esses atos como o descaso das autoridades diante deles[200].

Figura 7. No es chiste. Por Pancho. *Marcha*, Montevideo, p. 32, 12 nov.1971.

[198] PENCO, Wilfredo. *Wilfredo Penco*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).
[199] DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (58 min).
[200] De los militares del Frente Amplio. *Marcha*, Montevideo, p. 18,12 nov.1971.

Figura 8. No es chiste. Por Pancho. *Marcha*, Montevideo, p. 32, 19 nov.1971.

Se os militares da FA denunciavam as *provocações* de *reeleicionistas*, isto é, colorados adeptos de Pacheco Areco, houve também confrontos com integrantes do Partido Nacional. Por volta de outubro, membros de um clube que apoiava a candidatura de Wilson Ferreira Aldunate passaram a cobrir com seus próprios cartazes a publicidade afixada por brigadistas de um Comitê de Base.

> […] Al principio les tapaban sistemáticamente sus murales (lo cual, digamos, está dentro de las reglas de un juego no muy limpio); luego fueron a los choques directos (30 o 40 contra 6 o 7), robando baldes, brochas, pinturas, carteleras, murales; y finalmente salieron armados en actitud provocativa que ha llegado a la balaceras, milagrosamente incruentas. […][201]

Envolver-se nas atividades de um comitê, ao menos nos trabalhos externos de propaganda, não deixava de comportar certo risco. A grande participação de pessoas nessas organizações e sua multiplicação em um curto espaço de tempo contrastam com o crescente desprestígio dos partidos verificado no período. No primeiro congresso dos Comitês de Base da Frente Ampla, realizado em dezembro de 71[202], estiveram presentes mais de dois mil e trezentos delegados, o que dá uma idéia do alcance político desse fenômeno tanto na capital como no interior[203].

Recorrendo à clássica tipologia de Maurice Duverger para explicar os distintos *graus de participação* nos partidos políticos (DUVERGER, 1980, p. 126-127), pode-

[201] ALFARO, Hugo. Comités de Base: los ríos profundos (II). op. cit.
[202] El Congreso de los Comités de Base. *Ahora*, Montevideo, p. 3, 18 dez. 1971.
[203] No I Congresso Nacional dos Comitês de Bases participaram 2341 delegados; 1606 representando Montevidéu e 735 os departamentos do interior. BAYLEY AGUIRRE, Miguel. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971. op. cit., p. 71.

se inferir que a maioria dos que tomavam parte nos comitês da Frente Ampla eram de *simpatizantes* ou *militantes*; sendo que esses primeiros acorriam em maior número que os últimos. O simpatizante, para Duverger, é mais que um *eleitor* – de quem não se espera que *revele seu voto* – e menos que um *militante* ou um *adepto* – os quais estão *alistados* nos partidos –; portanto, a definição de seu comportamento político-eleitoral é necessariamente mais *vaga* e *complexa*[204].

Os Comitês de base constituíam, sem dúvida, uma *comunidade de simpatizantes* da FA; muito pouco *embrionária* e bastante institucionalizada, diga-se de passagem. (DUVERGER, 1980, p. 138) A peculiaridade no caso de um comitê, era que todos os que ali participavam forçosamente votariam em um só candidato à presidência, mas provavelmente não nos mesmos deputados e senadores, pois para esses postos se lhes ofereciam mais e diferentes opções.

Presume-se que nem todos esses simpatizantes, digo, os que compareciam às reuniões, assumiam tarefas externas ao comitê; apesar de ser difícil comprovar essa hipótese. É mais provável que esse tipo de serviço coubesse aos militantes, não importando a qual setor da coalizão fossem filiados. Além de arriscada, a propaganda de rua exigia um tempo livre que nem todos possuíam, e para alguns grupos da Frente Ampla, notadamente o Partido Comunista, que contava com quadros profissionalizados, era mais fácil dispor de seu pessoal para finalidades tais como essa.

A presença do militante, sujeito que se engaja completamente para servir às causas de seu partido (SEILER, 2000, p. 129; DUVERGER, 1980, p. 145), obviamente já era comum entre socialistas e comunistas. A experiência desses indivíduos, acumulada ao longo de tantas eleições, de alguma maneira foi transmitida aos Comitês de Base, propiciando aos demais um aprendizado prático sobre campanhas políticas e quem sabe quantas coisas mais.

O surgimento da Frente Ampla gerou também a adesão formal de segmentos da sociedade há muito tempo marginalizados da política partidária, como, por exemplo, os círculos intelectuais. Com a exceção de alguns nomes, com destaque

[204] [...] Um eleitor que declare seu voto não é mais um simples eleitor: começa a tornar-se um simpatizante. Por esse mesmo motivo, desencadeia, com efeito, fenômenos de contágio social: sua manifestação já traz em si em elemento de propaganda; ele o aproxima de outros simpatizantes e cria os primeiros laços de uma comunidade. Não existe uma verdadeira comunidade de eleitores, pois estes não se conhecem de modo algum, porém apenas um grupo determinado globalmente e suscetível de medidas estatísticas. Há uma comunidade de simpatizantes, muitas vezes embrionária, mas real. (DUVERGER, 1980, p. 138)

para Vivian Trías e Rodney Arismendi, reconhecidos por sua produção escrita bem como por serem dirigentes políticos, a intelectualidade uruguaia distinguia-se pela distância que mantinha em relação aos partidos, sobretudo os majoritários[205].

Durante Governo Pacheco Areco, todavia, o afastamento dos intelectuais em face dos partidos e do sistema político talvez não partisse deles próprios simplesmente. Carlos Real de Azúa refletia em 1971 sobre a presença cada vez maior na política uruguaia do que entendia ser um *modelo autoritário latino-americano* até então desconhecido. De acordo com o autor, a consolidação desse modelo vinha se refletindo de várias maneiras nos últimos anos, principalmente no sistema de ensino. A extrema marginalização da figura do intelectual era mais uma das faces desse processo.

> […] En esta cuestión, los responsables de la gestión del período han ahondado y sistematizado una marginación del intelectual que era ya toda una tradición de la política uruguaya. Pero en tal sentido, y sobre todo en sus expresiones más típicas del hombre de ciencia, el profesor y el escritor, la exclusión del intelectual de todos los cargos y funciones que reclaman específicamente su presencia y su asistencia se ha dado con un método y un rigor extremos.[206]

Pondo fim nesse verdadeiro divórcio envolvendo intelectuais e partidos, a Frente Ampla surge como um elo reconciliador entre pensamento crítico e participação política. Stephen Gregory comenta um abaixo-assinado publicado em *Marcha* dois dias antes das eleições, o qual vinha firmado por vários dos mais importantes escritores uruguaios em apoio à FA[207]. Pode-se tomar esse documento como algo *sui generis n*a história política do país, uma vez que a relação direta de

---

[205] Durante la década de 1930 los intelectuales se involucraron fuertemente en la militancia antifascista y democrática. **Sin embargo, politización no significó partidarización**. En realidad, a partir del golpe de 33 y su desenlace (el golpe de 42), lo intelectuales comenzarán a alejarse de los partidos tradicionales. Durante cerca de tres décadas, hasta que los partidos de izquierda logren comenzar a reclutarlos, predominará el intelectual independiente. […] (CAETANO, GARCÉ, 2008, p. 338, grifo meu)

[206] REAL DE AZÚA, Carlos. Política, poder y partidos en el Uruguay de hoy. In: BENVENUTO, Luis et. al. *Uruguay hoy*. op. cit. p. 162. Anos depois, em 1988, o mesmo texto de Real de Azúa foi publicado individualmente pela Facultad de Humanidades y Ciencias da UdelaR com uma alteração em seu título original, por sinal bastante datado. O novo título e referências: *Partidos, política y poder en el Uruguay.* (1971 – Coyuntura y pronóstico). Montevideo: FHC, 1988.

[207] Los escritores que subscriben, adheridos al renovador movimiento del Frente Amplio, en momentos tan decisivos para los destinos de nuestro país, exhortan fervorosamente a los intelectuales y al pueblo en general, a concurrir a los comicios del próximo 28, para sustentar las bases programáticas y las medidas inmediatas de gobierno de **nuestro Frente**, así como a proseguir, fuertemente unidos después de la elección, atentos, a las nuevas tareas que nos aguardan y firmes en el compromiso contraído con la patria. Los escritores y el frente. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 26 nov. 1971. (Grifo meu)

intelectuais com a política partidária era muito mais exceção que regra. (GREGORY, 2009, p. 30)

O abaixo-assinado, enfatiza Gregory, foi subscrito por intelectuais de diferentes gerações – conhecidos ou não tão célebres –, o que revela o apelo gerado pelo surgimento da Frente Ampla nos meios intelectualizados naquele contexto[208]. Além das diferenças geracionais entre esse pessoal, *pelo menos inicialmente* também as disparidades de pensamento foram colocadas de lado, o que propiciou um *consenso* inédito em torno da coalizão.

Por múltiplos caminhos a FA buscou atrair votantes para suas propostas, e sondagens eleitorais feitas semanas antes do pleito sugeriam que os esforços estavam atingindo esse objetivo. Entre 15 e 17 de outubro o *Instituto de Ciencias Sociales* fez uma pesquisa de opinião tomando por base as cidades de Montevidéu, Canelones, Colônia, Salto e Paysandú. Os resultados, provando que esse tipo de pesquisa não reflete mais que o instante em que são realizadas – e às vezes nem isso –, davam a dianteira para a nova força, o que aumentou a euforia da militância gerando grandes expectativas.

Como os cálculos para estimar as margens de erro nas cidades do interior não ficaram prontos a tempo, apresentou-se apenas os números referentes a Montevidéu, onde foram entrevistadas 501 pessoas. Perguntadas em que partido votariam se as eleições fossem naqueles dias responderam:

Intenção de voto por partido – Montevidéu

Partido Colorado	21%
Partido Nacional	18%
Frente Ampla	31%
Indecisos	22%
Não responderam	8%
Total	100%

[208] There follows an impressive list of 170 names which include the three best known Uruguayan novelists of the time (Mario Benedetti, Carlos Martinez Moreno and Juan Carlos Onetti), major poets such as Juan Cunha, Ida Vitale and Idea Vilariño, leading figures from the social sciences (Manuel Claps, Carlos Rama and Real de Azúa himself) and the humanities (Hugo Achugar, Angel Rama, Mercedes Rein and Jorge Ruffinelli), as well as a whole host of literary figures, some older (Mario Arregui, Francisco Espínola, Sylvia Lago and Clara Silva) who already had secure reputations in Uruguay's intellectual life, but most of them younger (such as Híber Conteris, Gley Eyherabide, Jorge Musto) who had just began to make a name for themselves during the previous decade. The gallery of signatories placed the veteran cultural historian Alberto Zum Felde (born in 1888) alongside writers born in the 1940s (Eduardo Galeano being the best known of these), and mingled intellectuals associated with the Communist Party (such as Alfredo Gravina and Ruben Yánez) with inheritors of the 'Batllista' tradition within the Colorado Party like Carlos Maggi. (GREGORY, 2009, p. 30-31)

Las perspectivas del Instituto de Ciencias Sociales. Respuesta as despotismo. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 53, septiembre 1971, p. 66.

Quando se distribuía as intenções de voto segundo a idade dos consultados, ficava claro que o apoio à Frente Ampla crescia consideravelmente entre os mais jovens, porém, era igualmente alto nas outras faixas etárias, principalmente se comparado com os que se declaravam eleitores dos partidos majoritários:

Intenção de voto por partido e faixa etária – Montevidéu

Idade	Partido Colorado	Partido Nacional	Frente Ampla	Indecisos	Não votam ou votam em branco	Não responderam
18-19	15,0	35,0	30,0	10,0	0,0	5,0
20-24	9,3	25,6	44,2	18,6	0,0	0,0
25-34	19,8	12,5	35,4	21,9	2,1	5,2
35-44	21,3	14,8	30,3	23,8	0,8	4,9
45-54	20,5	19,3	16,9	20,5	2,4	13,3
55-64	20,5	13,7	21,6	11,8	3,9	15,7
65 ou mais	23,5	13,7	21,6	11,8	3,9	15,7

Las perspectivas del Instituto de Ciencias Sociales. Respuesta as despotismo. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 53, septiembre 1971, p. 68.

A mensagem da FA recebeu de fato grande acolhida no seio juventude, mas vale lembrar que se havia gente nova apoiando a unidade oposicionista, também havia na JUP e outros grupos de extrema direita, isto é, mesmo entre aqueles que recém ingressavam na vida político-eleitoral existia uma atmosfera de polarização. Por fim, ao lado da Frente Ampla ou da JUP, outra força também conquistava corações e mentes jovens, os Tupamaros, e esses mantiveram um tipo de relacionamento com a coalizão nem sempre fácil de explicar.

5. A Frente Ampla e os Tupamaros

Cabe insistir que o *Movimiento de Liberación Nacional* – MLN declarou apoio à aliança de esquerda antes ainda de sua oficialização no início de 1971, além de decretar uma espécie de trégua armada para que as eleições acontecessem[209]. O que em princípio pode soar contraditório – um grupo guerrilheiro apoiando uma alternativa eleitoral –, me parece mais um indício da predominância dos partidos políticos no Uruguai de então. Em outras palavras, mesmo uma força que agia fora

[209] Tupamaros. *Marcha*. op. cit.

do universo partidário acabou, ainda que sem lançar candidatos, participando na órbita de um ator político concebido dentro das regras do jogo democrático.

Confrontados com a realidade, os Tupamaros trataram de não se isolar completamente em vista do fenômeno eleitoral; percebia-se que o voto, apesar da decadência do sistema, canalizava a participação quase absoluta dos uruguaios, fato que não se podia ignorar. A partir daí o Movimento 26 de Março foi o canal utilizado para manter um vínculo mais próximo com os simpatizantes da luta armada e, ao mesmo tempo, propiciar uma espécie de dupla militância, já que permitia aos membros que ainda não estavam na clandestinidade diligenciar dentro do universo da política legal[210].

O *apoio crítico* do MLN à Frente Ampla (COSTA BONINO, 1991, p. 211), substancializado no *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*, seguramente contribuiu para o aumento da mobilização popular em torno da aliança. Principalmente nos Comitês de Base, onde o grupo exerceu uma presença marcante[211], organizou-se um grande trabalho de massas (ALDRIGHI, 2001, p. 106), o que na verdade refletia muito bem as intenções de seus dirigentes, já que seu foco principal não eram as eleições[212].

Essa adesão, contudo, criava uma série de inconvenientes para a FA. A prédica oficial da coalizão, como é sabido, passava pela defesa incondicional da democracia e dos meios ordinários de acesso ao poder e o contato com os

---

[210] Segundo Eduardo Rey Tristán, embora não se possa afirmar que o MI 26 de Março era completamente dirigido pelos Tupamaros, tão pouco é possível dizer o contrário: "[...] El peso de los miembros de la dirección del <<26>>, sus propias características, y el sentido que podía tener en la estrategia tupamara hacían que fuese así. […] Las coincidencia ideológicas eran muy importantes, como si puede apreciar en los discursos de los miembros del <<26 de Marzo>> o en las posturas por ejemplo respecto al valor que se le daba a la contienda electoral como elemento de cambio. No era preciso entonces un control estricto por parte del MLN-T. Es posible que en este sentido la influencia de la organización guerrillera en el Movimiento fuese más política e ideológica que directa en lo que a estructura y dirección se refiere. (REY TRISTÁN, 2005, p. 360)

[211] El "26 de Marzo" reconoce objetivamente esa pluralidad de caminos, **pero ha escogido, y lo señala muy particularmente, el de la actividad política en los comités de base del Frente Amplio**, que si bien no se agota en lo electoral, pasa necesariamente por el meridiano del 28 de noviembre. […] El "26 de Marzo" y las elecciones. *Marcha*, Montevideo, p. 5, 5 nov. 1971. (Grifo meu)

[212] Em um folheto assinado por Mario Benedetti, um dos principais expoentes da organização, o escritor asseverava que a luta política transcendia às eleições: [...] Para el Movimiento 26 de Marzo, la contienda electoral es eso: una contienda, una batalla más de las lucha que se han librado y se van a librar; pero por supuesto no es toda la guerra, no es toda la dura guerra entre pueblo y oligarquía. Esta batalla se podrá ganar, claro que sí, pero la guerra la tenemos que ganar, estamos seguros de ganarla. Y no sólo porque la historia nos ayuda, sino porque hemos decidido ayudar a la historia, que es una forma de ayudarnos a nosotros mismos […]. Mario Benedetti: "Hemos decidido ayudar a la historia". El 12 con las bases en lucha, un acto para todo el Frente Amplio. dez. 1971. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* op. cit., p. 181.

Tupamaros, mesmo que indireto, colocava esse discurso em estado de permanente suspeição. Em entrevista a Marta Harnecker nos anos 90, disse Juan Pablo Terra:

> [...] Eso no dejó de tener problemas, porque apenas el Frente se formó, los Tupamaros y otros grupos guerrilleros, trataron de colarse en él. En las posiciones en que estaban no podían hacerlo, pero lo hicieron en forma encubierta con el Movimiento 26 de Marzo y nos trataron de enloquecer permanentemente radicalizando los movimientos, las acciones, los actos. Ese fue un terreno muy difícil donde tratamos, incluso con la colaboración muy importante del Partido Comunista, de evitar eso, pero no se logró. La verdad es que estropearon bastante la estrategia.[213]

Entendia-se que a legalidade era um valor muito caro para a cultura política uruguaia e que qualquer questionamento a esse valor durante um processo eleitoral acarretaria em uma derrota tão desastrosa quanto certa. Posteriormente, Seregni declarou a seu biógrafo que

> [...] Eran estrategias diferentes; nosotros apostábamos a las reformas estructurales a partir de la movilización popular y nos definimos desde el comienzo como una fuerza pacífica. Después, cuando el accionar de los tupamaros tuvo un cambio cualitativo, sus acciones entorpecían nuestros esfuerzos por involucrar a todos los actores en un verdadero proceso de pacificación. **En realidad, el MLN se constituyó en un serio obstáculo para el crecimiento del Frente. A cada triunfo del movimiento popular sucedía una acción violenta del MLN**. […][214] (Grifo meu)

No calor da hora, porém, o candidato se posicionava de forma que em sua fala a guerrilha aparecia como um sintoma de algo anterior, o resultado de violências sociais e da política repressiva do governo. Quando em uma entrevista Eduardo Galeano lhe perguntou se os Tupamaros podiam ser definidos como *terroristas*, respondeu:

> Los tupamaros son un movimiento revolucionario que acude a diversas formas de lucha, que incluyen las formas terroristas. Pero la palabra *terrorismo* no basta en modo alguno para definirlos. Hace ya tres años, cuando yo era jefe de la Región Militar nº 1, **sosteníamos que los tupamaros eran la expresión de un fenómeno social. Había que buscar sus raíces profundas; no se los podía combatir como a simples delincuentes**. No se entendió así. El gobierno prefirió ignorar la magnitud del fenómeno. Es el problema de la jirafa: "Esse bicho não existe", como dicen los brasileños. […][215] (Grifo meu)

---

[213] HARNECKER, Marta. *Forjando la esperanza*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1995, p. 36.
[214] BLIXEN, Samuel. op. cit., p. 71.
[215] Entrevista de Eduardo Galeano a Seregni publicada en el semanario Marcha el 17 de septiembre de 1971. 17 set.1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971*. op. cit., p. 213.

No curso da campanha, Liber Seregni se posicionou diversas vezes contra a violência política[216] e insistiu na *vocação pacificadora* da Frente Ampla, mas sua censura ao MLN era sempre atenuada, pois ao mostrar as *raízes profundas* daquele fenômeno era como se de certa forma – e com razão – o estivesse legitimando[217]. O Plenário Nacional da organização também corroborou essa perigosa ambiguidade; repudiava o *terrorismo* como *caminho* para resolver os problemas nacionais, só que em seguida afirmava:

> Porque la raíz de la violencia está en la injusticia del actual régimen, que condena a los trabajadores, a los estudiantes, a los educadores e intelectuales, a los pequeños y medianos productores y comerciantes, a los jóvenes, a las mujeres, a los jubilados y pensionistas, al pueblo todo a sufrir privaciones que llevan a la miseria […][218]

Para dificultar ainda mais a já difícil empreitada da unidade das esquerdas, na propaganda de alguns de seus adversários a FA era incluída na categoria dos *inimigos internos*, que a exemplo dos guerrilheiros do MLN devia ser combatido. Essa estratégia foi utilizada pela *Unión Nacional Reeleccionista* e pela Lista 15, ambos setores do coloradismo, e pelo grupo do Partido Nacional que apoiava a candidatura do militar conservador Mario Aguerrondo. Segundo Clara Aldrighi, os argumentos dessa *retórica* eram típicos da *tradição cultural* da extrema direita, ou seja, mostravam a sociedade como estando submetida à *forças ocultas*, *infiltrações* e *sabotagens*. (ALDRIGHI, 2001, p. 38)

---

[216] Assim como as ações da extrema esquerda não eram por ele explicadas em termos simplistas, tão pouco subestimou as razões da violência de extrema direita, buscando também compreender suas motivações: Hoy las fuerzas represivas están asentadas dentro de los mismos liceos. Su máscara visible es la JUP. Pero discrimino en ésta a los jóvenes adestrados para la violencia y el ataque físico, de los jóvenes honestos arrastrados a combatir a un enemigo fantasmagórico – el Frente Amplio –, al que, a corto plazo, tendrían que reconocer como la única vía para sus idealismos trascendentes. Discurso de Seregni en el barrio montevideano de Belvedere, el 11 de junio de 1971. 11 jun. 1971. Ibidem., p. 124.

[217] O fato de não condenar taxativamente a guerrilha acabaria gerando, após as eleições, uma polêmica entre Seregni e o Centro Militar das Forças Armadas. Essa organização, na verdade, cobraria um posicionamento do candidato extrapolando suas funções, as quais não incluíam esse tipo de diligencia. Assim, a atitude do Centro Militar parecia ser muito mais política que de ordem estritamente disciplinar. Ao inquirir Liber Seregni dizia-se:
[...] Públicamente la organización denominada "Tupamaros" manifestó su apoyo al conglomerado político que Ud. encabeza. No habiéndose Ud. expedido al respecto, salvo manifestando que tal actitud fue un hecho unilateral, **implícitamente estaría admitiendo y aceptando tal apoyo, materializado por una organización delictiva que es combatida por las fuerzas del orden y las Fuerzas Armadas**. "Una pretensión inaceptable de intromisión en mi vida política". Del Gral. Seregni al Centro Militar. *Ahora*, Montevideo, p. 2, 22 dez. 1971. (Grifo meu) Ver também: "No avalar con silencio un camino de ilegalidad". Del Gral. Licandro al Centro Militar. *Ahora*, Montevideo, p. 3, 22 dez. 1971; carta em que Victor Licandro sai em defesa do colega Seregni.

[218] Declaración del Plenario del Frente Amplio. 6 set. 1971. A.P.P. / FHCE. Volante, Fondo de Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra, Caja 4.

Hoje, nenhum dos protagonistas nega que a Frente Ampla manteve relações clandestinas com os Tupamaros, contudo, dizem que o tema gerava desentendimentos e que esses contatos se restringiam apenas a determinadas alas ou figuras da aliança. Os que pertenciam ao PDC, como Carlos Baráibar, são dos que assinalam essas diferenças internas: "[…] En aquella época escribimos un documento llamado "Frente Amplio para unir al pueblo", en el cual planteábamos la estrategia del Frente Amplio y la inviabilidad de la lucha armada en Uruguay. […][219] Do mesmo modo, para Romeo Pérez,

> […] El Frente Amplio era alternativo de la guerrilla, si bien, no todos los grupos del Frente Amplio eran consecuentes con esa definición. El Partido Comunista tenía vínculos subrepticios, clandestinos con la guerrilla, el propio Seregni los tenía, y también Zelmar Michelini, ¡no toda la 99! Michelini. Pero no el PDC, que era anti foco, anti guerrilla, no Rodríguez Camusso, a pesar que estaba aliado a los comunistas, pero era anti foco, anti tupa, y no otros dirigentes importantes de la 99 como Hugo Batalla. Ahora, en su presentación política en el escenario político electoral era un camino de masas, un camino en la legalidad, que defendía la legalidad contra el autoritarismo pachequista, no un desafío guerrillero, armado, foquista. […][220]

Ao questioná-los quais eram os vínculos da FA com a guerrilha sempre chegamos a respostas como essas, quer dizer, que não havia consenso, o que acredito não estar longe da realidade. Não se pode afirmar que a nova força tratava em conjunto com o MLN, nem que todos fossem contrários ao caminho revolucionário. No caso do socialismo, José Díaz comentou que o partido aceitava a eficácia da luta armada para algumas partes do continente, mas não para outras, incluindo o Uruguai.

> […] Entonces, volviendo a lo que tú planteaba, dentro del Frente había también sectores como el 26 de Marzo que eran simpatizantes, eran gente de la vida legal, sindical, universitaria, grandes personalidades como Mario Benedetti, Daniel Vidal, insospechados de ningún tipo de desviación violentista, eran demócratas sinceros, ellos representaban dentro del Frente Amplio una corriente de simpatía y, no digo de coincidencia total, pero de mucha coincidencia con el MLN, con la guerrilla. […] O sea que, en el 71 más o menos esa era la realidad a respecto de la lucha armada, y naturalmente el Frente se constituyo como una alternativa como decía Seregni, pacífica y pacificadora, que por la vía de la lucha electoral aspiraba

[219] BARÁIBAR, Carlos. *Carlos Baráibar*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 2 arquivos de áudio.WVA (20 e 17 min).
[220] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

> romper el bipartidismo y ganar el gobierno para las fuerzas populares.[221]

Além das acusações que associavam FA e Tupamaros, muitos outros rumores envolvendo a organização correram o país ao longo de 1971. Dentre os mais alardeados estava a ameaça de um golpe militar e o não reconhecimento das eleições na hipótese de uma vitória frentista[222]. Ainda em outubro de 70, quando a Frente Ampla sequer existia, Seregni declarava com *absoluta segurança* que as Forças Armadas respaldariam qualquer que fosse o resultado das votações do ano seguinte[223].

Com o desenrolar do processo, entretanto, o mesmo Liber Seregni se convenceu que a possibilidade de golpe deveria ser considerada, conquanto publicamente reafirmasse sua crença na manutenção das instituições legais pelo Exército[224]. Embora afastado da caserna há quase três anos, o candidato falava como se ainda fosse um militar da ativa, um chefe que confia em seus subordinados. Ocorre que desde sua saída as Forças Armadas não eram mais as mesmas e, talvez, em sua *composição* interna já não prevalecessem os mandos constitucionalistas como acreditava Seregni.

Tanto pior, esse clima conspiratório foi agravado pelo temor de uma intervenção estrangeira, como dava conta o editorial *Amenazas intervencionistas*, publicado em 10 de julho por *El Popular*[225]. Pouco depois veio à tona a famigerada *Operação trinta horas*, plano no qual o Exército brasileiro supostamente invadiria o Uruguai em caso de um triunfo eleitoral das esquerdas[226]. Ainda que não houvesse

---

[221] DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (58 min).

[222] El gobierno y la violencia. *Marcha*, Montevideo, p. 15, 11 jun. 1971.

[223] Entrevista a Liber Seregni en Cuadernos de Marcha, en octubre de 1970. op. cit., p. 41.

[224] Entrevista de Eduardo Galeano a Seregni publicada en el semanario Marcha el 17 de septiembre de 1971. op. cit., p. 213.

[225] El miércoles, los gorilas Garrastazú Médici y Stroessner volvieron a destacar, en encuentro oficial, su disposición a favor de una "acción continental contra el terrorismo" y expresaron su preocupación por el Uruguay, "sacudido por crisis internas" según expresan los cables. […] Amenazas intervencionistas. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 10 jul. 1971.

[226] De acordo com Luiz Alberto Moniz Bandeira, em [...] dezembro de 1971, o Uruguai outra vez esteve igualmente na iminência de sofrer a intervenção militar do Brasil. As tropas do III Exército, sediadas no Rio Grande do Sul, prepararam-se para o invadir, executando a Operação Trinta Horas (tempo necessário para a ocupação de todo o Uruguai), o que só não se concretizou porque o general Liber Seregni, candidato da Frente Ampla (partidos de esquerda e centro-esquerda), perdeu as eleições para os conservadores. [...] (BANDEIRA, 2003)

Para Enrique Serra Padrós, a *operação* era de conhecimento de militares argentinos e da diplomacia americana: Semanas antes da eleição, começaram a circular rumores sobre movimentação de tropas brasileiras na fronteira comum, o que foi associado à possibilidade de invasão em caso de vitória da Frente Ampla. Tal movimentação era conhecida em certos círculos militares do Brasil e da Argentina.

como confirmar a veracidade do plano na época – obviamente a ditadura no Brasil jamais o assumiria –, vários dos dirigentes da coalizão discutiram um esquema militarizado para resistir qualquer tentativa golpista, interna ou externa.

Elaborado secretamente, o *Plan* ou *Operación contragolpe* mostrava que o recurso às armas, se bem que em uma situação excepcional, estava nos horizontes da Frente Ampla ou pelo menos era vislumbrado como legítimo por parte de seus integrantes. É claro que isso ia de encontro ao que era defendido nos palanques, uma oratória pacifista e de repúdio à violência. Em depoimento de 2002, Seregni disse:

> Había dos planes importantes… planes de contingencia muy importantes: por un lado, estaba la operación defensiva ante la amenaza de una invasión proveniente de Brasil; por otro lado, estaba la operación "Contragolpe", que se montó para prevenir la posibilidad de un golpe acá, interno, en caso de que triunfara el Frente Amplio. El plan "Contragolpe" era un plan como defensa ante una posibilidad… era un montaje preventivo frente a la posibilidad de un hecho interno.[227]

Na eventualidade de que esse plano fosse posto em prática, parte de sua execução seria confiada aos Tupamaros, que alocariam seus efetivos no controle dos acessos terrestres à capital. Talvez tenha sido essa a ocasião em que a frente e os guerrilheiros estiveram mais próximos. Criou-se uma *comissão* em que participaram tanto *setores legalistas* das Forças Armadas, quanto membros do MLN e do Partido Comunista. (ALDRIGHI, 2001, p. 103-104)

Tudo indica que a Democracia-Cristã, como outros membros, não foi consultada e nem incluída nessas discussões, o que além de violar o acordo inicial feito pelo Grupo dos cinco resultou em um sério desentendimento de cúpula às vésperas do pleito. Nas palavras de Romeo Pérez:

> […] Cuando el Partido Demócrata Cristiano se enteró del plan llamó a reunión de los cinco grupos ¡con Seregni! e hizo una denuncia violentísima, los acusó de deslealtad… Les dieron todos tipos de explicaciones: ¡no, no! no lo llamamos a ustedes porque ustedes no tienen aparato militar. **¡Sí, pero somos conductores políticos! No tenemos porque no queremos tener aparato militar, porque nosotros estamos jugados a los métodos masivos dentro de la**

O plano foi denominado "Operação Trinta Horas", pela estimativa de tempo necessário, segundo estrategistas militares, para subjugar Montevidéu e controlar o Uruguai. Desde agosto de 1971, o governo Nixon vinha examinando, através das suas embaixadas, a posição de Brasília e Buenos Aires diante de uma hipotética vitória eleitoral da esquerda uruguaia; indagava, também, sobre a existência de um plano brasileiro de intervenção e até onde este poderia contar com o apoio argentino. (PADRÓS, 2007)

[227] BUTAZZONI, Fernando. *Seregni-Rosencof.* Mano a mano. Montevideo: Aguilar, 2002, p. 136.

> **legalidad, una legalidad que está atacando Pacheco Areco, y que debemos defender, y no se defiende con las armas, sino con gente en la calle, con voto, con prédica política**… Entonces nosotros teníamos derecho a saber, porque eso es un disparate […].[228] (Grifo meu)

No final dos anos 70, em pleno regime militar, o Comando Geral do Exército publicou um grosso volume sugestivamente intitulado *Testimonio de una nación agredida*[229], uma espécie de versão oficial da recente história uruguaia. Em um dos capítulos, *Plan copamiento*[230], há uma detalhada descrição de todo o planejamento e coordenação entre a Frente Ampla e os demais envolvidos naquele esquema de resistência[231]. Em todo o livro, claro, a esquerda é retratada como *golpista* e os militares vinculados a ela *traidores*. As Forças Armadas, em contrapartida, são apresentadas como guardiãs da liberdade.

Se a FA prescindiu do apoio Tupamaro com suas armas – o *Plan contragolpe* nunca saiu do papel –, muitos dos simpatizantes do MLN ajudaram a unidade oposicionista nas urnas. Até o dia das eleições o MI 26 de Marzo continuou atuando firmemente no âmbito dos Comitês de Base, o que valeu um discurso de Liber Seregni dirigido especialmente ao grupo em reconhecimento a seu empenho[232]. Em novembro, através de uma nota de *Marcha*, a organização reiterava que não lançaria candidatos deixando a militância livre para votar de acordo com sua própria escolha[233]. Ao não declarar preferências eleitorais, pretendia-se frisar a independência do movimento e ao mesmo tempo esclarecer sua opção exclusiva pelo trabalho de base.

---

[228] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

[229] COMANDO GENERAL DEL EJÉRCITO. *Testimonio de una nación agredida*. Montevideo: División Publicaciones y Ediciones Universidad de la República, 1978.

[230] Ibidem., p. 261-271.

[231] Sobre resultado dessas eleições para a FA e a frustração do Plan contragolpe o texto afirma triunfalmente:

No ganaran en ningún lado. Ni en las ciudades donde confiaban en la masa obrera, ni en las zonas industriales del interior. Ni en el pueblo más paupérrimo. La repulsa fue general, a pesar que dificultaron hasta último momento el sufragio de quienes sabían que estaban contra suyo.

[…]

Y así fue que no se animaron a plantear ni siquiera el Plan Copamiento por temor a otra derrota similar en el terreno de los hechos. Por otra parte las urnas dijeron que no tenían apoyo popular ninguno y los militares traidores que serían los que debían dar voz de iniciar las hostilidades, no confiaron tampoco en las Centurias de papel y las huelgas y movilizaciones ofrecidas por los comunistas. […] Ibidem., p. 270.

[232] Discurso de Seregni a militantes del Movimiento 26 de Marzo. [1971]. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 227-231.

[233] El voto del 26 de Marzo. *Marcha*, Montevideo, p. 7, 26 nov. 1971.

Assim, a Frente Ampla, que se organizou como uma alternativa tanto ao caminho armado como à Pacheco Areco, acabou contando com a participação direta ou indireta dos Tupamaros no contexto de sua primeira campanha política. Para se diferenciar da guerrilha, em que pese sua ligação com o MLN, a coalizão propunha simplesmente a defesa da via legal e a democracia participativa, e isso bastava. Já a disputa com os partidos majoritários exigiu outra postura de suas lideranças, com a elaboração de um discurso propriamente voltado para a conquista de apoio e votos.

6. A Frente Ampla vai às urnas

Em 25 de agosto, após serem aprovadas pela *Mesa Ejecutiva* e o *Plenario Nacional* da Frente Ampla, Liber Seregni apresentou as *30 primeras medidas de gobierno*[234] em uma fala no Palácio Peñarol. A data escolhida para esse evento, dia da independência nacional[235], seguia o mesmo critério utilizado pelo grupo em ocasiões anteriores.

Não havia nesse documento nada que fosse substancialmente distinto das já conhecidas *Bases programáticas* ou do que vinha sendo defendido publicamente, ou seja, seu conteúdo era uma reafirmação dos principais pontos do acordo que originou a aliança[236].

No preâmbulo ao texto, eram citadas *quatro medidas fundamentais* das *Bases programáticas*: a *reforma agrária*, a *nacionalização dos bancos privados*, a *nacionalização do comércio exterior* e a *industrialização do país*. O papel gestor e planificador do Estado também era recobrado, de forma que ele teria "[...] una directa participación en la acumulación de capital, imprescindible para el desarrollo, y en lo inmediato, para la reactivación económica del país. […]"[237]

---

[234] 30 primeras medidas de gobierno. Frente Amplio, respuesta al despotismo. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 53, setiembre 1971, p. 75-80.
[235] Discurso de Seregni en el Palacio Peñarol, el 25 de agosto de 1971. 25 ago.1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 171.
[236] Las medidas primeras que hoy exponemos provienen de un desarrollo de las Bases Programáticas aprobadas el 17 de febrero último […] No son medidas aisladas, sino que se inscriben dentro de una estrategia general y de largo plazo con la que el Frente Amplio pretende superar la honda crisis por la que el país atraviesa y abrir horizontes a la vida de un nuevo Uruguay. Ibidem., p. 172-173.
[237] 30 primeras medidas de gobierno. op. cit., p. 76.

Fazia-se em seguida uma recapitulação um pouco mais extensa – mas nem por isso profunda – da plataforma política frentista, buscando explicar à população de uma forma simples como a organização procederia ao assumir o poder. Tratava-se efetivamente de uma linguagem eleitoral, ou seja, sem grandes reflexões políticas, como requer esse tipo de discurso.

Mesmo com uma vitória da FA para a presidência da República, algumas das medidas, em particular as que dependiam de aprovação do Legislativo, dificilmente poderiam ser implementadas. Em várias passagens, como no caso da questão agrária, afirmava-se que em *120 dias* se sancionaria uma nova lei para os *arrendamentos rurais*, o que naturalmente pressupunha maioria parlamentar; cenário pouco provável a despeito de todo o otimismo.

Para Romeo Pérez, o lançamento das *30 primeras medidas*

> […] Fue un operativo propagandístico… No estaban bien estudiadas, no había un verdadero compromiso… Se eligieron treinta acciones que más o menos todos podían aceptar y que parecían… Pero no estaban estudiadas en su factibilidad ni nada. Eso fue un material más bien de propaganda.[238]

Se aquelas propostas eram basicamente propaganda eleitoral, como acredita Pérez, e do que não discordo completamente, não é menos verdade que houve sim um debate prévio em sua elaboração; é o que atesta *El Popular* ao informar sobre a "[...] instalación de la comisión que estudiará los temas económicos de un concreto plan de gobierno a aplicarse por el Frente Amplio a partir del 1º de marzo del año próximo."[239] Ainda no texto, dizia-se que a partir dos estudos de *treze comissões de trabalho*, a Frente Ampla "Llegará con planes concretos, con medidas concretas, con proyectos de decretos y proyectos de leyes ya estructurados. Con metas y con instrumentos adecuados para lograr esas metas. […]"[240]

Prosseguindo, vários dos membros da Frente Ampla discutiram esses *planos de governo* mesmo depois de aprovados, inclusive sugerindo seu aperfeiçoamento. Em nome do Partido Socialista, José Pedro Cardoso escrevia que a *reforma agrária,* item central das medidas, *poderia* ser acompanhada por uma redução das *cargas impositivas*, principalmente para desonerar a renda dos pequenos produtores

[238] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).
[239] Hacia el plan de gobierno. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 3 jul. 1971.
[240] Ibidem.

rurais[241]. Da mesma maneira, aconselhava ações pontuais quanto à melhoria do sistema de saúde e segurança social. Assim como as *Bases programáticas*, as *30 primeras medidas* não eram de cunho socialista, e nesse quesito o PS não fazia sugestões a ponto de transformá-las em sua natureza; isto é, o grupo se adequava ao programa sem exigir que o contrário acontecesse. Nas palavras de Cardoso:

> [...] estoy seguro de que nos ajustamos a las concepciones del Frente y a los principios que animarán sus primeros pasos a partir del 1º de marzo, al expresar aquí nuestros puntos de vista y agregar […] algunos ejemplos más de lo que podrán ser estos primeros pasos del gobierno del pueblo unido.[242]

O socialismo, entendido como meta, podia não estar presente na plataforma eleitoral da FA, porém, o próprio Seregni afirmava – mas não em um documento da organização – que "[...] El futuro del mundo es socialista y cuando este futuro se haga presente, tengo la esperanza, de que el Uruguay siga formando parte de ese mundo. […]"[243] Outrossim, já havia dito que não acreditava em *soluções capitalistas* para o Uruguai, carecendo o país de uma conversão *progressiva e urgente* ao socialismo[244]. Temos então que essas referências a uma transformação socialista – nem sempre revolucionária – apareciam mais durante os comícios e intervenções – de Seregni e de alguns setores – e nunca como ponto programático, o que criava uma dualidade discursiva.

Passado muito tempo, ao avaliar criticamente aquela primeira campanha, Liber Seregni apontou essa tendência à radicalização dos pronunciamentos feitos no calor da hora: "[...] Muchas veces, los que hemos tenido el privilegio de hablar en actos públicos, aprendemos que puede ocurrir algo de la que hay que cuidarse mucho, y es cómo el auditorio lleva al orador. […]"[245] Em outro trecho:

> […] La propia dinámica interna fue cultivando un discurso en el que cada quien, en vez de avanzar hasta el centro de la sociedad, lo hacía hacia el extremo de la izquierda. Cultivando una actitud destinada casi a ver quién era más revolucionario que los otros. […] Entonces, lo que fueron siempre para la izquierda, y lo siguen siendo, los términos de reforma agraria, nacionalización de la banca, nacionalización del comercio exterior, fueron planteado como una cosa que asombraba y que impactaba a la gente. […][246]

---

[241] CARDOSO, José Pedro. Las primeras medidas (III). *El Oriental*, p. 8, 27 ago. 1971.
[242] Ibidem.
[243] Manifiesto a la nación. Partido Socialista. [1971]. A.P.P. / FHCE. Volante, Fondo de Donaciones. Sección Carlos Zubillaga, Caja 2.
[244] Entrevista de Eduardo Galeano a Seregni publicada en el semanario Marcha el 17 de septiembre de 1971. op. cit., p. 216-217.
[245] BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *Seregni*. op. cit., p. 85.
[246] Ibidem.

Segundo esse juízo, ao invés de dirigir-se ao eleitorado dos partidos majoritários, que formava o grosso da cidadania, a oratória dos palanques contemplava muito mais os votantes de esquerda e extrema esquerda, reduzindo assim sua área de abrangência. Se o que era proferido nas ruas soava de fato mais contundente – tive acesso apenas às falas de Seregni, que não considero tão radicais –, podemos, por outro lado, distinguir conteúdos bastante tradicionais nos grandes traços da cartilha política da Frente Ampla, ou seja, seu discurso oficial. Ao examinarmos aquela plataforma, vemos que as ações e projetos ali concebidos não são revolucionários no sentido de uma ruptura político-institucional, e seu tom progressista de maneira nenhuma nega os temas chave da cultura política uruguaia.

A democracia não é questionada sob nenhum aspecto, e não por acaso, a *medida* número um se referia justamente ao *restabelecimento do estado de direito*, indicando a opção legalista e constitucional da nova força[247]. Nesse sentido, o caminho das eleições foi aceito completamente mesmo entre os partidos marxistas, que de formas distintas admitiam o recurso às armas. Como bem assinala Jaime Yaffé[248] ao aproximar as obras de Vivian Trías e Rodney Arismendi, nenhum dos autores entendia a democracia como um *mero encobrimento* do domínio burguês, isto é, não a negavam como princípio; e se havia dúvidas quanto à legalidade, era porque cedo ou tarde o *imperialismo* fecharia também essa passagem, não restando escolha a não ser *acudir à violência* para avançar. (YAFFÉ, 2009, p. 18)

As *30 primeras medidas* da FA defendiam certas matérias também advogadas pelos partidos majoritários, ou ao menos parte deles. No caso dos blancos, o sublema *Por la patria*, encabeçado por Wilson Ferreira Aldunate, representava uma *viragem reformista* inédita da legenda, com propostas que até então haviam sido bandeiras exclusivas dos partidos marxistas. (COSTA BONINO, 1986, p. 4)

---

[247] Restableceremos el estado de derecho con el levantamiento de las medidas prontas de seguridad y la plena vigencia de las libertades, derechos y garantías constitucionales y legales. 30 primeras medidas de gobierno. op. cit., p. 76.

[248] A referência a Jaime Yaffé baseia-se em uma versão inédita e inconclusa de um trabalho em andamento. Faço uso desse texto com o consentimento expresso de seu autor. YAFFÉ, Jaime. Arismendi y Trías. Marxismo y política en el Uruguay de los 60. Ponencia presentada en las V Jornadas de Historia de las Izquierdas: "¿Las ideas fuera de lugar? El problema de la recepción y la circulación de ideas en América Latina". Cendro de Documentación e Investigación de la Cultura de las Izquierdas en la Argentina (CEDINCI). Buenos Aires, 11, 12 y 13 de noviembre de 2009, p. 18.

O programa eleitoral de *Por la patria*, lançado por Ferreira Aldunate em abril de 1971, era surpreendentemente progressista dado que partia de um político blanco. Publicado com o título *Nuestro compromiso con usted*[249], esse documento era bem mais extenso e detalhado que o dos frentistas, e o que mais se destaca é a seção sobre a *reforma das estruturas do setor rural*, tanto por seu conteúdo quanto pela semelhança com o que dispunha a FA acerca do mesmo tema[250]. A reforma agrária preconizada seria feita mediante a *expropriação* e *fracionamento* dos latifúndios e o *reparcelamento* e *concentração* dos minifúndios, além da criação de linhas de financiamento especiais e apoio técnico voltados para a pequena e média produção[251].

Outro aspecto chamativo era o posicionamento do setor ante o sistema bancário, considerado ineficaz em suas *funções específicas* de promover o desenvolvimento e oferecer crédito barato à população. Destarte, se propunha, sem meios termos, "[...] la expropiación de la totalidad de las instituciones bancarias privadas […]"[252], as quais uma vez nacionalizadas passariam a atuar conjuntamente aos bancos estatais já existentes. Há ainda uma dezena de outras disposições que regulariam a atividade monetária no país. Quem lê a seção *Política bancaria y de intermediación financiera* acaba achando extremante simplistas os dois parágrafos que as *Bases programáticas* da Frente Ampla dedicavam ao assunto.

A plataforma de Ferreira Aldunate, que ainda pregava uma política internacional de "[...] autodeterminación de los pueblos, enfrentando toda forma de intervención imperialista, ya sea económica, cultural o militar."[253], rivalizava diretamente com o programa da aliança das esquerdas, pois a seu modo era igualmente reformista, proporcionando ao eleitorado insatisfeito uma alternativa tanto à Pacheco Areco como também à FA, e essa, aliás, foi a estratégia adotada.

---

[249] Nuestro compromiso con usted. [1971]. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* op. cit., p. 64-67. A íntegra desse documento pode ser encontrada em formato digital.
Disponível em: <http://www.taringa.net/posts/ebooks-tutoriales/6248298/Nuestro-Compromiso-con-Usted---Wilson-Ferreira-Aldunate.html>. Acesso em: 19 out. 2010.

[250] O outro setor do Partido Nacional que também apresentou candidatos ao Executivo, a Lista 456, com Mario Aguerrondo e Alberto Heber, igualmente previa a reforma agrária em sua plataforma, porém, com um projeto bem mais conservador em todos os aspectos. Plataforma. Lista 456. [1971]. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* op. cit., p. 50-53.

[251] Nuestro compromiso con usted. op. cit.

[252] Ibidem.

[253] Ibidem.

Em um panfleto, *Por la patria* concluía que sob as muitas opções de *cores, listas*, *lemas* e *nomes*, havia na verdade apenas *três caminhos*: o da *Frente Ampla*, o do *Batlle-Pachequismo* e o do *Partido Nacional*. Desqualificando o que então chamava de *mistificação frentista*, insistia-se que devido a *heterogênea composição* de forças, "El Frente Amplio no es un partido político ni un lema electoral. Es el apelativo de una cooperativa formada por múltiples grupos partidarios dotados, cada uno de ellos, de objetivos, ideas y candidatos propios, rivales y antagónicos entre sí. […]"[254] Também acusava a aliança de defender as *liberdades públicas* enquanto abrigava *grupos marxistas* favoráveis à *ditadura do proletariado* e ao regime de *partido único*.

Assim como a FA, também o coloradismo era desqualificado como partido e força política, uma vez que, segundo o texto, "[...] Sólo sobrevive en los afectos y recuerdos de la antigua colectividad colorada. […]"[255] Para os blancos, qualquer uma das fórmulas apresentadas pelo rival não eram mais que a *continuidade* do mandato de Pacheco Areco: "Los seis grupos que utilizarán el mismo membrete, están dominados por la alianza Batlle-Pacheco que gobernó durante estos último años después de la muerte del Gral. Gestido –, y hoy aspira al continuismo."[256]

Colocando-se como a única alternativa realmente transformadora, o Partido Nacional recorria à história para mostrar suas *profundas raízes* aos eleitores, e lançando mão da mesma fórmula discursiva da Frente Ampla, postava-se como um instrumento político que transcendia às diferenças partidárias,

> Porque brinda su cauce a la militancia del país entero, de blancos y colorados, de urbanos y rurales, empresarios y obreros, estudiantes y jubilados.
> Porque sirve al interés general de la población, sin distinción sectaria de "pueblo y oligarquía", de "patriota y comunista", de "oficialismo y oposición".
> Porque consagra como ley suprema de su acción, el interés del URUGUAY y la preservación de su ser nacional.[257]

Há que se ter cautela com os termos empregados pelo partido ao se autodefinir. Toda a retórica de renovação de Wilson Ferreira Aldunate, o qual declarara que "La única fuerza revolucionaria con que cuenta el país es el Partido

[254] Su único camino. [1971]. A.P.P. / FHCE. Panfleto, Fondo de Donaciones. Sección Carlos Zubillaga, Caja 1.
[255] Ibidem.
[256] Ibidem.
[257] Ibidem.

Nacional […]"[258], deve ser entendida dentro de um universo conceitual particular. Aquilo que *Por la patria* entendia como revolução, decerto não coincidia com o que pensavam alguns dos membros da FA, inclusive setores blancos que aderiram à aliança oposicionista. É possível que esse caráter revolucionário do qual se diziam portadores falasse muito mais do passado que do presente da sigla.

No projeto defendido em *Nuestro compromiso con usted*, havia a representação de um Uruguai livre de tensões – os textos da Frente Ampla tampouco falavam em luta de classes. Os enfrentamentos sociais eram ali reputados como *falsos antagonismos* que canalizavam as *energias coletivas* negativamente[259]. Em uma série de entrevistas como os candidatos de oposição, *Marcha* questionou se Ferreira Aldunate achava possível um governo que se constituísse acima das classes sociais, do qual participasse o *empresário* e o *trabalhador*, o *latifundiário* e o *peão*; a resposta:

> – Sé todo lo que me va a decir, y comprendo su posición, pero no la comparto porque soy un optimista. Por eso no soy marxista. Oigo continuamente eso de: "Su partido no sirve para la defensa de la clase trabajadora, propone un entendimiento imposible", etc. Yo contesto con toda claridad: integrar un partido policlasista es mi orgullo.[260]

A Democracia Cristã, ao tomar conhecimento do programa de *Por la patria*, admitiu como positiva as ações ali propostas; no entanto, as ressalvava como "[...] la propuesta personal de un candidato, no el compromiso de un partido. Es, más que nada, una "carta de intención" de un bienintencionado […]"[261]. No caso de uma vitória de Ferreira Aldunate, o PDC duvidava que o político conseguisse apoio para concretizar tais idéias, a começar por seu próprio partido. Salientava-se ainda as semelhanças com os planos da Frente Ampla, como a reforma agrária e a nacionalização dos bancos; quanto às diferenças:

> Nada se dice sobre la refinanciación de la deuda externa y rompimiento con el FMI, condicionantes ambas de la recuperación uruguaya y de la liberación de la coyunda imperialista. Nada se dice de la nacionalización del comercio exterior, sin la cual, todo aumento de nuestra producción seguirá siendo objeto de lucro para los grandes trust internacionales. Nada se dice de la nacionalización de la industria frigorífica eje de la nuestra independencia económica.

---

[258] Yo he sido de oposición. Ferreira, por la afirmación de la nacionalidad. *Ahora*, 19 out. 1971. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* op. cit., p. 64.
[259] Nuestro compromiso con usted. op. cit.
[260] "Este gobierno no ha defendido la soberanía". *Marcha*, Montevideo, p. 10-11, 9 jul. 1971.
[261] Otro programa. *Ahora*, Montevideo, p. 5, 29 set. 1971.

> Nada se dice – y la omisión no nos alarma, pero sí nos sorprende –, sobre el restablecimiento del estado de derecho y de las libertades públicas.[262]

Pode-se argumentar que o Partido Colorado era o que de todos oferecia as opções mais conservadoras e antidemocráticas – e mesmo assim superou o nacionalismo e a FA nas eleições. O fato é que essa postura autoritária era legitimada no discurso do governo justamente como a única forma de defender a democracia da subversão. Em um documento da *Juventud Reeleccionista*, lia-se:

> a) Unión de todos los demócratas del país, por encima de banderías políticas en defensa de la democracia, la libertad y la justicia social.
> b) Señalar duramente a los enemigos del país, especialmente a aquellos que siguiendo directivas que llegan desde el extranjero, atentan contra las bases de nuestra nacionalidad.
> c) Repudio a la sedición.[263]

Bem assim, o plano de governo que pretendia reconduzir Jorge Pacheco Areco ao poder, mostrava as duras atitudes do então presidente como medidas de salvação nacional, pois combatiam o que se julgava um *quadro pavoroso* instaurado anteriormente: "[...] una inflación galopante; huelgas, paros, interrupciones diarias de la actividad privada y estatal, por cualquier motivo y sin ningún sentido; (…) desborde del poder sindical […]"[264]. Dentro dessa lógica, a mobilização social, principalmente dos trabalhadores, era concebida como algo a ser controlado: "Se eliminó radicalmente la fuerza de los grupos laborales más poderosos, que obtenían enormes ventajas relativas, en perjuicio de otros sectores."[265]

O Presidente da República tentou, mediante a modificação do texto constitucional, aprovar uma lei que permitisse sua reeleição. Nesse ínterim, no mesmo dia do pleito, foi levado à plebiscito um projeto de reforma que atendia aos interesses continuístas do pachequismo. (COSTA BONINO, 1991, p. 210) Entrevendo a possibilidade de que tal projeto não fosse aprovado, Pacheco Areco pensou ainda em outra alternativa: lançou Juan María Bordaberry[266] para substituí-lo

---

[262] Ibidem.
[263] Congreso Nacional de la Juventud Reeleccionista. *La Mañana*, 5 set. 1971. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* op. cit., p. 36.
[264] Plan de gobierno. [1971]. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* op. cit., p. 37.
[265] Ibidem.
[266] [...] Este hombre joven (43 años) no era ciertamente un político de primer nivel: sin embargo, dado que el protagonismo en la campaña le correspondía a Pacheco, la imagen de Bordaberry, sin aristas demasiado salientes, convenía al perfil bajo que debía ofrecer. **Bordaberry tenía, por otra parte, una virtud mayor para la**

no caso de derrota do plebiscito. Nesse complexo arranjo, seus eleitores deveriam votar ao mesmo tempo pelo “sim” à reeleição, por Pacheco e por uma fórmula alternativa encabeçada por Bordaberry, seu virtual sucessor. (NAHUM et. al., 1998, p. 76-77)

Os dias que antecederam o ato eleitoral foram de grande euforia para a militância da Frente Ampla. Nos órgãos de imprensa de seus membros, estimulados pelas pesquisas de opinião, havia um clima de grande confiança em um resultado positivo. Em sua edição do dia anterior às eleições, *El Popular* estampava na primeira página, ao lado de uma grande foto de Seregni, a manchete *Gallup: 48% para el F.A. en Montevideo*[267]. No editorial desse mesmo número, *La hora del ajuste de cuentas*, o diário do Partido Comunista deixava claro a quem se pretendia derrotar: “Ha llegado la hora del ajuste de cuentas, de la rendición de cuentas del pachequismo ante el tribunal supremo del pueblo. La hora de cobrarles todas juntas, las cuotas de dolor, de sufrimiento, de tortura, de hambre. […]”[268]

Também *Marcha*, em dois editoriais, fazia uma longa análise do comportamento do eleitorado nas eleições de 1950 a 1966, apresentando dados e quadros estatísticos[269]. A vitória dos blancos em 58 e o retorno dos colorados ao poder em 66, sempre considerando o montante de votos de lado a lado, levava a algumas conclusões; dentre elas, que “Existe una masa de muchos miles de votantes – quizá superior a los doscientos mil – que no está atada a los partidos constituidos. Vota para condenar a una política y para impulsar un cambio.”[270] Assim, as guinadas políticas ocorridas nos últimos vinte anos podiam se repetir uma vez mais, e a presença da Frente Ampla dinamizava essa perspectiva:

> Pero hay un “tercero en discordia”: el Frente Amplio con su avasallante empuje que se ha extendido a todo el país, convertido en alternativa de poder y que ha trastocado ya las relaciones de fuerza

---

estrategia del pachequismo, que era su pasado blanco y su pertenencia al movimiento ruralista. Al surgir el Frente Amplio como coalición de las izquierdas, se buscó gestar una suerte de frente político de derechas, nucleado en torno al pachequismo. Se trató de crear un verdadero "partido de derecha", sin tradición en el Uruguay, pero cuyo antecedente más inmediato era el ruralismo, que había sido liderado, en las dos décadas anteriores, por Benito Nardone. Esta alianza del pachequismo con el ruralismo era totalmente fluida y natural, y atenuaba la natural prevención, para los blancos conservadores, de votar al Partido Colorado. (COSTA BONINO, 1995, p. 210)

[267] Seregni: mensaje de victoria. Gallup: 48% para el F.A. en Montevideo. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 27 nov. 1971.

[268] La hora del ajuste de cuentas. *El Popular*, Montevideo, p. 6, 27 nov. 1971.

[269] Las vísperas del cambio. *Marcha*, Montevideo, p. 7-10, 5 nov. 1071; Hacia el futuro. *Marcha*, Montevideo, p. 7-8, 12 nov. 1971.

[270] Las vísperas del cambio. Ibidem., p. 7.

> entre los llamados partidos tradicionales. **El Frente debe ganar en Montevideo y puede ganar en todo el país**.[271] (Grifo meu)

Indubitavelmente, toda essa atmosfera foi reforçada pela última grande concentração da aliança. Em uma quarta-feira, 24 de novembro, Seregni fez um de seus mais efusivos discursos[272] diante da multidão que se aglomerava na Avenida Diagonal Agraciada. Em estimativas um tanto otimistas, informava-se que quinhentos mil uruguaios participaram do comício. Para *El Popular*: "Medio millón de montevideanos vibró con la más grandiosa demostración cívica que recuerda la historia del país, que multiplicó la eclosión augural de 26 de marzo. […]"[273]; já *El Oriental*: "Montevideo, la capital de la esperanza, dio su veredicto. Medio millón de orientales se volcaron con alegría y con ardor a la calle […][274]. Há quem acredite em bem menos gente, ao redor de *duzentas mil pessoas*[275], mesmo assim um número impressionante.

É inegável que a nova força encontrou mais óbices pelo caminho que os partidos majoritários ou qualquer outro grupo no curso de sua campanha. Até o último minuto esses empecilhos foram denunciados e, na medida do possível, contornados. Em volante distribuído no dia das eleições, a *Central dos Comitês de Base* informava a existência de *listas falsas*, na verdade cédulas de votação que estariam circulando e invalidariam os sufrágios em favor da Frente Ampla.

[271] Hacia el futuro. op. cit., p. 8.
[272] Discurso de Seregni pronunciado en el acto final de la campaña electoral. 24 nov. 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 269-276.
[273] El augurio de la victoria. *El Popular*, Montevideo, p. 8, 26 nov. 1971.
[274] Arriba el pueblo: hacia la victoria. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 26 nov. 1971.
[275] BAYLEY AGUIRRE, Miguel. *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971.* op. cit., p. 66.

Figura 9. Frente Amplia. 28 nov. 1971. Volante. A.P.P. / FHCE. Fondo Donaciones. Sección Donación Enrique Mena Segarra. Caja 4.

As eleições de 28 de novembro de 1971 deram lugar a uma das apurações mais polêmicas e questionadas da história política uruguaia. Conforme passavam os dias e os resultados iam se delineando, uma série de acusações e denúncias de fraude abarrotavam os jornais de oposição ao governo. Nas páginas de *Ahora*, o PDC qualificava aquele amontoado de acontecimentos como "[...] el proceso electoral más tramposo del siglo […]"[276] Também o setor *Por la patria* questionou com veemência os números finais do pleito.

A Frente Ampla chegou a pedir à Justiça Eleitoral a recontagem em todas as urnas mediante fiscalização[277]. Em meio às inúmeras irregularidades apontadas, constatou-se que em alguns locais foram apurados mais votos que o número de eleitores habilitados: *Votó ¡El 100,5 %! En Canelones*[278]. Reclamou-se também que delegados da FA foram impedidos de participar das mesas receptoras sob as mais variadas alegações; isso sem contar que muitos integrantes da aliança foram presos no dia da votação[279].

Das candidaturas apresentadas pelo Partido Colorado a chapa oficialista Bordaberry-Sapelli foi a vencedora, enquanto que no Partido Nacional Wilson Ferreira Aldunate recebeu a maior parte das adesões angariadas pelo lema. O postulante com a maior votação individual foi Ferreira Aldunate, o qual não foi eleito presidente porque na soma de todos os sufrágios os colorados haviam superado seu partido; uma diferença que não chegava a treze mil votos. Repetindo o exemplo de 1966, aquele que assumiria o comando da República contava com o respaldo de apenas uma minoria popular, ao redor de 20% dos uruguaios; era a Lei de Lemas mostrando novamente um de seus aspectos mais contraditórios.

Fórmulas presidenciais mais votadas – Eleições de 1971

Partido Colorado	Bordaberry-Sapelli	Outros	Total do Lema
	379.515	302.109	681.624
Partido Nacional	Ferreira Aldunate-Pereyra	Outros	Total do Lema
	439.649	229.173	668.822
PDC (Frente Ampla)	Seregni-Crottogini	Outros	Total do Lema

[276] El F.A. exige respecto al resultado comicial. *Ahora*, Montevideo, p. 7, 3 dez. 1971.
[277] F. Amplio reclama que se recuente voto por voto. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 4 dez. 1971.
[278] Votó ¡El 100,5 %! En Canelones. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 4 dez. 1971.
[279] WAKSMAN, Guillermo. El ministerio del caos. *Marcha*, Montevideo, p. 9, 3 dez. 1971.

	304.275		304.275

FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas*. op. cit., p. 30-31.

Em termos percentuais, considerando o total de votos válidos, os colorados ficaram com 41,0% das preferências, seguidos pelos blancos com 40,2% e a Frente Ampla que obteve 18,3% do eleitorado. No Departamento de Montevideo o Partido Colorado concentrou 39,5% dos sufrágios, seguido da FA com 30,1% e do Partido Nacional que alcançou 29,8%, o que o colocava na terceira posição. (NAHUM et. al., 1998, p. 81)

Para cargos legislativos a nova força elegeu cinco senadores, dezoito deputados e cinquenta e um vereadores em todo o Uruguai, e embora não tenha ganho o Executivo de nenhum município, o candidato com maior apoio para a prefeitura da capital foi o frentista Hugo Villar, com 211.419 votos[280]. Também devido à Lei de Lemas, os colorados viriam a governar a cidade, pois juntando suas listas ultrapassavam a Frente Ampla e o nacionalismo[281].

A coalizão oposicionista, mesmo que por uma diferença muito pequena, estabeleceu-se como a segunda força eleitoral no maior centro urbano do país e a terceira em âmbito nacional. Em uma mensagem veiculada no dia seguinte às eleições Liber Seregni procurava encorajar a militância:

> Acabamos de atravesar nuestra primera prueba electoral. Los resultados no han sido lo que esperábamos; en ellos han incidido diversos factores que más adelante tendremos oportunidad de analizar juntos.
> Mi primer pensamiento, hoy, se dirige a ustedes, militantes aguerridos y probados de cien combates, que deben sentir, lógicamente, la desazón de este día. Hoy más que nunca, sin embargo, debemos confiar en nuestras fuerzas de recuperación, las mismas que nos permitieron superar tantas calumnias y tantas agresiones.
> Hagamos apenas una pausa para recuperar nuestras energías, ahora que se aproxima una etapa de la existencia del Frente Amplio que requiere de nosotros una alta cuota de reflexión y madurez. Y ellas se obtienen, justamente, a través de experiencias como la que acabamos de vivir.[282]

A vitória de Juan Maria Bordaberry, o qual representava uma das opções políticas mais conservadoras, gerou um grande abatimento em todos os membros

[280] FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas*. op. cit., p. 94.
[281] No totalização das Listas para a Prefeitura de Montevidéu o Partido Colorado conquistou 277.334 votos; a Frente Ampla 211.419 e o Partido Nacional 208.195. Ibidem.
[282] Texto del mensaje escrito de Seregni publicado por la prensa frentista al día siguiente de las elecciones de 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). op. cit., p. 281.

da FA, fazendo-os pensar sobre a resistência da população ao projeto frentista e forçando o grupo a uma autocrítica mais que necessária. Passado o primeiro momento e refeitos os ânimos de todos, era chegada a hora de avaliar o desempenho da frente; lembrando que as cifras eleitorais definitivas, em razão do polêmico escrutínio, só foram conhecidas semanas depois.

A edição de *Marcha* de 3 de dezembro, a primeira após a apuração, trazia como editorial *La derrota del oficialismo*[283]. Explicava-se que em comparação à última consulta eleitoral, o Partido Colorado perdera espaço ante o nacionalismo, e que não obtivera maioria em nenhuma das casas legislativas; prenuncio daquilo que seria um difícil governo. A derrota do plebiscito proposto pelo Executivo também era vista como um duro golpe no pachequismo. Para o semanário, o despontar de Ferreira Aldunate no Partido Nacional fora uma *revolução*, e sua figura certamente iria pesar no lema dali em diante: "[...] Los viejos cuadros y las viejas divisiones dentro del nacionalismo se han roto para dar origen a nuevas agrupaciones y el señor Ferreira emerge como el jefe del partido. Es un hecho que pesará en los desarrollos futuros.[284]

Malgrado a votação bem abaixo das expectativas, o discurso dos vários integrantes da FA era de que ao se estabelecer como ator político relevante, o grupo rompia definitivamente com o *monopólio* blanco-colorado e o *bipartidarismo*. Segundo o PCU, "[...] Existe hoy en el país una poderosa tercera fuerza política, que reunirá por encima de los 300.000 votos, a la cual se ha plegado casi 1 de cada 3 habitantes de Montevideo, y 1 de cada 5, aproximadamente, en toda la República.[285] Em outra oportunidade, *El Popular* lembrava que a Frente Ampla foi a *única força* que crescera desde as últimas eleições, contrastando com a retração do Partido Colorado e a estagnação do Partido Nacional[286].

Nesse mesmo sentido se pronunciou a Democracia-Cristã, para a qual a votação alcançada pela FA, "Cuantitativa y cualitativamente representa el avance más importante logrado por las fuerzas progresistas sobre la estructura

[283] La derrota del oficialismo. *Marcha*, Montevideo, p. 6-7, 3 dez. 1971.
[284] Ibidem., p. 7.
[285] Un proceso irreversible. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 4 dez. 1971.
[286] Ao afirmar que a FA crescera, *El Popular* se referia obviamente às forças que ingressaram na aliança, já que a mesma não existia em 1966. El F.A., la única fuerza que creció. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 6 dez. 1971.

tradicional."[287] Além da boa votação conjunta, insistia-se que houvera equilíbrio na divisão interna dos sufrágios, indício da pluralidade da legenda e da importância da própria Lista 808:

> […] el resultado electoral desvirtúa la mentira que anunciaba el copamiento y la absorción del Frente por una de las corrientes que lo integran. La decisiva importancia adquirida por la 808 y por otras corrientes del nacionalismo popular reafirman el pluralismo interno del Frente y consolidan su carácter de coalición amplia, rica en diversidad ideológica, pero fuertemente unida por su programa de transformación y recuperación nacionales.[288]

O Partido Socialista, cujo último representante ao Legislativo fora eleito em 1958, finalmente voltava à Câmara dos Deputados com Vivian Trías. Para *El Oriental*, a Frente Ampla, apesar de seu pouco tempo de existência, colocara fim no longo predomínio dos partidos majoritários:

> […] El bipartidismo tradicional ha sido roto definitivamente. El Frente Amplio, MOVIMIENTO de unidad de las fuerzas antimperialistas y antioligárquicas, ha logrado en solo 9 meses romper el coágulo político a escala nacional. Ciertamente no se ha conquistado un triunfo electoral. Pero el Frente Amplio, es una fuerza organizada, políticamente homogénea en su programática, que tiene tras sí a trescientas mil voluntades. Un fenómeno político con el que debe inevitablemente contarse para el futuro.[289]

Mesmo com uma votação pouco expressiva, Zelmar Michelini conseguiu manter seu posto no Senado. Para se ter uma idéia, o socialista José Pedro Cardoso, que também disputava uma vaga como senador, superou Michelini em mais de quatro mil votos; esse último, porém, conservou a cadeira por que no acumulado da *Frente del Pueblo* os resultados eram suficientes para eleger dois candidatos – devido principalmente a Juan Pablo Terra, que conquistou o dobro do eleitorado de Michelini[290]. Em uma avaliação geral, o líder da Lista 99 dizia: "[...] Estimo que fue una muy buena votación en Montevideo. Somos la segunda fuerza política en la capital, desalojando de este puesto a un partido tradicional con 100 años de actuación […]"[291].

O estabelecimento da Frente Ampla como força desafiante também repercutiu internacionalmente. Na Argentina, o jornal *La Opinión* noticiava dias antes do pleito

---

[287] Importante declaración de la 808, cuya Comisión Nacional se reúne este fin de semana en Montevideo*. Ahora*, Montevideo, p. 6, 10 dez.1971.
[288] Ibidem.
[289] Viva el Frente. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 3 dez. 1971.
[290] Juan Pablo Terra obteve 61.257 votos. FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas*. op. cit., p. 40.
[291] Michelini: "La difamación y la mentira no pudieron vencer al Frente". *Ahora*, Montevideo, p. 6, 2 dez. 1971.

que pela primeira vez em um século *El Frente Amplio rompe la tradicional opción electoral*[292]. Passadas as eleições, o diário bonaerense intuía que além dos vários candidatos eleitos, "Más importante aún resulta el hecho de que los 300.000 votos que aproximadamente obtendrá la coalición, 205.000 fueron logrados en Montevideo, donde emergió como segunda mayoría, a sólo 40.000 votos del Partido Colorado. […]"[293]

Ao mesmo tempo em que informava as denúncias de fraude feitas pelo setor de Ferreira Aldunate[294], o *Jornal do Brasil*, em sua edição de 1 de dezembro, trazia a notícia *Frente Ampla mostra-se otimista*, pois apesar da derrota, "[...] os resultados do pleito de domingo consolidaram sua posição de "terceira força em ascensão", prevendo para os próximos anos um acréscimo ainda maior de simpatizantes."[295] Em Londres, o *Financial Times*, em nota reproduzida por *Ahora*, entendia que diante do pouco tempo de atividade, os números conquistados pela frente revelavam que "[...] la agrupación de izquierda es una fuerza política importante y el primer adversario de envergadura que los blancos y los colorados hayan tenido que enfrentar en este siglo."[296]

Conquanto o desempenho da organização a situasse a partir dali como um ator relevante, na verdade os partidos majoritários ainda detinham, grosso modo, os votos de 80% do eleitorado. Como perspectiva, visto que a experiência unitária praticamente dobrou a votação das esquerdas, os anos vindouros poderiam representar um importante crescimento da FA. Mas agora que o grupo era uma realidade política, com seus próprios parlamentares e um programa a defender, como a nova sigla seria conduzida? Algum dos setores se sobrepusera aos outros com as eleições?

Ao notar a distribuição dos candidatos eleitos pela Frente Ampla, vemos que os grupos que lograram maior representação na Câmara foram a Democracia-Cristã, com seis deputados; a *Unión Popular*, com quatro; o Partido Comunista, com três; enquanto a FIdeL, os independentes do Grupo Grito de Asencio, a Lista 99, o Partido Socialista e o *Movimiento Acción Nacionalista* fizeram um deputado cada. Ao

[292] INFANTINO, Hugo. La hegemonía de blancos y colorados duro un siglo. El Frente Amplio rompe la tradicional opción electoral. *La Opinión*, Buenos Aires, p. 4, 20 nov. 1971.
[293] Arraigado en Montevideo. El Frente Amplio adquiere fuerza política con poco caudal electoral. *La Opinión*, Buenos Aires, p. 2, 2 dez. 1971.
[294] RIBEIRO, Clecy. Blancos denunciam fraude na eleição uruguaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 1 dez. 1971.
[295] Frente Ampla mostra-se otimista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 1 dez. 1971.
[296] Frente Amplio: primer adversario en un siglo. *Ahora*, Montevideo, p. 4, 4 dez. 1971.

Senado, o Partido Comunista, o MBPP, o PDC, a Lista 99 e a *Unión Popular* elegeram também um candidato por setor.

Quando reagrupamos os eleitos à Câmara de acordo com as correntes internas da FA, isto é, seus sublemas, temos a *Frente del Pueblo* com oito deputados, *Patria Grande* com cinco, a Lista 1001 com quatro parlamentares e, finalmente, o Partido Socialista com um representante. Dos cinco senadores aos quais a aliança fez jus, dois eram da *Frente del Pueblo*, dois da Lista 1001 e um da Unión Popular.

O fato é que a desigual votação entre as correntes poderia gerar desequilíbrios ou realinhamentos no futuro próximo. A despeito de ter recebido mais votos que qualquer outro sublema, a Lista 1001 foi suplantada em número de candidatos pela Frente del Pueblo, o setor com maior representatividade parlamentar ao cabo das eleições. De imediato, a mudança mais visível foi a decisão do Plenário Nacional de incorporar à Mesa Executiva um membro indicado por *Patria Grande*, o grupo encabeçado por Enrique Erro e que obtivera uma excepcional performance nas urnas[297]. Decidiu-se ainda que Seregni, Crottogini e Villar passariam a integrar permanentemente tanto o Plenário quanto a Mesa, sendo que a presidência da Executiva caberia a Seregni e a vice-presidência a Crottogini. A Frente ainda não estava pronta para uma liderança setorial.

Findas as eleições, mal se sabia quem de fato havia ganhado a disputa e outro assunto veio à tona recebendo um tratamento folhetinesco da imprensa. Nos últimos dias de novembro, o General Juan P. Ribas, candidato à presidência por uma das listas do Partido Colorado, se referiu a Seregni como um *traidor da pátria*[298], injúria inaceitável entre militares. Após a votação, o ofendido se dirigiu ao Tribunal de Honra das Forças Armadas exigindo o desagravo público por parte do outro, mas como o tribunal julgou a questão um *assunto pessoal*[299] Liber Seregni foi

[297] Frente Amplio: resoluciones del plenario. *Ahora*, Montevideo, p. 6, 21 dez. 1971. É curioso como perdura entre os que participaram daquele processo uma sorte de consenso de que a "votação" do Movimento de Independentes 26 de Marzo se voltou majoritariamente à candidatura de Enrique Erro ao senado. A lista da qual Erro participava, e cujos panfletos levavam a consigna *Libertad o muerte*, obteve mais de setenta mil votos, só ficando atrás da FIdeL, que ultrapassou os cem mil sufrágios com Enrique Rodríguez; essa hipótese, contudo, carece de mais dados para ser comprovada. (REY TRISTÁN, 2005, p. 368)

[298] BLIXEN, Samuel. op. cit., p. 78.

[299] Seregni-Ribas: sin conciliación. *Ahora*, Montevideo, p. 2, 6 dez. 1971.

autorizado a, dentro de 48 horas, iniciar o que se chamou de *gestión caballeresca*[300] ou, dito de outro modo, acertar os termos de um duelo armado.

Assim, dentro do período estipulado, os Generais Arturo Baliñas e Victor Licandro, ambos na condição de padrinhos de Seregni, procuraram por Ribas[301], o qual designou o General Oscar Aguerrondo e o Coronel G. Andrés Gómez como seus representantes[302]. De acordo com o Código de Honra, era do ofendido a prerrogativa de escolher as armas, e Seregni, que teria preferido o sabre, acabou optando por um duelo com pistolas, já que era bem mais jovem que o adversário e não queria gozar dessa vantagem[303]. O desfecho da história se deu em uma escola da Aeronáutica em Pando e foi acompanhado à distância pela imprensa. Há inclusive uma foto de *El País* tirada ao longe no momento exato em que Juan P. Ribas apontou sua arma[304]. Em *Marcha*, a descrição do embate entre os dois homens era minuciosa:

> [...] El señor director del lance explica a ambos duelistas la forma como marcará los momentos para cumplir con los tiempos fijados en las condiciones del duelo: a la pregunta de "¿listos?", los duelistas contestarán de viva voz, y si es de "sí", continuará la voz de "uno" y simultáneamente una palmada; dejará pasar varios segundos de tiempo y dará la voz "dos" y simultáneamente una palmada; dejará pasar dos segundos de tiempo y dará la voz "tres" y simultáneamente una palmada. Entre los momentos "uno" y "dos" los duelistas girarán, dándose frente, y dispararán su pistola.[305]

Segundo os relatos, Seregni efetuou seu disparo entre a segunda e a terceira ordem de voz, enquanto Ribas, alegando não ter ouvido o *diretor de lance*, o fez somente após a última, ou seja, fora do tempo estipulado. Sem nenhum ferido o duelo acabou aí, pois os representantes das partes entenderam que houve uma infração das regras, de forma que não se fez a troca de armas e de posições para um segundo tiro. A contenda entre Seregni e Ribas foi o último acontecimento dessa natureza na história política uruguaia – que teve muitos outros duelos entre figuras

---

[300] El duelo Seregni-Ribas. *Marcha*, Montevideo, p. 8, 10 dez. 1971.
[301] Seregni envía padrinos a Ribas. *Ahora*, Montevideo, p. 3, 4 dez. 1971.
[302] Seregni-Ribas: hay duelo. *Ahora*, Montevideo, p. 3, 7 dez. 1971.
[303] Dos tiros menos. Duelo: quedó trunco tras haberse efectuado los primeros disparos. *Ahora*, Montevideo, p. 24, 8 dez. 1971.
[304] BLIXEN, Samuel. op. cit., p. 85.
[305] Esse texto, na verdade, é a reprodução de uma carta assinada pelos padrinhos dos envolvidos e remetida à *Marcha*. El duelo Seregni-Ribas. op. cit.

conhecidas[306] –, e de alguma maneira expressava o alto grau em que chegaram os enfrentamentos naquele contexto – aqui transferidos do público à esfera privada.

O ano de 1971 acabou sob o clima tenso das *Medidas Prontas de Seguridad* e em meio às suspeitas quanto à lisura na apuração eleitoral. Procurando explicar a derrota, Liber Seregni entendia que o fraco desempenho da organização – em face das imensas expectativas – era contraditório e ainda não podia ser explicado: "[...] No tenemos todavía el imprescindible distanciamiento electoral, el plazo de perspectiva para evaluar la intensa movilización preelectoral y los resultados de las elecciones […]"[307] Para o candidato, "[...] Pensamos que nuestra capacidad electoral correspondía a nuestra capacidad de movilización. Pero no era así […]"[308]

De maneira parecida, Júlio Castro argumentava em *Macha* que a incrível mobilização vista nos atos da FA não foi acompanhada nas urnas por aquela *maioria silenciosa* que não se envolvera diretamente na campanha.

> Sin duda, ninguno de los partidos que participaron en la elección logró la movilización popular que alcanzó el Frente Amplio. La cruzada de la victoria en el interior y el acto de Agraciada en Montevideo, dieron base a un justificado optimismo.
> Pero la relación militante-elector no se dio en las medidas habituales. Votaron al Frente Amplio los que participaron en actos y manifestaciones; los que de uno u otro modo manifestaron su militancia. No recogió votos de la "mayoría silenciosa" y le fue adversa la decisión de ésta, de última hora, dominada por el terror de una propaganda masiva y agresiva, que por primera vez en el país se ajustó a las técnicas de una verdadera guerra sicológica.[309]

Um dos desafios colocados para o período que se abria era justamente chegar até esse eleitor mais passivo conquistando-o, e a aposta continuava sendo o caminho de massas. Com esse objetivo, o pessoal da Frente Ampla começou a organizar o primeiro congresso dos Comitês de Base para meados de dezembro;

---

[306] Em 2002, o canal Tevé Ciudad de Montevidéu exibiu um documentário em forma de minissérie chamado *Uruguay de duelo (Ofensores y ofendidos)*, no qual historiadores discutiam os duelos mais famosos do país com a presença de familiares dos contendores. Dentre os enfrentamentos mais conhecidos estão os de José Batlle y Ordóñez e Washington Beltrán em 1920, no qual o ex-presidente matou o adversário com um tiro; também o Presidente Luis Batlle Berrez se bateu em uma luta de sabre com o mesmo Juan P. Ribas em 1957; em 1970, o futuro presidente Julio María Sanguinetti e Manuel Flores Mora se enfrentaram com sabre e, dias depois, Flores Mora se bateu com Jorge Batlle Ibáñez; Enrique Erro duelou duas vezes com pistola, a primeira contra o Ministro da Defesa R. Gaudín e depois com o Brigadeiro Danilo Sena. HERRERA, Magdalena. Duelos que marcaron la historia uruguaya. *El País Digital*, Montevideo, Internet Año 7, nº 2230, 22 nov. 2002. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/02/11/22/pespec_20429.asp>. Acesso em: 28 out. 2010.

[307] Seregni: "El F.A. ganó una tremenda capacidad de movilización de masas". *Ahora*, Montevideo, p. 2, 18 dez. 1971.

[308] Ibidem.

[309] CASTRO, Julio. La lucha recién empieza. *Marcha*, Montevideo, p. 8, 3 dez. 1971.

aliás, investir nos comitês era uma maneira não só de manter a mobilização em torno da aliança como também ampliá-la.

Concluindo, apesar de derrotada, o número de adesões recebido pela FA em 1971 – trezentos mil votos contra os pouco mais de cem mil sufrágios obtidos por toda a esquerda em 1966 – não era pequeno, e deve ser analisado à luz das propostas daquela campanha. Suponho que a plataforma eleitoral da coalizão não se configurava como algo tão radical como faziam crer seus detratores, ou como podia parecer à primeira vista. Assim, a migração de eleitores para a nova legenda – me refiro aqui a votantes blancos e colorados – não me parece excepcional, mas um fenômeno admissível se conhecermos a historicidade e a dinâmica da cultura política no país.

Em que pese toda a distância entre a Frente Ampla e os partidos majoritários, acredito na hipótese de que a aliança conquistou esse eleitorado por defender em seu discurso um denominador comum a todo o campo político nacional: a democracia e o respeito às instituições. Em outras palavras, os diferentes podem ser mais parecidos do que julgamos em princípio. Falando a partir da esquerda do espectro partidário, a frente não deixou de compartilhar os valores da *cultura política dominante*[310] no país e procurou articular seu programa a esse conjunto de crenças, alimentado tanto pela cidadania como pelos partidos.

Foi muito breve o tempo de atuação política da FA antes que, com o apoio do Presidente Bordaberry, os militares "tomassem" o poder em junho de 73. Em cerca de um ano e meio de atividade parlamentar, a coalizão oposicionista mostrou que era mais que um arranjo eleitoral – como detraiam blancos e colorados – e, apesar de seus membros não convergirem em tudo, a nova força defendeu ardorosamente

[310] Serge Berstein, ao analisar a cultura política na França no séc. XX, afirma que a despeito da variedade de correntes que disputavam o poder no país, existia uma espécie de consonância entre essas forças, o que se dava nos marcos de uma *cultura política dominante*. De acordo com seu raciocínio, o princípio desse período foi marcado pelo domínio da cultura política republicana, à qual se identificava o Partido Radical. Contudo, mesmo a cultura política socialista e seu projeto de sociedade sem classes acabava conjugando socialismo e república, da mesma forma que os nacionalistas e católicos não negavam completamente o conjunto dos valores republicanos. Por isso, "[...] nenhuma destas culturas antagônicas do modelo republicano se encontra ao abrigo da influência deste e todas devem, mais ou menos, concordar com seus princípios. [...]" (BERSTEIN, 1998, p. 354) Não pretendo, é lógico, transpor as conclusões do autor ao caso uruguaio, o que seria contraproducente, mas sim, testar algumas de suas proposições em meu objeto de pesquisa. Entendo que a Frente Ampla, embora condenasse a prática política dos partidos tradicionais, compartilhava com eles determinados valores, sobretudo o respeito às instituições democráticas do país.

suas posições e lutou pela manutenção de um Estado de direito que caminhava apressadamente rumo ao fim.

CAPÍTULO VI. A FRENTE AMPLA APÓS SUA PRIMEIRA ELEIÇÃO: A BREVE TRAJETÓRIA ATÉ O GOLPE DE ESTADO DE 1973

Após sua primeira batalha eleitoral os frentistas se depararam com uma nova realidade: a partir de então os candidatos eleitos pela força teriam de agir coordenadamente e, na medida do possível, tentar por em prática os preceitos da organização.

Como tarefa imediata se impunha resolver o papel dos Comitês de Base, ferramentas tão importantes durante a campanha em 1971. Destinar um espaço para os comitês era fundamental para manter o equilíbrio interno. Outra questão pendente era a elaboração do *Compromisso político* do grupo, o que visava garantir unidade de métodos e atuação no período que se abria. Neste capítulo discuto como a FA encaminhou esses e outros temas.

A atividade parlamentar da Frente Ampla foi intensa até o golpe de Estado cerca de um ano e meio depois. A grande ofensiva dos Tupamaros desfechada em abril de 1972 e a repressão das Forças Armadas logo em seguida deram inicio a uma espiral de violência que arrastou o país a um estado de conflito sem precedentes. Nas intervenções de seus líderes a aliança tentou obstinadamente restabelecer o ordenamento democrático e a pacificação social.

Uma vez derrotada a guerrilha, os militares ocuparam cada vez mais espaço como agentes políticos. O auge dessa crise ocorreu entre fevereiro e junho de 1973, quando uma suposta corrente de oficiais reformistas se pronunciou por transformações econômicas e a moralização administrativa. Desorientadas, as esquerdas que se reuniam na FA oscilaram entre o apoio a essa iniciativa e, em alguns poucos casos, o receio quanto a elas. Comparando os diferentes discursos avaliei como os membros da coalizão se posicionaram nesse momento crucial da história política uruguaia.

1. Reorganizar e lutar: do I Congresso dos Comitês de Base à assinatura do *Compromisso político*

A necessidade de realizar o I Congresso dos Comitês de Base surgiu da certeza de que aquelas organizações haviam sido fundamentais para o desempenho da FA nas urnas. Seu sucesso como espaços de difusão da plataforma frentista era reconhecido por todos, e um dos objetivos do congresso era dar mais voz e protagonismo ao movimento, destinando-lhe um espaço político maior dali em diante.

A rapidez com que os comitês proliferaram em todo o país durante a campanha, talvez não tenha dado oportunidade para que as lideranças da coalizão pensassem qual seria o papel jogado por eles passadas as eleições. De qualquer forma, a existência dos Comitês de Base e a força que adquiriram no curso de poucos meses colocava na ordem do dia o tema da relação entre cúpula e bases, um debate que não podia e nem devia ser adiado.

Se entendermos a Frente Ampla como uma força política que surgiu a partir de cima, quer dizer, do acordo entre direções, e que sem deixar de ser um ator partidário se converteu também em movimento popular com a experiência dos comitês, é natural que cedo ou tarde os limites de atuação das bases tivessem de ser melhor estabelecidos; afinal, até que ponto se poderia compartilhar ainda mais a condução de uma aliança já por si complexa?

Tão logo encerrado o pleito *El Popular* informava sobre o evento:

> A 20 días de las elecciones se reúne este Congreso para hacer una evaluación de la situación política luego de los comicios, considerar las experiencias muy ricas del trabajo de los Comités, dar opinión sobre la participación de los Comités en la estructura orgánica del Frente Amplio y abordar el trabajo futuro de los Comités.[1]

De acordo com o discurso do PCU, a função dos comitês era absolutamente clara e, diga-se de passagem, não destoada em nada do que os comunistas sempre entenderam como método político de massas: “Por cierto, gran papel le está reservado a los Comités de Base en llegar a las amplias masas y unirlas políticamente. […]”[2]. Com relação ao lugar que deveriam ocupar dentro da *estrutura democrática e unitária* da Frente Ampla, e visto sua importância, “[...] Sería grave error si se subestimara este papel de los Comités de Base, como lo sería igualmente si se los contrapusiera artificialmente a los grupos políticos que han constituído el

[1] El Congreso de los Comités de base. *El Popular*, p. 4, 15 dez. 1971.
[2] Ibidem.

Frente […]"[3] Assim, conforme o partido, essas eram duas realidades *inseparáveis* enquanto tal.

Não obstante possuísse uma grande inserção no movimento sindical e estudantil, o Partido Comunista, como nenhuma outra força da esquerda uruguaia, jamais havia contado com um engajamento político daquela natureza, e certamente não estava disposto a perdê-lo[4]. Nesse ínterim, *contrapor* bases e direção poderia destruir o forte vínculo construído pelos comitês junto à cidadania entendida de uma maneira mais ampla.

Zelmar Michelini também declarou que a Frente Ampla se constituía sobre dois pilares: em primeiro lugar os grupos político-partidários que se expressavam eleitoralmente e participavam da luta parlamentar; depois, os comitês, que reuniam o povo incluindo pessoas que muitas vezes não apoiavam nenhum setor específico. Para o senador, "En el equilibrio de esos factores, partidos político organizados y comités de base, es que el FA tiene para nosotros la razón de su triunfo futuro."[5] Tal qual o comunismo, Michelini não acreditava no choque entre as duas esferas de atuação política, mas antes na complementaridade delas.

> [...] Es necesario vigorizar todo ese fenómeno, institucionalizarlo, darle además a todos los comités de base la posibilidad de intervenir en la formación del acto de voluntad final del Frente Amplio. Y esto no significa en modo algún una colisión con los Partidos Políticos, sino por el contrario la reafirmación de lo que el Frente Amplio es.[6]

O Partido Socialista aproveitou a oportunidade do congresso para reafirmar o caráter *multipartidário* e *policlassista* da unidade das esquerdas, o qual se expressava tanto nos *organismos centrais* quanto em suas bases. A *contribuição fecunda* dos comitês na *organização* e *formação* política do *povo* era *indiscutível* segundo o PS[7]. Os socialistas reclamavam a criação de um *corpo de normas* que regulasse o trabalho nos vários níveis da frente e promovesse uma *conjunção harmônica* entre eles, posição já firmada por José Enrique Díaz: "[…] Pensamos que los Comités de Base deben ser estructuras activas y dinámicas del FA y que deben estar encuadrados dentro de la estructura general del Frente. […]"[8]

---

[3] Ibidem.
[4] Un Congreso que sólo el F.A. pude hacer. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 20 dez.1971.
[5] Michelini: "Los Comités revelaron que el pueblo es lo más importante". *Ahora*, Montevideo, p. 3, 18 dez. 1971.
[6] Ibidem.
[7] Viva el Frente Amplio. Por un gran Congreso de Comités de Base. *El Oriental*, Montevideo, p. 2, 17 dez. 1971.
[8] José Díaz: El Frente Amplio venció. *El Oriental*, Montevideo, p. 8-9 e 14, 10 dez. 1971.

A Frente Ampla na verdade já contava com regras de atuação e conduta para seus membros; tudo isso fora estipulado no *Reglamento de organización*[9]. Ocorre que esse documento datava de março de 71, isto é, momento em que os comitês ainda estavam se formando – embora alguns existissem antes mesmo do surgimento da aliança[10] –, e decerto não se previa que tivessem um crescimento tão grande até as eleições. Urgia agora acomodar essa força e brindá-la com maior acesso às instâncias internas de decisão.

A Democracia-Cristã via a irrupção das bases como parte de uma questão maior: o *pluralismo* no interior da FA. Reputado como um *problema organizativo de grande transcendência*, o fenômeno não era visto como um obstáculo a priori, mas que por suas características poderia trazer dificuldades. "[...] El pluralismo partidario es una realidad fiel reflejo de la naturaleza del movimiento; soslayarla o ignorarla sería un gravísimo error que en nada hará avanzar la verdadera unidad y que debilitará el trabajo común […]"[11]. Segundo essa lógica, o extremo fracionamento poderia ser prejudicial diante das *exigências do novo tempo histórico*, impondo a todos o desafio de integrar essas *forças dispersas* articulando-as de forma *coerente* e *disciplinada*[12].

Os Comitês de Base reforçavam tal diversidade de maneiras diferentes: antes de tudo, eram o *ponto de encontro* daqueles indivíduos que militavam em uma ou outra organização, configurando assim um *primeiro grau de pluralismo*; mas também incorporavam, em um *segundo grau de pluralismo*, pessoas que não tinham partido ou grupo definido[13]. O PDC entendia que a *estrutura organizativa* Frente Ampla respaldava muito bem a primeira forma de participação, mas não a segunda; daí a importância do congresso.

Juan Pablo Terra obviamente considerava os comitês como algo positivo, um diferencial da FA em relação aos partidos majoritários: "El Frente ha traído a la política algo nuevo, la participación del pueblo de todas las zonas del País y todos

[9] Reglamento de organización. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit.
[10] De acordo com Miguel Aguirre Bayley, o primeiro Comitê de Base da Frente Ampla foi fundado em La Paz, no Departamento de Canelones em novembro de 70. Em Montevidéu, a primeira organização desse tipo surgiu em dezembro do mesmo ano, denominando-se *Comité Vecinos de Sayago*, por ter usado a sala do Cine Sayago em seu ato inaugural. BAYLEY AGUIRRE, Miguel. *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971.* op. cit., p. 49.
[11] El Congreso de los Comités de Base. *Ahora,* op.cit.
[12] Ibidem.
[13] Ibidem.

los grupos sociales. […]"[14] Em contrapartida, anos depois o dirigente confessou o receio de abrir a estrutura decisória da organização às bases, o que poderia comprometê-la irremediavelmente. Para Terra, as decisões da FA só existiam na medida em que seus integrantes, mesmo com todas as diferenças, chegassem a um *certo consenso*,

> […] Y cualquier idea de convertir eso en un movimiento que se gobierna por la base, primero convierte a las bases en un campo de una lucha despiadada por la dominación, donde los aparatos rentados pasan a contar poderosamente. **Y, en segundo lugar, eso significaba la destrucción, porque el día en que se tomaran decisiones que un grupo no pudiera compartir, se terminaba el Frente**. Eso era fatal. […][15] (Grifo meu)

Toda essa polêmica – que na época foi tratada a portas fechadas – residia em dar participação a um setor que não atendia às mesmas disposições que os integrantes ordinários da aliança. Os grupos partidários estavam inseridos em uma realidade política de corte institucional, respondendo à demandas e situações diferentes daquelas experimentadas pelos comitês no seu dia-a-dia. Ao tomar parte em órgãos deliberativos, as bases poderiam desequilibrar o pacto que dera origem à Frente Ampla. Discursando ante os delegados dos comitês no referido congresso, Liber Seregni assinalava essas diferenças:

> Un error tremendo seria minimizar a los Comités de Base, sin percibir que esos Comités de Base son la dinámica común del Frente, y que sin ellos –o con ellos contraídos – iríamos a una mera yuxtaposición de partidos, sin comunicación efectiva entre sí.
> Pero el otro error, en el lado opuesto, es llevar al máximo el Rol de los Comités de base; es la creencia de que los Comités de base son todo el Frente Amplio, y confundir así el Frente Amplio con un partido único, y no una convergencia, el acuerdo, la colaboración de varios partidos. **Este también sería un error que podría destruir a nuestro Frente por el lado opuesto**, pues no toma en consideración la importancia y el rol decisivo que han tenido y que tienen en el nacimiento, en la composición y en la dinámica de nuestro Frente la coalición de los partidos participantes.[16] (Grifo meu)

A conclusão de Seregni era de que ambos esses extremos deviam ser evitados, buscando, ao contrário, valorizar a *dupla característica* da frente, que conjugava partidos e movimentos de base. Seu discurso está marcado pelo tom

---

[14] "Una cálida solidaridad frentista rodea Seregni". Declaraciones de Juan Pablo Terra. *Ahora*, Montevideo, p. 2, 21 dez. 1971.
[15] HARNECKER, Marta. *Forjando la esperanza*. op. cit., p. 44.
[16] Discurso inaugural de Seregni ante el Primer Congreso Nacional de Comités de Base, el 18 de diciembre de 1971. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 50-51.

conciliador que exigia a situação: “Un elemento requiere al otro, y el uno no lo es, ni lo sería, sin el otro. […][17] Após o término do evento, a Democracia-Cristã elogiava as intervenções e a *presença do líder*:

> En el reciente Congreso de los Comités de Base comprobamos una vez más, el dimensionado popular de este ya indisputable liderazgo. El tema preñado de dificultades, de la relación partidos-órganos de base, fue encarado por Seregni, como corresponde a su responsabilidad dirigente, sin eufemismo y sin escamoteos. I dio una línea precisa y muy justa, que mereció el unánime consenso de los delegados. La espinosa cuestión había principiado a resolverse cuando su planteo y solución venía avalada por un raciocinio justo y por una voz prestigiosa.[18]

Nos balanços do congresso encontramos uma série de pontos como a denúncia de *campos de concentração* para *presos políticos*; o *repúdio* à campanha e aos *atentados praticados* contra a Frente Ampla; a reafirmação da *unidade* como base da política frentista, etc.[19] Muitas sugestões também foram feitas, principalmente visando melhorar a qualidade e a eficácia da propaganda da unidade oposicionista. Ao final dos trabalhos, aproximadamente quinhentos relatórios foram dirigidos ao Plenário Nacional da coalizão, que além de avaliá-los deveria finalmente “[...] estructurar en definitiva los basamentos orgánicos del F.A. y la participación de las bases en su seno.”[20]

Antes mesmo do início da nova legislatura, marcado para 15 de fevereiro, os membros da Frente Ampla firmaram o *Compromiso político*[21], documento cuja elaboração estava prevista na *Declaración constitutiva*[22], mas que foi postergada com a anuência geral por conta do início da campanha. A derrota nas urnas exigia um pronunciamento no sentido de reiterar a unidade e mostrar que o projeto das esquerdas não fora animado apenas por finalidades eleitorais[23]. Aprovado unanimemente no Plenário Nacional o texto declarava:

> Las organizaciones políticas que componen el Frente Amplio ratifican su compromiso de cumplir y respetar los acuerdos establecidos en la Declaración Constitutiva, las Bases Programáticas, el Reglamento de Organización, las Primeras 30 Medidas de Gobierno y el presente

[17] Ibidem., p. 51.
[18] La presencia del líder. *Ahora*, Montevideo, p. 6, 22 dez. 1971.
[19] I Congreso Nacional de Comités de Base. In: BAYLEY AGUIRRE, Miguel. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971. op. cit., p. 71.
[20] La gran respuesta de los Comités de Base. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 21 dez. 1971.
[21] Importante acuerdo reafirma la unidad del Frente Amplio. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 17 fev. 1972.
[22] Declaración constitutiva. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit.
[23] Reafirmando la unidad en el Frente Amplio. Se firmó un transcendental acuerdo político. *El Oriental*, Montevideo, p. 9, 25 fev. 1972.

> Acuerdo Político y de luchar por hacer realidad los postulados del programa nacional y de los programas departamentales aprobados.[24]

Aquele *compromisso* não fazia nada além do que retomar os acordos anteriores, e talvez servisse mais para marcar uma posição no interior do campo político que assegurar o cumprimento de normas e obrigações já estabelecidas e aceitas por todos desde um ano antes. A diferença, agora, era que a nova força contava com parlamentares eleitos exclusivamente pela Frente Ampla, os quais deveriam adotar todas as resoluções dos organismos dirigentes, de forma que seus mandatos estivessem a serviço da FA[25]; esse disposto atendia à contingências que não existiam antes das eleições.

Em uma disposição transitória, os signatários do *Compromisso político* se obrigavam a tratar da abertura e modificação da estrutura orgânica da frente no prazo de um mês, deliberando sobre: "a) Normas que aseguren la participación efectiva de los Comités de Base en la dirección política del Frente Amplio a nivel nacional, departamental y local."[26]; e "b) Criterios de integración y representatividad de los grupos políticos en los organismos de dirección del Frente Amplio."[27] Como parece, o lugar das bases continuava incerto e pendente.

A emergência da organização com seus trezentos mil votos após novembro, bem como o enorme crescimento dos comitês e de seu poder mobilizador, nos leva a questionar sobre a condução política da Frente Ampla há um ano de sua fundação. Uma coisa era dirigir a aliança com vistas à disputa eleitoral, quanto todos os esforços estavam voltados para uma só finalidade; outra, comandar uma bancada legislativa já constituída e imprimir-lhe rumos comuns.

Nas entrevistas realizadas é possível encontrar diferentes interpretações sobre esse processo, quer dizer, os protagonistas têm opiniões bem diversas sobre qual setor ou nomes exerceram mais influência da direção da FA naquela conjuntura. Para Esteban Valenti, que era líder da Juventude Comunista, o PCU se sobressaia devido a sua estrutura; em depoimento:

> […] Había una realidad, el Partido Comunista tenía más militantes que los demás, tenía más aparato que los demás, tenía más medios que los demás; cuando digo más medios tenía un diario, tenía radio, tenía más locales, tenía más dirigentes sindicales, tenía más…

[24] Compromiso político. In: BAYLEY AGUIRRE, Miguel. *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971.* op. cit., p. 281.
[25] Ibidem., p. 281-282.
[26] Ibidem., p. 283.
[27] Ibidem., p. 284.

> ¡Sobretodo más aparato! Funcionaba como tal. Por eso mismo yo te diría que todo el mundo lo miraba con mucha atención que no hubiera ese tipo de hegemonía, ese tipo de copamiento. Y más, cualquier cosa que olía a eso generaba mucha rispidez, mucha atención de parte de los demás. Bueno, y después claro, está claro, ¡quien tenía más ponía más! No fue un problema […].[28]

Na visão do independente Alberto Couriel, assessor político de Liber Seregni durante o período:

> Yo creo que el papel más destacado lo tuvo Seregni, yo trabajaba con Seregni […] Los discursos de Seregni eran fantásticos, no porque yo participara en el equipo ¡que eran fantásticos! Generaba reflexión, generaba discusiones, fue una figura muy impactante Seregni en su campaña electoral, en el 72 ya era un tipo muy fuerte. **En el 72 hace un discurso impresionante sobre la paz, las formas de encontrar la paz, si es la guerra o es el diálogo, a propósito de la guerrilla, que es el discurso del 29 de abril del 72, es un discurso clave y es un discurso donde ¡de pronto el Partido Comunista no le gusta!** Pero Seregni nunca le fue a preguntar a los sectores políticos que ponía en los discursos, ni pasó jamás por los sectores políticos ningún discurso de Seregni previo, eran de Seregni y nada más. Entonces yo creo que fue muy relevante. […] Salvo Seregni no me animo a decirte que algún grupo político fuera privilegiado.[29]

Não resta dúvida que Seregni se colocou acima das correntes internas da coalizão e desempenhou um tipo de liderança que dificilmente alguém vindo do universo partidário exerceria. No entanto, a fala de Couriel sugere uma sobreposição temporal de diferentes personagens. Com o início da ditadura, o presidente da Frente Ampla foi detido permanecendo preso até 1984, período no qual se fortaleceu politicamente; de maneira que o último Líber Seregni, ou se quisermos, o mais recente, aquele que saiu da prisão como líder inconteste da Frente Ampla, é projetado sobre o primeiro, militar reformado que apenas ingressava no mundo dos partidos e que mal iniciara sua longa trajetória[30].

Romeo Pérez acredita que na maior parte do tempo houve uma direção compartilhada entre o *Grupo dos cinco* e também Seregni, o qual posteriormente

---

[28] VALENTI, Esteban. *Esteban Valenti*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (37 min).

[29] COURIEL, Alberto. *Alberto Couriel*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (26 min).

[30] Em outra entrevista, Wilfredo Penco frisa o papel de Seregni menos como condutor e mais como mediador político, porém, o situa como uma personalidade ainda em construção: [...] Y yo diría que la gran figura que crece, que sigue creciendo y que por supuesto va adquirir su mayor dimensión después de la dictadura es Seregni, lo que en la estructura común del Frente tiene una gran importancia en la articulación de esas fuerzas dentro del Frente. PENCO, Wilfredo. *Wilfredo Penco*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).

começou a participar da negociação de temas mais delicados: "[...] ¡Después de las elecciones! las reuniones de los cinco se hacían con Seregni, como candidato común, ¡después de las elecciones! […]"[31] Segundo Pérez, devido a atritos ideológicos, por vezes as discussões se polarizavam e eram decididas somente entre a Democracia-Cristã e o comunismo, ficando de fora as demais correntes e o próprio Liber Seregni.

> Ahora, dentro de esos cinco grupos, los que elaboraban más políticamente, los que tenían posiciones sobre todos los temas eran el Partido Demócrata-Cristiano y el Partido Comunista. Y más de una vez, un estancamiento, en que unos vetaban una propuesta y otros vetaban otra propuesta, se resolvió, mediante entrevistas, negociaciones, por ejemplo de Juan Pablo Terra con Rodney Arismendi, o sea PDC y Partido Comunista… ¡ni Seregni! En esos primeros tiempos, hasta el golpe, muchas veces los dos actores primordiales eran estos. Ahora, hay que nombrar a los cinco, porque la 99 en algunos temas pesaba, Rodríguez Camusso en algunos temas pesaba, pero, Seregni casi nunca daba opinión, pero, los actores fundamentales eran PDC y el Partido Comunista. [32]

Nessa mesma direção, Wilfredo Penco mencionou a existência de um *predomínio de equilíbrios*; "[...] que no son equilibrios serenos, que no son equilibrios que se produzcan en forma inalterable, sino que son el producto incluso de tensiones y de discusiones, pero se logran equilibrios. […]"[33] Ainda em seu depoimento:

> En primer lugar toda la historia del Frente muestra como ningún agrupamiento es siempre el mismo el premiado por el apoyo electoral más significativo. En el año 71 la lista más votada es la 1001, con un predominio evidente del Partido Comunista, del Frente Izquierda de Liberación más otras incorporaciones en la alianza político-electoral, pero el Frente del Pueblo obtiene la misma cantidad de senadores que la 1001, e incluso por acuerdos electorales en el interior del país obtiene más diputados que la propia lista 1001. Un poco más rezagado la Unión Popular encabezada por Erro obtiene un solo senador, pero obtiene una cantidad también de diputados significativa. Y eso hace que se dé un cierto equilibrio, por lo menos en el ámbito parlamentario que es además de la calle el ámbito de mayor significación en esos primeros anos hasta el golpe de Estado del 73.[34]

Tendo a concordar com as interpretações que se referem a uma direção mais descentralizada, como as de Romeo Pérez e Wilfredo Penco; sem descartar, porém,

---

[31] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).
[32] Ibidem.
[33] PENCO, Wilfredo. *Wilfredo Penco*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).
[34] Ibidem.

que integrantes como o PCU e o PDC certamente desequilibravam na hora de tomar decisões. De resto, a partir de abril, o país foi varrido por uma onda de violência sem precedentes nas últimas décadas, o que exigiu da Frente Ampla um acerto decisivo entre suas correntes; essa foi talvez a primeira grande prova enfrentada pela legenda em sua breve atuação política.

2. Violência contra violência: o *Estado de Guerra Interna* e o aumento do protagonismo militar

Foi ao longo do ano de 1972 que as Forças Armadas entraram na cena política uruguaia de maneira mais pronunciada. Embora desde antes das eleições a *luta antisubversiva* já estivesse a cargo dos militares[35], a campanha política transcorreu em um clima de relativa inatividade dos grupos armados, não havendo enfrentamentos da magnitude que se viu logo em seguida.

Em janeiro, depois de ações de propaganda revolucionária em Paysandú, o MLN suspendeu a trégua que o próprio grupo decretara:

> [...] Hoy ponemos fin a la tregua que unilateralmente iniciamos antes de los comicios. Ha quedado clara nuestra disposición, una vez más, de agotar las instancias para llevar la paz al país. Queda claro también que este camino se reemprende porque el gobierno no da, ni quiere otra salida. Queda, pues, exclusivamente sobre sus hombros la responsabilidad de haber desencadenado esta guerra civil.[36]

Além da guerrilha, a extrema direita também intensificou seus atos naqueles primeiros meses, o que tornou o clima político cada vez mais acirrado. Novos grupos como o *Escuadrón de la Muerte* e o *Comando Caza Tupamaros* somaram-se à *Juventud Uruguaya de Pie* – JUP, multiplicando os já frequentes conflitos de rua. Uma consulta rápida aos jornais mostra um incrível número de incidentes e

[35] Desde el 9 de septiembre de 1971, las Fuerzas Armadas habían asumido la conducción de la lucha antisubversiva por disposición del gobierno, y el 17 de diciembre siguiente se creó la Junta de Comandantes en Jefe que reunía a la autoridad suprema del ejército, la marina y la aviación. A partir de estas dos resoluciones, la crisis político institucional se manifestó en la creciente intervención de los militares en los asuntos públicos, proceso que condujo a la formalización, durante el mandato de Bordaberry, de un inestable equilibrio cívico-militar con predominio castrense. (ARTEAGA, 2000, p. 298)

[36] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 125.

arbitrariedades, como a interdição de vários órgãos de imprensa e atentados contra militantes e Comitês de Base da FA.

De várias formas, mesmo dirigentes importantes da aliança foram perseguidos e atingidos. Acusado de manter vínculos com a subversão, Ariel Collazo foi detido pela polícia por 48 horas. Como não conseguiu se reeleger, o ex-deputado do MRO foi preso em fevereiro, logo após perder seu foro privilegiado[37]. Em 9 de abril Zelmar Michelini e Enrique Rodríguez, ambos senadores da frente, tiveram suas casas atingidas por bombas[38]. No final de maio, em tom preocupante, um artigo de *Ahora* procurava explicar a situação: "Los sucesos políticos se desarrollan con impresionante velocidad que bastan unas horas para exigir replanteos y revisiones, para analizar novedades que alteran las conclusiones de la víspera".[39]

Desde janeiro a CNT vinha negociando um aumento de salários na *Comisión de Productividad, Precios e Ingresos* (COPRIN). No entanto, os acréscimos exigidos pelos sindicatos – da ordem de 40% – estavam muito acima do que empresários e governo se mostravam dispostos a conceder[40]. O quadro evoluiu para uma greve geral convocada em 13 de abril, lembrando que além dos aumentos, a central de trabalhadores também engrossava as fileiras da Frente Ampla pedindo o fim das *Medidas Prontas de Seguridad*.

Outro fato que levou mais água a esse moinho foi desencadeado pelos Tupamaros. Em fevereiro o MLN sequestrou Nelson Bardesio, um fotógrafo policial tido pela luta armada como membro do Esquadrão da Morte. Levado ao *Cárcel del Pueblo*, espécie de prisão mantida pela luta armada, Bardesio foi interrogado, resultando em uma série de fitas cassete nas quais confessava seu envolvimento e o de vários outros agentes em atentados e assassinatos de opositores. Transcritas suas falas, elaborou-se um documento imediatamente enviado a políticos e organizações; uma denúncia chocante do que vinha acontecendo no país clandestinamente e com a conivência do Poder Executivo. (MARTÍNEZ, 2006, p. 19-20)

A riqueza de detalhes no depoimento de Nelson Bardesio era impressionante, e num sinal inequívoco do estado caótico a que chegara a sociedade uruguaia, após

[37] Ibidem., p. 129-130.
[38] Ibidem., p. 144.
[39] Alucinante suceder de los hechos. *Ahora*, Montevideo, p. 6, 29 mai. 1972.
[40] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 143.

arrolar as atividades descritas pelo refém, o informe do MLN trazia uma lista com nomes e endereços de pessoas implicadas com a repressão e *condenadas à morte* pelo *Tribunal do Povo* – presidido pelos próprios Tupamaros. Ao fim desse "veredito", pedia-se o cumprimento do mesmo nos seguintes termos: "SE FACULTA Y SE CONVOCA A TODOS LOS REVOLUCIONARIOS PARA QUE HAGAN EFECTIVA ESTA SENTENCIA DONDE, CUANDO Y COMO PUEDAN."[41]

Na manhã seguinte, 14 de abril, quatro execuções mostravam que o pedido fora atendido sem demora por comandos do MLN. Em resposta, as Forças Conjuntas da polícia e Exército saíram à procura de guerrilheiros infligindo oito baixas aos Tupamaros. Aquela sexta-feira sequer terminara e havia doze mortos por conta de um enfrentamento político inimaginável poucos anos antes[42].

Em meio a esse turbilhão de eventos, a Frente Ampla ficou cada vez mais isolada no Congresso. Uma monção apresentada pelos frentistas pedindo o levantamento das medidas de segurança obteve uma meia vitória em março: o fechamento de jornais ficou sem efeito e se restabeleceu o direito da imprensa comentar paralisações e greves. Por outro lado, não se conseguiu anistiar aqueles que haviam sido detidos por crimes políticos; a maioria blanca e colorada fez sentir seu peso nesse quesito. Se àquela altura já não era possível restaurar a normalidade jurídica, agora, com as mais de dez mortes, o futuro imediato parecia sombrio.

Nesse mesmo dia a Assembléia Geral iniciou uma sessão que durou 24 horas, e cuja pauta, é claro, foi monopolizada pela tragédia recém acontecida e a votação de uma proposta do Executivo pedindo a aprovação do *Estado de Guerra Interna*, o qual aprofundava o marco repressivo então vigente. Em um discurso incisivo, Michelini defendia que a *corrida de erros* que os levara até ali teve início em 68, pelas mãos do governo Pacheco Areco: "Estos hechos no son nuevos. Alguien dijo que eran previsibles; y sí, lo eran. Desde 1968, cuando se adoptaron las

[41] Ibidem., p. 149.

[42] Ibidem., p. 150. Este salto abrupto en el nivel de violencia, y el número de muertes, golpeó muy fuertemente a la sociedad uruguaya, moldeada por su cultura en un respeto profundo por la vida humana. La simpatía más o menos difusa, de la que gozaba el MLN en medios liberales, se volvió franca reprobación después de estos hechos. La propia izquierda, que por afinidades ideológicas no podía condenar sin ambigüedades la conducta tupamara, se mostraba perpleja ante este giro inesperado de los acontecimientos que la dejaba desguarnecida, y que parecía favorecer únicamente al sector oficialista y a las fuerzas de la extrema derecha. (COSTA BONINO, 1995, p. 224)

primeras medidas prontas de seguridad, se estaban encadenándolos hechos que nos iban a traer a esta situación."[43]

O senador da Frente Ampla fazia críticas duríssimas ao presidente Bordaberry, mostrando a coincidência absoluta entre sua política e a do pachequismo. Para Zelmar Michelini, a aprovação do Estado de Guerra Interna seria um terrível equívoco, não só porque esse tipo de intervenção não resolveria o problema da violência – os vários anos de *Medidas Prontas de Seguridad* provavam isso –, como também julgava incorreto ceder à pressão das Forças Armadas, que desejavam mais prerrogativas e autonomia no combate à guerrilha tupamara.

> […] Los gobiernos que son tolerantes con los planteos militares terminan siendo sus prisioneros; los gobiernos débiles frente a las exigencias militares – América Latina está llena de ejemplos – terminan sumiendo al país en situaciones mucho perores que de las pretendían.[44]

Enquanto os parlamentares se revezavam na tribuna chegou a notícia de que a sede do Partido Comunista, onde se reuniam centenas de militantes, havia sido invadida pela Guarda Metropolitana de Montevidéu. Boatos davam conta de que a polícia simplesmente respondeu a tiros vindos dali contra uma patrulha. Os deputados Rodney Arismendi e Gutiérrez Ruiz, presidente da Câmara, abandonam o recinto e vão conferir pessoalmente o que havia passado, encontrando um cenário de semidestruição. Arismendi voltou à Assembléia Geral ainda naquela noite desmentindo a versão dos policiais:

> Señor presidente: he dicho con toda vehemencia – y lo pienso – que atribuir que desde la Casa del Partido Comunista se disparó en el día de hoy o en cualquier otro día de la vida normal del país, con armas largas contra una patrulla de la Guardia Metropolitana, sólo se puede entender como una burla provocación.[45]

Juan Pablo Terra era um dos políticos que haviam recebido o documento dos Tupamaros, e sem sucesso propôs criar uma comissão parlamentar mista para examiná-lo mais detidamente. Dado que as declarações de Sergio Bardesio esclareciam a existência do Esquadrão da Morte, revelando a participação de funcionários do Estado nas ações antisubversivas, os legisladores da frente esperavam convencer as bancadas dos partidos Colorado e Blanco que o MLN não

[43] Quienes empujaron hacia la violencia. *Marcha*, Montevideo, p. 8-11 e 14, 21 abr. 1972.
[44] Ibidem., p. 10.
[45] Discurso de Rodney Arismendi. Historia de un allanamiento. *Marcha*, Montevideo, p. 11, 21 abr. 1972.

era o único grupo a empregar métodos violentos, e que, portanto, não cabia declarar uma guerra oficial contra a organização sem antes investigar e por fim às ações paramilitares.

Como a proposta de Terra não fosse acolhida no plenário – só os integrantes da FA apoiaram sua iniciativa –, na manhã de sábado Enrique Erro veio em defesa do colega tentando evitar o pior, ou seja, que os militares assumissem de vez o comando daquele processo[46]. Erro leu a íntegra do depoimento de Bardesio, mas nada do que fizesse comoveu os outros parlamentares. Em minoria, os representantes da Frente Ampla viram ser aprovados o Estado de Guerra Interna e a suspensão das poucas garantias individuais ainda não usurpadas pelas medidas já em vigor[47]. Assim, atendendo ao princípio da violência contra violência, o Poder Legislativo abriu caminho para que os militares entrassem de vez na vida política uruguaia.

As disposições de 15 de abril concediam *faculdades excepcionais* ao Executivo; o papel das Forças Conjuntas não só foi ampliado como a imprensa ficou impedida de noticiar livremente sobre o que viesse a acontecer. Como o governo sabia que uma grande ofensiva seria desatada, e que por certo violações e exageros iam ser cometidos, o Estado de Guerra privava a opinião pública de qualquer informação acerca de operações militares e policiais que não chegasse de fontes autorizadas[48].

Proibiu-se também “Emitir opiniones o juicios sobe la actuación de las fuerzas armadas y policía que conspiren contra su moral o reputación en cuanto se refiera a la lucha antisubversiva”[49]. Os ministérios da Defesa Nacional e do Interior pretendiam evitar ao máximo repercussões negativas, e por isso “blindaram” as atividades repressivas no que pudessem prejudicar a imagem dos órgãos de segurança. O descumprimento dessas ordens seria entendido como *delito militar* e punido como tal.

Com a chancela do Congresso preparou-se o terreno para algo que toda a esquerda reunida na FA temia, e que de fato não tardou a acontecer. O Estado de Guerra Interna havia cumprido apenas dois dias e um episódio bárbaro assinalou o tipo de tratamento que os opositores receberiam durante o regime de exceção. Na

[46] Del discurso del Senador Enrique Erro. *Marcha*, Montevideo, p. 8-10 e 11, 28 abr. 1972.
[47] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 152.
[48] Prohibido informar. *Marcha*, Montevideo, p. 10, 21 abr. 1972.
[49] Ibidem.

madrugada do dia 17, Exército e Polícia executaram sumariamente sete membros[50] do Partido Comunista na Seccional 20 do PCU (MARTÍNEZ, 2006, p. 11); uma matança até hoje sem esclarecimento. Segundo as explicações oficiais dadas após a chacina, outra vez militantes teriam disparado contra um oficial; o mesmo argumento usado na invasão da sede dos comunistas menos de 72 horas antes[51].

O absurdo do acontecido era tão flagrante que Wilson Ferreira Aldunate, cujo partido apoiara os colorados na aprovação do Estado de Guerra, declarou:

> [...] Votamos cosas tremendas: suspensión de las garantías individuales y el Estado de Guerra Interno. La verdad que nos costó. Políticamente teníamos todo para ganar y nada para perder. Estas medidas rigen porque nosotros lo determinados, porque el Partido Nacional quedó con el terrible dilema de ser el árbitro. Votamos para quienes están destruyendo la esencia misma de la nacionalidad […]. Votamos estas facultades extraordinarias y 48 horas después nos encontramos con ese lamentable episodio de hoy en el cual, en un club político – y es doblemente trágico porque es un club político – donde había 21 personas, 7 terminaron muertas, 12 heridas y sólo dos resultaron ilesas […].[52]

Amordaçada, a imprensa de oposição não pôde investigar o caso da Seccional 20 como convinha fazer e, uma vez que estava impedida de se referir criticamente ao assunto, reproduzia as falas dos políticos da Frente Ampla registradas em atas da Assembléia, artifício que as leis discricionárias ainda não proibiam. Nesses discursos, os termos *fascismo* e *fascista* foram talvez os mais utilizados para qualificar aquela onda de atentados e seus responsáveis. É o que vemos na emocionada denuncia do senador comunista Enrique Rodríguez:

> Esta gente que ha caído por estar defendiendo desarmada un local partidario, en momento que las hordas fascistas consuman 14 atentados en una sola noche y en tres meses 64 atentados, solamente puede hacer esa tarea en base a una profunda convicción revolucionaria. Así lo estaban haciendo. Así cayeron, humildemente, serenamente. Cumpliendo con su obligación. Sabiendo que más allá de las balas asesinas y de las manos que aprietan los gatillos, éste es el producto de la creación de un clima determinado que hay intereses y personas que no quieren detener, que existen otros intereses y personas que quieren precipitar, que hay otros que temen

[50] Um dos sobreviventes, gravemente ferido, morreria hospitalizado dias mais tarde, totalizando então oito vítimas. FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 154.

[51] O assassinato dos oito militantes do PCU é mencionado em vários trabalhos sobre o período, mas o melhor e mais detalhado estudo foi feito pela historiadora Virginia Martínez e publicado pela primeira vez em 2002: MARTÍNEZ, Virginia. *Los fusilados de abril.* ¿Quién mató a los comunistas de la 20? Montevideo: EBO, 2006.

[52] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 153.

> enfrentar como si fuera posible evitar la confrontación con esas fuerzas de la reacción. […][53]

O acumulado de fatos exigia que a FA se posicionasse publicamente. No dia 29 de abril, Liber Seregni fez um de seus mais longos pronunciamentos, tratando, é claro, da pacificação social. De acordo com o presidente da aliança, a Frente Ampla saia às ruas para assumir sua *responsabilidade* perante o país, e também para dar início a um *processo de respostas*. Suas opiniões quanto a origem da violência política eram conhecidas de todos, mas havia que reiterá-las naquele momento excepcional, afinal, os *poderes públicos* haviam declarado uma *situação de guerra*[54]. Falando como militar de carreira, Seregni fez uma reflexão teórico-histórica acerca dos conflitos armados e suas implicações para os uruguaios, notadamente por se tratar de um conflito *interno* e *fratricida*. Como solução possível defendia:

> Un primer aspecto. Una primera respuesta inmediata. Si estamos en guerra, ésta tiene dos modos fundamentales de resolución: por dialogo entre las partes, o por exterminio de una de las partes. **En nuestra historia patria, las guerras internas han terminado con un dialogo entre las partes. Finalmente, aun los victoriosos, nunca llevaron la guerra hasta el exterminio del otro bando**. […] Éste es un hecho constante de nuestra historia: las autoridades públicas de turno, en la ocasión, han dialogado con la subversión. Y no se pretenda introducir distinciones falsas entre "revoluciones" en el siglo pasado y "subversión" en nuestros días. Para cualquier gobierno de cualquier tiempo, aquellos que se han levantado en armas en su contra han sido "subversivos". Ésta es la verdad. […][55] (Grifo meu)

O recurso à história nacional, diuturnamente empregado na reivindicação do legado artiguista, também serviu para que Liber Seregni apontasse uma saída para aquela crise de segurança; lembrando sempre que não se *apagariam* os *sintomas* da violência se não se *apagassem* suas *causas*, e a Frente Ampla vinha justamente para cumprir essa tarefa[56]. As razões daquele enfrentamento, como já dissera em outras oportunidades, estavam inscritas nas estruturas econômicas injustas, as quais deveriam ser transformadas[57].

Esse eloquente discurso pela paz, na verdade bem mais que um simples pedido de trégua entre Exército e Tupamaros, foi reverberado por várias lideranças

---

[53] Como se distorsionan los hechos. *Marcha*, Montevideo, p. 12-14 e 18, 21 abr. 1972.
[54] Discurso de Seregni pronunciado en un acto del Frente Amplio en la plazoleta del monumento al Gaucho, el 29 de abril de 1972. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 100.
[55] Ibidem., p. 103-104.
[56] Ibidem., p. 105.
[57] Ibidem.

frentistas[58]. No Congresso, Zelmar Michelini retomou as propostas de Seregni como uma *contribuição à pacificação*, mas que supunha antes a *anistia* e a *plena vigência das liberdades*[59]*.* Vivian Trías concordava que o governo impusera uma *lógica de guerra* aos uruguaios e que, na contramão dessa lógica, harmonizando com a *tradição histórica* do país, Seregni propunha o *caminho* da paz e não o do *extermínio* como fazia o governo[60]. É certo que o presidente da Frente Ampla teve a imagem fortalecida após sua intervenção em favor de um diálogo entre rebeldes e Forças Conjuntas; restava saber se um cessar fogo era possível.

O ato público de 29 de abril não serviu apenas para que a Frente Ampla marcasse uma posição no campo político, pois desde o início das hostilidades seus parlamentares já vinham fazendo oposição ao combate ostensivo contra a guerrilha. O discurso de Liber Seregni, tantas vezes recobrado nos meses seguintes, também sugeria quais rumos a organização devia seguir em uma conjuntura tão adversa[61], principalmente porque algum setor mais radicalizado poderia interpretar que era chegada a hora de um enfrentamento direto com o governo Bordaberry.

O Partido Socialista, por exemplo, vinha sustentando que passadas as eleições, era preciso aprofundar a unidade na coalizão, tarefa que dependia de *definições táticas*, *consolidação organizativa* e um *plano de luta*[62]. O socialismo propunha discutir abertamente a etapa cumprida e o quê o futuro próximo lhes reservava, formulando para tanto questões que podiam soar temerárias. Do ponto de vista tático o partido indagava se a FA era realmente o *principal instrumento de luta* naquele instante e naquele país; e mais: "[...] ¿La lucha política se agotó o no en el período electoral, y de no ser, cual es su principal escenario? […]"[63]; na sequência, com uma pergunta ainda mais taxativa: "[...] ¿Entramos a la contradicción orden-subversión, orden-comunismo, orden-violencia, que nos plantea el gobierno o no? […]"[64]

É preciso ressalvar, porém, que os questionamentos do PS não eram apresentados como imposições; ao contrário, o grupo assumia uma postura tendente ao diálogo com opiniões diversas no interior da aliança. Por sua vez, o

[58] Seregni: "Alto el fuego entre los orientales". *Ahora*, Montevideo, p. 2-3, 2 mai. 1972.
[59] Los caminos del la paz en el debate de la Asamblea General. La propuesta del General Seregni. *Ahora*, Montevideo, p. 13, 19 mai. 1972.
[60] Ibidem.
[61] El Frente establece su línea. *Ahora*, Montevideo, p. 6, 2 mai. 1972.
[62] MARTÍNEZ, Ramón. Táctica, organización y plan de lucha. *El Oriental*, p. 7, 25 fev. 1972.
[63] Ibidem.
[64] Ibidem.

Partido Comunista, apesar dos pronunciamentos austeros após o assassinato de seus militantes[65], não falou em retaliações e prosseguiu, ao menos oficialmente, reproduzindo o discurso da pacificação.

Em julho, a veiculação de um documento intitulado *Definições políticas*[66] atestava que a cúpula da Frente Ampla temia por sua desagregação interna. Em face do grave momento vivido, esse texto estabelecia normas para integrar os diferentes setores evitando sua dispersão. Um dos problemas levantados pelo texto era que ao defender a trégua e o entendimento, a FA fez surgir no seio da militância *diversas interpretações* sobre o significado da pacificação, quer dizer, *provocou certo retraimento* das bases: "En consecuencia, es necesario precisar la línea del Frente Amplio para la etapa actual e instrumentar un plan de movilización con el objetivo de unificar criterios que faciliten una acción unitaria y eficaz."[67]

Quando o Estado de Guerra Interna foi decretado, a organização se viu diante de uma encruzilhada: ao evocar sua *função pacificadora*, a sigla mantinha a coerência com tudo o que havia defendido desde sua fundação; ao mesmo tempo, o discurso de Seregni em 29 de abril e as *Definições políticas* tentavam enquadrar suas várias correntes em face de uma possível guinada à esquerda. Por outro lado, havia o risco de que a mobilização popular alcançada se esvaísse, o que segundo a própria Frente Ampla parecia estar acontecendo.

Conter o ímpeto de seus membros mais ativos era vital para a unidade, mas talvez custasse uma perda de espaço junto àquela porção da cidadania mais engajada politicamente. De qualquer forma, o documento é claro ao lembrar que o *esgotamento das vias democráticas* era um compromisso aceito por todos na *Declaração constitutiva* e em outros acordos anteriores, e que por isso devia ser cumprido.

> Los militantes, grupos y partidos políticos integrantes del Frente Amplio **están obligados, de acuerdo a lo dispuesto en sus Documentos Constitutivos y el Acuerdo Político, a seguir estos lineamientos de acción política en sus distintos niveles de actuación y a no sostener otras líneas ni el empleo de otros**

[65] Poucos dias após as mortes, em um comício do partido, dizia-se: Sabemos mais que nunca que a linha mais profunda da salvação do país está na unidade do povo. Na unidade da classe operária e dos sindicatos, na unidade dos estudantes, dos professores, dos homens do povo, na unidade de todos os cidadãos. **Mas essa unidade com firmeza, militância, sem passividade nem complacência, com inteireza combativa e clareza de vistas; assim o povo unido poderá salvar o país**. Nem um passo atrás. In: ARISMENDI, Rodney. *A revolução latino-americana*. Antologia de textos (1970-1974). Lisboa: Edições Avante, 1977, p. 93. (Grifo meu)

[66] Definiciones políticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. op. cit., p. 123-126.

[67] Ibidem., p. 123-124.

> **métodos de lucha que los establecidos en el presente documento**, que ratifica y desarrolla para la actual coyuntura, los aprobados en aquellos documentos, hasta tanto el Plenario Nacional no adopte otra posición.[68] (Grifo meu)

Além dos ataques efetivos de grupos paramilitares, a FA se transformou em alvo de agressões verbais por parte do governo, que a essa altura buscava apoio na opinião pública para dar continuidade a sua cruzada antiguerrilheira. Em 18 de maio, durante um atentado contra o Comandante do Exército Florencio Gravina, o MLN matou quatro soldados que faziam a guarda do oficial[69]. O ato foi prontamente reprovado pela esquerda[70].

Um dia depois, em cadeia de rádio e TV, Bordaberry prestou homenagem aos militares mortos e atacou a coalizão sem mencionar nomes. O Presidente dizia querer a paz tanto quanto todos, e que era responsável por ela, "Pero también estoy convencido de que el lobo intenta ponerse la piel de cordero y esa convicción es la que me obliga a dirigirme hoy a ustedes, para denunciar a los falsos apóstoles de la paz, para decir cuál es la verdadera paz […]"[71]. Para o mandatário, a paz *autêntica* e *duradoura* supunha *sinceridade* e *boa fé* de quem a invocava, afirmação que vinha seguida de uma pergunta:

> ¿Es buena fe hablar de paz e igualar a los hombres que mueren asesinados cobardemente y cumpliendo con un deber, con los que matan en nombre de una justicia que expresamente se niegan a buscar por las vías pacíficas? Porque no otra cosa es pedir alto el fuego a ambas partes, como si fueran iguales, como si no hubiera una al margen de la ley y otra cumpliendo denodadamente con el deber de defenderla.[72]

A tentativa de associar a Frente Ampla aos Tupamaros, como vimos, não era nova, e quando não se vinculava toda a aliança à luta armada, vinculava-se parte dela. Uma semana antes das acusações do presidente da República, um comunicado das Forças Conjuntas reproduzia textos internos do MLN tentando comprometer os partidos Comunista e Socialista, os quais eram citados pela

---

[68] Ibidem., p. 126.
[69] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 154.
[70] La muerte de cuatro custodios del Comandante en Jefe del Ejército, General Florencio Gravina, constituye un asesinato, en primer término. Acto repudiable y cruel, que estremece de horror a todos quienes no estén, a esta altura, extraviados en cualquier sentido. **Gratuita violencia que ningún fin político – si lo tuviera – podría justificar**. Asesinato de soldados. *Ahora*, Montevideo, p. 3, 19 mai. 1972. (Grifo meu)
[71] Sorpresivo discurso de Bordaberry. Estuvo virtualmente dedicado a atacar al Frente. *Ahora*, Montevideo, p. 2, 20mai. 1972.
[72] Ibidem.

guerrilha como possíveis aliados[73]. Ocorre que uma afronta vinda do próprio chefe do Executivo tinha significados e conseqüências mais profundas, exigindo portanto uma resposta imediata.

Entre reações indignadas e em alguns casos mais comedidas[74], vários outros nomes da Frente Ampla condenaram a atitude Bordaberry[75]. Nesse sentido, chamo a atenção para Liber Seregni, de quem se esperava, suponho, que contestasse energicamente as injúrias recebidas; no entanto, também falando para o rádio e a televisão:

> El Señor Presidente, día atrás, dio una primera respuesta a nuestra proposición. No vamos a descender al análisis de sus calificativos, ni de sus inexactitudes que consideramos inaceptables; queremos ir al fondo de sus palabras, tan ambiguas que muchos las entendieron como un rechazo a nuestra postura de pacificación y a sus fundamentos. **Vivimos una hora histórica, y ante ella no podemos pensar que el Señor Bordaberry haya sido movido por una voluntad contraria a nuestra voluntad de paz**. La propia responsabilidad de su investidura, incluso su obligación de garantizar la concordia entre sus compatriotas y resguardar la soberanía nacional, nos obliga a desechar esa tesis.[76] (Grifo meu)

A despeito de não admitir dúvidas quanto à *sinceridade* da FA em seu empenho pela pacificação e de dizer que os frentistas eram "[...] adversarios irreductibles de las fuerzas políticas y económicas que el Señor Bordaberry representa. […]"[77], Seregni não tratou a questão como uma queda de braço entre o presidente e a unidade oposicionista. Na condição de líder político e em vista da

---

[73] Citando fragmentos nem sempre identificáveis e de forma confusa, o comunicado das Forças Conjuntas referia-se a uma análise do MLN feita após as eleições e os planos da organização para 1972: **Para los más radicalizados del Frente la expectativa no pesa porque esos ya saben que la única salida es la lucha armada, y por lo tanto el destino de ellos es la Orga [Organização]**; para la gran masa que trabajó y votó por una camino y que además hacía su primer experiencia de militancia, la expectativa es más real, **tal vez no estén dispuestos a esperar cinco años más y ahora sólo les queda lo que hagamos nosotros**, y para los del otro lado la expectativa es aún mayor, nos suponen embretados políticamente y esperan ver como nos ingeniamos para salir. Comunicado de las Fuerzas Conjuntas. *Ahora*, Montevideo, p. 23-24, 11 mai. 1972.

[74] BRUSCHERA, Oscar. Carta abierta al Señor Presidente de la República. *Ahora*, Montevideo, p. 5, 22 mai. 1972.

[75] Daniel Sosa Díaz, deputado do PDC, afirmou: Aunque al Sr. Presidente no le guste, nosotros condenamos de la misma forma a los que matan en forma aleve a cuatro modestos soldados de patria como aquellos que, en la misma forma dan muerte a ocho militantes políticos indefensos o torturan en la impunidad de las cárceles. Frentistas responden reafirmando urgencia de la pacificación. *Ahora*, Montevideo, p. 3, 20 mai.1972. Pelo Partido Comunista, o também deputado Jaime Pérez respondia: En el caso, nosotros que hemos sentido el dolor desgarrante de la muerte de ocho compañeros, y que procedimos con serenidad frente al hecho; tenemos autoridad frente a una hora tan amarga para la República a reclamar esa misma serenidad de todas las fuerzas políticas del país. Ibidem.

[76] "Un Estado de Guerra permanente sería un suicidio colectivo". Seregni: "Las Fuerzas Armadas no son responsables por las causas profundas de la crisis". *Ahora*, Montevideo, p. 2-3, 27 mai. 1972.

[77] Ibidem., p. 2.

delicada situação em que a Frente Ampla fora arrojada, tratou de contornar a circunstância desviando o foco do debate para outra direção: a *própria existência* do Uruguai, segundo ele, ameaçada pelos conflitos.[78]

Liber Seregni intuiu, acredito, que além de não resolver o problema do Estado de Guerra, um confronto direto com o governo poderia levar também à perda do controle da FA sobre seus integrantes e, no limite, ao fim de um entendimento que tanto havia custado. Responder àqueles ataques no mesmo diapasão autorizaria a que todos fizessem o mesmo, iniciando uma espiral de ofensas e revides cujo término era imprevisível. Por isso o tom duro, mas conciliador em suas palavras, e pela mesma razão os *militantes*, *grupos* e *partidos* da aliança foram *obrigados* a observar o *Compromisso político* recém estabelecido, garantia de que nenhum setor agiria por conta própria.

Na opinião do presidente da Frente Ampla, a normalização do país dependia de uma trégua, mesmo que temporária, mas que só podia partir do Executivo[79]. Juan María Bordaberry, por seu turno, já havia dito que a paz não surgiria apenas de um ato de sua vontade, isto é, que não podia sanar a violência atacando a *injustiça* e a opressão, suas *supostas origens* como queria a oposição de esquerda [80].

As condições para um cessar fogo verdadeiro nunca foram alcançadas, sendo que em pouco tempo os Tupamaros praticamente conheceram seu extermínio. Em 15 de maio, quer dizer, um mês após a instituição do Estado de Guerra Interna, a Assembléia Geral prorrogou as leis marciais; dessa vez, porém, sem o apoio integral dos partidos majoritários e, claro, contrariando a FA. No princípio, o governo pediu a extensão das medidas por *prazo indefinido*; os colorados ofereceram sessenta dias e os blancos, do *Movimiento de Rocha* e de *Por la patria* acenaram com somente quinze[81]. Por fim, as negociações concederam mais quarenta e cinco dias ao governo[82], um meio termo que permitiu à repressão continuar golpeando a sociedade.

3. A *Lei de Segurança do Estado* e a consolidação do protagonismo militar

[78] Ibidem.
[79] Ibidem., p. 3.
[80] Sorpresivo discurso de Bordaberry… Ahora, op. cit.
[81] Reflexiones en torno a un histórico debate. *Ahora*, Montevideo, p. 6, 16 mai.1972.
[82] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 154.

Bordaberry iniciou o novo mandato do Partido Colorado enfrentando um quadro difícil do ponto de vista da governabilidade. Não apenas sua baixa votação pessoal – *Marcha* o chamava ironicamente de *El presidente del 22%*[83] –, como também a condição minoritária do setor que o apoiava no Legislativo, obrigou o governo a compor alianças a fim de implementar seus projetos.

Dentro de coloradismo os aliados eram os batllistas da Lista 15, os quais, naturalmente, receberam ministérios como parte do acordo. Posto que mesmo assim não obtivesse maioria parlamentar, o Executivo foi forçado a buscar diálogo com o Partido Blanco, o que fazia movido pela retórica de um *acordo nacional* para salvar o país. Nesse contexto, Wilson Ferreira Aldunate e Carlos Julio Pereyra haviam dirigido uma carta ao presidente expondo as *bases mínimas* para um ajuste; essa carta trazia muito do programa eleitoral *Nuestro compromiso con usted*, mas também requeria soluções para temas da hora, como o *desmantelamento* do Esquadrão da Morte. Dentre as exigências:

> 1 - Pacificación nacional y sustitución del estado de guerra por medios legales que supriman la discrecionalidad hoy existente;
> 2 - Desmantelamiento de los organismos estatales paralelos de represión, devolviendo a las Fuerzas Armadas y Policía la plenitud de sus funciones;
> 3 - Reforma Agraria, como Ley y como efectiva realización por parte de los distintos organismos oficiales;
> 4 - Nacionalización de la banca;
> 5 - Ley orgánica de Enseñanza Media, que afirme el principio de laicidad y la continuidad de sus servicios;
> 6 - Recursos para el desenvolvimiento municipal y regional.[84]

Segundo esclareciam os líderes de *Por la patria* e do *Movimiento de Rocha*, com essas ações, governo e oposição poderiam resolver os *problemas mais graves* do pais[85]. As diferenças com os propósitos de Bordaberry, todavia, eram muito grandes e o almejado *Acuerdo nacional* acabou se transformando no conhecido

[83] El presidente del 22%. *Marcha*, Montevideo, p. 6, 25 fev. 1972.
[84] Texto de la carta de W. Ferreira y C. J. Pereyra a Bordaberry. *Ahora*, Montevideo, p. 24, 29 mai. 1972.
[85] Ibidem.

Pacto chico[86], celebrado apenas com as alas mais conservadoras do Partido Nacional[87].

Em meados de 72 o Partido Socialista alertava que o *Pacto chico* permitiria ao governo aprovar tantas medidas de repressão quantas enviasse ao Congresso. Em um editorial de 23 de junho antevia *El Oriental*:

> Luego de setenta y cinco días de vigencia, el estado de guerra deberá ser nuevamente considerado por la Asamblea General, en el curso de la próxima semana. Se descuenta que la mayoría gubernamental, constituida ahora por colorados y blancos "acuerdistas", apoyara la solicitud de prórroga de la guerra y cese de garantías individuales.[88]

As projeções do socialismo se mostraram corretas apenas em parte. A maioria de senadores e deputados situacionistas realmente garantiu vitórias sucessivas ao Executivo, mas em 10 de julho o Estado de Guerra acabou sendo substituído pela *Ley de Seguridad del Estado*, hipótese descartada pelo partido naquele então[89]. O principal dispositivo desse novo regime legal submetia os crimes cometidos por civis à justiça militar, alagando ainda mais a área de atuação das Forças Armadas.

A obsessão da presidência em vencer os Tupamaros exclusivamente pelas armas se traduziu aos poucos em uma autonomização dos militares como agentes políticos. A tarefa de combater a guerrilha, é verdade, já lhes havia sido delegada, mas para todos os efeitos, eles respondiam às autoridades do meio civil. Com o advento da Lei de Segurança, contudo, se lhes concedeu segurança jurídica para atuar e assumir posições que extrapolavam seu papel ordinário de braço armado do Estado. De acordo com a historiadora Selva López Chirico, até o fim do ano os comandantes haviam ultrapassado um *ponto de não retorno*, e mesmo já tendo vencido o movimento armado não aconteceu um *regresso aos quartéis*. (LÓPEZ CHIRICO, 1985, p. 187)

---

[86] Esta semana concretan el "reparto chico". Echegoyen y A. Heber irán juntos a hablar con Bordaberry en Suarez. *Ahora*, Montevideo, p. 24, 29 mai. 1972.

[87] El desenlace de las alianzas no era en absoluto sorpresivo, dado que los puntos de posible acuerdo que había propuesto Bordaberry al directorio del Partido Nacional se centraban en tres prioridades: **la aprobación de leyes más eficaces para reprimir la subversión, laicidad de la enseñanza, y modificación de la ley de imprenta para controlar la prensa**. Estos puntos, que se reducían a implementar una política represiva más eficaz en los distintos frentes, sólo podía concitar la adhesión del sector más conservador y autoritario del Partido Nacional, el mismo sector de donde provenía el propio Presidente. (COSTA BONINO, 1995, p. 222, grifo meu)

[88] La imprescindible unidad. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 23 jun. 1972.

[89] Ibidem.

Nesse período, é possível notar em documentos oficiais das Forças Armadas a emergência de temas de natureza política, como, por exemplo, o combate à corrupção[90]. Também nessa época, uma publicação clandestina do Exército intitulada *El Rebenque* atesta que as pretensões dos círculos castrenses incluíam ampliar sua influência sobre os destinos do país[91], não se limitando apenas às funções técnicas e de defesa do território.

Em um cenário político no qual os militares se faziam cada dia mais presentes e o Poder Legislativo eximia-se se seu papel fiscalizador, aceitando sem muito questionamento as ações do governo, inevitavelmente haveria choque de interesses. A primeira escaramuça entre autoridades civis e as Forças Armadas ocorreu por conta da prisão e tortura de quatro médicos, fato denunciado publicamente em fins de setembro[92]. Diante da repercussão do caso, o Ministro da Defesa, Augusto Legani, determinou a soltura imediata dos médicos, ordem solenemente ignorada pelo Exército configurando a primeira insubordinação das muitas que vieram a acontecer nos meses seguintes.

O não cumprimento da determinação expressa de um gabinete do Executivo deu inicio a uma crise institucional que levou ao pedido de demissão do ministro Legani e à renúncia do General Gravina, Comandante em Chefe do Exército, o qual era favorável a libertação dos detidos e também foi desacatado por seus subalternos.

Além do grande mal estar político e de uma evidente quebra de hierarquia nas Forças Armadas, a situação foi agravada durante uma reunião de emergência entre Bordaberry e seu alto oficialato. O presidente da República, que talvez esperasse

---

[90] Em uma declaração do Clube Naval publicada em agosto, vê-se que a luta antisubversiva já não era o único objetivo a ser perseguido, mas também o combate tenaz à *corrupção* em todas as suas formas. No texto, são acusados de *traidores* não só os subversivos, mas todos aqueles envolvidos com a dilapidação do *patrimônio nacional*. Em um fragmento os militares declaravam [...] Que manifiestan su profundo repudio a cualquier forma de subversión, ya sea la que empuña armas para asesinar cobardemente, la que expolia la economía nacional, la que usurpa al pueblo el producto de su trabajo, la que propende a la corrupción moral, administrativa y/o política, la que practica el agio y la especulación en desmedro de la población o la que compromete la soberanía nacional. […] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 158.

[91] El 9 de julio de 1972 comenzó a aparecer *El Rebenque*, una publicación militar clandestina, que se editó durante varios meses a veces con una periodicidad semanal. La publicación inequívocamente reflejaba los ásperos juicios a la dirigencia política de los sectores más duros del Ejército, **y apresaba la idea de que el papel militar no había acabado con la lucha contra los Tupamaros**. Puede apreciarse como un reflejo del clima de los cuarteles. (LESSA, 2007, p. 71, grifo meu)

[92] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 159.

esclarecimentos e uma retratação por toda a polêmica gerada, foi surpreendido por uma série de exigências da parte dos generais.

A cúpula militar exigia *absoluta independência* nas investigações da *Comisión para la Represión de Ilícitos Económicos*, bem como que seu próprio pessoal apurasse desvios de recursos públicos envolvendo *políticos de notoriedade*. Exigiu-se também que a prisão dos médicos, centro de toda a desinteligência, fosse mantida, e que nenhum oficial de primeiro escalão perdesse seu posto. Cobrou-se ainda *intervenção permanente* das Forças Armadas nos órgãos policiais e maior controle nas propriedades fronteiriças com o Brasil para reprimir o contrabando. (LÓPEZ CHIRICO, 1985, p. 183-184) A partir daquele encontro não ficou mais claro qual instituição devia se submeter e qual deliberar ou, ao contrário, como garantia *El Oriental*, "[...] En adelante, se sabe con certeza quien manda en este país."[93] Continuando, o mesmo *El Oriental* pressagiava:

> **En síntesis, se ha inaugurado la era de la función tutelar de las Fuerzas Armadas sobre los poderes civiles**. Dijimos que estos hechos eran el remate de un proceso. Proceso que se inicia con la ilegalidad permanente del pachecato, que comenzó proscribiendo partidos políticos, que siguió con la implantación perenne de las Medidas Prontas de Seguridad, con el gobierno por decreto, con el desconocimiento a las resoluciones del Poder Legislativo. […][94] (Grifo meu)

No Congresso Nacional, além dos integrantes da Frente Ampla, foram poucos os nomes que se levantaram contra a ingerência militar na política, com destaque para Amilcar Vasconcellos e Ferreira Aldunate, o qual convocou uma passeata cujo lema era *Patria, honradez y ley*, tentando esclarecer a opinião pública sobre o rumo das coisas[95]. Com a mesma intenção, a Mesa Executiva da FA também organizou no fim setembro um ato público contra a violação das liberdades e pedindo o restabelecimento do Estado de direito[96].

O descobrimento de possíveis jazidas de petróleo no Uruguay deu lugar a diversas reuniões de Bordaberry com lideranças político-partidárias para discutir esse e outros temas relevantes. Alvo de duros ataques do presidente havia pouco tempo, a aliança de esquerda não se furtou em comparecer e manifestar suas

[93] Ilícitos civiles y militares. El pueblo tiene las salidas. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 27 out. 1972.
[94] Ibidem.
[95] A passeata se realizou em 27 de outubro de 1972. FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 161.
[96] F.A. "Luchar por las libertades". La coalición exhorta a concurrir al acto de hoy. *Ahora*, Montevideo, p. 5, 27 set. 1972.

idéias, demonstrando assim certa vocação governativa mesmo não estando no poder. Com Liber Seregni, a conversa girou em torno dos aumentos salariais, da produção agrícola, da exploração petrolífera e, claro, do panorama conflitivo que se vivia[97].

A posição de Seregni nesse colóquio foi a de que o Estado de Guerra *já não vigorava* – aludindo à desarticulação quase total do MNL no segundo semestre de 72. (ALDRIGHI, 2001, p. 115-118) Uma vez que o "inimigo" estava derrotado, não se justificava manter um aparato repressivo concebido, de acordo com seus mentores, com o objetivo específico de combater a subversão. A essa altura já era perceptível que o desaparecimento da luta armada não implicaria no fim de um autoritarismo que se arraigara profundamente em determinadas praticas institucionais[98].

Em outra ocasião, ao opinar acerca do crescimento do *fator militar*, Liber Seregni lembrava que o avanço das Forças Armadas sobre o poder e a sociedade civil não se devia apenas a um anseio das autoridades castrenses; antes disso, dava provas da *debilidade interna* do governo, o qual não gozava de *apoio popular* e a muito custo conservava maioria política no Congresso[99]. Seregni concordava que vencida a guerrilha, os altos oficiais voltaram sua atenção para um novo objetivo, processo que descrevia com inadvertida naturalidade.

> – Las Fuerzas Armadas uruguayas, hasta hace poco, se habían mantenido en el papel tradicional de la prescindencia. Eran netamente profesionalistas. Pero ahora la presencia militar en la política es un hecho real. Basta leer los diarios. El mismo hecho de delegar a las Fuerzas Armadas la lucha antisubversiva ha llevado a ellas a otro tipo de conocimientos. **Y se encontraron que existe otro tipo de subversión, mucho más grave, más riesgosa y más profunda: la subversión económica**.[100] (Grifo meu)

---

[97] Ao relatar seu encontro com o presidente disse Seregni: – Lo que el Frente planteó al señor Bordaberry es el estado de angustia espiritual que la situación genera para millares de familias uruguayas, más allá de toda inflexión política. […] Nos preocupa el gravísimo deterioro producido en la concepción de las garantías elementales del hombre, la destrucción de un consenso largamente aceptado sobre los derechos inherentes a la personalidad. **No es aceptable que se diga que "la guerra es así", sobre todo cuando el estado de guerra se estableció con una exclusiva finalidad de orden jurisdiccional y cuando, aun en su interpretación cerrada y más errónea, ese estado ya no rige**. Entrevista a Seregni publicada en el semanario *Marcha* el viernes 15 de septiembre de 1972. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 193. (Grifo meu)

[98] En la bifurcación de los caminos. *Ahora*, Montevideo, p. 5, 26 set. 1972.

[99] Entrevista con el General Liber Seregni. Lógica de la guerra. *Marcha*, Montevideo, p. 11, 27 out. 1972.

[100] Entrevista realizada a Seregni por la revista argentina *Panorama* en febrero de 1973. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 236.

Ora, a existência do que então se chamou de *subversão econômica* – tese corroborada pela fala de Seregni – era algo em princípio defendido pelos militares e até onde pude rastrear uma idéia surgida no seio das Forças Armadas e não entre as esquerdas. Oriundo do Exército, o General Liber Seregni não só atestou esse discurso como também justificou sua atualidade e importância.

> – La dinámica de la lucha que tomaron a su cargo las fuerzas armadas las llevó a este terreno. Por otra parte siempre estuvo presente en ellas como en otros sectores de la población un sentimiento de repulsa "a los políticos", agudizado en los últimos tiempos, que los lleva a buscar entre ellos los causantes y responsables del deterioro económico que vive el país. Estos hechos han influido profundamente en las actitudes de las fuerzas armadas.[101]

Em nenhum momento Seregni afirmou concordar com a intromissão dos militares na condução do Estado, mas tampouco negou que eles tivessem direito a emitir suas opiniões. O modo como percebia aquelas reivindicações deixava entrever, na falta de termos melhores, um misto de complacência e suspeita; posição mantida até que, meses mais tarde, as Forças Armadas finalmente publicassem os controversos comunicados nº 4 e 7. É possível compreender a atitude do presidente da FA sem considerar o peso de toda uma vida na caserna? Certamente não; mas deve-se frisar que outros fatores também contribuíram para que surgisse em quase toda a esquerda essa simpatia em relação a um pretenso despertar progressista nos quartéis.

A investida do oficialato uruguaio contra a classe política do país ganhou fôlego com a posse de informações conseguidas juntos aos Tupamaros. As prisões sistemáticas sofridas no segundo semestre de 1972, bem como a morte de vários de seus efetivos, levaram a guerrilha a negociar uma trégua com as Forças Conjuntas, inclusive repassando-lhes dados de parlamentares envolvidos com *ilícitos económicos* e com próprio MLN.

Municiados com toda essa informação, os militares levaram ao limite seu afã moralizador no combate à corrupção. Ao interpelar políticos e instituições ordenando-os a prestar esclarecimentos, assumiam um papel de fiscalização que logicamente não lhes cabia, mas do qual não pretendiam abrir mão. Em novembro, Zelmar Michelini escrevia para *Marcha* que já era impossível demover as Forças

[101] Entrevista con el General Liber Seregni. Lógica de la guerra. op. cit.

Armadas das prerrogativas que elas próprias se haviam atribuído[102]. O senador da Lista 99 também atribuía aquela situação à *passividade do poder político*, o qual não estabelecera limites para a atuação militar[103], se bem que não deixava de ver como positiva essa espécie de tomada de consciência dos homens de armas:

> [...] En la lucha, el ejército combatiente enfrentó, además los problemas del país. Se ha dicho, con ánimo indudablemente inferior, que parte importante de las fuerzas armadas, se "tupamarizó". Es evidente la intención despreciativa con que se alude al fenómeno. Lo rescatable, más allá de la anécdota, es que innumerables oficiales de las tres armas tomaron contacto con la crisis nacional y comprendieron que por debajo y sobre la lucha armada y la guerrilla, otras fuerzas, otros intereses, aquí y fuera de fronteras destruían al país, lo saqueaban, condenaban a su pueblo, vendían su soberanía. […][104]

Conquanto denunciasse toda sorte de abusos cometidos pelos órgãos de repressão desde abril, o parecer de Juan Pablo Terra sobre *El proceso político de las Fuerzas Armadas*[105] trazia, a exemplo das falas de Seregni e Michelini, certo grau de condescendência para com as pretensões militares externadas após a derrota da luta armada. O líder máximo da Democracia-Cristã chegava a identificar Exército e FA no ataque às *causas profundas da subversão*: "[...] Aquí encontramos un punto de coincidencia con la práctica del Frente Amplio que postula solucionar las causas reales de la violencia. […]"[106] Esperançoso, Terra concluía que havia surgido um *sentido nacionalista* nas Forças Armadas, as quais já não estavam a serviço da *delinquência econômica* e contra os *sindicatos.* O próximo passo seria a *integração* de *trabalhadores*, *intelectuais*, *empresários* e *militares*, sempre unidos pela *grande tarefa* de construir um *país de justiça*[107].

Na contramão dos que acreditavam em uma possível guinada à esquerda dos militares, Carlos Quijano, em uma série de editoriais escritos entre agosto e dezembro[108], alertava quanto ao perigo representado pelas intervenções do setor no meio político; dizia ele: "Coquetear con el depositario de la fuerza sólo puede

---

[102] MICHELINI, Zelmar. Las nuevas realidades. *Marcha*, Montevideo, p. 8, 10 nov. 1972.
[103] La presencia de las fuerzas armadas en la vida del país, estuvo decretada en el mismo instante en que, al adjudicárseles una función represiva, no se adoptaron – como la más elemental prudencia imponía – los resortes de control y orden que asegurasen su dependencia a su jefe natural (Constitución de la República) y su mantenimiento dentro del sistema tradicional del país. Ibidem.
[104] Ibidem.
[105] Terra analizó "el proceso político de las fuerzas armadas". *Ahora*, Montevideo, p. 16, 28 set. 1972.
[106] Ibidem.
[107] Ibidem.
[108] Tiempos difíciles. 11 ago. 1972; Los dados que se echan a rolar. 20 out. 1972; Confusiones peligrosas. 27 out. 1972; El combate de siempre. 3 nov. 1972; Las líneas del proceso. 7 dez. 1972. Todos publicados em *Marcha* e assinados por Quijano.

conducirnos hoy, a los más sombríos mañanas."[109] Para Quijano, havia um *dever de prudência* a ser cumprido pela oposição e a realidade observada nos países vizinhos, Brasil e Argentina, não deixava dúvidas quanto a isso. Citando ainda outros exemplos, chamava a atenção para o caso peruano, muito em voga na época: "¿Acaso el de Perú? Pero ¿de qué sirve para nosotros esa experiencia? ¿Es que las condiciones son las mismas, así como las fuerzas actuantes?"[110] Em síntese, o diretor de *Marcha* não via nas Forças Armadas qualquer indício de renovação e, além de tudo, fundamentalmente desconfiava delas como agente transformador.

> ¿Puede alguien que se llame revolucionario creer que el poder militar en Uruguay, es capaz de hacer la <<revolución>> o estamos frente a una nueva versión de la <<teoría catastrófica>>, que se prestaría para todo, tanto para un fregado como para un barrido, ya a virtud de la cual habría que provocar el caos para que de la acumulación del mal surgiera al fin, el bien; <<teoría catastrófica>> que por ahora, hasta ahora, bien a la vista está, sólo ha conducido a la catástrofe?[111]

A pergunta formulada por Carlos Quijano poderia bem parecer uma questão retórica, isto é, que não carece de resposta por sua obviedade. Ante todos os desmandos praticados pelos militares ao longo daquele ano seria impossível imaginá-los repentinamente como *revolucionários* que se colocavam a serviço do povo e do país; entretanto, houve na FA quem acreditasse que parte das Forças Armadas tomaria o partido da unidade oposicionista auxiliando-a na execução de sua plataforma.

Sob a vaga denominação de *peruanistas*, as esquerdas se referiam a certos oficiais que poderiam impulsionar um realinhamento político das três armas; na realidade, esperava-se que pudesse ocorrer no Uruguai algo similar ao que se iniciou no Peru em 1968 com o *Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada* - GRFA. (SOARES, 2000, p. 99-132) Tal qual o discurso "anticorrupção" dos militares uruguaios, o golpe que conduziu Velasco Alvarado à presidência do país andino também foi legitimado mediante a retórica da moralização do país, objetivo que trazia em seu primeiro manifesto[112]. Outro aspecto chamativo do processo peruano

---

[109] QUIJANO, Carlos. Las líneas del proceso. *Marcha*, Montevideo, p. 7-8, 7 dez. 1972.
[110] Ibidem., p. 8.
[111] Ibidem.
[112] Ao assumir o governo do Estado peruano, a Força Armada inicia a emancipação definitiva da pátria. **Ela assim agiu ante a necessidade de por fim ao caos econômico, à imoralidade administrativa, ao entreguismo das fontes naturais de riqueza e sua exploração em benefício de grupos privilegiados, e tendo em vista a perda do princípio de autoridade**. [...]

era a ênfase dada às reformas estruturais, dentre elas a agrária (D'HORTA, 1971, p. 171-172), o que sem dúvida atraiu o olhar de determinados setores da Frente Ampla.

O depoimento de integrantes do PDC mostra que o grupo foi um dos membros da aliança que mais se entusiasmaram com os projetos do governo Alvarado. Carlos Baráibar assinala que essa referência política, muito presente entre os mais jovens, contraditava com princípios democráticos defendidos pela FA, pois se tratava de um regime nascido de um golpe militar.

> Bueno, el peruanismo tuvo su arraigo. Yo mismo, en el último congreso que estuve como presidente de la Juventud Democratacristiana en el año 75, lo hice en Lima, en el marco de apoyo a la Revolución Peruana, de Velasco Alvarado. Había una gran simpatía y una corriente de pensamiento progresista de las fuerzas armadas frente a las posiciones reaccionarias. Si bien, no éramos de los democráticos, **y tenemos que hacer la autocritica de que estábamos convalidando un proceso social donde la vigencia de la democracia representativa estaba absolutamente excluida**, y donde existía solo la democracia participativa, pero como excluyente de la democracia representativa en el gobierno Velasco Alvarado, no hay duda. […][113] (Grifo meu)

Já Romeo Pérez, lembra que se os democrata cristãos tinham reservas quanto ao exemplo chileno, o qual estava *dominado pelas alternativas marxistas*, se passava o contrário com a *Revolução Peruana*:

> […] A nosotros en el PDC nos gustaba mucho la ideología. No nos gustaba tanto que fuera el proceso protagonizado sólo por militares, pero, lo interpretábamos como un papel vicario de los militares, que se movilizaban en nombre y en función de los intereses de las mayorías indígenas tan dominadas que no podían… que ni siquiera se habían sumado al APRA, al partido aprista peruano. Pero nos gustaba que Velasco Alvarado, sobretodo Velasco Alvarado y otras voces del gobierno militar, decían que la Revolución Peruana tenía tres fuentes doctrinarias: economía y humanismo, el Padre Lebret, que está también en el origen del CLAEH [Centro Latinoamericano de Economía Humana]; las tradiciones anarquistas y las tradiciones del socialismo obrero europeo. O sea, el social cristianismo, el anarquismo y el socialismo sobretodo marxista, o social-demócrata […]. Bueno nos gustaba esa síntesis, y por eso hubiéramos querido que el Frente Amplio tuviera […] en su programática más tópicos

---

Apela ao povo para que ajude a Força Armada a conseguir autêntica justiça social, dinâmico desenvolvimento nacional e o restabelecimento de valores morais que permitam ao país alcançar seus superiores destinos. (D'HORTA, 1971, p. 171-172)

[113] BARÁIBAR, Carlos. *Carlos Baráibar*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 2 arquivos de áudio.WVA (20 e 17 min).

> similares a los de [Perú], más allá de las diferencias entre Perú y Uruguay.[114]

Em um ato público da coalizão realizado no início de novembro, Seregni – que conhecia o Exército por dentro – insistia que a realidade nacional era diferente da peruana, e que *modelos estrangeiros* não serviam para resolver problemas domésticos, "[...] Y eso vale para el ejemplo peruano, que está de moda entre las soluciones planteadas para nuestra aguda crisis"[115]. Logo depois, manifestava o desejo de que a *revolução peruana* triunfasse*,* mas dizia que mesmo com a *simpatia* e *respeito* devidos àquela experiência ela não poderia ser *transferida* ao Uruguai[116].

Podemos interpretar essas palavras de duas formas distintas, mas não excludentes: do ponto de vista sócio-econômico a realidade uruguaia não podia ser, é lógico, igual a do Peru; todavia, os militares e seu papel na história de um e outro país também eram diferentes, e é certo Liber Seregni conjecturava até que ponto um movimento reformista como o peruano teria guarida entre seus colegas de farda, e talvez por isso mesmo não fosse tão otimista quanto outros.

Foram poucos os setores e figuras de oposição que se mostraram terminantemente contra as pretensões políticas das Forças Armadas; e a Frente Ampla, pelo menos não em seu conjunto, tampouco fez parte desse coro antimilitarista. O desconcerto em torno dos reais objetivos dos militares chegou a tal paroxismo que a voz mais importante a denunciá-los veio de alguém do próprio governo, o batllista Amilcar Vasconcellos, que em uma carta aberta de 31 de janeiro de 73 mostrava sua indignação:

> Nadie (…) salvo por cobardía, por comodidad o por ceguera histórica tiene el derecho de ignorar que hay en marcha en este nuestro Uruguay (…) un movimiento que busca desplazar a las instituciones legales para sustituirlas por omnímoda voluntad de los que pasarían a ser integrantes de la 'internacional de las espadas'. Es ladrón el que roba los dineros del pueblo; pero también es ladrón el que roba las libertades a un pueblo. […] **En otros países latinoamericanos la 'soberanía radica en los cuarteles' (…) y algunas mentes extraviadas creen que en el Uruguay el hecho igualmente puede ser cierto**. […][117] (Grifo meu)

---

[114] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

[115] Discurso pronunciado por Seregni en el acto del Frente Amplio realizado en la Explanada Municipal el 3 de noviembre de 1972. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 209-210.

[116] Ibidem., p. 210.

[117] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 168.

As acusações de Vasconcellos não ficaram sem resposta. Primeiro, veio a contestação de Bordaberry, dizendo que não aceitava sob nenhum argumento "[…] la existencia de un movimiento que quisiera desplazar la legalidad y que contara para ello con la pasividad y complicidad de las Fuerzas Armadas o del Presidente de la República. […]"[118] Em seguida, os militares contra-atacaram imputando ao senador a responsabilidade por uma "[...] maniobra que persigue, entre otros objetivos, desprestigiar a las Fuerzas Armadas ante la opinión pública […]"[119].

O mesmo Juan María Bordaberry que em 2 de fevereiro respondia a Vasconcellos *contar* com o *firme respaldo* das Forças Armadas para a *defesa das instituições*, se viu, uma semana depois, frontalmente desacatado pelo alto comando militar. Em uma tentativa de reaver o controle político-institucional já há muito enfraquecido, o presidente designou como novo Ministro da Defesa o General Antonio Francese[120], homem de sua confiança e com forte ascendência sobre o oficialato. (COSTA BONINO, 1995, p. 235) A indicação do nome de Francese foi logo percebida pelos militares como um ato para desarticular seus planos e sem qualquer cerimônia, no dia 8, emitiram um comunicado informando o Executivo que desconheciam a autoridade do ministério e seu titular.

Aquele episódio de insubordinação deu início a uma crise política sem par e que só encontrou desfecho na dissolução do Congresso Nacional em 27 de junho. Narrado por Amilcar Vasconcellos em uma crônica sugestivamente intitulada *Febrero amargo*[121], esse processo marcou o assenhoreamento definitivo da esfera civil pelas Forças Armadas e, para as esquerdas reunidas na Frente Ampla, representou um período de confusão generalizada, opiniões conflitantes e muitas dúvidas.

4. *De fevereiro a junho*[122]: a Frente Ampla entre dois caminhos

[118] Ibidem., p. 169.
[119] Ibidem.
[120] […] Esta designación fue mirada por los observadores políticos como una hábil maniobra para controlar a los militares en consideración a la influencia que ejercía el Gral. Francese en algunos sectores del Ejército. […] Dramáticas horas vive la República. *Ahora*, Montevideo, p. 5, 9 fev. 1973.
[121] VASCONCELLOS, Amílcar. *Febrero amargo*. 2. ed. Montevideo: Tall. Gráf. Vanguardia, 1973.
[122] *De fevereiro a junho. Uma recapitulação necessária* é um dos subtítulos do texto *À classe operária e ao povo uruguaio*, publicado pelo Partido Comunista em agosto de 1973. In: ARISMENDI, Rodney. *A revolução latino-americana*. *Antologia de textos (1970-1974)*. op. cit., p. 207-219.

Ato contínuo à desobediência de sua ordem, Bordaberry pronunciou em cadeia de rádio e TV um apelo à população para que esta defendesse as instituições e as leis[123], classificando a reação militar como *sumamente grave*. O mandatário julgava *imprescindível* que as Forças Armadas aceitassem Antonio Francese à frente da pasta de Defesa e esclarecia não haver qualquer intenção de impedi-las que *combatessem a corrupção*[124].

A Frente Ampla, que já vinha organizando um comício para comemorar seu segundo aniversário de fundação, aproveitou a oportunidade para se posicionar diante dos acontecimentos. Em discurso, Liber Seregni atribuía a agudeza da crise à *incapacidade* e *inaptidão* demonstrada pelo Poder Executivo e julgava que a *simples troca de gabinete* não solucionaria esse *problema de fundo*[125]. Assim, como única solução para o terrível impasse institucional, defendia a renúncia imediata do presidente: "La presencia del señor Bordaberry entorpece las posibilidades de diálogo. La renuncia del señor Bordaberry abriría una perspectiva de diálogo."[126]

Seregni, em tom de alerta, asseverava que o momento pedia uma *interação fecunda* entre *povo*, *governo* e *Forças Armadas* e que ninguém deveria ter o *monopólio* na tarefa de *reconstrução da pátria*[127]. Acredito que sua intenção era dizer que, frente à delicada conjuntura, os militares teriam que integrar qualquer que fosse a saída; por outro lado, "No puede haber soluciones nacionales sin que el pueblo organizado participe y decida. […]"[128] No fim de seu pronunciamento usava sentenças mais herméticas, e que me parece, deixavam margem para diferentes interpretações:

> Nada de falsos dilemas, de opciones falsas. Nada de dogmatismos ni de prejuicios y falsas oposiciones con que intentan defenderse los oligarcas y políticos corrompidos. Una vez más, la cuestión es sólo entre la oligarquía y el pueblo, entre los que comercian con nuestra soberanía y los que saben honrar la memoria de Artigas.[129]

---

[123] La respuesta de Bordaberry. *Ahora*, Montevideo, p. 4, 9 fev. 1973.
[124] Ibidem.
[125] Discurso pronunciado por Seregni en el acto realizado por el Frente Amplio en el cruce de 8 de Octubre y Comercio, en Montevideo, el 9 de febrero de 1973. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 227.
[126] Ibidem.
[127] Ibidem., p. 228.
[128] Ibidem.
[129] Ibidem., 228-229.

Se a *oposição* fundamental se resumia ao binômio *povo* versus *oligarquia*, e não a militares versus civis ou mesmo força versus legalidade, poderia subentender-se que as Forças Armadas não haviam rompido nenhuma barreira e, principalmente, que não estavam contra a população; aliás, quem, além delas próprias melhor *honraria a memória de Artigas*, o "primeiro" dos militares uruguaios? No mais, a repulsa às *oligarquias* era um dos elementos mais presentes no discurso da FA desde as *Bases programáticas*, logo, sua presença não era estranha; contudo, Liber Seregni, que já avalizara o discurso da *subversão econômica*, agora também se referia aos *políticos corrompidos*, outra diatribe tipicamente castrense.

José Rilla e Gerardo Caetano descreveram esse cenário como um *empate de hegemonias*. Para os autores, o sistema político se viu comovido por uma sucessão de *vetos recíprocos* que apontavam para um alardeado e já iminente golpe de Estado. (2005, p.19) O desempate dessa situação, por assim dizer, veio na forma de dois comunicados do Exército e da Aeronáutica firmando a posição dessas armas.

O *Comunicado nº 4*, de 9 de fevereiro, iniciava justificando o porquê da recusa do novo ministro:

> 1º) Si bien se ha manifestado la solicitud al Sr. Presidente de la República de que disponga el relevo y se ha declarado la decisión de desconocer la autoridad del Sr. Ministro de Defensa Nacional, se expresa con la más absoluta lealtad hacia el pueblo y sus autoridades nacionales que dicha posición, **no obedece a que se cuestione la persona misma del mencionado jerarca, sino lo que él representa y las graves consecuencias que derivarían del ejercicio de su cargo**. […][130] (Grifo meu)

Como fica nítido, o documento assinado pelo Brigadeiro José Pérez Caldas e pelo General Hugo Chiappe Posse não pretendia afrontar a um igual – antes de tudo vinha a integridade da corporação –, mas impedir que sua gestão ministerial atrapalhasse os projetos que o comunicado elencava a seguir. Destarte, vários objetivos – muitos dos quais constavam do programa da FA – eram delineados e, segundo o texto, deveriam ser alcançados com a participação diligente das Forças Armadas.

O teor das propostas do *Comunicado nº 4* criou a ilusão de que correntes reformistas estavam capitaneando o movimento. Metas como o *incentivo à exportação*; a *redistribuição de terras*; uma efetiva *política de créditos* e, claro, o

[130] Apéndice documental VI (1955-1973). Comunicado nº 4 (1973) (Fragmentos). In: CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporánea del Uruguay.* De la colonia al Mercosur. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994, p. 249-251.

combate aos ilícitos econômicos alimentaram a esperança de que oficiais *peruanistas* passariam a dar as cartas, gerando uma adesão quase integral dos segmentos de esquerda.

Ao encerrar, exigia-se que quem viesse a ocupar o ministério "[...] deberá compartir los principios enunciados, entender que las FFAA no constituyen una simple fuerza de Represión o vigilancia, sino que, integrando la sociedad, deben intervenir en la problemática nacional […]"[131]. A Marinha, que em principio não apoiou o comunicado e ficou ao lado do presidente – inclusive mobilizando tropas na parte velha de Montevidéu –, acabou aderindo àquele motim político e unificou dessa forma a posição das Forças Armadas[132].

Complementariamente ao *Comunicado nº 4*, no dia 10 dá-se a conhecer o de *nº 7*, em que se precisavam alguns pontos ainda vagos:

> [...] se considera imprescindible establecer que las FF.AA. ni se adhieren ni ajustan sus esquemas mentales a ninguna filosofía política partidaria determinada, sino que pretenden adecuar su pensamiento y orientar sus acciones según la concepción propia y original de un Uruguay ideal, meta inalcanzable pero intensamente deseada, ya que ofrecería el mayor bienestar y felicidad para todos sus hijos. […][133]

Isolado politicamente e sem o apoio que esperava para resistir à pressão militar, não restou alternativa a Bordaberry que aceitar a renúncia de Francese e negociar a posição com os generais no chamado *Pacto de Boiso Lanza*[134]. Na prática, esse acordo selou a capitulação do poder civil, pois instituía o *Consejo Nacional de Seguridad – CONASE*, órgão que permitia aos comandantes participar na administração pública e, teoricamente, implementar seus projetos[135]. Uma fragorosa derrota individual do presidente, mas uma derrota ainda maior de toda a estrutura sócio-política que então se rendia à imposição do mais forte.

Voltando aos comunicados, a despeito de não se alinharem a nenhuma *filosofia política partidária determinada*, sua retórica progressista instaurou um clima de *confusas simpatias* (CAETANO; RILLA, 2005, p.20) nos círculos de esquerda; e não poderia ser diferente. Como era possível uma corporação majoritariamente conservadora, que levara a cabo uma perseguição implacável contra os

---

[131] Ibidem., p. 251.
[132] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 171.
[133] Ibidem., p. 172.
[134] Bordaberry se allanó al planteo de los militares. *Ahora*, Montevideo, p. 4, 13 fev. 1973.
[135] Los ocho puntos. Se crea un Consejo Nacional de Seguridad con amplias facultades. *Ahora*, Montevideo, p. 5, 13 fev. 1973.

oposicionistas do governo – armados ou não –, engendrar uma plataforma como aquela?

A reação aos documentos nas fileiras da Frente Ampla não foi uniforme, mas podemos dizer que a maioria de seus membros, ou pelo menos os mais importantes, os viram como algo positivo. Provavelmente tomado de surpresa, o Partido Comunista, em editorial de *El Popular*, retomava a tese dias antes defendida por Seregni:

> […] Nosotros hemos dicho que el problema no es el dilema entre el poder civil y el poder militar; que la divisoria es entre oligarquía y pueblo, **y que dentro de este caben indudablemente todos los militares patriotas que estén con la causa del pueblo**, para terminar con el dominio de la rosca oligárquica. […][136] (Grifo meu)

Em vista dos últimos lances os comunistas não só identificaram os militares com o povo, como também faziam o contrário, situando o próprio PCU – o partido da classe operária – em favor das Forças Armadas:

> [...] Las Fuerzas Armadas deben reflexionar sobre este hecho: los marxistas-leninistas, los comunistas, integrantes de la gran corriente del Frente Amplio, estamos de acuerdo en lo esencial con las medidas expuestas por las FF.AA. como salidas inmediatas para la situación que vive la República, y por cierto no incompatibles con la ideología de la clase obrera y sin perjuicio de nuestros ideales finales de establecimiento de una sociedad socialista. […][137]

De maneira parecida a Democracia Cristã esgrimia a mesma idéia: “Falso es pues, el dilema que coloca por un lado al gobierno, presunto interprete de la ley y la orden, y las Fuerzas Armadas por otro, como los responsables de una conspiración contra las instituciones.”[138] De acordo com o PDC, os militares haviam tido todas as condições para *tomar o governo*, mas não o fizeram[139], de sorte que – ficava interdito – não se lhes podia imputar o rótulo de golpistas.

Em uma *Análise do pensamento militar*[140] publicada em *Ahora*, podia-se ler a propósito do primeiro comunicado: “El documento expresa pues, un orgánico pensamiento de la institución castrense (si bien la Marina no lo firma ha expresado, por boca de sus jerarcas, compartirlo y haber participado en varias etapas de su

[136] Editorial publicado por *El Popular* em 11 fev. 1973. Ibidem., p. 173.
[137] Ibidem.
[138] Una salida para la crisis. *Ahora*, Montevideo, p. 9, 12 fev. 1973.
[139] Ibidem.
[140] Análisis del pensamiento militar. *Ahora*, Montevideo, p. 7, 14 fev. 1973.

elaboración)."[141] A matéria garantia ainda que os democrata cristãos não estavam perplexos com o irromper político das Forças Armadas, e nem que

> [...] Una institución de honda tradición nacional, donde existen hombres dotados de alta capacitación técnica, hayan advenido al entendimiento de que los problemas de seguridad y la erradicación de las varias formas de la subversión no se agota en la mera acción represivo-militar, de que se hayan aplicado a hurgar en la etiología del fenómeno y que más allá de esta indagatoria, hayan afrontado la compleja tarea de aportar sus esfuerzos en la búsqueda de soluciones es altamente positivo. […][142]

Embora se admitisse em uma segunda parte da *análise* que o conteúdo daqueles textos não conformava "[...] un plan, sino el esquema básico de un pensamiento que requiere ulteriores desarrollos."[143], a legenda fiou-se na expectativa de que um novo horizonte político se abria ao país. Para José Luis Veiga, Secretário Geral do PDC, aquela era uma *boa proposta inicial*, e embora o programa da Frente Ampla fosse *mais profundo e radical*, estavam dispostos a apoiar quaisquer *medidas positivais* que pudessem transformar o país[144].

No Partido Socialista, o impacto dos pronunciamentos militares foi tamanho, que a partir deles o Comitê Central da organização passou a questionar os contornos do que chamou *alternativa democrática*. Para se ter uma idéia, em novembro de 1972 a FA sugeriu publicamente algumas ações – na verdade *cinco grandes medidas*[145] – para dirimir a crise política. Tão logo o *Comunicado nº 4* aparecesse, o socialismo achou *imprescindível* lançar uma ofensiva para atingir os *objetivos definidos*, como se esperasse acelerar o processo aproveitando a repentina inclinação/disposição das Forças Armadas.

> No tiene sentido restringir a 5 los puntos programáticos si no es para **aplicarlos ya**, y no tiene sentido hablar de aplicarlos ya, sin resolver concretamente de qué manera y quién habrá de hacerlo. Por ello los nuevos problemas que tenemos hoy planteados responden a un hecho fundamental que es necesario comprender a cabalidad para desarrollar la lucha: **la alternativa democrática se ha vuelo un problema práctico**.[146] (Grifo no original)

---

[141] Ibidem.
[142] Ibidem.
[143] Análisis del pensamiento militar (II). *Ahora*, Montevideo, p. 7, 15 fev. 1973.
[144] PDC: del gobierno de la oligarquía al gobierno del pueblo. *Ahora*, Montevideo, p. 9, 16 fev. 1973.
[145] 1) Restablecer las garantías el 1º de diciembre […]; 2) Monopolio estatal de las divisas […]; 3) Aumentos de sueldos, salarios y pasividades […]; 4) Expropiación de tierras en poder de extranjeros […]; 5) Coordinación de la enseñanza. Discurso pronunciado por Seregni en el acto del Frente Amplio realizado en la Explanada Municipal el 3 de noviembre de 1972. op. cit., p. 213.
[146] Trascendentes resoluciones del Partido Socialista. *El Oriental*, Montevideo, p. 6-8 e 18, 10 fev. 1972.

Analisando a correlação de forças vigente, o PS contrapunha *fascistas* e *pactistas* de um lado, a Frente Ampla, os militares e o *ferreirismo* (Ferreira Aldunate) de outro. O questionamento do método democrático estava menos em sua validade que na maneira de conduzi-lo, de forma que esses três últimos setores deveriam aliar-se para *impor um governo de unidade nacional*[147]. Nesse caso, é preciso notar, o verbo *impor* estava repleto de significados, traduzindo muito bem a súbita, mas não imprevista radicalização no discurso da sigla.

A questão fundamental dizia respeito à força necessária para *abrir* essa *alternativa democrática*. Amparando-se em Lênin, o partido desaconselhava reduzir a *ação revolucionária* à pressão *a partir de baixo* renunciando à pressão *a partir de cima*[148]. Pressionar a partir de baixo era o que a Frente Ampla vinha fazendo com seus poucos representantes eleitos e os movimentos popular e sindical. Já a pressão a partir cima, é quase supérfluo dizê-lo, caberia às Forças Armadas na hipótese de que houvesse um entendimento nesse sentido. Segundo os cálculos do Partido Socialista, mesmo somando todos os parlamentares oposicionistas – FA e *ferreirismo* – Bordaberry ainda gozava de maioria no Legislativo, tornando impossível uma vitória legal; ou seja, qualquer mudança de fundo dependeria dos próprios governistas. Isso levava o grupo a questionar se o respeito às instituições – pelo menos na forma em que se apresentavam – era ou não viável?[149]

Como visto, o estado de coisas precipitado pelas Forças Armadas incidiu no modo como os socialistas consideravam a institucionalidade; se antes sua defesa era uma premissa, agora, com a virtual possibilidade de acesso ao poder junto aos militares, a importância das leis passava a ter peso relativo.

Nem mesmo a CNT ficou incólume à crise de fevereiro e suas lideranças também viram *pontos coincidentes* entre as reivindicações dos trabalhadores o e que acenavam os comunicados.

> [...] hemos valorado los comunicados 4 y 7 de las fuerzas armadas donde se percibe la intención de llevar adelante algunos puntos reivindicativos coincidentes con los de nuestro programa. Nunca hemos pensado que somos los únicos que queremos la felicidad de nuestro pueblo y nos satisface mucho que otros sectores que no son clase obrera, se manifiesten esas inquietudes: tampoco nos asusta

[147] Ibidem., p. 7.
[148] Ibidem.
[149] Ibidem., p. 8.

> que esas coincidencias se expresen no sólo en documentos sino en la lucha diaria por su concreción.[150]

A central chegou a se reunir duas vezes com autoridades militares para pedir *informações diretas* sobre a intenção política dos comandantes; além disso, expôs várias de suas idéias, pois temas como a *regulamentação sindical* preocupavam os dirigentes gremiais[151]. Esses encontros terminaram sem qualquer posicionamento claro por parte dos militares, mas não tardou para que as Forças Armadas revelassem que toda sua prédica reformista não passava de uma confusa retórica, e que tampouco estavam de acordo com os *caminhos preconizados* pela CNT.

Em um breve informe, a Junta de Comandantes em Chefe declarou que enquanto a central *recorria* a *greves* e *paralisações*, com ou sem *ocupação de fábricas* para alcançar seus objetivos – comprometendo a *delicada situação* do país –, os militares se esforçavam pela comunhão de *todos os orientais*, com *trabalho*, *sacrifício* e *honestidade*[152]. Esse documento, firmado em 9 de abril, era um irrefutável indício de que no embate entre poder econômico e trabalhadores, os militares já haviam escolhido seu lado. Aos poucos, a impressão inicial de que a orientação política do governo seria transformada pelos generais também se dissipava e o flerte das esquerdas com as Forças Armadas se encaminhava para o fim.

Curiosamente, quando já era inegável a frustração das expectativas criadas, os frentistas pareciam não querer responsabilizar os militares pelo abandono de seu programa de reformas; atribuíam a culpa dessa renúncia às *oligarquias*, as quais teriam cooptado as Forças Armadas lançando-as contra o povo. Dias antes do golpe de 27 de junho, Liber Seregni argumentava:

> El febrero las Fuerzas Armadas dijeron querer un desarrollo nacional, y de sus bases surgía un enjuiciamiento al proyecto oligárquico. **Desde febrero hasta hoy, lo que podemos comprobar en sus líneas generales es que el proyecto oligárquico sigue en marcha, arrastrando consigo a las Fuerzas Armadas. La oligarquía está integrando a las Fuerzas Armadas para su**

[150] Sindicatos y militares. Declaración de la C.N.T. La era militar. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 69, abril de 1973, p. 35-36.

[151] Detrás de los intentos de imponer la reglamentación sindical, se han escondido siempre los esfuerzos de la oligarquía, de la derecha, por enchalecar a los sindicatos, no por garantizar los derechos, sino para negarlos, no para cumplir la constitución garantizando el ejercicio pleno del derecho de agremiación y huelga sino para coartar esos derechos; en una palabra, impedir que los sindicaros ejerzan plenamente su acción como una fuerza fundamental en el proceso de la unidad del pueblo uruguayo por la liberación de nuestra patria del dominio de la oligarquía y el imperialismo. “Lo que el país requiere”. Ibidem., p. 41-42.

[152] “Caminos irreconciliables”. Ibidem., p. 41.

> **modelo represivo; parece haber absorbido febrero**. Y esto es ya una opinión generalizada; el conjunto del pueblo se da cuenta de esta dirección, y ésa es la razón de un claro bajón del prestigio de las Fuerzas Armadas desde febrero, por no cumplir febrero.[153] (Grifo meu)

Em textos do PCU redigidos após a dissolução do Congresso Nacional encontramos esse mesmo raciocínio, o que torna a "absolvição" dos militares ainda mais contraditória. Em uma longa mensagem *À classe operária e ao povo uruguaio*[154] datada de agosto, o partido esclarecia que as intenções das Forças Armadas resumidas nos *Comunicados 4 e 7* haviam sido *desvirtuadas* com o *Pacto Boiso Lanza*, sendo que *elementos negativos* e de *continuidade* se imiscuíram no que seria *um programa positivo de transformações nacionais*[155].

A crença do PCU em uma virada progressista das Forças Armadas foi tamanha, que mesmo depois de perpetrado o golpe de Estado, seus dirigentes seguiam ignorando o mais óbvio: o acordo de *Boiso Lanza* fora imposto pelos militares e não pelas *classes dominantes*. Indo além, se os *sinais renovadores* de *fevereiro* não se confirmaram, isso se devia à própria índole político-ideológica dos oficiais, que não foram forçados por ninguém a mudar de idéia. O fato é que no interior da Frente Ampla poucos setores se pronunciaram criticamente às funções extraordinárias assumidas pelo oficialato; o MBPP, de Rodríguez Camusso, foi um desses membros discordantes. Para Wilfredo Penco:

> […] Sí, efectivamente hubo puntos de vista diferentes. Había información distinta también con la que se contaba por parte de los diferentes sectores sobre qué era lo que estaba ocurriendo a nivel de los mandos militares, en el Ejército en particular, y en ese sentido yo lo que puedo decir es que nosotros del Movimiento Blanco Popular y Progresista, que en ese momento se llamaba de esa manera, tuvimos una posición claramente… identificada, por lo decir de alguna manera, con la línea que quien la marcó con más claridad dentro del Frente fue el Dr. Carlos Quijano desde el Semanario Marcha. […][156]

---

[153] Discurso de Seregni en el Palacio Peñarol de Montevideo, al finalizar un jornada de actividad de la militancia frenteamplista, el 19 de junio de 1973. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 287.

[154] À classe operária e ao povo uruguaio. op. cit.

[155] A partir desse compromisso negativo, as classes dominantes, que se tinham sentido profundamente alarmadas pelos sinais renovadores que eclodiram nos primeiros dias de Fevereiro, **desenvolveram uma campanha sistemática para desvirtuar esse sentido renovador, converter em letra morta os postulados de seu programa**, travar inclusivamente o impulso da luta contra os chamados ilícitos econômicos, [...] tentar semear, para maior glória de *la rosca* e do imperialismo, a divisão e a confusão entre as forças do povo que estavam a encontrar uma linguagem comum. Ibidem., p. 213. (Grifo meu)

[156] PENCO, Wilfredo. *Wilfredo Penco*: depoimento [Dez. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (43 min).

Posteriormente, alguns dos protagonistas deram sua versão a respeito daquele conturbado processo. Seregni veio a dizer que o *Comunicado nº 4* era de *leitura ambígua*, e por isso causou desentendimento entre os frentistas, acrescentando que os *militares* da FA, liderados por ele mesmo, foram mais cautelosos diante da situação, quer dizer, que não aprovaram inteiramente os comunicados: "[...] Fue una posición mía, que finalmente no tuvo apoyo, pero que fue acompañada por Héctor Pérez Rompani, y fue apoyada por Baliñas, por Irastorza… Los militares que teníamos cargos de dirección. […]"[157]

O depoimento de Liber Seregni acaba, digamos, eximindo-o de um determinado ônus sobre os fatos, pois imputa aos demais dirigentes a responsabilidade por aquela espécie de congraçamento com as Forças Armadas. É muito difícil precisar – sem margem de erro – posições individuais em se tratando de um debate que aconteceu nos bastidores da aliança, quer dizer, de uma discussão que não foi travada nos órgãos de propaganda das esquerdas. Romeo Pérez acredita que a atitude de Seregni em relação aos comunicados era mais de *desconfiança* quanto a seus prováveis autores que de uma reprovação cabal.

> Los militares seregnistas eran bastante simpatizantes, aunque desconfiaban. Desconfiaban por ejemplo de Gregorio Alvarez, que era el general que aparecía y que mencionaban los coroneles que hicieron el movimiento de febrero. Seregni y los militares del grupo de él no le tenían confianza personal, pero no estaban en contra.[158]

É bem possível que isso tenha acontecido. O pequeno círculo militar que aderiu à Frente Ampla tinha a vantagem de conhecer pessoalmente os mentores do *movimento de fevereiro*, o que lhe dava cetra vantagem na hora de avaliá-lo. Novamente nas palavras de Seregni:

> […] ¡Conocíamos la actuación de los actores de ese proceso! Y esos actores eran los mismos que se habían alienado en determinadas posiciones cuando el terrismo, cuando da guerra de España, cuando el nazismo… De ahí venia nuestro convencimiento de que la expresión de esos documentos no era lo que ellos pensaban ni lo que ellos pretendían. Por eso dimos de inmediato la voz de alerta… […][159]

---

[157] BUTAZZONI, Fernando. *Seregni-Rosencof. Mano a mano*. op. cit., p. 202-203.
[158] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).
[159] BUTAZZONI, Fernando. *Seregni-Rosencof. Mano a mano*. op. cit., p. 203.

Se bem que não fosse um militar e tivesse um conhecimento apenas teórico das Forças Armadas, Juan Pablo Terra sustentou um ponto de vista quase idêntico em entrevista concedida nos anos 90:

> Mi opinión fue siempre adversa. Creo que entre los cuatro coroneles del comunicado de febrero, había uno que tenía una cierta orientación populista peruanista, Trabal, que venía del Servicio de Inteligencia. ¡Vaya uno a adivinar el pensamiento de un jefe de un Servicio de Inteligencia! Entre los otros cuatro había por lo menos dos que eran prácticamente nazis, entonces, la idea de que ahí iba a surgir un peruanismo a mí me pareció siempre de una irrealidad absoluta. **Aunque debo reconocer que en el PDC hubo algunos individuos que tuvieron un cierto optimismo en relación con esto**. […][160] (Grifo meu)

Justamente por ser um debate circunscrito, de dirigências, eventuais incompatibilidades dentro de um mesmo partido ou setor não vinham à tona na imprensa. O discurso reproduzido pelos jornais costumava ser mais bem acabado nesse particular, mas a revelação de Terra acerca das desarmonias na Democracia-Cristã pode ser confirmada por outro testemunho; uma vez mais citando Romeo Pérez: "En el PDC, por ejemplo, una mayoría éramos simpatizantes, y yo estaba entre los simpatizantes del movimiento de febrero, y una minoría no. Juan Pablo Terra estaba en la minoría, que acompañaba pero no tenía la misma convicción. […]"[161]

Apoiando integralmente os comunicados ou suspeitando dos mesmos, me parece que a FA – em especial alguns de seus integrantes – esperava articular sua plataforma àquilo que porventura os militares viessem a concretizar, crendo, é óbvio, que os oficiais sustentassem o que era afirmado nos documentos. Todavia, mesmo que a intervenção das Forças Armadas pudesse representar um "atalho" aos projetos da coalizão, e muitos pensaram assim, em nenhum momento se falou em substituir Bordaberry por qualquer um que não fosse seu vice-presidente. A partir do discurso proferido por Liber Seregni em 9 de fevereiro, o que se repetiu à exaustão foi um pedido para que o mandatário renunciasse, mas abrindo caminho à sucessão constitucional, única fórmula legitimamente aceita.

A aproximação das esquerdas com o suposto reformismo das Forças Armadas, que reitero, não foi unânime, permitiu que certas alas da Frente Ampla cortejassem alternativas políticas arriscadas em face do que a unidade oposicionista

[160] HARNECKER, Marta. *Forjando la esperanza*. op. cit., p. 70.
[161] PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [Nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevidéu, 2008. 1 arquivo de áudio.WVA (1:49 min).

defendia desde sua criação: o acato às instituições e à via democrática. Posto em xeque por algumas de suas correntes, o respeito à legalidade nunca foi completamente desprezado e, no limite, serviu de baliza para todos, mesmo os mais radicalizados, não perdessem de vez o horizonte de atuação escolhido pela FA.

5. *O fim do princípio*[162]: a Frente Ampla e o golpe civil-militar

Mesmo preocupado com toda a polêmica interna desencadeada pela questão militar, bem como com os atritos entre Forças Armadas e poder civil, no fim de março Seregni visitou três países que, de distintas maneiras, representavam experiências importantes para a esquerda uruguaia; eram eles, Argentina, Chile e Peru[163]. Decerto temendo o que poderia acontecer em sua ausência, antes da partida deixou orientações por escrito a Juan José Crottogini[164]; no fundo uma tentativa de fazer-se presente na FA visto o clima de incertezas.

A escolha desses países, de acordo com o líder da coalizão, respondia a um propósito muito claro: "[…] en Argentina, Chile y Perú surgen y se consolidan procesos revolucionarios de liberación nacional de vastas y hondas repercusiones para América Latina."[165]; e completava dizendo que "A través de este contacto personal, el Frente Amplio profundizará sus vínculos solidarios con las corrientes emancipadoras de esos pueblos hermanos" […]"[166]

Na republica vizinha, a pequena delegação da Frente Ampla pretendia se encontrar com o recém eleito Héctor Cámpora, o qual fora nomeado pelo próprio Juan Domingo Perón como candidato da *FREJULI – Frente Justicialista de Liberación*. (RIZ; TORRE, 2001, p. 115) Além de Cámpora, informava *El Oriental*, Liber Seregni encontraria igualmente com "[...] sacerdotes del Tercer Mundo e

[162] Assim intitulava-se a edição de *Cuadernos de Marcha* dedicada ao golpe civil-militar. El fin del principio (27 de junio de 1973). *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 73, agosto de 1973.
[163] Seregni a Argentina, Chile y Perú. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 23 mar. 1973.
[164] CHIFFLET, Guillermo. Crottogini: el Frente y la irrupción de los militares. *Marcha*, Montevideo, p. 9, 1 jun. 1973.
[165] La gira de Seregni por el continente. *El Oriental*, Montevideo, p. 2, 30 mar. 1973.
[166] Ibidem.

integrantes del Comando Tecnológico, el sector más hacia la izquierda del Peronismo."[167]

Entrevistado por *La Opinión* durante a breve estadia em Buenos Aires, o presidente da FA comentava as *similitudes* entre os projetos da FREJULI e sua organização:

> – Son movimientos auténticamente populares, expresiones de sus respectivos pueblos con ideas doctrinarias y programáticas concretas. Tienen un contenido nacionalista autentico y buscan cortar con la dependencia del exterior y otorgar a sus países un desarrollo autónomo y real. Quieren aplicar una democracia verdadera y efectiva, con participación popular; tienden a lograr formulas socialistas de las economías de sus países a través del control de sus recursos básicos y coinciden en la necesidad de establecer las bases de un desarrollo que logre superar la crisis que padecemos. Hay, pues, una gran similitud, salvándolas condiciones particulares de cada uno de nuestros países.[168]

O contato da Frente Ampla com a *Frente Justicialista* não deixava de ser inusitado, pois, no Uruguai, as esquerdas nunca aclamaram os peronistas e sua política – pelo menos se nos referimos ao peronismo fundacional. Logicamente, muita coisa havia mudado desde os anos 40, e daí talvez a *revalorização* desse movimento[169]. Outro ponto a ser mencionado é que nem o comunismo e tampouco a Democracia Cristã participavam da FREJULI, integrando outro conglomerado político, a *Alianza Popular Revolucionaria* – APR. Essa diferença fundamental, é claro, impunha que se buscasse diálogo com o setor em nome das boas relações partidárias: "– Con la Alianza Popular Revolucionaria tenemos también lineamientos que confluyen con los nuestros, más allá de las diferencias de matices."[170]

Finalmente, Seregni teve de continuar a viagem sem falar com o novo chefe do Executivo argentino, o qual não se encontrava no país; por isso, tratou-se na ocasião de agendar um colóquio entre ambos para as semanas seguintes. Ao se despedir, em uma coletiva de imprensa, respondeu a várias perguntas a respeito da crise militar uruguaia, certificando, inclusive, que as Forças Armadas só teriam o

---

[167] Ibidem.

[168] El peronismo es un gran movimiento de masas que la izquierda ha revalorizado. *La Opinión*, Buenos Aires, p. 8, 29 mar. 1973.

[169] Em uma análise para *El Oriental* José Enrique Díaz escrevia sobre essas mudanças: Pero no todo es gris. Ya hace mucho tiempo que cuadros y grupos de procedencia izquierdista se han integrado al peronismo y cuadros del peronismo de origen nacionalista y cristiano han asumido las concepciones socialistas; y hay revolucionarios que, fuera del peronismo, se plantean trabajar con los revolucionarios de este movimiento, por los comunes objetivos de la libertad y del socialismo. […] DÍAZ, José Enrique. El peronismo y los marxistas. *El Oriental*, Montevideo, 27 abr. 1973, 2ª Sección, p. 3.

[170] El peronismo es un gran movimiento de masas que la izquierda ha revalorizado. op. cit.

apoio da FA se sustentassem um *programa de libertação* que incluísse os *setores populares*.

> Aclaró que el Frente Amplio no propicia un golpe de estado. "Queremos un orden democrático real. En el Uruguay se vive un proceso dinámico y nuestra voluntad es la búsqueda de una salida que beneficie el país".
> Afirmó luego que "en nuestros países subdesarrollados y dependientes, las Fuerzas Armadas tienen una función que va más allá de la custodia de las fronteras. Deben participar en los procesos de liberación nacional y en la aplicación de planes de desarrollo".[171]

Quanto à passagem por Santiago do Chile, anos depois Liber Seregni a lembrou nos seguintes termos: "Los días pasados en Chile fueron por invitación de Salvador Allende. Tiempos atrás le había conocido acá en Montevideo. Tenía una buena relación con él; estos que era momentos muy difíciles para el gobierno de Chile. […]"[172] De fato, era visível a deterioração político-institucional do país, sobretudo do ponto de vista de sua governabilidade, o que não escapou à observação do visitante: "[...] A esta altura estaban caminando los planes, en plena marcha para el golpe de Estado. Estaba muy tensa la situación en Chile, y muy, muy difícil. Con todo, tuve contactos hermosos y hermosas situaciones vividas."[173]

Na última escala desse circuito, em Lima, os frentistas apenas saudaram Velasco Alvarado, que havia sofrido uma internação e estava impedido de recebê-los formalmente. Não obstante, conversaram com a maioria dos generais que tomavam parte no governo, e ali também, relatou Seregni, já se notava sinais de desgaste do regime:

> – Había tensiones internas y en los hechos estaba apareciendo una realidad: que la revolución no había prendido y que encontraba, por el contrario, fuertes resistencias en la población civil. Una conclusión a la cual se llegaría después, que incluso la conversamos con los propios generales del proceso peruano, es que las revoluciones no se hacen desde arriba. Por supuesto, siempre alguien las tiene que dirigir, pero es como cantaba Zitarrosa: "Crece desde el pie".[174]

Por ironia, essa canção de Alfredo Zitarrosa – candombe escrito pelo artista ao regressar do exílio nos anos 80 – era uma visão otimista sobre a redemocratização, e em uma das estrofes dizia: "[...] Crece desde el pueblo el futuro

---

[171] Parte hoy Liber Seregni, tras reiterar las similitudes entre Argentina, Chile y Perú. *La Opinión*, Buenos Aires, p. 11, 31 mar. 1973.
[172] BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *Seregni*. op. cit., p. 94.
[173] Ibidem., p. 95.
[174] Ibidem.

crece desde el pie, ánima del rumbo seguro crece desde el pie. [...]"[175] Já no Uruguai de 1973, ignorando a vontade popular e agindo como bem entendiam, Bordaberry e os militares deram início a uma ditadura que se estendeu por mais de dez anos.

O itinerário dos representantes da Frente Ampla nessa espécie de missão de reconhecimento, nos leva, inevitavelmente, a pensar na decisiva interferência das Forças Armadas em toda a região durante o período. A Argentina acabava de sair das ditaduras de Onganía e Lanusse, o Perú vivia a ditadura de Velasco Alvarado e, o Chile, por sua vez, se precipitava na ditadura de Pinochet.

Quando do retorno, o grupo da FA mal chegara ao aeroporto e foi levado diretamente para um ato no Palácio Peñarol. Mais que um relato de viagem, "Seregni trazó en su discurso una firme semblanza de la experiencia recogida, extrajo valiosas conclusiones que trascienden al Frente Amplio y son patrimonio de todos los orientales honestos [...]"[176]. O cenário político encontrado pelas lideranças não era diferente daquele que existia antes da partida, e poderia ser descrito com uma guerra de acusações envolvendo os militares e o Poder Legislativo.

Resumidamente, Enrique Erro vinha sendo investigado por supostos vínculos com o MLN; contra ele, pesavam informações obtidas junto a diversas pessoas, com destaque para Héctor Amodio Pérez, ex-integrante dos Tupamaros então detido. Na posse dessas informações, a *Junta de Comandantes en Jefe* se utilizou de todos os expedientes disponíveis para obter o *desafuero* do senador, quer dizer, a licença para imputar-lhe acusações e em seguida processá-lo.

O pedido de *desafuero* entregue ao Congresso foi estudado por uma comissão que elaborou várias perguntas logo enviadas a Erro[177]. Defendendo-se, o político negou qualquer ligação com a guerrilha. Como era de se esperar, o assunto teve grande repercussão, e no fim de abril os jornais *Ahora*, *El Popular* e *La Mañana* foram interditados por três dias por haver publicado notícias sobre os trâmites do processo[178].

Atendendo a um pedido dos senadores Dardo Ortiz e Ferreira Aldunate, de *Por la patria*, e Zelmar Michelini, da FA, a Justiça Militar autorizou que Amodio Pérez fosse por eles interrogado em uma unidade das Forças Armadas. Após o encontro

[175] ZITARROSA, Alfredo. Crece desde el pie. Intérprete: De los Pueblos. In: De los Pueblos. *…De funerales y de fiestas*. Argentina: RCA, p1984. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 2.
[176] ¡Salud, compañero Seregni! *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 13 abr. 1973.
[177] Preguntas y respuestas. El fin del principio (27 de junio de 1973). *Cuadernos de Marcha*. op. cit., p. 10-13.
[178] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 179.

com o prisioneiro, Ortiz se queixou publicamente das condições em que se realizara a entrevista: na presença de oficiais, sem um taquígrafo para registrá-la e restrita a questões pré-estabelecidas[179]. Por conta dessas mesmas condições Michelini havia se retirado da sala.

A reação dos altos mandos às queixas de Ortiz foi colérica. Segundo comunicado de 13 de maio, estava em curso uma *manobra publicitária* para *arrastar* as Forças Armadas a uma *polêmica pública*, mostrando que os militares *desprestigiavam* o *poder político*[180]. Em todo caso, os comandantes perguntavam jocosamente: "[...] ¿Seria económico gastar esfuerzo en desprestigiar un parlamento ya desprestigiado por sus prácticas corruptas de algunos de sus integrantes reñidas con los altos intereses nacionales?"[181]

Outra passagem desse texto agravou o mal estar já irremediável: insinuava-se que o Partido Nacional e Wilson Ferreira Aldunate – sem citá-los textualmente – pretendiam desestabilizar o governo forçando um novo pleito. Informava-se igualmente que em fevereiro, ao estalar a crise, o setor *Por la patria* teria se comprometido a *apoiar um golpe de Estado* das Forças Armadas se houvesse uma chamada para *eleições nacionais* dentro de um ano[182].

Essas revelações, por sinal gravíssimas, se desdobraram em uma resposta de Ferreira Aldunate objetando as denúncias[183], a réplica imediata dos militares[184] e ainda uma tréplica do senador[185]. Enquanto Forças Armadas e membros do Congresso Nacional se desafiavam mutuamente, o combalido Poder Legislativo deu um último suspiro de independência. Como o prazo da *suspensão de direitos e garantias* expirasse em 31 de maio, votou-se pela não prorrogação do mesmo[186]. O governo, que vinha aprovando tudo sem muita resistência, não tolerou a obstrução de um parlamento que até então lhe fora dócil, e por decreto, reimplantou as *Medidas Prontas de Seguridad* no dia seguinte[187].

---

[179] El senador Ortiz en el cuartel. El fin del principio (27 de junio de 1973). *Cuadernos de Marcha*. op. cit., p. 14-17.
[180] Declaración de la Junta de Comandantes en Jefe. Ibidem., p. 17-19.
[181] Ibidem., p. 18.
[182] Ibidem.
[183] Respuesta de Ferreira. Ibidem., p. 19.
[184] Réplica de los comandantes. Ibidem., p. 19-20.
[185] Nueva respuesta de Ferreira. Ibidem., p. 20.
[186] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 181-182.
[187] Texto del decreto. El fin del principio (27 de junio de 1973). *Cuadernos de Marcha*. op. cit., p. 23-24.

O discurso de Bordaberry continuava sendo o do combate aos sediciosos, e que a *implantação* das medidas de segurança tinha por finalidade *defender a pátria da subversão*[188]. Redarguindo toda a crítica de seus opositores[189] e desqualificando-os como tal, ainda afrontava a imprensa de esquerda:

> La prensa que apoya a la subversión intenta ahora – y lo seguirá haciendo sin duda – crear en la opinión pública la idea de que el país ha caído en una suerte de dictadura o de régimen opresivo, de libertades conculcadas de derechos arrasados.
> Nada de ello es cierto; no sólo no es cierto sino que responde precisamente a los designios de la propia sedición que quisiera vernos bajar la guardia.
> Tan poco es nueva la táctica: ha sido característica de los enemigos de la patria ampararse en las propias instituciones que pretenden destruir.[190]

A falta de argumentos sólidos que justificassem a reedição das medidas de segurança levava o presidente a defender uma lógica das mais grosseiras: o ataque às instituições era, por princípio, obra da subversão, e sua defesa pela imprensa, caso contrariasse o Executivo em seus propósitos, também passava a sê-lo.

Em estado de inércia política e furtando-se às suas obrigações mais elementares, o mesmo Congresso que se opusera a prorrogar as leis discricionárias já não reunia pessoal sequer para reverter aquela situação; é o que alertavam os comunistas nas páginas de *El Popular* em 8 de junho: “La Asamblea General aun no ha conseguido quórum para levantar las medidas de seguridad. Creemos que esta situación debe cesar asumiendo el Parlamento su responsabilidad.”[191]

Em 21 de junho, por uma margem de votos mais que estreita – 49 contra e 48 a favor –, a Câmara dos Deputados rejeitou o pedido para que Enrique Erro fosse processado pela Justiça Militar[192]. O julgamento do senador frentista, que havia se convertido em uma questão de honra para Bordaberry e as Forças Armadas, foi a derradeira matéria que o governo tentou passar no Legislativo; o próximo passo foi dissolvê-lo.

Acompanhada por dezesseis dos trinta parlamentares que integravam a casa, a última sessão do senado ocorreu na noite do dia 26 e madrugada de 27 de junho

---

[188] Discurso de Bordaberry. El fin del principio (27 de junio de 1973). *Cuadernos de Marcha*. op. cit., p. 24.
[189] El pretexto de la subversión. *Ahora*, Montevideo, p. 5, 4 jun. 1973.
[190] Ibidem.
[191] Las medidas deben ser levantadas. *El Popular*, Montevideo, p. 6, 8 jun. 1973.
[192] FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros*, op. cit., p. 181.

de 73. Ferreira Aldunate, já antevendo o pior, reproduzia o que se falava nos corredores:

> [...] En el día de hoy han venido circulando insistentes rumores, ya casi transformados en noticia. Estaría por culminar este proceso que finalizaría con la violación por Juan María Bordaberry de su juramento y con el asalto de las instituciones y libertades públicas.[193]

No uso da palavra, Amílcar Vasconcellos igualmente pressagiava:

> [...] En la mañana de hoy y por distintos conductos me fueron llegando las versiones de lo que ocurriría esta noche. Y me expresaron además que mi nombre figuraba en una lista de personas que serían detenidas inmediatamente disuelto el parlamento…[194]

Representando a Frente Ampla havia três oradores: Rodriguez Camusso do MBPP; Américo Plá Rodríguez do PDC – que substituía o licenciado Juan Pablo Terra – e Enrique Rodríguez do Partido Comunista. O último deles dizia: "El decreto que pasará a la historia de la ignominia y de la ignorancia, se basaría en una "omisión" del Parlamento. Una omisión de genuflexión ante el ejecutivo, por no haberle votado algún desafuero."[195]

O temido decreto veio dentro de algumas horas. Em uma *Mensaje a la Asamblea General*[196], o Presidente da República explicava que ao não considerar o pedido de *desafuero* de Henrique Erro, o Congresso incorria em uma "[...] violación grave de los principios fundamentales de la constitución."[197] Assim, mediante acordo com os ministros do Interior e da Defesa Nacional, declarava-se *dissolvidas* a Câmara e o Senado[198].

Adicionalmente, dispunha-se que um *Conselho de Estado* seria criado e assumiria as funções legislativas. Cônscios dos possíveis desdobramentos daquele ato, seus mentores proibiam expressamente à imprensa *oral*, *escrita* e *televisionada* veicular qualquer tipo de "[...] información, comentario o grabación que, directa o indirectamente, mencione o se refiera a lo dispuesto por el presente decreto atribuyendo propósitos dictatoriales al Poder Ejecutivo […]"[199] As determinações

---

[193] La última sesión del senado. El fin del principio (27 de junio de 1973). *Cuadernos de Marcha*. op. cit., p. 27.
[194] Ibidem.
[195] Ibidem.
[196] Mensaje a la Asamblea General. Ibidem., p. 29-39.
[197] Ibidem., p. 31.
[198] Ibidem., p. 33.
[199] Ibidem.

também extinguiam as *Juntas Departamentais* e condicionavam o *direito de reunião* à autorização prévia[200].

O primeiro número de *Marcha* após o golpe civil-militar trazia como manchete a frase *Não é ditadura*[201], seguida do texto do decreto presidencial. Carlos Quijano, que desde o princípio receava o crescente protagonismo das Forças Armadas, publicou nesse dia uma compilação de matérias de sua autoria sob o título *Sin velos y sin máscara*[202]; todo o sucedido lhe dera razão: "Nadie puede sorprenderse. Esta ominosa caída del 27 de junio, es el resultado de un proceso que se incidió hace tiempo y que cumplió, paso a paso, a la luz del día."[203] Acrescentando lembrava:

> Durante este último año escribimos en repetidas oportunidades sobre el tema. Nada agregamos, nada quitamos ahora, a cuanto dijimos. **Era obligación prever y, de antemano, juzgar y condenar**. **Era obligación también, disipar equívocos, adelantarse a los manidos sofismas y a las depreciables razones** que en circunstancias semejantes siempre manejan los actores de turno – nada nuevo ni siquiera bajo el sol en esta tierra – y esforzarse por impedir la funesta ejecución. Todo se consumó; pero algo se ha ganado de todos modos. Ya rasgado está el velo y caída la máscara.[204] (Grifo meu)

Expressando sua opinião, o PCU reprovava o fechamento do Congresso Nacional, mas dava a entender que isso não era necessariamente negativo. Segundo *El* Popular, o partido nunca havia *idealizado* o parlamento em um *regime burguês*[205], pois alguns setores políticos sempre se opunham às *aspirações populares*. Na realidade, vicejavam no discurso comunista velhos postulados aparentemente esquecidos.

Baseando-se em experiências estrangeiras, e obviamente lá estava o caso peruano, o grupo admitia a possibilidade de uma transformação política sem o funcionamento do Legislativo: "Es cierto que en América Latina hay procesos de cambios fundamentales sin funcionamiento del Parlamento. Tenemos el caso del Perú, por ejemplo. […]"[206] Por outro lado, ressalvava que havia também *experiências negativas*, quando mantinha-se um *único poder* suprimindo os demais ou se ensaiava *formulas intermediárias*. Uma alusão ao Brasil?

---

[200] Ibidem.
[201] No es dictadura. *Marcha*, Montevideo, p. 1, 30 jun. 1973.
[202] QUIJANO, Carlos. Sin velos y sin máscara. *Marcha*, Montevideo, p. 4-7 e 9, 30 jun. 1973.
[203] Ibidem., p. 4.
[204] Ibidem.
[205] Las causas de la crisis y sus salidas. *El Popular*, Montevideo, p. 4, 29 jun. 1973.
[206] Ibidem.

Ao encerrar a edição que circulou em 27 de junho, e sem saber exatamente o que aconteceria, *Ahora* afirmava que das reuniões entre Bordaberry e os comandantes era esperado um decreto que extinguiria o Legislativo. Tal qual os comunistas, o PDC ainda aventava a hipótese de uma saída à esquerda, pois enquanto o presidente travava com as Forças Armadas, "[...] en esferas castrenses se notaban profundas divergencias y la presencia de una fuerte corriente partidaria de la afirmación de un gobierno popular."[207]

À testa dessa suposta *corrente* estariam oficiais como o *ex-Comandante em Chefe do Exército*, o Gral. César Martínez. Esperava-se que esses militares estivessem procurando um meio de *viabilizar a aplicação* do programa *econômico-social* dos comunicados 4 e 7[208]. Em contrapartida, os democrata cristãos advertiam que setores contrários a essa orientação também se faziam ouvir nos quartéis, liderados principalmente pelo então *Comandante em Chefe*, Gral. Hugo Posso Chiappe, favorável à *política repressiva* do Executivo[209].

Ao ler essa notícia de Ahora, temos uma idéia do quão tensos e incertos foram aqueles momentos. Nota-se o cuidado com as afirmações – a maioria delas no condicional – que eram pouco mais que boatos, e exatamente por isso também se percebe certa desorientação dos membros da Frente Ampla.

Em uma mensagem da FA à militância no dia 28, Seregni procurava esclarecer a posição da aliança assim como delinear os próximos passos a serem dados. Para ele, a *contradição oligarquia-povo* finalmente estava a descoberto, e não havia dúvida de que o golpe de Bordaberry era *antinacional* e *antipopular.* Em seguida, declarava que o governo reacionário não seria reconhecido e *convocava* todos a resistir *contra a ilegalidade*[210].

Não se pode ignorar que ao mesmo tempo em que Liber Seregni chamava os militantes para lutar pela democracia, o PCU relativizava, mesmo que com nuances, a dissolução do Parlamento; um notório desencontro de idéias. Nos dias seguintes, em outras mensagens[211], a coalizão apostava que se conseguisse mobilizar a

---

[207] Horas dramáticas vive la república. *Ahora*, Montevideo, p. 2, 27 jun. 1973.
[208] Ibidem.
[209] Ibidem.
[210] Primer mensaje del Frente Amplio y de Seregni luego del golpe de Estado, dirigido "a la militancia", titulado "Organización de la resistencia" y fechado el 28 de junio de 1973. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 299.
[211] Declaración del Frente Amplio ante el golpe de Estado, 1º de julio de 1973. Ibidem., p. 305-307; Mensaje nº 5 de la Secretaría del Frente Amplio, 2 de julio de 1973. Ibidem., p. 313-315.

população, especialmente os sindicatos e os Comitês de Base, poderia de alguma maneira resistir a imposição do que já se entendia como um novo regime.

Tão logo percebesse as manobras da CNT com a ocupação de locais de trabalho e o apelo a uma greve geral, em 30 de junho o governo declarou *ilícita* a organização[212]. Sedes foram fechadas e dirigentes presos, no entanto, a paralisação durou ainda duas semanas, demonstrando que tais medidas não tinham apoio entre os trabalhadores mais organizados.

No âmbito político-partidário, articulou-se um acordo entre a Frente Ampla e o Partido Nacional, resultando em uma *declaração conjunta*[213] dada a conhecer em 5 de julho. Ambas as direções concluíram que não se podia "[...] permanecer exclusivamente en una actitud de oposición y resistencia al golpe."[214] Para as duas siglas,

> Es menester buscar soluciones que permitan la normalización de la vida del país y el restablecimiento pleno de sus instituciones, y abran una perspectiva a los cambios fundamentales que la comunidad reclama en los órdenes político, económico, social y cultural.[215]

Propunha-se, como base para o diálogo, uma *plataforma de soluções* que incluía o restabelecimento das liberdades e direitos, a legalização da CNT e o respeito aos partidos políticos. Pedia-se ainda a saída de Juan María Bordaberry e a formação de um *governo provisório*, seguido da *consulta popular* para instalação de uma *Assembléia Nacional Constituinte e Legislativa*[216].

Essa iniciativa, é claro, ecoou no vazio, pois previa a abertura de um entendimento ao qual o Executivo simplesmente não estava disposto. Dali em diante, como, aliás, já se vinha praticando, não havia mais a necessidade de negociar: aos que não estivessem de acordo restava a prisão ou, se conseguissem, sair do país.

Na tarde de 9 de julho, atendendo à convocatória da Federação dos Estudantes Universitários, da CNT e dos setores oposicionistas, uma multidão aflui à principal avenida do centro de Montevidéu[217]. Acompanhado pelo General Licandro

---

[212] Disolución de la CNT. El fin del principio (27 de junio de 1973). *Cuadernos de Marcha*. op. cit., p. 42-43.
[213] Declaración conjunta del Frente Amplio y el Partido Nacional, 5 de julio de 1973. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. op. cit., p. 319-320.
[214] Ibidem., p. 319.
[215] Ibidem.
[216] Ibidem., p. 320.
[217] BAYLEY AGUIRRE, Miguel. *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971.* op. cit., p. 85.

e um pequeno grupo, Seregni caminhou entre as pessoas e participou do ato[218]; tropas a cavalo avançavam sobre os manifestantes reprimindo-os duramente. Havia um encontro marcado com lideranças sindicais no apartamento do Coronel Carlos Zufriategui, outro dos militares da FA[219]. Com dificuldade os homens chegaram ao endereço na Rua Colônia, entre Yaguarón e Ejido[220]. Começada a reunião, uma viatura estacionou em frente ao edifício e dois oficiais armados levaram presos Liber Seregni e Victor Licandro.

Condenando a detenção, assinalava o Partido Socialista:

> Con la prisión del general Seregni, sin duda hoy el más prestigioso conductor del movimiento popular uruguayo, un verdadero, un autentico patriota, se pone en evidencia ante el país y ante la opinión internacional, la índole del régimen presidido por Bordaberry.[221]

De fato, do surgimento da Frente Ampla até aquele instante, Seregni crescera e muito como figura política. Não era ainda o líder inquestionável no qual se transformou nos cerca de dez anos em que esteve detido, mas tão pouco o militar reformado que, sem qualquer experiência partidária, aceitou o desafio de encabeçar a unidade das esquerdas em sua primeira eleição.

Em sua ausência, a coalizão foi dirigida por Crottogini e uma mesa formada pelos que não haviam sido presos ou deportados. Rapidamente providenciada pela ditadura, a proscrição dos partidos fechou o caminho não somente à FA, mas a todos aqueles que aprenderam a fazer política em um ambiente institucional e foram obrigados à clandestinidade.

Pouco tempo havia se passado desde a fundação da unidade oposicionista em 1971 – quando já havia mais de uma década de encontros e desencontros entre as forças de esquerda. O golpe-civil militar abreviou essa curta trajetória, mas não impediu que mesmo sob condições extremamente adversas o grupo sobrevivesse no Uruguai e no exílio. A Frente Ampla era uma realidade.

---

[218] BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *Seregni*. op. cit., p. 99.
[219] BLIXEN, Samuel. op. cit., p. 110.
[220] Um dos depoimentos utilizados nessa pesquisa foi o de Wilfredo Penco, o qual tomei em um apartamento de segundo andar na Rua Colonia. Às dez e meia da manhã, como combinado, cheguei ao endereço; recebeu-me à porta de entrada o próprio entrevistado, que depois dos cumprimentos e apresentações, já na sala de estar, me perguntou se eu sabia algo sobre o local em que estávamos. Com um pouco de embaraço e curiosidade respondi que não sabia nada, quando, para minha surpresa, Penco disse que naquele apartamento, em 9 de julho de 1973, Seregni e Licandro foram presos pela recém instaurada ditadura.
[221] Hagan la prueba. Convoquen al pueblo. *El Oriental*, Montevideo, p. 3, 13 de jul. 1973.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao completar exatos quarenta anos de trajetória (fevereiro de 1971 – fevereiro de 2011), a Frente Ampla segue chamando a atenção do historiador. Seja pela força em que se transformou – foi a sigla mais votada nos dois últimos pleitos nacionais e governa Montevidéu desde as eleições de 1989 –, mas sobretudo por continuar abrigando uma grande diversidade de correntes políticas, a aliança continua distinguindo-se no campo das esquerdas na América Latina.

Desde que foi criada, a FA enraizou-se definitivamente como uma família político-partidária. Mesmo que em seu surgimento tenha tido que *inventar* uma tradição política, recorrendo principalmente aos símbolos do artiguismo para isso, com o passar do tempo a coalizão converteu-se ela mesma em um ator com história e contornos próprios, quer dizer, deixou de ser apenas uma sigla desafiante em meio a partidos estabelecidos.

Se em um primeiro momento militância e simpatizantes se identificavam com as partes da organização, isto é, definiam-se como democrata cristãos, comunistas ou independentes, após a redemocratização do país nos anos 80 essa identidade se alicerçou cada vez mais sobre o conjunto do grupo e não seus setores, emergindo daí a figura do eleitor *frenteamplista*. Sendo fruto de negociação e compromissos – traços marcantes da cultura política uruguaia – e sustentando um discurso eminentemente institucional, a FA conseguiu inserir-se e legitimar-se como jogador conhecido e reconhecido pelos demais.

Observamos que no contexto de criação da Frente Ampla havia no cenário regional várias e diferentes experiências frentistas em andamento. Como demonstrei, por sua configuração, a Unidade Popular do Chile foi a que mais teve importância para os uruguaios, constituindo uma referência política indispensável. Agregando comunistas, socialistas e praticamente toda a esquerda chilena, a UP serviu de mote para os defensores da *unidade sem exclusões* no Uruguai. Por outro lado, o caso se prestou a diferentes apropriações no âmbito da FA, já que a Democracia-Cristã, por exemplo, tinha reservas quanto ao predomínio marxista naquele projeto. De qualquer maneira, o triunfo de Salvador Allende através do voto gerou imensas expectativas entre os que ainda acreditavam ser possível alcançar o socialismo por meios legais e ordinários.

Um pouco depois, na Argentina, criou-se FREJULI, a qual também foi vitoriosa nas eleições de 1973. Isso atraiu o olhar de Liber Seregni e outros dirigentes da FA, em que pesem todas as diferenças entre as esquerdas nos dois países. O fato é que nunca houve no Uruguai um movimento popular de massas como o peronismo. A tentativa dos argentinos de articular essa força político-social na estrutura de uma frente partidária de fato chamava a atenção.

No Brasil, a oposição consentida do MDB – Movimento Democrático Brasileiro explorava à sua maneira a única alternativa institucional que havia restado aos que não compactuavam com o regime militar, posto que muitos segmentos já haviam partido para o combate armado à ditadura. Mesmo que surgido por imposição dos próprios militares e carecendo de uma definição político-ideológica mais clara, o MDB não deixava de ser uma frente; lembrando que nesse período, é claro, o que mais repercutiu da política brasileira no Uruguai foi a atuação dos grupos guerrilheiros e as violações de direitos humanos[1].

Distintas em sua natureza e origens, essas frentes não chegavam a formar um movimento amplo e articulado. Assinalavam, porém, que no enfrentamento de situações concretas, fosse para vencer uma batalha eleitoral ou resistir a um Estado de exceção, a união de esforços era talvez o único caminho para os setores políticos mais progressistas e democráticos.

A Frente Ampla é o resultado de pelo menos uma década de polêmicas e negociações e foi precedida por encontros e desencontros entre as esquerdas. Como idéia, a unidade começa a ganhar corpo em meados dos anos 50 por iniciativa do PCU, frisando que, em princípio, o partido sugeria apenas a coordenação de métodos de trabalho com o socialismo e não um ajuste no campo eleitoral. Mesmo que não fosse com vistas às eleições, o PS declinou desses primeiros convites, mas não dissuadiu o Partido Comunista de seus intuitos.

As primeiras experiências efetivas de unidade tiveram lugar no pleito de 1962, quando mais uma vez os comunistas buscaram se aproximar dos socialistas. O centro dos debates durante a campanha foi, sem dúvida, a *unidade sem exclusões*,

[1] Em 1970 o Partido Socialista publicou em *El Oriental* uma série de matérias sobre a ditadura e os grupos de esquerda brasileiros. Os textos eram geralmente assinados por “Pedro Pedreiro”, provavelmente um pseudônimo inspirado na canção homônima de Chico Buarque: El escuadrón de la muerte en Brasil. *El Oriental*, Montevideo, p. 13, 29 mai. 1970; Los presos políticos en Brasil. Ibidem., p. 12, 3 jul. 1970; Los grupos revolucionarios de hoy. Ibidem., p. 12, 07 ago. 1970; Quien lucha en el Brasil de hoy. Ibidem., p. 13-14, 16 out.1970.

que finalmente não aconteceu. Receando que a presença do PCU pudesse afastar os votantes de perfil mais tradicional, o Partido Socialista optou por aliar-se a setores progressistas blancos e colorados na *Unión Popular*, com destaque para a Lista 41 cindida do nacionalismo. Ante a recusa do PS, o Partido Comunista formou sua própria coalizão com outros parceiros menores, a FIdeL, e acabou se saindo melhor eleitoralmente que o outro grupo.

No curso de 1966 uma nova aproximação foi tentada, sublinhando que o socialismo se mostrou mais receptivo e disposto a negociar. Utilizando-se da *Mesa para la Unidad del Pueblo*, os partidos Socialista e Comunista buscaram uma fórmula que permitisse sua união. Nessa oportunidade o grupo de *Marcha* também se envolveu no debate propondo que as esquerdas se coligassem sob a legenda inativa do *Partido Demócrata*. Entretanto, querelas internas do socialismo acerca da propriedade de seu lema levaram-no a disputar sozinho as eleições. Apesar de discutida, a questão da unidade foi suplantada por outros temas naquela conjuntura, com o PCU absorvido em seu projeto de reforma constitucional e o PS preocupado com a sobrevivência da organização.

A despeito do entendimento político-eleitoral não ter se concretizado, os anos de 1965 e 1966 foram importantes para a unidade em outros sentidos. A realização do *Congreso del Pueblo* e o surgimento da *Convención Nacional de Trabajadores* unificaram as reivindicações dos movimentos social e sindical, oferecendo um conjunto de soluções estruturais e planificadas à crise econômica. Amplamente aceitas, essas medidas foram retomadas como a base da plataforma frentista, que pretendia instrumentalizá-las politicamente.

Na verdade, ao perfazer o caminho da unidade política no país, vemos que o acordo firmado em 1971 deu forma basicamente a dois projetos, que embora pudessem dialogar, eram animados por propósitos diversos e informados por ideologias que tampouco coincidiam.

Antes de tudo, a FA materializou uma antiga ambição dos partidos marxistas. Partilhando um vocabulário político semelhante, mas nem sempre convergente, havia anos que comunistas e socialistas defendiam a necessidade de uma *frente de libertação* no Uruguai. No discurso do PCU, essa frente aparecia em geral acompanhada do adjetivo *democrática*, enquanto o PS, na maioria das vezes, preferiu caracterizá-la como *revolucionária.* As desavenças entre esses grupos, porém, ultrapassava a simples definição do movimento; tinha a ver com a

participação ou não da *burguesia nacional* no processo, a primazia do *proletariado* na revolução, o uso ou abandono de formas de produção capitalista na passagem ao socialismo etc.

Depois, a questão da unidade passou a integrar a agenda de outras correntes políticas, notadamente a Democracia-Cristã, se bem que nesse caso o tema não era um ponto programático do partido, mas uma resposta contingencial de seus dirigentes a um quadro de crise. A deterioração político-institucional, somada ao aparecimento da violência política, levou o PDC a conclamar todos os opositores de Jorge Pacheco Areco a encontrar uma saída legal para a situação. Nesse ínterim, o chamado dos democrata cristãos sugeria também um caminho alternativo à guerrilha do Tupamaros.

Entre meados de 1968 e fins de 1970 ambos os projetos – o dos marxistas e o do PDC – se encontraram. Se existia uma coincidência de intenções, quer dizer, o consenso de que era necessário unificar forças, outros obstáculos se impunham. Primeiro, o número de virtuais interessados em coligar-se havia aumentado, ou seja, mais variáveis tinham que ser consideradas e interesses específicos contemplados em vista de um possível acerto político. Além disso, um problema antes circunscrito aos partidos Socialista e Comunista, a inclusão ou a exclusão do PCU nesse pacto, continuava pendente e devia agora ser resolvido por todos.

Nesse interregno outras dificuldades apareceram. Sobretudo entre os partidos majoritários o panorama político não era dos melhores, configurando uma crescente perda de legitimidade ante a cidadania. A inércia do elenco político tradicional, refletida em respostas pouco eficazes à estagnação econômica, deixou cada vez mais isolados os setores progressistas blancos e colorados. Cônscios de que a situação exigia medidas arrojadas, mas temerosos em deixar o abrigo dos grandes lemas, os líderes dessas frações resistiram até o último momento em romper com os velhos partidos e aceitar o que então se chamou de *solução frentista*. Assim, quando finalmente se mostraram decididos a integrar uma aliança oposicionista – cercados de algumas garantias, é claro –, os desprendimentos foram acontecendo um a um; era o primeiro passo rumo à unidade.

A adesão de grupos, como a Lista 99 do Partido Colorado, bem como do MBPP oriundo do Partido Nacional representou um ganho efetivo ao projeto unitário. Se essas forças fizeram exigências ao negociar seu ingresso na coalizão, traziam igualmente um potencial número de eleitores junto consigo. Isso garantia que a

futura base de apoio não se restringiria apenas aos simpatizantes dos partidos minoritários, mas abrangeria também aqueles votantes já desiludidos com as ofertas políticas tradicionais que dificilmente votariam nas esquerdas *stricto sensu*.

É fundamental destacar o papel diligente dos democrata cristãos nesse processo. O PDC, fundamentalmente na figura de Juan Pablo Terra, atuou como o fiel da balança na aproximação do PCU com as cisões dos partidos majoritários. Conquanto resistisse a um ajuste bilateral com os comunistas, Terra não interrompeu os diálogos com a FIdeL. Sua postura foi condicionar a aceitação desse grupo à entrada de blancos e colorados nas negociações, o que ampliava o alcance político da coligação caso ela se concretizasse. No mais, o fato de ser alheia às disputas dos círculos marxistas, fez da Democracia-Cristã uma insuspeita mediadora entre o Partido Comunista e o Socialista, lembrando que o PS vivia uma das piores fases de trajetória quando do surgimento da Frente Ampla.

Além dos próprios partidos, o concerto político das esquerdas teve gestores independentes, isto é, sem vínculos com nenhuma legenda. O grupo de *Marcha* foi um dos mais ativos incentivadores da frente de oposição ao longo de 1970, transformando o semanário em um espaço plural no confronto de diferentes idéias e fórmulas, já que nem todos concebiam a unidade do mesmo modo. Antes e depois da constituição da FA, personagens como Carlos Quijano, Oscar Bruschera, Julio Castro, Hugo Alfaro, dentre tantos outros, refletiram e reverberaram questões de primeira ordem em seus textos, estabelecendo pautas de discussão e contribuindo com seu enriquecimento.

Falando e escrevendo de um ponto de vista politizado, mas não partidário, os independentes, fossem eles intelectuais, jornalistas e muitas vezes militares, tiveram presença marcante naquele contexto. Dentro dos objetivos desta pesquisa os editoriais e matérias de *Marcha* se revelaram muito importantes, pois de toda a documentação analisada – programas e resoluções políticas, a imprensa dos partidos, depoimentos etc. – foram as únicas fontes que ofereciam uma visão não alinhada a qualquer sigla, ou que pelo menos não reproduzia discursos oficiais. Isso permitiu, na maioria das vezes, um contraponto metodológico fundamental – nem sempre possível quando se estuda história política.

As questões programáticas também foram motivo de acalorados debates entre os envolvidos no projeto unitário. Apesar de serem todos progressistas, havia diferentes visões de sociedade, economia e política em jogo. Nesse sentido, a Lista

99 imaginava a reestruturação do Estado batllista e suas instituições promotoras de igualdade e desenvolvimento. O PDC, por sua vez, tinha no *ideal comunitário* a receita para superar tanto os excessos do modelo soviético, que julgava opressor, quanto o capitalismo imperialista. De outro lado, apontando os antagonismos da *luta de classes*, comunistas e socialistas esperavam conduzir as massas trabalhadoras rumo ao socialismo, entendido sempre com um fenômeno de caráter mais nacional no caso do PS e internacionalista no tocante ao PCU.

As *Bases programáticas* da FA traziam tanto reivindicações clássicas das esquerdas, tais como o controle de setores econômicos importantes pelo governo e a reforma agrária, como também preconizavam a observância integral da Constituição, uma exigência de seus membros não marxistas. A concepção de Estado presente no documento é muito próxima à do batllismo, quer dizer, um ente gestor que toma a seu cargo a condução do país dirimindo conflitos e harmonizando interesses. Também é flagrante o corte planificador das medidas ali presentes, o que ia ao encontro das diretivas da Democracia-Cristã, grupo afeito à planificação, e recobrava os programas da *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* – CIDE e do *Congreso del Pueblo*.

Durante sua breve atuação até o golpe de 1973 a Frente Ampla enfrentou desafios internos e externos. Internamente, ainda que toda uma legislação fosse criada para disciplinar as diversas correntes, vez ou outra as diferenças apareceram, algo inevitável em se tratando de uma aliança tão heterogênea. No entanto, mesmo quando vieram a público, esses desentendimentos não foram capazes de por fim ao compromisso político assumido e as divergências se resolveram sempre dentro dos limites da organização, nunca com cisões. Outras dificuldades nesses primeiros anos vieram também de fora, dos partidos majoritários com sua acirrada campanha antifrentista e principalmente de agrupamentos de extrema direita que perseguiram tenazmente os integrantes da coalizão.

Nesse conturbado período é importante mencionar o *apoio crítico* do *Movimiento de Liberación Nacional* ao grupo. O relacionamento clandestino com o MLN, e às vezes a coordenação com os guerrilheiros, como no episódio do *Plan contragolpe*, rendeu duras criticas vindas da direita e também polêmicas no seio da frente, uma vez que alguns de seus participantes, com diferentes matizes, eram contrários a esse vínculo.

O contato entre os Tupamaros e a FA, cuja expressão mais acabada foi o *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*, nos leva a questionar sobre as definições ambíguas de alguns dos membros da nova força. Justamente por sustentar uma prédica democrático-legal, mas tratar com a guerrilha ou apoiá-la nos bastidores, grupos como o Partido Comunista e a *Unión Popular* faziam da aliança um espaço político incerto, compartilhado por enérgicos críticos da violência e outros que a condenavam apenas relativamente.

As ambigüidades, contudo, não diziam respeito somente à luta armada e sua viabilidade no país. A condição para ingressar na Frente Ampla era de que se aceitasse os termos de suas *Bases programáticas*, o que todos os partícipes fizeram – tanto os fundadores quanto os que se incorporaram um pouco mais tarde. Todavia, essa aceitação não fez desaparecer suas diferenças ideológicas, mormente em relação ao futuro. Ao projetar as etapas seguintes daquele processo, cada integrante – especialmente os mais à esquerda – tinha sua fórmula, ou seja, a coincidência no hoje não os obrigava a ser iguais no amanhã.

Esse era o caso dos socialistas, que vendo na FA uma *unidade circunstancial* pleiteavam a formação de um núcleo revolucionário em seu interior, assegurando desse modo os planos do partido. Os comunistas, por seu turno, acreditavam igualmente que coberto certo estágio de transformação política e econômica o embate entre capitalismo e socialismo inevitavelmente haveria de acontecer.

Acomodar essa diversidade ideológica exigiu negociação permanente das lideranças da Frente Ampla e nem sempre se conseguiu aparar todas as arestas. É provável que os momentos mais delicados e que mais ameaçaram a unidade tenham ocorrido entre fevereiro e junho de 1973, quando as Forças Armadas irromperam no cenário político com os comunicados nº 4 e 7. A expectativa de que oficias *peruanistas* pudessem capitanear um movimento político reformista causou grande desorientação nos quadros da FA.

Na realidade, a avalanche de acontecimentos nos meses prévios ao golpe de Estado exigia uma unificação no discurso das esquerdas, mas o que se viu foram opiniões desencontradas e pouco prudentes em face da gravidade dos eventos. Para alguns, a possibilidade de articular seus projetos ao suposto programa renovador dos militares levou a um perigoso questionamento dos limites constitucionais que vinham sendo defendidos desde o início.

Os depoimentos dos protagonistas em regra confirmaram muitas dessas tensões, excetuando algumas passagens em que descreveram um entendimento e harmonia maiores do que acredito ter existido. A tônica dos testemunhos foi de que a crise político-social era de tal monta que todos os interessados na frente de oposição cederam para torná-la possível. Quando mencionadas nas entrevistas, as desinteligências eram quase sempre creditadas à disputa intersetorial envolvendo o PCU e o PDC, que não por raras vezes chegaram a grandes impasses.

Outra constante entre os depoentes foi comparar – ainda que eu não pedisse – os primeiros anos do frentismo e sua atualidade. Quando perguntados sobre o alcance e a dinâmica dos Comitês de Base em 1971, por exemplo, era quase irresistível que não tecessem paralelos com os comitês atuais, com o detalhe de que em suas falas, as experiências políticas do passado parecem luzir sempre mais que as presentes. O mesmo vale para as rivalidades internas. Instados a comentar a luta por hegemonia no início da trajetória da Frente Ampla, invariavelmente completavam o raciocínio avaliando a correlação de forças hoje, estando a coligação no poder.

Vencendo inúmeras barreiras e lutando contra a resistência de uma população há muito acostumada às mesmas ofertas eleitorais, a aliança conseguiu ao redor de trezentos mil votos à presidência da República em sua primeira disputa, superando inclusive o centenário Partido Blanco em Montevidéu. Também é digno de nota que o postulante da FA à prefeitura da capital foi o nome individualmente mais votado naquela ocasião, porém, devido a lei de lemas, o candidato eleito veio do Partido Colorado, lema com o maior número de adesões em seu conjunto. Depois disso, descontados os mais de dez anos de ditadura, foi uma questão de tempo para que o peculiar bipartidarismo uruguaio sucumbisse.

A conquista desse expressivo número de sufrágios logo em sua estréia está diretamente ligada à plataforma que então se ofereceu à cidadania. Aquelas propostas, que segundo seus detratores representavam uma *ameaça comunista*, no fundo traziam um programa que em linhas gerais já havia sido aceito por parcelas importantes da população. Boa parte de tudo o que era advogado nas *Bases programáticas* tinha a chancela da CNT e do *Congreso del Pueblo*, em outras palavras, o cerne daquelas medidas não constituía nenhuma grande novidade ou algo impactante. Mesmo a reforma agrária, item delicado em um país de latifúndios e economia agroexportadora, também era defendida por correntes blancas como *Por la patria*.

A Frente Ampla não propôs nenhuma ruptura em sua carta de intenções. Se havia o desejo de transformar a realidade com mudanças estruturais, essas transformações deveriam ocorrer dentro da ordem, sem sobressaltos. Falava-se em racionalização e planificação produtivas, mas o direito à propriedade privada foi mantido integralmente. Admitia-se a existência de conflitos, mas não de classes sociais antagônicas e sim entre *oligarquia* e *povo*. Ademais, a FA sempre se posicionou como ator institucional, uma alternativa política progressista dentro de marcos legalmente reconhecidos.

Quando nos perguntamos o que diferencia o pacto de 1971 e as tentativas anteriores de unificação das esquerdas, vemos que nas eleições de 1962 e 1966 o anseio dos envolvidos de coligar-se parecia menor que sua disposição em ceder mutuamente. Depreende-se também que naquela conjuntura a unidade era entendida menos como uma urgência que uma questão tática, sentença que se altera com o início do *pachequismo*. Com a escalada autoritária em finais dos anos 60, a luta pela unidade deixou de ser um meio para conquistar espaço no campo político e se converteu em ferramenta para defender a própria existência desse campo, o qual era diuturnamente ameaçado tanto pelo poder Executivo quanto pela guerrilha.

Destarte, setores políticos que se mostravam recalcitrantes aos poucos se dispuseram a negociar, enquanto outros, que sequer vislumbravam composições interpartidárias como método de atuação começaram a vê-las como única alternativa. O acordo que originou a Frente Ampla foi o mínimo denominador comum do que era possível pactuar naquele instante, aproveitando as coincidências que já existiam e criando outras mediante exigências e concessões.

Se no entender de alguns a FA era a realização de um plano de muitos anos, o instrumento que os ajudaria a cumprir uma determinada etapa da revolução no país, outros a viam como uma necessidade mais recente, imposta pela situação conflitiva em que a sociedade se havia precipitado. Para todos, porém, configurou a esperança de avançar na democracia e reconstruir um Uruguai que já não podia reconhecer a si mesmo.

REFERÊNCIAS

Arquivos e bibliotecas consultadas:

- Archivo de Propaganda Política – FHCE – UdelaR
- Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina – CeDinCI
- Centro Latinoamericano de Economía Humana – CLAEH
- Fundación Vivian Trías
- Biblioteca del Congreso de la Nación – Argentina
- Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP
- Biblioteca de la Facultad de Ciencias Sociales – UdelaR
- Biblioteca de la Facultad de Derecho – UdelaR
- Biblioteca de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - UdelaR
- Biblioteca de la Legislatura Bonaerense – Argentina
- Biblioteca Nacional – Uruguai
- Unidad de Biblioteca y Documentación – Universidad Nacional de General Sarmiento – Argentina

FONTES

Entrevistas:

Alberto Couriel
Carlos Baráibar
Carlos Machado
Eduardo Arsuaga
Esteban Valenti
José Enrique Díaz
Romeo Pérez Antón
Ruben Obispo
Wilfredo Penco

Jornais:

Ahora
El Día
El Oriental
El País
El Popular
El Sol
Flecha
Jornal do Brasil
La Opinión
Marcha

Revistas:

Casa de las Américas
Cuadernos de Marcha
Siete días

Livros, artigos e documentos de época:

AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio.* Historia y documentos. Montevideo: EBO, 1985.

_____. *Frente Amplio.* La admirable alarma de 1971. Historia y documentos. Montevideo: Ediciones Cauce, 2005.

ARISMENDI, Rodney. *A revolução latino-americana*. Antologia de textos (1970-1974). Lisboa: Edições Avante, 1977.

_____. *La construcción de la unidad de la izquierda*. Montevideo: Fundación Rodney Arismendi, 1999.

_____. Problemas de uma revolução continental. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 393-400.

BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *Seregni*. Montevideo: Monte Sexto, 1989.

BLIXEN, Samuel. *Seregni.* La mañana siguiente. Montevideo: Ediciones de Brecha, 1997.

BRUSCHERA, Oscar. *Los partidos tradicionales en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones del Río de la Plata, 1966.

BUTAZZONI, Fernando. *Seregni-Rosencof.* Mano a mano. Montevideo: Aguilar, 2002.

CAETANO, Gerardo (Coord.). *La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971*. Colección Liber Seregni, Tomo I. Montevideo: Taurus, 2005.
_____. (Coord.). *El proceso previo al golpe de Estado (1972-1973)*. Colección Liber Seregni, Tomo II. Montevideo: Taurus, 2006.

C.N.T. *Declaración* de *principios.* Programa y estatutos. Montevideo: Centro Estudiantes de Derecho; Biblioteca Sindical, 1967.

COMANDO GENERAL DEL EJÉRCITO. *Testimonio de una nación agredida*. Montevideo: División Publicaciones y Ediciones Universidad de la República, 1978.

COURIEL, Alberto. El ascenso del poder económico al poder político. *Cuadernos de Marcha.* Frente Amplio, respuesta al despotismo, Montevideo, n. 53, setiembre 1971, p. 33-39.

DEBRAY, Régis. América Latina: algunos problemas de estrategia revolucionaria. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 31, julio-agosto 1965, p. 5-34.

_____. *Revolução na revolução?* La Habana: Casa de las Américas, 1967.

_____. *A crítica das armas*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas*. Montevideo: Cámara de Senadores, 1972.

FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros.* Cronología documentada (1964-1973). Montevideo: Monte Sexto, 1987.

FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *Historia de los Tupamaros*. Montevideo: EBO, 2006.

FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio; ROSENCOF, Mauricio. *Memorias del calabozo*. Montevideo: EBO, 2005.

FUNDACIÓN VIVIAN TRÍAS. Luchas obreras en los 50 y la unidad sindical. Cuadernos de la Fundación. Montevideo, n. 4, abr. 1999.

GUEVARA, Ernesto. *La guerra de guerrillas*. In: GUEVARA, Ernesto. *Obra revolucionaria*. México: Ediciones Era, 1979, p. 23-109.

_____. *Pasajes de la guerra revolucionaria*. In: GUEVARA, Ernesto. *Obra revolucionaria*. México: Ediciones ERA, 1979, p. 113-282.

HARNECKER, Marta. *Forjando la esperanza*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1995. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsdl/cgi-bin/library?e=d-000-00---0martah--00-0-0--0prompt-10---4------0-1l--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&cl=CL2.1&d=HASH018e52bcceeb69dfbe325053&gt=1>. Acesso em: 14 abr. 2008.

INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES. *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay.* Aspectos ideológicos. Montevideo: FCU, 1972.

INSTITUTO DE ECONOMÍA. *El proceso económico del Uruguay.* Contribución al estudio de su evolución y perspectivas. Montevideo: FCU, 1969.

JUVENTUD DEMÓCRATA CRISTIANA. La Democracia Cristiana como punto de referencia ideológico. In: PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Los cristianos y la política en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.

MACADAR, Luis; REIG, Nicolás; SANTÍAS, José Enrique. Una economía latinoamericana. In: BENVENUTO, Luis et. al. *Uruguay hoy*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971, p. 35-142.

MACHADO, Carlos (Coord.). *Desde las rotativas:* cincuenta años de historia (1950-1999). Montevideo: Brecha; Fundación Vivian Trías, 2006.

MARTÍNEZ MORENO, Carlos. Crepúsculo en arcadia: la institucionalidad y su derrumbe a la uruguaya. In: BENVENUTO, Luis et. al. *Uruguay hoy*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971, p. 405-455.

PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO. *Bases ideológicas*. Aprobadas por el 6º Congreso de la JDC. Marzo 1971.

PERDOMO, Carolina. “!Lindo panorama!”. In: MACHADO, Carlos (Coord.). *Desde las rotativas:* cincuenta años de historia (1950-1999). Montevideo: Brecha; Fundación Vivian Trías, 2006.

PÉREZ PÉREZ, Alberto. *La ley de lemas:* contenido, alcances, inconvenientes. Sugestiones para su reforma. Montevideo: FCU, 1971.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUIJANO, Carlos. *La reforma agraria en el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca de Marcha; Nuevo Mundo, 1986.

RAMA, Germán. *El club político*. Montevideo: ARCA, 1971.

REAL DE AZÚA, Carlos. Política, poder y partidos en el Uruguay de hoy. In: BENVENUTO, Luis et. al. *Uruguay hoy*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971, p. 145-321.

_____. *Partidos, política y poder en el Uruguay.* (1971 – Coyuntura y pronóstico). Montevideo: FHC, 1988.

_____. *Uruguay, ¿Una sociedad amortiguadora?* Montevideo: EBO, 2000.

SIRI, Ingdrid et. al. *El pueblo delibera*. El Congreso del Pueblo veinte años después. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1985.

SOLARI, Aldo. Réquiem para la izquierda. In: SOLARI, Aldo. *Uruguay.* Partidos políticos y sistema electoral. Montevideo: El libro libre; FUCCYT, 1988, p. 153-178.

_____. Elecciones 1966. Cambio… sin cambiar. In: SOLARI, Aldo. *Uruguay. Partidos políticos y sistema electoral*. Montevideo: El libro libre; FUCCYT, 1988, p. 179-201.

TERRA, Juan Pablo. *Del pachequismo al Frente Amplio*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1971.

_____. El P.D.C y las raíces del Frente. *Cuadernos de Marcha.* Cristianos y marxistas, Frente Amplio, Montevideo, n. 47, marzo 1971.

_____. *Mística, desarrollo y revolución*. Montevideo: Librosur, 1985.

TORRES, Jorge. *Tupamaros.* La derrota en la mira. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2002.

TRÍAS, Vivian. *La rebelión de las orillas*. Montevideo: EBO, 1989.

TUPAMAROS. *Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros*. 4. ed. Montevideo: YOEA, 1989.

_____. Trinta perguntas a um tupamaro. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

URUGUAY. Constitución (1952). *Constitución de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Secretaria del Consejo Nacional de Gobierno, 1952.

VASCONCELLOS, Amílcar. *Febrero amargo*. 2. ed. Montevideo: Tall. Gráf. Vanguardia, 1973.

VERA, Jorge de; MERCADER, Antonio. *Tupamaros:* estrategia y acción. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970.

OBRAS DE REFERÊNCIA

CASARES, J. *Diccionario ideológico de la lengua española.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1957.
Real Academia Española. *Diccionario de la Lengua Española*. 22 ed. Disponível em: <http://buscon.rae.es/draeI/SrvltConsulta?TIPO_BUS=3&LEMA=mediatizar>.

SARAIVA, F. R. S. *Novíssimo dicionário latino-português*. 11. ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Yamandú. Arturo Ardao: la inteligencia filosófica y el discernimiento del tercerismo en *Marcha*. In: MACHÍN, Horacio; MORAÑA, Mabel (Ed.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh; Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2003, p. 123-161.

ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada.* Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001.

ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario.* Quijano y el semanario “Marcha”. Montevideo: EBO, 1984.

ALMEYDA, Clodomiro. La democracia cristiana en América Latina. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 82, Marzo/Abril 1986, p. 139-149. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/1380_1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2010.

ALONSO ELOY, Rosa; DEMASI, Carlos. *Uruguay 1958-1968.* Crisis y estancamiento. Montevideo: EBO, 1986.

ANGELL, Alan. Chile, 1958-1990. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina.* El cono sur desde 1930. Vol. 15. Barcelona: Crítica, 2001, p. 255-312.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARTEAGA, Juan José. *Breve historia contemporánea del Uruguay*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina:* a construção da hegemonia. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel:* a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 28, setembro de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.htm>. Acesso em: 7 out. 2010.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda:* razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BROQUETAS SAN MARTÍN, Magdalena. Liberalización económica, dictadura y resistencia. In: FREGA, Ana et. al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 163-210.

BUQUET, Daniel. Elecciones y sistema electoral. In: NAHUM, Benjamín. (Coord.). *El Uruguay del siglo XX. La política*. Tomo II. Montevideo: EBO; ICP, 2004, p. 137-171.

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil:* princípios e práticas. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – *Tupamaros* –, 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. *Estudos Ibero-Americanos. PUCRS*, Porto Alegre, vol. XXXIII, n. 2, dezembro 2007, p. 156-171.

CAETANO, Gerardo. La partidocracia uruguaya: tradición y agenda reciente. *Secuencia. Revista de Historia y Ciencias Sociales*, México, n. 32, mayo-agosto 1995, p. 103-134.

CAETANO, Gerardo; GARCÉ, Adolfo. Ideas, política y nación en el Uruguay del siglo XX. In: TERÁN, Oscar (Coord.). *Ideas en el siglo.* Ideas y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____; _____. El sistema de partidos: raíces y permanencias. In: CAETANO, Gerardo et. al. *De la tradición a la crisis.* Pasado y presente de nuestro sistema de partidos. Montevideo: CLAEH; EBO, 1991, p. 9-39.

_____; _____ et. al. *Partidos y electores:* centralidad y cambios. Montevideo: CLAEH; EBO, 1992.

_____; _____. *Historia contemporánea del Uruguay. De la colonia al Mercosur*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994.

_____; _____. Izquierda y tradición: un problema y su versión en Uruguay. In: CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José. *La izquierda uruguaya*. Tradición, innovación y política. Montevideo: Ediciones Trilce, 1995, p. 13-68.

_____; _____. El “ajuste autoritario” y el pachecato. In: PITA, Fernando (Coord.). *Las brechas en la historia*. Tomo I: Los períodos. Montevideo: Ediciones de Brecha, 1996, p. 149-165.

_____; _____. *Breve historia de la dictadura (1973-1985)*. Montevideo: EBO, 2005.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José; PÉREZ ANTÓN, Romeo. La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 44, 1987-4, p.43-61.

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações:* contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p. 227-267.

CHASQUETTI, Daniel. El proceso constitucional en el Uruguay del siglo XX. In: NAHUM, Benjamín (Coord.). *El Uruguay del siglo XX*. Tomo II: la política. Montevideo: EBO; ICP, 2004, p. 64-93.

CHERONI, Alción. *Los partidos marxistas en el Uruguay.* Desde sus orígenes hasta 1973. Material de capacitación. Montevideo: CLAEH, 1984.

COSSE, Isabela; MARKARIAN, Vania. *Memorias de la historia:* una aproximación al estudio de la conciencia histórica nacional. Montevideo: Ediciones Trilce, 1994.

COSTA BONINO, Luis. *Crisis de los partidos tradicionales y movimiento revolucionario en el Uruguay*. Montevideo: EBO, 1985.

_____. Wilson Ferreira Aldunate y la lógica nacionalista. 1986. Disponível em: <http://www.politicauruguaya.com/uy/WFAyLLN.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

_____. *La crisis del sistema político uruguayo.* Partidos políticos y democracia hasta 1973. Montevideo: FCU, 1995.

COURIEL, Alberto. JORNADAS DE REFLEXION: LA IZQUIERDA Y SU PROYECTO DE PAIS. Montevidéu: mimeo, 2007.

CUADRO CAWEN, Inés. Partidos, elecciones y democracia política. In: FREGA, Ana et. al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 317-357.

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBSBAWM, Eric (Coord.). *História do marxismo VI:* o marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de janeiro: paz e Terra, 1985, p. 293-336.

DEMASI, Carlos. JORNADAS DE REFLEXION: LA IZQUIERDA Y SU PROYECTO DE PAIS. Montevidéu: mimeo, 2007.

D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *Peru:* da oligarquia econômica à militar. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

ERRANDONEA, Alfredo. *El sistema político uruguayo.* Análisis de 78 años del sistema político uruguayo. Montevideo: Ediciones La República, 1994.

FERNÁNDEZ, Nelson. *Quién es quién en el gobierno de la izquierda*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004.

FERRARI, Marcela. Prosopografía e historia política. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, Londrina, vol. 3, n. 5, jan.-jun. 2010, p. 529-550.

FILGUEIRA, Fernando et. al. Los ciclos del Estado uruguayo en el siglo XX. In: NAHUM, Benjamín. (Coord.). *El Uruguay del siglo XX. La política*. Tomo II. Montevideo: EBO; ICP, 2004, p. 173-204.

FINCH, Henry. Uruguay, 1930-1990. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina.* El cono sur desde 1930. Vol. 15. Barcelona: Crítica, 2001, p. 156-186.

_____. *La economía política del Uruguay contemporáneo 1870-2000*. Montevideo: EBO, *2005.*

FREGA, Ana. La formación de un modelo. 1890-1918. In: FREGA, Ana et. al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 17-50.

GARCÉ, Adolfo. *Ideas y competencia política en Uruguay (1960-1973).* Revisando el "fracaso" de la CIDE. Montevideo: Ediciones Trilce, 2002.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. *La era* progresista. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004a.

_____; _____. De las ideas a las políticas: programas partidarios, agendas de gobierno y políticas públicas en el Uruguay contemporáneo (1985-2005). *Iberoamericana. Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*. Stockholm, vol. XXXIV, n. 1-2, 2004b, p. 91-122.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo. *Estructuras políticas y democracia en el Uruguay*. Montevideo: FCU, 1993.

_____. Los partidos establecidos y sus desafiantes. In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et. al. *Los partidos políticos uruguayos en tiempo de cambio*. Montevideo: FCU, 1999, p. 9-18.

GREGORY, Stephen. *Intellectuals and left politics in Uruguay, 1958-2006:* frustrated dialog. Brighton; Portland: Sussex Academic Press, 2009.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISLAS, Ariadna; FREGA, Ana. Identidades uruguayas: del mito de la sociedad homogénea al reconocimiento de la pluralidad. In: FREGA, Ana et. al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 359-392.

LACLAU, Ernesto. Teorías marxistas del Estado: debates y perspectivas. In: LECHNER, Norbert (Org.). *Estado y política en América Latina*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 25-59.

LESSA, Alfonso. *Estado de guerra*. De la gestación del golpe del 73 a la caída de Bordaberry. Montevideo: Debolsillo; Editorial Fin de Siglo, 2007.

LÓPEZ CHIRICO, Selva. *El Estado y las fuerzas armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: EBO, 1985.

LÓPEZ D'ALESSANDRO, Fernando. *La Fundación del Partido Comunista y la división del anarquismo (1919-1923)*. Historia de la izquierda uruguaya. Montevideo: Vintén Editor, 1992.

LÖWY, Michael. (Org.). *O marxismo na América latina*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina:* ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MARTÍNEZ, Virginia. *Los fusilados de abril.* ¿Quién mató a los comunistas de la 20? Montevideo: EBO, 2006.

MICHELS, Robert. O sindicalismo como profilático. In: SOUZA, Amauri de (Org.). *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1966, p. 117-128.

MIERES, Pablo. Acerca de los cambios del sistema de partidos uruguayo. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 62, 1992-2, p. 65-75.

MIERES, Pablo. *Desobediencia y lealtad.* El voto en el Uruguay de fin de siglo. Montevideo: Colección CLAEH; Editorial Fin de Siglo, 1994.

MIERES, Pablo. La reforma constitucional de 1996 en Uruguay y sus posibles efectos sobre los partidos y el sistema de partidos. *Working Papers*. Institut de Ciències Polítiques i Socials, Barcelona, 1999, n. 158, 32 p. Disponível em: <http://www.recercat.net/bitstream/2072/1308/1/ICPS158.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 1(2), 2º sem. 1989, p. 135-158.

MOREIRA, Constanza. A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 6, n.1, 2000, p.17-54.

_____. *Final de juego. Del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

NAHUM, Benjamín. et. al. *El fin del Uruguay liberal*. Historia uruguaya. Tomo 8, Libro 10. Montevideo: EBO; La República, 1998.

_____. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideo: EBO, 1999.

PADRÓS**,** Enrique Serra **.** Uruguai na mira**.** *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, abril 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/impressao.php?id=560&pagina=5>. Acesso em: 7 out. 2010.

PANIZZA, Francisco. *Uruguay:* batllismo y después. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: EBO, 1990.

PÉREZ ANTÓN, Romeo. Los partidos en el Uruguay moderno. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 31, 1984, p. 63-79.

_____. *Los cristianos y la política en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.

_____. Uruguay: reforma política y gobernabilidad democrática. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). *Reformas políticas en América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 371-396.

PÉREZ ANTÓN, Romeo; ZUBILLAGA, Carlos. *Los partidos políticos*. Montevideo: FCU, 1983.

PÉREZ PÉREZ, Alberto. La Constitución de 1967 y la transformación del Estado. In: DE SIERRA, Gerónimo et. al. *¿Hacia dónde va el estado uruguayo?* Montevideo: FCU; CIEDUR, 1987, p. 71-91.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORRINI BERACOCHEA, Rodolfo. La sociedad movilizada. In: FREGA, Ana et. al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 285-316.

_____. La historia de la clase obrera y los sindicatos en el siglo XX: experiencias y aportes. *Trabajo & Utopía*, Montevideo, nº 22, set. 2002. Disponível em: <www.universidad.edu.uy/dgp/docs/m1fs.doc>. Acesso em: 24 ago. 2009.

QUEIROLO, Rosario. La “tradicionalización” del Frente Amplio: la conflictividad del proceso de cambio. In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et. al. *Los partidos políticos uruguayos en tiempo de cambio*. Montevideo: FCU, 1999, p. 87-127.

RAMA, Germán. *La democracia en Uruguay*. Montevideo: Arca, 1987.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

REY TRISTÁN, Eduardo. *La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad de Sevilla, 2005.

RIAL, Juan. *Partidos políticos, democracia y autoritarismo*. Tomo I. Montevideo: CIESU; EBO, 1984.

RILLA, José. *La actualidad del pasado.* Usos de la historia en la política de partidos del Uruguay (1942-1972). Montevideo: Sudamericana; Debate, 2008.

RIZ, Liliana de; TORRE, Juan Carlos. Argentina, 1946-1990. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina.* El cono sur desde 1930. Vol. 15. Barcelona: Crítica, 2001, p. 60-155.

RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

RODRÍGUEZ, Universindo et. al. *El sindicalismo uruguayo.* A 40 años del congreso de unificación. Montevideo: Taurus, 2006.

ROSARIO BEISSO, María del; CASTAGNOLA, José Luis. Identidades sociales y cultura política en Uruguay. Discusión de una hipótesis. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 44, 1987-4, p. 9-18.

RUIZ, Esther. Del viraje conservador al realineamiento internacional. 1933-1945. In: FREGA, Ana et. al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 85-121.

RUIZ VALERIO, José. Tradiciones instituciones y consolidación democrática en Uruguay. *Confines*, Monterrey-México, n. 1, año/vol.1, enero-junio 2005.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SEILER, Daniel-Louis. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SIERRA, Carmen de. Marcha en el contexto político-económico internacional del siglo XX. In: MACHÍN, Horacio; MORAÑA, Mabel (Ed.). *Marcha y América Latina*.

Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh; Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2003, p. 33-78.

SILVA, Fabricio Pereira da. Esquerda uruguaia no poder: a trajetória da Frente Ampla e seus dois primeiros anos de governo. *Observador On-line*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 6, jun. 2007.

SOARES, Gabriela Pelegrino. *Projetos políticos de modernização e reforma no Peru:* 1950-1975. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.

SOLARI, Aldo. *Uruguay.* Partidos políticos y sistema electoral. Montevideo: El libro libre; FUCCYT, 1988.

SOTELO RICO, Mariana. La longevidad de los partidos tradicionales uruguayos desde una perspectiva comparada. In: GONZÁLEZ, Luis Eduardo et. al. *Los partidos políticos uruguayos en tiempo de cambio*. Montevideo: FCU, 1999, p. 129-165.

SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do "batllismo" no Uruguai (1903-1958)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003.

TAPIA VALDÉS, Jorge A. *El terrorismo de Estado.* La doctrina de seguridad nacional en el Cono Sur. México: Nueva Sociedad; Editorial Nueva Imagen, 1980.

TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue:* política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

VANGER, Milton. *José Batlle y Ordóñez.* El creador de su época (1902-1907). Montevideo: EBO, 1992.

_____. *El país modelo.* José Batlle y Ordóñez (1907-1915). Montevideo: EBO; Editorial Arca, 1983.

VIOR, Eduardo J. Perder los amigos, pero no la conducta. Tercerismo, nacionalismo y antiimperialismo: *Marcha* entre la revolución y la contrarrevolución (1958-74). In: MACHÍN, Horacio; MORAÑA, Mabel (Ed.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh; Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2003, p. 79-121.

YAFFÉ, Jaime. Izquierda política y organizaciones de trabajadores en Uruguay: desde la fundación del Frente Amplio a la actualidad (1971-2004). Palestra apresentada no Simpósio Temático n. 5 “Mundos do trabalho”, II Jornada Nacional de História do Trabalho. X Encontro Estadual de História: “Trabalho, Cultura e Poder”. ANPUH-SC, Florianópolis, 29 de agosto a 2 de setembro de 2004. Disponível em: <www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/jaime%20yaffe.doc>. Acesso em: 22 ago. 2009.

_____. Arismendi y Trías. Marxismo y política en el Uruguay de los 60. Ponencia presentada en las V Jornadas de Historia de las Izquierdas: “¿Las ideas fuera de lugar? El problema de la recepción y la circulación de ideas en América Latina”. Cendro de Documentación e Investigación de la Cultura de las Izquierdas en la Argentina (CEDINCI). Buenos Aires, 11, 12 y 13 de noviembre de 2009.

ZUBILLAGA, Carlos. Los partidos políticos ante la crisis (1958-1983). In: CAETANO, Gerardo et. al. *De la tradición a la crisis.* Pasado y presente de nuestro sistema de partidos. Montevideo: CLAEH / EBO, 1991, p. 41-112.

_____. *Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX.* Entre la profesión y la militancia. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2002.